



DIÁRIO OFICIAL



Belém, Segunda-feira
11 de Julho de 2022

ANO CXXXII DA IOE
131ª DA REPÚBLICA
Nº 35.040

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

200 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR	PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO	PÁG. 5
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO	PÁG. 7
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PÁG. 8
SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA	PÁG. 9

SECRETARIA DE ESTADO

DE PLANEJAMENTO

E ADMINISTRAÇÃO	PÁG. 10
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO	PÁG. 11
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 11
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 12
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 119

SECRETARIA DE ESTADO

DA FAZENDA	PÁG. 119
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.	PÁG. 125

SECRETARIA DE ESTADO

DE SAÚDE PÚBLICA	PÁG. 126
HOSPITAL OPHIR LOYOLA	PÁG. 134
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	PÁG. 135
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ	PÁG. 136
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA	PÁG. 138

SECRETARIA DE ESTADO

DE TRANSPORTES	PÁG. 139
COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 142
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	PÁG. 142

SECRETARIA DE ESTADO

DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA	PÁG. 142
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	PÁG. 143
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 145
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 148
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A.	PÁG. 149

SECRETARIA DE ESTADO

DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	PÁG. 149
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 150

SECRETARIA DE ESTADO

DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	PÁG. 151
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ	PÁG. 152
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ	PÁG. 156
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 157
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	PÁG. 158
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 159

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	PÁG. 160
---	----------

SECRETARIA DE ESTADO

DE CULTURA	PÁG. 161
FUNDAÇÃO CARLOS GOMES	PÁG. 162

SECRETARIA DE ESTADO

DE COMUNICAÇÃO	PÁG. 163
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO	PÁG. 163

SECRETARIA DE ESTADO

DE EDUCAÇÃO	PÁG. 163
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 165

SECRETARIA DE ESTADO

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ	PÁG. 167
--	----------

SECRETARIA DE

ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	PÁG. 168
---	----------

SECRETARIA DE ESTADO DE

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA	PÁG. 170
COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ	PÁG. 170
INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 170
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 171
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO-CREDCIDADÃO	PÁG. 172

SECRETARIA DE ESTADO

DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS	PÁG. 172
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ	PÁG. 176

SECRETARIA DE ESTADO DE

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	PÁG. 176
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS	PÁG. 177

SECRETARIA DE ESTADO

DE TURISMO	PÁG. 178
------------------	----------

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO	PÁG. 178
-----------------	----------

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 184
---	----------

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 184
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 185

MUNICÍPIOS

PARTICULARES	PÁG. 189
EMPRESARIAL	PÁG. 199



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
GOVERNADOR

Vice-Governador

Francisco Melo
Presidente da Assembleia Legislativa

Célia Regina de Lima Pinheiro
Presidente do Tribunal de Justiça

João Paulo Carneiro Gonçalves Ledo
Defensor Público Geral do Estado

Cesar Bechara Nader Mattar Júnior
Procurador Geral de Justiça



Aroldo Carneiro
Presidente

Moises Alves De Souza
Diretor Administrativo e Financeiro

Allan Gonçalves Brandão
Diretor Técnico

Sandra Maria Caminha Fonseca
Diretora de Documentação e Tecnologia

DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Trav. do Chaco, 2271, Marco - 66.093-410 Belém - Pará
RECEPÇÃO: 4009-7800
www.ioepa.com.br

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810 | 4009-7819
cm x coluna R\$ 88,00

(*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

A IOE TEM UM RECADO PARA SUA EMPRESA PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL FICOU MAIS RÁPIDO E MAIS SEGURO.

O sistema e-Diário, que recebe publicações para o Diário Oficial do Estado, mudou. É um reforço do compromisso da Imprensa Oficial do Estado com seus usuários.

CRITÉRIOS PARA PUBLICAÇÃO DE ARQUIVOS FECHADOS

Fonte Verdana, Corpo 7, Entrelinhamento 120%
Novo Formato DOE: A4 - Área de Trabalho (19 x 27)
Devem ser fechados no formato PDF X1A, sem marcas de cortes, texto em preto 100%
Imagens devem estar em P&B ou em escala de cinza e resolução mínima de 220 dpi.
Não condensar ou expandir as fontes e imagens
Não serão aceitos arquivos fora dos padrões.

RECEBIMENTO DE ARQUIVOS NO BALCÃO DA IOE
Devem ser entregues até as 14 horas do dia útil anterior à publicação

MAIS INFORMAÇÕES

(91) 4009-7800 / 4009-7842 | suporte@ioe.pa.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR

Governador: Helder Zahluth Barbalho
Tel.: (91) 3216-8829/ 3342-5663

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Vice-Governador:

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Luiziel Henderson Guedes de Oliveira
Tel.: (91) 3216-8831 / 8832/8833/8830

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: CEL. PM Osmar Vieira da Costa Júnior
Tel.: (91) 3214-0601/ 33425672

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Procurador Geral: Ricardo Nasser Sefer
Tel.: (91) 3344-2742/2798/2786/2700

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO SUDESTE DO PARÁ

Secretário: João Chamon Neto
Tel.: (94) 98402-9275 / (94)98404-7928

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO BAIXO AMAZONAS

Secretário: Alexandre Almeida Maduro
Tel.: (93) 98412-6196

SECRETARIA REGIONAL DE GOVERNO DO MARAJÓ

Secretário: Jaime da Silva Barbosa
Tel.: (91) 98585-2595

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

Secretário: Ricardo Brisolla Balestrieri
Tel.: 3342-0351/0352/0363

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

Auditor: José Rubens Barreiros de Leão
Tel.: (91) 3239-6477 / 6450/ 6677

OUIDORIA GERAL DO ESTADO - OGE

Auditor: Arthur Houat Nery de Souza
Tel.: (91) 3216-8883/8899

FUNDAÇÃO PARÁPAZ

Presidente: Alberto Henrique Teixeira de Barros
Tel.: (91) 3321-4303 / 98510-8012/ Geral: 3321-4300

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SEPLAD

Secretária: Ivaldo Renaldo De Paula Ledo
Tel.: (91) 3194-1010/1004/1012/1427

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE

Presidente: Aroldo Carneiro
Tel.: (91) 4009-7860/7800/7801

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP

Presidente: Bernardo Albuquerque de Almeida
Tel.: (91) 3366-6111/6117/6118

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV

Presidente: Ilton Giuseppe Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Tel.: (91) 3182-3585/3587

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - ÉGPA

Diretora Geral: Elisângela Mara da Silva Jorge
Tel.: (91) 3214-6860/6802/6803

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Secretário: René de Oliveira e Sousa Júnior
Tel.: (91) 3222-5720/3218-4200/4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Presidente: Ruth Pimentel Mélo
Tel.: (91) 3348-3310/3320/3209/ 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5802/5804

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

Secretário: Rômulo Rodovalho Gomes
Tel.: (91) 4006-4347/4356/4006-4800/4804/4805/4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Diretora Geral: Ivete Gadelha Vaz
Tel.: (91) 3265-6530/6529/6500

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Presidente: Bruno Mendes Carmona
Tel.: (91) 4009-2241/2202/0329/2333

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

Presidente: Paulo André Castelo Branco Bezerra
Tel.: (91) 3110-6500/6502

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

Presidente: Ricardo Jorge de Moura Palheta
Tel.: (91) 4005-2506

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Secretário: Adler Gerciley Almeida da Silveira
Tel.: (91) 4009-3801/3802

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH

Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3221-4102/4100/4103

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON

Diretor Geral: Eurípedes Reis da Cruz Filho
Tel.: (91) 3321-9680 / 9675

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

Secretário: João Carlos Leão Ramos
Tel.: (91) 4006-1206/1207 / 3226-8904/1363

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Presidente: Bruno Yoheiji Kono Ramos
Tel.: (91) 3181-6513/6516/6548 / Geral: 3181-6500

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

Gerente Executivo: Felipe Coêlho Picanço
Tel.: 3342-0150/0151/(91)98426-1383

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA

Diretor Geral: Jamir Junior Paraguassú Macedo
Tel.: (91) 3210-1104 / Geral: 3210-1100

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER

Presidente: Rosival Possidônio do Nascimento
Tel.: (91) 3299-3413/3469/3400

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS

Secretário: José Mauro de Lima O' de Almeida
Tel.: ((91) 3184-3398/3318/3319/3384/3380

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio

Presidente: Karla Lessa Bengtson
Tel.: (91) 3342-2637/2670/ 3184-3377/3362

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP

Secretário: Ualame Fialho Machado
Tel.: (91) 3184-2525 / 3184-2555

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM

Comandante Geral: Cel. QOPM José Dilson Melo de Souza Júnior
Tel.: (91) 3258-9906/9907

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBMPA

Comandante-Geral: CEL. QOBM Hayman Apolo Gomes de Souza
Tel.: (91) (91) 4006-8313 / 8355

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Delegado Geral: Walter Resende de Almeida
Tel.: (91) 4006-9094 / 9045

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ

Diretor Geral: Celso da Silva Mascarenhas
Tel.: (91) 4009-6012/6032

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Diretora Superintendente: Renata Mirella Freitas Guimarães de Sousa Coelho
Tel.: (91) 3214-6235>gabinete/3289-7500

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP

Secretário: Samuelson Yoiti Igaki
Tel.: (91) 3239-4201/4202

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT

Secretária: Bruno Chagas Da Silva Rodrigues Ferreira
Tel.: (91) 4009-8454/8451

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP

Presidente: Guilherme Relvas D'Oliveira
Tel.: (91) 3202-4350/4349

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Superintendente: Maria da Glória Boulhosa Caputo
Tel.: (91) 3201-9478

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

Secretário: Vera Lúcia Alves de Oliveira
Tel.: (91) 3202-0901/0910/0911 Vera Oliveira: 32020931

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA

Presidente: Hilbert Hil Carreira do Nascimento
Tel.: (91) 4005-7733

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Secretário: Elieth de Fátima da Silva Braga
(91) 3201-5127/5147/3211-5026/5107/5160/5161

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPa

Reitor: Clay Anderson Nunes Chagas
Tel.: (91) 3299-2202/2200

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER

Secretário: Inocêncio Renato Gasparim
Tel.: (91) 3239-1414/1400

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA

Presidente: Luiz Celso da Silva
Tel.: (91) 3210-3308

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADÃO

Gerente Executivo: João Marcel Cavalcante Da Costa
Tel.: (91)3205-7250/7257

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH

Secretário: Valbetanio Barbosa Milhomem
Tel.: (91) 4009-2744/2722/2723/2700

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME

Secretário: José Fernando de Mendonça Gomes Júnior
Tel.: (91) 3110-2558/2552

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Presidente: Cláudia Bitar de Moraes Barbosa
Tel.: (91) 3224-2663/98116-9087 (secretária)

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC

Presidente: Lutfala de Castro Bitar
Tel.: (91) 3236-2884/3205-4704

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ

Presidente: Rafaela Barata Chaves
Tel.: (91) 3217-0524/0500

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA

Presidente: Francisco Alves de Aguiar
Tel.: (91) 3228-9171/3205-4055/4054

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP

Secretário: Benedito Ruy Santos Cabral
Tel.: (91) 3183-0003/0004/0020

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Presidente: José Antonio De Angelis
Tel.: (91) 3202-8514/8567/8400

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

Presidente: Orlando Reis Pantoja
Tel.: (91) 32148500 / 32148502 / 32148442

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Diretor Geral: Eduardo de Castro Ribeiro Júnior
Tel.: (91) 3110-8450/8453

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SECTET

Secretário: Edilza Joana Oliveira Fontes
Tel.: (91) 4009-2511/2510/2543

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Presidente: Marcel do Nascimento Botelho
Tel.: (91) 3323-2573/2574

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Presidente: Marcos Antonio Brandão da Costa
Tel.: (91) 3344-5438/5201/5411

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Secretário: Nivan Setubal Noronha
Tel.: (91) 3201-2320/2312/2320

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

Secretário: André Orenge Dias
Tel.: (91) 3110-5003/5022/5000

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando como fundamento o artigo 57, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

Considerando os elementos constantes no Processo nº 2022/603874;

R E S O L V E:

Art.1º Reconduzir o servidor VALDER ALMEIDA NOGUEIRA, matrícula nº 57209975/1, ao cargo efetivo de Especialista em Educação Classe I, lotado na Secretaria de Estado de Educação – SEDUC.

Art. 2º Os efeitos financeiros e funcionais decorrentes da Recondução, observarão a data de entrada em exercício do servidor

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará. e Considerando o disposto no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985;

Considerando as informações constantes no Processo nº 2022/769799,

D E C R E T A:

Art. 1º Colocar à Disposição do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, o CAP QOABM RR OSIMÁ CAMPOS DE OLIVEIRA, MF: 338558/2.

Art. 2º Fica Agregado o CAP QOABM RR OSIMÁ CAMPOS DE OLIVEIRA, MF: 338558/2, em razão de ter passado à disposição do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado Pará, e Considerando o disposto no art. 88, §1º, inciso I, da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985;

Considerando as informações constantes no Processo nº 2021/1350957,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP, o 1º TEN QOABM RR JOSELITO TEIXEIRA SILVA, MF: 5620708/1.

Art. 2º Agregar o 1º TEN QOABM RR JOSELITO TEIXEIRA SILVA, MF: 5620708/1, em razão de ter passado à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social – SEGUP.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de junho de 2022.

PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará, e Considerando a Lei Complementar Estadual nº 142, de 16 de dezembro de 2021, que revoga dispositivos da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985; e

Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº 2022/556590;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convocados, pelo período de 2 (dois) anos, os policiais militares da reserva remunerada a seguir nominados, de acordo com o art. 78, § 2º da Lei Complementar Estadual nº 142, de 2021:

CAP PM RR RG 9778 RONALDO MONTEIRO DE LIMA

CAP PM RR RG 16526 JACIRENE DE OLIVEIRA FONTES DE ALMADA

CAP PM RR RG 9011 ROSILENE AMARAL DA SILVA SOUZA

CAP PM RR RG 11078 JOSÉ RICARDO BRITO DO ROSÁRIO

CAP PM RR RG 10667 JORGE CÉSAR DE SOUZA MONTEIRO

TEN PM RR RG 16538 RÍVIA CRISTINA SILVA DE ARAÚJO FIGUEIREDO SANTOS

SUB TEN PM RR RG 13096 EDMILSON FERNANDES DE ARAÚJO

SUB TEN PM RR RG 11887 JOSÉ LINDEMBERG PINHEIRO DE OLIVEIRA

SUB TEN PM RR RG 11886 FRANCISCO LUCIANO CARVALHO DE SOUZA

SUB TEN PM RR RG 14155 MARIA EMÍLIA SANTIAGO VARELA

SUB TEN PM RR RG 14371 OLGA SUELY LUZ DA SILVA

SUB TEN PM RR RG 12170 SILEIDE OLIVEIRA FRANCO

SUB TEN PM RR RG 15145 PAULO DE SOUZA RIBEIRO

SUB TEN PM RR RG 17157 ANA CLEIA DE MELO LEMOS

SUB TEN PM RR RG 16634 MARIA APARECIDA MACEDO DE OLIVEIRA

SUB TEN PM RR RG 14806 RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS GOMES

SUB TEN PM RR RG 24213 RICARDINA ROCHA DE LIMA DE QUEIROZ

SUB TEN PM RR RG 11757 CASEMIRO ANTÔNIO BEZERRA DOS SANTOS

SUB TEN PM RR RG 19746 SÍLVIA MARGARETH SOUZA DOS SANTOS

SUB TEN PM RR RG 12812 JOSÉ NASCIMENTO OLIVEIRA CARVALHO

SUB TEN PM RR RG 13793 RAIMUNDO SILVESTRE MORAES RAIOL

SUB TEN PM RR RG 11973 SILENE MÁRCIA DA SILVA BENTES

SUB TEN PM RR RG 14887 ERNANDES MENDONÇA DE MORAES

SUB TEN PM RR RG 11515 JORGE RODRIGUES DE FREITAS

SUB TEN PM RR RG 21619 CLÁUDIO JOAQUIM MATOS DE BARROS

SUB TEN PM RR RG 19518 JANETE GOMES PEREIRA

SUB TEN PM RR RG 19467 ALDO DA SILVA SOUSA

1º SGT PM RR RG 20000 ELIETE GOMES DE LIMA

1º SGT PM RR RG 12504 KLINGER SIDNEY MOTA BRAGANÇA

1º SGT PM RR RG 17380 LEIA VASCONCELOS VALENTE

1º SGT PM RR RG 12530 JORGE CARLOS LEITE LEAL

1º SGT PM RR RG 12084 JORGE LUIZ DA SILVA COSTA

1º SGT PM RR RG 16560 MÁRCIA NAVEGANTES DE SOUZA

1º SGT PM RR RG 12004 JEFFERSON NASCIMENTO SERPA

1º SGT PM RR RG 12529 JOSÉ CARLOS DO CARMO FARIAS

1º SGT PM RR RG 16603 SHEYLA RÁDILA SANTOS SOUZA

1º SGT PM RR RG 18554 CLAUDETE CORREA FARIAS

1º SGT PM RR RG 19639 SIMONE NONATA PANTOJA SIDÔNIO

1º SGT PM RR RG 13065 MARCELINO DE OLIVEIRA PINHEIRO

1º SGT PM RR RG 19047 NÍLTON BONIFÁCIO

1º SGT PM RR RG 19638 VALDA DO SOCORRO PEREIRA DAS CHAGAS

2º SGT PM RR RG 12619 ROSSIVAN DOS SANTOS BATISTA

2º SGT PM RR RG 16632 ROSA HELENA OLIVEIRA TOTA

2º SGT PM RR RG 16597 MARIA IVANEIDE SIQUEIRA DA SILVA

2º SGT PM RR RG 14172 LUÍS DIAS DO CARMO

2º SGT PM RR RG 16615 IRENE ARAÚJO CRAVO

2º SGT PM RR RG 12085 EDSON RUY COSTA LOBO

2º SGT PM RR RG 16604 SÍLVIA HELENA DA COSTA WANZELLER

2º SGT PM RR RG 11881 JOÃO REIS DA CONCEIÇÃO RESENDE

2º SGT PM RR RG 11962 JORCEAN TOMPSON VASCONCELOS DE OLIVEIRA

2º SGT PM RR RG 16631 TELMA CORDOVIL COSTA

2º SGT PM RR RG 14288 ANA CLÁUDIA BRAGA DA ROSA

2º SGT PM RR RG 14247 ANA CLÁUDIA GAMA DO ROSÁRIO

2º SGT PM RR RG 12611 HUMBERTO MARIO GUIMARÃES DOS SANTOS

2º SGT PM RR RG 16661 CLÁUDIA GLASSE NASCIMENTO BORGES

2º SGT PM RR RG 19599 LAUDILENI DE JESUS CORREIA ANDRADE

2º SGT PM RR RG 19613 MARINA FERREIRA DA SILVA

2º SGT PM RR RG 12452 BENEDITO ANTÔNIO ANTUNES DE ALFAIA

2º SGT PM RR RG 19611 KÁTIA DO SOCORRO MORAIS DE LIMA OLIVEIRA

2º SGT PM RR RG 16565 KÁTIA MARIA SEABRA DOS SANTOS

2º SGT PM RR RG 19515 ALEXANDRINA MARTINS DA SILVA DE MORAIS

2º SGT PM RR RG 16557 CARMEM LÚCIA DA SILVA MACHADO

2º SGT PM RR RG 14250 VALDIRENE SILVA DE SOUZA

2º SGT PM RR RG 14200 MARIA NEUSA DOS SANTOS TELES

3º SGT PM RR RG 19626 ROSIANE ALVES LOPES

3º SGT PM RR RG 19695 RUTH HELENA COSTA BARROS

3º SGT PM RR RG 13528 NÉLSON MAX PINHEIRO

3º SGT PM RR RG 13949 ALAIN JOSÉ CAMPOS DA SILVA

3º SGT PM RR RG 16644 MARIA CELINA MENEZES MOURA

3º SGT PM RR RG 19696 MIRIAN DO LIVRAMENTO GONÇALVES CORREA

3º SGT PM RR RG 19708 MARIA DE NAZARÉ SOUZA GOMES

3º SGT PM RR RG 16517 INÉS ROSIANE FERNANDES SOEIRO

3º SGT PM RR RG 21234 ISABEL CASSIA MELO

3º SGT PM RR RG 22781 NAZARENO SOUZA LIMA

3º SGT PM RR RG 11880 PEDRO PAULO SOARES DA SILVA

3º SGT PM RR RG 11796 DOMINGOS DA PAZ RODRIGUES RAMOS

3º SGT PM RR RG 14263 ROSILENE PINTO DA SILVA

3º SGT PM RR RG 15082 LAURENTINO TADEU DE SOUZA LIMA

3º SGT PM RR RG 13434 EMÍLIA MARIA RAIOL DE SOUSA

3º SGT PM RR RG 14138 SELMA REGINA REIS DOS SANTOS

3º SGT PM RR RG 19590 RUTH HELENA SANTANA BAIA

3º SGT PM RR RG 12533 ROBSON NONATO SILVA DE SOUZA

3º SGT PM RR RG 16654 MARIA IZABEL LEITE SMITH

3º SGT PM RR RG 13324 ANTÔNIO CARLOS FERREIRA CARVALHO

3º SGT PM RR RG 13516 LUIZ PAULO GOMES DA SILVA

3º SGT PM RR RG 14338 NAIA TEREZA VIANA DOS SANTOS

3º SGT PM RR RG 14242 SONIA CRISTINA NASCIMENTO CUNHA

3º SGT PM RR RG 14148 ITEVALDO ALEIXO BARATA

3º SGT PM RR RG 14271 ALICE NAZARENA ARAGÃO SARAME

3º SGT PM RR RG 14823 CARLOS JORGE NEVES DA SILVA

3º SGT PM RR RG 21727 MARIA DO SOCORRO VILHENA DOS SANTOS

3º SGT PM RR RG 14112 VANDILMA KATIA MOREIRA ALMEIDA

3º SGT PM RR RG 13473 SUZI-EN DE FÁTIMA OLIVEIRA DOS SANTOS

3º SGT PM RR RG 14238 ROSEMARY DE ARAÚJO

3º SGT PM RR RG 21717 ELIZABETH DE NAZARÉ BEZERRA DE SOUSA

3º SGT PM RR RG 21627 TEREZA PANTOJA DA SILVA

3º SGT PM RR RG 14506 MARIA SUELY DA SILVA TOMAZ

3º SGT PM RR RG 21798 CLARICE ANTUNES DE SOUZA MESQUITA

3º SGT PM RR RG 21641 ANA LÚCIA DE OLIVEIRA PEREIRA

3º SGT PM RR RG 14333 SIMONE SANTOS CORREA

3º SGT PM RR RG 21739 MARIA WALDENORA BARROSO DA COSTA

3º SGT PM RR RG 18531 ÂNGELA MARIA SANTOS DA SILVA

3º SGT PM RR RG 13427 ANTÔNIA MARIA DOS SANTOS BRABO

3º SGT PM RR RG 10772 RAIMUNDO LUIZ NEVES DA SILVA

3º SGT PM RR RG 13818 JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO

3º SGT PM RR RG 14422 OSMERO RIBEIRO DOS SANTOS

3º SGT PM RR RG 11007 SÉRGIO RICARDO GONÇALVES FRANÇA

3º SGT PM RR RG 19649 ANA MÔNICA GOMES ALVES
 3º SGT PM RR RG 17275 MARIVALDO NEGRÃO DA CRUZ
 CB PM RR RG 21650 RAIMUNDO NIVALDO DOS SANTOS FARIAS
 CB PM RR RG 14195 SUE ANNE FERREIRA DE ARAÚJO
 CB PM RR RG 14209 GECILDA GONÇALVES MENDONÇA SOARES
 CB PM RR RG 17334 CLÓVIS JOSÉ MARTINS DA CUNHA
 CB PM RR RG 19747 CLÍCIA VÂNIA ALMEIDA SALHEB
 CB PM RR RG 23385 MARIONE LACERDA CORDEIRO BARBOSA
 CB PM RR RG 19439 MARIA LÚCIA FIGUEIREDO BARBOSA
 CB PM RR RG 14354 SARA CARDOSO TAVARES
 CB PM RR RG 14286 ADALEIA DO AMARAL PINTO
 CB PM RR RG 19749 LEILA FERNANDES DA SILVA RIPARDO
 CB PM RR RG 14360 SANDRA MARIA FERREIRA DA CRUZ
 CB PM RR RG 12008 JOSÉ MIGUEL RIBEIRO PINTO
 CB PM RR RG 16540 MARIA ANTÔNIA PANTOJA DOS SANTOS
 CB PM RR RG 13755 ELIDA GOMES SILVA
 CB PM RR RG 13442 IRLANDA NAZARETH DE ARAÚJO VELASCO
 CB PM RR RG 21760 LILIA MARIA DE OLIVEIRA DAMASCENO
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO
 Governador do Estado

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará, e Considerando a Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021; Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº 2022/805005;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convocados, pelo período de 2 (dois) anos, os Policiais Militares da Reserva Remunerada a seguir nominados, de acordo com o artigo 78, §2º da Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021:

CEL PM RR ELIZETH DO SOCORRO DA SILVA BRAGA
 TEN CEL PM RR MARYCÉLIA DOMINGUES RODRIGUES
 CAP PM RR FRANCISCO JOSÉ CASTRO DE SOUZA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO
 Governador do Estado

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará, e

Considerando a Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021; Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº 2022/688754;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convocados, pelo período de 2 (dois) anos, os Policiais Militares da Reserva Remunerada a seguir nominados, de acordo com o artigo 78, §2º da Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021:

SUB TEN PM RR VALDEMIR CRISTO DA CRUZ
 SUB TEN PM RR JOSÉ AIRTON BATISTA DE OLIVEIRA
 1º SGT PM RR MÁRCIO DE JESUS ALBUQUERQUE
 1º SGT PM RR ANA CRISTINA MARTINS DE ALMEIDA RODRIGUES

2º SGT PM RR MARÍLIA SANTOS DE ARAUJO
 2º SGT PM RR MARA RÚBIA FERREIRA MORAIS
 2º SGT PM RR ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS SOBRINHO

2º SGT PM RR JOSÉ RAIMUNDO DE AZEVEDO
 2º SGT PM RR ELIZÂNGELA DE NAZARÉ BEZERRA PONTES
 2º SGT PM RR TÂNIA DO SOCORRO MARTINS DE SOUSA

2º SGT PM RR GORETTE CONCEIÇÃO CARVALHO GONÇALVES
 3º SGT PM RR MARIA EUNICE PIEDADE PAIVA
 3º SGT PM RR EDINA BORGES MOARES

CB PM RR SANDRA DO SOCORRO SOUSA PANTOJA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 7 de julho de 2022.

PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO
 Governador do Estado

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará; e

Considerando a Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021; Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº 2022/413461;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convocados, pelo período de 2 (dois) anos, os Policiais Militares da Reserva Remunerada a seguir nominados, de acordo com o artigo 78, §2º da Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021:

CAP PM RR HALDEMAR AGUIAR DOS SANTOS
 2º TEN PM RR AFONSO PALMA DA PAIXÃO SILVA
 SUB TEN PM RR VALTER FERNANDO DA SILVA ALMEIDA

SUB TEN PM RR WILSON DE AZEVEDO TEIXEIRA
 SUB TEN PM RR LILIANA CARVALHO MAUÉS DE ALBUQUERQUE
 SUB TEN PM RR ANTÔNIO CARLOS MODESTO

SUB TEN PM RR EURIVALDO SOBREIRA REZENDE
 SUB TEN PM RR GÉRSO CARLOS VASCONCELOS DE OLIVEIRA
 SUB TEN PM RR ANTONIO CONCEIÇÃO DUTRA DOS SANTOS

SUB TEN PM RR MANUEL JOSÉ CARDOSO PEREIRA
 SUB TEN PM RR LUIZ AUGUSTO RODRIGUES SOUSA
 1º SGT PM RR JOSÉ FERREIRA DE SOUZA
 1º SGT PM RR JOÃO LUIS RIVAS DE CARVALHO
 1º SGT PM RR JOSUÉ ZEGERINO DAS CHAGAS
 2º SGT PM RR SUELY DO SOCORRO SANTOS ALMEIDA
 2º SGT PM RR RUI RUBENS GALVÃO DE SOUSA
 2º SGT PM RR ROBERTO CARLOS NASCIMENTO ALBUQUERQUE
 2º SGT PM RR MARIANA PINHEIRO BASTOS
 3º SGT PM RR ELMO DA SILVA MACHADO
 3º SGT PM RR EDILSON DA SILVA FERNANDES
 3º SGT PM RR GILBERTO ALCÂNTARA GARCIA
 CB PM RR MÁRCIA REGINA NOVAES REGO
 Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO
 Governador do Estado

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 2022

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado do Pará, e Considerando a Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021; Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº 2022/795535;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam convocados, pelo período de 2 (dois) anos, os Policiais Militares da Reserva Remunerada a seguir nominados, de acordo com o artigo 78, §2º da Lei Complementar nº 142, de 16 de dezembro de 2021:

SUB TEN BM RR JORGE CORRÊA DE SOUZA
 SUB TEN BM RR VALDECY PONTES CHAVES
 SUB TEN BM RR JOSÉ NILSON MENDONÇA DO AMARAL

SUB TEN BM RR TONI CARLOS MIRANDA DE SOUZA

SUB TEN BM RR FRANCISCO SOARES PONTES

1º SGT BM RR NILTON GASPAR DA COSTA ALMEIDA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 8 DE JULHO DE 2022.

HELDER BARBALHO
 Governador do Estado

Protocolo: 826556

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

ERRATA

Termo de Errata

DOE nº 35.038– Edição do dia 08/07/2022. Protocolo: 825748.

Onde se lê: VIGÊNCIA: 07/07/2022 a 14/10/2023.

Leia-se: VIGÊNCIA: 07/07/2022 a 14/10/2022.

Protocolo: 826176

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1161/2022-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 441/2022-CCG, de 07/04/2022, publicado no DOE nº 34.927, de 08/04/2022, e

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2022/868568 de 07 de julho de 2022;

RESOLVE:

I - Autorizar a servidora abaixo relacionada a se deslocar no trecho SANTA-RÉM/ BELÉM/ SANTARÉM/PA, no período de 12 a 20/07/2022.

Servidor	Objetivo
ALDA LUZ DUARTE ARAÚJO, CPF 261.073.332-15, matrícula funcional nº 5911283/2, cargo Coordenador de Área, lotada no Centro Regional de Governo do Baixo Amazonas.	Participar de Agenda Institucional, com o objetivo de viabilizar demandas para o desenvolvimento econômico nos Municípios da região Oeste-Pa, na referida cidade.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 8.½ (oito e meia) diárias a servidora acima, que se deslocará conforme item I.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 08 DE JULHO DE 2022.

LUCIANA BITENCOURT SOARES

Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 1162/2022-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 441/2022-CCG, de 07/04/2022, publicado no DOE nº 34.927, de 08/04/2022, e

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO o processo nº 2022/869299 de 07 de julho de 2022;

CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.

RESOLVE:

I - Autorizar a servidora abaixo relacionada a se deslocar para o município de TUCURUI/PA, no período de 08 a 09/07/2022.

Servidor	Objetivo
LUCIENNE BANDEIRA PINTO, CPF 207.295.102-04, matrícula funcional nº 7004460/4, Mestre de Cerimônia, lotada no Gabinete do Governador.	Assessorar agenda pública do Governo do Estado, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias a servidora acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 08 DE JULHO DE 2022.
LUCIANA BITENCOURT SOARES
Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 1163/2022-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 441/2022-CCG, de 07/04/2022, publicado no DOE nº 34.927, de 08/04/2022, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo nº 2022/869990, de 08 de julho de 2022;
RESOLVE:
I - Autorizar o servidor abaixo relacionado a se deslocar para o município de SALINÓPOLIS/PA, no período de 11 a 15/07/2022.

Servidor	Objetivo
MARIVALDO MACIEL DE CARVALHO, CPF 29425131287, matrícula funcional nº 5046912/4, ocupante do cargo de Assessor, lotado na Diretoria de Gestão de Logística.	Dar apoio logístico no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 4.½ (quatro e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 08 DE JULHO DE 2022.
LUCIANA BITENCOURT SOARES
Coordenadora de Relações Governamentais

PORTARIA Nº 1164/2022-CRG

A COORDENADORA DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pela PORTARIA Nº 441/2022-CCG, de 07/04/2022, publicado no DOE nº 34.927, de 08/04/2022, e CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o processo nº 2022/869309, de 07 de julho de 2022;
CONSIDERANDO ainda, tratar-se de Agenda Oficial de Governo.
RESOLVE:
I - Autorizar a servidora abaixo relacionada a se deslocar para o município de TUCURUÍ/PA, no período de 08 a 09/07/2022.

Servidor	Objetivo
PATRICCIA HEITMANN ELERES, CPF 646.668.242-00, matrícula funcional nº 5958137/1, Diretora do Cerimonial, lotada na Diretoria do Cerimonial.	Assessorar agenda pública do Governo do Estado, no referido município.

II - Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diárias a servidora acima, que se deslocou conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 08 DE JULHO DE 2022.
LUCIANA BITENCOURT SOARES
Coordenadora de Relações Governamentais

Protocolo: 826284

PORTARIA Nº 898/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/861571,
R E S O L V E:
autorizar RICARDO BRISOLLA BALESTRERI, Secretário Estratégico de Estado de Articulação da Cidadania, a viajar para o Rio de Janeiro/RJ, no período de 12 a 14 de julho de 2022, a fim de participar de reunião com a Empresa Hydro, para alinhamento de ordem técnica e conceitual em relação aos projetos de construção das Usinas da Paz dos Territórios da Terra Firme, Jurunas e Guamá.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 899/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e
CONSIDERANDO as informações constantes no Processo nº. 2022/863989,
R E S O L V E:
autorizar JOÃO CHAMON NETO, Secretário Regional de Governo do Sudeste do Pará, a viajar no trecho Marabá/Belém/Marabá, no período de 11 a 13 de julho de 2022, para cumprir agenda institucional, e conceder para tanto 2 e ½ (duas e meia) diárias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 900/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2022/861230,
R E S O L V E:
I. exonerar CARLOS VICTOR SOUZA SILVA do cargo em comissão de Gestor de Território da Paz, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 6 de julho de 2022.
II. nomear JANINE MORAIS PINTO BRANDÃO para exercer o cargo em comissão de Gestor de Território da Paz, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 6 de julho de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 901/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/861230,
R E S O L V E:
I. exonerar JANINE MORAIS PINTO BRANDÃO do cargo em comissão de Gerente de Rede Local de Cidadania, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 6 de julho de 2022.
II. nomear SARA PINHEIRO DA SILVA para exercer o cargo em comissão de Gerente de Rede Local de Cidadania, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 6 de julho de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 902/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/861230
R E S O L V E:
nomear CARLOS VICTOR SOUZA SILVA para exercer o cargo em comissão de Coordenador Geral das Usina da Paz, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 6 de julho de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 903/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/793915,
R E S O L V E:
I. exonerar JOÃO VICTOR DA COSTA MATTOS do cargo em comissão de Assessor Técnico II, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 24 de junho de 2022.
II. nomear FRANCISCO RAINERO DE SOUSA FILHO para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico II, código GEP-DAS-012.4, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 24 de junho de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 904/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/793915,
R E S O L V E:
I. exonerar FRANCISCO RAINERO DE SOUSA FILHO do cargo em comissão de Gerente de Apoio Estratégico, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 24 de junho de 2022.
II. nomear JOÃO VICTOR DA COSTA MATTOS para exercer o cargo em comissão de Gerente de Apoio Estratégico, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania, a contar de 24 de junho de 2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.
LUIZIEL GUEDES
Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 905/2022-CCG, DE 8 DE JULHO DE 2022

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/870478,

R E S O L V E:

nomear EUZÉBIO RODRIGUES DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de Coordenador Geral das Usinas da Paz, código GEP-DAS-011.5, com lotação na Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 8 DE JULHO DE 2022.

LUIZIEL GUEDES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº. 888/2022-CCG, DE 6 DE JULHO DE 2022*

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997,

R E S O L V E:

I. exonerar EDUARDO NICOLAU DEMETRIO NETO do cargo em comissão Assessor II, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, a contar de 31 de maio de 2022.

II. nomear VANESSA DE SOUZA ALMEIDA para exercer o cargo em comissão Assessor II, código GEP-DAS-011.4, com lotação na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia, a contar de 7 de julho de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 6 JULHO DE 2022.

LUIZIEL GUEDES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

*** Republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial do Estado nº 35.037, de 7 de julho de 2022.**

ERRATA DA PORTARIA Nº 896/2022-CCG, DE 7 DE JULHO DE 2022, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 35.038, DE 8 DE JULHO DE 2022.

Onde se lê: ...na Secretaria de Estado de Cultura – SECULT,...

Leia-se: ...no Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio,...

LUIZIEL GUEDES

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo: 826557

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA**PORTARIA****PORTARIA Nº 050/2022 – CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022.**

O SUBCHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos da Súmula do STF nº 473, e RESOLVE: I - TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 621/2022 – DI/CMG, publicada no DOE nº 35.022, de 27 de junho de 2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 08 DE JULHO DE 2022. MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES - CEL QOPM RG 13827 Subchefe da Casa Militar da Governadoria do Estado.

Protocolo: 826305

EXTRATO DE PORTARIA Nº 734/2022 – DI/CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Salinópolis/PA;Período: 08 a 12/07/2022;Quantidade de diárias: 5,0 (alimentação);Servidores civis: Delival da Gama Lobo, MF nº 3373975/2, Ivanete Bento Ferreira da Silva, MF nº 51855455/5;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826266

EXTRATO DE PORTARIA Nº 735/2022 – DI/CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Salinópolis/PA;Servidores civis/Período/Diária: Geliane Matias Damasceno, MF nº 5951050/2, 07 a 12/07/2022 (seis de alimentação), Marcio Alexandre Brito Pinto, MF nº 5950987/2, de 07 a 15/07/2022 (nove de alimentação);Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826267

PORTARIA Nº 049/2022 – CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022.

O SUBCHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,CONSIDERANDO os termos da Súmula do STF nº 473, e RESOLVE:I - TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 620/2022 – DI/CMG, publicada no DOE nº 35.022, de 27 de junho de 2022.DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 08 DE JULHO DE 2022.MARCO ANTONIO SIROTHEAU CORREA RODRIGUES - CEL QOPM RG 13827Subchefe da Casa Militar da Governadoria do Estado

Protocolo: 826269

EXTRATO DE PORTARIA Nº 719/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Barcarena/PA;Período: 29/06/2022 a 01/07/2022;Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação) 2,0 (pousada);Servidores: 3º SGT PM Marcos Alexandre Martins Pires, MF nº 54194761/2, CB PM Antonivaldo Rodrigues Alcantara, MF nº 57222607/2, CB PM Raimundo Hélio Pereira de Lima, MF nº 57232600/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826180

EXTRATO DE PORTARIA Nº 721/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Aurora do Pará/PA;Período: 05 a 10/07/2022;Quantidade de diárias: 6,0 (alimentação) 5,0 (pousada);Servidor: CB PM José Maria da Silva Junior, MF nº 4219260/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826183

EXTRATO DE PORTARIA Nº 722/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: participar de audiência judicial na Vara Única do município;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Breves/PA;Período: 12 a 14/07/2022;Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação) 2,0 (pousada);Servidor: SD PM Danilo Pantoja Magalhães, MF nº 6402551/1;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826185

EXTRATO DE PORTARIA Nº 723/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Salinópolis/PA;Período: 04 a 18/07/2022;Quantidade de diárias: 15,0 (alimentação) 14,0 (pousada);Servidores: 3º SGT PM José Edilson da Conceição Sobrinho, MF nº 54193115/1, CB PM Rodolfo Ramos de Abreu, MF nº 57221855;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826186

EXTRATO DE PORTARIA Nº 724/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;-Destino: São João de Pirabas/PA;Período: 30/06/2022 a 01/07/2022;Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) 1,0 (pousada);Servidores: 3º SGT PM Ronison Bonfim, MF nº 57199781, 3º SGT PM Osmar da Conceição Moraes de Sousa Junior, MF nº 57200026/3, 3º SGT PM Joelson Souza Santos, MF nº 57199482/1;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826187

EXTRATO DE PORTARIA Nº 725/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: São Paulo/SP;Período: 07 a 10/07/2022;Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) 3,0 (pousada);Servidor: CEL QOPM Osmar Vieira da Costa Júnior, MF nº 3405915/4;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826188

EXTRATO DE PORTARIA Nº 726/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destinos: São João de Pirabas/PA e Salinópolis/PA;Período: 01 a 02/07/2022;Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) 1,0 (pousada);Servidor: MAJ QOPM Heitor Lobato Marques, MF nº 57198332/3;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826189

EXTRATO DE PORTARIA Nº 720/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: Em complementação a PORTARIA Nº 668/2022 – DI/CMG, a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Barcarena/PA;Período: 29/06/2022 a 01/07/2022;Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) 2,0 (pousada);Servidor: 1º TEN QOPM Luiz Paulo Benjamin Leal, MF nº 4220579/4;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826182

EXTRATO DE PORTARIA Nº 727/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Salinópolis/PA;Período: 30/06/2022 a 04/07/2022;Quantidade de diárias: 5,0 (alimentação) 4,0 (pousada);Servidor: CB PM Carlos Alberto de Sousa Silva, MF nº 57222004/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826192

EXTRATO DE PORTARIA Nº 728/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Salinópolis/PA;Período: 29/06/2022 a 04/07/2022;Quantidade de diárias: 5,0 (alimentação) 5,0 (pousada);Servidores: Wellison Correa Santos, MF nº 5197651/3, Raimundo Nonato Sarmiento Alcantara, MF nº 3359611/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826193

EXTRATO DE PORTARIA Nº 729/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Tucuruí/PA;Período: 06 a 09/07/2022;Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) 3,0 (pousada);Servidores: CB PM Joselito Mendes Santos, MF nº 4220523/2, CB PM Jamile Yasmim Cardoso Santos, MF nº 4220511/1;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826194**EXTRATO DE PORTARIA Nº 730/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022**

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Tucuruí/PA;Período: 06 a 09/07/2022;Quantidade de diárias: 4,0 (alimentação) 3,0 (pousada);-Servidora: 2º SGT PM RR Kátia do Socorro Moraes de Lima Oliveira, MF nº 5388937/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826195**EXTRATO DE PORTARIA Nº 731/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022**

Objetivo: Em complementação a PORTARIA Nº 726/2022 – DI/CMG, a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Salinópolis/PA;Período: 02 a 11/07/2022;Quantidade de diárias: 9,0 (alimentação) 9,0 (pousada);Servidor: MAJ QOPM Heitor Lobato Marques, MF nº 57198332/3;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826197**EXTRATO DE PORTARIA Nº 732/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022**

Objetivo: desempenhar funções administrativas inerentes ao Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Aurora do Pará/PA;Período: 05 a 10/07/2022;Quantidade de diárias: 6,0 (alimentação) 5,0 (pousada);Servidor: 2º SGT PM RR Pedro dos Santos Brito, MF nº 53856360/1;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826198**EXTRATO DE PORTARIA Nº 733/2022 – DI/CMG, DE 07 DE JULHO DE 2022**

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Tucuruí/PA;Período: 07 a 09/07/2022;Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação) 2,0 (pousada);Servidores: MAJ QOPM José Rogério da Silva Holanda, MF nº 57198359/2, 3º SGT PM Ronison Bonfim, MF nº 57199781, CB PM Alécio Fábio Cunha Silva, MF nº 4218819/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826200**EXTRATO DE PORTARIA Nº 736/2022 – DI/CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022**

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Tucuruí/PA;Período: 07 a 09/07/2022;Quantidade de diárias: 3,0 (alimentação) 2,0 (pousada);Servidores: MAJ QOPM Adriano Rogério Dantas Monteiro, MF nº 54192566/2, 2º SGT PM Jeremias da Silva de Brito, MF nº 5591902/2, 3º SGT PM Israel Barbosa Braga, MF nº 57199589/2, CB PM Fabricio Luiz Matos Boução, MF nº 57222016/2, CB PM Jhemerson Costa Santos, MF nº 42196931, SD PM Luciano Audai Ferreira Pereira, MF nº 6402188/3;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 737/2022 – DI/CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço do Governo do Estado;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Salinópolis/PA;Período: 08 a 09/07/2022;Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) 1,0 (pousada);Servidores: 1º SGT PM Manoel Jacinaldo Alves Cota, MF nº 5420105/3, SD PM Marília Castro Alves, MF nº 6401403/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 738/2022 – DI/CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço da Casa Militar da Governadoria;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Aurora do Pará/PA;Período: 08/07/2022;Quantidade de diárias: 1,0 (alimentação);Servidor: SD PM Renan da Silva Pinho, MF nº 5922322/3;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 739/2022 – DI/CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço da Casa Militar da Governadoria – CMG/PA;Município de Origem: Belém/PA;Destino: Capanema/PA;Período: 08 a 09 /07/2022;Quantidade de diárias: 2,0 (alimentação) 1,0 (pousada);

Servidores: MAJ QOPM Richard Batista da Costa, MF nº 57199495/2, 3º SGT PM Jefferson Patrick Ferreira Dias, MF nº 57199690/2, CB PM Rose-nildo Gonçalves Alves, MF nº 57227675/2, SD PM Kenny Souza Carvalho, MF nº 06402259/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

EXTRATO DE PORTARIA Nº 740/2022 – DI/CMG, DE 08 DE JULHO DE 2022

Objetivo: a serviço da Casa Militar da Governadoria – CMG/PA, em complementação à Portaria nº 704/2022 – DI/CMG;Município de Origem: Belém/PA;Destino: São Paulo/SP;Período: 08/07/2022;Quantidade de diárias: 1,0 (pousada);Servidor: TEN CEL QOPM Cassio Tabaranã Silva, MF nº 5807867/2;Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data do retorno.Ordenador: CEL QOPM Marco Antonio Sirotheau Correa Rodrigues;

Protocolo: 826551**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****PORTARIA Nº 341/2022-PGE.G., 08 de julho de 2022.**

O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...

RESOLVE:

I - CONCEDER, 15 (quinze) dias de residual de férias à servidora, Yasmim Santana de Almeida Folha, identidade funcional nº 5926131/2, no período de 18.07 a 01.08.2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

II - DESIGNAR, a servidora Shirley Pereira Pires, Id. Funcional nº 57174482/2, para responder pelo Cargo de Assessor VI, por motivo de férias da titular, Yasmim Santana de Almeida Folha, identidade funcional nº 5926131/2, nos períodos de 20.06 a 04.07.2022 e 18.07 a 01.08.2022. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GUSTAVO TAVARES MONTEIRO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício.

Protocolo: 826396**PORTARIA Nº 339/2022-PGE.G., 07 de Julho de 2022.**

O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício, no uso das suas atribuições legais...

RESOLVE:

TRANSFERIR, o gozo de férias referente ao período aquisitivo 2021/2022, da servidora Marílea Cardoso Gomes Santos, identidade funcional nº 2019450/9, concedida pela PORTARIA Nº 260/2022-PGE.G., de 30.05.2022, para o período de 11.07 a 09.08.2022.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GUSTAVO TAVARES MONTEIRO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício.

Protocolo: 826418**PORTARIA Nº 340/2022-PGE., 07 de Julho de 2022.**

O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício, no uso das suas atribuições legais...

RESOLVE:

EXCLUIR, da PORTARIA Nº 329/2022-PGE.G., de 30.06.2022 as férias referente ao período aquisitivo 2021/2022 da servidora Sandra Maria Silva Ferreira, identidade funcional nº 5433452/3, Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GUSTAVO TAVARES MONTEIRO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício.

Protocolo: 826425**ERRATA****O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício, no uso das suas atribuições legais...****RESOLVE:**

Publicar Errata da PORTARIA Nº 304/2022-PGE.G., de 20.06.2022, publicada no DOE nº 35020 de 24.06.2022.

Onde se lê:

Período de 27 a 28.06.2022

Leia-se:

Período de 27 a 29.06.2022

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GUSTAVO TAVARES MONTEIRO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício

Protocolo: 826365**DISPENSA DE LICITAÇÃO****TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2022**

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.921.759/0001-29 e EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.895.728/0001-80.

DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Energia Elétrica

ca para a Unidade Consumidora 241083, Endereço: Av. Conselheiro Furtado nº 616, CEP: 66.035-350, Belém-PA.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no artigo 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93, considerando o fornecimento realizado por concessionário, segundo as normas da legislação específica.

VALOR ESTIMADO: O valor global estimado da contratação é R\$ 48.163,29 (quarenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e vinte e nove centavos).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: UG 25101, Funcional Programática 25101.03.122.1297.8338, elemento de despesa 339039, fonte de recurso 0101. ORDENADOR RESPONSÁVEL: RICARDO NASSER SEFER, Procurador-Geral do Estado

FORO: Comarca de Belém – Estado do Pará.

Data: 11 de Julho de 2022.

RICARDO NASSER SEFER – Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 826369

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2022

O Procurador-Geral do Estado do Pará, resolve ratificar o Termo de Dispensa nº 04/2022 para a contratação de empresa para fornecimento de Energia Elétrica para a Unidade Consumidora 241083, Endereço: Av. Conselheiro Furtado nº 616, CEP: 66.035-350, Belém –PA, através da EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Valor total estimado: R\$ 48.163,29 (quarenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e vinte e nove centavos).

Belém (PA), 11 de Julho de 2022.

RICARDO NASSER SEFER – Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 826371

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 338/2022-PGE.G. Belém, 07 de julho de 2022

O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício, no uso das suas atribuições legais...

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico 2022/849882

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor David da Silva Neto, Assistente de Procuradoria, identidade funcional nº 55589343/1 e CPF nº 166.851.642-04, suprimento de fundos no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), o qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

25101.03.122.1297.8338 - 339030 - R\$ 2.200,00

25101.03.122.1297.8338 - 339039 - R\$ 800,00

25101.03.122.1297.8338 - 339033 - R\$ 300,00

O prazo para aplicação deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária, devendo a prestação de contas ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, após o término da aplicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

GUSTAVO TAVARES MONTEIRO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo, em exercício

Protocolo: 826216

DIÁRIA

PORTARIA Nº 342/2022-PGE.G. Belém, 08 de julho de 2022.

O Procurador-Geral do Estado, no uso das suas atribuições legais...

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico 2022/860332;

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 03 ½ diárias aos servidores Gustavo Tavares Monteiro, Procurador do Estado, identidade funcional nº 5896362/1, Bruno Anunciação das Chagas, Procurador do Estado, identidade funcional nº 5930947/1, Jobson de Oliveira Pereira, Procurador do Estado, identidade funcional nº 5940556/1, Maurício de Jesus Nunes da Silva, Procurador do Estado, identidade funcional nº 80845904/2, Renata Souza dos Santos, Procuradora do Estado, identidade funcional nº 54189413/2, para participarem do Seminário presencial "Dispensa, Inexigibilidade e a instrução segura dos processos nos regimes da Lei nº 8.666/1993", no período de 18.07 a 20.07.2022.

Local de origem: Belém/PA

Local de destino: São Paulo/SP

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ricardo Nasser Sefer

Procurador-Geral do Estado

Protocolo: 826406

SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA. Nº 193/2022 – GAB/SEAC

Belém PA, 08 de julho de 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Governamental de 08 de maio de 2020 e publicado no DOE 34.211 de 08 de maio de 2020;

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora Roseane de Souza Araujo, Matrícula, 5953472-1, a responder pelo = Nucleo de Controle Interno – NUCOI, nos períodos abaixo

citados, em razão das férias da titular Marcela Belo Guimarães, Matrícula 57226674-5, publicada no DOE 34.990 de 01/06/2022.

• 18 (dezoito) dias de férias regulamentares no período de 11/07/2022 a 28/07/2022, referente ao período aquisitivo 12/09/2019 a 11/09/2020;

• 15 (quinze) dias de férias regulamentares no período de 29/07/2022 a 12/08/2022, referente ao período aquisitivo 12/09/2020 a 11/09/2021;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Secretário, 08 de julho de 2022

Ricardo Brisolla Balestreri

Secretário Estado- SEAC

Protocolo: 826416

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DE LICITAÇÃO

PREGAO ELETRÔNICO Nº. 08/2022-SEAC

PROCESSO Nº. 2022/319269

A Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania-SEAC, comunica que realizará Dispensa de Licitação, por Cotação Eletrônica, do tipo menor preço por GRUPO/Lote Unico, conforme abaixo:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VIGILÂNCIA ELETRÔNICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, INTEGRADO POR SISTEMA DE ALARMES MONITORADOS 24H E SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV), para atender as demandas da SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC. DATA DA ABERTURA: 22 de Julho de 2022.

HORA DA ABERTURA: 11:00 (horário de Brasília).

LOCAL DE ABERTURA: web.banparanet.com.br/cotação

ENDEREÇO: Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania-SEAC – (Av. Doutor Freitas, nº 2531, Marco, Belém/PA CEP: 66.087-812. Tel.: (91) 3342-0355).

A integral do EDITAL poderá ser obtida no portal eletrônico de Compras do Governo do Estado do Pará, COMPRASPARA, endereço: www.compraspara.pa.gov.br

RICARDO BRISOLLA BALESTRERI

SECRETARIO DE ESTADO/SEAC

Protocolo: 826547

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022-seac

A SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA-SEAC, por intermédio de seu pregoeiro, torna público a adjudicação dos grupos 01 e 02 e dos itens 5 e 6 do Pregão Eletrônico nº 07/2022-SEAC, para a contratação de empresa especializada no para o fornecimento EQUIPAMENTO DE ÁUDIO, pelo período de 12 (doze) meses, para atender as Usinas da Paz dos territórios da Terra Firme, Guamá e Jurunas. Adjudico o grupo 01 para a empresa Cléber Nascimento da Rosa, inscrita no CNPJ: 11.142.525/0001-88, no valor global de R\$ 19.499,74 (Dezenove mil quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos). Adjudico o grupo 02 e item 6 para a empresa CLAUDINEI TONIETTI EPP - INSTRUMENTOS MUSICAIS, ILUMINAÇÃO E SOM, inscrita no CNPJ: 11.142.525/0001-88, no valor global de R\$ 145.778,21 (Cento e Quarenta e Cinco Mil e Setecentos e Setenta e Oito Reais e Um Centavos), Adjudico o item 5 para a empresa ANTONIA RAIMUNDA ALVES - ME, inscrita no CNPJ Nº: 12.560.585/0001-83, no valor global de R\$51.300,00 (Cinquenta e um mil, trezentos reais).

Belém/PA, 08 de julho de 2022.

JORGE LUIS MARQUES LOPES

Pregoeiro

Protocolo: 826310

DIÁRIA

Portaria 195/2022-GAB/SEAC

Belém PA, 08 de julho de 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Governamental de 08 de maio de 2020 e publicado no DOE 34.211 de 08 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe os Art. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e,

CONSIDERANDO o Processo nº 2022/868455

RESOLVE:

CONCEDER aos servidores abaixo, 12,5 (doze e meia) diárias, no período de 11/07/2022 a 23/07/2022, para os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Estado do Pará, cujo objetivo para dar “em razão da implementação do Software TerPaz e treinamento dos técnicos das Usipaz dos referidos municípios”.

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CPF
5947385-2	CRISTIAN BRUNO PIMENTEL	005.033.262-75

DÊ-SE CIENCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Gabinete do Secretário, 08 de julho de 2022

RICARDO BRISOLLA BALESTRERI

SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo: 826539

Portaria 190/2022-GAB/SEAC
Belém PA, 08 de julho de 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Governamental de 08 de maio de 2020 e publicado no DOE 34.211 de 08 de maio de 2020;
CONSIDERANDO o que dispõe os Art. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e,
CONSIDERANDO o Processo nº 2022/861477
RESOLVE:
CONCEDER ao servidor abaixo, 4,5 (quatro e meia) diárias, no período de 11/07/22 a 15/07/2022, no município de Abaetetuba, no Estado do Pará, cujo objetivo para dar “apoio no monitoramento do Comitê Municipal de erradicação dos Acidentes de Motor de escalpelamento”.

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CPF
55208516-1	ARLISSON SOUSA CARDOSO	763.762.492-72

DÊ-SE CIENCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
Gabinete do Secretário, 08 de julho de 2022
RICARDO BRISOLLA BALESTRERI
SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo: 826370

Portaria 191/2022-GAB/SEAC
Belém PA, 08 de julho de 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Governamental de 08 de maio de 2020 e publicado no DOE 34.211 de 08 de maio de 2020;
CONSIDERANDO o que dispõe os Art. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e,
CONSIDERANDO o Processo nº 2022/852956
RESOLVE:
CONCEDER aos servidores abaixo, 12,5 (doze e meia) diárias, no período de 11/07/22 a 23/07/2022, para os municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Estado do Pará, cujo objetivo para dar “em razão da implementação do Software TerPaz e treinamento dos técnicos das Usipaz dos referidos municípios”.

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CPF
5953276-2	FRANCISCO RAINEIRO DE SOUSA FILHO	051.433.052-09
5948166-3	JOAO VICTOR DA COSTA MATTOS	026.567.482-40
5947176-2	FABRICIO PINTO DE BARROS	667.073.742-49

DÊ-SE CIENCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
Gabinete do Secretário, 08 de julho de 2022
RICARDO BRISOLLA BALESTRERI
SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo: 826366

Portaria 192/2022-GAB/SEAC
Belém PA, 08 de julho de 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Governamental de 08 de maio de 2020 e publicado no DOE 34.211 de 08 de maio de 2020;
CONSIDERANDO o que dispõe os Art. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e,
CONSIDERANDO o Processo nº 2022/820243
RESOLVE:
CONCEDER aos servidores abaixo, 6,5 (seis e meia) diárias, no período de 10/07/22 a 16/07/2022, para os municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Estado do Pará, cujo objetivo para dar “se dará em razão das necessidades de conhecimento de situações que precisem de intervenções, especificamente aquelas relacionadas à estrutura de engenharia dos complexos (hidráulica, pinturas, qualidade geral da obra) nas Usipaz Parauapebas e Canaã dos Carajás; de registro da evolução dos complexos após a sua implementação nos referidos territórios; e de avaliação para a adoção de medidas de proteção contra incêndios necessárias à aprovação do Habite-se do Corpo de Bombeiros”.

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CPF
5921564-2	RENAN BRITO GOMES JANAHU	007.972.522-82
5956643-1	EDENILSON DE LIMA SOUZA	852.693.872-04
5434211-5	TANIA SUELI DO ROSARIO CORREA	303.004.522-68
5159121	RAIMUNDO ANTONIO FEIO DA COSTA	166.697.542-72

DÊ-SE CIENCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
Gabinete do Secretário, 08 de julho de 2022
RICARDO BRISOLLA BALESTRERI
SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo: 826362

Portaria 194/2022-GAB/SEAC
Belém PA, 08 de julho de 2022

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA ESTRATÉGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA – SEAC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Governamental de 08 de maio de 2020 e publicado no DOE 34.211 de 08 de maio de 2020;
CONSIDERANDO o que dispõe os Art. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e,
CONSIDERANDO o Processo nº 2022/850192
RESOLVE:
CONCEDER aos servidores abaixo, 2,5 (duas e meia) diárias, no período de 11/07/22 a 13/07/2022, para o município de Marabá, no Estado do Pará, cujo objetivo “em razão da condução dos servidores da Seduc, que irão realizar atividades na Usipaz Canaã”.

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CPF
5933049-2	EZEQUIEL GOMES SOARES	431.683.102-04

DÊ-SE CIENCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE
Gabinete do Secretário, 08 de julho de 2022
RICARDO BRISOLLA BALESTRERI
SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo: 826512

SECRETARIA DE ESTADO
DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 0203-GS/SEPLAD, DE 08 DE JULHO DE 2.022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto Governamental nº. 2.163 de 06 de abril de 2006, publicado no Diário Oficial nº 30.660 de 11/04/2006; Considerando os termos do Processo nº. 2022/823969;
RESOLVE:
Exonerar a pedido, o servidor ANDRE AUGUSTO PAMPLONA FREIRE, matrícula nº 5947484/1, do cargo de Auxiliar em Regulação de Serviços Públicos, lotado na Agencia de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON, a contar de 30/06/2.022 de acordo com o art. 59 da Lei nº 5810 de 24/01/94, resguardando o direito à recondução nas hipóteses do art. 57, inciso I, do citado diploma legal.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 08 de julho de 2.022.
IVALDO RENALDO DE PAULA LEDO
Secretário de Estado de Planejamento e Administração.

Protocolo: 826502

PORTARIA COLETIVA Nº 0199-GS/SEPLAD, DE 06 DE JULHO DE 2.022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto Governamental nº. 2.163 de 06 de abril de 2006, publicado no Diário Oficial nº 30.660 de 11/04/2006;
RESOLVE:
Exonerar a pedido, de acordo com o art. 59 da Lei nº 5810 de 24/01/94, os servidores abaixo discriminados:

Nome	Mat.	Cargo	Lotação	A contar	Processo
Monica de Oliveira Fragoso	5899875/1	Téc. em Gestão de Pesca e Aquicultura	SEDAP	10/05/2022	2022/579510
Sergio Murilo Pamplona Novaes	5948091/1	Controlador de Serviços Públicos	ARCON	01/07/2022	2022/823819
Adilson Tamaqueira Leão	5947475/1	Aux. em Regulação de Serviços Públicos	ARCON	04/07/2022	2022/835726

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, de 06 de julho de 2.022.
IVALDO RENALDO DE PAULA LEDO
Secretário de Estado de Planejamento e Administração.

Protocolo: 826087

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 665/2022-DAF/SEPLAD, DE 08 DE JULHO DE 2022.

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;
CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo nº 2022/753064;
RESOLVE:
I-CONCEDER ao servidor JOSE COSTA DA SILVA, Id. Funcional nº. 3253155, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Coordenadoria de Logística e Gestão, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 20 de junho de 2022 a 19 de julho de 2022, referente ao triênio de 10/10/1998 a 09/10/2001.
II-Os efeitos desta Portaria retroagirão a 20.06.2022.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRASE.
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 08 DE JULHO DE 2022.
IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO
Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 826544

PORTARIA Nº 659/2022-DAF/SEPLAD, DE 07 DE JULHO DE 2022.

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo nº 2022/842380;
RESOLVE:

CONCEDER à servidora LUCIA HELENA COSTA DE AZEVEDO, Id. Funcional nº. 26492/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 01 de agosto de 2022 a 30 de agosto de 2022, referente ao triênio de 14/08/2016 a 13/08/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 07 DE JULHO DE 2022.

IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 826053

PORTARIA Nº 660/2022-DAF/SEPLAD, DE 07 DE JULHO DE 2022.

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Processo nº 2022/853965;

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor HELDER AOOD DA SILVA, Identidade Funcional nº 54193877/1, ocupante do cargo de Agente de Portaria, lotado na Coordenadoria do Patrimônio Mobiliário, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 04 de agosto de 2022 a 02 de setembro de 2022, referente ao triênio de 29/09/2014 a 28/09/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 07 DE JULHO DE 2022.

IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 826067

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº. 663/2022-DAF/SEPLAD, DE 08 DE JULHO DE 2022

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022;
CONSIDERANDO o art. 1º do Decreto nº 855 de 24 de junho de 2020,

CONSIDERANDO o Processo nº2022/793518,

R E S O L V E:

DESIGNAR o servidor MARCELO PEREIRA LOBATO, Id. Funcional nº. 55587770/3, ocupante do cargo de Analista de Gestão Pública B, para responder pela Coordenadoria de Estudos Econômicos, durante o impedimento legal da titular GEOVANA RAIOL PIRES, Id. Funcional nº. 5815460/3, no período de 15/08/2022 a 13/09/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 08 DE JULHO DE 2022.

IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 826393

PORTARIA Nº. 662/2022-DAF/SEPLAD, DE 08 DE JULHO DE 2022

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022,
CONSIDERANDO o Processo nº2022/846687,

R E S O L V E:

I-DESIGNAR a servidora MARIA ANGELICA SANTOS DE SOUZA, Id. Funcional nº. 57212559/1, para responder pela Coordenadoria de Compras Governamentais, durante o impedimento legal do titular MILKNER NAZARENO MIRANDA DA ROCHA FILHO, Id. Funcional nº. 54197884/2, no período de 06/07/2022 a 04/08/2022.

II-Os efeitos desta Portaria retroagirão a 06/07/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 08 DE JULHO DE 2022.

IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 826414

PORTARIA Nº. 664/2022-DAF/SEPLAD, DE 08 DE JULHO DE 2022

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022,
CONSIDERANDO o Processo nº2022/839488,

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora ANNA VERENA ALVES TUMA, Id. Funcional nº. 5894980/4, para responder como Chefe de Gabinete, durante o impedimento legal da titular MARILIA LIMA DE MORAES, Id. Funcional nº. 57201165/1, no período de 15/08/2022 a 13/09/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 08 DE JULHO DE 2022.

IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 826399

ERRATA

ERRATA DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 002/2022 DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, PUBLICADA NO DOE Nº. 35.028 DE 30/06/2022

Onde se Lê: MICHELLE TORRES DOS SANTOS DE MELO

Leia-se: MICHELE TORRES DOS SANTOS DE MELO

Protocolo: 826321

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº. 661/2022-DAF/SEPLAD, DE 08 DE JULHO DE 2022

A Diretora de Administração e Finanças no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela PORTARIA Nº 1.667/2021 – CCG, de 10 de novembro de 2021, publicada no DOE nº 34.762 de 11 de novembro de 2021 e as delegadas pelo art. 4º da PORTARIA Nº 128/2022-GS/SEPLAD, de 25 de maio de 2022, publicada no DOE nº 34.990, de 01 de junho de 2022,
CONSIDERANDO o Processo nº2022/846687,

R E S O L V E:

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 547/2022-DAF/SEPLAD, de 13 de junho de 2022, publicada no DOE nº 35.007 de 14 de junho de 2022, que designou a servidora MARIA ANGELICA SANTOS DE SOUZA, Id. Funcional nº. 57212559/1, para responder pela Coordenadoria de Compras Governamentais, durante o impedimento legal do titular MILKNER NAZARENO MIRANDA DA ROCHA FILHO, Id. Funcional nº. 54197884/2, no período de 04/07/2022 a 02/08/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, 08 DE JULHO DE 2022.

IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo: 826408

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2020 – SEPLAD

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, com sede na Travessa do Chaco nº 2350 – Bairro do Marco, Belém/PA, inscrita no CNPJ/MF 35.747.782/0001-01.

CONTRATADO: INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – IADES inscrito no CNPJ sob o nº 11.432.298/0001-25, situada na QE 32 Conjunto C Lote 2 – Guará, CEP 71.065-031, Brasília - DF.

OBJETO DO ADITIVO:

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. Fica acordado entre as partes que a partir de novembro de 2022, não terá mais a Central de Atendimento ao Candidato (CAC - IADES) física em Belém, sendo atendida todas as solicitações por e-mail, telefone ou na central física em Brasília.

Data de Assinatura: 08/07/2022.

Vigência: 07/10/2022 a 06/10/2023

Ordenador: IRIS ALVES MIRANDA NEGRÃO

Diretora de Administração e Finanças.

Protocolo: 826552

IMPrensa Oficial do Estado

ERRATA

Errata da Matéria 825045, publicada no DOE Nº 35.037 (pag. 16)

de 07/07/2022. Onde se lê: Data de Abertura: 21/07/2022; **Leia-se:**

Data de Abertura: 26/07/2022.

Comissão de Licitação da IOE : Igor Martins

Protocolo: 826312

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

PROCESSO Nº. 2022/522431

Termo Aditivo:4º

Data da Assinatura:11/07/2022

Vigência: 11/07/2022 a 11/07/2023

Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.

Contrato:31

Exercício:2018

Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039

Contratada: REABILITAR FISIO CENTER SAÚDE S/S LTDA.-

REABILITAR FISIO CENTER

CNPJ Nº. .15.208.779/0001-02

Endereço: Conj. Cidade Nova IV, WE 31, nº232, Bairro: Coqueiro, Ananindeua/PA, CEP:67.133-140
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
TERMO ADITIVO A CONTRATO
PROCESSO Nº. 2022/522431
Termo Aditivo:4º
Data da Assinatura; 01/07/2022
Vigência: 01/07/2022 a 01/07/2023
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato:32
Exercício:2018
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO CAETANO S/S LTDA (MED CENTER)
CNPJ Nº 10.571.458/0001-54
Endereço: Trav. WE -36 nº 141,CIDADE NOVA IV, Bairro: Coqueiro, Ananindeua/PA, CEP: 67.133-120
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

TERMO ADITIVO A CONTRATO
PROCESSO Nº. 2022/522431
Termo Aditivo:4º
Data da Assinatura; 01/07/2022
Vigência: 01/07/2022 a 01/07/2023
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato:072
Exercício:2018
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS JCN LTDA(LABORATÓRIO SAN MORENO),
CNPJ Nº. 19.471.452/0001-80
Endereço:Trav WE 53, nº 02,Cidade Nova VII , Bairro: Coqueiro, Ananindeua /PA, CEP: 67.133-055
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PROCESSO Nº. 2022/522431
Termo Aditivo:3º
Data da Assinatura; 02/07/2022
Vigência: 02/07/2022 a 02/07/2023
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato:30
Exercício:2019
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: AMOEDO & MELO LTDA-ME- CLINICA ORTO TRAUMA
CNPJ Nº 08.984.822/0001-66
Endereço: Av. Senador Lemos- Nº.435, Ed. Village Boulevard sis 1002,1003,1105,1107, Umarizal/Belém, CEP 66.050-000
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PROCESSO Nº. 2022/522431
Termo Aditivo:3º
Data da Assinatura; 03/07/2022
Vigência: 03/07/2022 a 03/07/2023
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato:33
Exercício:2019
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: CTO- CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLOGICO LTDA,
CNPJ Nº . 08.631.788/0002-27
Endereço:TV PRIMEIRO DE MAIO,Nº.1445 Bairro Cristo Redentor, CASTANHAL/PA, CEP 68.742-390
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PROCESSO Nº. 2022/522431
Termo Aditivo:3º
Data da Assinatura; 11/07/2022
Vigência: 11/07/2022 a 11/07/2023
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato:34
Exercício:2019
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: SOM DIAGNÓSTICO LTDA CSD- CLÍNICA SOM DIAGNÓSTICOS
CNPJ Nº.14.055.768/0005-09,
Endereço: AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº.2990 Bairro centro, CASTANHAL/PA, CEP 68.740-005
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PROCESSO Nº. 2022/522431
Termo Aditivo:3º
Data da Assinatura:11/07/2022
Vigência: 11/07/2022 A 11/07/2023
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato: 36
Exercício:2019
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: ARAUJO E VELOSO LTFA EPP – CSO CLÍNICA DE SAÚDE DOS OLHOS
CNPJ Nº. 21.179.109/0001-08

Endereço: Tv Irmã Dulce, Nº.406, Bairro Pirapora, CASTANHAL/PA, CEP:68.740-061
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA
TERMO ADITIVO AO CONTRATO
PROCESSO Nº. 2022/522431
Termo Aditivo:2º
Data da Assinatura; 07/07/2022
Vigência: 07/07/2022 a 07/07/2023
Justificativa: Prorrogação do prazo de vigência.
Contrato: 11
Exercício: 2020
Dotação Orçamentária: 8888- 0261 - 339039
Contratada: HOSPITAL SÃO JOSÉ GESTÃO DE SAÚDE LTDA.
CNPJ Nº. 07.052.462/0001-00
Endereço: Avenida Conego Gerônimo Pimentel, nº SN, bairro: Vila dos Cabanos, CEP: 68.447-000, Barcarena/PA
Ordenador BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

Protocolo: 816063

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ

APOSENTADORIA

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.883 DE 15 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR Idade e tempo de contribuição - Processo nº 2012/251160.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso III, alínea “a”, e § 5º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, artigos 22, inciso I, 23, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e 110/2016, MARIA EDINA PANTOJA DA SILVA, mat. nº 418536/2, no cargo de Professor Classe II, nível C, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.640,34 (oito mil, seiscentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Média aritmética simples das maiores remunerações	8.640,34
Total de Proventos	8.640,34

II – Esta Portaria produzirá efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 821485

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.038 DE 24 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/554335.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, JOAO AMORAS DA PAIXAO, mat. nº 654671/1, na função de Vigia Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 821553

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2974 DE 22 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2013/545928.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A,

incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, ELVIRA OLIVEIRA DOS SANTOS, mat. nº 947296/2, no cargo de Professor Classe Especial, Nível F, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 10.497,39 (dez mil, quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.942,74
Aulas Suplementares – 96h	1.892,52
Gratificação do Magistério – VPNI	325,09
Gratificação Progressiva – 50%	1.971,37
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	2.365,64
Total de Proventos	10.497,39

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 821563

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA AP Nº 2854 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2018/189918. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; portaria interministerial MTP/ME nº 12/2022; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA CONCEICAO DA COSTA BRANDAO, mat. nº 6022260/2, na função de Professor Nível Médio, Ref. I, atualmente em extinção, com remuneração equivalente à de Professor Classe Especial, Nível A, nos termos do parágrafo único, do art. 46, da Lei nº 7.442/2010 – PCCR/SEDUC, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.087,22 (sete mil e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.845,64
Aulas Suplementares – 68h	1.307,51
Gratificação do Magistério – VPNI	292,38
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	2.115,10
Subtotal	7.560,63
Redutor LC nº 125/2019	473,41
Total de Proventos	7.087,22

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 821572

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA AP Nº 2.756 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo nº 2019/209039. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 19, inciso II da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 42, inciso IV, da Lei nº 6.839/2006; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARGARETH VARGAS ROCHA, mat. 5041473/1, no cargo de Professor Assistente, Classe B, Nível IV, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.350,95 (onze mil, trezentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 40h	3.233,89
Gratificação Incentivo de Pós-Graduação – 54%	1.746,30
Gratificação pela Escolaridade – 80%	2.587,11
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.783,65
Total de Proventos	11.350,95

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 821609

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA AP Nº 2.853 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo nº 2021/245598.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; Acórdão nº 37.151 nos autos do Processo nº 2007.4.009702-4 c/c art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994; Acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 0008829051998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém, MARGARIDA MARIA RIBEIRO TAVARES, mat. 2780/1, no cargo de Técnico em Gestão de Infra Estrutura – Arquiteto, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 8.163,78 (oito mil, cento e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	206,96
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.545,28
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Assessor II (DAS-4) – 40%	1.625,48
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	3.061,42
Total de Proventos	8.163,78

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822051

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA AP Nº 2.773 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2018/443558.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, DULCE PEREIRA MELO, mat. nº 645907/1, na função de Professor Colaborador Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.826,32 (onze mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.864,86
Aulas Suplementares – 24h	463,78
Gratificação do Magistério – VPNI	231,74
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.091,89
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	4.174,05
Total de Proventos	11.826,32

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822056

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA AP Nº 3.106 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo nº 2015/354396.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei

nº 5.810/1994; art. 7º da Lei nº 9.322/2021, MARIA DE NAZARE SILVA DE BARROS, mat. nº 552216/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.701,19 (seis mil, setecentos e um reais e dezenove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.845,64
Aulas Suplementares – 24h	461,48
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Secretária de Unidade Escolar – FG-3 – 30%	43,82
Gratificação de Magistério – VPNI	165,96
Adicional por Tempo de Serviço – 50% VPNI	1.944,73
	239,56
Total de Proventos	6.701,19

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822266

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.012 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2019/296334. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33, inciso IV, da Lei nº 5.351/86 combinado com a Manifestação nº 153/2021-PROJUR/IGEPREV; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994/c art. 36, parágrafo único da Lei 5.351/1986; Ofício nº 541/2012 - SAGE/SEDUC, LADEOMAR SANTOS CORREA, mat. nº 388599/1, na função de Professor Classe I, nível K, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.420,16 (doze mil, quatrocentos e vinte reais e dezesseis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.062,52
Gratificação de Magistério – VPNI	282,74
Gratificação de Titularidade – 5%	203,13
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.250,02
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	4.509,40
Vantagem Pessoal CV	112,35
Total de Proventos	12.420,16

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822275

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.831 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/965427. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, OTILIA SAPUCAIA, mat. nº 2054/1, função de Técnico A - Economista, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.563,01 (cinco mil quinhentos sessenta e três reais e um centavo), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.545,28
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	206,96
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.086,13
Total de Proventos	5.563,01

II – Os efeitos financeiros desta Portaria contarão a partir de 01/07/2022 data da implantação do benefício na folha de pagamento de inativos, considerando que a servidora vinha recebendo normalmente pela folha de ativos da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD.

III – A contagem do tempo de contribuição foi encerrada em 08/04/2021, data em que a servidora completou 75 anos de idade, conforme interpretação do §3º, art. 21, da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822280

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.029 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2014/21847. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso VII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DE FATIMA CARDOSO FERREIRA, mat. nº 5150256/1, na função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.588,91 (cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	246,42
Gratificação de Escolaridade – 80%	1.839,97
Adicional por Tempo de Serviço – 35%	1.448,98
Total de Proventos	5.588,91

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822287

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.104 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2016/507600. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, IEDA MARIA DE CASTRO NOBRE, mat. nº 3155277/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará – IASEP, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.025,09 (dois mil e vinte e cinco reais e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.265,68
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	759,41
Total de Proventos	2.025,09

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822298

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.043 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/215030. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, RAIMUNDO ESPINDOLA GARCIA, mat. nº 91014/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822797

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.914 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/574719.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 1º, inciso III, e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, VANILDA QUARESMA DE ALMEIDA, mat. 5148103/1, na função de Datilógrafo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.643,71 (dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e setenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Gratificação de Risco de Vida – 50%	607,75
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	820,46
Total de Proventos	2.643,71

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822813

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.096 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2015/333611.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA TRINDADE MIRANDA DE ANDRADE, mat. nº 78808/1, no cargo de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.158,48 (dois mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Chefe da Seção de Orçamento e Finanças – FG-4 – 80%	133,55
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	809,48
Total de Proventos	2.158,48

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822040

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.115 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/643598.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de

Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, FRANCISCA CASTRO DE MIRANDA, mat. nº 466328/1, na função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822042

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.825 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2018/189850.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARLENE FALCÃO DE OLIVEIRA, mat. nº 312606/2, na função de Colaborador Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.120,29 (doze mil, cento e vinte reais e vinte e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.864,86
Aulas Suplementares – 72h	1.391,35
Gratificação de Magistério – VPNI	293,81
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.091,89
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.478,38
Total de Proventos	12.120,29

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822450

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.800 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2018/376461.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, JOSE ALBERTO DO O, mat. nº 784826/1, na função de Professor Colaborador Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.352,18 (doze mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.864,86
Aulas Suplementares – 84h	1.623,24
Gratificação de Magistério – VPNI	293,81
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.091,89
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.478,38
Total de Proventos	12.352,18

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822466

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.829 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/271158. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, TELMA PAIXAO DOS ANJOS MONTEIRO, mat. nº 650757/2, no cargo de Professor Classe I, nível A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.097,51 (treze mil, noventa e sete reais e cinquenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.864,86
Aulas Suplementares – 84h	1.623,24
Gratificação de Magistério – VPNI	343,47
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.091,89
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	4.174,05
Total de Proventos	13.097,51

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822507

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.778 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/379666. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986; art. 7º da Lei nº 9.322/2021, IVALDINA RODRIGUES DA SILVA, mat. nº 607568/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.426,57 (oito mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.845,64
Aulas Suplementares – 60h	1.153,69
Gratificação de Magistério – VPNI	375,21
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.307,38
VPNI	744,65
Total de Proventos	8.426,57

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822523

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.896 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/153630. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 33, inciso IV, da Lei nº 5.351/86 combinado com a Manifestação nº 153/2021-PROJUR/IGEPREV; art. 32-A da Lei nº 7.442/2010 incluído pela Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, §

1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, KATIA NAZARE FERREIRA REIS, mat. nº 745030/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.677,45 (treze mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.002,18
Aulas Suplementares – 48h	960,52
Gratificação de Titularidade – 5%	200,11
Gratificação de Magistério Ed. Especial – 50%	2.001,09
Gratificação Progressiva – 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	4.512,46
Total de Proventos	13.677,45

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822220

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.130 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2019/534910. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, MARIA BEATRIZ DA SILVA INACIO, mat. nº 307017/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.110,11 (dois mil, cento e dez reais e onze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	748,75
Total de Proventos	2.110,11

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822228

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.042 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2013/604751. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA AUXILIADORA DE ARAÚJO COSTA, mat. nº 494429/1, na função de Professor Classe I, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.742,69 (doze mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.022,20
Aulas Suplementares – 48h	965,33
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Diretor da 9ª URE – Maracanã/PA – GD-5 – 50%	424,99
Gratificação de Magistério – VPNI	279,93
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.217,76
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.832,48
Total de Proventos	12.742,69

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822548

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2893 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/148171. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, NAZARE FERREIRA BRITO, mat. nº 555592/1, na função de Professor Classe Especial, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 5.039,54 (cinco mil, trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 100h	1.991,14
Gratificação Progressiva - 50%	995,57
Gratificação de Titularidade	175,19
Gratificação Magistério - VPNI	138,59
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	1.739,05
Total de Proventos	5.039,54

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822562

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2916 DE 21 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2013/523917. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, ALBERTO SOARES RIBEIRO, mat. nº 669261/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.151,33 (sete mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.845,64
Aulas Suplementares - 48h	922,95
Gratificação de Magistério - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	267,67
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	2.115,10
Total de Proventos	7.151,36

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822691

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2823 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2014/579897.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, IRLANDA GONCALVES PONTES, mat. 646130/1, na função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.823,25 (hum mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822695

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 3.141 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/175404 (2022/374029).

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Retificar a Portaria AP nº 1.668 de 20/07/2020, que aposentou ANA RITA PIRES e SILVA, mat. 5195258/2, no cargo de Professora Classe Especial, nível "F", pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 37, § 2º da Lei nº 5.351/1986 c/c Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 32, caput, da Lei nº 7.442/2010 c/c o art. 35, caput, da Lei nº 5.351/1986; art. 33, caput, da Lei nº 7.442/2010; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, de forma que a matrícula passe a constar sob o nº 5192528/2, permanecendo inalteradas as demais informações e valores das parcelas, percebendo à época os proventos mensais de R\$ 3.293,18 (três mil, duzentos e noventa e três reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 100h	1.055,50
Aulas Suplementares - 30h	316,65
Gratificação de Magistério - 10%	137,22
Gratificação Progressiva - 50%	686,08
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	1.097,73
Total de Proventos	3.293,18

II- Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/08/2020, data da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria, sem gerar efeitos financeiros. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Giussepp Mendes

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822707

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2985 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ - Processo nº 2013/546422.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso IV, incluído pela Lei nº 5.773/1993, e art. 2º, caput e parágrafo único, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DAS GRACAS TEIXEIRA DE LIMA, mat. nº 5173019/1, na função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.826,04 (dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Gratificação de Risco de Vida - 50%	607,75
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	1.002,79
Total de Proventos	2.826,04

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822711

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2873 DE 14 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/243251.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA DO SOCORRO FERREIRA RODRIGUES, mat. nº 6317286/3, no cargo de Professor Classe I, nível D, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 11.243,80 (onze mil, duzentos e quarenta e três reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.923,14
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.138,51
Gratificação do Magistério – VPNI	298,24
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	3.883,91
Total de Proventos	11.243,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822718

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.030 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2013/600101. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso VII, da Lei nº 5.810/1994, NAZARE RODRIGUES DOS SANTOS, mat. nº 5189403/1, na função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.837,84 (um mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 35%	476,48
Total de Proventos	1.837,84

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822734

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.885 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/876374. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, ANA LUCIA CORREA ALBUQUERQUE, mat. 429910/2, no cargo de Especialista em Educação, Classe II, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$9.053,73 (nove mil, cinquenta e três reais e setenta e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 150h	3.046,66
Gratificação pela Escolaridade – 80%	2.437,33
Gratificação de Titularidade	229,74
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Vice-Diretor de Unidade Escolar (GD-1) – 60%	127,39
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	3.212,61
Total de Proventos	9.053,73

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822743

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.133 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2018/466850. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “b”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 c/c Memorando Circular nº 07/2021 DIPRE/IGEPREV e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 29-A, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 89/2013; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, IVANIZA CANDIDA PEREIRA LIMA, mat. nº 5619149/1, no cargo de Investigador de Polícia, Classe “D”, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.530,48 (doze mil, quinhentos e trinta reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.826,60
Gratificação de Risco de Vida – 100%	1.826,60
Gratificação de Dedicação Exclusiva – 70%	1.278,62
Gratificação de Tempo Integral – 70%	1.278,62
Gratificação de Polícia Judiciária – 70%	1.278,62
Complementação Pecuniária – 80%	1.461,28
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	3.580,14
Total de Proventos	12.530,48

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822747

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.050 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2014/23730. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, ANA MARIA LEITE MONTEIRO, mat. nº 489344/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822764

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.063 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2014/384960. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, EDILEA IDEE MOREIRA DA COSTA, mat. nº 362328/1, na função de Professor Classe Especial, nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação –

SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$10.295,24 (dez mil, duzentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.022,20
Aulas Suplementares - 48h	965,33
Gratificação de Magistério - VPNI	279,96
Gratificação Progressiva - 50%	2.011,10
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	3.016,65
Total de Proventos	10.295,24

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822778

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.988 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INCAPACIDADE PERMANENTE - Processo nº 2020/1054793.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 16, da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020 c/c art. 36-A, da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021 e o respectivo §3º da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020, 36-B, da Lei Complementar nº 39/2002 incluído pela Lei Complementar nº 49/2005 e 36-C, da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016, MARÍLIA HADIMA MONTORIL SANTIAGO, mat. nº 57216518/1, no cargo de Perito Criminal, pertencente ao quadro de pessoal do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves – CPC-RC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.326,66 (cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

60% da média aritmética	5.326,66
Total de Proventos	5.326,66

II – Esta Portaria produzirá efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822965

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.034 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/650730.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, EDNA DOS ANJOS LEO, mat. nº 729078/1, na função de Agente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822970

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.117 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2017/329804.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 c/c Memorando Circular nº 07/2021 DIPRE/IGEPREV e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 29-A, §§ 3º e 4º,

da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 89/2013; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, LUCIANO MACHADO PEREIRA SEIXAS JUNIOR, mat. nº 5332230/1, no cargo de Investigador de Polícia, Classe “D”, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.425,51 (treze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.826,60
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.826,60
Gratificação de Dedicção Exclusiva - 70%	1.278,62
Gratificação de Tempo Integral - 70%	1.278,62
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	1.278,62
Complementação Pecuniária - 80%	1.461,28
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	4.475,17
Total de Proventos	13.425,51

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822978

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.112 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/294639.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, EUNICE FURTADO MAGALHAES, mat. nº 112267/1, na função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional de Tempo de Serviço - 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822980

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.107 DE 27 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/189896.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA JOSE BATISTA DA SILVA, mat. nº 458112/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$9.283,48 (nove mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Gratificação Magistério - VPNI	278,57
Gratificação Progressiva - 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	3.001,64
Total de Proventos	9.283,48

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822991

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.097 DE 27 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2021/260011. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, SELMA SUELY FELIX RIBEIRO, mat. nº 5062837/2, no cargo de Professor Classe II, Nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.819,62 (doze mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.102,94
Gratificação Magistério - VPNI	311,91
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.282,35
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.690,39
Total de Proventos	12.819,62

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823005

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.027 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/91127. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acórdão nº 2.971/91 exarado pelo TRT da 8ª Região transitado em julgado; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, ADEMAR MONTEIRO, mat. nº 14257/1, na função de Médico Veterinário, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$22.190,40 (vinte e dois mil, cento e noventa reais e quarenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base Decisão Judicial	6.879,46
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	825,54
Gratificação pela Escolaridade - 80%	6.164,00
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	8.321,40
Total de Proventos	22.190,40

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823011

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2811 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2019/301037. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; Parecer nº 402/88 – CONJUR/DETRAN e Súmula nº 76 do TST; art. 14-B, caput, § 1º e § 2º, da Lei nº 6.064/1997; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, IRACEMA CONCEICAO DOS SANTOS, mat. 3262502/1, na função de Assistente de Administração,

pertencente ao quadro de pessoal do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$4.699,15 (quatro mil, seiscentos e noventa e nove reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.637,17
Hora Extra Incorporada - 48h	187,77
Gratificação de Trânsito	995,17
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Secretária da Diretoria de Controle de Condutores (FG-4) - 70%	116,86
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	2.139,98
Total de Proventos	4.699,15

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822686

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.031 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/136546. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, AVELINO OLIVEIRA DA COSTA, mat. nº 556548/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.574,38 (sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.845,64
Aulas Suplementares - 60h	1.153,69
Gratificação de Magistério - VPNI	267,67
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	2.307,38
Total de Proventos	7.574,38

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822958

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.633 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2020/525871. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 c/c Memorando Circular nº 07/2021 DIPRE/IGEPREV e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 29-A, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 89/2013; art. 70, inciso V, alínea “b” e § 1º, redação original, da Lei Complementar nº 22/1994; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, LEOCADIO DE ALMEIDA CARVALHO NETO, mat. nº 5205000/1, no cargo de Investigador de Polícia, Classe D, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.772,56 (treze mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.826,60
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.826,60
Gratificação de Dedicção Exclusiva - 70%	1.278,62
Gratificação de Tempo Integral - 70%	1.278,62
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	1.278,62
Complementação Pecuniária - 80%	1.461,28
Adicional de Curso de Especialização - 30%	547,98
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	4.274,24
Total de Proventos	13.772,56

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817282

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.828 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/225488.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MANOEL XAVIER LOPES, mat. 543748/1, na função de Vigia Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817668

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.808 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2015/68728.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, VANILDA CAVALCANTE DA POCA, mat. nº 501719/1, na função de Professor Classe II, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.652,74 (doze mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.082,52
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Vice Diretor de Unidade Escolar - GD-1 - 60%	127,39
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.266,02
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.744,78
Total de Proventos	12.652,74

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817683

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.875 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2017/108943.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, MARIA JOSE FLEXA DA ROCHA, mat. nº 3208419/1, na função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$4.811,74 (quatro mil, oitocentos e onze reais e setenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Gratificação pela Escolaridade - 80%	1.379,71
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	1.707,39
Total de Proventos	4.811,74

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817697

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 2.889 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2019/555334.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Retificar a Portaria AP nº 2.264, que aposentou o servidor DOMINGOS DA SILVA CAMPOS, mat. 92134/1, na função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, por meio do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, de forma a retificar o valor total de proventos, passando a receber nessa situação os proventos mensais de R\$1.998,22 (um mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Chefe de Seção de Apoio Técnico (FG-4) - 20%	33,39
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	749,33
Total de Proventos	1.998,22

II - Essa portaria não irá gerar efeitos financeiros, eis que os valores foram pagos corretamente desde 01/06/2022, data da Portaria de Aposentadoria AP nº 2.264 de 06/05/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 818570

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.812 DE 09 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/145143.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, ELIANA MERIAM DA SILVA BEZERRA, mat. nº 323420/1, na função de Professor Classe II, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.713,79 (treze mil, setecentos e treze reais e setenta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.144,08
Aulas Suplementares - 60h	1.243,22
Gratificação Magistério - VPNI	315,04
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.315,26
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Vice-Diretor (GD-1) - 100%	212,31
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	4.051,84
Total de Proventos	13.713,79

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 818582

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2775 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2019/342690.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações

introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; portaria interministerial MTP/ME nº 12/2022; Art. 1º, inciso IV, da Lei nº 5.539/1989, incluído pela Lei nº 5.773/1993 e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, ZELIA MARIA NUNES DE MIRANDA, mat. 5096499/1, na função de Enfermeiro, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.087,22 (sete mil, e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Gratificação de Risco de Vida - 50%	1.149,98
Gratificação pela Escolaridade - 80%	1.839,97
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Chefe da Sessão de Apoio Técnico - FG4 - 70%	116,86
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	246,42
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	2.703,39
Subtotal	8.110,16
Redutor LC 125/2019	1.022,94
Total dos Proventos	7.087,22

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819147
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2757 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2016/3640. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, TELMA DE FATIMA CARVALHO DA SILVA, mat. 105473/2, no cargo de Odontólogo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 5.359,74 (cinco mil, trezentos cinquenta e nove reais e setenta e quatro), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Gratificação pela Escolaridade - 80%	1.642,83
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	1.663,37
Total de Proventos	5.359,74

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819177
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.878 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria COMPULSÓRIA - Processo nº 2018/160604. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, com as alterações trazidas pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003, artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, artigos 21, 36, 36-A, 36-B e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pelas Leis Complementares nº 49/2005, nº 51/2006 e 110/2016 c/c art. 98-A, caput, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019, ANDREILINA DE ALMEIDA SANTOS, mat. nº 6317928/1, na função de Merendeira, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais), conforme abaixo discriminado:

Proventos proporcionais a 83,9452% (9.192 dias de 10.950 dias) sobre o valor da média aritmética simples (R\$879,82)	738,57
Proventos mensais com aplicação dos índices do INPC (11/2015 a 01/2022)	1.028,97
Diferença Complementar (SV nº 15 e 16 do STF - Medida Provisória nº 1.091/2021)	183,03
Total de Proventos	1.212,00

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 30/11/2015, data em que a servidora completou 70 anos de idade, conforme interpretação do §3º, art. 21, da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020;

III – Os efeitos financeiros desta Portaria contarão a partir de 01/07/2022, data da implantação do benefício na folha de pagamento de inativos, considerando que a servidora vinha recebendo normalmente pela folha de ativos da Secretaria de Estado de Administração e Planejamento - SEPLAD. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819190
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.844 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2021/1299250. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, HILTON JOSE LIMA FERREIRA, mat. nº 107034/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819355
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.772 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2010/239844. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, §1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA DA CONCEICAO XAVIER FONSECA, mat. nº 271152/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.775,70 (onze mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Aulas Suplementares - 60h	1.200,65
Gratificação de Titularidade	432,03
Gratificação de Magistério - VPNI	278,57
Gratificação Progressiva - 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	3.861,18
Total de Proventos	11.775,70

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817601
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.707 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/436471. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DE FATIMA SILVA DO ESPIRITO SANTO, mat. 5099544/1, no cargo

de Agente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.948,46 (um mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Gratificação pelo Exercício de Função Gratificada – FG-4 – 50%	83,47
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	649,49
Total de Proventos	1.948,46

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819473

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.707 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/436471.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DE FATIMA SILVA DO ESPÍRITO SANTO, mat. 5099544/1, no cargo de Agente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.948,46 (um mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Gratificação pelo Exercício de Função Gratificada – FG-4 – 50%	83,47
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	649,49
Total de Proventos	1.948,46

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819495

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2782 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2017/192780.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, OLINDA DE NAZARE ELLERES NEVES, mat. 5209137/1, no cargo de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.042,04 (dois mil e quarenta e dois reais e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Gratificação pelo Exercício de Cargo em Comissão Chefe do Terminal de Informática Policial – DAS 1 – 20%	243,10
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	583,44
Total de Proventos	2.042,04

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819505

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.897 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/129049.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações

introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 1º, inciso IV, da Lei nº 5.539/1989, incluído pela Lei nº 5.773/1993 e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, IVONE MARIA GOMES NOGUEIRA, mat. 3202933/2, na função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.463,86 (oito mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Vencimento Decisão Judicial – 12%	246,42
Gratificação de Risco de Vida – 50%	1.149,98
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.839,97
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	3.173,95
Total de Proventos	8.463,86

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819672

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2794 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/211318.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DE FATIMA SANTOS SOUZA, mat. 572187/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.823,25 (um mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819682

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.903 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2010/241338.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, FRANCISCA DAS CHAGAS FERNANDES DA SILVA, mat. 90832/1, na função de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.823,25 (mil oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819804

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.014 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/232888.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, ROSANGELA IRENE WANGHON MONTEIRO DE OLIVEIRA, mat. nº 5272564/2, no cargo de Professor Classe II, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.137,41 (onze mil, cento e trinta e sete reais e quarenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.062,22
Gratificação de Titularidade	432,03
Gratificação de Magistério – VPNI	295,77
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.249,78
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	3.097,61
Total de Proventos	11.137,41

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819810

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2675 DE 02 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2016/341997.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; Art. 1º, inciso III, e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DE LOURDES RODRIGUES DA SILVA, mat. 725862/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Hospital das Clínicas Gaspar Viana – FHCGV, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.953,66 (dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Gratificação de Risco de Vida – 50%	607,75
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	984,55
Total de Proventos	2.953,66

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819816

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.003 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/157188.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, JOSE MARIA BATISTA CORREA, mat. nº 6330118/1, na função de Vigia, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.762,48 (um mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	546,98
Total de Proventos	1.762,48

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819845

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AT AP Nº 2.913 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2011/177211 E 2020/744339.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a Portaria AP nº 3.049 de 26/12/2019, que aposentou MARIA ETERNA ALVES, mat. nº 556939/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005; Lei nº 8.802/2018 c/c termo de acordo judicial celebrado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP/PA, nos autos do Mandado de Segurança, processo nº 0803699-72.2018.8.14.0000; art. 37, § 2º da Lei nº 5.351/1986 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 32, caput, da Lei nº 7.442/2010 c/c o art. 35, caput, da Lei nº 5.351/1986; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, de forma que seja incluída a parcela Gratificação Progressiva prevista no art. 33, caput, da Lei nº 7.442/2010, procedendo à transformação da Gratificação de Magistério em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada com fulcro no art. 6º da Lei nº 9.322/2021, juntamente com o acréscimo da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada em virtude do disposto no art. 7º da Lei nº 9.322/2021, bem como a atualização da fundamentação das Aulas Suplementares com base no art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA, mantendo inalterado o Adicional por Tempo de Serviço, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 5.254,66 (cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 100h	2.001,09
Aulas Suplementares – 30h	600,33
Gratificação de Magistério – VPNI	195,14
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	256,89
Gratificação Progressiva – 50%	1.000,55
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	1.200,66
Total de Proventos	5.254,66

II – Esta Portaria gerará efeitos financeiros a contar de 01/01/2020, data dos efeitos financeiros da aposentadoria, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819849

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2482 DE 31 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processos nº 2021/98928.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, ANTONIO JORGE MARTINS QUARESMA, mat. nº 3084337/1, na função de Defensor Público de 3ª entrância, pertencente ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará – DPE/PA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 35.462,22 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	15.814,16	12.651,32
Gratificação pela Escolaridade – 80%	17.079,28	
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	45.544,76	
Subtotal	10.082,54	
Redutor Constitucional - Art. 37, XI da CF/88	35.462,22	
Total de Proventos		

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820256

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.589 DE 30 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/190189.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 c/c o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, HERMINIA MARINHO MARGALHO, mat. nº 5062594/2, no cargo de Professor Classe II, nível E, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.139,12 (doze mil, cento e trinta e nove reais e doze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h				4.001,88
Gratificação de Magistério - VPNI				304,23
Gratificação Escolaridade - 80%				3.201,50
Gratificação de Titularidade				432,03
Adicional por Tempo de Serviço - 55%				4.199,48
Total de Proventos				12.139,12

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820282

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.874 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/139860. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, ZILDA MARIA FREIRE BAPTISTA, mat. 94986/1, na função de Médico Veterinário, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.141,01 (oito mil, cento e quarenta e um reais e um centavo), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	246,42
Gratificação pela Escolaridade - 80%	1.839,97
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão - DAS-3 - 40%	948,20
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	3.052,88
Total de Proventos	8.141,01

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820349

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.857 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/522430. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, LUZAMOR RIBAS JARDIM, mat. 3257070/1, na função de Auxiliar Operacional, pertencente ao quadro de pessoal do Hospital Ophir Loyola – HOL, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.110,11 (dois mil, cento e dez reais e onze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	748,75
Total de Proventos	2.110,11

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820361

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA DEC NUL AP Nº 3.101 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA PORTARIA AP Nº 499 DE 21/01/2014, REFERENTE AO PROCESSO nº 2011/199.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais;

Considerando o poder de autotutela da Administração Pública, por meio do qual pode declarar a nulidade de seus próprios atos;

Considerando o óbito do ex-segurado ocorrido antes da efetivação da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, resolve:

I – Declarar a nulidade da Portaria AP nº 499, de 21/01/2014, que aposentou o servidor SEBASTIAO BATISTA OLIVEIRA, mat. nº 96504/1, ocupante da função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, em razão de seu óbito ocorrido em 23/02/2014, com fulcro na Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal;

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/03/2014.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820326

PORTARIA AP Nº 2.890 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INCAPACIDADE PERMANENTE - Processo nº 2021/923531.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 16, da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020 c/c art. 36-A, da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021 e o respectivo §3º da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 128/2020, 36-B, da Lei Complementar nº 39/2002 incluído pela Lei Complementar nº 49/2005 e 36-C, da Lei Complementar nº 39/2002 com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016, MARCIA HELENA SOUZA BARBOSA DE OLIVEIRA, mat. nº 57206431/1, no cargo de Técnico em Higiene Dental, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais), conforme abaixo discriminado:

60% da média aritmética	855,77
Diferença Complementar (Súmula Vinculante nº 15 e 16)	356,23
Total de Proventos	1.212,00

II – Esta Portaria produzirá efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820417

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 3.023 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ – processo nº 2022/787200.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a Portaria AP nº 865 de 26/03/2020, que aposentou VERA LUCIA DA COSTA FERNANDES, mat. nº 5057787/2, no cargo de Professor Assistente, Referência III, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará - UEPA, de acordo com art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 186, §1º, da Lei nº 8.112/1990, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 19, inciso II da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, de modo que o cargo da interessada passe a constar como Professor Assistente, Classe “B”, Referência III e a carga horária do vencimento base seja fixada em 200h, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$10.810,44 (dez mil, oitocentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.079,90
Gratificação pela Escolaridade - 80%	2.463,92
Gratificação de Incentivo de Pós-Graduação - 54%	1.663,14

Adicional por Tempo de Serviço - 50%	3.603,48
Total de Proventos	10.810,44

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 01/04/2020, data da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria.

III – A presente Portaria não gera efeitos financeiros.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820457

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.797 DE 08 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/131593.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, CARLOS DORIVALDO RIBEIRO REBELO, mat. nº 267945/1, na função de Professor Classe I, nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$14.083,58 (catorze mil, oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.042,30
Aulas Suplementares - 104h	2.102,00
Gratificação de Magistério - VPNI	339,76
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.233,84
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.365,68
Total de Proventos	14.083,58

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820461

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 2300 DE 11 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2018/260958.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a Portaria AP nº 1487 de 25/03/2022, que aposentou JURANDY DOS SANTOS GOMES, mat. nº 98698/1, na função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, de acordo com o 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e Lei Complementar nº. 142/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, de modo a retificar a nomenclatura do órgão de origem, de SEDUC para SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.760,00 (hum mil, setecentos e sessenta reais), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.100,00
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	660,00
Total de Proventos	1.760,00

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 01/04/2022, data da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria.

III – A presente Portaria não gera efeitos financeiros.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820467

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.867 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/376192.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Comple-

mentar nº 142/2021; art. 32-A da Lei nº 7.442/2010 incluído pela Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DA SILVA, mat. 672718/1, na função de Professor Classe Especial, nível “I”, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.404,58 (oito mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Gratificação de Magistério em Educação Especial - 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço - 40%	2.401,31
Total de Proventos	8.404,58

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820472

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.058 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/272091.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, PEDRO PAULO NAZARENO RAYOL FERREIRA, mat. 91090/1, no cargo de Biólogo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.003,17 (sete mil e três reais e dezessete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	246,42
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Projetos Minerários - DAS-3 - 10%	237,05
Gratificação pela Escolaridade - 80%	1.839,97
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	2.626,19
Total de Proventos	7.003,17

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820647

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 3.004 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a retificação do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/243644.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a Portaria AP nº 1.536 de 30/03/2022 que aposentou a servidora DEUZALTIMA PINHEIRO DE SARGES MACEDO, mat. 3216764/1, na função de Servente, pelo quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, por meio do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, de forma a alterar os valores do Adicional por Tempo de Serviço e do total dos proventos, passando a receber nessa situação os proventos mensais de R\$1.973,97 (hum mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial - SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	612,61
Total de Proventos	1.973,97

II – Esta Portaria produzirá retroagirá seus efeitos jurídicos a contar de 01/05/2022, considerando que a servidora recebeu corretamente em folha desde essa referência.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820653

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.980 DE 22 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2019/196522. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARCILIO MORAES DA ROCHA, mat. nº 454761/1, na função de Professor Classe I, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.922,01 (onze mil, novecentos e vinte e dois reais e um centavo), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.022,20
Gratificação Magistério - VPNI	338,07
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.217,76
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.343,98
Total de Proventos	11.922,01

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820673

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.747 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/704013. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 7º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VII, da Lei nº 5.810/1994, ANTONIA FERREIRA DA SILVA, mat. nº 6000860/1 função de Professor Nível Médio, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.924,13 (seis mil novecentos e vinte e quatro reais e treze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base			R\$ 3.845,62
Aulas Suplementares	- 48h		R\$ 922,95
Gratificação de Magistério - VPNI			R\$ 434,38
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada			R\$ 375,21
Adicional por Tempo de Serviço - 35%			R\$ 1.345,97
Total de Proventos			R\$ 6.924,13

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820432

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2809 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ - Processo nº 2018/486709. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012; art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112/1990; art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, RAIMUNDO MAGALHAES BARRETO, mat. nº 300799/1,

na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820747

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.745 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2021/1480785. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso II, e §3º, inciso II, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 e §3º, inciso I, do art.36-A da LC nº 39/2002, combinado com o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021, NATANAEL FREITAS CABRAL, mat. nº 490431/2, no cargo de Professor Adjunto, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará -UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$21.569,27 (vinte e um mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

100% da média aritmética	21.569,27
Total de Proventos	21.569,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820762

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.119 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2016/340061. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DOS ANJOS ABREU DOS SANTOS, mat. nº 116378/1, na função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.093,15 (seis mil, noventa e três reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Chefe de Centro de Saúde- DAS 2 - 30%	365,73
Gratificação de Escolaridade - 80%	1.642,83
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	2.031,05
Total de Proventos	6.093,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823356

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.109 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/480165. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei

Complementar Federal nº 191/2022, MARIA LUZANIRA DIAS DE OLIVEIRA, mat. nº 5108632-1, na função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.823,25 (mil oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823422

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.051 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2014/529001. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; portaria interministerial MTP/ME nº 12/2022; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994; art. 7º da Lei nº 9.322/2021, MARIA JOSE BENTO FERREIRA SILVA, mat. nº 6029973/2, na função de Professor Nível Médio, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.087,22 (sete mil, oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.845,64
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Diretor - GD-2 - 30%	191,60
Gratificação de Magistério - VPNI	513,75
Adicional por Tempo de Serviço - 40%	1.614,90
VPNI	1.106,01
Subtotal	7.271,90
Redutor LC nº 125/2019	184,68
Total de Proventos	7.087,22

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823425

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 1.543 DE 07 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ - Processo nº 2011/303384. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 c/c art. 98-A, caput e incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 37, § 2º da Lei nº 5.351/1986 combinado com o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 32, caput, da Lei nº 7.442/2010 combinado com o art. 35, caput, da Lei nº 5.351/1986; art. 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, ODETE RODRIGUES DE CARVALHO GOIS, mat. nº 6006396/1, na função de Professora Nível Médio, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$4.563,77 (quatro mil, quinhentos e sessenta e três e setenta e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a (10.950 dias de 10.950 dias) que corresponde a 100% de R\$ 2.059,00	2.059,00
Aulas Suplementares - 60h	617,70
Gratificação de Magistério - 10%	267,67
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	1.619,40
Total de Proventos	4.563,77

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/08/2020.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Giussepp Mendes
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823459

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.105 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/170738. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, LUCICLEIA PENA DE OLIVEIRA, mat. nº 468843/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.882,71 (sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Aulas Suplementares - 60h	1.200,65
Gratificação de Magistério - VPNI	278,57
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	2.401,31
Total de Proventos	7.882,71

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823921

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.710 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2016/502387. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 c/c Memorando Circular nº 07/2021 DIPRE/IGEPREV e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 3º, parágrafo único da Lei Complementar nº 94/2014; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 70, inciso V, alíneas “b” e “c” e § 1º, redação original, da Lei Complementar nº 22/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, NELSON SOBREIRA DE OLIVEIRA, mat. nº 5410487/1, no cargo de Delegado de Polícia, Classe “D”, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$35.462,22 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	4.756,36
Gratificação de Risco de Vida - 100%	4.756,36
Gratificação de Dedicção Exclusiva - 70%	3.329,45
Gratificação de Tempo Integral - 70%	3.329,45
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	3.329,45
Gratificação pelo Exercício de Atividade de Direção de Polícia Judiciária - 10%	475,64
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.805,09
Adicional de Curso de Especialização - 30%	1.426,91
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	15.125,23
Total	40.333,94
Redutor Constitucional (art. 37, XI, da CF/1988)	4.871,72
Total de Proventos	35.462,22

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 823928

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.011 DE 23 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2013/565355. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, OLGA MARIA SOZINHO GOUVEA, mat. nº 6018700/2, no cargo de Professor Classe II, nível F, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.550,32 (treze mil, quinhentos e cinquenta reais e trinta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.021,90
Aulas Suplementares – 121,33h	2.439,95
Gratificação Magistério – VPNI	370,34
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.217,52
Gratificação de Titularidade	432,03
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	3.068,58
Total de Proventos	13.550,32

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824265

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.016 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/398682.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; Acórdão nº 38.376, proferido nos autos do Processo de Mandado de Segurança nº 99301191, que tramitou no Tribunal do Estado do Pará; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, CARLOS ALBERTO BOTE-LHO, mat. nº 180190/1, na função de Assistente Técnico Referência XXVII, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.753,10 (sete mil, setecentos e cinquenta três reais e dez centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 1.724,64	
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Chefe de Seção de Cadastro do Interior (FG-4) – 10%	16,69
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	206,96
Vantagem Pecuniária Decisão Judicial – 70%	1.352,12
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.545,28
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.907,41
Total de Proventos	7.753,10

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824290

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.099 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/174906.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso X combinado com o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986; art. 7º da Lei nº 9.322/2021, FELIPE DA COSTA RAMOS, mat. nº 380571/1, no cargo de Professor Classe I, Nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.946,00 (treze mil e novecentos e quarenta e seis reais),

conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	4.042,30
Aulas Suplementares – 84h	1.697,77
Gratificação de Magistério – VPNI	385,21
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.233,84
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	4.365,68
VPNI	221,20
Total de Proventos	13.946,00

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824321

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2835 DE 10 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/128881.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, VILMA EVANGELISTA DA SILVA, mat. nº 422819/3, no cargo de Professor Classe II, nível L, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 15.427,68 (quinze mil e quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.144,08
Aulas Suplementares – 120h	2.486,45
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.315,26
Gratificação de Titularidade	432,03
Gratificação Magistério – VPNI	315,04
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	4.734,82
Total de Proventos	15.427,68

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824366

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 3.044 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2010/158421.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, MARIA TERESINHA DUARTE DIAS, mat. nº 267090/1, na função de Professor Classe Especial, nível K, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$10.920,85 (dez mil, novecentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.042,30
Aulas Suplementares – 54h	1.091,42
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Vice-Diretor GD1 – 40%	84,92
Gratificação de Magistério – VPNI	287,85
Gratificação de Titularidade	432,03
Gratificação Progressiva – 50%	2.021,15
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	2.961,18
Total de Proventos	10.920,85

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824371

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.129 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2021/1188459 O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, JOSUE FERREIRA CAVALCANTE, mat. nº 3225640/1, na função de Vigia, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.110,11 (dois mil, cento e dez reais e onze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	748,75
Total de Proventos	2.110,11

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824377

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3052 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/484453. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; Art. 1º, inciso IV, da Lei nº 5.539/1989, incluído pela Lei nº 5.773/1993 e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, MARIA RITA MEIRA XAVIER ROCHA, mat. nº 5042011/2, na função de Médico, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 12.740,93 (doze mil, setecentos e quarenta reais e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Gerente do Hemocentro Regional de Castanhal - GEP-DAS 011.4 - 100%	4.063,71
Gratificação de Risco de Vida – 50%	1.026,77
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.642,83
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	3.954,08
Total de Proventos	12.740,93

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824481

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.814 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/236859. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; Ofício nº 541/2012 – SAGE/SEDUC; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA FILOMENA DE AMORIM VELOSO, mat. 5703689/1, no

cargo de Professor Classe III, Nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.657,85 (treze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.123,16
Aulas Suplementares – 78h	1.608,03
Gratificação de Magistério – VPNI	306,82
Vantagem Pessoal CV	178,59
Gratificação de Titularidade	838,60
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.298,53
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	3.304,12
Total de Proventos	13.657,85

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824488

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.118 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/171163. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARCIA JATENE REGO DA SILVA, mat. nº 491705/2, no cargo de Professor Classe II, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.244,82 (treze mil, duzentos e quarenta e quatro reais e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.062,22
Aulas Suplementares – 60h	1.218,67
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Vice-Diretor de Unidade Escolar – GD-1 – 40%	84,92
Gratificação de Magistério – VPNI	282,72
Gratificação de Titularidade	432,03
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.249,78
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	3.914,48
Total de Proventos	13.244,82

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824496

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2117 DE 15 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2019/491287. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, ANA CELIA DO NASCIMENTO MORAIS, mat. nº 5042259/3, no cargo de Professor Classe II, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.693,56 (onze mil seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.062,22
Gratificação de Titularidade	838,60
Gratificação Pela Escolaridade – 80%	3.249,78
Gratificação de Magistério – VPNI	282,72
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	3.260,24
Total de Proventos	11.693,56

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825150

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.007 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2019/239932. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA EMILIANA DOS SANTOS BAHIA, mat. nº 6388795/1, na função de Professor Nível Médio, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.382,23 (seis mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.845,64
Aulas Suplementares - 48h	922,95
Gratificação de Magistério - VPNI	267,67
Adicional por Tempo de Serviço - 35%	1.345,97
Total de Proventos	6.382,23

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825167

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2912 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2018/67095. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 c/c Memorando Circular nº 07/2021 DIPRE/IGEPREV e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, II, III e IV da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pelas Leis Complementares nº 46/2004 e 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 70, inciso V, alíneas “a” e “b” e § 1º, da Lei Complementar nº 022/94, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e Lei Complementar nº 114/2017; no art. 29-A, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 89/2013; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, WILSON EUDIRACY DO LAGO, mat. nº 5436800/2, no cargo de Investigador de Polícia, Classe D, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 13.640,14 (treze mil, seiscentos e quarenta reais e quatorze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.826,60
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.826,60
Gratificação de Dedicção Exclusiva - 70%	1.278,62
Gratificação de Tempo Integral - 70%	1.278,62
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	1.278,62
Adicional de Curso de Especialização - 25%	456,65
Complementação Pecuniária - 80%	1.461,28
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	4.233,15
Total de Proventos	13.640,14

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825191

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.981 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2019/377474. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, OVA-NILDE RIBEIRO SCHALCHER, mat. nº 3193870/1, na função de Auxiliar Técnico, Referência “D”, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$3.316,02 (três mil, trezentos e dezesseis reais e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Chefe de Unidade Operacional de Internamento - DAS-3 - 30%	711,15
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	1.243,51
Total de Proventos	3.316,02

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824965

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.058 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2014/98465. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, ANGELA MARIA CARNEIRO DE MELO VASCONCELLOS, mat. nº 3151433/1, na função de Auxiliar de Administração B, pertencente ao quadro de pessoal da Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$3.607,60 (três mil, seiscentos e sete reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Assessor - DAS-1 - 100%	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 40%	1.030,74
Total de Proventos	3.607,60

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825066

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.024 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ - PROCESSO nº 2020/465607. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, ANGELA MARIA SILVA DAMASCENO, mat. nº 5693284/1, no cargo de Professor Classe Especial, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$3.533,75 (três mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a 10.686 dias de 10.950 que corresponde a 97,5890% de R\$2.488,93	2.428,92
Gratificação de Magistério - VPNI	133,26
Adicional por Tempo de Serviço - 40%	971,57
Total de Proventos	3.533,75

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825068

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.802 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/516860.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DA GRACA LIMA PONTES, mat. 3255654/1, na função de Técnico “D”, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$9.355,82 (nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	206,96
Gratificação pela Escolaridade - 80%	1.545,28
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Intermediação de Mão-de-Obra para o Setor Formal - DAS-3 - 100%	2.370,51
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	3.508,43
Total de Proventos	9.355,82

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825071

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.128 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/169824.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, IZABEL DO ESPIRITO SANTO GORDO, mat. nº 656720/2, no cargo de Professor Classe I, nível D, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.008,49 (treze mil, oito reais e quarenta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.923,14
Aulas Suplementares - 66h	1.294,64
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Vice-Diretor de Unidade Escolar - GD-1 - 40%	84,92
Gratificação de Magistério - VPNI	279,34
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.138,51
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.287,94
Total de Proventos	13.008,49

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825450

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 3.276 DE 04 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2022/23968.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Retificar a Portaria AP nº 3047, de 18/10/2021, que aposentou a servidora ANA CRISTINA RODRIGUES NEVES, mat. nº 729892/1, na função de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005; art. 1º, inciso III e art. 2º da Lei nº 5.539/1989; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, de modo a retificar o Adicional por Tempo de Serviço a fim de adequar ao art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.917,20 (dois mil, novecentos e dezessete reais e vinte centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Gratificação de Risco de Vida - 50%	607,75
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	1.093,95
Total de Proventos	2.917,20

II – Os efeitos financeiros desta Portaria retroagirão a 01/01/2022, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825453

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 3.005 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ - Processo nº 2019/40608.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA MERCEDES SEIXAS AVELAR, mat. nº 55719/1, no cargo de Escrivão de Polícia, classe “D”, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.249,60 (doze mil, duzentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a 10.950 dias de 10.950 dias que corresponde a 100% de R\$ 1.826,60	1.826,60
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.826,60
Gratificação de Dedicção Exclusiva - 70%	1.278,62
Gratificação de Tempo Integral - 70%	1.278,62
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	1.278,62
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Chefe do Setor de Cartório e Arquivo - FG-4	166,94
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.593,60
Total de Proventos	12.249,60

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825522

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.858 DE 13 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/157842.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, DAISE LENA LIMA PAES, mat. nº 660248/1, na função de Professor Classe Especial, nível A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os

proventos mensais de R\$6.504,78 (seis mil, quinhentos e quatro reais e setenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h		2.501,36
Gratificação de Magistério - VPNI		133,93
Gratificação Progressiva – 50%		1.250,68
Gratificação Titularidade		229,74
Adicional por Tempo de Serviço – 60%		2.389,07
Total de Proventos		6.504,78

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825572
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ
PORTARIA RET RE Nº 3339 DE 07 DE JULHO DE 2022

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE REFORMA “EX-OFFÍCIO”; PROCESSO Nº 2022/850612-IGEPREV.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº. 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais.

Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº. 02567/2022/SEGER- TCE), que determinou a retificação da Portaria RE nº. 715 de 07/07/2017.

RESOLVE:

- Retificar a Portaria RE nº. 715 de 07 de julho de 2017, que concedeu o benefício de reforma no valor de R\$7.294,25 (Sete Mil, Duzentos e Noventa e Quatro reais e Vinte e Cinco centavos) em favor do 3º SARGENTO PM RG 23209 MESSIAS HADRIEL BARBOSA BRANDÃO, MF 5343798/2, lotado no efetivo do 25º Batalhão de Polícia Militar – 25º BPM (Mosqueiro), onde ocupou o cargo supracitado, mantendo sua fundamentação legal, qual seja: art. 106, inciso II e art. 108, inciso V, da Lei nº5.251/1985 e V. Acórdão nº. 16.034/1988; art. 109, 1º e §2º, alínea “b”, da Lei Estadual nº 5.251/1985; art. 1º da Lei Estadual nº 8.229/2015; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº. 2940/1983; art. 1º, inciso I, alínea “f”, do Decreto nº. 4490/1986; art. 1º, inciso I, do Decreto nº. 3266/1984; art. 1º, categoria “B” do Decreto nº. 1461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/99 – DRH/3; art. 1º, do Decreto nº. 2696/1983; art. 20 da Lei Estadual nº. 4491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº. 5231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto 4439/86, no sentido de corrigir o percentual da parcela Adicional por Tempo de Serviço; onde se lê “10%”, leia-se “20%”.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825773
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.781 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/154654.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, IRISNEA ARANHA ESCHRIQUE, mat. 314455/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.998,53 (um mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional pelo Exercício da Função de Secretária de Unidade Escolar FG-3 – 80%	116,85
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	666,18
Total de Proventos	1.998,53

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815868
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.749 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2016/145214.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da

Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, JORGE SENA DIAS, mat. nº 3152391/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará – IASEP, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$3.195,44 (três mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.265,68
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão – DAS-2 – 60%	731,47
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	1.198,29
Total de Proventos	3.195,44

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815900
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2862 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2020/432610.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, SUELY BERENICE SUTHERLAND WALLAUER ROLIM, mat. nº 5559880/1, no cargo de Especialista em Educação Classe I, Nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.564,10 (sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dez centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	3.001,63
Gratificação de Escolaridade – 80%	2.401,30
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	2.161,17
Total de Proventos	7.564,10

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815904
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.837 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2016/528488.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, LUCIDEIA CUNHA PAIVA, mat. 3203247/3, na função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.563,01 (cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e um centavo), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	206,96
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.545,28
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	2.086,13
Total de Proventos	5.563,01

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2876 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/355112. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, JOSE RUFINO ANDRADE DOS SANTOS, mat. 252751/1, na função de Vigia Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815917

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.859 DE 13 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/134998. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA GORETH DE JESUS DE CASTRO, mat. nº 672157/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.290,27 (onze mil, duzentos e noventa reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.002,18
Aulas Suplementares – 84h	1.680,92
Gratificação Magistério – VPNI	304,28
Gratificação Progressiva – 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	3.301,80
Total de Proventos	11.290,27

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815927

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2817 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/529078. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MANOEL SEBASTIAO DA COSTA SENA, mat. 484598/1, na função de Vigia Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815467

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.845 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2014/93462. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, MARIA DE FATIMA DE SOUZA COSTA, mat. nº 585734/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$9.883,80 (nove mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.002,18
Gratificação e magistério – VPNI	278,57
Gratificação Progressiva – 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	3.601,96
Total de Proventos	9.883,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815490

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.795 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2016/3522. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-C, incisos I, II, III e parágrafo único, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 51/2006 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MANOEL BENEDITO COSTA ALEIXO, mat. nº 3166104/1, na função de Datilógrafo, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Terras do Estado do Pará – ITERPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815639

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.791 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/41982. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301 que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, GILBERTO FERNANDES DA SILVA, mat. 5208947/1, no cargo de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.973,97 (um mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	612,61
Total de Proventos	1.973,97

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815645

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.819 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/154659. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, LUZIA MARIA LIMA DA SILVA, mat. nº 6034276/2, no cargo de Professor Classe I, nível E, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.715,56 (treze mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.942,74
Aulas Suplementares - 173h	3.410,47
Gratificação de magistério - VPNI	369,39
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.154,19
Adicional por Tempo de Serviço - 40%	2.838,77
Total de Proventos	13.715,56

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815648

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.849 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/1223157. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, RAIMUNDA NILZA COSTA DE ASSIS, mat. 429759/1, na função de Escrevente Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.884,03 (um mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	668,53
Total de Proventos	1.884,03

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815653

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2762 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/168292. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; Art. 1º, inciso III, e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA ARLENE MONTEIRO DE OLIVEIRA, mat. 5084873/1, na função de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 3.063,06 (três mil, sessenta e três reais e seis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Gratificação de Risco de Vida - 50%	680,68
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	1.021,02
Total de Proventos	3.063,06

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815657

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA NUL AP Nº 2.895 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA PORTARIA AP Nº 2.330 DE 12/05/2022, REFERENTE AO PROCESSO nº 2019/496899.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais;

Considerando o poder de autotutela da Administração Pública, por meio do qual pode declarar a nulidade de seus próprios atos;

Considerando o pedido de cancelamento de aposentadoria antes da inclusão na folha de pagamento de inativos, resolve:

I - Declarar a nulidade da Portaria AP nº 2.330, de 12/05/2022, que aposentou a servidora BERNADETE DOS MILAGRES LIMA DA SILVA, mat. nº 985520/1, ocupante da função de Escrevente Datilógrafo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, em razão de seu pedido de cancelamento de aposentadoria;

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/06/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816594

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.633 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2019/190311.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 c/c Memorando Circular nº 07/2021 DIPRE/IGEPREV e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 29-A, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 89/2013; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, JOSE CARLOS SARGES SANTOS, mat. nº 5158214/2, no cargo de Investigador de Polícia, Classe D, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.977,99 (doze mil, novecentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.826,60
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.826,60
Gratificação de Dedicção Exclusiva - 70%	1.278,62
Gratificação de Tempo Integral - 70%	1.278,62
Gratificação de Polícia Judiciária - 70%	1.278,62
Complementação Pecuniária - 80%	1.461,28
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	4.027,65
Total de Proventos	12.977,99

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816597

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.881 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2021/773799.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos

Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; Acórdão nº 38.376, proferido nos autos do Processo de Mandado de Segurança nº 99301191, que tramitou no Tribunal do Estado do Pará; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, ELIZETE BARROS DO NASCIMENTO, mat. nº 181102/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$3.947,42 (três mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Chefe de Seção de Lotação do Interior – FG – 4 – 10%	16,69
Vantagem Pecuniária Decisão Judicial – 80%	1.089,09
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	1.480,28
Total de Proventos	3.947,42

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816600

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.689 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2017/283619. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 1º, inciso II, alínea “a”, da Lei Complementar nº 51/1985, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 144/2014, art. 57, §3º, da Lei Complementar nº 22/1994 c/c Memorando Circular nº 07/2021 DIPRE/IGEPREV e artigos 36 e 96 da Lei Complementar nº 39/2002 e com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 69, inciso I, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 80/2012 c/c art. 1º do Decreto nº 1.465/2015; art. 69, incisos II, III e IV, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 46/2004 e pela Lei Complementar nº 80/2012; art. 29-A, §§ 3º e 4º, da Lei Complementar nº 22/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 89/2013; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, ADAILTON DA SILVA GUIMARAES, mat. nº 5196930/2, no cargo de Investigador de Polícia, Classe “D”, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.530,48 (doze mil, quinhentos e trinta reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.826,60
Gratificação de Risco de Vida – 100%	1.826,60
Gratificação de Dedicção Exclusiva – 70%	1.278,62
Gratificação de Tempo Integral – 70%	1.278,62
Gratificação de Polícia Judiciária – 70%	1.278,62
Complementação Pecuniária – 80%	1.461,28
Adicional por Tempo de Serviço – 40%	3.580,14
Total de Proventos	12.530,48

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816615

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.856 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/189981. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021 combinada com o art. 2º da Lei nº 9.500/2022; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, RUDILENE NAZARE MAGNO LIMA, mat. nº 5055008/1, no cargo de Professor Classe II, nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.851,61 (treze mil, oitocentos e cinquenta e um reais e sessenta e um centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.102,94
Aulas Suplementares – 70h	1.436,03
Gratificação de Magistério – VPNI	298,73
Gratificação de Titularidade	432,03
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.282,35
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	4.299,53
Total de Proventos	13.851,61

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816619

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.851 DE 04 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2021/1214385. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, MARIA IZABEL OLIVEIRA RODRIGUES, mat. nº 627615/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.110,11 (dois mil, cento e dez reais e onze centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	748,75
Total de Proventos	2.110,11

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816637

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 2.870 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a REVISÃO DA concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO Processo nº 2018/145028, POR MEIO DO PROCESSO Nº 2022/725290(2022/698132). O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve;

I – Retificar a Portaria AP nº 2.079 de 08 de setembro de 2020, que aposentou a servidora EDNALVA DE OLIVEIRA TEIXEIRA, mat. nº 213551/2, no cargo de Professor Classe I, nível A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, por meio do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, de forma a incluir a parcela de Aulas Suplementares, com efeito no valor da parcela de Gratificação de Magistério, passando a receber nessa situação os proventos mensais de R\$14.165,85 (catorze mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.864,86
Aulas Suplementares – 156h	3.014,59
Gratificação de Magistério – VPNI	368,30
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.091,89
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	3.826,21
Total de Proventos	14.165,85

II – Os efeitos financeiros desta Portaria retroagirão a 01/10/2020, data da concessão do benefício de aposentadoria, com implantação da folha de julho/2022, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816609

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.661 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2014/236584.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DO SOCORRO ALVES DA CONCEICAO, mat. nº 202894/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.823,25 (um mil, oitocentos e vinte três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813663

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2585 DE 30 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo nº 2021/548589.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, ANNA MARIA PINTO BASTOS, mat. 645168/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.823,25 (um mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813691

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2657 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2018/133908.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, ODETE VIEIRA DIAS, mat. nº 278467/1, na função de Professor Classe I, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 14.066,98 (quatorze mil, sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.022,20
Aulas Suplementares – 96h	1.930,66
Gratificação de Escolaridade – 80%	3.217,76
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Secretária de Unidade Escolar (FG-3)	146,06
– 100%	318,69
Gratificação Magistério – VPNI	4.431,61
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	14.066,98
Total de Proventos	

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813704

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2614 DE 31 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo nº 2021/816945.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, NERY SILVEIRA NIHIRA, mat. 366943/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.823,25 (um mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813723

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.630 DE 31 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – Processo nº 2015/100441.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; Art. 1º, inciso IV, da Lei nº 5.539/1989, incluído pela Lei nº 5.773/1993 e art. 2º, caput, da redação originária da Lei nº 5.539/1989; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, MARIA EDINA CUNHA DA SILVA LAMEIRA, mat. 3214192/2, no cargo de Nutricionista, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.670,37 (sete mil, seiscentos e setenta reais e trinta e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.053,54
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	246,42
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.839,97
Gratificação de Risco de Vida – 50%	1.149,98
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	2.380,46
Total de Proventos	7.670,37

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813742

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.501 DE 24 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – PROCESSO nº 2017/264408.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 combinado com o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput, §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986,

RAQUEL SOUZA DA SILVA, mat. nº 6023770/1, na função de Professor Nível Médio, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.087,22 (sete mil oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h		3.845,62
Aulas Suplementares – 60h		1.170,35
Gratificação Magistério – VPNI		267,67
Adicional por Tempo de Serviço – 50%		1.922,81
Subtotal		7.206,45
Redutor - LC nº 125/2019		119,23
Total de Proventos		7.087,22

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813927

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.676 DE 02 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/190161. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; Ofício nº 541/2012-SAGE/SEDUC; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, LUIZ HENRIQUE DA SILVA, mat. nº 203874/1, na função de Professor Colaborador Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.681,27 (onze mil, seiscentos e oitenta e um reais e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	3.864,86
Gratificação pela Escolaridade – 80%	3.091,89
Gratificação de Magistério – VPNI	293,81
Vantagem Pessoal CV	256,66
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	4.174,05
Total de Proventos	11.681,27

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813936

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.621 DE 31 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/808104. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021, c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 19, inciso I da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 42, inciso IV, da Lei nº 6.839/2006; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, ELMIRA AGUIAR COSTA, mat. 354040/2, na função de Professor Colaborador, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.362,02 (seis mil, trezentos e sessenta e dois reais e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	2.193,80
Gratificação Incentivo de Pós-Graduação – 20%	438,76
Gratificação pela Escolaridade – 80%	1.755,04
Adicional por Tempo de Serviço – 45%	1.974,42
Total de Proventos	6.362,02

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813942

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.668 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – processo nº 2020/1020429. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará –

IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 0008829051998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, inciso IX, da Lei Complementar Federal nº 173/2020, MANOEL COTTA SOARES FILHO, mat. nº 468207/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB – 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço – 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813953

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.664 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2014/495245. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, DORACY MARTINS DOS REIS, mat. nº 428264/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.884,23 (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 100h	1.922,82
Adicional por Tempo de Serviço – 50%	961,41
Total de Proventos	2.884,23

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 813963

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.623 DE 31 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2014/389855. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, ALDERINA ALCI MENESES DE SOUSA, mat. nº 272825/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$10.544,16 (dez mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e dezesseis centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base – 200h	4.002,18
Aulas Suplementares – 48h	960,52
Gratificação de Magistério – VPNI	278,57
Gratificação Progressiva – 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço – 55%	3.301,80
Total de Proventos	10.544,16

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814154

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.685 DE 02 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2013/600164. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; Ofício nº 541/2012 - SAGE/SE-DUC; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994; art. 7º da Lei nº 9.322/2021, ELIELSON AGUIAR DOS SANTOS, mat. nº 417505/3, no cargo de Professor Classe I, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$14.883,45 (catorze mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Aulas Suplementares - 143,1h	2.863,56
Gratificação de Magistério - VPNI	381,38
Vantagem Pessoal CV	345,44
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.201,74
Adicional por Tempo de Serviço - 55% VPNI	3.962,16
VPNI	126,99
Total de Proventos	14.883,45

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814239

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2584 DE 30 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/557445.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, ROSALINA ALMEIDA CORREA, mat. 392740/1, na função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814254

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.632 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2014/41586.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994, WILMA NONATA MENDES GONÇALVES, mat. nº 6013694/1, na função de Servente, Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos

mensais de R\$1.905,90 (hum mil novecentos e cinco reais e noventa centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 40%	544,54
Total de Proventos	1.905,90

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814262

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.711 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2014/126898.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301 que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, LUCIVAL MORAIS TEIXEIRA, mat. 1180/1, na função de Técnico em Gestão Pública, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração - SEPLAD, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$10.764,54 (dez mil, setecentos e sessenta quatro reais e cinquenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	206,96
Adicional pelo Exercício do Cargo em Comissão de Coordenador de Modernização Administrativa - DAS-4 - 80%	3.250,96
Gratificação pela Escolaridade - 80%	1.545,28
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.036,70
Total de Proventos	10.764,54

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814271

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.752 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/154577.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, RAIMUNDA PIRES BAIA, mat. 660086/1, na função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.823,25 (um mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814285

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2703 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2019/588839.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações

introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA AUREA BRANDAO DE FARIAS, mat. 448397/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.823,25 (um mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814300

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.686 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2019/310499.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARILENE DOS ANJOS CRUZ BORBA, mat. 224413/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$2.884,23 (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 100h	1.922,82
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	961,41
Total de Proventos	2.884,23

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814315

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AT AP Nº 2.735 DE 06 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a ATUALIZAÇÃO do benefício previdenciário de aposentadoria POR invalidez PROCESSO nº 2012/540087.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Atualizar a Portaria RET AP nº 1.262 de 24/04/2012 que aposentou MARIA JOSE ALBUQUERQUE DA COSTA, mat. nº 555045/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, de modo a modificar a fundamentação legal do ato de aposentadoria de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, § 1º, inciso VII, da Lei nº 5.810/1994, passando a perceber nessa situação os proventos mensais de R\$1.215,50 (um mil, duzentos e quinze reais e cinquenta centavos), assim discriminado:

Vencimento Base proporcional a 7.762 dias de 10.950 que corresponde a 70,8858% de R\$1.215,50	861,62
Adicional por Tempo de Serviço - 35% Diferença Complementar	301,57 52,31
Total de Proventos	1.215,50

II – Esta Portaria produzirá efeitos financeiros a contar de 01/07/2022 com efeitos retroativos aos últimos cinco anos a contar desta data, na forma do Memorando Circular nº 21/2022 DIPRE-IGEPREV (PAE nº 2022/692135), respeitados valores e tabelas salariais vigentes à época da retroação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814322

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.683 DE 02 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/154402.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, IVO JOSE CALDAS SIMAO, mat. nº 664545/1, na função de Professor Colaborador Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.047,85 (treze mil, quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.864,86
Aulas Suplementares - 84h	1.623,24
Gratificação Magistério - VPNI	293,81
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.091,89
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.174,05
Total de Proventos	13.047,85

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814336

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 1.764 DE 12 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/190208

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 33, inciso IV, da Lei nº 5.351/86 combinado com a Manifestação nº 153/2021-PROJUR/IGEPREV (Protocolo nº 2022/425807); art. 6º da Lei nº 9.322/2021; Acórdão nº 68.182, proferido nos autos do Processo de Ação Ordinária nº 2001.1.043093-2, que tramitou no Tribunal do Estado do Pará; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, NILDA FARIAS DE SOUZA, mat. nº 454435/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$14.986,59 (quatorze mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Aulas Suplementares - 60h	1.200,65
Gratificação de Titularidade - 5%	200,11
Gratificação de Magistério - VPNI	278,57
Gratificação Tempo Integral - Decisão Judicial - 70%	2.801,53
Gratificação Progressiva - 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	4.502,46
Total de Proventos	14.986,59

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814342

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2679 DE 02 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/229640.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, CLEIDE SANTOS, mat. 327204/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814710

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.780 DE 07 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2015/449553.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, FRANCISCO JAILTON DE SOUZA, mat. nº 487988/1, na função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.189,82 (sete mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	3.845,64
Aulas Suplementares - 60h	1.153,69
Gratificação Magistério - VPNI	267,67
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	1.922,82
Total de Proventos	7.189,82

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814728

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.634 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2019/637640.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 19, inciso III da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 42, inciso IV, da Lei nº 6.839/2006; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, JOSE DE RIBAMAR DE CASTRO CARVALHO, mat. 3085511/2, no cargo de Professor Adjunto, Classe C, Nível IV, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$32.258,77 (trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - TIDE	7.000,60
Gratificação Incentivo de Pós-Graduação - 108%	7.560,65
Gratificação pela Escolaridade - 80%	5.600,48
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	12.097,04
Total de Proventos	32.258,77

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814756

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2704 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/244243.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, §

2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 131, §1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, SUZETE GOMES SAMPAIO, mat. 2022320/1, na função de Assistente Administrativo B, pertencente ao quadro de pessoal da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.828,83 (dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e três centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão - Secretária da Presidência (DAS-2) - 50%	609,55
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	1.003,78
Total de Proventos	2.828,83

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814765

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2.807 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2017/157369.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, SUZANA LEAL SERRA TEIXEIRA, mat. nº 6334172/2, no cargo de Professor Classe I, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.699,78 (onze mil, seiscentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Aulas Suplementares - 33h	660,36
Gratificação de Magistério - VPNI	233,54
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.201,74
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	3.601,96
Total de Proventos	11.699,78

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814769

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2658 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2015/511378.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, HORIDES BARTOLOMEU DOS SANTOS, mat. 487015/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.823,25 (hum mil, oitocentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	607,75
Total de Proventos	1.823,25

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814792

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AP Nº 2832 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2020/595552.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005

c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, DOMINGOS DE SOUSA NAZARE, mat. 311294/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.178,18 (dois mil, cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	816,82
Total de Proventos	2.178,18

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814801

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.626 DE 31 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR INVALIDEZ - Processo nº 2012/450661.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigos 16 a 18 e 36 da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 98-A, caput e §1º, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 39/2002, introduzido pela Lei Complementar nº 125/2019; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DO SOCORRO COELHO DE SOUZA, mat. nº 6319300/1, na função de Vigia, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.762,48 (mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base proporcional a 10.950 dias de 10.950 dias que corresponde a 100% de R\$ 1.215,50.	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	546,98
Total de Proventos	1.762,48

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815052

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.682 DE 02 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2018/226568.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301, que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 131, §1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DE LOURDES LOUCHAR BARATA, mat. nº 752835/1, na função de Servente Referência I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 2.042,04 (dois mil e quarenta e dois reais e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	145,86
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	680,68
Total de Proventos	2.042,04

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815058

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2712 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/389023.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, FRANCISCO NUNES DA SILVA, mat. 223166/1, na função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815067

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2587 DE 30 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/126197.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, JOSE SINDO FEIO, mat. nº 62421/2, na função de Professor Classe I, nível J, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 12.261,93 (doze mil, duzentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.042,30
Aulas Suplementares - 18h	363,81
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.233,84
Gratificação Magistério - VPNI	235,89
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.365,68
Total de Proventos	12.241,52

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 814678

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 2.871 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO DO benefício previdenciário de aposentadoria POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2021/19020.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Retificar a Portaria AP nº 1.949 de 22/04/2022, que aposentou ROBERTO DA CRUZ MESQUITA, mat. 22926/1, na função de Economista, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; Acórdão nº 3.040/1994; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301 que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, de forma que sejam corridos os valores das parcelas a partir do reajuste concedidos aos servidores públicos do Poder Executivo a contar de 01/04/2022, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.977,38 (onze mil, novecentos e setenta e sete reais e oito centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base Decisão Judicial	3.713,22
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	445,59
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.327,05
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.491,52
Total de Proventos	11.977,38

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 1º de maio de 2022, data da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria.

III – A presente Portaria não gera efeitos financeiros.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815438

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2786 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/232771.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA DO PERPETUO SOCORRO GLORIA LOBO, mat. nº 543900/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 11.210,95 (onze mil, duzentos e dez reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Aulas Suplementares - 66h	1.320,72
Gratificação Progressiva - 50%	2.001,09
Gratificação Magistério - VPNI	285,00
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	3.601,96
Total de Proventos	11.210,95

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815445

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.758 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/925186.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 8º, § 8º, incisos I a IV da Lei Complementar Federal nº 173/2020, incluídos pela Lei Complementar Federal nº 191/2022, ROSILDA CATARINA MALHEIROS PINHEIRO, mat. 723835/1, na função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$1.944,80 (um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.215,50
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	729,30
Total de Proventos	1.944,80

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816648

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.416 DE 19 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/260180.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucio-

nal nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c o Acórdão nº 55.856/2016 do TCE/PA; art. 7º da Lei nº 9.322/2021; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 33 da Lei nº 7.442/2010; art. 131, § 1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MARIA ALDENIZA FAUSTO DA SILVA, mat. nº 250023/1, na função de Professor Classe Especial, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$11.558,95 (onze mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4.002,18
Aulas Suplementares - 60h	1.200,65
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	406,85
Gratificação de Magistério - VPNI	346,22
Gratificação Progressiva - 50%	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	3.601,96
Total de Proventos	11.558,95

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816655

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.660 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - processo nº 2021/1318630

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Aposentar, de acordo com o art. 13, caput, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Emenda à Constituição Estadual nº 77/2019 combinado com o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e o artigo 36 da Lei Complementar nº 39/2002 com a redação dada pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 19, inciso II da Lei nº 6.839/2006; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 42, inciso IV, da Lei nº 6.839/2006; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/1994, MAURO MARCELO FURTADO REAL, mat. nº 5205115/2, no cargo de Professor Assistente, Classe B, Nível III, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$10.450,09 (dez mil, quatrocentos e cinquenta reais e nove centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 40h	3.079,90
Gratificação Incentivo de Pós-Graduação - 54%	1.663,14
Gratificação pela Escolaridade - 80%	2.463,92
Adicional por Tempo de Serviço - 45%	3.243,13
Total de Proventos	10.450,09

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825922

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA

Nº DA PORTARIA: 495/2022, de 01/07/2022.

Onde se lê: 06/07/2022 a 26/07/2022.

Leia-se: 06/07/2022 a 18/07/2022.

(Publicada com incorreção no DOE nº 35.032, de 04/07/2022).

Protocolo: 826431

FÉRIAS

PORTARIA Nº 524 DE 08 DE JULHO DE 2022

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.462/2021, de 14/04/2021, publicado no DOE nº 34.550, de 13/04/2021, que disciplina o fracionamento de férias, previstas no art. 74 da lei nº 5.810, de 24/01/1994, no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas;

CONSIDERANDO ainda os termos do Processo Eletrônico nº 2022/860134, de 06/07/2022, que dispõe sobre concessão de férias fracionadas de servidor.

RESOLVE:

I - CONCEDER 30 (trinta) dias de gozo de férias, nos períodos de 04/08/2022 a 18/08/2022 e 12/12/2022 a 26/12/2022, ao servidor Keytson Deny Gomes Portugal, matrícula 5929454/3, ocupante do cargo de Coordenador de Tecnologia da Informação, lotado na Coordenadoria de Tecnologia da Informação, referente ao período aquisitivo 01/07/2021 a 30/06/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 08 de julho de 2022.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 826435

PENSÃO**Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará****PORTARIA PS Nº 2.748 DE 06 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/512757.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de MARIA SILVA SOUSA, na condição de cônjuge do ex-segurado Raimundo Batista de Sousa, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Vigia Ref. I, matrícula nº 664324/1, falecido em 17/03/2022.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de aposentadoria junto a este Regime Próprio de Previdência Social, nos termos do art. 31, §1º inciso, II, tendo a requerente optado pelo recebimento integral do benefício de aposentadoria. As faixas de diminuição previstas no art. 31, §2º serão aplicadas se porventura o valor do benefício vier a superar o valor de um salário-mínimo.

V - Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que o benefício atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822960

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará**PORTARIA PS Nº 3.111 DE 27 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/701158.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso V e §5º, 25, 25-A inciso II, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigo 24-F do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 3.445,06 (três mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), em favor de GRAÇA MARIA MUNIZ BATISTA, na condição de genitora do ex-segurado Sandre Muniz Batista, pertencente ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, onde ocupou a graduação de 3º Sargento, promovido pós morte, mat. 54193014/1, falecido em 12/04/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do cancelamento do BPC (25/05/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação e compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985, acrescido pela Lei nº 6.049/1997.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822689

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV**PORTARIA PS Nº 3.134 DE 28 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/87818 E 2022/452328

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A caput e §1º, 29 caput, 31 §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis

Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de FELIX FRANCISCO BATISTA, na condição de cônjuge da ex-segurada NATALINA DE JESUS SABINO BATISTA, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Servente, mat. nº 199745/1 falecida em 24/12/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (24/12/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Estadual do Estado do Pará, nos termos do art. 31, §1º inciso II, tendo optado o pensionista por receber integralmente o benefício de aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Estadual.

IV- Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822031

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará**PORTARIA PS Nº 2677 DE 01 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/541530.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 c/c Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de RAIMUNDA BRIGIDA DE OLIVEIRA, na condição de companheira do ex-segurado DÁRIO NAZARENO VIEGAS DA SILVA, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupava o cargo de Servente Referência I, sob a matrícula nº 305391/1, falecido em 07/01/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (20/05/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 31, §1º inciso II, tendo optado o pensionista por receber integralmente o benefício de aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social.

V - O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 823016

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará**PORTARIA PS Nº 3149 DE 29 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/689556.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, art.201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes 15 e 16 do STF, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.212,00 (Hum mil e duzentos e doze reais), em favor de LUCILENE VAZ DE LIMA, na condição de companheira do ex-segurado Manoel Figueira de Carvalho, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará - SESPA, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 93394/1, falecido em 24/05/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal c/c art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, art. 201, §2º da Constituição Federal/1988. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822782

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.154 DE 29 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/617930.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 e art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de MARILUCIA DE OLIVEIRA PUREZA, na condição de cônjuge do ex-segurado Sebastião Farias Pureza, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Auxiliar Operacional, mat. nº 5902766/1, falecido em 19/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822791

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3167 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1048904.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$7.954,67 (sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), em favor de JOANA MALCHER DE LIMA, na condição de cônjuge do ex-segurado Sandoval Martins de Lima, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, onde ocupou a graduação de 1º Sargento, mat. 3366634/1, falecido em 06/10/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (09/09/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação e compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o §4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985, acrescido pela Lei nº 6.049/1997.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 49/2005.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822748

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2709 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/205421.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 6.496,02 (seis mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dois centavos), em favor de MARGARIDA MARIA RODRIGUES DE MIRANDA, na condição de cônjuge do ex-segurado Paulo Fernando Raposo de Miranda, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe II, matrícula nº 337196/1, falecido em 07/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822700

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.882 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/619485.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de MARIA BENEDITA GUIMARÃES DO ROSÁRIO SILVA, na condição de cônjuge do ex-segurado Luiz da Silva, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado Transportes - SETRAN, onde ocupou o cargo de Braçal, matrícula nº 2042860/1, falecido em 02/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 31, §1º, inciso II, tendo-se optado pelo recebimento integral do benefício de aposentadoria.

V – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que o benefício atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822702

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3153 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2020/802126 e 2021/820622

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem dos artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º e inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais) em favor de JERÔNIMO PEREIRA, na condição de cônjuge da ex-segurada Florinda Rodrigue de Sousa Pereira, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 281549/1, falecida em 26/06/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (07/10/2020), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2021-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal/ o art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822665

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3145 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/1270584 E 2022/797889.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de ARGEMIRO AZEVEDO CORREA, na condição de cônjuge da ex-segurada MARIA SELMA BARROSO CORREA, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 272116/1, falecida em 30/01/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento (08/11/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822233

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3110 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/1272118.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 2.034,24 (Dois mil, trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos), em favor de CARLOS ALBERTO TRINDADE, na condição de cônjuge da ex-segurada Ivanilde Lameira Trindade, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Assistente PA-B, mat. nº 254371/1, falecida em 18/05/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento do interessado (08/11/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822535

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2806 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2020/648861.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Incluir a beneficiária ANTÔNIA SANTOS DE MATOS SANTOS no rateio da pensão por morte concedida pela PORTARIA Nº 1935 de 24 de agosto de 2020, nos termos do parecer técnico constante nos autos do

Processo 2020/648861, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 50% em favor de KLEYTOM SANTOS DOS SANTOS, na condição de filho menor, no valor atualizado de R\$ 3.593,04 (três mil, quinhentos e noventa e três reais e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso I, 29 e 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c art. 24-F, inserido pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará;

I.2 – 50% em favor de ANTÔNIA SANTOS DE MATOS SANTOS, na condição de cônjuge, no valor atualizado de R\$ 3.593,04 (três mil, quinhentos e noventa e três reais e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X, §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará.

Perfazendo o total de R\$ 7.186,07 (sete mil, cento e oitenta e seis reais e sete centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Josué Saraiva dos Santos, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, onde ocupou a graduação de 2º Sargento/PM, mat. nº 3404153/1, falecido em 09/05/2020.

II – A inclusão no rateio do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei 5.251/1985 (acrescido pela Lei nº 6.049/97).

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Havendo extinção de cota-parte de algum beneficiário, esta será revertida entre os demais dependentes, de acordo com a redação originária do art. 30, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822046

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2866 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/929553.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$12.549,62 (doze mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos), em favor de ANDREIA ISA PINHEIRO PIRES, na condição de cônjuge do ex-segurado Marçal Lúcio Pires, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, na graduação de 2º Sargento, matrícula nº 3361640/1, falecido em 01/08/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o §4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985 (acrescido pela Lei nº 6.049/97).

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no §10º, art. 45 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/1999; art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003; e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822215

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2906 DE 28 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1337781.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º e inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c artigo 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 5.318,32 (cinco mil, trezentos e dezoito reais e trinta e dois centavos), em favor de

RAIMUNDO EMANUEL DA SILVA BARROSO, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria Lea Martins Barroso, pertencente ao quadro de servidores ativos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, onde ocupou o cargo de analista legislativo, matrícula nº 487, falecida em 24/09/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, § 8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822217

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.140 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/603546.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020; Parecer nº 062/2020 – PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de PEDRO JÚLIO ALBUQUERQUE, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria Edivanira Canabrava Albuquerque, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Escrevente Datilógrafo, matrícula nº 6302122/1, falecida em 04/05/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que o benefício atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822302

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.868 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/681152.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c Parecer nº 062/2020 – PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de NAZARÉ HELENA RODRIGUES SILVA, na condição de cônjuge do ex-segurado Bonifácio da Costa Silva, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Vigia Ref. I, matrícula nº 509949/1, falecido em 16/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 31, §1º, inciso II, tendo-se optado pelo recebimento integral do benefício de aposentadoria.

V – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que o benefício atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822172

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.894 DE 15 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/690776.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de VANUZA DE FATIMA COUTINHO DE OLIVEIRA, na condição de cônjuge do ex-segurado Aldomario Souza de Oliveira, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará – SESPA, onde exerceu o cargo de Agente Administrativo, matrícula nº 122025/1, falecido em 22/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que o mesmo atinja o valor do salário-mínimo, em atenção às Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal e ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822175

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.907 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/443679.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2022/443679, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 50% em favor de HADASSA SILVA DE SOUSA, na condição de filha menor, no valor de R\$606,00 (seiscentos e seis reais), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36-A, caput e §2º, inciso II, e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c o art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal. I.2 – 50% do valor total do benefício, no valor de R\$606,00 (seiscentos e seis reais), deverá permanecer sobrestado aguardando a conclusão da análise do processo de pensão nº 2022/443207.

Perfazendo o total de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), provenientes do óbito do ex-segurado Salmerom Ribeiro de Sousa, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará – SESPA, onde ocupou o cargo de Agente de Artes Práticas, matrícula nº 57206847/1, falecido em 02/01/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 822179

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3135 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2020/648952, 2021/796040 E 2021/1261956.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso I e II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c Súmulas Vinculantes 15 e 16 do STF e Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.212,00 (Hum mil e duzentos e doze reais), em favor de HERMINIA RODRIGUES MARQUES FERREIRA, na condição de cônjuge do ex-segurado Mario Rubens Quadros Ferreira, pertencente ao quadro de servidores inativos da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, onde ocupou o cargo de Escrivão de Polícia, mat. nº 5835062/1, falecido em 31/07/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821614

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.037 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/727664 e 2022/727739.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/727664 e 2022/727739, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1.a – 50% em favor de AURORA JULIA MORAES, na condição de companheira, no valor de R\$ 7.573,80 (sete mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta centavos), na forma dos artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020;

I.1.b – 50% em favor de ANA PAULA CAYRES DO AMARAL na condição de filha menor de 21 anos, no valor de R\$ 7.573,80 (sete mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128.

Perfazendo o total de R\$ 15.147,61 (quinze mil, cento e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Paulo Anselmo Santos do Amaral, pertencente ao quadro de servidores inativos da Polícia Civil do Estado – PC/PA, onde ocupou o cargo de Escrivão de Polícia, matrícula nº 5109418/2, falecido em 21/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de uma das dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da cota da pensionista remanescente para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, caput e §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com redação da Lei Complementar nº 128/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821592

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.850 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/404133; 2022/665196 e 2022/ 633165.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$5.206,46 (cinco mil, duzentos e seis reais e quarenta e seis centavos), em favor de DOMINGOS CAETANO DOS SANTOS, na condição de cônjuge da ex-segurada Rosa Veridiana Schneider dos Santos, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe Especial, matrícula nº 473979/1, falecida em 29/01/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821431

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.776 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/592957 e 2022/593030.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/592957 e 2022/593030, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 50% em favor de IVNY PIMENTA DA SILVA BEZERRA, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$2.924,49 (dois mil novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso I e §5º, 14, III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36, 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020.

I.2 – 50% em favor de ANDREA CLAUDIA PIMENTA DA SILVA BEZERRA, na condição de cônjuge, no valor atualizado de R\$2.924,49 (dois mil novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36, 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020.

Perfazendo o total de R\$5.848,98 (cinco mil oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos), provenientes do óbito do ex-segurado IBERÊ MARQUES PEREIRA BEZERRA, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Colaborador Nível Superior, sob a matrícula nº 388629/1, falecido em 25/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (25/03/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido das cotas individuais dos pensionistas remanescentes para fins de recálculo, conforme o disposto no art. 30, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com redação da Lei Complementar nº 128/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821441

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.979 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/689959; 2022/736483.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C, da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 22.555,43 (vinte e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), em favor de ANA LEONOR SERRA DE BEZERRIL MAIA, na condição de companheira do ex-segurado MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO, pertencente ao quadro de servidores inativos da Procuradoria Geral do Estado - PGE, onde ocupou o cargo de Procurador do Estado, sob a matrícula nº 5190380/5, falecido em 03/05/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (03/05/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821447

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.966 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/943034 E 2021/943179.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais,

resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2021/943034 E 2021/943179, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1.a – 50% em favor de ROMULO SOUSA DA SILVA, na condição de cônjuge, no valor atualizado de R\$1.227,17 (um mil, duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.1.b – 50% em favor de MATHEUS VICTOR SANTOS SILVA, na condição de filho menor, no valor atualizado de R\$1.227,17 (um mil, duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019; Perfazendo o total de R\$2.454,33 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos), provenientes do óbito da ex-segurada Graça Maria Rezende Santos pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Nível Médio, mat. nº 6015395/1, falecida em 11/07/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da LC nº 039/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821452

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3114 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO À PENSÃO por morte, REFERENTE AO PROCESSO Nº 2017/380713.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais; Considerando a orientação da Projur nos autos do processo administrativo eletrônico nº 2017/380713 para conclusão da análise administrativa de pensão por morte em favor de ANA MARIA GOMES FERREIRA, cujo benefício já vinha sendo pago por conta de determinação judicial nos autos da Ação Ordinária de Concessão de Pensão nº 0815889-37.2018.8.14.0301. Ante a possibilidade de reconhecimento administrativo do direito, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte em favor de ANA MARIA GOMES FERREIRA, na condição de filha maior inválida, na forma dos artigos 6º, inciso III, §5º, 7º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016, no percentual de 100%, no valor atualizado de R\$4.371,33 (quatro mil, trezentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Brasil de Jesus Ferreira, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupava a graduação de Soldado de 1ª Classe, matrícula nº 3344525/1, falecido em 11/05/2017.

II – Os proventos deverão ser atualizados de acordo com o previsto no parágrafo §8º, art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

III – Os valores referentes ao período entre o óbito em 11/05/2017 até 27/02/2018 (data da ciência do IGEPREV acerca da tutela antecipada, sendo este o início dos efeitos financeiros quando da implantação do benefício por conta de decisão judicial) ficarão sobrestados para pagamento via RPV/Precatório, nos termos do art. 100 da Constituição Federal/1988 e do Parecer nº 48/2020/PROJUR-IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821469

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3033 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1321689.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº

44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$3.968,44 (três mil, novecentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), em favor de ANA MARIA DE SOUZA PENA, na condição de cônjuge do ex-segurado JOAO LESSA PENA, pertencente ao quadro de servidores inativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJE/PA, onde ocupou o cargo de Auxiliar Judiciário, mat. nº 10537, falecido em 03/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento (19/11/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820764

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.877 DE 14 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/361945.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$30.311,87 (trinta mil, trezentos e onze reais e oitenta e sete centavos), em favor de ELIZA MARLENE DE AMORIM ALMEIDA, na condição de cônjuge do ex-segurado Renato Souza de Almeida, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA/PA, onde exerceu cargo de Fiscal de Receitas Estaduais, mat. nº53503/1, falecido em 06/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820766

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2510 DE 27 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/553368.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X, alínea "e", 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.405,23 (hum mil, quatrocentos e cinco reais e vinte e três centavos), em favor de LUCIA LESSANDRA MAUES RODRIGUES, na condição de cônjuge do ex-segurado Francisco de Assis Rodrigues Santos, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Professor Classe I, mat. nº 54180467/1, falecido em 02/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820774

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2982 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/547563.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte,

no valor de R\$ 1.212,00 (Hum mil e duzentos e doze reais), em favor de JOSE MARIA MARCAL, na condição de cônjuge da ex-segurada Benedita Virgília Cardoso Marcal, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Servente, mat. nº 202851/1, falecida em 06/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820757

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.053 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2021/509685.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 5.817,84 (cinco mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta e quatro centavos), em favor de LUIS NASCIMENTO ARAUJO, na condição de cônjuge da ex-segurada PAULA FRANCINETH DIOMEDES ARAUJO, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, na graduação de 3º Sargento, mat. nº 5182298/2, falecida em 09/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985 (acrescido pela Lei nº 6.049/97).

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no §10º, art. 45 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/1999; art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003; e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820435

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.798 DE 08 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSOS Nº 2022/23410 E 2022/606617.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/23410 E 2022/606617, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados: I.1 – 50% em favor de MARIA MADALENA ALMEIDA DA CUNHA, na condição de cônjuge no valor atualizado de R\$ 2.751,20 (dois mil, setecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36, e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020;

I.2 – 50% em favor de THALITA SILVA DA CUNHA, na condição de filha maior inválida, no valor atualizado de R\$ 2.751,20 (dois mil, setecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, §10, inciso I e II, 7º, 25, inciso II, 25-A, caput, §2º, inciso I e II, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020.

Perfazendo o total de R\$ 5.502,41 (cinco mil, quinhentos e dois reais e quarenta e um centavos), provenientes do óbito do ex-segurado AUGUSTO CÉSAR DANTAS DA CUNHA, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN, onde exerceu o cargo de Caixa, sob a matrícula nº 3269612/1, falecido em 07/07/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo, sendo a data de 07/01/2022 para a cônjuge e 17/05/2022 para a filha maior inválida, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com

redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido das cotas individuais dos pensionistas remanescentes para fins de recálculo, conforme o disposto no art. 30, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com redação da Lei Complementar nº 128/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820681

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.334 DE 13 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/494100.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 7.244,56 (sete mil, duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), em favor de MARIA IVA DA SILVA BESSA, na condição de cônjuge do ex-segurado João Bessa, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, na graduação de 2º Sargento PM, sob a matrícula nº 3366332/1, falecido em 20/10/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (25/04/2022), compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o §4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985 (acrescido pela Lei nº 6.049/97).

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no §10º, art. 45 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/1999; art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003; e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820688

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.018 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/620515.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$7.449,67 (sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos), em favor de MARIA DA GRAÇA ARRUDA CARVALHO, na condição de cônjuge do ex-segurado Orlando Mendes Carvalho, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, onde ocupou o cargo de Médico, mat. nº 96490/1, falecido em 05/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820695

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.019 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE – PROCESSO Nº 2022/620562.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$4.854,16 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos), em favor de MARIA DA GRAÇA ARRUDA CARVALHO, na condição de cônjuge do ex-segurado Orlando Mendes Carvalho, pertencente ao quadro de inativos da Universidade do Estado do Pará – UEPA, onde ocupou o cargo de Professor Titular, mat. nº 96490/2, falecido em 05/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820716

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET PS Nº 3045 DE 24 DE JUNHO DE 2022

DISPÕE sobre a RETIFICAÇÃO DOS VALORES constantes na PORTARIA Nº 2428 de 19/05/2022, referente ao benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/468335.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de retificação do valor dos proventos do benefício de pensão por morte concedido através da Portaria PS nº 2428 de 19 de maio de 2022, resolve:

I – Retificar o item I da Portaria PS nº 2428 de 19 de maio de 2022, que concedeu a pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do processo nº 2021/468335, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso I e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, para o valor de R\$ \$4.452,41 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos), em favor de JOSE GONÇALVES DE FREITAS, na condição de cônjuge da ex-segurada Marli Conde de Freitas, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe I, matrícula nº 645826/2, falecida em 17/03/2021, permanecendo inalterados os demais itens da portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820664

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.984 DE 22 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1073383.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 nº e 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de LUCIA MARIA TRAVASSOS DA COSTA SILVA, na condição de cônjuge do ex-segurado MA-NOEL VENANCIO DA SILVA, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Transportes – SETRAN, onde exerceu o cargo de Auxiliar de Portaria, sob a matrícula nº 203878/1, falecido em 13/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (27/09/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de Aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social do Estado do Pará, nos termos do art. 31, §1º inciso II, tendo em vista a opção por receber integralmente o benefício de Aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social.

IV – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

V – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e em observância ao Parecer 062/2020 – PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820419

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3.013 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2020/1014799 e 2021/1037285.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14,

inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes 15 e 16 do STF, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de JOÃO MARIA DE SOUSA LISBOA, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria Izabel Ferreira Lisboa, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Servente, mat. nº 678279/1, falecida em 07/10/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820334

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.803 DE 09 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1112896.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 e art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de WILMA CANTANHEDE SÃO PEDRO, na condição de cônjuge do ex-segurado Paulo Eduardo Nunes São Pedro, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde exerceu cargo de Assistente Administrativo, mat. nº 5042500/4, falecido em 14/05/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento administrativo (05/10/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820381

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2754 DE 06 DE JUNHO DE 2022.

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/787739.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2021/787739, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1.a – 50% em favor de JOSE RAIOL DE SOUSA, na condição de genitor, no valor atualizado de R\$ 606,00 (Seiscentos e seis reais), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso V e §5º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II, da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 e Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal;

I.1.b – 50%, no valor atualizado de R\$ 606,00 (Seiscentos e seis reais), que ficará sobrestado, aguardando a conclusão da análise do requerimento de pensão nº 2021/787762.

Perfazendo o total de R\$ 1.212,00 (Um mil e duzentos e doze reais), provenientes do óbito da ex-segurada Dina Charlen Ramos de Souza, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Edu-

cação - SEDUC, onde ocupava o cargo de Assistente Administrativo, sob a matrícula nº 57214431/1, falecida em 19/04/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (19/07/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de Aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Social, nos termos do art. 31, §1º inciso II, onde os pensionistas receberão integralmente a Aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Social, tendo optado pelo critério do maior valor bruto.

IV - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

V - Havendo extinção de cota-parte de algum beneficiário, esta será revertida entre os demais dependentes, de acordo com a redação originária do art. 30, caput e §2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

VI - O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820407

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.909 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/438941;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 4.124,16 (quatro mil, cento e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), em favor de JOSE DOMINGOS DIAS, na condição de cônjuge da ex-segurada Denize de Sousa Dias, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação, onde ocupou o cargo de professor classe especial, mat. nº 502871/1, falecida em 12/01/2022.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820287

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.855 DE 13 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/737207, 2021/773972 E 2022/252404.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso I e §2º, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.782,96 (um mil setecentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), em favor de ESTHER LEVY GABBAY, na condição de cônjuge do ex-segurado Jacob Gabbay, pertencente ao quadro de ativos do Hospital Ophir Loyola, onde exerceu o cargo de Médico, mat. nº 3259110/1, falecido em 30/10/2020.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento administrativo (06/07/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de Pensão por Morte do Regime Geral de Previdência Social do Estado do Pará, nos termos do art. 31, §1º inciso I, tendo em vista a opção por receber integralmente o benefício de Pensão por Morte do Regime Geral de Previdência Social.

IV - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820304

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 1.655 DE 06 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/980118 e 2021/1030037.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.831,32 (dois mil e oitocentos e trinta e um reais e trinta e dois centavos), em favor de RAIMUNDA MARIA DE MATOS MACIEL, na condição de cônjuge do ex-segurado ALUÍZIO JOSÉ DA SILVA MACIEL, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPA, onde exerceu o cargo de Técnico, mat. nº 3267660/1, falecido em 30/12/2020.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (03/09/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820319

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.898 DE 20 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2020/451739, 2021/1120297 E 2021/994397.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.810,47 (um mil oitocentos e dez reais e quarenta e sete centavos), em favor de GEORGETE TAVARES PINHEIRO, na condição de cônjuge do ex-segurado José Alves Pinheiro, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Professora Classe I, mat. nº5718147/3, falecido em 18/05/2020.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de Aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, nos termos do art. 31, §1º inciso II, tendo em vista a opção por receber integralmente o benefício de Aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Social.

IV - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820264

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2777 DE 07 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/99803 E 2022/204505.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.212,00 (hum mil, duzentos e doze reais), em favor de ANTONIO NOGUEIRA DE FREITAS, na condição de cônjuge da ex-segurada Joana de Nazaré Borges de Freitas, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Agente Administrativo, matrícula 537322/1, falecida em 21/01/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (26/01/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40,

§8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

VI – Ao valor do benefício será adicionada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 820273

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.801 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/589286.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, §6º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 9.130,56 (nove mil, cento e trinta reais e cinquenta e seis centavos), em favor de ROSILENE PINHEIRO DA SILVA, na condição de ex-cônjuge pensionada do ex-segurado Joaquim Matos de Barros, pertencente ao quadro de servidores inativos da Polícia Civil do Estado do Pará, onde ocupou o cargo de escrivão de polícia, mat. nº 64629/1, falecido em 22/04/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento (13/05/2022) respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

IV – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819687

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.841 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/646170.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Incluir no benefício de pensão por morte concedido pela Portaria PS nº 2192, de 04/05/2022, a beneficiária LORENA OLIVEIRA DOS SANTOS, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo 2022/646170, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 50%, em favor de MARIA LÍDIA LALOR DOS SANTOS, na condição de cônjuge, no valor atualizado de R\$1.499,16 (um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

I.2 – 50% em favor de LORENA OLIVEIRA DOS SANTOS, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$1.499,16 (um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II e §5º, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional nº 77/2019.

Perfazendo o total de R\$2.998,31 (dois mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Paulo Odacino Justo dos Santos, pertencente ao quadro de ativos da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA, onde ocupou o cargo de Investigador de Polícia, mat. nº 5410541/1, falecido em 18/01/2022.

II – A inclusão da beneficiária no rateio da pensão se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819479

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET PS Nº 2.753 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a REVISÃO do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/585523.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de revisão da pensão por morte concedida no processo nº 2021/1369642, em razão da inclusão da parcela Gratificação de Produtividade na composição do benefício concedido originalmente por meio da Portaria PS nº 336, de 31/01/2022, deferido nos autos do processo em epígrafe, resolve:

I – Atualizar o valor dos proventos do benefício de pensão por morte concedido pela Portaria PS nº 336, de 31/01/2022, em favor de MARIA APARECIDA DE JESUS LOBATO, na condição de cônjuge do ex-segurado Tibirica de Santa Brígida Cunha, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFA/PA, onde ocupou o cargo de Fiscal de Receitas Estaduais, matrícula nº 46205/1, falecido em 30/10/2021, em decorrência da inclusão da parcela Gratificação de Produtividade na composição do benefício de pensão por morte, que passará ao valor atualizado de R\$28.665,74 (vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos).

II – A revisão do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, efetuando-se o encontro de contas entre o efetivamente pago e o novo valor inicial dos proventos, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002.

IV – Ficam mantidos os demais termos da concessão constantes na Portaria PS nº 336 de 31/01/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817654

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.784 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/525221.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (mil duzentos e doze reais), em favor de JORGE DE ARAUJO MALCHER, na condição de companheiro da ex-segurada MARIA MARLENE BOTELHO DA SILVA, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESPA, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 120650/1, falecida em 27/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário mínimo vigente, nos termos do Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819370

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV

PORTARIA PS Nº 2.816 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/167599.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A caput e §1º, 29 caput, 31 §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer nº 062/2020 – PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de SAMUEL DOS SANTOS MONTEIRO, na condição de cônjuge da ex-segurada Raimunda Alves da Silva Monteiro, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Servente Referência I, mat. nº 233110/1 falecida em 25/12/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (25/12/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III- Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer nº 062/2020 – PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819384

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.807 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1278733.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os 6º, inciso I, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes 15 e 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (mil duzentos e doze reais), em favor de MARIA FERNANDA BULHÕES DE LIMA, na condição de filha menor da ex-segurada MARIA DA ROSA BULHÕES, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Datilógrafa, mat. nº 470589/1, falecida em 21/10/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada (21/10/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo vigente, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao disposto no art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 77/2019 e art. 201, §2º da Constituição Federal/1988. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819400

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.755 DE 06 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/411416.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º e inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c artigo 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.433,42 (um mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos), em favor de MARIA DO PERPETUO SOCORRO SEPEDA BARRETO, na condição de cônjuge do ex-segurado Sylvio Gonçalves Barreto, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação, onde ocupou o cargo de auxiliar técnico, matrícula nº 761427/1, falecido em 27/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819417

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.953 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/378193.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A 36 e 36-C, da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016, o benefício de pen-

são por morte, no valor de R\$ 1.809,14 (um mil, oitocentos e nove reais e quatorze centavos), em favor de JEZUITA FERREIRA SOUZA, na condição de companheira do ex-segurado Raimundo Vaz de Almeida, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Transportes - SE-TRAN, onde ocupava o cargo de braçal, mat. nº 2046792/1, falecido em 08/02/2019.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (30/03/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819434

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2961 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/374005.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$26.093,63 (vinte e seis mil e noventa e três reais e sessenta e três centavos), em favor de TANIA REGINA NAZARE CIRINO, na condição de cônjuge do ex-segurado RAIMUNDO CIRINO IRMAO, pertencente ao quadro de servidores inativos da Defensoria Pública do Estado do Pará - DPE, onde ocupou o cargo de Defensor Público, mat. nº 3083950/1, falecido em 25/01/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819204

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2790 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/599702.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2021/599702, ficando o percentual assim distribuído entre os dependentes habilitados:

I.1 - 50% em favor de JORDANNA EDUARDA SANT'ANA ALVES, na condição de filho menor de 21 anos, no valor de R\$1.101,38 (Hum mil, cento e um reais e trinta e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso I e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II, e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

I.2 - 50%, no valor R\$1.101,38 (Hum mil, cento e um reais e trinta e oito centavos) que ficará sobrestado, aguardando a conclusão da análise do requerimento de pensão nº 2021/599696.

Perfazendo o total de R\$2.202,77 (Dois mil, duzentos e dois reais e setenta e sete centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Joao de Oliveira Alves Filho, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESP, onde ocupou o cargo de Médico, sob a matrícula nº 97748/1, falecido em 16/03/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de pensão por morte no âmbito do regime próprio federal do Ministério da Saúde, nos termos do art. 31, §1º inciso I, da Lei complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei complementar nº 128/2020, tendo optado a pensionista por receber integralmente o benefício de pensão por morte no âmbito do regime próprio federal do Ministério da Saúde.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819210

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2869 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1126843.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Incluir no benefício de pensão por morte, concedido pela Portaria PS nº 555, de 04/03/2021, o beneficiário LUCAS IVAN NEVES RABELO, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2021/1126843, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados: I.1 - 50% em favor de MARCIA MARIA SOUSA FARO, na condição de companheira, no valor de R\$2.385,47 (Dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, X e §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput, §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará.

I.2 - 50% em favor de LUCAS IVAN NEVES RABELO, na condição de filho maior inválido, no valor de R\$2.385,47 (Dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso III, §5º, 7º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput, §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará.

Perfazendo o total de R\$4.770,94 (Quatro mil, setecentos e setenta reais e noventa e quatro centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Ivan Soares Rabelo, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, onde ocupou a graduação de Cabo, mat. nº 5699533/1, falecido em 14/04/2020.

II - A inclusão no rateio da pensão se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, em favor de MARCIA MARIA SOUSA FARO e à data do requerimento (07/10/2021), para LUCAS IVAN NEVES RABELO, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação e compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985, acrescido pela Lei nº 6.049/1997.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Havendo extinção de cota-parte de algum beneficiário, esta será revertida entre os demais dependentes, de acordo com a redação originária do art. 30, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819225

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2983 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2019/333727 E 2022/172434.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c art. 20, §4º, da Lei Federal nº 8.742/1993, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.091,59 (dois mil e noventa e um reais e cinquenta e nove centavos), em favor de MARINETE FREIRE DE MELO, na condição de companheira do ex-segurado JOSE DOMINGOS DA SILVA BARROSO, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 387860/1, falecido em 21/02/2019.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do cancelamento do benefício assistencial pago pelo INSS (23/12/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819155

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2813 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2015/153455; 2018/492328 e 2022/167854.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006 e 70/2010, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$3.209,31 (três mil, duzentos e nove reais e trinta e um centavos), em favor de RAIMUNDO NATALINO RODRIGUES SOUZA, na condição de filho maior inválido da ex-segurada Maria de Jesus Rodrigues de Souza, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professora Classe Especial, mat. nº 214191/1, falecida em 05/02/2015.

II - A implantação do beneficiário se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do cancelamento do Benefício de Prestação Continuada - BPC junto ao INSS (01/10/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, § 8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 819167

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.908 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/206415, 2021/1187039 e 2022/719602;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso, II 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de MARIA DAS GRAÇAS SOUSA VASCONCELOS, na condição de cônjuge do ex-segurado Raimundo de Lima Vasconcelos, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Transporte, onde ocupou o cargo de braçal, mat. nº 2026686/1, falecido em 15/01/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818449

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.770 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2020/161646, 2020/161646 e 2021/1268419.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Incluir no benefício de pensão por morte o beneficiário Vidal Correa Veiga e liberar o sobrestamento de cota concedido através da Portaria PS nº 3.085 de 20/10/2021, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2020/161646, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

i.1 - A contar de 28/02/2020:

I.1.1 - 33,34% em favor de JOAO PEDRO SOUZA VEIGA, na condição de filho, no valor de R\$1.563,04 (um mil, quinhentos e sessenta e três reais e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39, de 09 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.2 - 33,33% em favor de SOFIA COTTA DE SOUZA ARRUDA, na condição de filha, no valor de R\$1.563,04 (um mil, quinhentos e sessenta e três reais e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39, de 09 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.3 - 33,33%, em favor de VIDAL CORREA VEIGA, na condição de companheira, no valor de R\$1.563,04 (um mil, quinhentos e sessenta e três reais e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X, alínea "d", 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39, de 09 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o total à época de R\$4.689,11 (quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e onze centavos), provenientes do óbito da ex-segurada Ana Larissa Cruz Souza, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secre-

taria de Estado de Educação, onde ocupou o cargo de professor classe I, mat. nº 54186709/2, falecida em 22/04/2018.

I.2- A contar de 03/04/2022:

I.2.1 – 50% em favor de JOAO PEDRO SOUZA VEIGA, na condição de filho, no valor de R\$2.723,52 (dois mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39, de 09 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.2.2 – 50% em favor de VIDAL CORREA VEIGA, na condição de companheiro, no valor de R\$2.723,52 (dois mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X, alínea "d", 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39, de 09 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o total atualizado de R\$5.447,05 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinco centavos), provenientes do óbito da ex-segurada Ana Larissa Cruz Souza, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação, onde ocupou o cargo de professor classe I, mat. nº 54186709/2, falecida em 22/04/2018.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (28/02/2020), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III- Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no § 8º, do art. 40, da Constituição Federal/1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com a redação da Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Havendo extinção de cota-parte de um dos beneficiários, esta será revertida para o(s) pensionista(s) remanescente(s), conforme disposto na redação originária do art. 30, caput e §2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818460

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.910 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/478892 e 2021/1249280.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Liberar o sobrestamento de cota e incluir no benefício de pensão por morte concedido através da Portaria PS nº 2.472 de 24/08/2021, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2021/478892, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 - 50% em favor de OSVANILDA ALMEIDA NUNES DA SILVA, na condição de cônjuge, no valor de R\$3.025,28 (três mil, vinte e cinco reais e vinte e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará.

I.2 – 50%, em favor de JOÃO VICTOR CARDOSO DA SILVA, na condição de filho menor, no valor R\$3.025,28 (três mil, vinte e cinco reais e vinte e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará c/c artigo 20 §4º da Lei nº 8742/1993.

Perfazendo o total atualizado de R\$6.050,56 (seis mil, cinquenta reais e cinquenta e seis centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Manoel Costa da Silva Junior, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 2º Sargento, mat. nº 5019729/2, falecido em 11/04/2021.

II – A inclusão do beneficiário se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data da cessação do benefício de prestação continuada junto ao INSS (15/02/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação e compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985, acrescido pela nº Lei nº 6.049/1997.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Havendo extinção de cota-parte de algum beneficiário, esta será revertida entre os demais dependentes, de acordo com a redação originária do art. 30, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818474

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET. PS Nº 2.963 DE 22 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1027799.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de retificação quanto a retroatividade do benefício de pensão por morte em favor de ALESSANDRA MARTINS PENELVA DA COSTA concedido através da Portaria PS 1.043 de 10 de março de 2022, publicada no Diário Oficial nº 7776767, de 11/04/2022, resolve:

I – Retificar a data de retroação do benefício da Portaria 1.043 de 10 de março de 2022, que concedeu a pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do processo 2021/1027799, em favor de ALESSANDRA MARTINS PENELVA DA COSTA, na condição de cônjuge do ex-segurado, que passe a constar os efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento, 16/09/2021, e em favor de MARCELA MARTINS PENELVA DA COSTA, na condição de filha do ex-segurado retroagindo à data do óbito, 06/06/2021, com implantação do benefício partir de 01/04/2022, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação, permanecendo inalterados os seguintes fundamentos da concessão:

II – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2021/1027799 E 2021/1028599, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

II.1 50% em favor de ALESSANDRA MARTINS PENELVA DA COSTA, na condição de cônjuge, no valor atualizado de R\$2.804,65 (dois mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

II.2 – 50% em favor de MARCELA MARTINS PENELVA DA COSTA, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$2.804,65 (dois mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

Perfazendo o total de R\$5.609,30 (cinco mil, seiscentos e nove reais e trinta centavos), provenientes do óbito do ex-segurada Pedro Paulo Penelva da Costa, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupava o cargo de Professor Classe I, sob a matrícula nº 343617/1, falecido em 06/06/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818498

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.787 DE 08 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/599618.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 e art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de ONEIDE RODRIGUES DE MIRANDA, na condição de cônjuge do ex-segurado Sebastião Rosário de Miranda, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, onde exerceu cargo de Vigia, mat. nº 3193497/1, falecido em 14/04/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento administrativo (16/05/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância

ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818529

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.820 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/213126.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem artigos 6º, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e Súmulas Vinculantes 15 e 16 do STF, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (mil duzentos e doze reais), em favor de GILSON NASCIMENTO DA SILVA, na condição de filho maior portador de necessidades especiais, do ex-segurado JOSE PEREIRA DA SILVA, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Servente, mat. nº 5495342/1, falecido em 24/02/2017.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos retroagindo a data do requerimento administrativo (21/02/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo vigente, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818544

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA RET PS Nº 2915 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO DO NOME DA INTERESSADA CONSTANTE NA PORTARIA Ps Nº 2129 DE 28/07/2021, REFERENTE AO benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE CONCEDIDO ORIGINALMENTE NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 2021/776105.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais:

Considerando a necessidade de retificar o nome da interessada RAFAELLA HABER OLIVEIRA constante na Portaria PS nº 2129 DE 28/07/2021, o qual havia sido escrito na referida portaria como Rafaela Haber Oliveira, referente à concessão do benefício de pensão por morte tratado no processo nº 2021/776105, resolve:

I - Retificar o nome da interessada para que conste RAFAELLA HABER OLIVEIRA, ficando inalterados os seguintes fundamentos da concessão:

II - O benefício de pensão por morte foi concedido com base nos artigos 6º, inciso I, 14, §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, no valor de R\$ 29.049,04 (vinte e nove mil, quarenta e nove reais e quatro centavos), em favor de RAFAELLA HABER OLIVEIRA, na condição de cônjuge do ex-segurado Mauro Tadeu da Silva Oliveira, pertencente ao quadro de inativos do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará - BM/PA, no posto de Coronel/BM, mat. nº 5619661/1, falecido em 30/11/2020.

III - A implantação do benefício se efetivou a partir de 01/08/2021, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito, compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei 5.251/1985 (acrescido pela Lei nº 6.049/97).

IV - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no §10º, art. 45 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/1999; art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003; e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818554

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA RET. PS Nº 2.514 DE 25 DE MAIO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/546037; 2021/1248489; 2021/576675; 2021/947128.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de retificação do valor do benefício de pensão por morte em favor de LIZABETE LIMA DO NASCIMENTO, concedido pela Portaria PS Nº 014, de 06 de janeiro de 2022, resolve:

I - Retificar o item I da Portaria PS Nº014, de 06 de janeiro de 2022, que concedeu a pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do processo nº 2021/546037, em favor de LIZABETE LIMA DO NASCIMENTO, na condição de cônjuge do ex-segurado Elizeu Braga do Nascimento, para alterar o valor da pensão por morte, para que passe a constar o valor de R\$3.967,34 (três mil novecentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos), permanecendo inalterados os demais itens da portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 817544

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA RET. PS Nº 2.529 DE 25 DE MAIO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2020/1099466 e 2021/806097.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de retificação da data de implantação do benefício de pensão por morte em favor de REGINA COELI DE SOUZA FONSECA SANTOS concedido através da Portaria PS Nº 0292, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial nº 34.887, de 10/03/2022, resolve:

I - Retificar o item II da Portaria PS Nº 0292, de 27 de janeiro de 2022, que concedeu a pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do processo nº 2020/1099466, em favor de REGINA COELI DE SOUZA FONSECA SANTOS, na condição de cônjuge do ex-segurado João Gregório dos Santos, para alterar a data de implantação do benefício, para que passe a constar a data de implantação a partir do dia 01/03/2022, permanecendo inalterados os demais itens da portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 817579

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2842 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/777846, 2022/256950 E 2022/99720.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §5º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 31, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$4.375,04 (Quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), em favor de ASTROGILDA RODRIGUES DE LEMOS, na condição de companheira do ex-segurado Sebastiao Cardoso da Silva, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM/PA, onde ocupou a graduação de Soldado de 1º Classe, mat. nº 3372774/1, falecido em 25/05/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo a data de cancelamento do benefício de pensão por morte junto ao INSS (27/05/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no §10º, art. 45 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/1999 c/c art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 817268

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2817 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/160895 e 2022/556042.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/160895 e 2022/556042, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1.a - 50% em favor de GILCINELE DA SILVA REGO, na condição de cônjuge, no valor de R\$2.022,96 (Dois mil, vinte e dois reais e noventa e seis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, X e §5º, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput, §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará.

I.1.b - 50% em favor de PEDRO LUCAS DA SILVA REGO na condição de filho menor, no valor de R\$2.022,96 (Dois mil, vinte e dois reais e noventa e seis centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso

II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput, §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016, c/c artigos 24-F e 24-G do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará.

Perfazendo o total de R\$4.045,93 (Quatro mil, quarenta e cinco reais e noventa e três centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Elson Sebastião Rego, pertencente ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 3º Sargento, mat. nº 5731950/1, falecido em 18/05/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985 (acrescido pela Lei nº 6.049/97).

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no §10º, art. 45 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 15/1999 c/c art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Havendo extinção de cota-parte de um dos beneficiários, esta será revertida para o(s) pensionista(s) remanescente(s), conforme disposto na redação originária do art. 30, caput e §2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 812721

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3329 DE 04 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/720231.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/720231, ficando o percentual assim distribuído para a dependente habilitada:

I.1- 100% em favor de MARIA SANTANA RODRIGUES PEREIRA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 4.542,94 (quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) com fundamento no que dispõem o artigo 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o R\$ 4.542,94 (quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), provenientes do óbito do ex-segurado 3º Sargento PM RG 12481 RAIMUNDO NONATO MENEZES PEREIRA, pertencente ao quadro da Academia de Polícia da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 3º Sargento PM, mat. nº 33962230-1, falecido em 15/05/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 15/05/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revisados automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 825862

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3254 DE 04 DE JULHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/563776.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de RAIMUNDO ALVES MAIA, na condição de cônjuge da ex-segurada Rita Carvalho Maia, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará – SESPA, onde exerceu o cargo de Agente de Saúde, mat. nº 78816/1, falecida em 24/03/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (26/05/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825584

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV

PORTARIA PS Nº 2.824 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/654571.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31 §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte no valor de R\$1.386,00 (um mil, trezentos e oitenta e seis reais), em favor de JOSE VALDEMILSON ALENCAR LIMA, na condição de cônjuge da ex-segurada JOANA CELIA DE SA LIMA, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará – SESPA, onde exerceu o cargo de Auxiliar de Saúde, mat. nº 5118140/1 falecida em 25/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (25/02/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III- Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825587

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV

PORTARIA PS Nº 2.887 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/649060.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de GUIOMAR FERREIRA BARATA, na condição de cônjuge do ex-segurado JOSE PEDRO NEVES BARATA, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Vigia, mat. nº 216488/1 falecido em 09/03/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (25/05/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos do art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825579

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.222 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/439193.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 5.025,34 (cinco mil e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos), em favor de MARIA JÚLIA MIRANDA DE MELO, na condição de filha menor do ex-segurado Manoel Oliveira de Melo, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Assistente PA-A, matrícula nº 508004/1, falecido em 25/10/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825531

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.256 DE 04 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1241812.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c Parecer nº 062/2020 – PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de NOEMIA FERREIRA DA SILVA, na condição de cônjuge do ex-segurado Osmar Fernandes da Silva, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Servente Ref. I, matrícula nº 662062/1, falecido em 19/09/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que o benefício atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825541

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.291 DE 05 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1209876.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, §10, inciso I e II, 7º, 25, inciso II, 25-A, caput, §1º e §2º, incisos I e II, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.398,46 (um mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), em favor de MOISÉS FERNANDES DE ARAÚJO, na condição de filho maior inválido da ex-segurada Lina Neuza Fernandes de Araújo, pertencente ao quadro de servidores inativos da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará – FSCMP, onde ocupou o cargo de Agente de Saúde, matrícula nº 5174198/1, falecida em 14/03/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (22/10/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825552

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.241 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/363075 e 2021/1219090.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 2.986,78 (dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e oito centavos), em favor de NAIZA NUNES DE ALMEIDA, na condição de cônjuge do ex-segurado José Raiol de Almeida, pertencente ao quadro de inativos do Tribunal de

Justiça do Estado do Pará – TJ/PA, onde ocupou o cargo de Atendente Judiciário, matrícula nº 1060-0, falecido em 23/03/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825457

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.245 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/637512

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/637512, ficando o percentual assim distribuído para a dependente habilitada:

I.1 – 100% em favor de MARLUCY SANTOS DE CAMPOS, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 22.604,89 (vinte e dois mil seiscentos e quatro reais e oitenta e nove centavos) com fundamento no que dispõem os artigos 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total 22.604,89 (vinte e dois mil seiscentos e quatro reais e oitenta e nove centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Capitão PM RE RG 8641 LUCIVALDO SILVA DE CAMPOS, pertencente ao quadro de inativo do Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de Major PM, mat. nº 03357643/0, falecido em 03/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 03/03/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824876

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3287 DE 05 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/889996.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II, e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, art.201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes 15 e 16 do STF, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (Um mil, duzentos e doze reais), em favor de WALDIRENE DA CONCEIÇÃO SOUSA FARIAS, na condição de cônjuge do ex-segurado José Wanderley Farias Junior, pertencente ao quadro de ativos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA, onde ocupou o cargo de Monitor, mat. nº 3210871/1, falecido em 01/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento da interessada (16/08/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal c/c art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, art.201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825520

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.207 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/1427474.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará –

IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §5º, 25, 25-A inciso II, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 c/c artigo 24-F do Decreto-Lei nº 667/1969, inseridos pela Lei Federal nº 13.954/2019, artigo 26 da Lei Federal nº 13.954/2019 e Decreto nº 500/2020 do Estado do Pará, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$4.834,09 (quatro mil oitocentos e trinta e quatro reais e nove centavos), em favor de LUCIANA ALENCAR DE SOUSA, na condição de companheira do ex-segurado Raimundo Nonato Moreira de Sousa, pertencente ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 2º Sargento, mat. 5684226/1, falecido em 23/02/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (29/09/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação e compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício, conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985, acrescido pela Lei nº 6.049/1997.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825075

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA PS Nº 3.293 DE 05 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/93200.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento nos artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 e Parecer nº 062/2020 – PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de MARIA JOSÉ DE SOUZA SOARES, na condição de cônjuge do ex-segurado JOÃO DE OLIVEIRA SOARES, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará – SESP, onde ocupou o cargo de Médico, sob a matrícula nº 5219612/2, falecido em 09/05/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (25/01/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer 062/2020 – PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825142

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA PS Nº 3.215 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/546371; 2022/547075; 2022/546875 e 2022/546983.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/546371; 2022/547075; 2022/546875 e 2022/546983, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1.a – 25% em favor de LIDIA MORAIS DE SOUSA, na condição de cônjuge, no valor atualizado de R\$798,83 (setecentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.1.b – 25% em favor de CATARINA MORAIS DE SOUSA, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$ 798,83 (setecentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005,

51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.1.c – 25% em favor de SOFIA MORAIS DE SOUSA, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$ 798,83 (setecentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

1. 1. d – 25% em favor de GABRIEL MORAIS DE SOUSA, na condição de filho menor, no valor atualizado de R\$ 798,83 (setecentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019; Perfazendo o total de R\$ 3.195,33 (três mil, cento e noventa e cinco reais e trinta e três centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Ricardino Lassadier Rodrigues de Sousa, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe I, mat. nº 55586045/1, falecido em 15/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da Lei Complementar nº 039/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824968

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará PORTARIA PS Nº 3.169 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2017/471372, 2020/886818, 2021/779587, 2021/625343 E 2021/676550.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Liberar a cota sobrestada e incluir no benefício de pensão por morte, concedido nos processos nº 2017/471414 e 2018/127716, a beneficiária JOSIANNE OLIVEIRA DE VILHENA, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos 2017/471372, 2020/886818, 2021/779587, 2021/625343 E 2021/676550, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – A contar de 01/11/2017:

I.1.a – 50% em favor de ANTHONY ALEXANDRE VILHENA DE ARAUJO, na condição de filho menor, no valor de R\$491,92 (quatrocentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.b – 50% em favor de JOSIANNE OLIVEIRA DE VILHENA, na condição de companheira, no valor de R\$491,92 (quatrocentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o total de R\$983,84 (novecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

I.2 – A contar de 08/11/2017:

I.1.a – 33,34% em favor de ANTHONY ALEXANDRE VILHENA DE ARAUJO, na condição de filho menor, no valor de R\$327,95 (trezentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.b – 33,33% em favor de DHIAGO PEREIRA DE ARAUJO, na condição de filho menor, no valor de R\$327,95 (trezentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.c – 33,33% em favor de JOSIANNE OLIVEIRA DE VILHENA, na condição de companheira, no valor de R\$327,95 (trezentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o total de R\$983,85 (novecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

I.3 – A contar de 22/03/2018:

I.1.a – 25% em favor de ANTHONY ALEXANDRE VILHENA DE ARAUJO, na condição de filho menor, no valor de R\$248,60 (duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.b – 25% em favor de DHIAGO PEREIRA DE ARAUJO, na condição de filho menor, no valor de R\$248,60 (duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.c – 25% em favor de IASMIM RODRIGUES FREIRE DE ARAUJO, na condição de filha menor, no valor de R\$248,60 (duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.d – 25% em favor de JOSIANNE OLIVEIRA DE VILHENA, na condição de companheira, no valor de R\$248,60 (duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o total de R\$994,40 (novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

I.4 – A contar de 26/06/2021:

I.1.a – 33,33% em favor de ANTHONY ALEXANDRE VILHENA DE ARAUJO, na condição de filho menor, no valor atualizado de R\$416,08 (quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.b – 33,33% em favor de IASMIM RODRIGUES FREIRE DE ARAUJO, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$416,08 (quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A e 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

I.1.c – 33,34% em favor de JOSIANNE OLIVEIRA DE VILHENA, na condição de companheira, no valor atualizado de R\$416,08 (quatrocentos e dezesseis reais e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso I, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o total atualizado de R\$1.248,25 (um mil duzentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Sandy Alexandre do Carmo de Araújo, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, onde ocupou o cargo de Técnico em Enfermagem, mat. nº 5896301/1, falecido em 19/04/2017.

II – A inclusão da beneficiária no rateio da pensão se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data requerimento administrativo (01/11/2017), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Havendo extinção de cota-parte de algum beneficiário, esta será revertida entre os demais dependentes, de acordo com a redação originária do art. 30, caput e § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824973

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.296 DE 05 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2020/993848, 2021/857101 e 2021/1319164.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Incluir no benefício de pensão por morte concedido pela Portaria 3.088 de 21/10/2021, a beneficiária MARIA CELINA BARBOSA nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2020/993848, 2021/857101 e 2021/1319164, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 – 50% em favor de ADRIANE PAOLA BARBOSA COELHO, na condição de filha menor, no valor de R\$606,00 (seiscentos e seis reais), com fundamento no que dispõem os artigos 6º inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016 e 128/2020, art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c o art. 201, §2º da Constituição Federal/1988 e súmulas vinculantes 15 e 16 do Supremo Tribunal Federal.

I.2 – 50%, em favor de MARIA CELINA BARBOSA, na condição de companheira, no valor de R\$606,00 (seiscentos e seis reais), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e § 1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30 caput e § 2º, 31, §1º, inciso II e § 2º, 36 e 36-C

da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

Perfazendo o total atualizado de R\$ 1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), provenientes do óbito do ex-segurado Sebastião Tavares Coelho, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará - SESPA, onde ocupou o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 123463/1, falecio em 03/09/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao art. 33, § 7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, c/c o art. 201 §2º da Constituição Federal/1988, e ainda o Parecer nº 062/2020-PROJUR.

V – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido das cotas individuais dos pensionistas remanescentes para fins de recálculo, conforme o disposto no art. 30, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com redação da Lei Complementar nº 128/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825008

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.249 DE 04 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022355843, 2022/484548.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Incluir no benefício de pensão por morte concedido pelas Portarias PS nº 1878, de 01/06/2018 e nº 2205, de 02/07/2018, a beneficiária RITA DE CASSIA SILVA TOME, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2022/325843, ficando os percentuais e valores assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

1.1- 25% em favor de RITA DE CASSIA SILVA TOME, na condição de cônjuge, no valor de R\$882,34 (Oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos) com fundamento nos arts. 6º inciso I, 14, §5º, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30 caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39, de 09 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

1.2- 25% em favor de MARIA VITORIA DE CASTRO TOME, na condição de filha menor, no valor de R\$882,34 (Oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), com fundamento nos arts. 6º inciso II, 25, 25-A, inciso II, 29, 30 caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016.

1.3- 25% em favor de ASHLEY UCHOA TOME, na condição de filho menor, no valor de R\$882,34 (Oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), com fundamento nos arts. 6º inciso II, 25, 25-A, inciso II, 29, 30 caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016.

1.4- 25% em favor de VICTOR SILVA TOME, na condição de filho menor, no valor de R\$882,34 (Oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), com fundamento nos arts. 6º inciso II, 25, 25-A, inciso II, 29, 30 caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016.

II- A partir de 04/02/2019, em função da extinção da cota parte do beneficiário VICTOR SILVA TOME, o benefício passa a ser assim distribuído:

1.1- 33,33% em favor de RITA DE CASSIA SILVA TOME, na condição de cônjuge, no valor de R\$1.480,66 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) com fundamento nos arts. 6º inciso I, 14, §5º, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30 caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39, de 09 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

1.2- 33,33% em favor de MARIA VITORIA DE CASTRO TOME, na condição de filha menor, no valor de R\$1.480,66 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos), com fundamento nos arts. 6º inciso II, 25, 25-A, inciso II, 29, 30 caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016.

1.3- 33, 34% em favor de ASHLEY UCHOA TOME, na condição de filho menor, no valor de R\$1.480,66 (um mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos), com fundamento nos arts. 6º inciso II, 25, 25-A, inciso II, 29, 30 caput e § 2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/02, alterada pelas Leis Complementares nº. 44/03, 49/05, 51/06, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o valor atualizado de R\$4.441,98 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos) provenientes do óbito do ex-segurado José de Arimatéa Tomé da Silva, o qual pertencia ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará, na graduação de 3º Sargento, matrícula nº 5200792/2, falecido em 22/12/2017.

III – A inclusão da beneficiária se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 922/12/2017), respeitando-

se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação e compensando-se eventuais valores pagos a maior até a concessão do benefício conforme determina o § 4º do art. 75 da Lei nº 5.251/1985, acrescido pela Lei nº 6.049/1997.

IV – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 45, §10 da Constituição Estadual/1989, com redação da Emenda Constitucional Estadual nº 15/1999, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002.

V – Havendo extinção de cota-parte de um dos beneficiários, esta será revertida para o(s) pensionista(s) remanescente(s), conforme disposto na redação originária do art. 30, caput e §2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825011

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3238 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a CONCESSÃO DE benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/647308, 2021/714089 e 2021/744162.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2021/647308, 2021/714089 e 2021/744162, ficando os percentuais assim distribuídos entre as dependentes habilitadas:

I.1 – 50% em favor de JULIO FAVACHO MACEDO JUNIOR, na condição de companheiro, no valor de R\$3.923,64 (três mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X, alínea “d”, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016;

I.2 – 50% em favor de JULIANA BALEIXO MACEDO, na condição de filha menor, no valor de R\$3.923,64 (três mil, novecentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

Perfazendo o total atualizado de R\$6.587,28 (seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos), provenientes do óbito da ex-segurada Luciana Baleixo da Silva, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupava o cargo de Professor Classe II, mat. 5863570/2, falecida em 15/12/2019.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à 16/06/2021 para a beneficiária JULIANA BALEIXO MACEDO e 07/07/2021 para o beneficiário JULIO FAVACHO MACEDO JUNIOR, datas dos respectivos requerimentos, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Havendo extinção de cota-parte de algum beneficiário, esta será revertida para o dependente remanescente, de acordo com a redação originária do art. 30, caput e §2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 825015

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.056 DE 19 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/430650.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/430650, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 100% em favor de EDNA MARIA GONÇALVES SILVA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 6.719,60 (seis mil e setecentos e dezenove reais e sessenta centavos) com fundamento no que dispõem os artigos 4º, inciso I, artigo 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 6.719,60 (seis mil e setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), provenientes do óbito do ex-segurado 3º Sargento PM RR RG 9008 ANTONIO CARVALHO DA SILVA, pertencente ao quadro de inativo da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 2º Sargento PM, mat. nº 3358208/1, falecido em 26/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 26/03/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824676

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3.224 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/55119.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/55119, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 100% em favor de LILIAN GISELLE DA SILVA TEIXEIRA PEREIRA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 12.512,71 (doze mil quinhentos e doze reais e setenta e um centavos) com fundamento no que dispõem dos artigos 30, inciso I, alíneas “a”, 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total de R\$ 12.512,71 (doze mil quinhentos e doze reais e setenta e um centavos), provenientes do óbito do ex-segurado 3º Sargento – PM REF. RG 15777 FRANCISCO ADINALDO BORGES PEREIRA, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 3º sargento/PM REF, sob a matrícula nº 5126916/1, falecido em 05/01/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (05/01/2022), nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824722

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.036 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/311971.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/311971, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 – 100% em favor de MARIA ALICE GOMES CORDOVID, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 16.963,67 (dezesseis mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos) com fundamento no que dispõem os artigos 4º, inciso I, artigo 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o R\$ 16.963,67 (dezesseis mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Subtenente PM RR RG 6531 FERNANDO MARQUES CORDOVID, pertencente ao quadro de inativo da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 2º Tenente PM, mat. nº 3379841/1, falecido em 05/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 05/02/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824732

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.217 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/287144.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/212132 E 2022/212205, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados: I.1 – 100% em favor de MARIA DO ESPÍRITO SANTO SALDANHA BORGES, na condição de companheira, no valor de R\$ 6.932,91 (seis mil e cento e novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), com fundamento no que dispõem os 30, inciso I, alíneas “a”, 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total de R\$ 6.932,91 (seis mil e cento e novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Estevão Teixeira da Piedade, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 3º Sargento/PM RR, sob a matrícula nº 7008066/1, falecido em 14/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (14/02/2022), nos termos

do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824734

**Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3.025 DE 15 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/344594.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/344594, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1- 100% em favor de MARIA IRACEMA COELHO FRANCO, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 15.569,40 (quinze mil e quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) com fundamento no que dispõem os artigos 4º, inciso I, artigo 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o R\$ 15.569,40 (quinze mil e quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Subtenente PM RR RG 7041 MANOEL SANTOS DA PAIXÃO FRANCO, pertencente ao quadro de inativo do Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 2º Tenente PM, mat. nº 3362310/1, falecido em 09/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 09/03/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824737

**Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.737 DE 06 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/212132 E 2022/212205.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/212132 E 2022/212205, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados: I.1 - 50% em favor de MARIA VITÓRIA SILVA BARROS, na condição de filha menor, no valor de R\$ 2.139,28 (dois mil e cento e trinta e nove reais e vinte e oito centavos), com fundamento no que dispõem os 30, inciso I, alíneas "c", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

I.2 - 50% em favor de WADSON LUCAS CABRAL BARROS, na condição de filho menor, no valor de R\$ 2.139,28 (dois mil e cento e trinta e nove reais e vinte e oito centavos), com fundamento no que dispõem os 30, inciso I, alíneas "c", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total de R\$ 4.278,56 (quatro mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Antônio Madson Campos Barros, pertencente ao quadro de ativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de CABO/PM, sob a matrícula nº 57222071/1, falecido em 29/01/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (29/01/2022), nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824868

**Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3.028 DE 10 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/411202.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/411202, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1- 100% em favor de ROSINETE RODRIGUES DA SILVA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 6.932,91 (seis mil e novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos) com fundamento no que dispõem os artigos 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total 6.932,91 (seis mil e novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), provenientes do óbito do ex-segurado 3º Sargento PM RR RG 10247 JOÃO TELES DE SOUZA, pertencente ao quadro de inativo do Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 2º Sargento PM, mat. nº 3358674/1, falecido em 15/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 15/03/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824883

**Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3.228 DE 01 DE JULHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/539681

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/539681, ficando o percentual assim distribuído para a dependente habilitada:

I.1- 100% em favor de SONIA MARIA DE MORAES MENEZES COSTA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 16.356,40 (dezesseis mil e trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) com fundamento no que dispõem os artigos 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total R\$ 16.356,40 (dezesseis mil e trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Subtenente PM REF RG 6736 VALDEVINO DE SOUZA COSTA, pertencente ao quadro de inativo do Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 1º Tenente PM, mat. nº 3376370/1, falecido em 12/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 12/04/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824888

**Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2708 DE 03 DE JUNHO DE 2022**

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/131459, 2021/158661 e 2021/1093998

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de Pensão, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos processos nº 2021/131459, 2021/158661 e 2021/1093998, cujos percentuais ficam assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 - 50% em favor de LIDIANE DA SILVA SABATHE, na condição de cônjuge, no valor de R\$606,00 (seiscentos e seis reais), na forma dos artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, alínea "d", 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988, e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV.

I.2 - 50% em favor de DANTE SABATHE DA CRUZ, na condição de filho menor, no valor de R\$606,00 (seiscentos e seis reais), na forma dos artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988, e as Súmulas

Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV.

Perfazendo o total de R\$1.212,00 (um mil e duzentos e doze reais) provenientes do óbito do ex-segurado ARTUR JORGE PATRICIO ROCHA DA CRUZ, pertencente ao quadro de servidores ativos da procuradoria Geral do Estado – PGE, onde ocupou o cargo de Assistente de Procuradoria - Informática, sob a matrícula nº 5889954/1, falecido em 13/11/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão

atinga o valor do salário-mínimo, conforme o art. 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

V – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002 e da Lei Complementar nº 128/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824907

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3285 DE 05 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2013/195664 E 2021/929606

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos processos nº 2013/195664 e nº 2021/929606, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1. No período de 21/07/2009 a 22/04/2013:

I.1.1 – 50% em favor de ROSIVANIA DO CARMO SIQUEIRA DO ESPÍRITO SANTO, na condição de companheira, no valor à época de R\$1.089,90 (um mil e oitenta e nove reais e noventa centavos), na forma dos artigos 6º, inciso I, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36, 36-C e 98-A da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006 e 125/2019;

I.1.2 – 50% em favor de MARCUS EDUARDO SIQUEIRA BARATA, na condição de filho menor, no valor à época de R\$1.089,90 (um mil e oitenta e nove reais e noventa centavos), na forma dos artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 30, caput e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006 e 125/2019, a ser pago na forma de quitação definitiva referente ao período de 21/07/2009 a 22/04/2013.

I.2. A partir de 23/04/2013:

I.2.1 – 100% em favor de ROSIVANIA DO CARMO SIQUEIRA DO ESPÍRITO SANTO, na condição de companheira, no valor atualizado de R\$4.700,92 (quatro mil e setecentos reais e noventa e dois centavos), na forma dos artigos 6º, inciso I, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 36, 36-C e 98-A da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006 e 125/2019.

Perfazendo o total atualizado de R\$4.700,92 (quatro mil e setecentos reais e noventa e dois centavos), provenientes do óbito do ex-segurado MARCUS VINICIUS MONTEIRO BARATA, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, onde ocupava o cargo de Auxiliar Técnico, mat. nº 5155339/1, falecido em 21/07/2009.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Registre-se que o valor dos benefícios concedidos com base no permissivo do art. 98-A, caput, da Lei Complementar nº 39/2002 está limitado ao teto dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social. Portanto, eventuais reajustes concedidos na forma do tópico anterior da mesma forma estarão limitados ao teto do RGPS.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824471

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3277 DE 04 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/412101.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/412101, ficando o percentual assim distribuído para a dependente habilitada:

I.1– 100% em favor de ANA MARIA CORDOVIL DA SILVA, na condição de companheira, no valor de R\$ 6.274,13 (seis mil duzentos e setenta e quatro reais e treze centavos) com fundamento no que dispõem o artigo 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº142/2021.

Perfazendo o total de R\$ 6.274,13 (seis mil duzentos e setenta e quatro reais e treze centavos), provenientes do óbito do ex-segurado 1º Sargento PM RR RG 12799 MARCELINO SILVA MARQUES, pertencente ao quadro de inativo da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 1º Sargento, mat. nº 50005560/1, falecido em 21/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (21/03/2022), nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824546

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.233 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/414327.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/414327, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1– 100% em favor de ANTÔNIA DE JESUS PINHEIRO BATISTA, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 36.714,26 (trinta e seis mil setecentos e quatorze reais e vinte e seis centavos) com fundamento no que dispõem dos artigos 30, inciso I, alíneas “a”, 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total de (trinta e seis mil setecentos e quatorze reais e vinte e seis centavos), provenientes do óbito do ex-segurado TEN CEL - PM RR. RG 7331 JOSÉ DE JESUS SILVA BATISTA, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação Tenente Coronel/PM RR, sob a matrícula nº 270113/2, falecido em 17/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (17/02/2022), nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Aplica-se o redutor Constitucional conforme os artigos 37, XI, da Constituição Federal 1988, c/c o §1º, art. 39, redação dada pela EC nº 072/2018, com as alterações dadas pela LC nº 044/2003, limitada ao subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, que representa a quantia de R\$ 35.462,22 (trinta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos)

IV – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824565

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.055 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/633031 E 2022/731248.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/633031 e 2022/731248, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1– 100% em favor de BENEDITA BARBOSA LOPES, na condição de cônjuge, no valor de R\$ 7.146,24 (sete mil e cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos) com fundamento no que dispõem os artigos 4º, inciso I, artigo 30, §2º inciso I, artigo 99 e artigo 100, inciso I, da Lei Complementar nº142/2021.

Perfazendo o R\$ 7.146,24 (sete mil e cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), provenientes do óbito do ex-segurado 3º Sargento PM RR RG 10291 RAIMUNDO EDSON CASTRO LOPES, pertencente ao quadro de inativo da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, tendo seus proventos calculados com base no soldo de 2º Sargento PM, mat. nº 3408094/1, falecido em 19/04/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito 19/04/2022, nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para

preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

Protocolo: 824573

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.793 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/186641.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve: I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do Processo nº 2022/186641, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1 - 100% em favor de DARLUCIA APARECIDA SILVA DA SILVA, na forma dos artigos 30, inciso I, alíneas "a", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total de R\$ 5.787,00 (cinco mil setecentos e oitenta e sete reais), provenientes do óbito do ex-segurado Guilherme Rufino da Silva, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 3º Sargento/PM RE, sob a matrícula nº 3378357/1, falecido em 31/01/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (31/01/2022), nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824608

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.818 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/241283 E 2022/241354.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPSS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142/2021 e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder o benefício de pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos nº 2022/241283 E 2022/241354, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados: I.1 - 50% em favor de DINA BRAGANÇA DE SOUSA ARAÚJO, na condição cônjuge, no valor de R\$ 6.454,98 (seis mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 30, inciso I, alíneas "a", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021

I.2 - 50% em favor de THAYANE RAQUEL DE SOUSA ARAÚJO, na condição de filho menor, no valor de R\$ 6.454,98 (seis mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 30, inciso I, alíneas "c", 99, 100, inciso I e 101 da Lei Complementar nº 142/2021.

Perfazendo o total de R\$ 12.909,96 (doze mil novecentos e nove reais e noventa e seis centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Roberto Carlos Silva Araújo, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA, onde ocupou a graduação de 3º Sargento/PM REF, sob a matrícula nº 5583829/1, falecido em 10/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito (10/02/2022), nos termos do artigo 100, inciso I da Lei Complementar nº 142/2021, respeitando-se os valores, conforme artigo 99 da Lei Complementar nº 142/2021.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 101 da Lei Complementar nº 142/2021, deverão ser revistos automaticamente, na mesma data da revisão das remunerações dos militares da ativa, para preservar o valor real equivalente à remuneração do militar da ativa do posto ou graduação que lhe deu origem.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824620

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.049 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/732394.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 3.754,07 (três mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e sete centavos), em favor de JOÃO MOTA SIQUEIRA NETO, na condição de cônjuge da ex-segurada Raimunda Rocha Siqueira, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria

de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe Especial, sob a matrícula nº 229008/1, falecida em 02/06/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824272

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3166 DE 30 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1382747.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Incluir no benefício de pensão por morte concedido pela Portaria PS nº 979, de 03/03/2022 a beneficiária SELMA MARIA DE SANTIAGO LIMA DOS SANTOS, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos Processos 2021/1242418, ficando os percentuais assim distribuídos entre os dependentes habilitados:

I.1.a – 25% em favor de ALETHEA GUEDES THEOS BAPTISTA DOS SANTOS, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$957,58 (novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I e §3º, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

I.1.b – 25% em favor de SOPHYA SANTIAGO THEOS BAPTISTA DOS SANTOS, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$957,58 (novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019;

I.1.c – 25% em favor de ALESSANDRA SANTIAGO THEOS BAPTISTA DOS SANTOS, na condição de filha menor, no valor atualizado de R\$957,58 (novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

I.1.d – 25% em favor de SELMA MARIA DE SANTIAGO LIMA DOS SANTOS, na condição de cônjuge, no valor de R\$957,58 (novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X, alínea "d" e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 30, caput e §2º, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019.

Perfazendo o total atualizado de R\$ 3.830,33 (três mil, oitocentos e trinta reais e trinta e três centavos), provenientes do óbito do ex-segurado Toya Alessandro Theos Baptista dos Santos, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Classe I, mat. nº 57233191/1, falecido em 13/10/2021.

II – A inclusão no benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016 e 128/2020.

IV – A perda da qualidade de um dos dependentes não implicará na reversão da respectiva cota individual, mantendo-se o valor da cota familiar acrescido da(s) cota(s) individuais do(s) pensionista(s) remanescente(s) para fins de recálculo, conforme disposto no art. 30, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824277

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3242 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/1449050 E 2022/287683.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, 14, inciso III, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-A, caput e §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II, e §4º da Emenda Constitucional Esta-

dual nº 77/2019, c/c art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, art.201, §2º da Constituição Federal/1988 e Súmulas Vinculantes 15 e 16 do STF, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.212,00 (Hum mil e duzentos e doze reais), em favor de MARIA CLARA FARIAS DOS SANTOS, na condição de filha menor de 21 anos da ex-segurada Elizabete de Melo Farias, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, onde ocupou o cargo de Assistente Administrativo, mat. nº 5548870/1, falecido em 10/09/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento da interessada (17/12/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada a diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal c/c art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, art.201, §2º da Constituição Federal/1988. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824249

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 1154 DE 01 DE JULHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/593872.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 4.796,84 (quatro mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), em favor de NILZILENE LARANJEIRA DA ROSA, na condição de companheira do ex-segurado Carlos Alberto Dias da Silva, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Professor Classe I, mat. nº 378534/2, falecido em 13/11/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (19/05/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 824254

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.986 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/142071 e 2021/874097.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso III, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$6.817,51 (seis mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos), em favor de MARIA RAIMUNDA NUNES CANTANHEDE, na condição de cônjuge do ex-segurado Alcides Manoel Cantanhede, pertencente ao quadro de inativos da Polícia Civil do Estado do Pará - PC, onde ocupou o cargo de Auxiliar Técnico da Polícia Civil, matrícula nº 62162/1, falecido em 25/12/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do cancelamento do Benefício de Prestação Continuada (01/05/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 823306

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3147 DE 27 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/999384 e 2021/1014354.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 2.694,88 (dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos), em favor de SEBASTIANA SOCORRO GOES DE OLIVEIRA, na condição de cônjuge do ex-segurado Jose Maria Gonçalves, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, onde exerceu o cargo de Auxiliar Técnico, mat. nº 3204553/1, falecido em 06/06/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (10/09/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 823315

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.987 DE 22 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/312902.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, e §2º, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$2.140,69 (dois mil, cento e quarenta reais e sessenta e nove centavos), em favor de RAIMUNDO NONATO MENEZES GUIMARÃES, na condição de cônjuge da ex-segurada Darcy Praia Anselmo Guimarães, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará - SESP, onde exerceu o cargo de Enfermeiro, matrícula nº 5077761/1, falecida em 30/08/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (16/03/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º, da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de reserva remunerada junto à Força Aérea Brasileira, nos termos do art. 31, §1º, inciso II, tendo-se optado pelo recebimento integral do benefício de reserva remunerada.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 823329

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 3.148 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/655063.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$3.753,47 (três mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos), em favor de JOSÉ ORLANDO GUERREIRO ALVES, na condição de cônjuge da ex-segurada Sebastiana Otélia de Sousa, pertencente ao quadro de inativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJ/PA, onde ocupou o cargo de Escrivã e Oficial de Registro, matrícula nº 17701, falecida em 28/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 823342

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3.126 DE 28 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/111474.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c 33, §7º da Constituição do Estado do Pará, com redação da Emenda Constitucional nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal de 1988 e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de RAIMUNDO ELI DA SILVA FRANÇA, na condição de cônjuge da ex-segurada Solange Maria Miranda França, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará - SESP, onde exerceu o cargo de Agente de Saúde, matrícula nº 99473/1, falecida em 14/09/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV - Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao art. 33, §7º, da Constituição do Estado do Pará, com redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c art. 201, §2º da Constituição Federal/1988.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 823351

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 3156 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/561342.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, §5º e inciso VII, 14, inciso VIII, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 4.147,88 (quatro mil, cento e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), em favor de VINÍCIUS DE PADUA FREITAS PIMENTEL, na condição de menor sob guarda da ex-segurada Auriclea Moura de Freitas, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Professor Classe Especial, mat. nº 491837/1, falecida em 01/12/2020.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c e art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 823353

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.662 DE 01 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/332615.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36 e 36-C, da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 3.893,24 (três mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos), em favor de REGINALDO TEIXEIRA UCHOA, na condição de cônjuge da ex-segurada MARIA VALIATI TEIXEIRA, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professora Assistente PA-A, sob a matrícula nº 203416/1, falecida em 27/02/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo do interessado (21/03/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 816658

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2.408 DE 18 DE MAIO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/949047;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso II, §5º e §10, incisos I e II, 7º, 25, inciso II, 25-A, caput, §1º e §2º, incisos I e II, 29, caput, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.894,29 (um mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e nove centavos), em favor de JOÃO FRANCISCO RIBEIRO JUNIOR, na condição de filho maior inválido da ex-segurada Anna dos Santos Ribeiro, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação, onde ocupou o cargo de Inspetor de Alunos, mat. nº 350478/1, falecida em 01/05/2021.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento administrativo (27/08/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 815458

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET. PS Nº 2.839 DE 13 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/65673 E 2022/65828.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de retificação do percentual do benefício de pensão por morte em favor de JOYCE GABRIELLE CHAVES PANTOJA concedido pela Portaria PS nº 2.530, de 25 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial nº 35.004 de 10/06/2022, resolve:

I - Retificar o item I.2 da Portaria PS nº 2.530, de 25 de maio de 2022, que concedeu a pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos dos processos nº 2022/65673 e 2022/65828, em favor de JOYCE GABRIELLE CHAVES PANTOJA, na condição de filha menor do ex-segurado Raimundo Nonato da Silva Pantoja, para alterar a o percentual do benefício de pensão por morte, para que passe a constar 50%, permanecendo inalterados os demais itens da portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 814697

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2783 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/262622 E 2021/432017.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.651,82 (um mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), em favor de CINTYA MARIA PAIVA DOS PRASERES, na condição de cônjuge do ex-segurado Wilson do Carmo Ferreira dos Praseres, pertencente ao quadro de servidores ativos do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP, onde ocupou o cargo de Assistente Administrativo, mat. 3158004/1, falecido em 06/09/2020.

II - A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento (08/03/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III - Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 814704

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA PS Nº 2838 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/489583.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal e o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de VICENTE RODRIGUES PINTO, na condição de cônjuge da ex-segurada MARIA DO CARMO DE BRITO BAIÃO PINTO, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado da Saúde do Pará - SESPA, onde ocupou o cargo de Agente de Saúde, mat. nº 110620/3, falecida em 30/03/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será adicionada diferença complementar, de modo que a pensão atinja o valor do salário-mínimo, conforme o Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e as Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 815075

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.736 DE 06 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/979182, 2022/94447, 2022/100207 E 2022/598.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$21.919,95 (vinte e um mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), em favor de MARIA RAIMUNDA DA CRUZ VIANA, na condição de cônjuge do ex-segurado Joao Maria Pereira Viana, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, onde exerceu o cargo de Fiscal de Receitas Estaduais, mat. nº 46850/1, falecido em 06/06/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 815341

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 1108 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2020/1038769, 2021/569718 e 2021/863209.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes 15 e 16 do STF, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.212,00 (um mil, duzentos e doze reais), em favor de LUCIER PINHEIRO TAVARES, na condição de cônjuge da ex-segurada Elina Eunice Pereira Tavares, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Inspetor de Alunos, mat. nº 375535/1, falecida em 16/11/2020.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – O valor do benefício decorre da aplicação das Súmulas Vinculantes nº 15 e 16 do STF, e em observância ao Parecer nº 062/2020 - PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 815384

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.746 DE 06 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/654423.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I e §5º, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput, §2º, inciso II e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$1.319,40 (um mil trezentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos), em favor de SUZELITA MARIA ATAÍDE NASCIMENTO, na condição de cônjuge do ex-segurado José Maria do Nascimento, pertencente ao quadro de ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Agente de Portaria, mat. nº 182494/1, falecido em 23/02/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento administrativo (26/05/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 815410

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA RET. 2.014 PS Nº DE 26 DE ABRIL DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/1153735.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

Considerando a necessidade de retificação do nome do ex-segurado, em favor de MARIETA PALHETA SANTOS, concedido através da Portaria PS nº 899 de 25 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial nº 34.887, de 10/03/2022, resolve:

I - Retificar o item I da Portaria PS nº 899 de 25 de fevereiro de 2022, que concedeu a pensão por morte, nos termos do parecer técnico constante nos autos do processo nº 2021/1153735, em favor de MARIETA PALHETA SANTOS, na condição de cônjuge do ex-segurado Roberto Santos, para corrigir o nome do ex-segurado, para ROBERTO SANTOS, permanecendo inalterados os demais itens da portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 814780

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA REAT PS Nº 2852 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a REATIVAÇÃO do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/496289.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Reativar o benefício de pensão por morte concedido pela Portaria PS nº 2840 de 18/11/2019, em favor de MARIA LINDALVA BASTOS PIRES, na condição de cônjuge do ex-segurado LUIS AUGUSTO SILVA PIRES, pertencente ao quadro de servidores ativos do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, onde ocupou o cargo de Perito Criminal, mat. 5129508/1, falecido em 09/11/2018, no valor atualizado de R\$15.097,09 (quinze mil e noventa e sete reais e nove centavos), conforme os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, 25-A, inciso II, 29, 29-A, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010 e 110/2016.

II – A reativação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado (09/11/2018), efetuando-se o encontro de contas entre o que foi efetivamente pago na forma de quitação definitiva e os valores retroativos devidos, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no parágrafo §8º, art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816612

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.760 DE 07 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/689273 E 2022/218316.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 6.689,31 (seis mil seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos), em favor de BENEDITO GONÇALO DA SILVEIRA MELO, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria do Socorro Silva Melo, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Professora Classe I, mat. nº 505684/1, falecida em 29/05/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito da ex-segurada, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 816640

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2892 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/374117.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 36, 36-A, caput e §2º, inciso II, e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$3.568,66 (três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos), em favor de TANIA REGINA NAZARE CIRINO, na condição de cônjuge do ex-segurado RAIMUNDO CIRINO IRMAO, pertencente ao quadro de servidores ativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor Colaborador Nível Superior, mat. nº 3083950/2, falecido em 25/01/2022.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 816604

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2751 DE 07 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2021/481515 e 2022/380656.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso I, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$9.682,45 (nove mil, seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), em favor de JOAO DO NASCIMENTO ROCHA, na condição de cônjuge da ex-segurada ORALDA FERREIRA ROCHA, pertencente ao quadro de servidores inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde ocupou o cargo de Professor de Ensino de 1º Grau, mat. nº 260363/1, falecida em 12/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao óbito, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 815865

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2.750 DE 06 DE JUNHO DE 2022

DISPÕEM sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2022/656058.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso

II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020 c/c art. 9º, §1º, inciso II e §4º da Emenda Constitucional Estadual nº 77/2019 c/c Parecer nº 062/2020-PROJUR/IGEPREV e Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em favor de MELQUIADES DE SOUZA REIS FILHO, na condição de cônjuge da ex-segurada Maria Elza Soares dos Reis, pertencente ao quadro de inativos da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, onde exerceu o cargo de Servente, mat. nº 423068/1, falecida em 17/04/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo ao requerimento administrativo (31/03/2022), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de Aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social do Estado do Pará, nos termos do art. 31, §1º inciso II, tendo em vista a opção por receber integralmente o benefício de Aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social.

IV – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor do benefício será aplicada a diferença complementar, nos termos das Súmulas Vinculantes nº 15 e nº 16 do Supremo Tribunal Federal, e em observância ao Parecer 062/2020 – PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 815880

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA PS Nº 2541 DE 06 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSO Nº 2021/778542, 2021/1033308 e 2021/790151.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Conceder, com fundamento no que dispõem os artigos 6º, inciso I, 14, inciso X e §1º, 25, inciso II, 25-A, caput e §1º, 29, caput, 31, §1º, inciso II e §2º, 36 e 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, alterada pelas Leis Complementares nº 44/2003, 49/2005, 51/2006, 70/2010, 110/2016 e 128/2020, o benefício de pensão por morte, no valor de R\$3.975,68 (três mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), em favor de OLINDA MARIA DE CAMPOS TAVARES, na condição de cônjuge do ex-segurado Mario Cláudio Tavares, pertencente ao quadro de servidores inativos do Tribunal de Justiça do Pará – TJ/PA, onde ocupou o cargo de Pretor do Interior, mat. nº 1781/7, falecido em 20/03/2021.

II – A implantação do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do requerimento (15/07/2021), respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.

III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 40, §8º da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o art. 36-C da Lei Complementar nº 39/2002, com redação dada pela Lei Complementar nº 110/2016.

IV – Ao valor dos proventos se aplica o disposto no art. 31, §2º da Lei Complementar nº 39/2002, incluído pela Lei Complementar nº 128/2020, em razão do acúmulo da presente pensão por morte com benefício de aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, nos termos do art. 31, §1º, inciso II, tendo optado a pensionista por receber integralmente o benefício de aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 816562

OUTRAS MATÉRIAS

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3089 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre o DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1382328.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora IRACEMA DO SOCORRO RAMALHO NAZARÉ, Matrícula nº 23396/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Pará – SEDAP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820884

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3090 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1372134.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JERÔNIMO CARLOS DE OLIVEIRA BARNABE, Matrícula nº 732915/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820892

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3091 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1222471.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora DURCILENA BRITO CAVALCANTE, Matrícula nº 555584/1, ocupante do cargo/função de Professor Assistente PA-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820896

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3092 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1280389.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA NILCIRENE PEREIRA, Matrícula nº 5231060/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820902

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3093 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2018/550687.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor REINALDO SANTOS PAIXÃO, Matrícula nº 5074088/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820906

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3094 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/439646.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor OCTÁVIO DE JESUS ARAÚJO RAMOS, Matrícula nº 5332893/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820910

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3120 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2011/466380.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DALVA PEREIRA COELHO, Matrícula nº 267147/2, ocupante do cargo/função de Professor Classe I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820914

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3121 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/287118.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MÁRCIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 728985/1, ocupante do cargo/função de Agente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820916

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3122 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1305292.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor NAZARENO DE JESUS GOMES RODRIGUES, Matrícula nº 572221/2, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820920

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3123 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/322177.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA LÚCIA SALGADO BARRA, Matrícula nº 3204/1, ocupante do cargo/função de Assessor, pertencente ao quadro de pessoal da Escola de Governo do Estado do Pará – EGPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820925

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3124 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/394586.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DE FÁTIMA CARVALHO CARDOSO, Matrícula nº 447510/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPP/PA

Protocolo: 820928

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ PORTARIA RET RE Nº 3138 DE 29 DE JUNHO DE 2022

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE REFORMA EM ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA DO TCE – PROCESSO Nº 531675/2017-TCE e PROCESSO Nº 2022/510256-IGEPREV.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPP, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais; Considerando diligência processual do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ofício nº 202201425/SEGER-TCE); que determinou a retificação da Portaria RE nº. 0192 de 08/02/2017.

RESOLVE:

I – Retificar a Portaria RE nº 0192 de 08/02/2017, que reformou o SUB-TENENTE PM RR AUGUSTO TAVARES DE ALMEIDA, Mat. 337985001/1, pertencente ao quadro de inativos da Corporação, excluindo a parcela de Auxílio Moradia, retificar a parcela de Representação por Graduação de 45% para 35% e as suas respectivas fundamentações legais, passando a constar: art. 106, inciso I, alínea “b” da Lei nº 5251/1985, art. 1º da Lei nº 5.681/91, combinado com art. 45, §9º da Constituição Estadual de 1989; art. 101, inciso I e 102 da Lei nº. 5251/85; art. 52, inciso II, § 1º, alínea “a”, da Lei Estadual nº. 5251/1985 c/c art. 1º - anexo único da Lei nº 7.807/2014 (processo nº 0841372-69.2018.8.14.0301); art. 1º, §2º da Lei Estadual nº 8.229/15, (processo nº 0855759-89.2018.8.14.0301); art. 1º, inciso II, e art. 2º, I do Decreto nº. 2940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº. 3266/1984; art. 1º, Categoria “C” do Decreto nº. 1461/1981 c/c Portaria nº001/99- DRH/3; art. 1º, item I, alínea “c”, do Decreto nº 4490/1986; art. 1º, do Decreto nº. 2696/1983; art. 20, da Lei Estadual nº 4491/1973, com nova redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº. 5231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto, 4439/86, art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº. 4491/73 combinado com art. 146 da Lei Estadual nº 5.251/1985; 1º, 2º, 4º e 6º, da Lei nº 5.320/1986 c/c art. 94, §2º da Lei Complementar nº. 039/2000, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº. 044/2003, recebendo os proventos mensais de R\$16.498,90 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa centavos), assim constituídos:

Soldo	R\$2.648,19
Gratificação de Habilitação do Policial Militar-40%	R\$1.059,28
Gratificação de Localidade Especial-40%	R\$1.059,28
Indenização de Tropa - Policial Militar	R\$264,82
Gratificação de Risco de Vida	R\$2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo	R\$794,46
Representação por Graduação-35%	R\$926,87
Gratificação Tempo de Serviço Militares-30%	R\$2.820,33
Adicional de inatividade: Incidência da Interiorização-35	R\$4.277,50
Provento Mensal	R\$16.498,90

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 07/05/2011, data em que o militar completou 58 anos de idade, limite etário de permanência na reserva remunerada, para a graduação de Subtenente PM.

III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 821332

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará PORTARIA RR Nº 2. 806 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO Nº 2021/1481576.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente PM RG 19088 EDVALDO PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 5388040/1, pertencente ao efetivo do 36º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (São Félix do Xingu), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821901

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará PORTARIA RR Nº 2.789 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO Nº 2022/360374.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o 2º Sargento BM RG 2295460 ERIVALDO PEREIRA BELÉM, matrícula nº 5404207/2, pertencente ao efetivo da 5ª Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Marabá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/BM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.294,51
Adicional de Inatividade - 35%	1.963,34
Total de Proventos	7.572,88

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821904

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará PORTARIA RR Nº 2.843 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1271753.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25974 FRANCISCA GONÇALVES DA SILVA, mat. 5730759/1, lotada no 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Ananindeua), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55

Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821909
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.964 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO nº 2021/1152089.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "c", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso IV, alínea "b", do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "A", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º Sargento BM RG 2325312, JAIRO CARLOS DE OLIVEIRA NETO, matrícula nº 5162661/1, pertencente ao efetivo da 3ª Seção de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Cametá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/BM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.221,58
Adicional de Inatividade - 35%	1.852,73
Total de Proventos	7.146,24

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821912
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.970 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço 'A PEDIDO' - processo nº 2021/1313457.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "A", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 1º SARGENTO PM RG 17071, JALMIR ALMEIA DE MORAES, mat. nº 5191181/1, pertencente ao efetivo do 3º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,8 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º SARGENTO/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50

Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,42
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
Adicional de Inatividade - 35% 1.963,33
Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821916
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.901 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1264193.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea "b" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 18988, JOÃO GUILHERME LOBATO PANTOJA, mat. nº 5386012/1, lotado na Companhia Comando de Serviços - CCS (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:
Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91
II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da LC nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821921
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.846 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1255755.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea "b" do Decreto nº 2.940/1983 art. 1º, Categoria "B" do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da lei 9.387 de 2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021 c/c art. 5º, inc. I da CF/88, da 2º Sargento PM RG 25946, JUSCIRENE DILZA COSTA RIBEIRO, mat. nº 5728754/1, pertencente ao efetivo do Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Pará (Distrito de Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60

Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821923

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.848 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1281910. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25949 LUCICLEIA SILVA DO CARMO, mat. 5727570/1, lotada no 12º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Santa Izabel do Pará), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821926

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.996 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1242047. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 19030, MARCELO NAZARENO BASTOS DOS SANTOS, mat. nº 5330670/1, pertencente ao efetivo do 14º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Barcarena), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821930

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.840 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1222238. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 17869, MÁRIO GUILHERME REIS DA COSTA, mat. nº 5199719/1, pertencente ao efetivo da Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial da Polícia do Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65
Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12
Total de Proventos 6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton GusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821933

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.861 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1266941. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25779 MARTA CRISTINA DA SILVA CARDOSO, mat. 5727529/1, lotada no Comando de Policiamento Regional XI (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 1.017,98
Adicional de Inatividade - 35% 1.781,47
Total de Proventos 6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821940

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.743 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1305341. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25727, MARTA GORETTE DA SILVA FERREIRA, mat. nº 5736307/1, pertencente ao efetivo do 1º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821944

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.959 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2022/177547. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º Sargento BM RG 2385625 NATANAEL CARDOSO DA SILVA, matrícula nº 5602408/1, pertencente ao efetivo do Quartel do Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará – QCG (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/BM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.148,65
Adicional de Inatividade - 35%	1.742,12
Total de Proventos	6.719,60

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821949

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.833 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1244149. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25742 NILMA DO SOCORRO CALDAS NASCIMENTO, MF 5732174 /1, lotada no 2º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821954

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 2.864 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício De reforma ex-offício POR INCAPACIDADE – processo nº 2022/291807. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “ex-offício”, na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II, e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 c/c Acórdãos nº 16.034/1988 e nº 60.794/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 109, §1º e § 2º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c Anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20, da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 135 da Lei Complementar nº 142/2021; o 2º Sargento BM RG 1772109 ROSENILDO GARCIA DA SILVA, matrícula nº 5163056/1, pertencente ao efetivo da 2ª Seção Segurança do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Cametá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.896,81 (dezesseis mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	529,64
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.661,44
Adicional de Inatividade - 35%	4.036,51
Auxílio Invalidez	1.327,41
Total de Proventos	16.896,81

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 10/11/2021, data da Sessão Ordinária nº 021/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, §2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do artigo 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no artigo 99, da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma "ex-offício".
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 821960

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.954 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1480393.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea "b" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "C", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25694 SELMA ERCILA MARQUES DOS SANTOS, mat. nº 5104505/2, lotada no 27º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821964

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.955 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1228835.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea "b" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "C", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 18465, SÉRGIO HENRIQUE CORREA, mat. nº 5195616/1, pertencente ao efetivo do 20ºBatalhão da Polícia do Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.148,65
Adicional de Inatividade - 35%	1.742,12
Total de Proventos	6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu

os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821973

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.687 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1388911.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea "b", do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25942, TELMA CLAUDIA MALCHER FURTADO, mat. nº 5728916/1, pertencente ao efetivo da 9ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Pará (São Miguel do Guamã), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821976

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.691 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1233217.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea "b" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 18154, VALDESSI REIS DE SOUSA, mat. nº 5199824/1, pertencente ao efetivo do 33º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Bragança), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novcentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.185,11
Adicional de Inatividade - 35%	1.797,42
Total de Proventos	6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821978

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.792 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1271938.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25637 VANESSA COSTA DA SILVA CORDEIRO, mat. 5728908/1, lotada na Diretoria de Apoio Logístico da Polícia Militar do Estado do Pará (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821981

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.904 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2022/177685.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente BM RG 2314854 WASHINGTON LUIS CASTRO ALVES, matrícula nº 5421357/1, pertencente ao efetivo da 1ª Seção – Comando e Serviço de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821985

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.796 DE 08 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2022/409889.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “a”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “d”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o 1º TENENTE QAABM RG 1891557 WILSON CARVALHO BRITO, mat. nº 5399050/1, pertencente ao efetivo da 1ª Seção Comando e Serviço do Corpo de Bombeiro Militar (Capanema), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 20.657,01 (vinte mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e um centavo), conforme abaixo discriminados:

Soldo de CAPITÃO/BM	3.315,60
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.326,24
Gratificação de Localidade Especial - 30%	994,68
Indenização de Tropa - 10%	331,56
Gratificação de Risco de Vida - 100%	3.315,60
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	994,68
Representação p/ Graduação - 45%	1.492,02
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	3.531,11
Adicional de Inatividade - 35%	5.355,52
Total de Proventos	20.657,01

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 821988

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RE Nº 2.774 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício De reforma ex-offício POR INCAPACIDADE – processo nº 2022/92302.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Reformar “ex-offício”, na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 e V. Acórdão nº 16.034/1988-TCE/PA c/c Acórdão nº 60.794/2020 do TCE/PA; art. 109, §1º e § 2º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/73, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o 1º Sargento PM RG 21458 ADRIANO GOMES MONTEIRO, matrícula nº 5585929/1, pertencente ao efetivo do 2º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$13.307,17 (treze mil trezentos e sete reais e dezessete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 20%	529,64
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	2.217,86
Adicional de Inatividade - 20%	2.217,86
Total de Proventos	13.307,17

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 24/11/2021, data da Sessão em Grau de Recurso nº 011/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, § 2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 822181
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.911 DE 21 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1282067.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25910 ANDRÉA DO SOCORRO BARBOSA DA CONCEIÇÃO MACHADO, mat. 5730473/1, lotada no 32º Batalhão de Polícia Militar (Cametá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.017,98
Adicional de Inatividade - 35%	1.781,47
Total de Proventos	6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822185
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.788 DE 08 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1239104.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do Subtenente PM RG 17690, ANTONIO DA SILVA ARAÚJO, mat. 5199573/1, pertencente ao efetivo do 8º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.294,51
Adicional de Inatividade - 35%	1.963,34
Total de Proventos	7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.968 DE 22 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1229753.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 19014, AUGUSTO CHARLES SANTOS LIMA, mat. nº 5359635/1, pertencente ao efetivo do 5º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.185,11
Adicional de Inatividade - 35%	1.797,42
Total de Proventos	6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822188
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.847 DE 13 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1204243.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 24567 CARLA ALESSANDRA MORAES CRUZ, mat. 5689929/1, lotada no 25º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Mosqueiro), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.830 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDI-DO – PROCESSO nº 2021/990191.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente PM RG 18793 CELSO AMADOR LIVRAMENTO, matrícula nº 5329728/1, pertencente ao efetivo do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.569,40 (quinze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 20%	529,64
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.661,44
Adicional de Inatividade - 35%	4.036,51
Total de Proventos	15.569,40

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822191

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.700 DE 03 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1288888.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25498, CINTIA DOS SANTOS BRITO ZEMERO RIBEIRO, mat. nº 5730546/1, pertencente ao efetivo do Comando de Policiamento Regional XII da Polícia Militar do Estado do Pará (Breves), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.017,98
Adicional de Inatividade - 35%	1.781,47
Total de Proventos	6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822194

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.958 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1259898.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 17839, DANIEL PINHEIRO DA SILVA, mat. nº 5197198/1, lotado no Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Pará – DGP (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.185,11
Adicional de Inatividade - 35%	1.797,42
Total de Proventos	6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da LC nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822198

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.822 DE 10 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDI-DO – PROCESSO nº 2022/179463.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente BM RG 18210910 EDSON DA SILVA MAIA, matrícula nº 5399122/1, pertencente ao efetivo do 5º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Marabá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822201

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.863 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1332700.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei

Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 26867 ELIEGE DO SOCORRO SARAIVA DE SOUZA, mat. 5731119/1, lotada no 19º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Paragominas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822209

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.977 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-officio por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/846958.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso II, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25953 ELIZANGELA BARROSO DA SILVA, mat. 5727731/1, lotada no 12º Batalhão de Polícia Militar – BPM (Santa Izabel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822211

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RE Nº 2.872 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício De reforma ex-officio POR INCAPACIDADE – processo nº 2022/142379.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “ex-offício”, na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, incisoS III e V, da Lei nº 5.251/1985 c/c Acórdãos nº 16.034/1988 e nº 60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 109, §1º e § 2º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea “d”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c Anexo I, da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “h”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/73, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 135 da Lei Complementar nº 142/2021, o Cabo PM RG 38759 FABIO DA CONCEICAO CARNEIRO, matrícula nº 57231897/1, pertencente ao efetivo do Comando de Policiamento Regional X da Polícia Militar do Estado do Pará (Itaituba), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.510,22 (seis mil quinhentos e dez reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 30%	364,65
Gratificação por Tempo de Serviço - 10%	401,12
Adicional de Inatividade - 20%	882,45
Auxílio Invalidez	1.215,50
Total de Proventos	6.510,22

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 27/10/2021, data da Sessão Ordinária nº 020/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, § 2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma “ex-offício”.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 822306

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.978 DE 21 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2021/1419182.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente PM RG 19090 FRANCISCO GOMES DE ALBUQUERQUE, matrícula nº 5390214/1, lotado no 22º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará – BPM (Redenção), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.810 DE 09 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1383802. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "c", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da Subtenente PM RG 25728, KLEISA LISANE MARQUES MOREIRA, mat. nº 5728940/1, pertencente ao efetivo do Batalhão de Polícia de Guardas da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 1.017,98
Adicional de Inatividade - 35% 1.781,47
Total de Proventos 6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822319

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.865 DE 14 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1399082. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea "b" do Decreto nº 2.940/1983 art. 1º, Categoria "B" do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da lei 9.387 de 2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021 c/c art. 5º, inc. I da CF/88, da 2º Sargento PM RG 25402, LÉA SILVA, mat. nº 5338581/2, pertencente ao efetivo do 5º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822322

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.899 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1360919. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir "ex-offício" para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea "b" do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25654 LÍGIA NAZARÉ REIS DA SILVA, mat. 5164206/2, lotada no 10º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará - BPM (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822327

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.932 DE 21 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO nº 2022/278870. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I - Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea "b", da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria "B", do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea "f", do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente BM RG 2254374 LUCIVALDO DOS REIS FERREIRA, matrícula nº 5618053/1, pertencente ao efetivo do 8º Subgrupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Santa Izabel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.034,15 (dezesseis mil, trinta e quatro reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 30%	794,46
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.740,88
Adicional de Inatividade - 35%	4.157,00
Total de Proventos	16.034,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822337

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.902 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1270016. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25674 MARAANÍZIA DAS NEVES REIS, mat. nº 5727251/1, lotada no 26º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará - BPM (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822343

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.976 DE 22 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO REfERente ao PROCESSO nº 2021/1489337. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 26885 MARCILENE DE FÁTIMA MATOS DA SILVA, mat. nº 5728827/1 lotada na Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado do Pará - CORREG (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.017,98
Adicional de Inatividade - 35%	1.781,47
Total de Proventos	6.871,38

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822355

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.969 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1302557. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 2º Sargento PM RG 17768, PAULO ROGÉRIO DE SENA MOREIRA, mat. nº 5195977/1, pertencente ao efetivo do Departamento Geral de Pessoal da Polícia de Militar do Estado do Pará (Distrito de Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.185,11
Adicional de Inatividade - 35%	1.797,42
Total de Proventos	6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822363

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.967 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1219583. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 18977, RUBENS CUNHA DA SILVA, mat. nº 5396484/1, pertencente ao efetivo do 5º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.185,11
Adicional de Inatividade - 35%	1.797,42
Total de Proventos	6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822372

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 3.032 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício De reforma ex-officio POR INCAPACIDADE - processo nº 2022/165466.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “ex-offício”, na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II, e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 c/c Acórdãos nº 16.034/1988 e nº 60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 109, §1º e § 2º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea “d”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “h”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 135 da Lei Complementar nº 142/2021, o Soldado PM RG 41838 SAULO VINICIUS DOS ANJOS MOTA, matrícula nº 6401583/1, pertencente ao efetivo do 8º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.028,88 (seis mil vinte e oito reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 30%	364,65
Auxílio Invalidez	1.215,50
Adicional de Inatividade - 20%	802,23
Total de Proventos	6.028,88

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 24/11/2021, data da Sessão Ordinária nº 022/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, §2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132, da Lei Complementar nº 142/2021.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma “ex-offício”.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 822381
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.965 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-officio por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1370572.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25864 SÍNARA MONTEIRO DA SILVA, mat. 5726522/1, lotada no 5º Batalhão de Polícia Militar – 5º BPM (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822388

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.888 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-officio por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1281392.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b”do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “c”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021 c/c art. 5º, inc. I da CF/88, da 2º Sargento PM RG 25741, SORAIA DA SILVA TOBIAS, mat. nº 5727391/1, pertencente ao efetivo do 20º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822402
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.048 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-officio por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1277951.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25634 WANIA NAZARÉ BENIGNO NUNES, mat. nº 5727154/1, lotada no 20º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 822411
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 2.860 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício De reforma ex-officio POR INCAPACIDADE – processo nº 2021/1400945.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “ex-offício”, na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 e Acórdão nº 16.034/1988-TCE/PA c/c Acórdão nº 60.794/2020 do TCE/PA; art. 109, §1º e § 2º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º, inciso I, alínea “g”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/73, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 135 da Lei Complementar nº 142/2021, o 1º Sargento BM RG 2344874 WILSIVALDO VIANA DE SOUSA, matrícula nº 5623413/1, pertencente ao efetivo do 4º Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.592,60 (dezesesse mil quinhentos e noventa e dois reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Representação Integrante Banda de Música - 30%	794,46
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	2.548,89
Adicional de Inatividade - 20%	2.548,89
Auxílio Invalidez	1.299,27
Total de Proventos	16.592,60

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 24/03/2021, data da Sessão Ordinária nº 005/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, § 2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época. III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132, da Lei Complementar nº 142/2021.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma “ex-offício”.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 822415

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3171 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/21659.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ALEXANDRE CARLOS GONÇALVES LOBO, Matrícula nº 5757711/1, ocupante do cargo/função de Motorista, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822898

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3172 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/226711.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor CÉSAR AUGUSTO DE SOUZA SANTOS, Matrícula nº 5076609/1, ocupante do cargo/função de Professor Assistente, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822899

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3173 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/449417.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA ZULAIR DOS SANTOS PANTOJA, Matrícula nº 722120/1, ocupante do cargo/função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822900

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3174 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1222831.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor PAULO LUÍS PANTOJA OSÓRIO, Matrícula nº 510009/1, ocupante do cargo/função de Professor Assistente P.A-A, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822902

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3175 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/450965.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ALCINÉIA MARIA DA COSTA SANTOS, Matrícula nº 5147212/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822904

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3178 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/207929.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor AMBRÓSIO OLIVEIRA DE JESUS, Matrícula nº 5125847/1, ocupante do cargo/função de Braçal, pertencente ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará – DPE.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822905

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3179 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/47408.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor DAVID DE SENA, Matrícula nº 659754/1, ocupante do cargo/função de Vigia Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822908

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3180 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/456137.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora DE LOURDES SILVA LOBATO, Matrícula nº 3224554/1, ocupante do cargo/função de Agente de Serviços Complementares, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda de Educação do Estado do Pará – SEASTER.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822910

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3181 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/599028.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ANTÔNIO CARLOS AMADOR PANTOJA, Matrícula nº 2015285/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822911

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3182 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/642524.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora WILDA CELESTE DA SILVA SETUBAL, Matrícula nº 5128064/1, ocupante do cargo/função de Fiscal de Receitas Estaduais C, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822912

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3183 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/154979.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ELIZABETH MONTEIRO DE ABREU, Matrícula nº 756873/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822914

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3184 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/209927.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ANA MARIA ESTUMANO, Matrícula nº 5099617/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822917

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3185 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/226362.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ISA CLÁUDIA COELHO MAGALHÃES, Matrícula nº 5891424/1, ocupante do cargo/função de Técnico em Gestão Pública, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822919

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3186 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2017/380970.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ANA TELMA MONTEIRO DE SOUSA, Matrícula nº 377880/1, ocupante do cargo/função de Professor Classe III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822920

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3187 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/386144.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor PAULO ROBERTO SILVA AVELAR, Matrícula nº 3084710/1, ocupante do cargo/função de Defensor Público Especial, pertencente ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará – DPE.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822921

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3188 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/16034.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora EDNA DO SOCORRO SANTOS PARAENSE, Matrícula nº 3246485/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822922

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3189 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/80573.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora LINDALVA PEREIRA LIMA, Matrícula nº 720666/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822924

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3190 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/176505.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor MOIZÉS DE JESUS NASCIMENTO, Matrícula nº 725684/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822925

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3191 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/366420.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ CARLOS DA SILVA MARTINS, Matrícula nº 15911/1, ocupante do cargo/função de Braçal, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará – SEDAP. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822929

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3192 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/601142.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ROSICLÉIA DA ROCHA REBELO, Matrícula nº 661899/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822930

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3193 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/351534.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora JOANA D'ARC MOURÃO MACHADO, Matrícula nº 5091934/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Serviços C, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822934

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3194 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/47961.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ERONIDES OLIVEIRA BARROS, Matrícula nº 60356/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822935

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3195 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/127686.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOÃO PAULO MENDES DE LIMA, Matrícula nº 3248720/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822936

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3196 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/470234.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora IRENICE BATISTA DA SILVA, Matrícula nº 5721644/8, ocupante do cargo/função de Administrador, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822937

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3197 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/254451.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO VIANA, Matrícula nº 3184773/1, ocupante do cargo/função de Artífice de Manutenção C, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822939

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3198 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/35728.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARLISE MODESTO TOURÃO, Matrícula nº 700010/1, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822940

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3199 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/640425.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor WLADIMIR VASCONCELOS BRANDÃO, Matrícula nº 3267822/1, ocupante do cargo/função de Assistente de Administração, pertencente ao quadro de pessoal do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822942

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3200 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2017/550779.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ANGELA MARIA SOUZA ARAGÃO, Matrícula nº 122238/1, ocupante do cargo/função de Enfermeira, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822943

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3201 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/49649.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora SANDRA VALÉRIA ROCHA DE OLIVEIRA XAVIER, Matrícula nº 5053382/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Enfermagem, pertencente ao quadro de pessoal do Hospital Ophir Loyola – HOL.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822944

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3202 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/189264.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor REGINALDO DE SOUZA LIMA, Matrícula nº 5701163/1, ocupante do cargo/função de Motorista, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822945

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3203 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/21744.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor EVANDO JOSÉ GUIMARÃES MARTINS, Matrícula nº 5409497/1, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822947

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3204 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2017/52605.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DA FÉ GADELHA DA SILVA, Matrícula nº 3188400/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais A, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822948

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3205 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1431292.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ALBA DOS SANTOS SIQUEIRA, Matrícula nº 227870/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822949

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3206 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1242433.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ TADEU MACEDO BARRA, Matrícula nº 3228479/1, ocupante do cargo/função de Administrador, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 822950

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2947 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/497028.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor NILTON SANTOS COSTA DE BRITO, Matrícula nº 5692873/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817053

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2948 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/46141.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ROSEMARY MIRANDA, Matrícula nº 6021670/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817070

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2949 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1375732.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOÃO BATISTA FARIAS, Matrícula nº 269549/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817075

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2950 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/89459.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora SANDRA SUELI VEIGA BAIA DA COSTA, Matrícula nº 5041538/1, ocupante do cargo/função de Professor Assistente, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817081

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2951 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/763135.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ CARLOS LIMA DE FARIAS, Matrícula nº 5047293/7, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817084

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2952 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1326992.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ FERNANDO DA CONCEIÇÃO ALVES, Matrícula nº 702197/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar Técnico de Polícia Civil, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817090

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET RE Nº 3021 DE 23 DE JUNHO DE 2022
DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE REFORMA EM ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA DO TCE - PROCESSO Nº 528433/2017-TCE e PROCESSO Nº 2022/496860-IGEPREV.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais; Considerando diligência processual do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ofício nº 202201370/SEGER-TCE);
RESOLVE:
I – Retificar a Portaria RE nº 0191 de 08 de fevereiro de 2017, que reformou “ex officio” o 1º SARGENTO PM RR RG 7290, CARLOS JOSUÉ ROCHA CAPELA, pertencente ao quadro de inativos da Corporação, transferido para a Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, excluindo a parcela de Auxílio Moradia e a respectiva fundamentação legal, passando a constar: o art. 106, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985; 1º e 2º da Lei nº. 5.681/91, combinado com art. 45, §9º da Constituição Estadual de 1989; artigos 101, inciso I e 102 da Lei nº. 5.251/85; art. 52, § 1º, alínea “c” da Lei Estadual nº. 5.251/1985 c/c o art. 2º, da Lei Estadual nº 5.681/91; art. 48, inciso II, da Constituição Estadual (atualmente art. 1º da Lei nº 8.229/15); arts. 1º, inciso II, e art. 1º, inciso I, alínea “i” e “g”, do Decreto nº. 4.490/1986; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, do Decreto nº. 1.461/1981; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 20, da Lei Estadual nº. 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual n. 5 231/1985, percebendo nessa situação os proventos mensais R\$ 7.999,51 (SETE MIL, NOVECENTOS e NOVENTA e NOVE REAIS E CINQUENTA e UM CENTAVOS), assim discriminados:

Soldo	1.215,50
Gratificação de Habilitação do Policial Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - PM 10%	121,55
Rep. Integrante Banda de Música - 30%	364,65
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação	425,42
Gratificação Tempo de Serviço Militar - 30%	1.367,44
Adicional de Inatividade/Incidência na interiorização - 35%	2.073,95
Proventos Mensais	7.999,51

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 23/09/2013, data em que o militar completou 58 anos de idade limite etário de permanência na reserva remunerada, para a graduação de 1º Sargento PM.
III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818410

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET RE Nº 3022 DE 23 DE JUNHO DE 2022
DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE REFORMA EM ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA DO TCE - PROCESSO Nº 528455/2017-TCE e PROCESSO Nº 2022/466075-IGEPREV.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais; Considerando diligência processual do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ofício nº 202201255/SEGER-TCE);
RESOLVE:
I - Retificar a Portaria RE nº 0196 de 08/02/2017, que reformou “ex officio” o 2º SGT PM RR RG 7280, LAURO DO ROSÁRIO, MAT nº 3380181/1, pertencente ao quadro de inativos da Corporação, transferido para a Reserva Remunerada a pedido, excluindo a parcela de Auxílio Moradia e a respectiva fundamentação legal, passando a constar: artigos 1º e 2º da Lei nº. 5.681/91, combinado com art. 45, §9º da Constituição Estadual de 1989; artigos 101, inciso I e 102 da Lei nº. 5.251/85; art. 52, §1º, alínea “c” da Lei Estadual nº. 5.251/1985, art. 48, inciso II, da Constituição Estadual (atualmente art. 1º da Lei nº 8.229/15); art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/83; art.1º, inciso I, alínea “f”, do Decreto nº. 4.490/1986; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.266/84; art. 1º, do Decreto nº. 1.461/1981, Categoria “A”; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 20, da Lei Estadual nº. 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº. 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4439/86; recebendo os proventos mensais de R\$7.572,87 sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos), assim constituídos:

Soldo	1.215,50
Gratificação de Habilitação do Policial Militar	486,20
Gratificação de Localidade Especial	486,20
Indenização de Tropa - Policial Militar	121,55
Gratificação de Risco de Vida	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,42
Gratificação Tempo de Serviço Militar - 30%	1.294,51
Adicional de Inatividade: C/ Incidência de Interiorização - 35%	1.963,34
Proventos Mensais	7.572,87

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 28/09/2015, data em que o militar completou 58 anos de idade, limite etário de permanência na reserva remunerada para graduação de 2º SGT PM.
III – Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 818422

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2990 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/737874.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ANTÔNIO FÉLIX MONTEIRO COSTA, Matrícula nº 3158870/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar Técnico C, pertencente ao quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado do Pará – DPE.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819718

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2991 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1417635.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor LUIZ GUILHERME DUARTE MAFFRA, Matrícula nº 50342/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819719

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2992 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/499188.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ELIANA COSTA DA SILVA, Matrícula nº 241830/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819720

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2993 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/831577.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RONALDO PINTO DE ARAÚJO, Matrícula nº 726826/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819721

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2994 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/727780.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora AURORA MOREIRA DO NASCIMENTO, Matrícula nº 3219488/1, ocupante do cargo/função de Psicólogo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819723

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2995 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/71747.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor NATANAEL SOUSA DOS SANTOS, Matrícula nº 119300/1, ocupante do cargo/função de Técnico de Laboratório, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819725

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2996 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1300854.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor MOACYR DINELLY DE SOUZA NAVARRO, Matrícula nº 5599229/1, ocupante do cargo/função de Auditor de Receitas Fiscais C, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819728

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2997 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/510682.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RONALDO RODRIGUES GOMES, Matrícula nº 240184/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819731

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2998 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/563797.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor CARLOS ALBERTO DE LIMA PIRES, Matrícula nº 5234387/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819734

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2999 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/123050.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ GUILHERME LEITE DA SILVA, Matrícula nº 0306946/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819735

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3000 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/188959.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA JOSÉ DE ALCANTARA MARGALHO, Matrícula nº 340120/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC. II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819737

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3001 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1353287.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA LUIZA SIDÔNIO DE MORAES, Matrícula nº 226114/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III,

pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819738

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3002 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/1075008.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora FRANCISCA VIEIRA SANTOS, Matrícula nº 628603/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 819739

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3065 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/590035.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora CLÉLIA MARIA GUIMARÃES SARAIVA, Matrícula nº 3243460/3, ocupante do cargo/função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820790

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3066 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/626460.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor CARLOS ALBERTO CARDOSO DE MORAES, Matrícula nº 58246/2, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820795

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3067 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1164234.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora REGINA COELI LIRA DA CONCEIÇÃO, Matrícula nº 5190835/2, ocupante do cargo/função de Perito Criminal, pertencente ao quadro de pessoal do Centro de Perícias Científicas do Estado do Pará – CPC RENATO CHAVES.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820797

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3068 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1285338.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar

Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA SUELI SANTOS DA COSTA, Matrícula nº 5570360/1, ocupante do cargo/função de Auditor Fiscal de Receitas Estaduais C, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820808

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3069 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/354953.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ANTÔNIO SOUZA DA SILVA, Matrícula nº 86860/1, ocupante do cargo/função de Agente de Saneamento, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820814

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3070 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1007942.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor OSMAN ROCHA BRIGILIA NETO, Matrícula nº 3158713/1, ocupante do cargo/função de Técnico em Administração e Finanças, pertencente ao quadro de pessoal do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820816

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3071 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/193780.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA LENIRA MOREIRA DE AQUINO, Matrícula nº 5129184/2, ocupante do cargo/função de Perito Criminal, pertencente ao quadro de pessoal do Centro de Perícias Científicas do Estado do Pará – CPC RENATO CHAVES.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820822

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3072 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/460338.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOÃO SANTOS DA SILVA, Matrícula nº 105953/1, ocupante do cargo/função de Técnico de Laboratório, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820824

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3073 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/855607.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA XAVIER, Matrícula nº 675660/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820827

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3074 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/664726.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor PAULO FERREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 5092221/2, ocupante do cargo/função de Escrivão de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820829

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3075 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1450141.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RAIMUNDO NONATO MELO DOS SANTOS, Matrícula nº 5331552/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820831

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3076 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/102025.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RAIMUNDO RUBENS FERREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 5411840/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820834

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3077 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/175540.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor EDSON LERAY SILVA, Matrícula nº 5232732/1, ocupante do cargo/função de Escrivão de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820838

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3078 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/868118.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor AURÉLIO WALCYR RODRIGUES DE PAIVA, Matrícula nº 2005280/2, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820853

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3079 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/213935.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ALFREDO ANTÔNIO DA CRUZ ALMEIDA, Matrícula nº 5600545/1, ocupante do cargo/função de Motorista Policial, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820856

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3080 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/922595.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA TEODORA PAIVA DE BARROS, Matrícula nº 57191069/1, ocupante do cargo/função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820858

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3081 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/964174.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor CARLOS JOSÉ DA CRUZ DE JESUS, Matrícula nº 5412072/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820860

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3082 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1214280.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora SOCORRO ALVES FERNANDES, Matrícula nº 732052/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820861

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3083 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/563593.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor OCYR CARDOSO DE PAULA, Matrícula nº 5463319/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820864

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3084 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/242633.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ÁLVARO NEY SANTOS DE ALMEIDA, Matrícula nº 5174694/1, ocupante do cargo/função de Técnico E, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará - SANTA CASA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820867

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3085 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/218514.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ALMIRA LEMOS VIEIRA COSTA, Matrícula nº 700142/1, ocupante do cargo/função de Papiloscopista, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820871

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3086 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1397737.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ANNA CLÁUDIA SOUZA DE MIRANDA, Matrícula nº 5049873/2, ocupante do cargo/função de Técnico de Nível Superior, pertencente ao quadro de pessoal da Procuradoria Geral do Estado do Pará - PGE.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820875

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3087 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/126077.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOÃO FLORÊNCIO GONÇALVES DO NASCIMENTO, Matrícula nº 731145/1, ocupante do cargo/função de Responsável pela Reprografia, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820879

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3088 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/851488.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ALFREDO ANDRADE DOS REIS, Matrícula nº 32735/1, ocupante do cargo/função de Operador de Som Ref. V, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Cultura do Estado do Pará - SECULT.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 820881

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET RE Nº 2326 DE 13 DE MAIO DE 2022

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE REFORMA EM ATENDIMENTO À DILIGÊNCIA DO TCE - PROCESSO Nº 535428/2017-TCE e PROCESSO Nº 2022/492009-IGEPREV.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais;

Considerando diligência processual do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ofício nº 202201371/SEGER-TCE);

RESOLVE:

I - Retificar a Portaria RE nº 465 de 05/08/2017, que reformou "ex officio" o TENENTE CORONEL PM RR RG 15719 RAIMUNDO DE SOUZA CORDOVID, Mat. 3359697/1, pertencente ao quadro de inativos da Corporação, excluindo a parcela de Auxílio Moradia e a respectiva fundamentação legal, passando a constar: arts. 1º e 2º da Lei nº. 5.681/91, combinado com art. 45, § 9º da Constituição Estadual de 1989; artigos 101, inciso I e 102 da Lei nº. 5.251/85; art. 52, § 1º, alínea "a" da Lei Estadual nº 5.251/1985 e Anexo Único da Lei nº 7.807/2014; art. 2º- A da Lei nº 7.807/14; artigos 1º, item I do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, inciso I, alínea "c", do Decreto nº. 4.490/1986; art. 1º, categoria "A" do Decreto nº. 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/99-DRH/3; art. 1º, item I do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; arts. 1º, 2º, 4º e 6º da Lei nº 5.320/86 c/c art. 94, § 2º da LC nº 39/2000, com as alterações dadas pela LC nº 44/2003; Decisão judicial - Processo nº 0017235-68.2008.8.14.0301; Decisão judicial - Processo nº 0041898-40.2008.8.14.0301; art. 20, da Lei Estadual nº. 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei Estadual nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto 4.439/86; recebendo os proventos mensais de R\$35.464,20 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), assim constituídos:

Soldo de CORONEL PM	5.364,05
Gratificação de Interiorização - 100%	5.364,05
Gratificação de Habilitação do Policial Militar - 50%	2.682,02
Gratificação de Localidade Especial	2.145,62
Indenização de Tropa Policial	536,40
Gratificação de Risco de Vida - 100%	5.364,05
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	1.609,22
Representação por Graduação - 60%	3.216,43
Gratificação Tempo de Serviço Militar - 30%	7.885,16
Adicional de Inatividade: C/ Incidência de Interiorização - 35%	11.959,16
Redutor Constitucional	- 10.665,96
Proventos Mensais	35.464,20

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 31/12/2013, data em que o militar completou 64 anos de idade, limite etário de permanência na reserva remunerada.

III - Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pelo segurado, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 817254

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3260 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/956621.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor OSÍRIS EVANDRO CARNEIRO MARTINS JUNIOR, Matrícula nº 30376/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administra-

tivo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824168

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3261 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/933234.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DEUSA SERRÃO BARBOSA, Matrícula nº 5118573/3, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Informática na Área da Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824172

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3262 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1155855.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor MAX ELOY COELHO SANTANA, Matrícula nº 501522/1, ocupante do cargo/função de Secretário, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824175

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3263 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/918805.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DO SOCORRO DO MAR DE JESUS, Matrícula nº 5158478/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar Técnico de Polícia Civil, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824179

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3264 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/383989.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DO SOCORRO BARROSO JERÔNIMO, Matrícula nº 324264/3, ocupante do cargo/função de Assistente Social, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824184

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3265 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/555483.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARILENE CORRÊA AMORIM, Matrícula nº 5138752/1, ocupante do cargo/função de Professor Nível Médio, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824189

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3266 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2018/317044.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA LUÍZA DA SILVA, Matrícula nº 307130/1, ocupante do cargo/função de Agente de Artes Práticas, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824190

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3267 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/235743.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor CLOVIS ANTÔNIO VILLACORTA VASCONCELOS, Matrícula nº 10499/2, ocupante do cargo/função de Fiscal Estadual Agropecuário, pertencente ao quadro de pessoal da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824195

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3268 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1214243.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora TÂNIA MARGARETH GOMES MARQUES BAGANHA, Matrícula nº 240338/1, ocupante do cargo/função de Professor Classe II, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824202

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA AB Nº 3269 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/477062.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor FRANCISCO REGINALDO MORAES, Matrícula nº 86746/1, ocupante do cargo/função de Agente de Vigilância Sanitária, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824204

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3270 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/1002109.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora CLÁUDIA LÚCIA SOARES GARCIA, Matrícula nº 241407/1, ocupante do cargo/função de Professor Classe II, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824211
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3271 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/38005.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora NÁDIA NAZARÉ BEZERRA FALCÃO, Matrícula nº 758043/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824215
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3272 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/540518.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor LUIZ DOS SANTOS CEREJA, Matrícula nº 194042/1, ocupante do cargo/função de Vigia Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 824216
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.236 DE 30 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1235677.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 26069 EDILÉIA BARBOSA DUARTE, mat. 5725852/1, lotada 8º Batalhão de Polícia Militar – BPM (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar	- 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial	- 40% 486,20
Indenização de Tropa	- 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida	- 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo	- 30% 364,65
Representação por Graduação	- 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço	- 25% 1.017,98

Adicional de Inatividade	- 35% 1.781,47
Total de Proventos	6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824625
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.251 DE 30 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1238999.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039,de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 1º Sargento PM RG 25948 EDNA MARIA FARIAS DE SOUZA GARCIA, mat. 5727766/1, lotada na Comissão de Correição do CPR III – CorCPR III (Castanhal), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.076,50 (sete mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar	- 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial	- 30% 364,65
Indenização de Tropa	- 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida	- 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo	- 30% 364,65
Representação por Graduação	- 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço	- 25% 1.048,37
Adicional de Inatividade	- 35% 1.834,65
Total de Proventos	7.076,50

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824631
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.035 DE 24 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1281733.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25659 EDNA MARIA GOMES ALVES, mat. nº 5397111/2, lotada no 20º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar	- 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial	- 20% 243,10
Indenização de Tropa	- 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida	- 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo	- 30% 364,65
Representação por Graduação	- 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço	- 25% 957,21
Adicional de Inatividade	- 35% 1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824668

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.253 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-officio por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1238577.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039,de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-officio” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25870 CÉLIA TELMA RIBEIRO DE QUEIROZ, mat. 5727847/1, lotada no 8º Batalhão de Polícia Militar (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.017,98
Adicional de Inatividade - 35%	1.781,47
Total de Proventos	6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824585

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.220 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-officio por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1470028.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-officio” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25514 ANA SILVIA FARIAS DE VASCONCELOS, mat. 5736471/1, lotada na 1ª Companhia Independente de Missões Especiais da Polícia Militar do Estado do Pará – 1ª CIME (Marabá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.017,98
Adicional de Inatividade - 35%	1.781,47
Total de Proventos	6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824554

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA RET RR Nº 3.116 DE 17 DE JUNHO DE 2022

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DE RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO Nº 2019/595043
Considerando o cumprimento de decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0817129-90.2020.814.0301,em trâmite na Vara do Juizado Especial de Belém;
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
• I– Retificar a Portaria RR nº 252 de 15/01/2019, que transferiu para a Reserva Remunerada a pedido, na mesma graduação, o 2º Sargento PM RG 21523, RUBENILSON CONCEIÇÃO SANTOS, matrícula nº 5583217/1, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para que seja incluída a incorporação da parcela de Representação pelo exercício de função gratificada da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), no percentual de 60% (sessenta por cento) sobre 03 (três) vezes o soldo da graduação de 2º Sargento/PM, de acordo com os 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “c”, da Lei nº5.251/1985; art. 1º da Lei nº8.229/2015; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº2.940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº4.490/1986; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; artigo 2º da Lei nº 5.320/1986 c/c art.94, §2º da Lei Complementar nº 039/2002; art. 20, da Lei Estadual nº 4491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº5231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº4.439/86; percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$9.845,55 (nove mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), sendo constituídos da seguinte forma:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Adicional pelo exercício de função gratificada - 60% (Alepa)	2.187,90
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.805,02
Adicional de Inatividade - 35%	2.737,61
Total de Proventos	10.559,36

II Os efeitos desta Portaria retroagirão a 03/09/2021, data da intimação da decisão judicial, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824513

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

PORTARIA RET PS Nº 3.064 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a retificação do benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE - PROCESSOS Nº 2022/163112.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39, de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
Considerando a necessidade de revisão da pensão por morte concedida no processo nº 2022/163112, bem como orientação constante no PARECER Nº 009/2022-PROJUR/IGEPREV, para adequar a forma de reajuste à paridade e integralidade art. 24-B, nos incisos I e II da Lei da Lei nº 13.954/2019, benefício de pensão por morte concedido originalmente por meio da Portaria PS nº 2.829 de 18/11/2020, deferido nos autos do processo nº 2020/549352, resolve:
I – Retificar o item III da Portaria PS nº 2.829 de 18/11/2020, em favor de MARIA HELENA DA SILVA SOARES, na condição de cônjuge do ex-segurado Cel PM João Soares da Silva Neto, pertencente ao quadro de servidores inativos da Polícia Militar do Estado do Pará - PM, onde ocupou a graduação de Coronel, sob a matrícula nº 3348148/1, falecido em 03/05/2020, para que seja reajustado com paridade, nos termos dos art. 24-B, nos incisos I e II da Lei nº 13.954/2019, de forma que o benefício passará ao valor atualizado de R\$ 29.600,20 (vinte e nove mil e seiscentos reais e vinte centavos).
II – A revisão do benefício se efetivará a partir de 01/07/2022, com efeitos financeiros retroagindo à data do óbito do ex-segurado (03/05/2020), efetuando-se o encontro de contas entre o efetivamente pago e o novo valor inicial dos proventos, respeitando-se os valores, tabelas e percentuais vigentes à época da retroação.
III – Os proventos serão atualizados de acordo com o previsto no art. 24-B, nos incisos I e II da Lei da Lei nº 13.954/2019.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 3.282 DE 05 DE JULHO DE 2022
Dispõe sobre A alteração DO benefício PREVIDENCIÁRIO DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA por incapacidade – PROCESSO nº 2021/938020.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Reformar “Ex-Offício” o Subtenente BM RR RG 1344470 ALEXANDRE CARLOS MONTEIRO COSTA, mat. nº 5211654/1, pertencente à reserva remunerada, a pedido, por meio da Portaria RR nº 632 de 23/11/2007, em razão da Ata de Saúde homologada na Sessão Ordinária nº 008/2021 – JPMSS, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com o art. 106, inciso II, art. 108, inciso V da Lei 5251/1985 c/c V. Acórdão nº 16.034/1988 e Acórdão nº 60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 52, inciso II, §1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c Manifestação nº 021/2013 da PROJUR/IGEPREV; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B” do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999 - DRH/3; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º, da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º, da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134, da Lei Complementar nº 142/2021; art. 99, caput da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 146 da Lei nº 5.251/1985, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$17.381,42 (dezesete mil trezentos e oitenta e um reais e quarenta e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 30%	794,46
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.740,88
Adicional de Inatividade - 35%	4.157,00
Auxílio Invalidez	1.347,27
Total de proventos	17.381,42

II – Os efeitos financeiros da parcela de Auxílio Invalidez retroagirão a 27/05/2021, data da Sessão Ordinária nº 008/2021 – JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.
III - A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no artigo 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma por incapacidade.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824542
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.131 DE 28 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2021/1257677.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 21444 ALFREDO FILHO DA SILVA ALVES, matrícula nº 5585791/1, lotado no Centro Integrado de Operações – CIOP (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$15.569,40 (quinze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 20%	529,64
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.661,44
Adicional de Inatividade - 35%	4.036,51
Total de Proventos	15.569,40

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823694

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.125 DE 28 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1285551.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25908 ANA CARLA SILVA DE LIRA MERCES, mat. nº 5730490/1, lotada no Comando de Policiamento da Capital (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823698
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.208 DE 30 JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2022/491532.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente BM RG 2155567 CARLOS BENEDITO DE LIMA PEREIRA, matrícula nº 5399599/1, pertencente ao efetivo da 1ª Seção - Comando e Serviço do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Parauapebas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823702

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.047 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1289812. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 17811, CARLOS ROBERTO SANTOS SOUZA, mat. nº 5197287/1, pertencente ao efetivo do 27º Batalhão da Polícia do Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.148,65
Adicional de Inatividade - 35%	1.742,12
Total de Proventos	6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823706

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.235 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço 'A PEDIDO' - processo nº 2021/851386. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “d” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 17018 CARLOS ROMEU DA COSTA SENA, mat. nº 5167990/1, pertencente ao efetivo do 30ª Companhia Independente da Polícia de Militar do Estado do Pará (Redenção), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,24 (sete mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º SARGENTO/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,42
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.221,58
Adicional de Inatividade - 35%	1.852,73
Total de Proventos	7.146,24

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823710

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.046 DE 24 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO - PROCESSO nº 2021/1279611. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 17745 DILSON DOS SANTOS NUNES, matrícula nº 5206740/1, lotado na 6ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado do Pará – CIPM (Tailândia), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823716

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.132 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1236500. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039 de 09/01/2002,resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 17893, EDSON JOSE MARGALHO DE OLIVEIRA, mat. nº 5196035/1, lotado no Departamento de Pessoal de Polícia Militar (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91(seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da LC nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823719

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.209 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1245426. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto

nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25808 ELENÉ LÚCIA MOTA SOARES, mat. 5731143/1, lotada no 12º Batalhão de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Pará - BPM (Santa Izabel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823721
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.062 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1282294. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25632 ELIANE FERREIRA PINTO, mat. 5727774/1, lotada no 12º Batalhão de Polícia Militar – 12º BPM (Santa Izabel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823726
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.163 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço ‘A PEDIDO’ - processo nº 2021/1220552. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981

c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do SUBTENENTE PM RG 17420, EVALDO DA SILVA COELHO, mat. nº 5203341/1, pertencente ao efetivo do 23º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Parauapebas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de SUBTENENTE/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823731
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.008 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2022/494859. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada no mesmo posto, de acordo com o art. 10, inc. I, §2º e §9º da Lei nº 8.388/2016 c/c art.1º, anexo único da Lei nº7807/2014; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A” do Decreto nº 1.461/1981 c/c Portaria nº001/1999 – DRH/3; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º §2º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, inciso I, alínea “b”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da LC 142/2021; Coronel QOPM RG 24964, FABRÍCIO SILVA BASSALO, mat. nº 5689872/1, pertencente ao efetivo do Comando de Policiamento Regional XII (Breves), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 35.462,22 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Coronel/PM	5.364,05
Gratificação de Habilitação Militar - 50%	2.682,03
Gratificação de Localidade Especial - 40%	2.145,62
Indenização de Tropa - 10%	536,41
Gratificação de Risco de Vida - 100%	5.364,05
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	1.609,22
Representação por Graduação - 60%	3.218,43
Gratificação de Tempo de Serviço - 30%	6.275,94
Adicional de Inatividade - 35%	9.518,51
Subtotal	36.714,26
Redutor Constitucional	1.251,04
Total de Proventos	35.462,22

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823735
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.161 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1367867. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984;

art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da Subtenente PM RG 25996 GESSILEIA BARBOSA TAVARES, mat. nº 5728789/1, lotada no 19º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Paragominas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.076,50 (sete mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente /PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 1.048,37
Adicional de Inatividade - 35% 1.834,65
Total de Proventos 7.076,50

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823738

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.113 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1282485.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039,de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25709 ISABEL DE JESUS CAMPOS RODRIGUES, mat. 5397162/2, lotada no 36º Batalhão de Polícia Militar (São Félix do Xingu), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 1.017,98
Adicional de Inatividade - 35% 1.781,47
Total de Proventos 6.871,38

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823749

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.232 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1236567.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art.

1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 18001, JOÃO AGUINALDO DUTRA DE OLIVEIRA, mat. nº 5207142/1, lotado no Departamento Geral de Pessoal (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:
Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91
II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da LC nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823752

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.168 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2022/605975.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25767 JOELMA DOS SANTOS JUSTINIANO DA ROSA, mat. 5104459/2, lotada no Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Pará - DGP (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823758

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.210 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço 'A PEDIDO' - processo nº 2021/1256191.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do SUBTENENTE PM RG 17666, JOSÉ ROBERTO DA CRUZ, mat. nº 5198992/1, pertencente ao efetivo do 8º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.294,51
Adicional de Inatividade - 35% 1.963,34
Total de Proventos 7.572,88

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823769

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.095 DE 27 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2021/1293109.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 15128 JURACI LOPES DE MORAIS, matrícula nº 7050054/1, lotado na Corregedoria Geral da Polícia Militar do Estado do Pará - CORREG (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.168,22 (dezesseis mil, cento e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 20%	529,64
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 35%	3.105,01
Adicional de Inatividade - 35%	4.191,76
Total de Proventos	16.168,22

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823785

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.039 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1230505.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 20179, MANOEL DE SENA DOS SANTOS, mat. nº 5201039/1, pertencente ao efetivo do 11º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Capanema), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65

Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.185,11
Adicional de Inatividade - 35% 1.797,42
Total de Proventos 6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823812

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.060 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1236235.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25588 ODINEA DOS SANTOS ALVES, mat. nº 5732190/1, lotada no 27º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 957,21
Adicional de Inatividade - 35% 1.675,11
Total de Proventos 6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823851

Instituto de Gestão Previdenciáriae de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.162 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1332555.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 17865, ROSIVALDO SILVA COSTA, mat. nº 5198232/1, lotado no Batalhão de Polícia de Guardas da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:
Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65
Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12
Total de Proventos 6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da LC nº 142/2021. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823861

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.226 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1422025. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 18729, WALDENOR BARROSO DA COSTA, mat. nº 5329760/1, lotado no 2º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.148,65
Adicional de Inatividade - 35%	1.742,12
Total de Proventos	6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da LC nº 142/2021. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823864

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.100 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1257075. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 18254, ADONIAS FONSECA DE CARVALHO, mat. nº 5202256/1, pertencente ao efetivo do 19º Batalhão da Polícia do Militar do Estado do Pará (Paragominas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.932,91 (seis mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.185,11
Adicional de Inatividade - 35%	1.797,42
Total de Proventos	6.932,91

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823185

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.142 DE 29 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2022/233610. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 1º Sargento PM RG 25972 ADRIANA GOMES SOUZA, mat. nº 5741599/1, lotada na APM - Academia de Polícia Militar do Estado do Pará (Marituba), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.076,50 (sete mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.048,37
Adicional de Inatividade - 35%	1.834,65
Total de Proventos	7.076,50

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823192

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.152 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2022/538890. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, no mesmo posto, de acordo com os arts. 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição Estadual de 1989; arts. 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “a”, da Lei Estadual nº 5.251/1985 c/c com o art. 93, parágrafo único, da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º, §2º, da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº. 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “b”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988; art. 37, XI, da Constituição Federal de 1988, c/c com o §1º, art. 39, redação dada pela EC nº 072/2018; a CORONEL QOPM RG 8117, ANA CRISTINA SOUZA MACHADO, matrícula nº 5423139/2, pertencente ao efetivo do Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Pará - QCG (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ R\$ 35.462,22 (trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Coronel/PM + 20%	6.436,86
Gratificação de Habilitação Militar - 50%	3.218,43
Gratificação de Localidade Especial - 30%	1.931,06
Indenização de Tropa - 10%	643,69
Gratificação de Risco de Vida - 100%	6.436,86
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	1.931,06
Representação p/ Graduação - 60%	3.862,12
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	6.115,02
Adicional de Inatividade - 35%	10.701,20
Subtotal	41.276,30
Redutor Constitucional	5.814,17
Total de Proventos	35.462,22

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823200

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.041 DE 24 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1371899. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25705 EDILENE CARDOSO DA SILVA DE MACEDO, mat. nº 5730643/1, lotada no 2º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10	
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10	
Indenização de Tropa - 10% 121,55	
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50	
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65	
Representação por Graduação - 35% 425,43	
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 957,21	
Adicional de Inatividade - 35% 1.675,11	
Total de Proventos 6.461,15	

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823208

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.972 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1241402. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25943 ELIETE PANTOJA DA HUNGRIA, mat. 5739195/1, lotada no 12º Batalhão de Polícia Militar – 12º BPM (Santa Izabel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10	
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65	
Indenização de Tropa - 10% 121,55	
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50	
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65	
Representação por Graduação - 35% 425,43	
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60	
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29	
Total de Proventos 6.666,27	

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823212

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.017 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDI-DO – PROCESSO nº 2022/1469599.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983;art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º Sargento PM RG 20311 EMERSON WAGNER NAZARENO DE OLIVEIRA, matrícula nº 5407818/1, lotado na Comissão de Correição do Comando de Policiamento Regional IX – COR-CPR IX (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.572,88 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.294,51
Adicional de Inatividade - 35%	1.963,34
Total de Proventos	7.572,88

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823217

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.009 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1215442. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f” e “g”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do Subtenente PM RG 19158, GILVAN LUZ BARROS, mat. nº 5390222/1, pertencente ao efetivo do 34º Batalhão da Polícia de Militar do Estado do Pará (Marabá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 8.212,83 (oito mil, duzentos e doze reais e oitenta e três centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40% 486,20	
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20	
Indenização de Tropa - 10% 121,55	
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50	
Rep. Integrante Banda de Música 30% 364,65	
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65	
Representação por Graduação - 35% 425,43	
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.403,90	
Adicional de Inatividade - 35% 4.129,25	
Total de Proventos 8.212,83	

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823226

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.973 DE 22 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1242498. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25665 IONE DO SOCORRO DOS SANTOS LIRA, mat. nº 5727715/1, lotada na Companhia Independente de Polícia Escolar - CIPOE (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823230
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.059 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO REfERente ao PROCESSO nº 2021/1040244.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º, inciso I, “g” do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente PM RG 18620, IRALDO AGUIAR DE AZEVEDO, mat. nº 5263875/1 pertencente ao efetivo do 35º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará – BPM (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$17.893,20 (dezesete mil, oitocentos e noventa e três reais e vinte centavos),conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Rep. Integrante Banda de Musica 30%	794,46
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação p/ Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	3.058,67
Adicional de Inatividade - 35%	4.638,98
Total de Proventos	17.893,20

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823234
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.061 DE 27 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2021/685997.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei

nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 21479 JOSÉ ALBERTO DA SILVA ALMEIDA, matrícula nº 5588855/1, lotado no 8º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará – BPM (Soure), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823236
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.006 DE 23 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2021/1289351.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente PM RG 24681 JOSÉ EDVALDO COUTO CÂMARA, matrícula nº 5690366/1, lotado no 33º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará – BPM (Bragança), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.034,14 (dezesesseis mil, trinta e quatro reais e quatorze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 30%	794,46
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.740,88
Adicional de Inatividade - 35%	4.157,00
Total de Proventos	16.034,14

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823241
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.146 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-officio por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1234025.
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II,

do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, do 1º Sargento PM RG 17856, JOSÉ ULIAN CORRÊA TORRES, mat. nº 5200555/1, lotado no 20º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.148,65
Adicional de Inatividade - 35%	1.742,12
Total de Proventos	6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da LC nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823243

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.165 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1244746.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25404 JUCICLEIDE PEREIRA DE SOUZA, mat. 5730155/1, lotada no 1ª Companhia Independente de Polícia Militar (Salinópolis), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823251

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.020 DE 23 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2021/1253870.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 22046 LAURO EDIMILSON SOARES MIRANDA, matrícula nº 5589800/1, lotado no 20ª Companhia Independente da Polícia Militar do Estado do Pará – CIPM (Muaná), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823252

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.151 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2022/177583.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, do 2º sargento BM RG 2296127 LUCIO REGINALDO SEIXAS FILHO, matrícula nº 5609860/1, pertencente ao efetivo da 1ª Seção de Comando e Serviço do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$7.572,87 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/BM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	1.294,51
Adicional de Inatividade - 35%	1.963,34
Total de Proventos	7.572,87

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Gussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823255

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.098 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1347905.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25663 MÁRCIA VALÉRIA MACHADO VILHENA, mat. 5741637/1, lotada no Batalhão de Polícia Penitenciária – BPOP (Santa Izabel), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823258

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.102 DE 27 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1237478. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 26100 MARIA JOSÉ DOS SANTOS SILVA mat. nº 5730856/1, lotada no 1º Batalhão de Polícia Militar - BPM (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823261

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.891 DE 15 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1435222. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25603 RENILDA DIAS PEREIRA FURTADO, mat. nº 5732239/1, lotada no 2º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823266

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 2.957 DE 21 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1233345. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25614 SILVANA TAVARES MARTINS, mat. 5730368/1, lotada no Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Estado do Pará - DGP (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	987,60
Adicional de Inatividade - 35%	1.728,29
Total de Proventos	6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 823273

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº 3.015 DE 23 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2021/1450206. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente PM RG 24120 WALCIR DA SILVA CORRÊA, matrícula nº 5704731/1, lotado no 10º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará – BPM (Icoaraci), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.034,14 (dezesseis mil, trinta e quatro reais e quatorze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 30%	794,46
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.740,88
Adicional de Inatividade - 35%	4.157,00
Total de Proventos	16.034,14

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:
Indeferir o benefício de abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, dos servidores abaixo listados:

Nome Interessado	Matrícula	Órgão
ALCIDES MOREIRA BARBOSA	516856201	FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSAO
ANA CECÍLIA LOBO SANTOS	12521/1	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E PESCA
ANA CLAUDIA QUINTAS DA CUNHA	562416901	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
ANDERSON FRANCISCO BEZERRA DE ALMEIDA	523435201	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
ANGELA MARIA DA CONCEICAO SILVA	5170290/1	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
ANTONIO CARLOS LIMA SANTOS	316974001	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
ANTONIO CLAUDOMIRO BENTES MONTEIRO JUNIOR	324895001	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
ANTONIO JOSE LOPES DAS DORES	52334371/2	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
ANTONIO MARIA TRINDADE AMARAL	40550/2	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
ANTÔNIO SÉRGIO DE CASTRO SOUSA	22349/1	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E PESCA
ARTUR NELSON NOGUEIRA DE VILHENA	5107563/1	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
CARMELINA SOARES QUINDERE	514923101	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
CONCEICAO DO SOCORRO SOARES COURCELL	511838701	FUNDAÇÃO HOSPITAL DE CLÍNICA GASPAR VIANA
DALVA DE LIMA FREITAS	602723701	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DALVA GODINHO BRASIL BEZERRA	515508801	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
EDILBERTO DO NASCIMENTO SANTOS	5127360/1	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
EDILMA MARIA ARAUJO MARQUES	515618101	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
ELIANA DE OLIVEIRA SEMBLANO	5149371/1	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
FABIO BRUNO LIMA MARTINS	512923001	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
FRANCISCO VINICIUS DE SOUSA HONORATO	532975202	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
HELENA LIMA PEDREIRA	94998101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
HENRIQUE NAZARENO SANTOS LIMA	701017/2	CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES
IRENE VIEIRA COSTA	515519301	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
IRLANDA MARIA NOBRE COSTA	323957802	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
IVONE CRISTINA BRABO LOPES	516073102	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
JOANA D ARC BEZERRA LIMA SANTOS	516063401	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
JOAO GUILHERME MELO CAVALEIRO DE MACEDO	555286901	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
JORGE RODRIGUES DA CONCEIÇÃO	5402336/2	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
JOSE ROBERTO VALERIO DE SOUZA	57213374/1	SUPERINT. DO SISTEMA PENAL DO ESTADO DO PARÁ
LUIZ CARLOS LOPES NASCIMENTO	520634001	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
MARIA ARLINDA DE QUEIROZ SALES MOREIRA	506892401	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
MARIA DA CONCEICAO ALCANTARA BARROS	509621901	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA DE FÁTIMA FREITAS PINHEIRO	103764/2	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
MARIA DE FATIMA SOUSA SILVA	5155282/1	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA DE NAZARE LIRA MORAES	514424801	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
MARIA DO CARMO COELHO FERREIRA	513638501	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA PONTES	516123101	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA JOSE DOS SANTOS ALVES	518243301	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA JOSE DOS SANTOS ALVES	5182433/1	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA LENIRA MOREIRA DE AQUINO	512918402	CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES
MARIA LEONOR DE OLIVEIRA SILVA	514871501	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA SELMA VALE DE JESUS	515342501	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIA TELMA DE LIMA SANTIAGO	517696401	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
MARIDALVA RAMOS LEITE	511781001	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
MARILENE DE MAGALHAES PINTO	515217801	HOSPITAL OPHIR LOYOLA
MARLY TEREZA COUTINHO MOTA	513244401	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
NELY CRUZ DA SILVA	515411101	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
NILCE DAS GRACAS RODRIGUES TAVARES	5786398/1	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
OCILENE PINTO DE MIRANDA	510901901	SUPERINT. DO SISTEMA PENAL DO ESTADO DO PARÁ
RAIMUNDA CRISTINA PALHETA DE FREITAS	515360301	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
RAIMUNDO NONATO PINHEIRO JUNIOR	560075801	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
RAUL DOS SANTOS CRUZ	61069/1	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
REGINALDO DA SILVA ALVES	517638703	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
RUBENS ACACIO FRANCO	506977701	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
SILVESTRE ITALO SAVINO PRIANTE	513102201	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

SORAIA MELLO CARDOSO	501377101	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ
TANIA GOMES PEREIRA BRAGA	515648301	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
VANILDA MONTEIRO PEREIRA	612074101	FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824930

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.229 DE 13 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1256286. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039,de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25877 MARILEIA PEREIRA DA SILVA, mat.5727545/1, lotada no14ª Companhia Independente da Polícia Militar do Estado do Pará (Tomé-Açu), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.666,27 (seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,60
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,27

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824873

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.283 DE 29 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1253767. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039,de 09/01/2002, resolve:
I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “B”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25890 MARIA RITA DA SILVA, mat. nº 5726395/1, lotada no 21º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará (Marituba), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.666,26(seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30% 364,65
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 987,59
Adicional de Inatividade - 35% 1.728,29
Total de Proventos 6.666,26

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824861
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.742 DE 06 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1272440. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 2º Sargento PM RG 25681, MARIA DO SOCORRO BORCÉM MEDEIROS, mat. nº 5730384/1, pertencente ao efetivo do Batalhão de Polícia de Eventos da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	957,21
Adicional de Inatividade - 35%	1.675,11
Total de Proventos	6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824735
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.214 DE 30 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO REFERente ao PROCESSO nº 2021/1367915. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso IV do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a 3º Sargento PM RG 28129 MAELZA CONCEIÇÃO CATETE, mat. nº 5781442/1 lotada na 18º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Pará - BPM (Monte Alegre), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.871,38 (seis mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40%	486,20
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.017,98
Adicional de Inatividade - 35%	1.781,47
Total de Proventos	6.871,38

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton GiusseppStival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824728

Instituto de Gestão Previdenciáriae de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.040 DE 24 DE JUNHODE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2022/194154. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do subtenente BM RG 1818524 ELIZEU MOTA DOS SANTOS, matrícula nº 5421330/1, pertencente ao efetivo do 4º Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824679
Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.227 DE 01 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1299530. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2ª Sargento PM RG 25640 ENEDINA MARIA FERREIRA DA SILVA, mat. nº 5726301/1, lotada no 2º Batalhão de Polícia Militar (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 957,21
Adicional de Inatividade - 35% 1.675,11
Total de Proventos 6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824688

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº3.218 DE 30 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDIDO – PROCESSO nº 2022/317047.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, do Subtenente BM RG 1589812 GEORGE CLETO SOUSA CORRÊA, matrícula nº 5211344/1, pertencente ao efetivo da 10º Subgrupamento de Incêndio Independente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Parauapebas), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824693

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 2.905 DE 20 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1102066.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “c”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº 142/2021, do 3º Sargento PM RG 14659, GERALDO QUEIROZ DE CASTRO, mat. nº 5071470/1, pertencente ao efetivo do 1º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Pará (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.719,60 (seis mil, setecentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.148,65
Adicional de Inatividade - 35% 1.742,12
Total de Proventos 6.719,60

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824701

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.010 DE 23 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/659640.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039 de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso III, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021, do 1º Sargento PM RG 18641 JOSÉ GUILHERME PINHO SOARES, mat. nº 5267277/1, lotado na 2º Companhia Independente de Missões Especiais da Polícia Militar do Estado do Pará (Santarém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 7.146,24 (sete mil cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 1º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 40% 486,20
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 30% 1.221,58
Adicional de Inatividade - 35% 1.852,73
Total de Proventos 7.146,24

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132, da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824707

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RR Nº 3.211 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA ex-offício por promoção por tempo de serviço - processo nº 2021/1360415.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará- IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir “ex-offício” para a Reserva Remunerada, na mesma graduação, de acordo com o art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015, e alterações da Lei nº 8.388/2016; art. 1º, inciso IV, alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da LC nº142/2021, c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, da 2º Sargento PM RG 25484 JUREMA OLIVEIRA DA SILVA, mat. nº 5727669/1, lotada na Companhia Independente Especial de Polícia Assistencial – CIEPAS (Belém), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$ 6.461,15 (seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e quinze centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Localidade Especial - 20% 243,10
Indenização de Tropa - 10% 121,55
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30% 364,65
Representação por Graduação - 35% 425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 957,21
Adicional de Inatividade - 35% 1.675,11
Total de Proventos 6.461,15

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o (a) segurado (a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824715

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3304 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/314206.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora RAIMUNDA NONATA BAIA DOS SANTOS, Matrícula nº 5172721/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Administração, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará – SANTA CASA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD. DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825262

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3305 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/568588.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor MIGUEL FERREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 17078/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Informática de Mercadoria Agrícola, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca do Estado do Pará – SEDAP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825264

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3306 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2016/273245.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora HELENA MARIA MELO DIAS, Matrícula nº 3221024/2, ocupante do cargo/função de Professor Adjunto, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825266

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3307 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1362232.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora SOLANGE BARATA DA SILVA, Matrícula nº 3219879/1, ocupante do cargo/função de Agente de Serviços Complementares, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará – SEASTER.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825269

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3308 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/519544.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora VILMA HELENA DA SILVA NOGUEIRA, Matrícula nº 182435/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825270

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3309 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1468193.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RAIMUNDO ÍTALO PEREIRA AMORIM, Matrícula nº 5234441/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825275

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3310 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/524767.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora SELMA CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA, Matrícula nº 200439/2, ocupante do cargo/função de Técnico B, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825277

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3311 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1382547.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora LUZENILDA MOITA SATO, Matrícula nº 5333840/2, ocupante do cargo/função de Professor Assistente, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825282

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3312 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1183781.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor PEDRO PAULO MONTELLA MONTEIRO, Matrícula nº 5332419/1, ocupante do cargo/função de Motorista Policial, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825286

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3313 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/636762.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor IVAN GONÇALVES REIS, Matrícula nº 470872/1, ocupante do cargo/função de Professor Adjunto 40 Horas, pertencente ao quadro de pessoal da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825290

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3314 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/381035.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ RONALDO COELHO SEPEDA, Matrícula nº 28436/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Estado do Pará - SEPLAD.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825293

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3315 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/431418.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ANDRELINA MENDES GONÇALVES, Matrícula nº 626759/1, ocupante do cargo/função de Servente Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825294

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3316 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/101357.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora REGINA MARIA BEZERRA TAVARES, Matrícula nº 5409446/1, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825298

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3317 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/811222.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA CATARINA DOS SANTOS MELO LIMA, Matrícula nº 571539/2, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825301

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3318 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/53509.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ALICE DO SOCORRO PANTOJA SILVA, Matrícula nº 3261204/1, ocupante do cargo/função de Agente Administrativo I, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Hospital das Clínicas Gaspar Viana - GASPAS VIANA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825303

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3319 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/617530.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ANA DO SOCORRO SANTOS DA PONTE SOUZA, Matrícula nº 5141583/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESPA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825305

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3320 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2018/527765.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor DEODORO LOPES, Matrícula nº 64750/2, ocupante do cargo/função de Motorista Policial, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825307

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3321 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/408663.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARILENE QUEIROZ DE OLIVEIRA GOMES, Matrícula nº 760382/1, ocupante do cargo/função de Professor Classe Especial, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825310

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3322 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/784413.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora LAUDELIN PEREIRA DE FARIAS, Matrícula nº 5084784/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESPA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825312

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3323 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/529045.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DE LOURDES ARAÚJO DE AMORIM, Matrícula nº 5109035/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar Operacional, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará – SEAP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825314

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3324 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2022/655006.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor AUGUSTO ANDRADE DE FREITAS, Matrícula nº 272620/1, ocupante do cargo/função de Vigia Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825315

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 3.259 DE 30 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre A alteração DO TIPO DE BENEFÍCIO DE REFORMA EX-OFFÍCIO POR INCAPACIDADE - PROCESSO nº 2016/481334

Considerando o trânsito em julgado da decisão proferida nos autos do Processo nº 0859963-11.2020.814.0301, em trâmite perante 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Retificar a Portaria RE nº 0213 DE 03/01/2005, retificada pela Portaria RE nº1672 de 28/07/2005, que reformou “ex-offício”, na mesma graduação, o Soldado PM RE 15433, ANTÔNIO MORAES DA SILVA, mat. nº 5111420/1, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com o art.106, inciso II e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 e V. Acórdão nº 16.034/1988 c/c Acórdão nº 60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 109, §1º e §2º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea “d”, do Decreto nº2.940/1983; art. 1º, categoria “B” do Decreto nº1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999 – DRH/3; art. 1º, do Decreto nº. 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, alínea I, alínea “h”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 99, caput e §5º, da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 146 da Lei nº5.251/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº4.439/1986, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.816,52(seis mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 30%	364,65
Gratificação por Tempo de Serviço - 20%	777,92
Adicional de Inatividade - 20%	933,50
Auxílio Invalidez	1.215,50
Total de Proventos	6.816,52

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/03/2021, data da ciência da decisão judicial, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 825317

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 3.137 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre A alteração DO benefício DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA EX-OFFÍCIO POR IDADE - PROCESSO nº 2021/1109107

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “Ex-Offício” por idade, o Capitão PM RR RG 7731 ARIOSVALDO NASCIMENTO SILVA, Matrícula nº 3357686/1, pertencente à Reserva Remunerada a Pedido, por meio da Portaria RR nº 1.533 de 11/04/2012, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com o art. 106, inciso I, alínea “b” e art. 107 da Lei nº 5251/1985 c/c alterações da Lei nº8.407/2016; art. 52, inc. II, §1º alínea “a”, da Lei nº 5251/1985; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, inciso II do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, categoria “B” do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999 – DRH/3; art. 1º, item I, alínea “c”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, do Decreto nº2696/1983; art. 20,

da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986, art. 99, caput e § 5º, da Lei nº4.491/1973 c/c art. 146 da Lei nº 5.251/1985; percebendo nessa situação os proventos mensais R\$25.164,39(vinte e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Major/PM	3.680,08
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.472,03
Gratificação de Localidade Especial - 30%	1.104,02
Indenização de Tropa - 10%	368,01
Gratificação de Risco de Vida - 100%	3.680,08
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	1.104,02
Representação por Graduação - 50%	1.840,04
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	3.974,49
Adicional de Inatividade - 35%	6.027,97
Auxílio Invalidez	1.913,64
Total de proventos	25.164,39

II – Os efeitos jurídicos desta Portaria retroagirão a 11/05/2020, data em que o militar completou 62 anos de idade, limite etário de permanência na reserva remunerada, para posto de Capitão/PM.

III - Os efeitos financeiros da parcela de Auxílio Invalidez retroagirão a 02/06/2021, data da Sessão Ordinária nº 009/2021 – JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei nº 5251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

IV - A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória, e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 825321

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 3.150 DE 29 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre A alteração DO benefício DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA POR INCAPACIDADE - PROCESSO nº 2021/83146

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “Ex-Offício” o Subtenente PM RR 9995, RONALDO SOUZA DA COSTA, mat. nº3403475/1, pertencente à reserva remunerada, a pedido, por meio da Portaria RR nº 0016 de 02/01/2009, em razão da Ata de Saúde homologada na Sessão Ordinária nº 020/2020 – JPMSS, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com o art. 106, inciso II, art. 108, inciso V da Lei 5251/1985 c/c V. Acórdão nº 16.034/1988 e Acórdão nº60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 52, inciso II, §1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c Manifestação nº 021/2013 da PROJUR/IGEPREV; art. 1º, da Lei nº 8.229/2015; art.1º, inciso II e art. 2º, inciso I do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, Categoria “A” do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999 – DRH/3; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 1º, do Decreto nº 2696/1983; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986, art. 99, caput da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 146 da Lei nº 5.251/1985, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$19.817,56(dezenove mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Auxílio Moradia - 30%	794,46
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	3.058,66
Adicional de Inatividade - 35%	4.638,97
Auxílio Invalidez	1.924,41
Total de proventos	19.817,56

II – Os efeitos financeiros da parcela de Auxílio Invalidez retroagirão a 10/12/2020, data da Sessão Ordinária nº 020/2020 – JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III - A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória, e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma por incapacidade

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 825325

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RE Nº 3.258 DE 04 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre A alteração DO benefício PREVIDENCIÁRIO DE RESERVA REMUNERADA PARA REFORMA por incapacidade - PROCESSO nº 2022/341455.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei

Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “Ex-Ofício” a SUBTENENTE PM RR RG 25828 SILVANA SANTOS DE MOURA, mat. nº 57265300/1, pertencente à reserva remunerada, “ex-offício”, por meio da Portaria RR nº 811 de 22/02/2022, em razão da Ata de Saúde homologada na Sessão Ordinária nº 017/2021 – JPMSS, alterando o fundamento legal do benefício do interessado, de acordo com o art. 106, inciso II, art. 108, inciso V da Lei 5.251/1985 c/c V. Acórdão nº 16.034/1988 e Acórdão nº 60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Pará; art. 10, inciso IV, §§ 3º e 8º, da Lei nº 8.230/2015; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “C” do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999 – DRH/3; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º, da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20, da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º, da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134, da Lei Complementar nº 142/2021 c/c art. 5º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, art. 99, caput da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 146 da Lei nº 5.251/1985, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$8.086,88 (oito mil oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Subtenente PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	486,20
Gratificação de Localidade Especial - 20%	243,10
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 35%	425,43
Gratificação por Tempo de Serviço - 25%	1.017,98
Adicional de Inatividade - 35%	1.781,47
Auxílio Invalidez	1.215,50
Total de proventos	8.086,88

II – Os efeitos financeiros da parcela de Auxílio Invalidez retroagirão a 29/09/2021, data da Sessão Ordinária nº 017/2021 – JPMSS, nos termos do art. 108, §2º da Lei 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no artigo 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma por incapacidade.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes Da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 825327

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RET RE Nº3.231 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO do benefício de reforma ex-offício - processo nº 2021/462823

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Retificar a Portaria RE nº 2.250 de 18/09/2020, que transferiu para a Reforma “ex-offício”, na mesma graduação, o Cabo PM RG 33143, FLÁVIO BORGES DE JESUS, mat. nº 54194634/1, para incluir a parcela auxílio invalidez, passando a constar a seguinte fundamentação legal: art. 106, inciso II e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 e V. Acórdão nº 16.034/1988-TCE/PA c/c Acórdão nº60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado; art. 109, §1º e § 2º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea “c”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, categoria “B” do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/99 – DRH/3; art. 1º, do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, inciso I, alínea “h”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20, da Lei nº4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº4.439/1986; art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº 4.491/1973; percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.349,77(seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 3º Sargento/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 30%	364,65
Gratificação por Tempo de Serviço - 10%	388,96
Adicional de Inatividade - 20%	855,71
Auxílio invalidez	1.215,50
Total de Proventos	6.349,77

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 03/03/2021, data da Sessão Ordinária nº 003/2021 - JPMSS, nos termos do art. 108, § 2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma “ex officio”.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 825330

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RET RE Nº3.325 DE 30 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a RETIFICAÇÃO do benefício de reforma ex-offício - processo nº 2022/701740

Considerando o cumprimento de decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0854656-47.2018.814.0301,em trâmite no 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém;

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Retificar a Portaria RE nº 1.343 de 10/04/1996, que transferiu para a Reforma “ex-offício”, na mesma graduação, o Soldado PM REF RG 13073, ROBERTO ROSA COSTA, mat. nº 5020000/1, para incluir a parcela auxílio invalidez, passando a constar a seguinte fundamentação legal: art. 106, inciso II e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 e V. Acórdão nº 16.034/1988-TCE/PA c/c Acórdão nº60.794/2020 do Tribunal de Contas do Estado; art. 109, §1º e § 2º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea “d” e art.2º, inc. I, do Decreto nº. 2.940/1983; art. 1º, categoria “B” do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/99 – DRH/3; art. 1º, do Decreto nº. 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, inciso I, alínea “h”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20, da Lei nº4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso III, do Decreto nº4.439/1986; art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº 4.491/1973; percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$6.575,85(seis mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de Soldado/PM	1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	243,10
Gratificação de Localidade Especial - 30%	364,65
Auxílio Moradia - 30%	364,65
Indenização de Tropa - 10%	121,55
Gratificação de Risco de Vida - 100%	1.215,50
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	364,65
Representação por Graduação - 30%	364,65
Gratificação por Tempo de Serviço - 5%	212,71
Adicional de Inatividade - 20%	893,39
Auxílio invalidez	1.215,50
Total de Proventos	6.575,85

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/04/2022, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época, conforme orientação da PROJUR.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 825336

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RR Nº2.971 DE 21 JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício de RESERVA REMUNERADA A PEDI-DO – PROCESSO nº 2021/843052.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará - IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Transferir para Reserva Remunerada, a pedido, na mesma graduação, de acordo com os artigos 1º e 2º da Lei nº 5.681/1991 c/c art. 45, §9º, da Constituição do Estado do Pará de 1989; artigos 101, inciso I, e 102 da Lei nº 5.251/1985; art. 52, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985 c/c art. 134, parágrafo único da Lei Complementar nº 142/2021; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art.1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.134 da Lei Complementar nº 142/2021, o Subtenente PM RG 20671 NIZOMAR OLIVEIRA DA TRINDADE, matrícula nº 5420130/1, lotado no Comando de Policiamento Regional IV – CPR IV (Tucuruí), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.498,92 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/PM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 40%	1.059,28
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.820,33
Adicional de Inatividade - 35%	4.277,50
Total de Proventos	16.498,92

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem a inatividade, nos termos do art. 132 da Lei Complementar nº 142/2021.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 824878

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará

PORTARIA RE Nº 3.127 DE 28 DE JUNHO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício De reforma ex-officio POR INCAPACIDADE – processo nº 2022/90474.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do

Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 142, de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – Reformar “ex-offício”, na mesma graduação, de acordo com o art. 106, inciso II e art. 108, inciso V, da Lei nº 5.251/1985 e Acórdão nº 16.034/1988-TCE/PA c/c Acórdão nº 60.794/2020 do TCE/PA; art. 109, §1º e § 2º, alínea “b”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV, alínea “b”, do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º, Categoria “A”, do Decreto nº 1.461/1981 c/c PORTARIA Nº 001/1999-DRH/3 c/c anexo I da Lei 9.387/2021; art. 1º do Decreto nº 2.696/1983; art. 1º da Lei nº 8.229/2015; art. 1º, item I, do Decreto nº 3.266/1984; art. 1º, item I, alínea “f”, do Decreto nº 4.490/1986; art. 20 da Lei nº 4.491/1973, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art. 134 da Lei Complementar nº 142/2021; art. 99, “caput” e §5º, da Lei nº 4.491/1973 c/c art. 135 da Lei Complementar nº 142/2021, o 3º Sargento BM RG 15237 ODAILSON AFONSO CARDOSO DO NASCIMENTO, matrícula nº 5162327/1, pertencente ao efetivo da 3ª Seção – Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (Cametá), percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$16.896,81 (dezesseis mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Tenente/BM	2.648,19
Gratificação de Habilitação Militar - 20%	529,64
Gratificação de Localidade Especial - 40%	1.059,28
Indenização de Tropa - 10%	264,82
Gratificação de Risco de Vida - 100%	2.648,19
Gratificação de Serviço Ativo - 30%	794,46
Representação por Graduação - 35%	926,87
Gratificação por Tempo de Serviço - 30%	2.661,44
Adicional de Inatividade - 35%	4.036,51
Auxílio Invalidez	1.327,41
Total de Proventos	16.896,81

II – Os efeitos desta Portaria retroagirão a 12/05/2021, data da Sessão Ordinária nº 007/2021 – JPMSS, nos termos do art. 108, § 2º, da Lei nº 5.251/1985, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

III – Este benefício será implantado na folha de pagamento a contar de 01/07/2022, respeitando a legislação vigente à data que em que o(a) segurado(a) reuniu os requisitos para passagem à inatividade, nos termos do art. 132, da Lei Complementar nº 142/2021.

IV- A parcela auxílio invalidez possui natureza jurídica transitória e, eventualmente cessadas as condições especificadas no art. 99 da Lei nº 4.491/1973, será excluída da composição dos proventos de reforma “ex-offício”.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS /PA

Protocolo: 824880

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3352 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/301455.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora IZAURA DE OLIVEIRA VEIGA, Matrícula nº 6021654/1, ocupante do cargo/função de Servente, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825590

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3353 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1357561.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ROSÂNGELA DA COSTA SILVA, Matrícula nº 349968/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825592

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3354 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/213139.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar

nº 128/2020, o servidor PAULO AFONSO CALDEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 2801/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825594

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3355 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/412060.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora CLEUNILDE CARDOSO ANDRADE, Matrícula nº 430005/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825595

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 3356 DE 03 DE JULHO DE 2022.
Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/123707.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DO SOCORRO LIMA DA SILVA, Matrícula nº 517437/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 825605

Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará
PORTARIA RET RE Nº 3.362 DE 30 DE JUNHO DE 2022
Dispõe sobre PEDIDO DE REVISÃO DO benefício DE REFORMA EX OFFICIO nº 2020/671784

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº142 de 16/12/2021, que alterou a Lei Complementar nº 039, de 09/01/2002, resolve:

I – R e t i f i c a r a Portaria RE nº 0185 de 04/12/2017, que transferiu para Refoma “ex officio”, na mesma graduação, a militar RAIMUNDA NONATA DOS SANTOS, mat. nº 53969640/1, pertencente ao Quadro de Inativos da Polícia Militar do Estado do Pará, para corrigir a graduação de Cabo para 3º Sargento, em razão da promoção por promoção por tempo de serviço, conforme publicação no Boletim Geral nº004 de 07/01/2020, de acordo com o art.106, inciso III da Lei nº5251/1985, c/c V. Acórdão nº16.034/1988-TCE/PA; artigos 83,1, e 3,86, e 96 da Lei nº4.491/73; art. 52, inciso II, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 5.251/1985; art. 1º, inciso IV alínea “b” do Decreto nº 2.940/1983; art. 1º da Lei nº8.229/2015; art. 20 da Lei nº4.491/1973 com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº5.231/1985; art. 1º, inciso II, do Decreto nº 4.439/1986 c/c art.5º, I da CF/88, percebendo nessa situação os proventos mensais de R\$4.512,55(quatro mil, quinhentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminados:

Soldo de 2º Sargento/PM 1.215,50
Gratificação de Habilitação Militar - 20% 243,10
Gratificação de Risco de vida - 100% 1.215,50
Gratificação por Tempo de Serviço - 25% 668,53
Adicional de Inatividade - 35% 1.169,92
Total de Proventos 4.512,55

II – Os efeitos desta portaria retroagirão a 01/01/2018, data de concessão do Benefício de Reforma “ex officio”, respeitando os valores das tabelas salariais vigentes à época.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPPS/PA

Protocolo: 825890

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA RET AP Nº 2884 DE 15 DE JUNHO DE 2022
DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADA JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO 533433/2017-TCE; PROCESSO Nº 2022/668216-IGEPREV. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar

Estadual nº. 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais.

Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº. 202202160/SEGER-TCE), que determinou a retificação da Portaria AP nº. 0527 de 28/01/2014.

RESOLVE:

I - Retificar a Portaria AP nº. 0527 de 28 de janeiro de 2014, que aposentou ANA MARIA SANTANA FALCON Mat. 587133/1, no cargo de Professor Classe Especial, Nível I, lotada na Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, alterando o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 60% para 55%, passando a constar: art. 3º, "caput", incisos I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/05, c/c artigos 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05 e art. 7º da EC nº 41/03; art. 37, § 2º da Lei nº 5.351/86; art. 35, caput, da Lei nº 5.351/86 c/c art. 32, caput, da Lei 7.442/2010; art. 33 da lei nº 7.442/10; art. 131, § 1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/94 combinado com o parágrafo único do art. 36 da Lei nº 5.351/86; recebendo os proventos mensais de R\$ 11.865,97 (onze mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos) conforme abaixo discriminados:

Vencimento Base	4.002,18
Aulas Suplementares	960,52
Gratificação de Magistério - Vantagem Pessoal	372,28
Gratificação Progressiva	2.001,09
Adicional por Tempo de Serviço - 55%	3.301,80
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada	1.228,10
Total dos Proventos	11.865,97

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01 de março de 2014, data do início dos efeitos da Portaria nº. 0527/2014.

III - Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pela seguradora, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815017

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará **PORTARIA RET AP Nº 2886 DE 15 DE JUNHO DE 2022**

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AUTUADA JUNTO AO TCE NO PROTOCOLO 536930/2017-TCE; PROCESSO Nº 2022/675386-IGEPREV. O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº. 39 de 09.01.2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais.

Considerando os termos da diligência requerida pelo TCE/PA (Ofício nº. 202202181/SEGER-TCE), que determinou a retificação da Portaria AP nº. 0074 de 05/01/2017.

RESOLVE:

I - Retificar a Portaria AP nº. 0074 de 05 de janeiro de 2017, que aposentou ROSANA DE LOURDES MONTEIRO MARTINS Mat. 3265374/1, na função de técnico, lotada no Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN, alterando o percentual do Adicional pela Função Gratificada de 80% para 60%, passando a constar: art. 3º incisos I, II, III e parágrafo único, c/c os arts. 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05; art. 140, III da Lei nº. 5.810/94; art. 130, § 1º da Lei nº 5.810/94 e § 2º do art. 94 da LC nº 39/02 e nova redação dada pela LC 44/03; art. 5º, § 5º, inciso II da Lei nº 7.283/2009; art. 131, § 1º, inciso X da Lei nº 5.810/94; percentual do Adicional pela Função Gratificada conforme Acórdão nº 30.120 do TJE/PA; recebendo os proventos mensais de R\$ 20.965,52 (vinte mil, novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) conforme abaixo discriminados:

Gratificação de Trânsito	1.212,69
Vencimento Base	5.285,19
Adicional pelo Exercício de Cargo em Comissão	3.250,98
Gratificação pela Escolaridade	4.228,15
Adicional por Tempo de Serviço - 50%	6.988,50
Total dos Proventos	20.965,52

II - Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01 de fevereiro de 2017, data do início dos efeitos da Portaria nº. 0074/2017.

III - Os valores pagos a maior não serão objeto de restituição pela seguradora, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça e Parecer nº 044/2013-PROJUR/IGEPREV.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 815021

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.

Considerando que em fevereiro de 2022 fora aberto o processo administrativo nº 2022/144213 com o fito de realização de certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a 2022/144213 para contratação de empresa especializada no fornecimento de plataforma on-premise, de integração, ingestão e análise de dados em ambientes de data warehouse, incluindo atualizações e suporte por 24 meses;

Considerando que o certame ocorreu no dia 19/05/2022;

Considerando que a sessão transcorreu seu curso normal;

Considerando aprovação da empresa classificada em primeiro lugar na fase de lances do certame na prova de conceitos, nos termos no Termo de Referência;

Considerando que não houve sequer intenção de recurso;

Considerando parecer da Procuradoria Jurídica prévio à licitação, bem como a posterior, analisando os atos praticados durante a sessão pública.

Considerando que realização do certame propiciou uma economia de R\$

357.802,20 (trezentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e dois reais e vinte centavos) aos cofres públicos;

Considerando que a referida contratação propiciou, dentre outros benefícios, o de acelerar o atendimento às demandas por informação, permitindo a alimentação de sistemas e repositórios com dados necessários à operação de forma não invasiva e desacoplada, integração entre sistemas de parceiros de negócio.

RESOLVE:

HOMOLOGAR O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022 - IGEPREV

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de plataforma on-premise, de integração, ingestão e análise de dados em ambientes de data warehouse, incluindo atualizações e suporte por 24 meses. EMPRESA VENCEDORA: GRG TECH ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 04.699.854/0001-69, foi a vencedora do item 01 (único), pelo critério de menor preço, no valor de R\$ 2.499.500,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais).

Valor Total do Pregão Eletrônico nº 04/2022 - IGEPREV: R\$ 2.499.500,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil e quinhentos reais).

Belém (PA), 14 de junho de 2022.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 814605

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará **PORTARIA AB Nº 2917 DE 03 DE JULHO DE 2022.**

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2018/433389.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora SORAIA FERREIRA FRANCO, Matrícula nº 5459613/5, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816874

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará **PORTARIA AB Nº 2918 DE 03 DE JULHO DE 2022.**

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1097922.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ITAMAR ARAÚJO DANTAS, Matrícula nº 5232341/1, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816880

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará **PORTARIA AB Nº 2919 DE 03 DE JULHO DE 2022.**

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/104248.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA JOAQUINA SANTA ROSA PIRES, Matrícula nº 417548/2, ocupante do cargo/função de Professor Classe I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816882

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará **PORTARIA AB Nº 2920 DE 03 DE JULHO DE 2022.**

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/755149.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor AMARILDO DE JESUS ALVES RAIOL, Matrícula nº 5158281/1, ocupante do cargo/função de Auxiliar Técnico de Polícia Civil, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA.

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816886

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2921 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/600912.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RONALDO TEIXEIRA LOBATO, Matrícula nº 5258650/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816888

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2922 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2018/352727.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA JOSÉ MOURA DA SILVA WAUGHAN, Matrícula nº 3156168/1, ocupante do cargo/função de Assistente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do Instituto de Apoio aos Servidores do Estado do Pará – IASEP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816892

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2923 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/92081.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor STÊNIO JUVÊNCIO QUEIROZ GOMES DA SILVA, Matrícula nº 5312965/2, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816896

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2924 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1216264.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ EDIMIR DOS SANTOS MONTEIRO, Matrícula nº 446993/1, ocupante do cargo/função de Vigia Ref. I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816898

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2925 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1452262.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor FERNANDO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula nº 05623804/1, ocupante do cargo/função de Motorista, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816900

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2926 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2018/289833.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DAS GRAÇAS MATOS DE SOUZA, Matrícula nº 751499/1, ocupante do cargo/função de Escritor Datilógrafo Ref. III, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816902

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2927 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/67962.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora WANDERLEIA RODRIGUES DE ARAÚJO, Matrícula nº 715980/1, ocupante do cargo/função de Agente Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Cultura do Estado do Pará – SECULT.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816904

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2928 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/719024.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA DE NAZARÉ ARRUDA RIO BRANCO, Matrícula nº 446971/1, ocupante do cargo/função de Professor Classe Especial, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816907

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2929 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/536154.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor SÉRGIO SANTOS COUTINHO, Matrícula nº 715123/1, ocupante do cargo/função de Técnico em Gestão Pública, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará – SEFA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816909

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2930 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO DE ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/659690.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora JOANA SANTANA OLIVEIRA, Matrícula nº 5142032/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816912

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2931 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1279862.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor BENEDITO AFONSO LEAO CAVALCANTE, Matrícula nº 5410959/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816920

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2932 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/804768.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora ALZIMEIRE NAZARÉ SANTOS DOS SANTOS, Matrícula nº 5143594/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816924

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2933 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/591465.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora SHEILA SIMONE DOS SANTOS MIRANDA VALENTE, Matrícula nº 627917/3, ocupante do cargo/função de Especialista em Educação Classe II, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816926

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2934 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1039745.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor ELIAS VIEGAS HOSANA, Matrícula nº 31119/1, ocupante do cargo/função de Agente de Portaria, pertencente ao quadro de pessoal da Fundação Cultural do Estado do Pará – FCP.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816947

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2935 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/122794.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora IVANA LIA VIDAL DE OLIVEIRA, Matrícula nº 759740/1, ocupante do cargo/função de Assistente Técnico Ref. XXVII, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816953

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2936 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1443652.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar

Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor MARCO ANTÔNIO SANTIAGO GOMES, Matrícula nº 5411009/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816958

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2937 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/856253.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora MARIA IZABEL DA COSTA PANTOJA, Matrícula nº 358886/2, ocupante do cargo/função de Especialista em Educação Classe II, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816963

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2938 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1220389.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor LUIZ ROBERTO NICÁCIO DA SILVA, Matrícula nº 5361206/1, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816970

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2939 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/544099.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora EVANILDE PEREIRA ROCHA, Matrícula nº 113123/1, ocupante do cargo/função de Agente de Saúde, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESPA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816986

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2940 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2020/1071855.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RONALD RUY SOUZA DA SILVA, Matrícula nº 5205760/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.
II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 816994

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2941 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/750167.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor RAIMUNDO HUDSON DUTRA DA SILVA, Matrícula nº 5232473/1, ocupante do cargo/função de Motorista Policial, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.
DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817001
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2942 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2019/573994.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora IZABEL CRISTINA MENDES CHAVES, Matrícula nº 5280117/1, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817007
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2943 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1411327.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, a servidora CARMEM LUCILA MELO BRITO BELICHA FONSECA, Matrícula nº 5233062/1, ocupante do cargo/função de Perito Criminal, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Científica do Estado do Pará – PCE/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817012
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2944 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/199942.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ CARLOS MARQUES DA SILVA, Matrícula nº 700215/1, ocupante do cargo/função de Investigador de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817017
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2945 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/1025826.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor AUGUSTO MAGNO MAGALHÃES CARDOSO PEREIRA, Matrícula nº 5204038/1, ocupante do cargo/função de Delegado de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817019
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AB Nº 2946 DE 03 DE JULHO DE 2022.

Dispõe sobre O DEFERIMENTO de ABONO PERMANÊNCIA - PROCESSO nº 2021/178772.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I – Deferir abono de permanência, de acordo com o art. 22-A da Lei Complementar nº 39/2022, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 128/2020, o servidor JOSÉ DOS SANTOS ALVES, Matrícula nº 5411548/1, ocupante do cargo/função de Escrivão de Polícia, pertencente ao quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA.

II – Esta Portaria produzirá seus efeitos a partir do efetivo pagamento pela SEPLAD.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 817046

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020. Considerando o que estabelece o Art. 8 da Portaria MPS n.º 519, de 24/08/2011.

RESOLVE tornar público a íntegra do Conteúdo do Boletim Previdenciário, referente ao MÊS DE MAIO DE 2022.

CONTEÚDO DO BOLETIM PREVIDENCIÁRIO - 05/2022

DADOS FORNECIDOS PELA COORDENADORIA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS - CCOB

Dados somente do Executivo
Benefícios concedidos

TIPO	QUANTITATIVO
Aposentadoria	284
Pensão	141
Reserva/Reforma	71
Total	496

CONTEÚDO DO BOLETIM PREVIDENCIÁRIO 2022
DADOS FORNECIDOS PELA COORDENADORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COAF – MAIO
Beneficiários e Segurados

TIPO	QUANTITATIVO			
	FUNPREV	FINANPREV	SPSM	TOTAL
Inativo	0	30.013	9.223	39236
Pensionista	17	8.096	3.452	11565
Total	17	38.109	12.675	50801

TIPO	VALOR DA FOLHA			
	FUNPREV	FINANPREV	SPSM	TOTAL
Inativo	0	234.723.020,96	107.947.987,37	342.671.008,30
Pensionista	95.710,23	43.708.782,01	22.607.124,08	66.411.616,32
Total	95.710,23	278.431.802,97	130.555.111,45	409.082.624,65

RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS/PA
FOLHA DE PAGAMENTO
SPSM
Arrecadado: 53.196.633,40
FUNPREV
Arrecadado: 6.768.693,00
Resultado dos Investimentos: 30.165.767,56
FINANPREV
Arrecadado: 173.448.389,73
Resultado dos Investimentos: 3.615.953,00
FUNPREV

Contribuição do Segurado	3.394.965,82
Contribuição Patronal	3.394.965,82
Rendimento no período	30.165.767,56

FONTE: COAF/IGEPREV.
FINANPREV

Contribuição do Segurado	62.886.275,19
Contribuição Patronal	110.562.114,54
Saldo Positivo	
Reserva Finanprev (2019/2020)	
Salário Família	-9.496,48
Rentabilidade - (2022)	
Superávit	
Lei complementar 125/19 Rentabilidade - (2019)	
Rendimento no período	3.615.953,00
Aporte	-104.973.916,76

FONTE: COAF/IGEPREV.
SPSM

Contribuição SPSM segurado	19.601.689,49
Contribuição SPSM patronal	33.594.943,91
Aporte Complementar	-77.358.088,85
Salário Família	-389,20

FONTE: COAF/IGEPREV.

FUNPREV	ALE-PA	TCE	MPC/PA	TCM	MP-C/M	TJE	MPE	JME.	DEF. PUB.
Contribuição do Segurado		115.165,62	41.080,15			1.075.764,46	110.143,48		
Contribuição do Patronal:		115.165,62	41.080,15			1.075.764,46	110.143,48		

FONTE: COAF/IGEPREV.

FINANPREV	ALEPA	TCE	MPC/PA	TCM	MPC/M	TJE	MPE	DEF. PUB
Contribuição Segurado	2.109.039,53	884.194,44	135.424,88	695.699,12	56.427,05	7.559.262,67		1.748.888,80
Contribuição Patronal	3.464.850,65	1.452.605,16	222.483,88	1.142.934,23	92.701,57	12.418.224,68		2.873.174,46
Rentabilidade								
(Lei Complementar n.º 125/19) - 2019								
Contribuição Segurado Superávit								
Contribuição Patronal Superávit								
Tesouro Superávit								
Saldo Positivo	589.787,29					4.472.716,75		598.392,75
Aporte		-1.932.804,39	-190.490,61	-345.713,63				

FONTE: COAF/IGEPREV.
CONTEÚDO DO BOLETIM PREVIDENCIÁRIO 2022
DADOS FORNECIDOS PELO NÚCLEO DE GESTÃO DE INVESTIMENTO – NUGIN – MAIO

CARTEIRA FUNPREV - MAIO 2022				
	ATIVOS	Rendimento	PL	% Carteira
RENTA FIXA	Art. 7º, I, "b" - Fundos de Investimentos 100% Títulos Públicos	R\$ 16.782.910,77	R\$ 1.972.189.684,80	46,62%
	BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 1.705.019,87	R\$ 223.168.741,65	5,28%
	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 232.926,84	R\$ 35.907.107,65	0,85%
	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 665.816,34	R\$ 103.248.633,41	2,44%
	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA VI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 718.881,47	R\$ 99.533.184,06	2,35%
	BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 304.263,96	R\$ 47.261.847,09	1,12%
	BTG PACTUAL 2024 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 46.335,60	R\$ 7.683.765,84	0,18%
	BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	R\$ 432.251,84	R\$ 48.533.443,97	1,15%
	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	R\$ 2.634.195,86	R\$ 249.970.205,98	5,91%
	CAIXA BRASIL 2024 IV TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 337.448,28	R\$ 38.351.733,72	0,91%
	CAIXA BRASIL 2024 V TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 279.220,00	R\$ 31.751.320,00	0,75%
	CAIXA BRASIL 2024 I TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 468.960,00	R\$ 53.235.750,00	1,26%
	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R\$ 1.130.499,90	R\$ 148.977.612,06	3,52%
	CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R\$ 1.528.613,23	R\$ 180.695.989,39	4,27%
	ITAÚ INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA I	R\$ 1.729.834,80	R\$ 227.370.669,76	5,37%
	SAFRA IMA FIC RENDA FIXA	R\$ 364.819,86	R\$ 37.165.399,84	0,88%
	WESTERN ASSET IMA-B ATIVO RENDA FIXA	R\$ 326.390,16	R\$ 39.731.472,13	0,94%
	WESTERN ASSET ATIVO MAX FI RENDA FIXA	R\$ 184.623,57	R\$ 24.796.493,71	0,59%
	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R\$ 2.609.133,67	R\$ 266.613.454,46	6,30%
	ITAÚ INSTITUCIONAL LEGEND FIC RENDA FIXA LP	R\$ 1.083.675,52	R\$ 108.192.860,07	2,56%
	Art. 7º, III, "a" - Fundos de Renda Fixa Geral	R\$ 12.217.829,96	R\$ 1.188.961.125,20	28,11%
	CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	R\$ 3.413.854,14	R\$ 341.953.191,71	8,08%
	XP INFLAÇÃO FI RENDA FIXA REFERENCIADO IPCA LP	R\$ 255.057,64	R\$ 27.374.411,18	0,65%
	BRDESCO H NILO FI RENDA FIXA	R\$ 617.981,72	R\$ 74.889.230,25	1,77%
	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 5.673.160,25	R\$ 537.776.344,30	12,71%
	WESTERN ASSET ATIVO FI RENDA FIXA	R\$ 925.591,94	R\$ 84.526.250,55	2,00%
	ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO RF LP FIC	R\$ 1.314.331,66	R\$ 120.741.298,38	2,85%
	BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA*	R\$ 17.852,61	R\$ 1.700.398,84	0,04%
	Art. 7º, V,"a" - FIDC Cota Senior	-R\$ 14.469,27	R\$ 2.202.030,63	0,05%
	BBIF MASTER FIDC LP	-R\$ 14.469,27	R\$ 2.202.030,63	0,05%
	Art. 7º, inciso V, alínea "b"	R\$ 217.113,43	R\$ 19.184.612,72	0,45%
	SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	R\$ 217.113,43	R\$ 19.184.612,72	0,45%
	SUBTOTAL RENDA FIXA	R\$ 29.203.384,88	R\$ 3.182.537.453,35	75,23%
RENTA VARIÁVEL INVESTIMENTOS NO EXTERIOR RENTA VARIÁVEL	ATIVOS	RENDIMENTO	PL	% CARTEIRA
	Art. 8º, inciso I - Fundos de Ações	R\$ 6.216.207,99	R\$ 541.368.157,34	12,80%
	ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	R\$ 429.592,87	R\$ 14.274.214,77	0,34%
	CAIXA BRASIL INDEXA IBOVESPA FI AÇÕES	R\$ 69.040,14	R\$ 2.253.068,91	0,05%
	AZ QUEST AÇÕES FIC AÇÕES	R\$ 32.908,68	R\$ 1.420.905,13	0,03%
	BNP PARIBAS ACTION FIC AÇÕES	R\$ 60.262,48	R\$ 3.584.270,57	0,08%
	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	-R\$ 130.457,62	R\$ 5.084.102,41	0,12%
	BRDESCO MID SMALL CAPS FI AÇÕES	R\$ 288.894,13	R\$ 19.002.373,95	0,45%
	BRDESCO VALUATION IBOVESPA FI AÇÕES	R\$ 89.298,82	R\$ 3.635.887,96	0,09%
	BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	-R\$ 551.363,75	R\$ 87.208.289,90	2,06%
	ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	R\$ 77.899,26	R\$ 2.754.287,17	0,07%
	ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	R\$ 1.417.532,92	R\$ 38.946.190,78	0,92%
	ITAÚ INSTITUCIONAL FUND OF FUNDS GENESIS FIC AÇÕES	R\$ 230.441,51	R\$ 29.255.091,23	0,69%
	ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	R\$ 13.035,83	R\$ 72.907.592,32	1,72%
	VINCI MOSAICO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	R\$ 1.167.219,09	R\$ 52.330.842,22	1,24%
	VINCI SELECTION EQUITIES FI AÇÕES	R\$ 556.839,66	R\$ 22.027.717,03	0,52%
	AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	-R\$ 286.265,21	R\$ 31.685.154,83	0,75%
	SAFRA EQUITY PORTFOLIO PB FIC AÇÕES	R\$ 52.762,74	R\$ 14.760.996,89	0,35%
	BAHIA AM VALUATION FIC AÇÕES	R\$ 969.402,50	R\$ 42.732.421,66	1,01%
	OCCAM FIC AÇÕES	R\$ 674.748,70	R\$ 21.440.628,97	0,51%
	BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	R\$ 1.464.301,60	R\$ 41.245.782,30	0,97%
	SAFRA AÇÕES LIVRE FIC AÇÕES	-R\$ 409.886,34	R\$ 34.818.338,33	0,82%
	SUBTOTAL RENDA VARIÁVEL	R\$ 6.216.207,99	R\$ 541.368.157,34	12,80%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	ATIVOS	RENDIMENTO	PL	% CARTEIRA
	Art. 9º, inciso II - Fundos Abertos - Investimentos no Exterior	-R\$ 862.164,20	R\$ 50.887.890,06	1,20%
	VINCI INTERNACIONAL INVEST.EXTERIOR FIC MULTIMERCADO	-R\$ 296.258,33	R\$ 7.294.672,60	0,17%
	WESTERN ASSET MACRO OPPORTUNITIES INVEST. EXTERIOR FI MULTI.	R\$ 288.877,14	R\$ 22.139.161,47	0,52%
	LM CLEARBRIDGE US LARGE CAP GROWTH INVEST. EXTERIOR FI AÇÕES	-R\$ 854.783,02	R\$ 21.454.055,99	0,51%
	Art. 9º, inciso III - Fundos de Ações BDR - nível I	-R\$ 6.397.965,32	R\$ 107.534.833,90	2,54%
	CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	-R\$ 3.390.359,69	R\$ 73.020.871,55	1,73%
	WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	-R\$ 3.007.605,64	R\$ 34.513.962,35	0,82%
	SUBTOTAL INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-R\$ 7.260.129,53	R\$ 158.422.723,96	3,74%

ESTRUTURADOS	ATIVOS	RENDIMENTO	PL	% CARTEIRA
	Art. 10º, inciso I - Fundos Multimercados	R\$ 2.322.995,35	R\$ 263.765.362,12	6,23%
	SAFRA S&P REALS PB FI MULTIMERCADO	R\$ 226.210,00	R\$ 23.921.541,86	0,57%
	WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	R\$ 414.226,34	R\$ 46.811.380,45	1,11%
	VINCI VALOREM FI MULTIMERCADO	R\$ 241.630,69	R\$ 37.661.434,02	0,89%
	BRADESCO MACRO INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	R\$ 84.431,57	R\$ 7.392.265,62	0,17%
	CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	R\$ 1.045.306,01	R\$ 114.792.836,03	2,71%
	ITAU PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO	R\$ 311.190,74	R\$ 33.185.904,14	0,78%
	Art. 10º, inciso II, alínea "a" - Fundo de Participações (FIP)	-R\$ 316.691,17	R\$ 84.307.933,39	1,99%
	BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FICFIP	-R\$ 358.251,30	R\$ 9.141.874,17	0,22%
	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTIT. I MULTIESTRATÉGIA FIP	R\$ 41.560,12	R\$ 75.166.059,21	1,78%
	SUBTOTAL ESTRUTURADOS	R\$ 2.006.304,17	R\$ 348.073.295,51	8,23%
	TOTAL FUNPREV	R\$ 2.322.995,35	R\$ 263.765.362,12	6,23%

Movimentação FUNPREV

DATA	APLICAÇÃO	RESGATE	FUNDO DE INVESTIMENTO	DATA
10/05/2022		R\$ 3.000.000,00	CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	10/05/2022
19/05/2022		R\$ 2.300.000,00	CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	19/05/2022
27/05/2022		R\$ 700.000,00	CAIXA NOVO BRASIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO IMA-B LP	27/05/2022
TOTAL	R\$ -	R\$ 6.000.000,00		TOTAL

CARTEIRA FINANPREV - MAIO 2022				
	ATIVOS	Rendimento	Patrimônio Líquido	% Carteira
	Art. 7º, I, "b" - FI 100% Títulos Públicos	R\$ 146.357,65	R\$ 16.482.779,08	5,27%
	CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TITULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R\$ 95.308,93	R\$ 11.266.383,00	3,60%
	ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R\$ 51.048,72	R\$ 5.216.396,07	1,67%
	Art. 7º, II - Operações Compromissadas	R\$ 947.338,71	R\$ 24.421.689,60	7,80%
	Operações Compromissadas - LFT	R\$ 947.338,71	R\$ 24.421.689,60	7,80%
	Art. 7º, III, "a" - Fundos de Renda Fixa Geral	R\$ 2.071.941,82	R\$ 230.247.074,16	73,55%
	BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 19.672,58	R\$ 1.864.824,96	0,60%
	WESTERN ASSET ATIVO FI RENDA FIXA	R\$ 481.949,97	R\$ 44.012.293,09	14,06%
	PORTO SEGURO CLÁSSICO FIC RENDA FIXA LP	R\$ 121.193,99	R\$ 15.485.397,88	4,95%
	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	R\$ 201.218,73	R\$ 18.941.447,11	6,05%
	BRADESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 226.487,76	R\$ 20.896.366,76	6,67%
	SANTANDER ATIVO FIC RENDA FIXA	R\$ 305.248,88	R\$ 37.558.671,22	12,00%
	SANTANDER CRESCIMENTO INSTITUCIONAL ADVANCED FIC RENDA FIXA	R\$ 292.414,66	R\$ 27.409.301,04	8,76%
	BB INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	R\$ 423.755,24	R\$ 64.078.772,12	20,47%
	Art. 7º, inciso V, alínea "b" - Fundos de Crédito Privado	R\$ 450.318,96	R\$ 41.903.882,52	13,39%
	BTG PACTUAL YIELD FI RF REFERENCIADO DI CRÉDITO PRIVADO	R\$ 450.318,96	R\$ 41.903.882,52	13,39%
	TOTAL FINANPREV	R\$ 3.615.957,14	R\$ 313.055.425,36	100%

CARTEIRA SPSM - MAIO 2022			
ATIVOS	RENDIMENTO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	% CARTEIRA
Art. 7º, II - Operações Compromissadas	R\$ 147.289,54	R\$ -	0,00%
Operações Compromissadas - LFT	R\$ 147.289,54	R\$ -	0,00%
TOTAL FINANPREV	R\$ 147.289,54	R\$ -	100%

PL POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA			
Data-Base: 31/05/2022			
CAIXA	R\$ 1.265.210.409,46		26,30%
BANCO DO BRASIL	R\$ 1.155.785.636,38		24,02%
ITAU	R\$ 919.423.096,33		19,11%
WESTERN ASSET	R\$ 317.985.069,74		6,61%
BRADESCO	R\$ 174.349.568,51		3,62%
BTG PACTUAL	R\$ 145.937.812,43		3,03%
VINCI PARTNERS	R\$ 119.344.014,34		2,48%
SAFRA	R\$ 110.666.276,93		2,30%
SANTANDER	R\$ 84.152.584,98		1,75%
KINEA	R\$ 75.166.059,21		1,56%
BAHIA	R\$ 42.732.421,66		0,89%
AZ QUEST	R\$ 33.106.059,95		0,69%
XP INVESTIMENTO	R\$ 27.374.411,18		0,57%
BANPARÁ	R\$ 24.421.689,60		0,51%
OCCAM	R\$ 21.440.628,97		0,45%
PORTO SEGURO	R\$ 15.485.397,88		0,32%
BNP PARIBAS	R\$ 8.668.372,98		0,18%
BRASIL PLURAL	R\$ 2.202.030,63		0,05%
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	R\$ 267.537.733,93		5,56%
TOTAL	R\$ 4.810.989.275,09		100,00%

Distribuição e Enquadramento dos Investimentos IGEPREV/PA (FUNPREV+FINANPREV+SPSM)								
Data-Base: 31/05/2022								
Política de Investimentos 2022								
Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R\$)	Carteira %		Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		3.495.592.878,71	76,94%	100,00%		70,05%		100%
Art. 7º, I, "b"	Fundos RF 100% Títulos Públicos	1.988.672.463,88	43,77%	100,00%	0,00%	30,00%	55,00%	100,00%
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	24.421.689,60	0,54%	5,00%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7º, III "a"	Fundos de Renda Fixa conforme CVM	1.419.208.199,37	31,24%	70,00%	0,00%	18,00%	40,00%	70,00%
Art. 7º, V "a"	FIDC Cota Senior	2.202.030,63	0,05%	10,00%	0,00%	0,05%	1,00%	10,00%
Art. 7º, V "b"	Fundos de Crédito Privado	61.088.495,24	1,34%	10,00%	0,00%	2,00%	5,00%	10,00%
Renda Variável		541.368.157,34	11,92%	40,00%		12,50%		40%
Art. 8º, I "a"	Fundos de Ações CVM	541.368.157,34	11,92%	40,00%	0,00%	12,50%	20,00%	40,00%
Exterior		158.422.723,96	3,49%	10,00%		8,95%		10%
Art. 9º, II "a"	Fic - Aberto- Investimento no Exterior	50.887.890,06	1,12%	10,00%	0,00%	6,45%	10,00%	10,00%
Art. 9º, III "a"	Fundos de Ações - BDR Nível I	107.534.833,90	2,37%	10,00%	0,00%	2,50%	10,00%	10,00%
Estruturados		348.073.295,51	7,66%	20,00%		8,50%		20%
Art. 10º, I, "a"	Fundos Multimercados	263.765.362,12	5,81%	10,00%	0,0%	5,00%	10,00%	10,0%
Art. 10º, II	Fundos de Participações (FIP)	84.307.933,39	1,86%	5,00%	0,0%	3,50%	5,00%	5,0%
Total da Carteira		R\$ 4.543.457.055,52	100,00%			100,00%		
Fonte: NUGIN								

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA da Portaria Nº 130 de 23 de Junho de 2022 publicada no DOE Nº 35.020 de 23 de Junho de 2022 – Protocolo nº 818627.

Onde se lê: ...,ANA CAROLINA CUTRIM...

Leia-se: ...,ANA CAROLINA FURTADO CUTRIM SOUZA...

ERRATA da Portaria Nº 115 de 07 de Junho de 2022 publicada no DOE Nº 35.020 de 23 de Junho de 2022 – Protocolo nº 818700.

Onde se lê: Portaria Nº 115 DE 07 DE JUNHO DE 2022.

Leia-se: Portaria Nº 123 DE 07 DE JUNHO DE 2022.

Protocolo: 826464

AVISO DE LICITAÇÃO

**MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 01/2022
PROCESSO Nº 188515/2021**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL NATURAL.

Entrega do edital: www.compras.gov.br; www.compraspara.pa.gov.br

Data da abertura: 21/07/2022.

Horário: 09h (Horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

UASG: 462264

Ordenador Responsável: ELISANGELA MARA DA SILVA JORGE.

Responsável pelo certame: Paula Adriane da Silva Costa.

Belém, 08 de julho de 2022.

Protocolo: 826308

FÉRIAS

Portaria Nº. 124 de 30 de Junho de 2022.

A DIRETORA GERAL INTERINA DA ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-EGPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 6.569 de 06 de agosto de 2003, e posteriores alterações: e, CONSIDERANDO o que dispõe o art. 74 da Lei nº5.810 de 24 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

Conceder, 15 (quinze) dias de férias regulamentares a servidora RENATA KELLY ASSIS DA SILVA, Id. funcional nº 57192950, ocupante do cargo de Professor Classe I, lotada no CDHP/EGPA, no período de 11/07 a 25/07/2022, e o restante de outros 15 (quinze) dias para o período de 19/09 a 03/10/2022, relativas ao período aquisitivo de 2021/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ELISANGELA MARA DA SILVA JORGE

Diretora Geral Interina

Protocolo: 826402

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

Portaria Nº 1348 DE 06 DE JULHO DE 2022

R E S O L V E:

CONCEDER, 30 (Trinta) dias de férias regulamentares no mês Agosto/2022 aos servidores deste órgão conforme discriminado abaixo:

GABINETE DO SECRETÁRIO

Matrícula Nome Período Aquisitivo Fração Período Gozo

54180142 Jenner Oliveira Ribeiro 17/01/2021 - 16/01/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

DIRETORIA DO TESOUREO ESTADUAL

57205967 Nilton Sergio Martins Carvalho 24/10/2020 - 23/10/2021 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

00027375 Denise Maria Ferreira Soeiro Moreira 13/08/2021 - 12/08/2022 1º

16/08/2022 - 30/08/2022

DIRETORIA DE GESTAO CONTABIL E FISCAL

05333288 Silvio Gomes da Costa 25/06/2021 - 24/06/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

JULGADORIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

05852439 Daniel Fraiha Pegado 29/07/2021 - 28/07/2022 1º

01/08/2022 - 12/08/2022

05914750 Daniel Hissa Maia 29/07/2020 - 28/07/2021 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

05914785 Guilherme Fonseca de Oliveira Mello 29/07/2020 - 28/07/2021 2º

22/08/2022 - 05/09/2022

ESCOLA FAZENDÁRIA

03249476 Ana Maria Nepomuceno de Lima 01/08/2021 - 31/07/2022 1º

03/08/2022 - 01/09/2022

05902483 Carlos Alberto Jorge de Oliveira Junior 18/05/2021 - 17/05/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

55589954 Marinéa do Socorro C dos Santos 01/08/2021 - 31/07/2022 1º

15/08/2022 - 13/09/2022

00002380 Rui Guilherme Pereira da Costa 01/07/2021 - 30/06/2022 1º

15/08/2022 - 13/09/2022

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS ESTRATÉGICOS

07004206 Ana Marcia Souza Pantoja 15/07/2021 - 14/07/2022 1º

01/08/2022 - 15/08/2022

CORREGEDORIA FAZENDÁRIA

54190793 Paulo Takashi Sawaki Filho 09/06/2021 - 08/06/2022 1º

01/08/2022 - 12/08/2022

CONSULTORIA JURÍDICA

08014582 Jose da Silva Nava Junior 19/05/2021 - 18/05/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

05190851 Nazare Maria Sa de Azevedo 06/07/2021 - 05/07/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

DIRETORIA DE TRIBUTAÇÃO

57176048 Marcelo Amaral Teixeira 29/07/2021 - 28/07/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

05915258 Rodrigo do Amaral Campos 29/07/2021 - 28/07/2022 1º

23/08/2022 - 06/09/2022

DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E INFORMAÇÕES FAZENDÁRIAS

05914771 Pedro Martins Leal 29/07/2020 - 28/07/2021 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

03254968 Dinorah Pedreira Oliveira 04/07/2021 - 03/07/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

00455725 Mirthes Ines de Jesus Lago M de Melo 01/08/2021 - 31/07/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

05132401 Jose Luciano da Costa 18/05/2021 - 17/05/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

03249573 Lorena Costa Nauar Lisboa 01/07/2021 - 30/06/2022 1º

08/08/2022 - 22/08/2022

05144280 Lucia de Fatima Silva da Silva 01/08/2021 - 31/07/2022 1º

29/08/2022 - 27/09/2022

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

05132398 Jose Otavio Bandeira Costa 06/08/2020 - 05/08/2021 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

02007525 Ines Socorro Rodrigues M Miranda 01/08/2021 - 31/07/2022 1º

01/08/2022 - 15/08/2022

05154812 Luiz Claudio Jorge Cardoso 02/07/2021 - 01/07/2022 1º

15/08/2022 - 13/09/2022

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

05914763 Lucas Savegnago de Souza 29/07/2020 - 28/07/2021 2º

16/08/2022 - 02/09/2022

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

05144337 Eliete da Silva Nascimento 01/08/2021 - 31/07/2022 1º

01/08/2022 - 15/08/2022

00001597 Maria de Jesus Brígido N Thomaz 15/05/2021 - 14/05/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

03156370 Jose Antonio Cambra Gouveia 18/06/2021 - 17/06/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

03245713 Sidney Marília de Sousa L Cavalcante 01/06/2021 - 31/05/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

54183271 Paula Regina Castro Martins 09/06/2020 - 08/06/2021 1º

22/08/2022 - 20/09/2022

05899185 Sonia Maria Calice Auad 19/12/2020 - 18/12/2021 2º

16/08/2022 - 30/08/2022

05149142 Patricia Silva da Silva 02/01/2021 - 01/01/2022 1º

08/08/2022 - 06/09/2022

05945852 Thamiris Cristiane do Prado Vaz 08/01/2021 - 07/01/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

00025720 Sophia Chie Horiguchi Garcia 01/01/2021 - 31/12/2021 2º

16/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC. REG.DE ADM. TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BELÉM

03247325 Mauro Lourenco Goncalves 06/11/2020 - 05/11/2021 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

05914787 Matheus de Oliveira Mazza 29/07/2021 - 28/07/2022 1º

01/08/2022 - 10/08/2022

05139970 Laura Maria de Oliveira Souto 11/07/2021 - 10/07/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

05141303 Maria das Gracas Miranda 01/07/2021 - 30/06/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

55585607 Adolpho Gerson da Silva Monteiro 24/07/2021 - 23/07/2022 1º

01/08/2022 - 10/08/2022

05914718 Ilyich Dantas Diniz 29/07/2020 - 28/07/2021 1º

16/08/2022 - 25/08/2022

05552753 Fabio Moreira Faro 07/10/2020 - 06/10/2021 2º

08/08/2022 - 22/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC. REG.DE ADM. TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE CASTANHAL

02007819 Ionara Mesquita Magalhaes 09/07/2021 - 08/07/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

05914761 Marco Antonio Ribeiro 29/07/2021 - 28/07/2022 1º

01/08/2022 - 30/08/2022

54191930 Andre Braga Mendes Carneiro 23/09/2020 - 22/09/2021 1º

16/08/2022 - 14/09/2022

COORDENAÇÃO EXEC. REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE MARABÁ
 05914769 Leonardo Haeffner 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 54186045 Milton da Conceicao Sousa da Silva 07/06/2021 - 06/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05143993 Jose Claudio Rodrigues Leite 28/08/2020 - 27/08/2021 2º 01/08/2022 - 15/08/2022
 00048674 Carlos Alberto da Silva Portugal 26/06/2021 - 25/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05915311 Sandro Gaudereto Borsatto 29/07/2019 - 28/07/2020 1º 22/08/2022 - 20/09/2022

COORDENAÇÃO EXEC. REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIB.DE SANTARÉM
 05914728 Josias da Conceição Moita 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05138566 Maria do Socorro da Silva 10/07/2021 - 09/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 00003336 Raimunda dos Santos Ribeiro 01/07/2021 - 30/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03249948 Sergio Roberto Marques de Carvalho 25/06/2021 - 24/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REGIONAL DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BREVES
 05143985 Jose Maria Oliveira do Nascimento 01/08/2021 - 31/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE ABAETETUBA
 03246930 Vanda do Socorro Silva Maciel 02/07/2021 - 01/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 02006642 Afonso Cardoso de Castro Junior 10/07/2021 - 09/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE REDENÇÃO
 06030025 Aurea Nei de Lima Guedes Nunes 20/06/2021 - 19/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05128838 Antonio do Nascimento de Oliveira 21/05/2021 - 20/05/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE PARAGOMINAS
 03248526 Paulo Sergio Pinto Debs 14/03/2021 - 13/03/2022 2º 15/08/2022 - 29/08/2022
 05091683 Antonio Algenor Gomes de Freitas 05/03/2021 - 04/03/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE MARITUBA
 05570107 Helenize Helena Lobato da Silva 26/11/2020 - 25/11/2021 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03246337 Carlos Alberto Ribeiro de Oliveira 01/02/2021 - 31/01/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05286719 Claudio Emanuel Chene 22/04/2021 - 21/04/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05108691 Salim Bechara Resque Filho 10/11/2020 - 09/11/2021 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE ALTAMIRA
 03249514 Paulo Sergio de Alencar Beckmann 12/07/2021 - 11/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE CAPANEMA
 05858100 Danilo Goncalves de Souza 13/05/2021 - 12/05/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03251411 Oscar Correa Bastos 12/06/2021 - 11/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE TUCURUÍ
 03252159 Jose Maria Lima Gomes 17/06/2021 - 16/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC. ESPECIAL DE ADM.TRIB. DE GRANDES CONTRIBUINTES
 00054267 Sandra Maria Leao Moreira 11/05/2021 - 10/05/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03342980 Ana Lafayett Pinto Franco 22/04/2021 - 21/04/2022 2º 29/08/2022 - 12/09/2022
 03244024 Sandra Maria Silva da Cunha 01/08/2021 - 31/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03251098 Leila Maria Villas Norat 03/08/2021 - 02/08/2022 1º 04/08/2022 - 02/09/2022

COORDENAÇÃO EXEC. ESPECIAL DE ADM.TRIB. DE SUBST. TRIBUTÁRIA
 05588286 Lucinda Pinheiro de Sousa 26/11/2019 - 25/11/2020 2º 01/08/2022 - 20/08/2022
 02056593 Antonio Manoel da Silva Bitencourt 11/05/2021 - 10/05/2022 1º 08/08/2022 - 06/09/2022
 05616450 Maria do Rosario Arrais Almeida 07/03/2021 - 06/03/2022 1º 08/08/2022 - 06/09/2022
 03198723 Mauricio Araujo Cardoso 01/10/2020 - 30/09/2021 1º 01/08/2022 - 12/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC. ESPECIAL DE ADM.TRIB. DE MICRO E PEQ.EMPRESAS
 05914745 Caio Augusto Gibertoni Gomes 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXEC. ESPECIAL DE ADM.TRIB. DO IPVA E ITCD
 03250520 Pedro Celestino Gomes Albino 10/03/2021 - 09/03/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05914734 Afranio de Oliveira Barbosa Neto 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05914901 Jose Moreira Neto 29/07/2020 - 28/07/2021 1º 16/08/2022 - 30/08/2022
 05914939 Allan do Socorro Miranda do E Santo 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO
 05144108 Simone Pontes de Figueiredo 01/08/2021 - 31/07/2022 1º 01/08/2022 - 15/08/2022
 05140161 Antonio Pedro de Farias Bastos 01/08/2021 - 31/07/2022 1º 16/08/2022 - 31/08/2022
 00050075 Antonio Carlos Botelho de Moraes 28/07/2021 - 27/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05128056 Marcia Maria Serra Monteiro 01/01/2021 - 31/12/2021 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 00004308 Angela Cardoso Vilhena 13/06/2021 - 12/06/2022 1º 16/08/2022 - 31/08/2022
 05132568 Augusto Nagel Dias Alves 11/05/2021 - 10/05/2022 1º 29/08/2022 - 27/09/2022
 05128579 Marilene Rodrigues de Araujo 11/05/2021 - 10/05/2022 1º 01/08/2022 - 15/08/2022
 00032336 Odinaldo de Oliveira e Silva 01/06/2020 - 31/05/2021 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05539390 Fernando Jose Bentes da Costa Nunes 27/08/2021 - 26/08/2022 1º 29/08/2022 - 27/09/2022
 00048100 Ezequiel Freitas Pereira 06/08/2021 - 05/08/2022 1º 08/08/2022 - 06/09/2022
 05208734 Edevaldo Barroso Estumano 21/10/2020 - 20/10/2021 1º 15/08/2022 - 13/09/2022

COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ITINGA
 02007592 Ailene Maria Antony Cunha 01/08/2021 - 31/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03249247 Marco Antonio Farias de Brito 21/06/2021 - 20/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 02007924 Valdir Espinheiro Pismel Junior 17/02/2021 - 16/02/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03251004 Helena Favacho Castro 08/05/2021 - 07/05/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 54187787 Edivaldo Ferreira Fontenele 04/10/2020 - 03/10/2021 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05914752 Carlos Batista dos Santos Junior 29/07/2020 - 28/07/2021 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03251640 Artemio Beckmann Sobrinho 16/06/2021 - 15/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05139180 Ana Claudia Gomes Lacorte 01/07/2021 - 30/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ARAGUAIA
 05914712 Claudio Jose da Silva 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03252140 Ivete Goncalves de Araujo 17/06/2021 - 16/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO GURUPI
 05914760 Leonardo Barreiros Cruz 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 15/08/2022
 05154219 Jose Haroldo Ribeiro Matos 01/07/2021 - 30/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03251551 Alice Maria Trindade Monteiro 16/06/2021 - 15/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05059321 Nemias Carvalho da Silva 10/07/2021 - 09/07/2022 1º 02/08/2022 - 31/08/2022
 05915248 Rafael Guersoni Brasil 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05914803 Eduardo Duarte de Oliveira Junior 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DA BASE CANDIRÚ
 05914788 Gilcemir Aparecido Nardelli 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DA SERRA DO CACHIMBO
 05144140 Simone Cruz da Silva 01/08/2021 - 31/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05128552 Jaques Lopes da Cunha 21/05/2021 - 20/05/2022 2º 17/08/2022 - 31/08/2022

COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS.DE PORTOS E AEROPORTOS
 05914740 Adalberto de Oliveira Couto 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05151945 Nilda Maria Araujo Pereira 01/08/2021 - 31/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05914945 Luis Claudio Oliveira do Nascimento 29/07/2021 - 28/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05141630 Joao Correa Furtado 16/07/2021 - 15/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05132517 Edina Maria Silva Setubal 17/05/2020 - 16/05/2021 1º 01/08/2022 - 30/08/2022

COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS.DE CARAJÁS
 05721717 Francisca Martins da Silva 01/07/2021 - 30/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 00026115 Juarez do Couto Pastana 09/07/2021 - 08/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 00045497 Jose Ailton da Silva 07/08/2020 - 06/08/2021 1º 08/08/2022 - 06/09/2022

00045063 Clemencia Araujo Neta 30/07/2021 - 29/07/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 03247376 Valter Sebastiao Matos Lobato 21/03/2021 - 20/03/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
 05723400 Oneide da Mota Rodrigues 01/07/2021 - 30/06/2022 1º 01/08/2022 - 15/08/2022
 03251420 Mario Portugal de Sousa 12/06/2021 - 11/06/2022 1º 01/08/2022 - 30/08/2022
ANIDIO MOUTINHO DA CONCEICAO
 Diretor de Administração, em exercício

Protocolo: 826015

Portaria Nº 1423 DE 07 DE JULHO DE 2022.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 451 de 13/02/2019 (publicada no D.O.E. nº 33.805 de 15/02/2019),
RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os servidores RILTON HAROLDO SANTOS REGATEIRO, Identificação Funcional nº 5361281/03, Secretário de Gabinete e MARLY ANNE OLIVIER DE OLIVEIRA NOBUMASA, Identificação Funcional nº 57191447/01, Assistente Administrativo, para atuarem respectivamente do como Fiscal Titular e substituto do CONTRATO Nº 049/2022/SEFA, firmado entre a SEFA e M.M DOS SANTOS COMERCIO DE INFORMATICA.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

ANIDIO MOUTINHO

Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

Protocolo: 826112

PORTARIAS DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO IPVA CAIF/DTR**Portaria Nº 2022330002522, de 04 de julho de 2022**

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: ANA MARIA BAIA LOPES.

CPF: 243.224.152-53.

MARCA/MODELO: RENAULT/CAPTUR LIFE 16 A.

CHASSI: 93YRHAMH7LJ090077.

Portaria Nº 2022330002519, de 04 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: EDILSON MAUES RIBEIRO.

CPF: 286.984.442-53.

MARCA/MODELO: TOYOTA/COROLLA GLI18 CVT.

CHASSI: 9BRBLWHE9G0042267.

Portaria Nº 2022330002517, de 04 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: JOAO PEDRO BOUCAO DA SILVA BATISTA.

CPF: 022.040.782-71.

MARCA/MODELO: HYUNDAI/CRETA 16A ATTITU.

CHASSI: 9BHGA811BMP189287.

Portaria Nº 2022330002520, de 04 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: MARIA IVANILDA MARECO DA SILVA.

CPF: 038.759.622-49.

MARCA/MODELO: NISSAN/KICKS SENSE CVT.

CHASSI: 94DFCAP15NB111418.

Portaria Nº 2022330002516, de 04 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: NAILSON ESTUMANO DA PAIXAO.

CPF: 166.181.222-87.

MARCA/MODELO: NISSAN/KICKS S DRCT CVT.

CHASSI: 94DFCAP15KB103729.

Portaria Nº 2022330002518, de 04 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: RAYMUNDO DE MIRANDA LIMA.

CPF: 116.251.121-49.

MARCA/MODELO: TOYOTA/YARIS SA XL15LIVE.

CHASSI: 9BRBC9F37M8121338.

Portaria Nº 2022330002521, de 04 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: TAISSA ALEXANDRINA SANTOS NUNES.

CPF: 605.450.382-00.

MARCA/MODELO: HONDA/CITY LX FLEX.

CHASSI: 93HGM2620EZ206262.

Portaria Nº 2022330002523, de 05 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: ARTHUR KENJI FERNANDES ROSA.

CPF: 056.215.332-24.

MARCA/MODELO: JEEP/COMPASS LIMITED S.

CHASSI: 9886751C6MKK75562.

Portaria Nº 2022330002524, de 05 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: EDSON ANTONIO SIROTHEAU SERIQUE.

CPF: 001.491.602-91.

MARCA/MODELO: TOYOTA/COROLLA GLI UPPER.

CHASSI: 9BRBL3HE8K0184066.

Portaria Nº 2022330002527, de 05 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: ELZA ANTONIA BITTENCOURT QUARESMA.

CPF: 068.919.692-04.

MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE 1.8 AT.

CHASSI: 98861110XMK333946.

Portaria Nº 2022330002526, de 05 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: GABRIEL DO AMARAL ROSA CARDIM.

CPF: 026.169.722-63.

MARCA/MODELO: CITROEN/C4CACTUS FEEL A.

CHASSI: 9350WNFNYLB541281.

Portaria Nº 2022330002528, de 05 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: ISABELA KLAUTAU RIBEIRO.

CPF: 693.010.342-04.

MARCA/MODELO: TOYOTA/YARIS HA XL13LIVE.

CHASSI: 9BRKA9F3XL5032188.

Portaria Nº 2022330002529, de 05 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: JOAQUIM RODRIGUES SALES.

CPF: 062.637.832-06.

MARCA/MODELO: VW/T CROSS SENSE TSI AD.

CHASSI: 9BWBH6BF2L4093371.

Portaria Nº 2022330002525, de 05 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: LUI DAVI RAMOS MONTEIRO.

CPF: 037.596.772-90.

MARCA/MODELO: CHEV/TRACKER T A.

CHASSI: 9BGEX76H0MB129215.

Portaria Nº 2022330002530, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: ALINE MIRANDA DA SILVA.

CPF: 806.095.462-87.

MARCA/MODELO: NISSAN/KICKS S CVT.

CHASSI: 94DFCAP15KB134197.

Portaria Nº 2022330002537, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: BRUNO KAYKY FERREIRA GOMES.

CPF: 942.116.122-04.

MARCA/MODELO: CHEV/TRACKER T A.

CHASSI: 9BGEX76H0MB142449.

Portaria Nº 2022330002536, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: LILA CAROLINA MARINHO DE PINA.

CPF: 096.863.632-20.

MARCA/MODELO: FORD/KA FSL AT 1.5 HA C.

CHASSI: 9BFZH55S8K8322287.

Portaria Nº 2022330002535, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.

INTERESSADO: LUIZ FERNANDO DA SILVA FONSECA.

CPF: 395.705.332-34.

MARCA/MODELO: NISSAN/KICKS S DRCT CVT.

CHASSI: 94DFCAP15LB254973.

Portaria Nº 2022330002532, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
 BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
 INTERESSADO: PEDRO HENRIQUE SOUSA MOURA.
 CPF: 024.010.422-61.
 MARCA/MODELO: CHEV/TRAILBLAZER PRE D4A.
 CHASSI: 9BG156YK0LC414627.

Portaria Nº 2022330002533, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
 BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
 INTERESSADO: RAIMUNDA EDNEIA TAPAJOS MAFRA.
 CPF: 195.095.452-87.
 MARCA/MODELO: JEEP/RENEGADE 1.8 AT.
 CHASSI: 98861110XLK279194.

Portaria Nº 2022330002534, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
 BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
 INTERESSADO: RAUL NILO GUIMARAES VELASCO.
 CPF: 207.472.922-72.
 MARCA/MODELO: RENAULT/CAPTUR LIFE 16 A.
 CHASSI: 93YRHHM7KJ712891.

Portaria Nº 2022330002531, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
 BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
 INTERESSADO: SILVIA HELENA DIAS DE ARRUDA CAMARA BRASIL.
 CPF: 121.866.002-34.
 MARCA/MODELO: VW/T CROSS TSI AD.
 CHASSI: 9BWBH6BF8L4021459.

Portaria Nº 2022330002538, de 07 de julho de 2022

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para o ano de 2022.
 BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n. 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n. 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n. 04, de 25 de março de 2015.
 INTERESSADO: VITORIA SOUZA RESPLANDES.
 CPF: 040.388.962-69.
 MARCA/MODELO: CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ.
 CHASSI: 9BGKT69V0KG130029.

Protocolo: 826207**Portaria Nº 1436 DE 08 DE JULHO DE 2022.**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 451 de 13/02/2019 (publicada no D.O.E. nº 33.805 de 15/02/2019),
 RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os servidores MARLY ANNE OLIVIER DE OLIVEIRA NOBUMASA, Identificação Funcional nº 57191447/01, Assistente Administrativo lotada na Célula de Gestão de Recursos e Materiais – CGRM e JOSÉ ANTÔNIO CAMBRA GOUVEIA, Identificação Funcional nº 3217884/01, Técnico de Administração e Finanças, lotado na Célula de Gestão e Apoio Logístico - CGAL, para atuarem respectivamente como Fiscal Titular e substituto do CONTRATO Nº 044/2022/SEFA, firmado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA e a empresa JHONES PEREIRA DE SOUZA 52428125249.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

ANIDIO MOUTINHO

Diretor de Administração, em exercício - SEFA/PA

Protocolo: 826318**TERMO ADITIVO A CONTRATO****Termo aditivo: 5º****Contrato: 022/2018/SEFA**

Data da assinatura: 05/07/2022.

Da fundamentação Legal: fundamento no art. 65, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 por meio da Manifestação Jurídica nº 247/2022/CONJUR. Do objeto: Gestão no canal de atendimento via aplicativo WhatsApp da Secretária da Fazenda do Estado do Pará, autorizando a atuar no atendimento do whatsapp como empresa terceirizada e a liberação da ativação da plataforma blip (plataforma omnichannel) para a troca de mensagens com os usuários sem a possibilidade de bloqueio da linha, mantendo toda a segurança nessa canal de atendimento.

Contratado: T S J TELEMARKETING LTDA, inscrita sob CNPJ nº 07.567.687/0001-90, estabelecida na Travessa Ó de Almeida, nº 634 - altos, Bairro Reduto, CEP nº 66053-190, Belém/PA
 Ordenador, em exercício: ANIDIO MOUTINHO

Protocolo: 826122**Termo aditivo: 1º****Contrato: 061/2021/SEFA**

Modalidade: Dispensa de Licitação 016/2021

Manifestação Jurídica: 201/2022/CONJUR

Data da assinatura: 02/06/2022

Vigência: 02/08/2022 a 01/08/2023

Justificativa: A revisão do cronograma de execução previsto na Cláusula Oitava deste Contrato, conforme cronograma atualizado no Anexo I e prorrogação do prazo de vigência do Contrato pelo período de 12 (doze) meses.
 Orçamento: 17101.04.126.1508.8238

Natureza da Despesa: 33.91.40

Contratado: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ – PRODEPA, CNPJ: 05.059.613/0001-18

Endereço: Rodovia Augusto Montenegro, Centro Administrativo do Estado, Km 10, CEP 66.820-000, Distrito de Icoaraci - Belém/PA.

Ordenador, em exercício: ANIDIO MOUTINHO

Protocolo: 826140**APOSTILAMENTO****APOSTILAMENTO N.º 030/2022/SEFA.****CONTRATO N.º 001/2019/SEFA.****PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N.º 2022/474206**

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E OFICCE SERVICE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI.

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços continuados de recepcionista para atender as necessidades das unidades fazendárias da Secretaria de Estado da Fazenda

OBJETO DO APOSTILAMENTO: Fazer a retificação da dotação orçamentária, da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

VALORES RETROATIVOS - JANEIRO/2022 R\$ 6.478,56

FEVEREIRO/2022 R\$ 6.478,56 - MARÇO/2022 R\$ 6.478,56

ABRIL/2022 R\$ 6.478,56

VALOR TOTAL REPACTUAÇÃO R\$ 25.914,24

LEIA-SE:

VALORES RETROATIVOS - JANEIRO/2022 R\$ 6.478,56

FEVEREIRO/2022 R\$ 6.478,56 - MARÇO/2022 R\$ 6.478,56

ABRIL/2022 R\$ 6.478,56

MAIO/ R\$ 6.478,56

VALOR TOTAL REPACTUAÇÃO: R\$ 32.392,80

FUNDAMENTO LEGAL DO APOSTILAMENTO: Art. 65, §8º da Lei 8.666/93.

DATA DO APOSTILAMENTO: 07/07/2022.

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, em exercício: ANIDIO MOUTINHO.

Protocolo: 826319**DIÁRIA****DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA,**

no uso de suas atribuições e, considerando o disposto no art.1, inciso III, alínea "f" da Portaria Sefa no 451, de 13 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado no 33.804 de 14 de Fevereiro de 2019.

Anidio Moutinho Da Conceição

Diretor de Administração

Portaria Nº1308 de 01 de julho de 2022

Autorizar 15 e 1/2 diárias ao servidor JORGE MARIA DIAS MARTINS, nº 0005029601, MOTORISTA FAZENDARIO, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ITINGA, objetivo de conduzir veículo oficial na CECOMT CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, no período de 16.07.2022 à 31.07.2022, no trecho Itinga - Conceição Do Araguaia - Itinga.

Portaria Nº 1311 de 01 de junho de 2022

Autorizar 16 e 1/2 diárias ao servidor RAIMUNDO NONATO MELO MARINHO, nº 0520685501, ASSISTENTE FAZENDARIO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRANSITO, objetivo de desenvolver atividade administrativa na CECOMT ARAGUAIA, no período de 15.07.2022 à 31.07.2022, no trecho Belém - Conceição Do Araguaia - Belém.

Portaria Nº1314 de 30 de junho de 2022

Autorizar 16 e 1/2 diárias a servidora ROSETE MARIA OLIVEIRA DO ROSARIO, nº 0073111001, ESCR. DATILOG. REF.III, lotada na COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO GURUPI, objetivo de desenvolver atividade administrativa na CECOMT ITINGA, no período de 15.07.2022 à 31.07.2022, no trecho Gurupi - Itinga - Gurupi.

Portaria Nº 1402 de 07 de julho de 2022

Autorizar 2 e 1/2 diárias ao servidor CAIO FILIPE DE SOUSA VAZ, nº 0591567501, FISCAL -A, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DA TAPAJÓS, objetivo de realizar fiscalização de mercadorias que entram no Estado do Pará, no período de 07.07.2022 à 09.07.2022, no trecho Óbidos - Juruti - Oriximiná - Óbidos.

Portaria Nº 1403 de 07 de julho de 2022

Autorizar 2 e 1/2 diárias a servidora FABIANA ALLEGRIINI JACOBS, nº 0591532901, FISCAL -A, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DACECOMT TAPAJÓS, objetivo de realizar fiscalização mercadorias quem entram no Estado do Pará, no período de 07.07.2022 à 09.07.2022, no trecho Óbidos - Juruti - Oriximiná - Óbidos.

Portaria N º 1404 de 07 de julho de 2022

Autorizar 2 e 1/2 diárias ao servidor LUIZ GONZAGA LIMA MIRANDA, nº 0513917101, SECRETARIO DE GABINETE, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DA CECOMT TAPAJÓS, objetivo de fiscalização de mercadorias que entram no Estado do Pará, no período de 07.07.2022 à 09.07.2022, no trecho Óbidos - Juruti - Oriximiná - Óbidos.

Portaria Nº 1405 de 07 de julho de 2022

Autorizar 2 e 1/2 diárias ao servidor JOSE MARIA DA SILVA MAFRA, nº 0518573401, MARINHEIRO FLUV.MAQUINAS, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DA CECOMT TAPAJÓS, objetivo de pilotar a lancha com mercadorias que entram no Estado do Pará, no período de 07.07.2022 à 09.07.2022, no trecho Óbidos - Juruti - Oriximiná - Óbidos.

Portaria Nº 1406 de 07 de julho de 2022

Autorizar de 15 e 1/2 diárias ao servidor PAULO SERGIO EPIFANIO DE SOUZA, nº 0070066502, AUDITOR-C, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de realizar trabalho de fiscalização itinerante "Operação Veraneio", no período de 11.07.2022 à 26.07.2022, no trecho Belém - Salinópolis - Belém.

Portaria Nº 1407 de 07 de julho de 2022

Autorizar 15 e 1/2 diárias ao servidor RUI GUILHERME TAVERNARD NEVES, nº 0512894301, FISCAL -C, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de realizar trabalho de fiscalização itinerante "Operação Veraneio", no período de 11.07.2022 à 26.07.2022, no trecho Belém - Salinópolis - Belém.

Portaria Nº 1408 de 07 de julho de 2022

Autorizar 15 e 1/2 diárias a servidora LUISA HELENA DO ESPIRITO SANTO RODRIGUES, nº 0325175601, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de desenvolver atividade administrativa na unidade, no período de 11.07.2022 à 26.07.2022, no trecho Belém - Capanema - Salinópolis - Belém.

Portaria Nº 1409 de 07 de julho de 2022

Autorizar 15 e 1/2 diárias ao servidor MARCOS CORREA DA SILVA, nº 0568158801, MOTORISTA FAZENDARIO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de conduzir veículo oficial, no período de 11.07.2022 à 26.07.2022, no trecho Belém - Salinópolis - Belém.

Portaria Nº 1410 de 07 de julho de 2022

Autorizar 1 e 1/2 diárias ao servidor CARLOS NAZARENO NATIVIDADE JARDIM, nº 0570361101, MOTORISTA FAZENDARIO, COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO GURUPI, objetivo de conduzir veículo transportando documentos da CECOMT GURUPI, no período de 08.07.2022 à 09.07.2022, no trecho Gurupi - Belém - Gurupi.

Portaria Nº 1424 de 07 de julho de 2022

Autorizar 10 e 1/2 diárias a servidora SILVIA MARIA PRINTES GOMES DA SILVEIRA, nº 0514437002, ASSISTENTE FAZENDARIO, COORDENAÇÃO EXEC. REGIONAL DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BREVES, objetivo de dar apoio a equipe de fiscalização para realização de trabalhos em Portel e Melgaço, no período de 12.07.2022 à 22.07.2022, no trecho Breves - Portel - Breves.

Portaria Nº 1425 de 07 de julho de 2022

Autorizar 10 e 1/2 diárias ao servidor WALTER DOS SANTOS BORGES, nº 0200823802, MARINHEIRO REG. DE CONVES, COORDENAÇÃO EXEC. REGIONAL DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BREVES, objetivo de conduzir a lancha Rio Aramã, transportando equipe de fiscalização para realização de trabalhos em Portel e Melgaço, no período de 12.07.2022 à 22.07.2022, no trecho Breves - Portel - Breves.

Portaria Nº 1426 de 07 de julho de 2022

Autorizar 10 e 1/2 diárias ao servidor JOSE MARIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO, nº 0514398501, MARINHEIRO REG. MAQUINAS, COORDENAÇÃO EXEC.REGIONAL DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE BREVES, objetivo de conduzir a lancha Rio Aramã, transportando equipe de fiscalização para realização de trabalhos em Portel e Melgaço, no período de 12.07.2022 à 22.07.2022, no trecho Breves - Portel - Breves.

Portaria Nº 1427 de 07 de julho de 2022

Autorizar 16 e 1/2 diárias ao servidor JOSE PAULO MENDES DE LIMA, nº 0324872001, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, COORDENAÇÃO EXEC.REG. DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE CAPANEMA, objetivo de desenvolver atividade administrativa na CECOMT CARAJAS, no período de 15.07.2022 à 31.07.2022, no trecho Bragança - Marabá - Bragança.

Portaria Nº 1428 de 07 de julho de 2022

Autorizar de 1 diária a servidora MARGARETE GOMES NEVES, nº 0324780501, GERENTE FAZENDARIO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de realizar visita técnica a UECOMT Alça Viária, no período de 12.07.2022, no trecho Belém - Acará - Belém.

Portaria Nº 1430 de 07 de julho de 2022

Autorizar 1 diária ao servidor ALCINO ALVES DA COSTA, nº 0518637401, MOTORISTA FAZENDARIO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de conduzir veículo oficial, no período de 12.07.2022, no trecho Belém - Acará - Belém.

Portaria Nº 1434 de 08 de julho de 2022

Autorizar 16 e 1/2 diárias ao servidor VALDIR CICERO CECIM GONDIM, nº 0324849601, AGENTE DE SERVICOS, CÉLULA DE GESTÃO DE APOIO LOGÍSTICO, objetivo de desenvolver atividade administrativa na CECOMT CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, no período de 15.07.2022 à 31.07.2022, no trecho Belém - Conceição Do Araguaia - Belém.

Portaria Nº 1429 de 08 de julho de 2022

Autorizar 1 diária a servidora MARIA CILEIDE SENA, nº 0005040701, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, objetivo de visita técnica a UECOMT Alça Viária, no período de 12.07.2022, no trecho Belém - Acará - Belém.

Protocolo: 826337**OUTRAS MATÉRIAS****ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS-TARF ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO**

A Secretaria Geral torna público a data de julgamento dos recursos abaixo, a ocorrer por meio de videoconferência, conforme Instrução Normativa SEFA n. 004/2021, de 16/03/2021, na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 14/07/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12662, AINF nº 042014510001501-8, contribuinte SUPERDEL EIRELI, Insc. Estadual nº. 15285059-7

Em 14/07/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 19504, AINF nº 172020510000081-0, contribuinte PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS EIRELI, Insc. Estadual nº. 15581833-3

Em 14/07/2022, às 09:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 19212, AINF nº 032018510013739-9, contribuinte V. L. S. MOREIRA ELETROMÓVEIS, Insc. Estadual nº. 15373032-3, advogada: MELISSA STEPHANNIE CANDIDO, OAB/PA-30645

ACÓRDÃOS

ACÓRDÃO N. 8480 – 1ª CPJ.RECURSO N. 19019 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092021510000048-0). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. USO DE CRÉDITO INDEVIDO OU INEXISTENTE. CRÉDITO FISCAL SEM COMPROVAÇÃO. 1. Compete ao sujeito passivo provar a regularidade da declaração de seus créditos fiscais, para efeitos do regime não cumulativo de ICMS, por meio da guarda e apresentação dos documentos fiscais pertinentes. 2. É indevida a utilização de crédito fiscal, quando o contribuinte não possui nem traz à autoridade competente os documentos que instruíram o crédito exposto na Declaração de Informações Econômico Fiscais - DIEF do período. 3. Utilizar crédito indevido, sem instrução comprobatória, sujeita o contribuinte à penalidade disposta na lei. 4. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8479 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18921 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 352019510002973-4). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. ATIVO NÃO REGULAR. NÃO RECOLHIMENTO NA ENTRADA DO ESTADO. 1. Não há cerceamento de defesa quando a autuação contém elementos de prova suficientes para determinar com segurança a natureza da infração e a pessoa do infrator. Preliminar afastada por unanimidade. 2. O enquadramento como ativo não regular impõe prazo especial para recolhimento do ICMS na entrada em território do Estado, sendo regular sua fixação quando determinada na forma da legislação tributária estadual. 3. O recolhimento do diferencial de alíquotas deve observar o procedimento descrito em regulamento, não sendo admitidos recolhimentos globais com o fim de demonstrar cumprimento de obrigação específica, consoante art. 108, § 3º do RICMS. 4. Deixar de recolher o ICMS diferencial de alíquotas em operação interestadual com destino ao uso/consumo do estabelecimento constitui infração a legislação tributária e sujeita à penalidade legalmente prevista. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8478 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18920 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 352019510000517-7). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. ATIVO NÃO REGULAR. NÃO RECOLHIMENTO NA ENTRADA DO ESTADO. 1. Não há cerceamento de defesa quando a autuação contém elementos de prova suficientes para determinar com segurança a natureza da infração e a pessoa do infrator. Preliminar afastada por unanimidade. 2. O enquadramento como ativo não regular impõe prazo especial para recolhimento do ICMS na entrada em território do Estado, sendo regular sua fixação quando determinada na forma da legislação tributária estadual. 3. O recolhimento do diferencial de alíquotas deve observar o procedimento descrito em regulamento, não sendo admitidos recolhimentos globais com o fim de demonstrar cumprimento de obrigação específica, consoante art. 108, § 3º do RICMS. 4. Deixar de recolher o ICMS diferencial de alíquotas em operação interestadual com destino ao uso/consumo do estabelecimento constitui infração a legislação tributária e sujeita à penalidade legalmente prevista. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8477 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18739 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 352018510006281-5). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. ATIVO NÃO REGULAR. NÃO RECOLHIMENTO NA ENTRADA DO ESTADO. 1. Não há cerceamento de defesa quando a autuação contém elementos de prova suficientes para determinar com segurança a natureza da infração e a pessoa do infrator. Preliminar afastada por unanimidade. 2. O enquadramento como ativo não regular impõe prazo especial para recolhimento do ICMS na entrada em território do Estado, sendo regular sua fixação quando determinada na forma da legislação tributária estadual. 3. O recolhimento do diferencial de alíquotas deve observar o procedimento descrito em regulamento, não sendo admitidos recolhimentos globais com o fim de demonstrar cumprimento de obrigação específica, consoante art. 108, § 3º do RICMS. 4. Deixar de recolher o ICMS diferencial de alíquotas em operação interestadual com destino ao uso/consumo do estabelecimento constitui infração a legislação tributária e sujeita à penalidade legalmente prevista. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8476 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18954 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 042016510004157-9). CONSELHEIRO RELATOR: BERNARDO DE PAULA LOBO. EMENTA: ICMS. ANTECIPADO ESPECIAL. REVISÃO DO LEVANTAMENTO FISCAL. 1. Deve ser mantida a decisão de primeira instância que, apoiada em diligência e provas juntadas aos autos, conclui pela parcial procedência do lançamento tributário, excluindo da exigência valores comprovadamente indevidos. 2. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 20/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8475 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18899 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 092020510000291-4). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. PRELIMINARES REJEITADAS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. Presentes os requisitos legais do artigo 12 da Lei n. 6.182/1998, elementos suficientes para determinar com segurança a natureza da infração e a pessoa do infrator. Preliminares de nulidade rejeitadas por unanimidade. 2. Deixar de recolher ICMS resultante de operações não escrituradas em livros fiscais, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às cominações legais. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 15/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8474 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18729 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO N. 282022730000052-7/AINF N. 012018510001952-6). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. ICMS. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO. 1. O trânsito em julgado da decisão singular impede a apreciação da matéria na instância superior, quando, comprovadamente, o recurso voluntário é intempestivo, por inobservância das disposições previstas no art. 32, § 1º, da Lei n. 6.182/1998, impondo o não conhecimento do mesmo, nos termos do art. 40, II, do Regimento Interno do TARF (Anexo do Decreto n. 3.578/1999). 2. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 15/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8473 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18933 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 022017510000028-7). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO FISCAL. DOCUMENTO FISCAL. 1. Documento fiscal é gênero do qual a DIFEF deve ser considerada espécie. 2. Deve ser comprovada a origem de créditos presumidos lançados na DIFEF do contribuinte. 3. Deixar de recolher ICMS por ter utilizado crédito indevido sem destaque em documento fiscal que não corresponde a uma efetiva operação de circulação de mercadorias constitui infração à legislação tributária e impõe a aplicação de penalidade. 4. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 15/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8472 – 1ª CPJ.RECURSO N. 14449 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 012014510002204-8). CONSELHEIRO RELATOR: MARCOS AUGUSTO CATHARIN. EMENTA: ICMS. DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS. BEM DESTINADO A INTEGRAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE. EQUIPARAÇÃO A CONTRIBUINTE. 1. Equipara-se a contribuinte, para efeito de cobrança do imposto referente ao diferencial de alíquota, a empresa que adquira mercadorias ou serviços, em outra unidade federada, com carga tributária correspondente à aplicação de alíquota interestadual, destinando-os ao ativo permanente, nos termos do art. 14, § 4º, do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n. 4.676/2001). 2. Não se caracteriza como insumo a mercadoria ou o produto que não integre o produto ou processo final na condição de elemento indispensável à sua composição. 3. A prova de utilização de bem como insumo não pode ser presumida, tratando-se de prova exclusiva por parte do destinatário. 4. Deixar de recolher diferencial de alíquotas na operação de aquisição de bem de outra unidade da Federação destinada à integração do ativo permanente, configura infração a legislação tributária e sujeita o destinatário às cominações legalmente determinadas. 5. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: VOTO DE QUALIDADE. Votos Contrários: Conselheiros Nelson Paulo Simões Nasser e Bernardo de Paula Lobo, pelo conhecimento e provimento do recurso. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 15/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 15/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8471 – 1ª CPJ.RECURSO N. 19073 – VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N. 042018510010850-3). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: ICMS. ANTECIPADOR NA ENTRADA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. 1. A aquisição de mercadorias discriminadas no Apêndice I do Anexo I do RICMS/PA (anexo ao Decreto n. 4.676/2001), em operação interestadual, sem que o imposto tenha sido retido no Estado de origem, está sujeita ao recolhimento antecipado do ICMS correspondente à operação subsequente, a ser efetuado pelo próprio adquirente. 2. Deixar de recolher o ICMS relativo à operação com mercadoria submetida ao regime de Antecipado na Entrada configura infração fiscal sujeita à penalidade prevista na lei e à cobrança do imposto devido. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 13/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8470 – 1ª CPJ.RECURSO N. 19075 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 042016510010659-0). CONSELHEIRO RELATOR: NELSON PAULO SIMÕES NASSER. EMENTA: RETROATIVIDADE BENEFÍCA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE CONTRARIEDADE À FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. DEFINITIVIDADE DO JULGAMENTO SINGULAR. 1. A decisão singular que aplica o instituto da retroatividade benéfica, em razão da alteração legal que prevê penalidade menos severa para a conduta infracional anteriormente praticada pelo sujeito passivo, não preenche o requisito de contrariedade à Fazenda Pública Estadual necessário para a interposição de recurso de ofício. 2. É definitiva a decisão singular que não estiver sujeita a recurso de ofício. 3. Não deve ser conhecido recurso contra decisão definitiva prolatada pela Julgadoria de Primeira Instância. 4. Recurso não conhecido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 13/06/2022.

ACÓRDÃO N. 8469 – 1ª CPJ.RECURSO N. 18911 – DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012017510001228-1). CONSELHEIRO RELATOR: BERNARDO DE PAULA LOBO. EMENTA: ICMS. IMPOSTO NÃO DECLARADO. FALTA DE RECOLHIMENTO. DECADÊNCIA CONFIGURADA. IMPROCEDÊNCIA. 1. Nos tributos sujeitos ao regime de lançamento por homologação, havendo pagamento parcial, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, isto é, o prazo para esse efeito será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador. 2. Deve ser mantida a decisão singular que declarou a improcedência do crédito tributário, quando configurada nos autos a decadência do direito da Fazenda Pública Estadual de exigí-lo. 3. Recurso conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/06/2022. DATA DO ACÓRDÃO: 13/06/2022.

Protocolo: 826379

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

Portaria n.º202201000807 de 08/07/2022 –

Proc n.º 002022730003775/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Erike Johnny Ramos – CPF: 024.481.982-33

Marca: CHEV/ONIX 10MT LT2 Tipo: Pas/Automóvel

Portaria n.º202201000809 de 08/07/2022 –

Proc n.º 032022730001679/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Pedro Rodrigues da Silva – CPF: 218.222.552-87

Marca: CHEV/ONIX PLUS 10TAT PR2 FLEX Tipo: Pas/Automóvel

Portarias DE ISENÇÃO DE IPVA – CAT

Portaria n.º202204003805, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004656/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Marcio Monteiro Soares – CPF: 450.642.702-59

Marca/Tipo/Chassi

I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3/Pas/Automovel/8AP359A1DMU145985

Portaria n.º202204003807, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004652/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jucivaldo Gonçalves Brabo – CPF: 429.042.342-68

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/Automovel/9BD19713HK3378634

Portaria n.º202204003809, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004669/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Antonio Ribeiro Silva – CPF: 097.310.082-68

Marca/Tipo/Chassi

CHEV/ONIX PLUS 10TMT LTZ/Pas/Automovel/9BGEN69H0LG263149

Portaria n.º202204003811, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004665/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Kleber da Silva Campos – CPF: 450.642.882-04

Marca/Tipo/Chassi

I/HONDA CITY LX FLEX/Pas/Automovel/8C3GM2620E1305913

Portaria n.º202204003813, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004648/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Maria de Sena – CPF: 099.164.402-63

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/MOBI TREKKING 1.0MT/Pas/Automovel/9BD341ABZPY817071

Portaria n.º202204003815, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004661/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimundo Edson de Lemos Henriques – CPF: 187.404.052-49

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/IDEA ATTRACTIVE 1.4/Pas/Automovel/9BD135019F2270895

Portaria n.º202204003817, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004612/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Moab Pessoa de Farias Filho – CPF: 086.085.982-72

Marca/Tipo/Chassi

I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3/Pas/Automovel/8AP359A1DKU034091

Portaria n.º202204003819, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004668/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Ricardo Barros Gonçalves – CPF: 508.667.102-72

Marca/Tipo/Chassi

NISSAN/KICKS SV CVT/Pas/Automovel/94DFCAP15LB253454

Portaria n.º202204003821, de 08/07/2022 –

Proc n.º 2022730004672/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Marcio Damasceno Dourado – CPF: 585.284.662-72

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/COBALT 1.4 LT/Pas/Automovel/9BGJB69X0EB128218

**Portaria n.º 202204003823, de 08/07/2022 -
Proc n.º 2022730004653/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Francisco Assis de Oliveira Silva – CPF: 108.997.402-78
Marca/Tipo/Chassi
I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3/Pas/Automovel/8AP359A1DKU031025

**Portaria n.º 202204003825, de 08/07/2022 -
Proc n.º 2022730004597/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Hans Jose Vieira – CPF: 485.255.452-87
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/SIENA ATTRACT 1.0/Pas/Automovel/9BD19713NK3372828

**Portaria n.º 202204003827, de 08/07/2022 -
Proc n.º 2022730004649/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Carlos Alberto Silva Delgado – CPF: 210.824.212-00
Marca/Tipo/Chassi
VW/VIRTUS MF/Pas/Automovel/9BWDL5BZ6LP100235

**Portaria n.º 202204003829, de 08/07/2022 -
Proc n.º 42022730003029/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Raimundo Clerisson Batista de Sousa – CPF: 675.411.352-91
Marca/Tipo/Chassi
CHEV/ONIX PLUS 10MT LT1/Pas/Automovel/9BGEB69A0LG239319

**Portaria n.º 202204003831, de 08/07/2022 -
Proc n.º 2022730004657/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Adenilton Costa Chaves – CPF: 699.512.922-91
Marca/Tipo/Chassi
TOYOTA/COROLLA APREMIUMH/Pas/Automovel/9BRBY3BE1P4037355

**Portaria n.º 202204003833, de 08/07/2022 -
Proc n.º 2022730004655/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Alcir Ruberval da Silva Sousa – CPF: 186.632.652-04
Marca/Tipo/Chassi
FIAT/DOBLO ADV 1.8 FLEX/Pas/Automovel/9BD119409D1109285

**Portaria n.º 202204003835, de 08/07/2022 -
Proc n.º 2022730004695/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Antonio Marcos da Silva Souza – CPF: 304.888.182-49
Marca/Tipo/Chassi
I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3/Pas/Automovel/8AP359A1DKU061240

**Portaria n.º 202204003837, de 08/07/2022 -
Proc n.º 2022730004664/SEFA**

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2022
Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01
Interessado: Jaime Pereira Matias – CPF: 100.987.552-34
Marca/Tipo/Chassi
VW/GOL MPI/Pas/Automovel/9BWAG45UXPT027157

Protocolo: 826298

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO**CONTRATO Nº: 083/2021
TERMO ADITIVO Nº: 01**

Objeto do Contrato: Contratação de solução integrada de comunicação tecnológica, incluindo o fornecimento de hardware e software, publicação de conteúdo, gestão e operação continuada, para a unidade digital do Banpará, que está localizada no Boulevard Shopping Belém.

Modalidade da Contratação: Pregão Eletrônico Nº 010/2021

Data de Assinatura do Aditivo: 06/07/2022

Vigência do Aditivo: 22/07/2022 a 21/07/2023

Objeto do Aditivo: Prorrogação de vigência

Fundamento Legal do Aditivo: Art. 71 da Lei Nº 13.303/2016.

Valor Global estimado de Até: R\$-1.452.550,80 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais e oitenta centavos)

Contratada: VOXEL DIGITAL COMÉRCIO, SERVIÇOS DE TECNOLOGIA, ENGENHARIA E COMUNICAÇÃO LTDA.

Endereço: Av. Marginal Projetada, nº 1810, Galpão 06 Bairro: Fazenda Tamboré

CEP: 06460-200 Barueri/SP

Diretor Responsável: Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mello – Diretora-Presidente

Protocolo: 826546**EXTINÇÃO DE CONTRATO****DISTRATO****Contrato Nº: 068/2020**

Data da Assinatura: 29.06.2022

Objeto do Distrato: Prestação de serviços técnicos de Avaliação de Imóveis, Análise de Viabilidade Técnica de Empreendimentos e Unidades Isoladas e Relatório de Medição de Obra de Empreendimentos e Unidades Isoladas, Avaliação de Unidades de Empreendimento Imobiliário (Laudão) e Avaliação de Imóveis Retomados, oriundo do Edital de Credenciamento nº 004/2019.

Considerações do Distrato: As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato nº 068/2020, firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional contidos no mesmo.

Contratado: AGNUS SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA EIRELI.

Endereço: Rua Dom Pedro II, nº 413, Térreo – Bairro: Estrela

CEP: 68.743-170 Castanhal/PA

Diretor Responsável: Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mello – Diretora-Presidente

Protocolo: 826505**DISTRATO****Contrato Nº: 067/2020**

Data da Assinatura: 29.06.2022

Objeto do Distrato: Prestação de serviços técnicos de Avaliação de Imóveis, Análise de Viabilidade Técnica de Empreendimentos e Unidades Isoladas e Relatório de Medição de Obra de Empreendimentos e Unidades Isoladas, Avaliação de Unidades de Empreendimento Imobiliário (Laudão) e Avaliação de Imóveis Retomados, oriundo do Edital de Credenciamento nº 004/2019.

Considerações do Distrato: As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do Contrato nº 067/2020, firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional contidos no mesmo.

Contratado: T. VIEIRA BRITO ME.

Endereço: Rua Américo de Souza, nº 87 – Bairro: Aldeia

CEP: 68.600-000 Bragança/PA

Diretor Responsável: Jorge Wilson Campos e Silva Antunes

Ordenador Responsável: Ruth Pimentel Mello – Diretora-Presidente

Protocolo: 826508**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022**

O BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. torna público que realizará nos termos da Lei n. 13.303/2016 e de seu Regulamento de Licitações e Contratos, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO VMWARE CLOUD FOUNDATION 4 ADVANCED, COM 36 MESES DE SUBSCRIÇÃO E SUPORTE PRODUCTION (24X7), UPGRADE DAS LICENÇAS DE VMWARE VPCLOUD SUITE ENTERPRISE PARA O VMWARE CLOUD FOUNDATION 4 ADVANCED, ATUALIZAÇÕES EVOLUTIVAS, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, OPERAÇÃO ASSISTIDA, CONSULTORIA, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS E TREINAMENTOS OFICIAIS DO FABRICANTE, observadas as especificações e condições exigidas no edital e demais anexos.

A sessão pública ocorrerá na seguinte data, horário e local:

DATA: 21/07/2022

HORÁRIO: 10h (Horário de Brasília)

SISTEMA DE LICITAÇÕES: www.gov.br/compras

UASG: 925803

O edital da licitação estará disponível a partir de 11/07/2022, podendo ser obtido: (i) Gratuitamente no site do BANPARÁ (www.banpara.b.br) e sites www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br; ou, (ii) Na sede do BANPARÁ (Av. Presidente Vargas, n. 251, Ed. BANPARÁ – 1º andar, Comércio, Belém/PA) mediante depósito identificado do valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por folha (Conta Corrente nº 800.002-6, Agência nº 0011 do BANPARÁ), não reembolsável, relativos aos custos de reprodução.

Belém - Pará, 11 de julho de 2022.

Fernanda Raia

Pregoeira

Protocolo: 826171**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022**

O BANPARÁ S/A comunica o Resultado Final, Adjudicação e Homologação da Licitação em epígrafe, oriunda da Lei nº 13.303/2016, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para EXECUTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE CUSTÓDIA/GUARDA DE NUMERÁRIO E OUTROS VALORES PARA ATENDIMENTO ÀS AGÊNCIAS, TERRA SANTA, FARO, CURUÁ, PRAINHA, AVEIRO E PORTO DE MOZ, NA MODALIDADE INTERMODAL. A realização dos serviços deverá obedecer à legislação específica e normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep, assim como as condições previstas neste edital, obrigando-se a CONTRATADA a realizar as tarefas de acordo com os roteiros, cronogramas e horários estabelecidos pelo CONTRATANTE, conforme condições estabelecidas no edital:

ADJUDICAÇÃO GLOBAL	ITEM	DESCRIÇÃO	EMPRESA	VALOR ESTIMADO	VALOR COTADO
G1	01	Transporte e AD VALOREM	PROSEGRU BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA	R\$-5.991.931,20	R\$-5.991.931,20
		Custódia		R\$-5.670,00	R\$-5.670,00

Soraya Rodrigues

Pregoeira

Protocolo: 826226

OUTRAS MATÉRIAS

Nota de Empenho da Despesa: nº 050/2022;
Valor: R\$-15.120,00 (quinze mil, cento e vinte reais);
Data: 06.07.2022;
Vigência:06.07.2022/.21.07.2022;
Objeto: Aquisição de (8.000) bobina para calculadora.
PREGÃO 022/2021 – ARP Nº 004/2021 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BOBINAS PARA CALCULADORA.
Contratado: BRM INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ROTULOS LTDA
Endereço: RUA DONA VERONICA, CENTRO – PARQUE DAS ACACIAS – SÃO LUDGERO /SC.
CEP: 88.720.000.
Telefone: (91) 3657.0659
Ordenador: RUTH PIMENTEL MELLO.

Protocolo: 826339

Nota de Empenho da Despesa: nº 051/2022;
Valor: R\$ 27.225,00 (vinte e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais);
Data: 06.07.2022;
Vigência: 06.07.2022/21.07.2022;
Objeto: Aquisição de (1600) unidades de Flanelas 40 x 60 ; (2300) unidades de Saco de Pano para Chão e (500) bombona de Sabonete Líquido 5 litros.
PREGÃO 022/2021 – ARP Nº 009/2021 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SABONETE LIQUIDO 5 LITROS ,SACO DE PANO PARA CHÃO 80X80 E FLANELA 40X60 CM
Contratado: SML SISTEMAS MULTI LIMPEZA IND.COM.EIRELI.
Endereço: RUA CAIENA,1202 – QD.002;LOTE012-BAIRRO VILA RICA – PA-RAUAPEBAS/PA.
CEP: 68.515-000
Telefone: (91) 3346-8822
Ordenador: RUTH PIMENTEL MELLO.

Protocolo: 826340



PORTARIA

Portaria Nº 0769 DE 08 DE JULHO DE 2022
A Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, usando das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 50 de 17.01.2006, publicada no DOE nº. 30.605 de 19.01.2006, E CONSIDERANDO o teor do PAE nº 2022/725278.
RESOLVE:
REMOVER, a servidora ELIZABETE DO SOCORRO DE CASTRO AMARAL, cargo ASSISTENTE SOCIAL, matrícula nº 57175283/2, da DIRETORIA TÉCNICA para a UNIDADE DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA – MATERNO INFANTIL.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE,
DIRETORIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, EM 08.07.2022.
KELLY DE CÁSSIA PEIXOTO DE OLIVEIRA SILVEIRA
DIRETORA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE – SESPA

Protocolo: 826384

Portaria Nº 169/2022, DE 05 DE JULHO DE 2022.
O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a obrigação da Administração de fiscalizar a execução de seus termos administrativos, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 com suas alterações, do Decreto estadual nº 733 de 13.05.2013 e demais normas regulamentares da matéria; o teor da Cláusula Quinta do Termo de Convênio nº. 57/2022 e os autos do processo nº 2022/477725.
RESOLVE:
Revogar a designação das servidoras Selma Vieira Pereira, matrícula nº 5911122-5 e Nilba Nilza Monteiro Silva, matrícula nº 558220-3 ambas com lotação no DOASGE/DDRA/SESPA, designada através da Portaria nº 151 de 29 de Junho de 2022, publicada no DOE em 30 de Junho de 2022. Designar em substituição, as servidoras Eliana de Nazaré Paixão de Souza, matrícula nº 5086493-2, e Jacileide Farias de Sousa Moreira, matrícula nº5393787-2, ambas lotadas no 2º CRS/SESPA, para acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto deste Convênio, mediante a elaboração de Relatórios de acompanhamento de execução física e emissão de Laudo Conclusivo, nos termos do art. 1º da Resolução nº 13.989/95 do Tribunal de Contas do Estado do Pará – T. C. E.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA – ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Protocolo: 826046

Portaria Nº 168/2022, SAGA/SESPA DE 05 DE JULHO DE 2022.
O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a obrigação da Administração de fiscalizar a execução de seus termos administrativos, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 com suas alterações, do Decreto estadual nº 733 de 13.05.2013 e demais normas regulamentares da matéria; o teor da Cláusula Quinta do Termo de Convênio nº. 58/2022 e os autos do processo nº 2022/277364 e 2022/788470.

RESOLVE:
Revogar a designação das servidoras Selma Vieira Pereira, matrícula nº 5911122-5 e Nilba Nilza Monteiro da Silva, matrícula nº 5558220-3 ambas com lotação no DOASGE/DDRA/SESPA, designados através da Portaria nº 152 de 29 de junho de 2022, publicada no DOE em 30 de junho de 2022. Designar em substituição, os servidores José de Alencar Alves Ribeiro, matrícula nº 503494 e Amaro Benedito de Gouveia Neto, matrícula nº 504005, ambos com lotação no 11º CRS/ /SESPA para acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do objeto deste Convênio, mediante a elaboração de Relatórios de acompanhamento de execução física e emissão de Laudo Conclusivo, nos termos do art. 1º da Resolução nº 13.989/95 do Tribunal de Contas do Estado do Pará – T. C. E.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA – ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Protocolo: 826048

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
11º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE
Portaria Nº 044 DE 08 DE JULHO DE 2022**

O (a) Ordenador (a) de Despesa da SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PÚBLICA, usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no DECRETO Nº 1.180/08, Artigo 3º, Parágrafo 1º, que disciplina a concessão e aplicação de suprimento de Fundos.
RESOLVE:
CONCEDER, ao servidor (a) abaixo, Suprimento de Fundos para ser aplicado no período de 30 (trinta dias), contados a partir da emissão da Ordem Bancária, visto que se destinam ao pagamento de despesas que não podem subordinar-se ao processo normal de aplicação da unidade.
CONCEDER, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), contados da data da emissão da ordem bancária, para encaminhamento de Prestação de contas, sendo que após esse período, estará o servidor impedido de receber novo Suprimento de Fundos, além de estar sujeito a Tomada de Contas Especial a ser promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

NOME	CARGO	MATRICULA	CPF
Weverton Gutemberg Araujo Lima	Agente de Artes Práticas	57209274/1	880.672.702-87
Projeto Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Valores
4120008338	3390-33	0103000000	300,00
TOTAL DA DESPESA		300,00	

IRLANDIA DA SILVA GALVÃO
Diretora 11º CRS/SESPA
Portaria nº 1.650/2020-CCG

Protocolo: 826166

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
Ato: Contrato Temporário/19º PSS/SESPA (autorizo/PAE nº 573543/22)
Nome do Servidor: ANA DE FÁTIMA OLIVEIRA BARBOSA
Cargo do Servidor: MÉDICO
Vigência: 01.07.2022/27.12.2022.
Ordenador: RÔMULO RODOVALHO GOMES

Protocolo: 826419

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2022
Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/SESPA/2022, Processo nº 2021/1241655, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.009 de 15/06/2022.
OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), para atendimento dos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública SESPA, por um período de 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 1.997.821,00 (Hum milhão, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e um reais).
VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.
EMPRESA: ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.307.650/0025-02, com sede na STRC, TRECHO 3, CONJUNTO C, LOTE 6, BOX 04, Zona Industrial, CEP: 71225-533, Brasília/DF
ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826089

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2022
Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/SESPA/2022, Processo nº 2021/1241655, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.009 de 15/06/2022.
OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), para atendimento dos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública SESPA, por um período de 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R\$ 94.816,00 (Noventa e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais).
VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.
EMPRESA: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PRADO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.049.432/0001-00, com sede na Trav. Castelo Branco, nº 2028 – CEP: 66.063-000 Belém/PA.
ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS
SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826090

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/SESPA/2022, Processo nº 2021/1241655, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.009 de 15/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), para atendimento dos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública SESP, por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 1.475.956,00 (Hum milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: ELFA MEDICAMENTOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.053.134/0001-45, com sede na NUCR INTERSECCAO ROD DF 001 C/ ROD 475, GA 02 COND SYS GAMA B. PARK - PONTE ALTA NORTE (GAMA) BRASILIA - DF CEP:72427-010.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826091

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/SESPA/2022, Processo nº 2021/1241655, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.009 de 15/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), para atendimento dos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública SESP, por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: UNI HOSPITALAR CEARÁ LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.595.464/0001-68, com sede na Rua Francisco José Albuquerque Pereira, nº 1085, CEP: 60.864-520, Cajazeiras, Fortaleza-CE.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826092

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/SESPA/2022, Processo nº 2021/1241655, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.009 de 15/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), para atendimento dos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública SESP, por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 235.200,00 (Duzentos e trinta e cinco mil, duzentos reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: A J COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALAR LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.137.731/0001-70, com sede Avenida Rômulo Maiorana, nº. 1792 - A, Bairro do Marco, Belém-PA, CEP: 66093-005.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826094

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 004/SESPA/2022, Processo nº 2021/1241655, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.009 de 15/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), para atendimento dos pacientes da Secretaria de Estado de Saúde Pública SESP, por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 319.410,00 (Trezentos e dezenove mil, quatrocentos e dez reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: PROFARMA SPECIALTY S.A., inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.887.838/0007-36, com sede na Rua José Oswaldo Darwich, nº 239, Quadra 2, Lote 10, Bairro CIVIT I - Serra - ES, CEP 29168-025.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826097

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 054/SESPA/2021, Processo nº 2020/14621, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.020 de 24/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos básicos, para atender aos pacientes da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 113.130,00 (Cento e treze mil, cento e trinta reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: CRISTALFARMA COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.003.408/0001-30, com sede na Rod. Br 316 KM 06 Alam. Leopoldo Teixeira Nº08, CENTRO, ANANINDEUA - PARÁ - Levilandia, CEP: 67.030-025.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826227

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 054/SESPA/2021, Processo nº 2020/14621, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.020 de 24/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos básicos, para atender aos pacientes da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 141.400,00 (Cento e quarenta e um mil, quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: A J COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALAR-LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.137.731/0001-70, com sede na AV. ROMULO MAIORANA 1792-A, CEP: 66093-005, MARCO - BELEM/PA.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826230

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 054/SESPA/2021, Processo nº 2020/14621, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.020 de 24/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos básicos, para atender aos pacientes da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 70.930,00 (Setenta mil, novecentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: F. CARDOSO E CIA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.949.905/0001-63, com sede na Rua João Nunes de Souza, nº 125, BR 316, KM 8, Bairro Águas Brancas, CEP: 67.033-030, Ananindeua-PA.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826215

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2022

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 054/SESPA/2021, Processo nº 2020/14621, homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 35.020 de 24/06/2022.

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos básicos, para atender aos pacientes da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), por um período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 155.470,00 (Cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 10/07/2023.

EMPRESA: POLYMEDH EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 63.848.345/0001-10, com sede na Avenida Presidente Getulio Vargas, nº 4547, Bairro: Iane-tama, CEP: 68.745-000, Castanhal-PA.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA/SESPA

Protocolo: 826236

ESCOLA TÉCNICA DO SUS

ERRATA**ERRATA Nº 12 - DO CONTRATO Nº 043/2022**

Onde se lê:

Orçamento: NE Nº 00174/2022

Leia-se:

Orçamento: NE Nº 00178/2022

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Belém/PA, 08 de julho de 2022.

ELIZETH DO SOCORRO DA SILVA BRAGA - Diretora da Escola Técnica do SUS - ETSUS/PA

Protocolo: 826034

CONTRATO**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****Sistema Único de Saúde****Secretaria de Estado de Saúde Pública**

Escola Técnica do SUS do Pará - "Dr. Manuel Ayres"

Contrato nº: 041/2022

Objetivo: Prestação de serviços docentes no Curso Técnico em Saúde Bucal, Módulo I, Área Temática IV - Processo de Trabalho em Saúde, Turma I, em Cametá, no período de 04 à 08/07/2022 - totalizando 40 horas-aula.

Valor Total: R\$2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 01/07/2022

Vigência: 01/07 à 31/07/2022

Orçamento: NE nº 00179/2022

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso Origem do Recurso 10128150789240000 3390-36 0349002772 Federal

Contratado: Sílvia Augusta Gomes Freitas Moraes - CPF. Nº 258.760.232-72

Endereço: Tv. Cônego Luiz Leitão, nº 2706, Apto. 302 - Bairro: Estrela - Castanhal - PA - CEP: 68742-755

Ordenador: ELIZETH DO SOCORRO DA SILVA BRAGA - Diretora da Escola Técnica do SUS - ETSUS/PA

Protocolo: 826028

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
ESCOLA TÉCNICA DO SUS DO PARÁ “DR. MANUEL AYRES”
EDITAL DE ABERTURA Nº 020/2022 DE 08 DE JULHO DE 2022 INSCRIÇÕES PARA O CURSO DE ATUALIZAÇÃO DE CUIDADOR DE IDOSO
A Diretora, Elizeth do Socorro da Silva Braga, da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde do Pará “Dr. Manuel Ayres” – ETSUS/PA, Diretoria vinculada à Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA, no uso de suas atribuições legais, torna público as inscrições para o Curso de Atualização de Cuidador de Idoso.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Edital tem por objeto a realização do Curso de Atualização de Cuidador de Idoso, destinado a profissionais da área de saúde e cuidadores informais (demanda espontânea), prioritariamente para a Região Metropolitana I do Estado do Pará.

2- DO CURSO

- 2.1 O Curso de Atualização de Cuidador de Idoso, tem carga horária de 40 (quarenta) horas;
- 2.2 O curso terá 1 (uma) turma com 25 (vinte e cinco) discentes;
- 2.3 O Curso será realizado no período de 08 a 12 de agosto de 2022;
- 2.4 As aulas acontecerão na modalidade presencial no município de Belém, na sede da ETSUS/PA, em horário integral de 08h às 12h e das 14h às 18h, conforme (Anexo I).

3- DOS REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

- 3.1 Os participantes devem atender aos seguintes critérios para efetivação de sua inscrição no curso:
 - 3.1.1 Ser maior de 18 anos e ter o ensino médio completo;
 - 3.1.2 Ser profissional da área de saúde da Secretaria Municipal de Saúde e/ou do Centro Regional de Saúde;
 - 3.1.3 Desenvolver sua atividade na Atenção Básica e/ou no atendimento à saúde do idoso no SUS;
 - 3.1.4 Ser cuidador de idoso informalmente, tendo que apresentar uma declaração assinada de seu empregador constando a função desempenhada.

4- DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 As inscrições são gratuitas;
- 4.2 O Edital estará disponível no portal da SESPA: Erro! A referência de hiperlink não é válida.
- 4.3 O período das inscrições ocorrerá a partir de 08:00h do dia 11 de julho até as 17:00h do dia 27 de julho de 2022;
- 4.4 As inscrições deverão ser enviadas por meio de Ofício para a Secretaria Escolar da ETSUS/PA, situada à Travessa Estrella, nº 2342 - Bairro: Marco, CEP: 66080-471 ou para o e-mail: etsus.secretariaescolar@escola.seduc.pa.gov.br;
- 4.5 O envio das inscrições para a ETSUS/PA, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde;
- 4.6 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
 - 4.6.1 Ficha de inscrição (Anexo II);
 - 4.6.2 Declaração de liberação para participar do curso (Anexo III);
 - 4.6.3 Cópia do RG;
 - 4.6.4 Cópia do CPF;
 - 4.6.5 Cópia do Diploma de Graduação, emitido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC;
 - 4.6.6 Termo de Compromisso do Gestor (Anexo IV), sendo necessário apenas 01 (um) documento dos municípios da Região de Saúde Metropolitana I do Estado do Pará, exceto para cuidadores informais, que será exigido apenas o disposto no item (3.1.4)

5- DAS VAGAS

- 5.1 Serão ofertadas 25 (vinte e cinco) vagas;
- 5.2 A distribuição de vagas encontra-se no (Anexo I) deste Edital;
- 5.3 A oferta das vagas será destinada prioritariamente para os municípios da Região de Saúde Metropolitana I;
- 5.4 Realização do Curso:

Mês	Período
Agosto	08 a 12/08/2022

6- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1 A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas contidas neste edital;
 - 6.2 Somente serão aceitas as inscrições que não apresentarem pendências;
 - 6.3 A ETSUS/PA não receberá inscrições fora do prazo estabelecido neste edital;
 - 6.4 Será eliminado, a qualquer época, mesmo depois de matriculado, o candidato que, comprovadamente, para realizar este curso tiver usado documentos e/ou informações falsas;
 - 6.5 De acordo com o Regimento Interno da ETSUS/PA, são critérios para a certificação a frequência mínima de 75% no curso das aulas teórico-prática, conforme Regimento Interno da Escola em com base no artigo 24 da LDB de 1996;
 - 6.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da ETSUS/PA.
- Belém, 08 de julho de 2022.
Elizeth do Socorro da Silva Braga
Diretora da ETSUS/PA

ANEXO I
DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

Região de Saúde	Local do Curso	Período do Curso	Centro Regional de Saúde/ Município	Vagas Ofertas
Metropolitana I (1º CRS)	Aula Presencial ETSUS/PA Travessa da Estrella nº 2342 - Marco CEP: 66.080-471	08 a 12/08/2022 Horário: 08h às 12h 14h as 18h	Belém	05
			Ananindeua	03
			Benevides	03
			Marituba	05
			Santa Bárbara do Pará	02
			Cuidadores Informais (demanda espontânea)	07
TOTAL:				25

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

1. NOME:		2. SEXO: M () F ()	
3. C. IDENTIDADE:	4. ÓRGÃO EXPED.:	5. NASCIMENTO:	6. CPF:
7. ENDEREÇO:			
8. BAIRRO:		9. CEP:	10. MUNICÍPIO DE NASCIMENTO:
11. FONE:		12. E-MAIL:	
13. ESCOLARIDADE: () ENSINO FUND () COMPLETO () INCOMPLETO () ENSINO MÉDIO () COMPLETO () INCOMPLETO () ENSINO SUP. () COMPLETO () INCOMPLETO () GRADUAÇÃO: _____		14. PÓS-GRADUAÇÃO: 15. NECESSITA DE ATENDIMENTO ESPECIAL: () SIM () NÃO QUAL: _____	
16. CARGO/FUNÇÃO:	17. MAT. FUNCIONAL:	18. LOCAL DE LOTAÇÃO:	
19. DATA DE ADMISSÃO:			
20. MUNICÍPIO ONDE TRABALHA:			
21. SITUAÇÃO FUNCIONAL: () EFETIVO () TEMPORÁRIO () CARGO COMISSONADO			

TERMO DE COMPROMISSO INDIVIDUAL

Este Termo de Compromisso Individual assegura o direito ao servidor de participar do Curso de Atualização de Cuidador de Idoso, oferecido pela Escola Técnica do SUS “Dr. Manuel Ayres” – ETSUS/PA. O Participante deverá cumprir o mínimo de 75% de frequência no curso/capacitação/oficina citado acima, mediante comprovação em lista de frequência, resguardando direito de apresentar atestado médico para justificar falta, do contrário fica impedido de receber certificado.
Município, ___ de _____ de 2022.

Assinatura e carimbo da Chefia Imediata Assinatura do Participante
--

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CURSO

Declaro que o (a) servidor (a) _____ do(a) _____ lotado (a) no Setor _____ do(a) _____ tem disponibilidade para participar do Curso de Atualização de Cuidador de Idoso, com liberação para cumprir a carga horária de 40 horas teórico-prático, durante o período de 08 a 12/08/2022. Município, ___ de _____ de 2022.

Carimbo e assinatura da chefia imediata
Obs. Fazer a declaração com a logomarca do município de origem.

ANEXO IV
TERMO DE COMPROMISSO DO GESTOR

A Escola Técnica do SUS do Pará “Dr. Manuel Ayres” e o (a) Secretário (a) de Saúde do Município de _____ celebram entre si o presente TERMO DE COMPROMISSO que estabelece as condições que regerão a participação dos profissionais da área da Saúde para a realização do Curso de Atualização de Cuidador de Idoso.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Este Termo de Compromisso assegura o direito profissionais da saúde, área de Educação Permanente, Atenção Primária, profissional da Educação ou do Conselho/Usuário (Controle Social), ofertado pela ETSUS/PA;
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica a Secretaria Municipal de Saúde responsável em prover todas as facilidades e estímulos para os candidatos participarem e concluírem o curso, sala de aula com computadores, acesso à internet, inclusive o almoço e o deslocamento para os candidatos da zona rural;

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica a Secretaria Municipal de Saúde ciente de que uma vez inscrito e iniciado o Curso, o candidato deverá cumprir o mínimo de 75% de frequência, mediante comprovação em lista de frequência, resguardando direito de apresentar atestado médico para justificar falta, do contrário fica impedido de receber o certificado no final do curso;

CLÁUSULA QUARTA: A ETSUS-PA compromete-se a promover toda a infraestrutura pedagógica necessária para a realização do curso.
Município, ___ de _____ de 2022.

NOME DO SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE SAÚDE

Protocolo: 826268

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
ESCOLA TÉCNICA DO SUS DO PARÁ "DR. MANUEL AYRES"
EDITAL DE ABERTURA Nº 019/2022 DE 08 DE JULHO DE 2022 INSCRIÇÕES PARA O CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

A Diretora, Elizeth do Socorro da Silva Braga, da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde do Pará "Dr.Manuel Ayres" - ETSUS/PA, Diretoria vinculada à Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA, no uso de suas atribuições legais, torna público as inscrições para o Curso Básico de Formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Edital tem por objeto a realização do Curso Básico de Formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, a qual será destinado, prioritariamente para os municípios da Região Metropolitana I do Estado do Pará, Diretoria, Secretaria, Gerências e Equipe Técnica de funcionários, trabalhadores da Escola Técnica do SUS e da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA.

2- DO CURSO

2.1 O Curso Básico de Formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tem carga horária de 20 (vinte) horas, com duração de 01 (uma) semana;
 2.2 O curso terá 2 (duas) turmas com 20 (vinte) discentes em cada;
 2.3 As aulas acontecerão no município de Belém, durante 01 (uma) semana, no horário de 08h às 12h para a (turma 1) e de 14h às 18h para a (turma 2) conforme articulado com os gerentes;
 2.4 O Curso será realizado no período de 01 a 05 de agosto de 2022;
 2.5 As aulas acontecerão na modalidade presencial no município de Belém, na sede da ETSUS/PA, situado na Travessa da Estrela nº 2342 - Marco CEP: 66.080-471 - Belém-Pará conforme (Anexo I).

3- DOS REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

3.1 Os participantes devem atender aos seguintes critérios para efetivação de sua inscrição no curso:
 3.1.1 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 3.1.2 Ter concluído o Ensino Médio;
 3.1.3 Estar exercendo suas funções no Sistema Único de Saúde - SUS.

4- DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições são gratuitas;
 4.2 O Edital estará disponível no portal da SESPA: www.saude.pa.gov.br;
 4.3 O período das inscrições ocorrerá a partir de 08:00h do dia 11 de julho até as 17:00h do dia 25 de julho de 2022;
 4.4 As inscrições deverão ser enviadas por meio de Ofício para a Secretaria Escolar da ETSUS/PA, situada à Travessa Estrela, nº 2342 - Bairro: Marco, CEP: 66080-471 ou para o e-mail: etsus.secretariaescolar@escola.seduc.pa.gov.br;
 4.5 O envio das inscrições para a ETSUS/PA, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, de cada gerente da ETSUS/PA e da SESPA;
 4.6 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
 4.6.1 Ficha de inscrição (Anexo II);
 4.6.2 Declaração de liberação para participar do curso (Anexo III);
 4.6.3 Cópia do RG;
 4.6.4 Cópia do CPF;
 4.6.5 Cópia do Diploma do ensino médio ou Graduação, emitido por instituição de ensino devidamente reconhecida pelo MEC;
 4.6.6 Termo de Compromisso do Gestor (Anexo IV), sendo necessário apenas 01 (um) documento dos municípios da Região de Saúde Metropolitana I do Estado do Pará.

5- DAS VAGAS

5.1 Serão ofertadas 40 (quarenta) vagas;
 5.2 A distribuição de vagas encontra-se no (Anexo I) deste Edital;
 5.3 A oferta das vagas será destinada prioritariamente para os municípios da Região Metropolitana I do Estado do Pará, ETSUS/PA e SESPA;
 5.4 Em caso de não preenchimento de vagas a ETSUS/PA poderá absorver demanda espontânea social;
 5.5 Realização do Curso:

Mês	Período
Agosto	01 a 05/08/2022

6- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas contidas neste edital;
 6.2 Somente serão aceitas as inscrições que não apresentarem pendências;
 6.3 A ETSUS/PA não receberá inscrições fora do prazo estabelecido neste edital;
 6.4 Será eliminado, a qualquer época, mesmo depois de matriculado, o candidato que, comprovadamente, para realizar este curso tiver usado documentos e/ou informações falsas;
 6.5 De acordo com o Regimento Interno da ETSUS/PA, são critérios para a certificação a frequência mínima de 75% no curso das aulas teórico-prática, conforme Regimento Interno da Escola em com base no artigo 24 da LDB de 1996;
 6.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da ETSUS/PA.
 Belém, 08 de julho de 2022.
 Elizeth do Socorro da Silva Braga
 Diretora da ETSUS/PA

ANEXO I
DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

Turma	Local de Realização	Período do Curso	Municípios de abrangência	Nº de discentes contemplados
Curso Básico de Formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Aula Presencial ETSUS/PA Situada à Tv. Estrela, nº 2342 – Bairro: Marco, CEP: 66080-471	01 a 05/08/2022 Horário: 1º Turma - Manhã 08h às 12h	Belém Ananindeua Benevides Marituba Santa Bárbara do Pará	8
			ETSUS	4
			SESPA	8
		01 a 05/08/2022 Horário: 2º Turma - Tarde 14h às 18h	Belém Ananindeua Benevides Marituba Santa Bárbara do Pará	8
			ETSUS	4
			SESPA	8
Total				40

* Em caso de não preenchimento de vagas a ETSUS, poderá absorver demanda espontânea.

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

1. NOME:		2. SEXO: M () F ()	
3. C. IDENTIDADE:	4. ÓRGÃO EXPED.:	5. NASCIMENTO:	6. CPF:
7. ENDEREÇO:			
8. BAIRRO:	9. CEP:	10. MUNICÍPIO DE NASCIMENTO:	
11. FONE:	12. E-MAIL:		
13. ESCOLARIDADE: () ENSINO FUND () COMPLETO () INCOMPLETO () ENSINO MÉDIO () COMPLETO () INCOMPLETO () ENSINO SUP. () COMPLETO () INCOMPLETO () GRADUAÇÃO: _____		14. PÓS-GRADUAÇÃO: 15. NECESSITA DE ATENDIMENTO ESPECIAL: () SIM () NÃO QUAL: _____	
16. CARGO/FUNÇÃO:	17. MAT. FUNCIONAL:	18. LOCAL DE LOTAÇÃO:	
19. DATA DE ADMISSÃO:			
20. MUNICÍPIO ONDE TRABALHA:			
21. SITUAÇÃO FUNCIONAL: () EFETIVO () TEMPORÁRIO () CARGO COMISSONADO			

TERMO DE COMPROMISSO INDIVIDUAL

Este Termo de Compromisso Individual assegura o direito ao servidor de participar do Curso Básico de Formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, oferecido pela Escola Técnica do SUS "Dr. Manuel Ayres" - ETSUS/PA. O Participante deverá cumprir o mínimo de 75% de frequência no curso/capacitação/oficina citado acima, mediante comprovação em lista de frequência, resguardando direito de apresentar atestado médico para justificar falta, do contrário fica impedido de receber certificado.
 Município, ____ de ____ de 2022.

Assinatura e carimbo da Chefia Imediata Assinatura do Participante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CURSO

Declaro que o (a) servidor (a) _____ lotado (a) no Setor _____ do(a) _____ tem disponibilidade para participar do Curso Básico de Formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, com liberação para cumprir a carga horária de 20 horas, durante o período de 01 à 05/08/2022. Município, ____ de ____ de 2022.

Carimbo e assinatura da chefia imediata

Obs. Fazer a declaração com a logomarca do município de origem.

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO DO GESTOR

A Escola Técnica do SUS do Pará "Dr. Manuel Ayres" e o (a) Secretário (a) de Saúde do Município _____ celebram entre si o presente TERMO DE COMPROMISSO que estabelece as condições que regerão a participação dos profissionais da área da Saúde para a realização do Curso Básico de Formação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

CLÁUSULA PRIMEIRA: Este Termo de Compromisso assegura o direito profissionais da saúde, área de Educação Permanente, Atenção Primária, profissional da Educação ou do Conselho/Usuário (Controle Social), ofertado pela ETSUS/PA.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica a Secretaria Municipal de Saúde responsável em prover todas as facilidades e estímulos para os candidatos participarem e concluírem o curso, sala de aula com computadores, acesso à internet, inclusive o almoço e o deslocamento para os candidatos da zona rural;

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica a Secretaria Municipal de Saúde ciente de que uma vez inscrito e iniciado o Curso, o candidato deverá cumprir o mínimo de 75% de frequência, mediante comprovação em lista de frequência, resguardando direito de apresentar atestado médico para justificar falta, do contrário fica impedido de receber o certificado no final do curso.

CLÁUSULA QUARTA: A ETSUS-PA compromete-se a promover toda a infraestrutura pedagógica necessária para a realização do curso.
Município, ____ de _____ de 2022.

NOME DO SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE SAÚDE
Protocolo: 826258

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
ESCOLA TÉCNICA DO SUS DO PARÁ “DR. MANUEL AYRES”
EDITAL DE ABERTURA Nº 021/2022 DE 08 DE JULHO DE 2022 INSCRIÇÕES PARA O CURSO DE FORMAÇÃO NO ACOLOHIMENTO A POPULAÇÃO LGBTQIA+ COM FOCO NAS PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM ESPAÇOS DE SAÚDE DO SUS

A Diretora, Elizeth do Socorro da Silva Braga, da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde do Pará “Dr. Manuel Ayres” - ETSUS/PA, Diretoria vinculada à Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP, no uso de suas atribuições legais, torna público as inscrições para o Curso de Formação no Acolhimento a População LGBTQIA+ com Foco nas Pessoas Travestis e Transexuais em Espaços de Saúde do SUS.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O presente Edital tem por objeto a realização do Curso de Formação no Acolhimento a População LGBTQIA+ com Foco nas Pessoas Travestis e Transexuais em Espaços de Saúde do SUS, o qual será destinado, prioritariamente para trabalhadores do Hospital Jean Bitar (HJB) e Policlínica-Polimetropolitana.

2- DO CURSO

2.1 O Curso de Formação no Acolhimento a População LGBTQIA+ com Foco nas Pessoas Travestis e Transexuais em Espaços de Saúde do SUS, tem carga horária de 20 (vinte) horas, com duração de 01 semana;
2.2 O curso terá 2 (duas) turmas, com 20 (vinte) discentes cada;
2.3 O curso será realizado no período de 15 a 19/08/2022;
2.4 O curso será preferencialmente na modalidade Presencial;
2.5 As aulas presencias acontecerão no município de Belém, na sede da ETSUS/PA, em horário da manhã de 08:00 às 12:00h - 1º turma e de tarde de 14:00 às 18:00h - 2º turma, conforme (Anexo I).

3- DOS REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

3.1 Os participantes devem atender aos seguintes critérios para efetivação de sua inscrição no curso:
3.1.1 Ter idade mínima de 18 anos;
3.1.2 Ter concluído o Ensino Fundamental, Médio e/ou Superior;
3.1.3 Preferencialmente deverá estar exercendo suas funções no Hospital Jean Bitar (HJB) e Policlínica-Polimetropolitana.

4- DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições são gratuitas;
4.2 O Edital estará disponível no portal da SESP: Erro! A referência de hiperlink não é válida.
4.3 O período das inscrições ocorrerá a partir de 08:00h do dia 11 de julho até as 17:00h do dia 05 de agosto de 2022;
4.4 As inscrições deverão ser enviadas por meio de Ofício para a Secretaria Escolar da ETSUS/PA, situada à Travessa Estrela, nº 2342 - Bairro: Marco, CEP: 66080-471 ou para o e-mail: etsus.secretariaescolar@escola.seduc.pa.gov.br;
4.5 O envio das inscrições para a ETSUS/PA, será de responsabilidade da Coordenação do Hospital Jean Bitar (HJB) e Policlínica-Polimetropolitana;
4.6 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
4.6.1 Ficha de inscrição (Anexo II);
4.6.2 Declaração de liberação para participar do curso (Anexo III);
4.6.3 Cópia do RG;
4.6.4 Cópia do CPF;
4.6.5 Cópia do certificado de conclusão da escolaridade exigida, emitido por instituição formadora devidamente reconhecida pelo MEC;
4.6.6 Termo de Compromisso do Gestor (Anexo IV).

5- DAS VAGAS

5.1 Serão ofertadas 40 (quarenta) vagas;
5.2 A distribuição de vagas encontra-se no (Anexo I) deste Edital;
5.3 A oferta das vagas será destinada prioritariamente para o corpo de trabalhadores do Hospital Jean Bitar (HJB) e Policlínica-Polimetropolitana;
5.4 Em caso de não preenchimento de vagas a ETSUS/PA poderá absorver demanda espontânea social;
5.5 Realização do Curso:

Mês	Período
Agosto	15 a 19/08/2022 1º Turma: 08:00 às 12:00h 2º Turma: 14:00 às 18:00h

6- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas contidas neste edital;
6.2 Será eliminado, a qualquer época, mesmo depois de matriculado, o candidato que, comprovadamente, para realizar este curso tiver usado documentos e/ou informações falsas;
6.3 A ETSUS/PA não receberá inscrições fora do prazo estabelecido neste edital;
6.4 De acordo com o Regimento Interno da ETSUS/PA, são critérios para a certificação a frequência mínima de 75% no curso das aulas teórico-prática, conforme Regimento Interno da Escola em com base no artigo 24 da LDB de 1996;
6.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Direção da ETSUS/PA.
Belém, 08 de Julho de 2022.
Elizeth do Socorro da Silva Braga
Diretora da ETSUS/PA

ANEXO I
DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

Turma	Local de Realização	Período do Curso	Municípios de abrangência	Nº de discentes contemplados
Curso de Formação no Acolhimento a População LGBTQIA+ com Foco nas Pessoas Travestis e Transexuais em Espaços de Saúde do SUS	Aula Presencial ETSUS/PA Situada à Tv. Estrela, nº 2342 – Bairro: Marco, CEP: 66080-471	15 a 19/08/2022 Horário: 1º Turma - Manhã 08h às 12h	Hospital Jean Bitar (HJB)	10
			Policlínica- Polimetropolitana	10
		15 a 19/08/2022 Horário: 2º Turma - Tarde 14h às 18h	Hospital Jean Bitar (HJB)	10
			Policlínica- Polimetropolitana	10
Total				40

* Em caso de não preenchimento de vagas a ETSUS, poderá absorver demanda espontânea.

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

1. NOME:		2. SEXO: M () F ()	
3. C. IDENTIDADE:	4. ÓRGÃO EXPED.:	5. NASCIMENTO:	6. CPF:
7. ENDEREÇO:			
8. BAIRRO:	9. CEP:	10. MUNICÍPIO DE NASCIMENTO:	
11. FONE:	12. E-MAIL:		
13. ESCOLARIDADE: () ENSINO FUND () COMPLETO () INCOMPLETO () ENSINO MÉDIO () COMPLETO () INCOMPLETO () ENSINO SUP. () COMPLETO () INCOMPLETO () GRADUAÇÃO: _____		14. PÓS-GRADUAÇÃO: 15. NECESSITA DE ATENDIMENTO ESPECIAL: () SIM () NÃO QUAL: _____	
16. CARGO/FUNÇÃO:	17. MAT. FUNCIONAL:	18. LOCAL DE LOTAÇÃO:	
19. DATA DE ADMISSÃO:			
20. MUNICÍPIO ONDE TRABALHA:			
21. SITUAÇÃO FUNCIONAL: () EFETIVO () TEMPORÁRIO () CARGO COMISSONADO			

TERMO DE COMPROMISSO INDIVIDUAL
Este Termo de Compromisso Individual assegura o direito ao servidor de participar do Curso de Formação no Acolhimento a População LGBTQIA+ com Foco Nas Pessoas Travestis e Transexuais em Espaços de Saúde do SUS, oferecido pela Escola Técnica do SUS “Dr. Manuel Ayres” – ETSUS/PA. O Participante deverá cumprir o mínimo de 75% de frequência no curso/ capacitação/oficina citado acima, mediante comprovação em lista de frequência, resguardando direito de apresentar atestado médico para justificar falta, do contrário fica impedido de receber certificado.
Município, ____ de _____ de 2022

Assinatura e carimbo da Chefia Imediata	Assinatura do Participante
---	----------------------------

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CURSO

Declaro que o (a) servidor (a) _____ lotado no _____ tem disponibilidade para participar do Curso de Formação no Acolhimento a População LGBTQIA+ com Foco nas Pessoas Travestis e Transexuais em Espaços de Saúde do SUS com liberação para cumprir a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com duração de 05 dias.
Município, ____ de _____ de 2022.

Carimbo e assinatura da chefia imediata
Obs. Fazer a declaração com a logomarca.

ANEXO IV
TERMO DE COMPROMISSO DO GESTOR

A Escola Técnica do SUS do Pará “Dr. Manuel Ayres” e o (a) Secretário (a) de Saúde do Município de _____ celebram entre si o presente TERMO DE COMPROMISSO que estabelece as condições que regerão a participação dos profissionais da área da Saúde para a realização do Curso de Formação no Acolhimento a População LGBTQIA+ com Foco nas Pessoas Travestis e Transexuais em Espaços de Saúde do SUS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Este Termo de Compromisso assegura o direito profissionais da saúde, área de Educação Permanente, Atenção Primária, profissional da Educação ou do Conselho/Usuário (Controle Social), ofertado pela ETSUS/PA;

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica a responsável pelo Hospital Jean Bitar (HJB) e Policlínica-Polimetropolitana prover todas as facilidades e estímulos para os candidatos participarem e concluírem o curso, sala de aula com computadores, acesso à internet, inclusive o almoço e o deslocamento para os candidatos da zona rural;

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica a Hospital Jean Bitar (HJB) e Policlínica- Polimetropolitana ciente de que uma vez inscrito e iniciado o Curso, o candidato deverá cumprir o mínimo de 75% de frequência, mediante comprovação em lista de frequência, resguardando direito de apresentar atestado médico para justificar falta, do contrário fica impedido de receber o certificado no final do curso;

CLÁUSULA QUARTA: A ETSUS-PA compromete-se a promover toda a infraestrutura pedagógica necessária para a realização do curso. Município, __ de _____ de 2022.

NOME DO SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE SAÚDE
Protocolo: 826317

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 5ª REGIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 3ª REGIONAL

DIÁRIA

Portaria Nº 797 DE DIÁRIAS DE 08/07/2022
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Participar da reunião de ajuste de agenda das Regiões Metropolitana II e III considerando a condução do processo de Planejamento regional Integrado-PRI.
Origem: Castanhal-Pa
Destino: Santa Isabel do Pará / Período: 12/07 /2022
Servidoras: Ana Paula Nogueira de Sousa Cargo: Enfermeira CPF- 147.337.652.15 mat. 52340182
Rejani do Socorro Moreira da Silva Cargo: Psicologa CPF- 126.171.482.20 mat.3218406/2
Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.

Protocolo: 826024

Portaria Nº 798 DE DIÁRIAS DE 08/07/2022
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Executar atividades preventivas e educativas, atraves de distribuição de preservativos , cartazes, folders e orientações , referentes Campanha Julho Amarelo, mês de combate às Hepatites Virais.
Origem: Castanhal-Pa
Destino: Marapanim / Período: 15 a 18 /07 /2022
Servidoras: Jefferson Renan Moreira de Sousa Cargo: Chef. De Divisão CPF-009.113.102.23 mat. 6402921/1
Fábio Rodrigues Ferreira Cargo; Ag. de Artes Praticas CPF-136.148.942.15 mat.721182/2
Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.

Protocolo: 826102

Portaria Nº 801 e 802 DE DIÁRIAS DE 08/07/2022
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Conduzir servidores que irão executar atividades preventivas e educativas, atraves de distribuição de preservativos , cartazes, folders e orientações , referentes Campanha Julho Amarelo, mês de combate às Hepatites Virais.
Origem: Castanhal-Pa
Destino: Marapanim / Período: 15 a 18 /07 /2022
Servidores: Edmilson Alves Cavalcante Filho Cargo: motorista CPF- 218.055.632.20 mat.0503399
Cícero Alves Ferreira Cargo: Motorista CPF- 108.102.502.68 mat0478954
Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.

Protocolo: 826123

Portaria Nº 800 DE DIÁRIAS DE 08/07/2022
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Executar atividades preventivas e educativas, atraves de distribuição de preservativos , cartazes, folders e orientações , referentes Campanha Julho Amarelo, mês de combate às Hepatites Virais.
Origem: Castanhal-Pa
Destino: Marapanim / Período: 15 a 18 /07 /2022
Servidores: Luciel Márcio Monteiro Dias Cargo: Ag. de Portaria CPF- 694.574.332.20 mat. 57194139/1
Michelle Aparecida Cordeiro da Conceição CPF- 606.650.172.00 mat.541944981
Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.

Protocolo: 826114

Portaria Nº 799 DE DIÁRIAS DE 08/07/2022
Lei Ordinária nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Decreto Estadual nº 734, de 07 de abril de 1992.
Objetivo: Executar atividades preventivas e educativas, atraves de distribuição de preservativos , cartazes, folders e orientações , referentes Campanha Julho Amarelo, mês de combate às Hepatites Virais.
Origem: Castanhal-Pa
Destino: Marapanim / Período: 15 a 18 /07 /2022
Servidores: Guilherme da Silva Pavão Cargo: Enfermeiro CPF- 175.722.822./53 mat. 513692/0
Dinair Ferreira da Silva Cargo: Ag. de Portaria CPF- 430.154.412.72 mat. 57194718/1
Ordenador: Mário Moraes Chermont Filho.

Protocolo: 826107

ERRATA

ERRATA
ERRATA DA Portaria DE DIÁRIAS Nº 162/2022, PUBLICAÇÃO Nº 824124, PUBLICADA NO DOE Nº 35.036, DE 06 DE JULHO DE 2022, PG. 36.
ONDE SE LÊ: SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
MATHEUS QUARESMA RODRIGUES	-	COLABORADOR EVENTUAL
IGOR BALIEIRO DE LIMA CORDOVIL	-	COLABORADOR EVENTUAL
SIMONE DO SOCORRO QUARESMA DE SOUZA	-	COLABORADOR EVENTUAL
REGINALDO SILVA DOS SANTOS	-	COLABORADOR EVENTUAL
ROBERTA DA SILVA BITENCOURT DIAS	-	COLABORADOR EVENTUAL
GIOVANNA BARCELOS FONTENELE PEREIRA	-	COLABORADOR EVENTUAL
PAULO VITOR CARDOSO GALVÃO	-	COLABORADOR EVENTUAL
RAISSA DIAS FERREIRA	-	COLABORADOR EVENTUAL
ODIVALDO FERREIRA CORREA	-	COLABORADOR EVENTUAL
ANDREA DE MIRANDA MATOS	-	COLABORADOR EVENTUAL

LEIA-SE: SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
MATHEUS QUARESMA RODRIGUES	-	COLABORADOR EVENTUAL
IGOR BALIEIRO DE LIMA CORDOVIL	-	COLABORADOR EVENTUAL
SIMONE DO SOCORRO QUARESMA DE SOUZA	-	COLABORADOR EVENTUAL
REGINALDO SILVA DOS SANTOS	-	COLABORADOR EVENTUAL
ROBERTA DA SILVA BITENCOURT DIAS	-	COLABORADOR EVENTUAL
GIOVANNA BARCELOS FONTENELE PEREIRA	-	COLABORADOR EVENTUAL
RAISSA DIAS FERREIRA	-	COLABORADOR EVENTUAL
ODIVALDO FERREIRA CORREA	-	COLABORADOR EVENTUAL
ANDREA DE MIRANDA MATOS	-	COLABORADOR EVENTUAL
NOME	MATRICULA	CARGO

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826289

DIÁRIA

Portaria Nº 169 DE 08/07/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDORES PARA ACOMPANHAR EQUIPE DA COORDENAÇÃO ESTADUAL DE HANSENIASE, NAS AÇÕES PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ATIVIDADES DE BUSCA ATIVA DE CASOS E CAPACITAÇÃO EM HANSENIASE.
VEÍCULO OFICIAL S10, PLACA RFW-4D89
PERÍODO: 24 A 30/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 6,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
DESTINO (S): PARAGOMINAS-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
FRANK JUNIOR CARVALHO COSTA	572340981	MOTORISTA

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826398

Portaria Nº 168 DE 08/07/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: ACOMPANHAR EQUIPE DA COORDENAÇÃO ESTADUAL DE HANSENIASE, NAS AÇÕES PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE ATIVIDADES DE BUSCA ATIVA DE CASOS E CAPACITAÇÃO EM HANSENIASE.
PERÍODO: 24 A 30/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 6,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
DESTINO (S): PARAGOMINAS-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
MARIA DE NAZARÉ NERES DA SILVA	911701	DATILOGRAFO
FERNANDO MAURICIO VIEGAS FERNANDES	5719800101	ENFERMEIRO

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826394

Portaria Nº 151 DE 30/06/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDORES PARA REALIZAR ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIO JUNTO AO HOSPITAL SÃO FRANCISCO.
VEÍCULO OFICIAL S10, PLACA RFW-4D40
PERÍODO: 18 A 22/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA
DESTINO (S): ULIANÓPOLIS-PA
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
JOÃO CARLOS RIBEIRO FIDELIS	58530102	MOTORISTA

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 825583

Portaria Nº 150 DE 30/06/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: REALIZAR ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DE CONVÊNIO JUNTO AO HOSPITAL SÃO FRANCISCO.
PERÍODO: 18 A 22/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ-PA
DESTINO (S): ULIANÓPOLIS-PA
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
SALOMÃO LIRA DA SILVA	572061311	AG. DE CONTROLE DE ENDEMIAS
RONALDO DA SILVA SANTOS	1122321	MÉDICO VETERINÁRIO

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 825575

Portaria Nº 163 DE 08/07/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: REALIZAR VISITA TÉCNICA NO HOSPITAL VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA.
PERÍODO: 11 a 14/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4 (QUATRO MEIS DIÁRIA)
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
DESTINO (S): SANTA MARIA DO PARÁ-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
CLAUDIO SEVERINO CUNHA DE SOUSA	58147404	CHEFE DE DIVISÃO
RONALDO DA SILVA SANTOS	1122321	MÉDICO VETERINÁRIO

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826251

Portaria Nº 164 DE 08/07/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: REALIZAR CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO EM PRÁTICAS DE IMUNIZAÇÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO.
PERÍODO: 11 a 15/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
DESTINO (S): MÃE DO RIO-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
SALOMÃO LIRA DA SILVA	572061311	AG. DE ENDEMIAS
RAIMUNDO DOMINGOS OLIVEIRA VITORINO	50960651	AG. DE SAÚDE

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826184

Portaria Nº 165 DE 08/07/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDORES PARA REALIZAR CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO EM PRÁTICAS DE IMUNIZAÇÃO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO.
VEÍCULO OFICIAL FIAT DOBLÔ, PLACA QEC-6E63
PERÍODO: 11 a 15/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
DESTINO (S): MÃE DO RIO-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
ANTONIO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA	572340801	MOTORISTA

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826191

Portaria Nº 166 DE 08/07/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: REALIZAR VISITA TÉCNICA NA SECRETARIA DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS PARA SUPERVISIONAR, MONITORAR, ACOMPANHAR E AUXILIAR NA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DIGISUS
PERÍODO: 25 A 29/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
DESTINO (S): IRITUIA-PA, CAPITÃO POÇO-PA, GARRAFÃO DO NORTE-PA E NOVA ESPERANÇA DO PIRIA-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
MARIA DE NAZARÉ OLIVEIRA E SOUZA	5145031	AG. DE SAÚDE
ANTONIA CECÍLIA DE SOUZA LIMA	5896306	AG. ADMINISTRATIVO

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826350

Portaria Nº 167 DE 08/07/2022
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 149 DA LEI 5.810/94
OBJETIVO: CONDUZIR SERVIDORES PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA NA SECRETARIA DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS PARA SUPERVISIONAR, MONITORAR, ACOMPANHAR E AUXILIAR NA ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA DIGISUS.
VEÍCULO OFICIAL S10, PLACA RFW-4D40
PERÍODO: 25 A 29/07/2022
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 4,5
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
DESTINO (S): IRITUIA-PA, CAPITÃO POÇO-PA, GARRAFÃO DO NORTE-PA E NOVA ESPERANÇA DO PIRIA-PA.
SERVIDOR (ES):

NOME	MATRICULA	CARGO
JOÃO CARLOS RIBEIRO FIDELIS	58530102	MOTORISTA

ORDENADOR: MARIA LUCILENE RIBEIRO DAS CHAGAS
Protocolo: 826352

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 9ª REGIONAL

TORNAR SEM EFEITO

Portaria Nº 08 DE 07 DE JULHO DE 2022.
A DIRETORA DO 9º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE, usando de suas atribuições que foram conferidas pela Portaria nº 72/2021-CCG de 13/01/2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.459 de 14/ 01/ 2021 CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 2022/189865
RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a publicação do EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2022-CONTRATADO: C B REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS LTDA-CNPJ 18.470.217/0001-20-OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de emissão PASSAGENS FLUVIAIS PARA BALSA TIPO FERRY BOAT;
publicado no Diário Oficial Nº 34.996 de 06 de Junho 2022. Protocolo: 808753.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
ALINE NAIR CUNHA LIBERAL
Diretora do 9º CRS/SESPA

Protocolo: 826164

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 10ª REGIONAL

DIÁRIA

Portaria nº 318/2022, de 05/07/2022
Portaria Individual
Objetivo: Resolver assuntos técnicos administrativos junto A Coordenação do CEREST/PA.
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira
Destino (s): Belém
Servidor: 57224680/ ANDREANE FRANCISCA DOS SANTOS (TEC. DE ENFERMAGEM) / 6,5 diárias (completa) de 31/07/2022 a 06/08/2022
Ordenador de Despesa:
Waldecir Aranha Maia
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 825915

Portaria nº 319/2022, de 05/07/2022
Portaria Individual
Objetivo: Resolver assuntos técnicos administrativos junto aos setores do Nível Central da SESPA (DAF, FES, CPL, NISPLAN, DSG E CEREST/PA).
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira
Destino (s): Belém
Servidor: 5426421/ GELCIDES SOARES MODESTO (Técnica Pat. Clínica) / 6,5 diárias (completa) de 31/07/2022 a 06/08/2022
Ordenador de Despesa:
Waldecir Aranha Maia
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 825918

Portaria nº 320/2022, de 05/07/2022**Portaria Individual**

Objetivo: Conduzir viatura oficial com técnicos do 10º CRS/SESPA, para resolver assuntos técnicos administrativos junto aos setores do Nível Central da SESPA.
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira
Destino (s): Belém
Servidor: 57206438-1/ MARCO ANTÔNIO BENATHAR MALATO (Motorista) / 6,5 diárias (completa) de 31/07/2022 a 06/08/2022
Ordenador de Despesa:
Waldecir Aranha Maia
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 825924**Portaria nº 290/2022, de 01/07/2022****Portaria Individual**

Objetivo: Participar da Oficina de Atualização da versão do sistema e avaliação das ações dos SIM/SINASC
Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU
Origem: Altamira
Destino (s): Belém
Servidor: 57234801/ OSVALDO CORREIA DAMASCENO (Enfermeiro) / 6,5 diárias (completa) de 31/07/2022 a 06/08/2022
Ordenador de Despesa:
Waldecir Aranha Maia
Diretor do 10º CRS/SESPA

Protocolo: 825951**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 11ª REGIONAL****Portaria Nº 163 de 24 de Junho de 2022**

O (a) ORDENADOR (a) de DESPESA da Secretária de Estado de Saúde Pública usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no Decreto nº 2819 DE 06 DE Setembro de 1994. Que disciplina a Concessão de diária em Missão Oficial do Estado e Obtendo Capacitação Profissional. Objetivo: Conduzir os Técnicos do 11º CRS habilitados para configuração do sistema da Policlínica
MUNICIPIO: MARABÁ/ Tucuruí
PERÍODO: 24 a 25/06/2022
(1/5 Uma diária e meia)

SERVIDOR	CARGO	MATRICULA
NILTON FERREIRA DOS SANTOS	Motorista	503484

Ordenadora de despesa
11º. CRS – Marabá

Protocolo: 826029**Portaria Nº 162 de 24 de Junho de 2022**

O (a) ORDENADOR (a) de DESPESA da Secretária de Estado de Saúde Pública usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no Decreto nº 2819 DE 06 DE Setembro de 1994. Que disciplina a Concessão de diária em Missão Oficial do Estado e Obtendo Capacitação Profissional. Objetivo: De ordem do Diretor Guilherme Neves Mesquita- Diretor do DDAS, onde solicitam técnicos habilitados para configuração do Sistema da Policlínica em Tucuruí-Pá.
MUNICIPIO: MARABÁ/ Tucuruí
PERÍODO: 24 a 25/06/2022
(1/5 Uma diária e meia)

SERVIDOR	CARGO	MATRICULA
IRLANDIA DA SILVA GALVÃO	DIRETORA DO 11º CRS,	5946003/3
JEANE DE MORAIS DOURADO	Chefia da DOCA	5897742/1
ZELINDA LIMA MORAES	Enfermeira	57175050/1

Ordenadora de despesa
11º. CRS – Marabá

Protocolo: 826026**Portaria Nº 168 de 01 de julho de 2022**

O (a) ORDENADOR (a) de DESPESA da Secretária de Estado de Saúde Pública usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no Decreto nº 2819 DE 06 DE Setembro de 1994. Que disciplina a Concessão de diária em Missão Oficial do Estado e Obtendo Capacitação Profissional. Objetivo: Participar do Treinamento de elaboração da carta de Serviços do Estado do Pará, curso oferecido em parceria com a Escola de Governança do estado-EGPA.
MUNICIPIO: MARABÁ/ Belém
PERÍODO: 04 a 08/07/2022
(4/5 Quatro diárias e meias)

SERVIDOR	CARGO	MATRICULA
ALEX SANTOS DA SILVA	Agente Administrativo	57209582/2
JOELMA FERNANDES SARMENTO	Enfermeira	55585809-1

Ordenadora de despesa
11º. CRS – Marabá

Protocolo: 826052**Portaria Nº 169 de 01 de julho de 2022**

O (a) ORDENADOR (a) de DESPESA da Secretária de Estado de Saúde Pública usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no Decreto nº 2819 DE 06 DE Setembro de 1994. Que disciplina a Concessão de diária em Missão Oficial do Estado e Obtendo Capacitação Profissional. Objetivo: Conduzir os Técnicos que irão participar do treinamento de elaboração da carta de serviço do Estado do Pará
MUNICIPIO: MARABÁ/ Belém
PERÍODO: 04 a 08/07/2022
(4/5 Quatro diárias e meias)

SERVIDOR	CARGO	MATRICULA
ANTONIO VICENTE DA SILVA	Motorista	498856

Ordenadora de despesa
11º. CRS – Marabá

Protocolo: 826138**Portaria Nº 166 de 01 de julho de 2022**

O (a) ORDENADOR (a) de DESPESA da Secretária de Estado de Saúde Pública usando de suas atribuições e tendo em vista as instruções contidas no Decreto nº 2819 DE 06 DE Setembro de 1994. Que disciplina a Concessão de diária em Missão Oficial do Estado e Obtendo Capacitação Profissional. Objetivo: Realizar atividade de Monitoramento de Flebotômio
MUNICIPIO: MARABÁ/ Canaã dos Carajás e Parauapebas
PERÍODO: 04 a 09/07/2022
(5/5 Cinco diárias e meias)

SERVIDOR	CARGO	MATRICULA
JOSE MACARIO PINTO DE SOUZA	Guarda de Endemias	503460,

Ordenadora de despesa
11º. CRS – Marabá

Protocolo: 826163**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
PÚBLICA - 12ª REGIONAL****Portaria nº 418 de 08 de Julho de 2022**

Nome: Manoel da Paz Ribeiro dos Santos.
Cargo: Agente de Saúde Pública.
Matrícula/Siape: 505060.
CPF: 260.470.632-68.
Período: 11 a 15.07.2022.
Nº de Diárias: 4,5 (quatro e meia).
Origem: Conceição do Araguaia.
Destino: São Felix do Xingu e Xingua
Objetivo: Conduzir técnicos deste 12º CRS, para promover ações educativas no combate a hepatites virais (Campanha Julho Amarelo).
Ordenador de Despesas: Denise da Silva Matos

Protocolo: 826417**Portaria nº 419 de 08 de Julho de 2022**

Nome: José Ivanaldo Sales da Silva.
Cargo: Agente de Saúde Pública.
Matrícula/Siape: 505600.
CPF: 146.608.142-20.
Período: 11 a 15.07.2022.
Nº de Diárias: 4,5 (quatro e meia).
Origem: Conceição do Araguaia.
Destino: Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.
Objetivo: Conduzir técnicos deste 12º CRS, para promover ações educativas no combate a hepatites virais (Campanha Julho Amarelo).
Ordenador de Despesas: Denise da Silva Matos.

Protocolo: 826420**Portaria nº 420 de 08 de Julho de 2022.**

Nome: Célio Santos Cruz.
Cargo: Agente de Saúde Pública.
Matrícula/Siape: 504828.
CPF: 270.785.661-49.
Período: 11 a 15.07.2022.
Nº de Diárias: 4,5 (quatro e meia).
Origem: Conceição do Araguaia.
Destino: Cumaru do Norte
Objetivo: Conduzir técnicos da Divisão de Vigilância em Saúde.
Ordenador de Despesas: Denise da Silva Matos

Protocolo: 826421**Portaria nº 421 de 08 de Julho de 2022**

Nome: Abrahão Raimundo Alab Tavares.
Cargo: Motorista Oficial.
Matrícula/Siape: 502772.
CPF: 257.067.722-15.
Período: 18 a 22.07.2022.
Nº de Diárias: 4,5 (quatro e meia).
Origem: Conceição do Araguaia.
Destino: Rio Maria e Floresta do Araguaia
Objetivo: Conduzir técnicos deste 12º CRS, para promover ações educativas no combate a hepatites virais (Campanha Julho Amarelo).
Ordenador de Despesas: Denise da Silva Matos

Protocolo: 826423

Portaria nº 422 de 08 de Julho de 2022

Nome: Abrahão Raimundo Alab Tavares.

Cargo: Motorista Oficial.

Matrícula/Siape: 502772.

CPF: 257.067.722-15.

Período: 25 a 29.07.2022.

Nº de Diárias: 4,5 (quatro e meia).

Origem: Conceição do Araguaia.

Destino: Pau D'arco e Redenção

Objetivo: Conduzir técnicos deste 12º CRS, para promover ações educativas no combate a hepatites virais (Campanha Julho Amarelo).

Ordenador de Despesas: Denise da Silva Matos

Protocolo: 826424**Portaria No 416 de 07 de Julho de 2022**

Nome: Ademir Coelho Barbosa.

Cargo: Motorista Oficial.

Matrícula/Siape: 505545.

CPF: 032.693.292-53.

Período: 11 a 15.07.2022.

No de Diárias: 4,5 (quatro e meia).

Origem: Conceição do Araguaia.

Destino: Rio Maria, Xinguara e Sapucaia

Objetivo: Conduzir técnicos da Vigilância em Saúde/VISAMB.

Ordenador de Despesas: Denise da Silva Matos. Diretora do 12º CRS, em exercício.

Protocolo: 825414

OBS: Republicado por ter saído incorreto no DOE 35.038/08.07.2022**Protocolo: 826135**

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - 13ª REGIONAL

DESIGNAR SERVIDOR**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE****Portaria Nº 35 DE 07 DE JULHO DE 2022**

O Diretor do 13º Centro Regional de Saúde/SESPA, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 81/2022-CCG de 19 de Janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34838 de 20/01/2022.

RESOLVE:

I - REVOGAR a Portaria nº 06 de 09 de janeiro de 2020, publicada no D.O.E nº 34088 de 13/01/2020 que designou servidores como responsáveis pela Execução Orçamentária e Financeira do Setor Financeiro do 13ºCRS/SESPA-Cametá;

II- DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para serem os responsáveis pela Execução Orçamentária e Financeira do setor Financeiro deste 13ºCRS/SESPA-Cametá:

ALAN CRISTHE MARQUES VULCÃO- Matrícula nº5913119-1;

ANTÔNIO FARIAS XAVIER NETO- Matrícula nº6029570-2;

ELISABETH FREITAS GONÇALVES – Matrícula nº5115272-1;

ESMERALDA CORRÊA DOS SANTOS-5105293-1.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

Cametá, 07 de Julho de 2022.

HELIUZ CESAR TOCANTINS DE SOUZA

Diretor do 13ºCRS/SESPA-Cametá

Protocolo: 826014**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE****Portaria Nº 36 DE 07 DE JULHO de 2022.**

O Diretor do 13º Centro Regional de Saúde/SESPA, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 81/2022-CCG de 19 de Janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34838 de 20/01/2022.

E Considerando a necessidade de readequações na Divisão Administrativo/Financeira do 13ºCRS, especificamente no setor de Compras/Serviços.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 07 de 08 de Fevereiro de 2021, publicada no D.O.E nº34486 de 09/02/2021, que designou servidores para realização dos procedimentos e atividades inerentes ao referido Setor.

Art. 2º - DESIGNAR para Responder pelo Setor de Compras/Serviços Elielson Junior Mota Corrêa, matrícula nº 5913127-1. para realização dos procedimentos e atividades inerentes ao referido Setor e como suplentes os servidores: Jonathan Baeta Leão, CPF 916.306.222-59 e José Mauricio Vanzeler Pompeu, matrícula nº 57232496-1.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Diretor do 13º Centro Regional de Saúde, 07 de Julho de 2022.

Helius Cezar Tocantins de Souza

Diretor do 13º Centro Regional de Saúde/SESPA-Cametá(PA)

Protocolo: 826016**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE****Portaria Nº 34 DE 07 DE JULHO DE 2022**

O Diretor do 13º Centro Regional de Saúde/SESPA, usando de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 81/2022-CCG de 19 de Janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34838 de 20/01/2022.

RESOLVE:

I - REVOGAR a Portaria nº 01 de 09 de janeiro de 2020, publicada no D.O.E nº 34088 de 13/01/2020 que designou servidores para constituírem o Núcleo de Planejamento do 13ºCRS/SESPA;

II- DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para constituírem o Núcleo de Planejamento do 13ºCRS/SESPA conforme disposto a seguir:

ALAN CRISTHE MARQUES VULCÃO - Matrícula- 5913119-1

Coordenador de Planejamento do 13º Centro Regional de Saúde - Titular

ELISABETH FREITAS GONÇALVES – Matrícula - 5115272/1

Coordenadora de Planejamento do 13º Centro Regional de Saúde – Suplente

ESMERALDA CORRÊA DOS SANTOS-Matrícula -5105293-1

Apoio Técnico do Planejamento do 13º Centro Regional de Saúde

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Chefe da Divisão Administrativa

Antônia Denize Cardoso Damasceno - Matrícula 57190531/1 - Apoio Técnico

DIVISÃO DE ENDEMIAS

Chefe da Divisão de Endemias

Paulo dos Prazeres Rodrigues - Matrícula: 57206619-1- Apoio Técnico

DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

Chefe da Divisão de Organização, Controle e Avaliação

Fabiane Tocantins Souza dos Santos - Matrícula: 57205402-2 Apoio Técnico

DIVISÃO TÉCNICA

Chefe da Divisão Técnica

Francisca Solange Alencar dos Santos - Matrícula 5108420/1- Apoio Técnico

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Diretor do 13º CRS/SESPA em: 07/07/2022

Helius Cezar Tocantins de Souza

Diretor do 13º Centro Regional de Saúde

Protocolo: 826012**ERRATA****GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA****13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE****ERRATA DE Portaria**

Retificar as Portarias nº29 de 05/07/2022(DOE nº35036 de 06/07/2022) referente à Designação de servidores para desenvolver funções na Divisão de Técnica; nº30 de 05/07/2022(DOE nº35036 de 06/07/2022) referente à Designação de servidores para desenvolver funções na Divisão de Endemias; nº31 de 05/07/2022(DOE nº35036 de 06/07/2022) referente à Designação de servidores para desenvolver funções na Divisão de Organização, Controle e Avaliação-DOCA no âmbito do 13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE:

Onde se lê:

Portaria nº 5.319/2019-CCG de 19 de Dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34068 de 20/12/2019.

Leia-se:

Portaria nº 81/2022-CCG de 19 de Janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34838 de 20/01/2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

13º Centro Regional de Saúde/SESPA em: 07/07/2022

Helius Cezar Tocantins de Souza

Diretor do 13º CRS/SESPA-Cametá-PA

Protocolo: 826011

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

DISPENSA DE LICITAÇÃO**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2022-HOL - PAE**

Data de Homologação: 07/07/2022

Empresa Contratada: M. M. LOBATO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
Valor Total: R\$ 9.120,00 (nove mil, cento e vinte reais).

Objeto: Fornecimento de MEDICAMENTOS OFTALMOLÓGICOS, para o período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Divisão de Oftalmologia deste Hospital Ophir Loyola.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93

Processo nº 2022/606880

Orçamento: PROJ/ATIV: 10.302.1507.8880 FONTE: 0103. ELEMENTO DE

DESP: 3390.30. Ação: 264804

Ordenadora Responsável: IVETE GADELHA VAZ

Protocolo: 826008

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2022-HOL
O Diretor Geral do Hospital Ophir Loyola (HOL), no uso de suas atribuições legais, resolve RATIFICAR a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 034/2022, em favor da empresa M. M. LOBATO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA Objeto: Fornecimento de MEDICAMENTOS OFTALMOLÓGICOS, para o período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Divisão de Oftalmologia deste Hospital Ophir Loyola.
Processo nº 2022/606880
Valor Total: R\$ 9.120,00 (nove mil, cento e vinte reais).
Com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
Ordenadora Responsável: IVETE GADELHA VAZ

Protocolo: 826018**OUTRAS MATÉRIAS****Portaria Nº 496/2022 - GAB/DG/HOL.**

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 01/12/2021, Publicado no DOE nº 34.783 de 02/12/2021.
RESOLVE:
SUSPENDER por necessidade de serviço a contar 10 a 21/06/2022 o gozo de férias do servidor BRENO DOS SANTOS PONTES, Comissionado (Advogado), matrícula nº 5957743/1, concedido por meio da Portaria nº 225/2022, Publicado no DOE Nº 34.901 de 22/03/2022.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE E CUMPRA-SE.
Hospital Ophir Loyola.
Belém, 08 de julho de 2022.
IVETE GADELHA VAZ
Diretora Geral do HOL

Protocolo: 826462**Portaria Nº 498/2022 - GAB/DG/HOL.**

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 01/12/2021, Publicado no DOE nº 34.783 de 02/12/2021.
CONSIDERANDO a essencialidade das atividades deste Hospital, que suscitam a prorrogação da jornada de trabalho, tendo em vista a necessidade do serviço;
CONSIDERANDO o disposto na alínea "a" parágrafo 1º do Art. 137 da Lei 5.810/94.
CONSIDERANDO os termos contidos no processo nº 2022/626135 de 20/05/2022.
RESOLVE:
I - REVOGAR, a partir de 10/07/2022 os termos da Portaria nº 328/2021 - GAB/DG/HOL de 08/06/2021, que concedeu Gratificação de Tempo Integral - GTI, ao servidor GIBSON KEPLER SARMENTO PEREIRA, Técnico em Administração e Finanças (Cienc. Econom.), matrícula nº 80845169/4.
II - CONCEDER a Gratificação de Tempo Integral, de acordo com a Legislação Vigente, no percentual de 50% sobre o salário-base, aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL.
Esta Gratificação poderá ser suspensa a qualquer momento, a critério da Direção deste Hospital e não se incorporará para nenhum efeito à remuneração ou provento do (a) servidor (a).

NOME	A PARTIR DE	MATRÍCULA	CARGO
THIAGO RENDEIRO DO NASCIMENTO	11/07/2022	5958965/1	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
PRISCILA MONTEIRO DE OLIVEIRA	01/08/2022	57229935/1	AUXILIAR OPERACIONAL

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Hospital Ophir Loyola.
Em, 05 de julho de 2022.
IVETE GADELHA VAZ
Diretora Geral do HOL
Ciente:

Protocolo: 826536**NOTIFICAÇÃO PARA RECURSO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURADO POR MEIO DA Portaria Nº 076 de 11 de janeiro de 2022 - DOE de 25/01/2022 - GAB/DG/HOL - Processo nº 2021/1431233**

Fica notificada a Empresa CENTRAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, CNPJ Nº 21.895.020/0001-48, a comparecer (facultado), no local onde se situa a Comissão Apuradora, no Hospital Ophir Loyola, sito a Av. Magalhães Barata, n.º 992, São Braz, Belém, Pará, CEP 66060- 281, no horário de 08 às 14hs, para tomar conhecimento do Processo, bem como, querendo, obter cópia dos autos e a apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias corridos após esta notificação oficial, onde lhe serão garantidos o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do artigo 5º, inciso LV da Carta Magna de 1988.
Belém-Pa, 08 de julho de 2022
Diretora Geral: IVETE GADELHA VAZ

Protocolo: 826526**Portaria Nº 494/2022 - DAF/HOL.**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 27/07/2020, publicado no DOE nº 34.294 de 28/07/2020.
CONSIDERANDO os termos contidos no Processo nº 2022/818369 de 29/06/2022.

RESOLVE:

MOVER a partir de 01/07/2022, por necessidade do serviço a servidora ARIELLE LIMA DOS SANTOS, Enfermeiro, matrícula nº 5956150/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo do HOL, do Centro de Suporte de Enfermagem (Ambulatório), para o Centro de Suporte de Enfermagem (Banco de Olhos), deste Hospital.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
Hospital Ophir Loyola.
Em, 07 de julho de 2022.
Fernando Nilson Velasco Júnior
Diretor de Administração e Finanças do HOL
Ciente:

Protocolo: 826228**Portaria Nº 495/2022- GAB/DG/HOL**

A DIRETORA GERAL DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 01/12/2021, Publicado no DOE nº 34.783 de 02/12/2021.
CONSIDERANDO a ausência da titular no período de 18 a 22/07/2022, IVETE GADELHA VAZ, matrícula nº 102385/4, Assistente Social e Diretora Geral deste Hospital.
CONSIDERANDO os termos contidos no processo nº 2022/831625 de 30/06/2022.
RESOLVE:
DESIGNAR, o servidor JOÃO DE DEUS REIS DA SILVA, Médico e Diretor Clínico, matrícula nº 3152928/1, pertencente ao Quadro de Pessoal Ativo da CASA CIVIL, para responder pela Diretoria Geral em razão da ausência do seu titular.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Hospital Ophir Loyola.
Em, 07 de julho de 2022.
IVETE GADELHA VAZ
Diretora Geral do HOL

Protocolo: 826248

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

ERRATA**ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 817894, DIÁRIO OFICIAL Nº 35.018 DE 23/06/2022**

CONTRATADA: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA
CNPJ/MF: 36.003.671/0001-53
PAE Nº 2022/157024

ONDE SE LÊ: Vigência: 14/06/2022 a 14/06/2024**LEIA-SE:** Vigência: 14/06/2022 a 14/06/2023

Ordenador: Tiago de Lima Ribeiro
Presidente em exercício da FSCMP

Protocolo: 826335**ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 817898, DIÁRIO OFICIAL Nº 35.018 DE 23/06/2022**

CONTRATADA: CONSULTRE – CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA
CNPJ/MF: 36.003.671/0001-53
PAE Nº 2022/157024

ONDE SE LÊ: ELEMENTO DE DESPESA: 339030 e 339039**LEIA-SE:** ELEMENTO DE DESPESA: 339039.

Ordenador: Tiago de Lima Ribeiro
Presidente em exercício da FSCMP

Protocolo: 826336**ERRATA DA PUBLICAÇÃO: 797545, DIÁRIO OFICIAL Nº 34.969 DE 15/05/2022**

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE MEDICINA INTENSIVA BRASILEIRA - AMIB
CNPJ/MF: 45.339.405/0001-97
PAE Nº 2022/157024

ONDE SE LÊ: Vigência: 12/05/2022 a 12/05/2023**LEIA-SE:** Vigência: 06(SEIS) MESES

Ordenador: Tiago de Lima Ribeiro
Presidente em exercício da FSCMP

Protocolo: 826333**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2022**

Às 16:22 horas do dia 07 de julho de 2022, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. TIAGO DE LIMA RIBEIRO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 372649/2022, Pregão nº 017/2022.
Empresa vencedora: MED CENTER COMERCIAL LTDA - CNPJ: 00.874.929/0001-40.
Valor Global: R\$ 4.072.500,00
Comissão Permanente de Licitação / FSCMP

Protocolo: 826154

APOSTILAMENTO

APOSTILAMENTO

Número: 1
Data de Assinatura: 07/07/2022
OBJETO: O presente Instrumento de Apostilamento tem como objetivo a RETIFICAÇÃO/MODIFICAÇÃO UNILATERAL DA DATA DE ASSINATURA CONTRATO Nº 109/2022/FSCMP, por parte da Administração, devendo ser considerada a data de 05 DE ABRIL DE 2022 (CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS), bem como data de início da vigência do contrato CONTRATO nº 109/2022 - REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2022/FSCMP
PAE Nº 2022/275334
CONTRATADA: ADVANCED STERILIZATION PRODUCTS DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.
Ordenador: Tiago de Lima Ribeiro
Presidente em exercício da FSCMP

Protocolo: 826190

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO

Portaria Nº 657/2022/CAPE/FSCMP
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998, e posteriores alterações, e,
RESOLVE:
Tornar sem efeito a publicação nº 823334 referente ao 1º Termo aditivo ao contrato nº 099/2021/FSCMP, oriundo do PE SRP nº 043/2020/FSCMP, DOE nº 35.032 do dia 04 de julho de 2022, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO HOSPITALAR - DIVERSOS (ATADURAS, COMPRESSAS, LUVAS), firmado entre a FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ e a empresa CREMER S.A.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Belém/PA, 08 de julho de 2022.
TIAGO DE LIMA RIBEIRO
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
CONTRATANTE

Protocolo: 826009

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2022/FSCMP
Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 098/2022 - FSCMP, Processo nº 2021/1067851, homologado, em 24/06/2022.
OBJETO: Pregão para "AQUISIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO HOSPITALAR E CONSUMO - PIPETAS, TUBO DE DURHAM, TUBO DE ENSAIO, TUBO DE HEMOLISE, CAIXAS ORGANIZADORAS, LAVADOR DE PIPETAS, ESCOVAS, ESCORREDOR, FRASCOS DE VIDRO, CAIXAS TERMICAS, SOLUÇÃO".
VIGÊNCIA: A presente Ata terá validade de 07/07/2022 a 07/07/2023, 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

TC COMÉRCIO DE SERVIÇOS E TECNOLOGIA EIRELI, com sede em Belém/PA, na Tv. Angustura Nº 2813, Bairro Marco, CEP: 66.093-040, Telefone: (091) 3366-5107/5108, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 07.679.989/0001-50, e-mail: licitacoes@tccopiadoras.com.br					
Item	Especificação	Marca/Fab.	Qtd.	Valor unitário	Valor Total
5	CAIXA ORGANIZADORA BRANCA EM POLIETILENO, COM TAMPA, VOLUME ESTIMADO EM 11L, COM VEDAÇÃO NA TAMPA FIRMEMENTE À CAIXA. MEDIDAS: 39 CM (COMPRIMENTO) X 28 CM (LARGURA) X 13 CM (ALTURA). VOLUME: 11L	PLEION PLEION	200	R\$ 39,00	R\$ 7.800,00
6	DEPÓSITO PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM TAMPA, VOLUME ESTIMADO EM 8,6L, COM GRAMPOS DE FECHAMENTO QUE PRENDEN A TAMPA FIRMEMENTE À CAIXA. SUA TRANSPARÊNCIA PERMITE A VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO, DISPENSANDO ETIQUETAGEM. COR: BRANCA MEDIDAS: 40 CM (COMPRIMENTO) X 27 CM (LARGURA) X 13 CM (ALTURA). VOLUME: 8,6L	PLEION PLEION	200	R\$ 27,00	R\$ 5.400,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.200,00	

Protocolo: 826032

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Órgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Temporário
Processo de Autorização: 2022/179188
Ato: Contrato nº 027/2022
Nome: Juan Monteiro da Silva
Cargo: Médico
Data da admissão: 01/07/2022

Término de Vínculo: 30/06/2023
CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE SUBSTITUIÇÃO, AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 2022/179188, CONFORME LC 131/2020, ARTº I E II, ART 2º, §2º, AUTORIZADO EM 20/06/2022, NÃO ACARRETANDO ACRÉSCIMO DE DESPESA AO ERÁRIO.

Protocolo: 826545

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

Portaria nº 808/2022 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 07 de julho de 2022.
O Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Processo nº 2022/819934 que versa sobre o distrato da servidora Joana Cristina Alves De Lima;
RESOLVE:
- Distratar, a pedido, o (a) servidor (a) Joana Cristina Alves De Lima, matrícula nº 54184079/3 do cargo de Enfermeiro, lotado (a) na Coordenação do Hemocentro Regional de Castanhal desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2022
- Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 07 e julho de 2022.
Dr. PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 826179

Portaria nº 807/2022 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, de 07 de julho de 2022.
O Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o Processo nº 2022/858299 que versa sobre o requerimento de distrato da servidora Maria De Nazare Da Silva Braga;
RESOLVE:
- Distratar, a pedido, o (a) servidor (a) Maria De Nazare Da Silva Braga, matrícula nº 57174894/3 do cargo de Enfermeiro, lotado (a) na Gerência de Triagem de Doadores desta Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, a contar de 01 de julho de 2022
- Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, em 07 e julho de 2022.
Dr. PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA
Presidente da Fundação HEMOPA

Protocolo: 826167

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 064/2022 DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/400022.
DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
CONTRATADO: GOEDERT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.846.465/0001-18 com sede na Rua Edgard Hoffmann, nº 496, Beira Rio Biguaçu - SC, CEP: 88164-275, neste ato representada por seu representante legal DOUGLAS DE MORAES, portador da Cédula de Identidade nº. 4697121 SSP/SC, CPF/MF sob o nº. 039.857.629-70, doravante denominada CONTRATADA
DO OBJETO: O objeto do presente contrato é Aquisição de Máscara Cirúrgica Descartável, para o corpo funcional da Fundação HEMOPA.
DO PRAZO: Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso compatível com a legislação que rege a matéria, por prazo e condições a serem firmados através de termo aditivo;
DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento da contratante, como a seguir especificado:
Unidade Orçamentária: 90101
Programa de Trabalho: 10122129783380000 E 10302150782930000
Fonte de Recurso: 0261000000, 0269001022 E 0103000000
Natureza de Despesa: 339030
DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R\$ 27.532,60 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)
DO FISCAL DO CONTRATO: Será responsável pela Gestão do contrato a servidora Patrícia Cristina Moreira Arruda, Médica do trabalho, tendo como Fiscal Técnico Josilene Sousa da Luz, técnica de segurança do trabalho do SASS.
DO FORO: Belém - Pará
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de Julho de 2022.
ASSINATURAS:
Paulo André Castelo Branco Bezerra - Presidente da Fundação HEMOPA - Contratante
Douglas De Moraes - Goedert Ltda - Contratada
ORDENADOR DE DESPESA - Paulo André Castelo Branco Bezerra - CPF nº 229.089.192-49.

Protocolo: 826360

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 063/2022 DECORRENTE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2022- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/162977
DAS PARTES:
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA
CONTRATADO: CDM1 MEDICINA DIAGNÓSTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.972.321/0001-70 com sede na tv. Barão do Triunfo, nº 3540 Edif Infinity Corporate, sala 103, neste ato representada

por seu representante legal PAULO GILBERTO SILVA TOBIAS, portador da Cédula de Identidade nº. 5034807 SSP-PA, CPF/MF sob o nº. 137.548.232-72, doravante denominada CONTRATADA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de Laboratório(s) de Patologia Clínica ou Análises Clínicas para prestação de serviços laboratoriais de apoio para complementação às rotinas da Gerência de Triagem de doenças Transmissíveis pelo Sangue para realização de testes confirmatórios para Sífilis, Hepatite B e Doença de chagas.

DO PRAZO: Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso compatível com a legislação que rege a matéria, por prazo e condições a serem firmados através de termo aditivo.

DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento da contratante, como a seguir especificado:

Unidade Orçamentária: 90101

Programa de Trabalho: 10122129783380000, 10302150782880000 E 10302150782930000

Fonte de Recurso: 0261000000, 0269001022 e 0103000000

Natureza de Despesa: 339039

DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R\$ 102.130,56 (cento e dois mil cento e trinta reais e cinquenta e seis centavos).

DO FISCAL DO CONTRATO: O responsável pela fiscalização dos serviços prestados e gestão do Contrato é a servidora Patrícia Danin Jordão Monteiro, gerente da Gerência de Triagem de Doenças Transmissíveis pelo Sangue (GETDT) e os que este designar, profissional biomédico ou farmacêutico – bioquímico.

DO FORO: Belém – Pará

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de julho de 2022.

ASSINATURAS:

Paulo André Castelo Branco Bezerra - Presidente da Fundação HEMOPA – Contratante
Paulo Gilberto Silva Tobias - CDM1 MEDICINA DIAGNÓSTICA EIRELI – Contratada
ORDENADOR DE DESPESA - Paulo André Castelo Branco Bezerra - CPF nº 229.089.192-49.

Protocolo: 826225

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 061/2022 DECORRENTE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2022- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022/314503

DAS PARTES:

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ – HEMOPA

CONTRATADO: AMAZON MEDICAL CARE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29187032000120 com sede no Tv. We - 12 (Cj. Satélite) 1000, sala 1, galpão A, Coqueiro, CEP: 66.670-260, Belém-PA, neste ato representada por seu representante legal REGIA MARIA DE ALMEIDA SANTOS, portador da Cédula de Identidade

nº. 2044644 CPF/MF sob o nº. 315.948.404-15, residente e domiciliada na Alameda Quatorze

- B (conjunto Cordeiro De Farias), 115, Tapanã (Icoaraci), Belém- PA, CEP: 66.833-135,

doravante denominada CONTRATADA

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a aquisição de LÂMINAS PARA MICROSCOPIA, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

DO PRAZO: Este contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso compatível com a legislação que rege a matéria, por prazo e condições a serem firmados através de termo aditivo.

DOS RECURSOS: Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste contrato constam do orçamento da contratante, como a seguir especificado:

Unidade Orçamentária: 90101

Programa de Trabalho: 10302150782930000 e 10302150782880000

Fonte de Recurso: 0261000000, 0269001022 e 0103000000

Natureza de Despesa: 339030

DO VALOR: O valor global do presente contrato é de R\$ 9.492,48 (nove mil quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos)

DO FISCAL DO CONTRATO: Será responsável pela Gestão do contrato a servidora Lucidéia Lira de Oliveira, Administradora e Gerente do Almoxarifado e Patrimônio e tendo como Fiscal Técnica a servidora Larissa Tatiana Valente Martins Francês, Médica e responsável pela Gerência de Hematologia- GEHEM da Fundação HEMOPA.

DO FORO: Belém – Pará

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01 de julho de 2022.

ASSINATURAS:

Paulo André Castelo Branco Bezerra - Presidente da Fundação HEMOPA – Contratante

Regia Maria De Almeida Santos - Amazon Medical Care Eireli – Contratada

ORDENADOR DE DESPESA - Paulo André Castelo Branco Bezerra - CPF nº 229.089.192-49,

Protocolo: 826202

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 030/2022 – HEMOPA

Processo Administrativo Eletrônico nº 2021/777638

OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura e eventual de insumos para realização de exames laboratoriais de histocompatibilidade no laboratório da Gerência de Imunogenética.

Edital disponível em: www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br

no Mural de Licitações.

UASG da Fundação HEMOPA: 925452

SESSÃO PÚBLICA: 21/07/2022

Local: www.gov.br/compras

Hora: 09h00min Horas. (Horário de Brasília)

Ordenador da despesa: Paulo André Castelo Branco Bezerra

Protocolo: 826361

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2022 – HEMOPA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2022/718818

A FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ – HEMOPA comunica que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO pelo critério de julgamento MENOR PREÇO por LOTE modo de disputa ABERTO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de elaboração e detalhamento de projetos executivos, incluindo documentos técnicos, especificações técnicas, planilhas de quantitativos e custos, planilhas de composição de custos unitários de serviços e cronograma físico-financeiro, para implantação em uma área de 300 m² (metros quadrados), a nova Unidade de Coleta do Shopping Metrópole Ananindeua, da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará.

Edital disponível em: www.gov.br/compras e www.compraspara.pa.gov.br no Mural de Licitações.

UASG da Fundação HEMOPA: 925452

SESSÃO PÚBLICA: 21/07/2022

Local: www.gov.br/compras

Hora: 09 Horas. (Horário de Brasília)

Unidade Orçamentária: 62201

Programa de Trabalho: 10302150782890000, 10302150782930000 e 10122129783380000

Fonte de Recurso: 0261000000, 0269001022, 0103000000

Natureza de Despesa: 339039

Ordenador da despesa: Paulo André Castelo Branco Bezerra.

Protocolo: 826177

SUPRIMENTO DE FUNDO

Nº da Portaria: 810/2022

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:

CELSON MURILO PALHA DA CRUZ Op. de Computador/GETIN 58926501

Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:

10122129783380000 269 339030 4000,00

Observação: Nº do Processo: 2022/865829 Período de aplicação:

Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 826064

Nº da Portaria: 809/2022

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:

JARDEL NAZARENO SILVA DA CUNHA Gerente de Transporte/GETRA 59416002

Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:

10122129783380000 269 339030 3580,00

Observação: Nº do Processo: 2022/856864 Período de aplicação:

Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 826071

Nº da Portaria: 811/2022

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:

MAURO AUGUSTO DA ROCHA MORAES TESOUREIRO/ TES 5630878

Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:

10122129783380000 269 339030 4000,00

Observação: Nº do Processo: 2022/866997 Período de aplicação:

Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 826232

Nº da Portaria: 815/2022

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:

ANTONIO FERNANDES COSTEIRA NETO Administrador/ TES 541955481

Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:

10122129783380000 269 339039 4000,00

Observação: Nº do Processo: 2022/867254 Período de aplicação:

Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 826249

Nº da Portaria: 812/2022

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:

MAURO AUGUSTO DA ROCHA MORAES TESOUREIRO/ TES 5630878

Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:

10122129783380000 269 339039 4000,00

Observação: Nº do Processo: 2022/867042 Período de aplicação:

Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 826238

Nº da Portaria: 813/2022

Prazo para Aplicação (em dias): 30 Prazo para prestação de constas(em dias): 15

Nome do servidor: Cargo do servidor: Matrícula:

MAURO AUGUSTO DA ROCHA MORAES TESOUREIRO/ TES 5630878

Natureza de Trabalho: Fonte de Recurso: Natureza de Despesa: Valor:

10122129783380000 269 339036 4000,00

Observação: Nº do Processo: 2022/867160 Período de aplicação:

Ordenador: PAULO ANDRE CASTELO BRANCO BEZERRA

Protocolo: 826240

* O valor global estimado desta Ata é R\$ 209.200,00 (Duzentos e nove mil e duzentos reais).

RICARDO JORGE DE MOURA PALHETA
ORDENADOR RESPONSÁVEL.

Protocolo: 826503

HOSPITAL REGIONAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

DIÁRIA

Portaria Nº 272 DE 24 DE JUNHO DE 2022

OBJETIVO: CONDUZIR E ACOMPANHAR PACIENTE DO HR DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA AO HOSPITAL SAÚDE DA FAMÍLIA EM REDENÇÃO - PA.
FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.
ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
DESTINO(S): REDENÇÃO/PA
SERVIDOR (ES):
JOSIAS DA SILVA - MAT. 7565590-2, AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
JANAILDES PEREIRA DE SOUSA - MAT. 54185704-3, ENFERMEIRA Nº 0,5 DIÁRIA
PERÍODO: DE 06/06/2022
ORDENADOR: JOÃO WANDERLEY SILVA OLIVEIRA

Protocolo: 826460

HOSPITAL REGIONAL DE SALINÓPOLIS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022/HRS PROCESSO PAE Nº 2021/1379821

A Diretora do HOSPITAL REGIONAL DE SALINÓPOLIS/SESPA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Nº 07/2022/HRS, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: ARTIGOS DE VESTUÁRIO, de acordo com as especificações e quantidades constantes do Anexo I que integra este documento.

EMPRESA VENCEDORA:
1 - MYO2 SOLUÇÕES EM SAÚDE INDÚSTRIA EIRELI - CNPJ: 15.564.580/0001-17.
VALOR TOTAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2022/HRS: R\$ 36.718,38 (Trinta e seis mil setecentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).
Salinópolis/PA, 08 de julho de 2022.

Luana Kelly Noronha Loiola
Diretora do HRS/SESPA

Protocolo: 826380

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

LICENÇA PRÊMIO

Assunto: Licença Prêmio

Portaria Nº 230 DE 01 DE JULHO DE 2022

Servidor (a): JOSE RODRIGUES MONTEIRO
Id. Funcional: 2033909/1
Cargo: Braçal
Lotação: Gerência de Serviços Gerais
Período: 04.07 a 31.10.2022
Nº de dias: 120 (cento e vinte)
Triênios: 11/02/2008 a 10/02/2011 e 11/02/2011 a 10/02/2014

Portaria Nº 234 DE 06 DE JULHO DE 2022

Servidor (a): ANTONIO BORCEM MONTEIRO
Id. Funcional: 3276961/1
Cargo: Vigia
Lotação: Gerência de Serviços Gerais
Período: 01.07 a 29.08.2022
Nº de dias: 60 (sessenta)
Triênio: 11/06/2003 a 10/06/2006

Portaria Nº 235 DE 06 DE JULHO DE 2022

Servidor (a): ANTONIO CARLOS ARAÚJO DA COSTA
Id. Funcional: 3276996/1
Cargo: Vigia
Lotação: Gerência de Serviços Gerais
Período: 01.08 a 29.09.2022
Nº de dias: 60 (sessenta)
Triênio: 11/06/2010 a 10/06/2013

HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ

DESIGNAR SERVIDOR

Portaria nº 099/2022 -HRC Cametá, 08/07/2022.

O diretor do HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ, no uso de suas atribuições legais através da Portaria nº 866/2022-CCG-de 30/06/2022, publicada no DOE 35.030 de 01/07/2022.....

RESOLVE:

•DESIGNAR, a servidora ALANA CAROLINA GAIA DE OLIVEIRA, CPF: 021.893.272-37, Farmacêutica, matrícula 5959224-1, para responder pelo setor de Farmácia do Hospital Regional de Cametá.

•Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

DÊ CIÊNCIA, REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRÁ-SE.

MARCELO VEIGA COSTA

Diretor do H.R.C.

Portaria nº 866/2022 - CCG

Portaria nº 100/2022 -HRC Cametá, 08/07/2022.

O diretor do HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ, no uso de suas atribuições legais através da Portaria nº 866/2022-CCG-de 30/06/2022, publicada no DOE 35.030 de 01/07/2022.....

RESOLVE:

•DESIGNAR, o servidor JOSÉ ALÍPIO AMÉRICO DE CASTRO, CPF: 286.847.532-91, Farmacêutico/Bioquímico, matrícula 5562570-2, para responder pelo setor de Laboratório do Hospital Regional de Cametá.

•Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

DÊ CIÊNCIA, REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRÁ-SE.

MARCELO VEIGA COSTA

Diretor do H.R.C.

Portaria nº 866/2022 - CCG

Protocolo: 826427

Portaria nº 098/2022 -HRC Cametá, 08/07/2022.

O diretor do HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ, no uso de suas atribuições legais através da Portaria nº 866/2022-CCG-de 30/06/2022, publicada no DOE 35.030 de 01/07/2022.....

RESOLVE:

CESSAR, a Portaria 020/2022 de 27/01/2022 publicada no DOE nº 34.846 de 28/01/2022, a qual designou a servidora ELIANA MIRANDA MOREIRA MONTEIRO, CPF: 613.850.852-15, Agente Administrativo, matrícula 54194050-1, para responder pelo setor de Recursos Humanos deste Hospital Regional de Cametá.

DESIGNAR, a servidora DILÉIA CRUZ TELES, CPF: 819.475.182-91, Agente Administrativo, matrícula 57232479-1, para responder pelo setor de Recursos Humanos deste Hospital Regional de Cametá.

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

DÊ CIÊNCIA, REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRÁ-SE.

MARCELO VEIGA COSTA

Diretor do H.R.C.

Protocolo: 826400

ERRATA

Errata da Portaria nº 092/2022, publicada no DOE nº 35.034 de 05/07/2022, a qual cessa a Portaria 109/2021 de 29/10/2021 e designar o servidor OSCAR DA CONCEIÇÃO PARAENSE NETO, CPF:282.454.742-15, Agente Administrativo.

Onde lê-se: OSCAR CONCEIÇÃO PARAENSE

Leia-se: OSCAR DA CONCEIÇÃO PARAENSE NETO

Errata da Portaria nº 092/2022, publicada no DOE nº 35.034 de 05/07/2022, a qual cessa a Portaria 109/2021 de 29/10/2021 do servidor Elvis Ronis Américo Gomes CPF: 625.897.502-00 e designar o servidor OSCAR DA CONCEIÇÃO PARAENSE NETO.

Onde lê-se: CPF: 460.651.302-06

Leia-se: CPF: 625.897.502-00

Protocolo: 826246

Portaria Nº 236 DE 06 DE JULHO DE 2022

Servidor (a): NELLY LUCIA DA SILVA CASSIANO

Id. Funcional: 3276651/1

Cargo: Auxiliar de Administração

Lotação: Diretoria de Planejamento da Infraestrutura de Transportes

Período: 01 a 30.08.2022

Nº de dias: 30 (trinta)

Triênio: 17/05/2009 a 16/05/2012

Portaria Nº 237 DE 07 DE JULHO DE 2022

Servidor (a): MARIA CRISTINA MACEDO BARRA

Id. Funcional: 3275850/1

Cargo: Engenheiro Civil

Lotação: Diretoria de Planejamento da Infraestrutura de Transportes

Período: 08.08 a 06.10.2022

Nº de dias: 60 (sessenta)

Triênio: 16/02/2008 a 15/02/2011

FRANCISCO EDVAN DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 826322**TERMO ADITIVO A CONTRATO****EXTRATO DO TERMO DE ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL Nº DO CONTRATO: 093/2021****PROCESSO Nº. 2021/932537 ANEXO: 2022/806382**

JUSTIFICATIVA: O Termo Aditivo refere-se à alteração da Cláusula Nona, item 9.1 do Contrato nº 093/2021, decorrente do pedido formulado pela contratada, concernente a Cessão de Crédito do Contrato epígrafado, o qual postula o pagamento exclusivamente junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARA, com fundamento na Manifestação Jurídica, Nota Técnica nº 000045/2020, oriunda da Procuradoria - Geral do Estado do Pará, bem como pela autorização do Gestor desta SETRAN.

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2022.

CONTRATADA: TOCANTINS LTDA.

CNPJ: 01.687.568/0001-95.

ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA - SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 826358**1º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE SERVIÇOS COM REFLEXO FINANCEIRO****PROCESSO: 2019/523055 ANEXO: 2022/62864**

CONTRATO: 021/2021

JUSTIFICATIVA: O presente Termo Aditivo de Acréscimo e Supressão de Serviços, com Reflexo Financeiro ao Contrato nº 021/2021, decorre da solicitação feita pela contratada, com fundamento no Art. 65, I, alínea "a" e "b" c/c §1º da Lei nº. 8.666/93.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 26.595.924,73 (vinte e seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos).

VALOR SUPRIMIDO: R\$ 1.171.969,99 (um milhão, cento e setenta e um mil, novecentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos).

REFLEXO FINANCEIRO: R\$ 5.110.321,57 (cinco milhões, cento e dez mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta e sete centavos).

VALOR GLOBAL: R\$ 31.706.246,30 (trinta e um milhões, setecentos e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 290101; Programa de Trabalho: 26.782.1486.7429;

Natureza da Despesa: 449051; Origem do Recurso: Tesouro; Fonte do Recurso: 0124000000; PI: 206PAVRODSE.

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2022.

CONTRATADA: NG - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

CNPJ: 04.326.648/0001-03.

ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA - SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES. ADIADITI

Protocolo: 826355**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATO Nº: 018/2021****PROCESSO Nº 2020/418701 ANEXO: 2022/584546**

JUSTIFICATIVA: Decorre da solicitação feita pela contratada, motivado pelo interesse na continuação da prestação de serviços, devidamente acolhida e autorizada pela Autoridade Superior e Setor Técnico, com fundamento no art. 57, §, II da Lei nº 8.666/93.

PRAZO: 240 (duzentos e quarenta) dias.

INIC. VIG.: 12/07/2022 TERM. VIG.: 08/03/2023

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2022.

DADOS DA CONTRATADA:

CONTRATADA: CONSTRUAMEC – CONSTRUO AGRICULTURA MECANIZADA S/A.

CNPJ: Nº 22.983.316/0001-83

ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 826357**TERMO ADITIVO A CONVÊNIO****EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONVÊNIO**

Nº. do Convênio: 077/2020 Processo nº 2020/555473

Nº. do Termo: 4º Data de Assinatura: 04/07/2022

Justificativa: O presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Convênio nº 077/2020 é decorrente da solicitação da CONCEDENTE. A prorrogação de prazo encontra fundamento na Lei nº. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, item 5.1, alínea "f", passando consequentemente os do-

cumentos supra referenciados a fazer parte integrante deste Instrumento. Prazo: 150 (cento e cinquenta) dias Inic. de Vig.: 05/07/2022 T. Vig.: 01/12/2022

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE INHANGAPI CNPJ nº: 05.171.921/0001-30. ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 826368**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONVÊNIO**

Nº. do Convênio: 035/2022 Processo nº 2021/1154330

Nº. do Termo: 1º Data de Assinatura: 05/07/2022

Justificativa: O presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Convênio nº 035/2022 é decorrente da solicitação da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas, através do Ofício nº 010/2022-PMSCO/APROJ datado em 22 de Junho de 2022, uma vez que houve atraso no processo licitatório por parte da conveniente, o qual se encontra nos trâmites finais de conclusão para então iniciar a execução do objeto disposto no Plano de Trabalho. A prorrogação de prazo encontra fundamento na Lei nº. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, item I, alínea "j", passando consequentemente os documentos supra referenciados a fazer parte integrante deste Instrumento.

Prazo: 120 (cento e vinte) dias Inic. de Vig.: 05/07/2022 T. Vig.: 01/11/2022.

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS CNPJ nº: 05.351.614/0001-31.

ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES

Protocolo: 826332**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONVÊNIO**

Nº. do Convênio: 052/2021 Processo nº 2021/446688

Nº. do Termo: 1º Data de Assinatura: 06/07/2022

Justificativa: O presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Convênio nº 052/2021 é decorrente da solicitação da conveniente através do Ofício nº 01/2022 - ADM datado em 06 de Janeiro de 2022, uma vez que o repasse da parcela única por parte da concedente encontra-se em atraso. Destarte, tal prorrogação faz-se necessária para que a obra seja executada e o plano de trabalho seja concluído. A prorrogação de prazo encontra fundamento na Lei nº. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, item 5.1, alínea "h" e, passando consequentemente os documentos supra referenciados a fazer parte integrante deste Instrumento.

Prazo: 240 (duzentos e quarenta) dias Inic. de Vig.: 06/07/2022 T. Vig.: 03/03/2023.

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IPIXUNA CNPJ nº: 01.612.215/0001-26.

ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 826341**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONVÊNIO**

Nº. do Convênio: 021/2021 Processo nº 2021/518040

Nº. do Termo: 2º Data de Assinatura: 05/07/2022

Justificativa: O presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Convênio nº 021/2021 é decorrente da solicitação feita pela Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras, através do ofício OF/GPM/Nº 088/2022 datado em 01 de Junho de 2022. A prorrogação de prazo encontra fundamento na Lei nº. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, item I, alínea "h", passando consequentemente os documentos supra referenciados a fazer parte integrante deste Instrumento.

Prazo: 98 (noventa e oito) dias Inic. de Vig.: 06/07/2022 T. Vig.: 11/10/2022.

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS/PA - CNPJ nº: 10.249.381/0001-09.

ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES

Protocolo: 826327**EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO AO CONVÊNIO**

Nº. do Convênio: 001/2022 Processo nº 2021/1083828

Nº. do Termo: 1º Data de Assinatura: 03/07/2022

Justificativa: O presente Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Convênio nº 001/2022 é decorrente da solicitação feita pela CONCEDENTE. A prorrogação de prazo encontra fundamento na Lei nº. 8.666/93, bem como na Cláusula Quinta, item I, alínea "h", passando consequentemente os documentos supra referenciados a fazer parte integrante deste Instrumento.

Prazo: 180 (cento e oitenta) dias nic. de Vig.: 04/07/2022 T. Vig.: 30/12/2022

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA CNPJ nº: 05.171.947/0001-89.

ORDENADOR: ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA – SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES.

Protocolo: 826330**DIÁRIA****Portaria nº 209 de 30 de junho de 2022**

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engº se deslocará para fiscalizar obras na PA-481, 151 e Perna Sul.

Origem: Belém

Destino(s): Abaetetuba

Servidor (a): Jacob Santana Auday

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5432944/1

Período: 09 e 10/06/2022

Diária(s): 1,5 (uma e meia)

Portaria nº 210 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engº se deslocará para fiscalizar obras em Tailândia/Goianésia/Jacundá/Marabá

Origem: Belém

Destino(s): Tailândia/Goianésia/Jacundá/Marabá

Servidor (a): Jacob Santana Auday

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5432944/1

Período: 21 e 24/06/2022

Diária(s): 3,5 (três e meia)

Portaria nº 211 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar as obras de construção de ponte sobre os Ig. Açaizal, Boca Rica e Massaranduba.

Origem: Belém

Destino(s): Baião

Servidor (a): Afonso Costa Picanço

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5901792/3

Período: 10/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 212 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar as obras na PA-380, trecho BR-316/PA-324 no município de Nova Timboteua.

Origem: Belém

Destino(s): Nova Timboteua

Servidor (a): Afonso Costa Picanço

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5901792/3

Período: 15/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 213 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar obras no âmbito do município de Santarém.

Origem: Belém

Destino(s): Santarém

Servidor (a): Bruno Vitor Ribeiro de Almeida

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5963140/1

Períodos: 14 a 19/06/2022

Diária(s): 5,5 (cinco e meia)

Portaria nº 214 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: Fiscalizar obras na PA-124/251 – Capanema/Ourém/Capitão Poço.

Origem: Belém

Destino(s): Capanema/Ourém/Capitão Poço

Servidor (a): Francisco Leonardo Dias Tomaz

Cargo: Coordenador

Id. Funcional: 5853079/7

Períodos: 31.05 a 03/06/2022

Diária(s): 3,5 (três e meia)

Portaria nº 215 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para fiscalizar obras nos municípios de Santarém/Oriximiná/Óbidos e Monte Alegre.

Origem: Belém

Destino(s): Santarém/Oriximiná/Óbidos/Monte Alegre

Servidor (a): Leno Augusto Machado Barbosa

Cargo: Supervisor Técnico

Id. Funcional: 5947412/1

Períodos: 19 a 24/06/2022

Diária(s): 5,5 (cinco e meia)

Portaria nº 216 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para conduzir o Engº Emerson, ao município de Borralho (Santo Antônio do Tauá).

Origem: Belém

Destino(s): Borralho (Santo Antônio do Tauá)

Servidor (a): Paulo Sergio dos Santos Neves

Cargo: Motorista

Id. Funcional: 3275981/1

Períodos: 01/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 217 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para conduzir o Engª Alcilene, ao município de Barcarena.

Origem: Belém

Destino(s): Barcarena

Servidor (a): Paulo Sergio dos Santos Neves

Cargo: Motorista

Id. Funcional: 3275981/1

Períodos: 02/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 218 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engº se deslocará para fiscalizar obras no município de Bragança.

Origem: Belém

Destino(s): Bragança

Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5964615/1

Períodos: 08/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 219 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engº se deslocará para fiscalizar obras de conservação e manutenção nos municípios de Oeiras e Portel.

Origem: Belém

Destino(s): Oeiras/Portel

Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5964615/1

Períodos: 27/06 a 02/07/2022

Diária(s): 5,5 (cinco e meia)

Portaria nº 220 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engenheiro se deslocará para fiscalizar obras nos municípios de Brejo Grande do Araguaia/Piçarra/Redenção/Cumarú do Norte/Santa Maria das Barreiras e Bannach.

Origem: Belém

Destino(s): Brejo G. Araguaia/Piçarra/Redenção/Cumarú do Norte/Santa Maria das Barreiras e Bannach

Servidor (a): Getúlio Alves Ramalho Junior

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5957794/1

Períodos: 06 a 11/06/2022

Diária(s): 5,5 (cinco e meia)

Portaria nº 221 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para acompanhar os serviços executados nos municípios de Brejo Grande do Araguaia, Palestina, Vila Santa Izabel, São Domingos do Araguaia.

Origem: Marabá

Destino(s): Brejo Grande do Araguaia, Palestina, Vila Santa Izabel, São Domingos do Araguaia.

Servidor (a): José Silva Leite

Cargo: Chefe do 5º Núcleo Regional

Id. Funcional: 5946472/1

Períodos: 02 a 03/06/2022

Diária(s): 1,5 (uma e meia)

Portaria nº 222 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para acompanhar os serviços executados nos municípios de Eldorado do Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Canaã.

Origem: Marabá

Destino(s): Eldorado do Carajás, Curionópolis, Parauapebas e Canaã.

Servidor (a): José Silva Leite

Cargo: Chefe do 5º Núcleo Regional

Id. Funcional: 5946472/1

Períodos: 04 a 05/06/2022

Diária(s): 1,5 (uma e meia)

Portaria nº 223 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para conduzir o Engº Emerson, ao município de Bragança.

Origem: Belém

Destino(s): Bragança

Servidor (a): Paulo Sergio dos Santos Neves

Cargo: Motorista

Id. Funcional: 3275981/1

Períodos: 08/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 224 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para conduzir o Engº Emerson, ao município de Borralho (Santo Antônio do Tauá).

Origem: Belém

Destino(s): Borralho (Santo Antônio do Tauá).

Servidor (a): Paulo Sergio dos Santos Neves

Cargo: Motorista

Id. Funcional: 3275981/1

Períodos: 09/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 225 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O servidor se deslocará para acompanhar a Diretoria Técnica ate município de Augusto Correa.

Origem: Belém

Destino(s): Augusto Correa

Servidor (a): Edson Lima Rodrigues

Cargo: Braçal

Id. Funcional: 2037777/1

Períodos: 15/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 226 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: A Engenheira se deslocará para inspecionar os serviços que estão sendo executados no âmbito dos municípios de Marabá/Barcarena e Igarapé-Miri.

Origem: Belém

Destino(s): Marabá/Barcarena/Igarapé-Miri

Servidor (a): Leila Adriane Nascimento Martins
Cargo: Diretor Técnico de Transportes
Id. Funcional: 8400940/3
Períodos: 28.06 a 01/07/2022
Diária(s): 3,5 (três e meia)

Portaria nº 227 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94
Objetivo: O Engº. se deslocará para fiscalizar obras de conservação na PA-256 entre Rodovias BR-010 (Paragominas) e PA-475 (Tailândia) de lotes 1,2 e mais 16 pontes ao longo da PA-256.

Origem: Belém

Destino(s): Paragominas/Tailândia

Servidor (a): Marcelo Augusto Silva Gonzaga

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5963148/1

Períodos: 20 a 24/06/2022

Diária(s): 4,5 (quatro e meia)

Portaria nº 228 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: O Engº se deslocará para fiscalizar obras no município de Borralho (Santo Antônio do Tauá).

Origem: Belém

Destino(s): Borralho (Santo Antônio do Tauá)

Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5964615/1

Períodos: 01/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Portaria nº 229 de 30 de junho de 2022

Fundamento Legal: Art. 145 da Lei 5.810/94

Objetivo: Fiscalizar obras no município de Curuçambaba (Cametá).

Origem: Belém

Destino(s): Curuçambaba (Cametá)

Servidor (a): Emerson Evandro de Araújo Braga

Cargo: Gerente

Id. Funcional: 5964615/1

Períodos: 21/06/2022

Diária(s): 0,5 (meia)

Ordenador: Francisco Edvan de Oliveira

Protocolo: 826320

OUTRAS MATÉRIAS**Assunto: Suspende Férias****Portaria Nº 231 DE 04 DE JULHO DE 2022**

Servidor (a): UZIEL MAIA DE SOUZA

Id. Funcional: 3275299/1

Período: 01 a 30.07.2022

Período aquisitivo: 03.03.2021 a 02.03.2022

Portaria Nº 233 DE 04 DE JULHO DE 2022

Servidor (a): THAYANA ARAÚJO GUIMARÃES

Id. Funcional: 5889138/3

Período: 06.07 a 04.08.2022

Período aquisitivo: 01.02.2021 a 31.01.2022

FRANCISCO EDVAN DE OLIVEIRA

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 826325

AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA**Portaria Nº 559/2022 – ARCON – PA, 08 DE JULHO DE 2022.**

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de fevereiro de 2006; Considerando o Processo Eletrônico nº 2022/869972; RESOLVE: I - DESIGNAR RAIMUNDO CELSO RODRIGUES DA CRUZ, matrícula nº 379956/1, a responder como assessor desta ARCON/PA, no período a contar de 18/07/2022 a 01/08/2022, durante as férias do titular SIMONE LOPEZ RIERA, matrícula 5947399 /1.II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO-Diretor Geral – ARCON-PA.

Protocolo: 826110

Portaria Nº 560/2022 – ARCON – PA, 08 DE JULHO DE 2022.

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, usando das atribuições conferidas pela Lei Nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e alterações introduzidas pela Lei nº 6.838 de 20 de fevereiro de 2006; Considerando o Processo Eletrônico nº 2022/869982; RESOLVE: I - DESIGNAR ROSIMAR BORGES REIS E SILVA, matrícula nº 5887658/1, a responder como SUPERVISOR I desta ARCON/PA, no período a contar de 09/08/2022 a 07/09/2022, durante as férias da titular SAMIRA VIANA SILVA, matrícula 5928009/2. II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO/Diretor Geral – ARCON-PA.

Protocolo: 826199

AVISO DE LICITAÇÃO**MODALIDADE: Pregão Eletrônico****NÚMERO: 011/2022.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de café e açúcar, pelo período de 12 (doze) meses, de forma estimada, considerando a necessidade desta ARCON-PA, conforme Termo de Referência (Anexo I). ENTREGA DO EDITAL: Será dia 11/07/2022 às 08:00, horário de Brasília.

RESPONSÁVEL PELO CERTAME: Caroline Nazaré da Silva Carvalho

LOCAL DE ABERTURA: www.comprasgovernamentais.gov.br

DATA DE ABERTURA: 21/07/2022

HORA DE ABERTURA: 09:00

ORÇAMENTO:

PROGRAMA DE TRABALHO: 4120008338c;

NATUREZA DE DESPESA: 339030;

FONTE DE RECURSO: 0661;

ORIGEM: Estadual

ORDENADOR: EURIPEDES REIS DA CRUZ FILHO.

Protocolo: 826074

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

DIÁRIA**Portaria DE DIÁRIAS Nº 597/2022 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – Portaria Nº 278/2019.**

BENEFICIÁRIO: Márcio Marcelo de Souza Trindade CARGO: Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP MATRÍCULA: 55588554/6 ORIGEM: Belém/PA. DESTINO: Brasília/DF OBJETIVO: Participar de reunião na Secretaria de agricultura e com Comunidades da região do municípios.PERÍODO: 08 a 09/07/2022. Nº DE DIÁRIAS: 1 ½ (uma e meia). ORDENADOR: João Carlos Leão Ramos - Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, Interino

Protocolo: 826220

Portaria DE DIÁRIAS Nº 605/2022 FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145. BASE LEGAL: Decreto Estadual nº 734/1992 ORIENTAÇÃO NORMATIVA 001/AGE – Portaria Nº 278/2019.

BENEFICIÁRIO: João Carlos Leão Ramos. CARGO: Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, Interino. MATRÍCULA: 5815398-6. ORIGEM: Belém/PA. DESTINO: Quatipuru/ PA. OBJETIVO: Participar do 40º Festival do Caraqueijo. PERÍODO: 08 /07/2022. Nº DE DIÁRIAS: ½ (meia). ORDENADOR: Márcio Marcelo de Souza Trindade/ Diretor Administrativo e Financeiro/SEDAP

Protocolo: 826300

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ

FÉRIAS**Portaria Nº 145/2022-GP DE 07 DE JULHO DE 2022.**

O DIRETOR PRESIDENTE da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo inciso VII do Art. 19 do Estatuto Social da CPH;

R E S O L V E

CONCEDER o gozo de férias, no período de 11/07/2022 a 15/07/2022, referente ao período aquisitivo 2020/2021, ao servidor HUGO PENNA HACHEM, ocupante do cargo de Diretor, Matrícula nº 54197843, interrompidas por meio da Portaria nº 002/2022-GP de 10/01/2022, publicada no DOE nº 34.825 de 11/01/2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará – CPH, 07 de julho de 2022.

ABRAÃO BENASSULY NETO

Diretor Presidente

Protocolo: 826128

FÉRIAS**Portaria Nº 199 DE 07 DE JULHO DE 2022**

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

Considerando o processo nº 2022/861199;

RESOLVE:

SUSPENDER, por necessidade de serviço, o período de gozo de férias de 18/07/2022 a 22/07/2022 (05) dias, do servidor HARLAN LOBATO PUGA, matrícula nº 5942721/ 2, concedida por meio da Portaria nº 139 de 06/06/2022, publicada no DOE 35.000 de 08/06/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

MÁRCIO MARCELO DE SOUZA TRINDADE

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 826162

OUTRAS MATÉRIAS**TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 121/2022**

CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA – SEDAP

CESSIONÁRIA: MUNICÍPIO DE MUANÁ.

OBJETO DE CESSÃO: 01 (UM) TRATOR SEM PLAINA, CHASSI: BYWD-J1135944MS.

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2022

VIGÊNCIA: 08/07/2022 A 31/12/2027.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: JOÃO CARLOS LEÃO RAMOS.

Protocolo: 826086

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 120/2022

CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA – SEDAP

CESSIONÁRIA: MUNICÍPIO DE NOVA TIMBOTEUA.

OBJETO DE CESSÃO: 01 (UM) TRATOR SEM PLAINA, CHASSI: BYWD-J1135896MS.

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2022

VIGÊNCIA: 08/07/2022 A 31/12/2027.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: JOÃO CARLOS LEÃO RAMOS.

Protocolo: 826115

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ**LICENÇA PRÊMIO****Portaria Nº 01216/2022**

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea “b” da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;

CONSIDERANDO o Proc.º 2022/852444 e Memº 004/2022– GFC, de 05.07.2022.

RESOLVE:

CONCEDER de acordo com o Art. 98, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30(trinta) dias de Licença Prêmio à servidora, CHRISTINA COELI AVELAR PIRES, matrícula nº 55588960/2, Gerente de Contabilidade e Gestão Financeira/ GFC, no período de 11.07.2022 a 09.08.2022, correspondente ao triênio 25.02.2012 a 24.02.2015, referente ao processo nº 2015/130760

Publique-se.

Flávio Ricardo Albuquerque Azevedo

Resp.pela Presidência

Port.013/2019

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará-ITERPA, em 07 de julho de 2022

Portaria Nº 01223/2022

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea “b” da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;

CONSIDERANDO o Proc.º 2022/859226 e Memº16/22–GPA, de 06.07.2022.

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com o Art.98, da Lei nº 5.810 de 24.01.1994, 30 (Trinta) dias de Licença Prêmio à servidora, KÁTIA MARIA CARVALHO DE ARAÚJO OHASHI, matrícula nº 5800161/2,Técnico em Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário, no período de 25.07.2022 a 23.08.2022, correspondente ao triênio de 22.01.2007 a 21.01.2010 ,referente ao Processo nº2011/273702.

Publique-se.

Flavio Ricardo Albuquerque Azevedo

Resp.pela Presidência

Port.013/2019

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, 08 de julho de 2022.

Portaria Nº 01224/2022

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea “b” da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;

CONSIDERANDO o Proc.º 2022/827964 e Memº57/22–GEO, de 30.06.2022.

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com o Art.98, da Lei nº 5.810 de 24.01.1994, 30 (Trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor, EDILSON BATISTA DUTRA, matrícula nº 80845159/1, Assistente Técnico em Desenvolvimento Agrário e Fundiário, no período de 03.08.2022 a 01.09.2022, correspondente ao triênio de 24.01.2007 a 23.01.2010 referente ao Processo nº2016/8106.

Publique-se.

Flavio Ricardo Albuquerque Azevedo

Resp.pela Presidência

Port.013/2019

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, 08 de julho de 2022.

Protocolo: 826372

DESIGNAR SERVIDOR**Portaria Nº 01222/2022**

O Presidente do INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ – ITERPA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea “b” da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e;

Considerando o PAE nº 2022/852444 e Memº 004/2022–GFC, de 05.07.2022;

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora ANDREIA DO SOCORRO DA COSTA , matrícula nº 5896351/1, Assistente Administrativo, para responder pela Gerência de Gestão Financeira e Contábil-GFC no período de 11.07.2022 a 09.08.2022, por Licença Prêmio da titular, CHRISTINA COELI AVELAR PIRES , matrícula nº 55588960/2.

Publique-se

Flavio Ricardo Albuquerque Azevedo

Resp.pela Presidência

Port.º013/2019

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, 08 de julho de 2022.

Protocolo: 826377

Portaria Nº 01225/2022

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975 e; Considerando o PAE Nº 2022/818571 e Memº 009/22- SPA/DJ, de 29.06.2022.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora, ERIVANDA BARBOSA DE OLIVEIRA SILVA , Procurador Autárquico, matrícula nº 54187945/3, para responder pela Sub-Procuradoria de Processos Administrativos-SPA deste Instituto, nas férias da titular NORMA SUELI FORMIGOSA DE LIMA SILVA, matrícula nº 51855915/2, a partir de 04.07.2022 a 02.08.2022.

Publique-se

Flavio Ricardo Albuquerque Azevedo

Resp.pela Presidência

Portr.013/2019

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, 08 de julho de 2022.

Protocolo: 826479

ERRATA**Errata na Portaria nº01314/2022 de 05/07/2022**

Publicada no DOE nº 35038 de 08/07/2022.

Onde se lê : Portaria nº 01314/2022

Leia-se: Portaria nº 01214/2022

Errata na Portaria nº01315/22 de 05/07/2022

Publicada no DOE nº 35038 de 08/07/2022.

Onde se lê : Portaria nº 01315/22

Leia-se: Portaria nº 01215/22

Protocolo: 826364

OUTRAS MATÉRIAS**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do “Projeto Integrado Trairão”, por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/846029

Interessado: ALCIDES DAMBRÓS

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 083, Lote 07, Setor “I”- 1.921,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Dambros , com 1.920,9151 hectares

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/845996

Interessado: ALCIDES DAMBRÓS JÚNIOR

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 088, Lote 21, Setor "I" - 427,0000ha

Título nº 091, Lote 34, Setor "I" - 1.579,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Cachoeira, com 2.005,9137ha

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/659092

Interessado: AMADEU RAIMUNDO DE SOUSA

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 049, Lote 38, Setor "E" - 728,0000ha

Título nº 018, Lote 27, Setor "I" - 625,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Tauari, com 1.352,6147 hectares

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/861554

Interessado: CARLA PATRÍCIA RICAS JORGE LONDERO

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 089, Lote 22, Setor "I"

Imóvel/Área: Fazenda Água Boa, com 412,3918ha

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/658933

Interessado: FRANCISCO CHARLES ALVES DA SILVA

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 049, Lote 38, Setor "E" - 1.385,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Piquiá, com 1.384,7653 hectares

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/845929

Interessado: GABRIEL DAMBRÓS

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 083, Lote 7, Setor "I" - 979,0000ha

Título nº 088, Lote 21, Setor "I" - 487,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Ribeirão, com 1.465,8591ha

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/589688

Interessado: JOCIRLANDE GUEDES DA ROCHA

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 029, Lote 048, Setor "I" - 890,0000ha

Título nº 049, Lote 38, Setor "E" - 543,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Chapadão, com 1.432,5039 hectares

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/846088

Interessado: JANE REGINA COLUSSI DAMBRÓS

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 088, Lote 21, Setor "I" - 1.986,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Campina, com 1.985,5585ha

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/843580

Interessado: LEONIR DACROCE

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 055, Lote 01, Setor "A" - 1.193,1931ha

Título nº 048, Lote 34, Setor "B" - 649,0000ha

Imóvel/Área: Fazenda Palmitos, com 1.921,5075ha

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/861486

Interessado: LEONIR DACROCE

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 83, Lote 36A, Setor "B" - 1.460,3319ha

Imóvel/Área: Fazenda Quinho, com 1.460,3319ha

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ
EDITAL**

O INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA, de acordo com o Art. 4º, inciso IV, da Lei nº 8.878/2019, com os Decretos n. 2.472/2006 e 2.670/2010, combinados com o Art. 43 do Decreto n. 2.135/2010, TORNA PÚBLICO a REALIZAÇÃO de PERMUTA envolvendo título do "Projeto Integrado Trairão", por áreas de terras do Estado, com as seguintes especificações:

Processo: 2022/843634

Interessado: VILSON PEDRO LONDERO

Títulos/Lotes/ Trairão: Título nº 055, Lote 01, Setor "A" - 412,3917ha

Imóvel/Área: Fazenda São Raimundo do Ipaíua, com 417,1616ha

Município: Prainha

Prazo para impugnação: 15 dias

FLÁVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO

RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA

Portaria Nº 013/2019

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

Portaria Nº 4185/2022 - ADEPARÁ, DE 06 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-ADEPARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei Estadual 6.482 de 17 de setembro de 2002.

CONSIDERANDO, o PAE 70/2022 e o que determina o Art. 132, inciso II da lei nº 5.810/94, que REGULAMENTA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES.

R E S O L V E:

DESIGNAR o(a) servidor(a) JORGE REIS MARQUES JUNIOR, matrícula nº 54187081/1, Assistente Administrativo, para responder pela GOSP/SEDE, durante o período de 30 (Trinta) dias de férias do(a) titular ADAÍLZE NAZARE BARROS CERBINO, matrícula 5870143/4, Gerente, GEP-DAS 011.3, no período de 01/07/2022 a 30/07/2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO

Diretor Geral

Protocolo: 826403

DIÁRIA

Portaria: 4244/2022

Objetivo: Acompanhar o gerente regional nas visitas nas unidades e sub unidade, sob jurisdição desta gerência regional (incluindo Rio Gelado, Maracujá), realizar entregas de matérias de expediente para realizar o melhor atendimento aos produtores rurais nas unidades, realizar reunião com autoridades locais afim de buscar melhorias. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TUCURUI/PA Destino: BREU BRANCO, GOIANÉSIA DO PARÁ, JACUNDÁ, NOVO REPARTIMENTO, PACAJÁ/PA Servidor: 5911933/ DANIELLE CRISTINA SILVA CORREIA (AUXILIAR DE CAMPO) / 4,5 DIÁRIAS / 01/08/2022 a 05/08/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826127

Portaria: 4248/2022

Objetivo: Participar de treinamento/capacitação sobre atividades referentes a fiscalização do comércio, uso e aplicação, por empresas prestadoras de serviço, de produtos Agrotóxicos e afins. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: VITÓRIA DO XINGU/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 5888158/ CASSIO POLLA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826156

Portaria: 4246/2022

Objetivo: Participar de treinamento/capacitação sobre atividades referentes a fiscalização do comércio, uso e aplicação, por empresas prestadoras de serviço de produtos Agrotóxicos e afins. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BRASIL NOVO/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 5897577/ PAULO VITOR NOGUEIRA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO - ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826150

Portaria: 4247/2022

Objetivo: Participar como organizador e instrutor do treinamento/capacitação sobre atividades referentes a fiscalização do comércio uso e aplicação por empresas prestadoras de serviço de produtos Agrotóxicos e afins. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 57174823/ LUIZ CARLOS CORDEIRO DE GUAMA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826152

Portaria: 4242/2022

Objetivo: Realizar visitas nas unidades e sub unidade, sob jurisdição desta Gerência Regional (incluindo Rio Gelado, Maracujá), realizar entregas de matérias de expediente para realizar o melhor atendimento aos produtores rurais nas unidades, realizar reunião com autoridades locais afim de buscar melhorias. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TUCURUI/PA Destino: BREU BRANCO, GOIANÉSIA DO PARÁ, JACUNDÁ, NOVO REPARTIMENTO, PACAJÁ/PA Servidor: 5905042/ EDISLEY GONÇALVES DE MACEDO (GERENTE) / 4,5 DIÁRIAS / 01/08/2022 a 05/08/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826118

Portaria: 4243/2022

Objetivo: Dar apoio ao servidor que irá realizar palestras sobre educação sanitária para os alunos da UFPA-Castanhal. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: CASTANHAL/PA Servidor: 54196694/ LENO REGINALDO REIS DE ANDRADE (AUXILIAR DE CAMPO) / 0,5 DIÁRIA / 08/07/2022 a 08/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826121

Portaria: 4245/2022

Objetivo: Realizar na região da Comunidade Balalaica; Comunidade Bananal; Comunidade Roça Queimada e Vila Bom Jesus, a ação de Educação Sanitária sobre PECEBT; PEEFA; PESE; PESS; PESCO; PECRH; assim como a importância do cadastro dos produtores e propriedades na Adepará. Faz-se necessária a solicitação de diárias uma vez que a região é distante da sede do município o que inviabiliza o retorno diário e a otimização do combustível. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: IPIXUNA DO PARÁ/PA Destino: IPIXUNA DO PARÁ/PA Servidor: RG4987828 / AMARILDO ANDRADE DA MATA (AUXILIAR DE CAMPO) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826132

Portaria: 4239/2022

Objetivo: Apoio para Saneamento de Foco de Anemia Infecciosa Equina. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TUCURUI/PA Destino: PACAJÁ/PA Servidor: 55586097/ LUIS ALBERTO SOUSA TORRES (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 2,5 DIÁRIAS / 08/07/2022 a 10/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826088

Portaria: 4241/2022

Objetivo: Realizar entrega de bens de consumo nas unidades da Gerência Regional de Capitão Poço. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: CAPITÃO POÇO/PA Servidor: 57188378/ DEOCLECIANO LOPES DIAS (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826100

Portaria: 4240/2022

Objetivo: Atendimento no EAC de Bonito. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: CAPANEMA/PA Destino: SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA Servidor: 5555914/ MARCIO ANDREY MUNIZ PRIETO (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 4,5 DIÁRIAS / 25/07/2022 a 29/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826095

Portaria: 4237/2022

Objetivo: Realizar fiscalização móvel nos municípios da Gerência Regional de Marabá e posto de Carne de Sol em Abel Figueiredo. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: MARABÁ/PA Destino: ABEL FIGUEIREDO, EL DORADO DOS CARAJÁS, ITUPIRANGA, NOVA IPIXUNA, PARAUAPEBAS/PA Servidor: 57223827/ ANDERSON ROCHA PINHEIRO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 3,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 21/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826069

Portaria: 4238/2022

Objetivo: Dar apoio atendimento de foco de doença, desinterdição em propriedade foco de AIE. Propriedade distante 180 km da sede do município, com acesso de péssima trafegabilidade (CAPISTRANO DE ABREU). Será meia diária por dia. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: MARABÁ/PA Destino: MARABÁ/PA Servidor: 57223522/ LEANDRO DE SOUSA E SILVA (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 1 DIÁRIA / 14/07/2022 e 15/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826083

Portaria: 4236/2022

Objetivo: Realizar fiscalização volante alusiva ao trânsito de produtos de origem vegetal e animal. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: ACARÁ, IGARAPÉ-MIRI/PA Servidor: 54186753/ ANTONIO NELSON DA CONCEICAO COSTA (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS / 05/07/2022 a 08/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826063

Portaria: 4235/2022

Objetivo: Dar apoio nas Fiscalizações Volante. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: MOJU/PA Destino: ACARÁ, IGARAPÉ-MIRI/PA Servidor: 54187759/ ADEMIR VALENTE RODRIGUES (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 3,5 DIÁRIAS / 05/07/2022 a 08/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826059

Portaria: 4234/2022

Objetivo: Realizar Fiscalização em Evento Agropecuário denominado "FESTA DO PEÃO DE BOIADEIRO", no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: : ALTAMIRA/PA Destino: MEDICILÂNDIA/PA Servidor: 6403422/ RENAN MERÊNCIO DE BARROS (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO - MÉDICO VETERINÁRIO) / 3,5 DIÁRIAS / 14/07/2022 a 17/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826055

Portaria: 4230/2022

Objetivo: Fiscalização do evento agropecuário da 5ª festa do laço do parque JOSÉ ALFREDO HAJE localizado no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: ALMEIRIM/PA Destino: PRAINHA/PA Servidor: 5914905/ BRUNO DOS SANTOS CATUNDA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO - MÉDICO VETERINÁRIO) / 5,5 DIÁRIAS / 06/07/2022 a 11/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826036

Portaria: 4231/2022

Objetivo: Fiscalização do evento agropecuário da 5ª festa do laço do parque JOSÉ ALFREDO HAJE, localizado no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: ALMEIRIM/PA Destino: PRAINHA/PA Servidor: 80846332/ JOSÉ DEJANILDO DOS PASSOS DA PAIXÃO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 5,5 DIÁRIAS / 06/07/2022 a 11/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826041

Portaria: 4233/2022

Objetivo: Realizar palestras educativas nas escolas rurais das comunidades Oriente, Nazaré, Mandacaré e Carrapatinho. A solicitação de diárias se faz necessária, pois as regiões as quais serão trabalhadas são regiões distantes da sede do município, e de difícil acesso, tornando inviável o retorno a sede do município no mesmo dia, sendo necessário o pernoite do servidor na região. Além da otimização de custo de combustível.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: PARAGOMINAS/PA Destino: PARAGOMINAS/PA Servidor: 6300451/ DERIVALDO BARBOSA DE LIMA / (AUXILIAR DE CAMPO) / 4,5 DIÁRIAS / 25/07/2022 a 29/07/2022.Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826051**Portaria: 4232/2022**

Objetivo: Realizar fiscalização móvel nos municípios da Gerencia Regional de Marabá e posto de Carne de Sol em Abel Figueredo.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: MARABÁ/PA Destino: ABEL FIGUEIREDO, ELDORADO DOS CARAJÁS, ITUPURANGA, NOVA IPIXUNA, PARAUPEBAS/PA Servidor: 54189684/ EDINETE FERNANDES SAMPAIO (AUXILIAR DE CAMPO) / 3,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 21/07/2022.Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826044**Portaria: 4228/2022**

Objetivo: Reunião com proprietários dos imóveis Água Azul do Norte e Vila Canada.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: TUCUMÃ/PA Destino: BELÉM/PA Servidor: 5960560/ ROSSLENEY ALVES SAMPAIO PALHETA (GERENTE REGIONAL) / 2,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 20/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826027**Portaria: 4229/2022**

Objetivo: Realizar palestra de educação sanitária para alunos da UFPA Castanhal.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: CASTANHAL/PA Servidor: 55588167/ CLOVIS CESAR DIAS CARNEIRO (MÉDICO VETERINÁRIO) / 0,5 DIÁRIA / 08/07/2022 a 08/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826030**Portaria: 4227/2022**

Objetivo: Reunião com proprietários dos imóveis Água Azul do Norte e Vila Canada.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: TUCUMÃ/PA Destino: BELÉM/PA Servidor: 5960560/ ROSSLENEY ALVES SAMPAIO PALHETA (GERENTE REGIONAL) / 1,5 DIÁRIA / 15/07/2022 a 16/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826025**Portaria: 4249/2022**

Objetivo: Participar de treinamento/capacitação sobre atividades referentes a fiscalização do comércio, uso e aplicação, por empresas prestadoras de serviço de produtos Agrotóxicos e afins.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: RURÓPOLIS/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 57227121/ ALEXANDRE PINTO DE CARVALHO NINA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826160**Portaria: 4250/2022**

Objetivo: Participar de treinamento/capacitação sobre atividades referentes a fiscalização do comércio, uso e aplicação, por empresas prestadoras de serviço, de produtos Agrotóxicos e afins.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: ALENQUER/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 54197928/ ALTEMAR PAIXAO DA SILVA (AGENTE FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826165**Portaria: 4251/2022**

Objetivo: Participar de treinamento/capacitação sobre atividades referentes a fiscalização do comércio, uso e aplicação, por empresas prestadoras de serviço, de produtos Agrotóxicos e afins.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: ITAITUBA/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 572008220/ RAQUEL BATISTA SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826170**Portaria: 4253/2022**

Objetivo: Realizar ações de controle da praga quarentenária Bactrocera carambolae (mosca da carambola). Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: MONTE DOURADO/PA Destino: ALMEIRIM/PA Servidor: 57207494/ WALCINEY DE JESUS LIMA DA SILVA (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 14,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 25/07/2022.Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826206**Portaria: 4262/2022**

Objetivo: Realizar ações de monitoramento da praga quarentenária Bactrocera carambolae (mosca da carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: MOSQUEIRO/PA Servidor: 5877989/ ADALBERTO GOMES TAVARES (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 0,5 DIÁRIA / 13/07/2022 a 13/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826234**Portaria: 4257/2022**

Objetivo: Realizar levantamento de detecção da Murcha por Fusarium FOC R4T, em bananeiras, em 15 propriedades, na região do Chapadão, no município. Devido ao deslocamento de cerca de 180 km na Rodovia PA/Trans/Uruará; e, entradas nas vicinais com trafegabilidade de Dificil acesso, longas distâncias, estradas de Chão; se faz necessário solicitação de diárias cheias, pois, os servidores terão que PERNOITAR, nos locais de trabalho,

Atendendo aos princípios da razoabilidade, evitando despesas, com desgastes da viatura e com consumo de combustível.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: SANTARÉM/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 51855641/ PAULO RICARDO PAIVA ALVES (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 2,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 13/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826233**Portaria: 4252/2022**

Objetivo: Realizar na região da Comunidade Balaica; Comunidade Bananal; Comunidade Roça Queimada e Vila Bom Jesus, a ação de Educação Sanitária sobre PECEBT; PEEFA; PESE; PESS; PESCO; PECRH; assim como a importância do cadastro dos produtores e propriedades na Adepará. Faz-se necessária a solicitação de diárias uma vez que a região é distante da sede do município o que inviabiliza o retorno diário e a otimização do combustível.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: IPIXUNA DO PARÁ/PA Destino: IPIXUNA DO PARÁ/PA Servidor: 5960824/ GLENDA MARIA LUNAS CAIRES (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO - MÉDICO VETERINÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022.Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826203**Portaria: 4254/2022**

Objetivo: Realizar Monitoramento da Mosca da Carambola.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: CAMETÁ/PA Destino: LIMOEIRO DO AJURU/PA Servidor: 05654033/ ANTONILSON PEREIRA DE LEO (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 13/07/2022 a 14/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826210**Portaria: 4255/2022**

Objetivo: Realizar Monitoramento da Mosca da Carambola.Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: CAMETÁ/PA Destino: LIMOEIRO DO AJURU/PA Servidor: 05654033/ ANTONILSON PEREIRA DE LEO (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 28/07/2022 a 29/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826213**Portaria: 4256/2022**

Objetivo: Realizar ações de controle da praga quarentenária Bactrocera carambolae (mosca da carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: MONTE ALEGRE/PA Destino: ALMEIRIM/PA Servidor: 54195804/ IVONILSON FERREIRA DA SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 14,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 01/08/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826214**Portaria: 4270/2022**

Objetivo: Realizar monitoramento de armadilhas da mosca da carambola.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: CURRALINHO/PA Destino: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PA Servidor: 5939070/ ARNALDO PANTOJA DOS SANTOS FILHO (AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 14/07/2022 a 15/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826287**Portaria: 4271/2022**

Objetivo: Realizar ações de monitoramento da praga quarentenária Bactrocera carambolae (mosca da carambola).Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: PONTA DE PEDRAS/PA Servidor: 54193829/ HUGO EDUARDO MOREIRA CAMINHA (AUXILIAR DE CAMPO) / 1,5 DIÁRIA / 06/07/2022 a 07/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826291**Portaria: 4269/2022**

Objetivo: Realizar levantamento de detecção das pragas quarentenárias dos citros.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: MARABÁ/PA Destino: SAPUCAIA/PA Servidor: 57223827/ ANDERSON ROCHA PINHEIRO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826282**Portaria: 4272/2022**

Objetivo: Participar de evento para ministrar palestra sobre a comercialização e o uso de agrotóxicos por produtores de abacaxi, com vistas a implantação da Produção Integrada de Frutos (PIF) em Salvaterra pela SEDAP em parceria com a EMATER.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: SALVATERRA/PA Servidor: 57174823/ LUIZ CARLOS CORDEIRO DE GUAMA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 1,5 DIÁRIA / 08/07/2022 a 09/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826270**Portaria: 4273/2022**

Objetivo: Realizar monitoramento de armadilha. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: PONTA DE PEDRAS/PA Servidor: 51855502/ FRANKLIN ROOSEVELTES NARCIZO DE MATOS (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 1,5 DIÁRIA / 21/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826274**Portaria: 4268/2022**

Objetivo: Realizar levantamento de detecção das pragas quarentenárias dos citros.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: MARABÁ/PA Destino: SAPUCAIA/PA Servidor: 57189977/ ELIANA CLAUDIA OLIVEIRA VIANA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826275**Portaria: 4274/2022**

Objetivo: Realizar monitoramento de armadilha.Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149.Origem: BELÉM/PA Destino: MOSQUEIRO/PA Servidor: 51855502/ FRANKLIN ROOSEVELTES NARCIZO DE MATOS (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 0,5 DIÁRIA / 26/07/2022 a 26/07/2022.Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826277

Portaria: 4275/2022

Objetivo: Realizar levantamento de detecção das pragas quarentenárias dos citros. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: PA-RAUAPEBAS/PA Destino: SAPUCAIA/PA Servidor: 54191532/ RAIMUNDO JOSE MORAES JUNIOR (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826281**Portaria: 4264/2022**

Objetivo: Realizar monitoramento de armadilhas da mosca da carambola. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BREVES/PA Destino: BAGRE/PA Servidor: 5960814/ ELIAS NERI DE MORAES (AUXILIAR DE CAMPO) / 1,5 DIÁRIA / 15/07/2022 a 16/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826250**Portaria: 4265/2022**

Objetivo: Realizar monitoramento de armadilhas da mosca da carambola. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BREVES/PA Destino: ANAJÁS/PA Servidor: 5960814/ ELIAS NERI DE MORAES (AUXILIAR DE CAMPO) / 2,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 13/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826253**Portaria: 4263/2022**

Objetivo: Levantamento de detecção da Mosca da Carambola. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: SÃO FRANCISCO DO PARÁ/PA Destino: IGARAPÉ-AÇU, MAGALHÃES BARATA, MARACANÃ/PA Servidor: 57223523/ SEBASTIAO CEZAR MENEZES DE BRITO / (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 2,5 DIÁRIAS / 12/07/2022 a 14/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826243**Portaria: 4258/2022**

Objetivo: Realizar levantamento de detecção da Murcha por Fusarium FOC R4T, em bananeiras, em 15 propriedades, na região do Chapadão, no município. Devido ao deslocamento de cerca de 180 km na Rodovia PA/Trans/Uruará; e, entradas nas vicinais com trafegabilidade de Difícil acesso, longas distâncias, estradas de Chão; se faz necessário solicitação de diárias cheias, pois, os servidores terão que PERNOITAR, nos locais de trabalho, Atendendo aos princípios da razoabilidade, evitando despesas, com desgastes da viatura e com consumo de combustível. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: SANTARÉM/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 00010499/ CLOVIS ANTONIO VILLACORTA VASCONCELOS (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 2,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 13/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826245**Portaria: 4266/2022**

Objetivo: Realizar Levantamento de detecção da Mosca da Carambola. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TERRA ALTA/PA Destino: CURUÇÁ, MARAPANIM, SÃO JOÃO DA PONTA/PA Servidor: 57234482/ JANILSO NUNES E SILVA (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 2,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 13/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826257**Portaria: 4259/2022**

Objetivo: Realizar levantamento de detecção da mosca da carambola. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: PEIXE-BOI/PA Destino: SALINÓPOLIS, SÃO JOÃO DE PIRABAS/PA Servidor: 54189780/ MADSON ANTONIO BULHÕES CAVALCANTE (AUXILIAR DE CAMPO) / 1,5 DIÁRIA / 11/07/2022 a 12/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826254**Portaria: 4260/2022**

Objetivo: Realizar ações de monitoramento da praga quarentenária Bactrocera carambolae (mosca da carambola). Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: MOSQUEIRO/PA Servidor: 54193829/ HUGO EDUARDO MOREIRA CAMINHA (AUXILIAR DE CAMPO) / 0,5 DIÁRIA / 13/07/2022 a 13/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826260**Portaria: 4261/2022**

Objetivo: Realizar Levantamento de detecção da Praga Moniliase do Cacaueiro (Moniliophthora roreri) e Cadastros de Propriedades de Cacao em Senador José Porfírio. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: ALTAMIRA/PA Destino: SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA Servidor: 54186960/ PEDRO PAULO MATOS DE ARAUJO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826264**Portaria: 4267/2022**

Objetivo: Dar apoio ao FEA Pedro Paulo Matos de Araujo, na atividade de levantamento de detecção da Murcha por Fusarium FOC R4T em bananeiras no município de Altamira. Será realizado o levantamento em 20 propriedades Rurais. A solicitação de diárias para o mesmo município de lotação é devido a realização de atividades em locais com longas distâncias, Gleba Assurinin (distante em média 100 km da sede do município), necessitando pernoitar nas comunidades rurais e custear a alimentação, pois fica improdutivo e oneroso o retornar para a sede do município devido principalmente as distancias e o Valor da travessia da Balsa R\$ 60,00 (ida e volta). Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: ALTAMIRA/PA Destino: ALTAMIRA/PA Servidor: 5868211/ RUBENS SANTOS DE MORAIS (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 4,5 DIÁRIAS / 11/07/2022 a 15/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826273**Portaria: 4276/2022**

Objetivo: Realizar o Levantamento de Detecção da Mosca da Carambola. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ/PA Destino: COLARES/PA Servidor: 54186764/ ANTONIO CARLOS CARDOSO RODRIGUES (AUXILIAR DE CAMPO) / 0,5 DIÁRIA / 25/07/2022 a 25/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826325**Portaria: 4277/2022**

Objetivo: Realizar o Levantamento de Detecção da Mosca da Carambola. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ/PA Destino: COLARES/PA Servidor: 54186764/ ANTONIO CARLOS CARDOSO RODRIGUES (AUXILIAR DE CAMPO) / 0,5 DIÁRIA / 11/07/2022 a 11/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826328**Portaria: 4278/2022**

Objetivo: Realizar reunião técnica com servidores e produtores, para repasse de procedimentos e alinhamento de informações referentes aos programas coordenados pela GPPIE. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: BRAGANÇA, OURÉM, SÃO JOÃO DA PONTA, TRACUATEUA, VISEU/PA Servidor: 54185728/ MARIA ALICE ALVES THOMAZ LISBOA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826334**Portaria: 4280/2022**

Objetivo: Realizar Levantamento em 20 propriedades de detecção da Praga Moniliase do Cacaueiro (Moniliophthora roreri) e Cadastros de Propriedades de Cacao em Senador José Porfírio. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: VITÓRIA DO XINGU/PA Destino: SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA Servidor: 5888158/ CASSIO POLLA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826345**Portaria: 4282/2022**

Objetivo: Vistoria técnica para verificação das condições higiênico-sanitárias e construções civis de estabelecimentos processadores de derivados da Mandioca. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: BARCARENA, BUJARU, CONCORDIA DO PARÁ, MOCAJUBA/PA Servidor: 3175758/ NELSON DE OLIVEIRA LEITE (GERENTE) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826346**Portaria: 4279/2022**

Objetivo: Participar de reuniões técnicas com servidores da Adepará, para alinhamento e repasse dos procedimentos referentes aos programas fitossanitários, supervisionar as atividades realizadas em relação aos programas de defesa vegetal e discutir ações conjuntas em parceria com outras instituições. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BELÉM/PA Destino: BRAGANÇA, OURÉM, SÃO JOÃO DA PONTA, TRACUATEUA, VISEU/PA Servidor: 57189755/ ANA THAIS SOUZA DE LEÃO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826342**Portaria: 4281/2022**

Objetivo: Participar de Treinamento /Capacitação sobre atividades referentes a fiscalização do comércio, uso e aplicação, por uso e aplicação por empresas prestadoras de serviço, de produtos Agrotóxicos e Afins. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: MONTE DOURADO/PA Destino: SANTARÉM/PA Servidor: 57190367/ MARCOS NASCIMENTO MOURA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUÁRIO) / 8,5 DIÁRIAS / 09/07/2022 a 17/07/2022. Ordenador: LUCIONILA PANTOJA PIMENTEL.

Protocolo: 826343**Portaria: 4284/2022**

Objetivo: Realizar atendimento no geral aos produtores rurais e apoio no cumprimento das metas estabelecidas pelo MAPA, na Ulsa de Goianesia. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: TUCURUI/PA Destino: GOIANÉSIA DO PARÁ/PA Servidor: 54187187/ MACIEL CARVALHO ARAUJO (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826353**Portaria: 4285/2022**

Objetivo: Realizar emissão de GTA, atualização cadastral, atendimento ao público em geral. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BRAGANÇA/PA Destino: CACHOEIRA DO PIRIÁ/PA Servidor: 54186941/ HELLEN CLEISE MARTINS GALVAO / (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 4,5 DIÁRIAS / 25/07/2022 a 29/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826354**Portaria: 4283/2022**

Objetivo: Realizar emissão de GTA, atualização cadastral, atendimento ao público em geral. Fundamento Legal: Lei 5.810/94 Art. 145/149. Origem: BRAGANÇA/PA Destino: CACHOEIRA DO PIRIÁ/PA Servidor: 54186941/ HELLEN CLEISE MARTINS GALVAO / (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 4,5 DIÁRIAS / 18/07/2022 a 22/07/2022. Ordenador: JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO.

Protocolo: 826348**TORNAR SEM EFEITO****Portaria Nº 4184/2022 - ADEPARÁ, DE 06 DE JULHO DE 2022**

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO PARÁ - ADEPARÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 22, da Lei estadual 6482, de 17 de setembro de 2002.

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n.º 4066/2022 de 01 de julho de 2022, publicada no DOE nº 35.032 de 04/07/2022, que nomeou a servidora EDILZA FARIAS AZEVEDO, para o cargo de Gerente, GEP-DAS-011.3.

REGISTRE-SE, PUBLICUE-SE E CUMPRA-SE**JAMIR JUNIOR PARAGUASSU MACEDO****Diretor Geral****Protocolo: 826356**

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA DE Portaria

Portaria: 0337/2022 - Publicada no DOE nº 34. 998 de 07/06/2022

Onde se lê: CLEIDE BARBOSA MARQUES

Leia-se: CLEIDE BARBOSA MARQUES DE SOUSA

ERRATA DE Portaria

Portaria: 0339/2022 - Publicada no DOE nº 34. 998 de 07/06/2022

Onde se lê: EBENILSON DOS SANTOS DIAS

Leia-se: EBENILSON DOS SANTOS SILVA

Protocolo: 826280

DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº019/2022

Processo: 2022/729208

PARTES: O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ – EMATER/PA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.402.797/0001-77, e a AV IMPRESSÃO DIGITAL EIRELI (VISÃO PUBLICIDADES), pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 28.428.566/0001-38. OBJETO: é a contratação de empresa especializada no fornecimento de Material Gráfico para a Cerimônia de Inauguração da UDCA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no Art. 29, inciso II da Lei nº 13.303/2016 c/ c art. 2º da IN SEAD/DGL nº 001/2012, com observância a todas as formalidades legais que o caso requer. Considerando o valor para contratação, conforme o Parecer Jurídico nº 110/2022 - AJUR.

VALOR DO PROCESSO: R\$ 23.129,79 (Vinte e três mil cento e Vinte e nove reais e Setenta e nove centavos)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

PROGRAMA : 1297

PROJETO/ATIVIDADE: 8338C - Manutenção da Gestão

PI: 4120008338C - Operacionalização das Ações Administrativas.

ELEMENTO DE DESPESA: 339039 - Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSO: 00661 - Recurso Próprio

MUNICÍPIO : Conceição do Araguaia - U.D.C.A

Autorizo a despesa, mediante justificativa apresentada anteriormente.

Marituba-PA, 08 de Julho de 2022.:

ROSIVAL POSSIDÔNIO DO NASCIMENTO

PRESIDENTE DA EMATER-PA

Protocolo: 826311

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDOS - Portaria 045 / 2022

BENEFICIÁRIO (A): LEONARDO DEIVID FONSECA DE MIRANDA / MATRÍCULA: 54196283/CARGO OU FUNÇÃO:EXTENSIONISTA RURAL II/A/MUNICÍPIO: CAPANEMA - R / OBJETIVO: ATENDER AS DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS DOS SUBPROJETOS, CONFORME PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 1.000,00 / 3390-39 = R\$ 1.000,00 / VALOR TOTAL R\$ 2.000,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 15 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS: ALAN PERICLES AMARAL DOS SANTOS

Protocolo: 826404

SUPRIMENTO DE FUNDOS - Portaria 046/ 2022

BENEFICIÁRIO (A): PAULO ROBERTO SILVESTRE NUNES / MATRÍCULA: 54196655/CARGO OU FUNÇÃO:EXTENSIONISTA RURAL II/A/MUNICÍPIO: SALINÓPOLIS-L / OBJETIVO: ATENDER AS DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS DOS SUBPROJETOS, CONFORME PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 300,00 / 3390-39 = R\$ 300,00 / VALOR TOTAL R\$ 600,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 15 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS: ALAN PERICLES AMARAL DOS SANTOS

Protocolo: 826407

SUPRIMENTO DE FUNDOS - Portaria 047/2022

BENEFICIÁRIO (A): JOSE RODRIGUES MARTINS FILHO / MATRÍCULA: 3163261/ 3/ CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I/A/ MUNICÍPIO: BONITO - L / ATENDER AS DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS DOS SUBPROJETOS, CONFORME PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 500,00 / 3390-39 = R\$ 100,00 VALOR TOTAL R\$ 600,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 15 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS: ALAN PERICLES AMARAL DOS SANTOS

Protocolo: 826410

SUPRIMENTO DE FUNDOS - Portaria 048/2022

BENEFICIÁRIO (A): ANTONIO OLYNTHO PEREIRA DA ROCHA / MATRÍCULA: 5810566-1 / CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I / MUNICÍPIO: QUATIPURÚ-L / OBJETIVO: ATENDER AS DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS DOS SUBPROJETOS, CONFORME PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 500,00 / 3390-39 = R\$ 500,00 VALOR TOTAL R\$ 1.000,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 15 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS: ALAN PERICLES AMARAL DOS SANTOS

Protocolo: 826412

SUPRIMENTO DE FUNDOS - Portaria 042/2022

BENEFICIÁRIO (A): PATRICIA SURAMA PARISE MAIA / MATRÍCULA: 57190046/ CARGO OU FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I / MUNICÍPIO: NOVA TIMBOTEUA-L / OBJETIVO: ATENDER AS DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS DOS SUBPROJETOS, CONFORME PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 400,00 / 3390-39 = R\$ 200,00 VALOR TOTAL R\$ 600,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 15 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS: ALAN PERICLES AMARAL DOS SANTOS

Protocolo: 826382

SUPRIMENTO DE FUNDOS - Portaria 044 / 2022

BENEFICIÁRIO(A):JEFFERSON ADRIANO COSTA ARAUJO /MATRÍCULA: 57173839/CARGO OU FUNÇÃO:EXTENSIONISTA RURALI//A/MUNICÍPIO: PRIMAVERA - L / OBJETIVO: ATENDER AS DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS DOS SUBPROJETOS, CONFORME PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 600,00 / VALOR TOTAL R\$ 600,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO:15 DIAS / COMPROVAÇÃO:15 DIAS/ORDENADOR DE DESPESAS: ALAN PERICLES AMARAL DOS SANTOS.

Protocolo: 826395

SUPRIMENTO DE FUNDOS - Portaria 043 / 2022

BENEFICIÁRIO(A):CLETO CELLA/MATRÍCULA:57211287/1/CARGO OU FUNÇÃO:EXTENSIONISTA RURAL II/A/MUNICÍPIO: PEIXE BOI - L / OBJETIVO: ATENDER AS DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA CUMPRIMENTO DE METAS DOS SUBPROJETOS, CONFORME PROATER 2022 / PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$ 636,76 / VALOR TOTAL R\$ 636,76 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 15 DIAS / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS / ORDENADOR DE DESPESAS: ALAN PERICLES AMARAL DOS SANTOS

Protocolo: 826388

Portaria SUPRIMENTO DE FUNDOS- 022/2022

BENEFICIÁRIO- PAULO CELSO FARIAS DE MOURA
MATRÍCULA-3176681/FUNÇÃO- AUXILIAR ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO- SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - R
PROJETO/ATIVIDADE-8711C /PROGRAMA- 1491 / FONTE-0101
OBJETIVO: DESPESAS COM AÇÕES PROATER 2022 DO ESCRITÓRIO REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
PRAZO DE APLICAÇÃO-30 DIAS APÓS EMISSÃO DA OB /COMPROVAÇÃO-15 DIAS
ELEMENTO DE DESP. 339030 = 2.300,00; 339039 = 1.600,00
VALOR TOTAL = 3.900,00
ORDENADOR DE DESPESA SUBSTITUTO – AILTON VIEIRA DE OLIVEIRA

Protocolo: 826158

Portaria SUPRIMENTO DE FUNDOS- 023/2022

BENEFICIÁRIO- RAIMUNDO NONATO DA COSTA SALAZAR
MATRÍCULA-572127561/FUNÇÃO-EXT. RURAL II – CHEFE LOCAL
MUNICÍPIO- DOM ELISEU
PROJETO/ATIVIDADE-8711C /PROGRAMA- 1491 / FONTE-0101
OBJETIVO: DESPESAS COM AÇÕES DO PROATER 2022 DO ESCRITÓRIO LOCAL DE DOM ELISEU.
PRAZO DE APLICAÇÃO-30 DIAS APÓS EMISSÃO DA OB/COMPROVAÇÃO-15 DIAS O PRAZO
ELEMENTO DE DESP. 339030 = 1.000,00
VALOR TOTAL- 1.000,00
ORDENADOR DE DESPESA SUBSTITUTO – AILTON VIEIRA DE OLIVEIRA

Protocolo: 826159

Portaria SUPRIMENTO DE FUNDOS- 024/2022

BENEFICIÁRIO- JOSE VALDECI BENICIO DA SILVA
MATRÍCULA-57210907/FUNÇÃO-EXT. RURAL II
MUNICÍPIO- IRITUÍ - L.
PROJETO/ATIVIDADE-8711C /PROGRAMA- 1491 / FONTE-0101
OBJETIVO: DESPESAS COM AÇÕES DO PROATER 2022 DO ESCRITÓRIO LOCAL DE IRITUÍ.
PRAZO DE APLICAÇÃO-30 DIAS APÓS EMISSÃO DA OB /COMPROVAÇÃO-15 DIAS
ELEMENTO DE DESP. 339030 = 1.000,00
VALOR TOTAL- 1.000,00
ORDENADOR DE DESPESA SUBSTITUTO – AILTON VIEIRA DE OLIVEIRA

Protocolo: 826161

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A

FÉRIAS

Portaria n.º 073/2022

O Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Pará S.A. – CEASA/PA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Estatuto desta Empresa; RESOLVE: CONCEDER, férias regulamentares aos servidores desta CEASA/PA abaixo relacionados no mês de AGOSTO/2022.

Matrícula	Servidor	Período Aquisitivo	Período de Gozo
19488/1	ANTONIO FERNANDO PALHETA SOUZA	2021/2022	01/08/2022 A 30/08/2022
57228753/1	ANTONIO LOPES DOS SANTOS	2021/2022	15/08/2022 A 13/09/2022
54187606/5	CARLA CAROLINA DE PAIVA REIS	2020/2021	25/07/2022 A 23/08/2022
5956082/1	LEANDRO JOSÉ MONTEIRO RIBEIRO	2021/2022	11/08/2022 A 09/09/2022

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se, em 07 de Julho de 2022

FRANCISCO ALVES DE AGUIAR

Diretor Presidente
CEASA/PA

Protocolo: 826515

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PORTARIA

Portaria Nº 01456/2022-SAGAT/GAB/SEMAS

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIAS, no uso de suas atribuições, considerando o Decreto s/nº de 19 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial nº 34.497, de 19 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/669688; RESOLVE:

I – EXCLUIR, Gratificação por Tempo Integral, no percentual de 60% (sessenta por cento), dos servidores abaixo:

MATRÍCULA	NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR
97571455/4	LARISSA MACHADO DA SILVA	TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE	01/07/2022

II – CONCEDER, Gratificação por Tempo Integral, no percentual de 60% (sessenta por cento), dos servidores abaixo:

MATRÍCULA	NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR
5963622/1	BRUNA COELHO DA CONCEIÇÃO POJO	TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE	01/07/2022

III – DETERMINAR à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - DGAF que, através do setor competente, tome devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

Belém, 06 de julho de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

HUGO YUTAKA SUENAGA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Tecnologias

Protocolo: 826378

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Portaria Nº 1.476, DE 08 DE JULHO DE 2022

Cria a Comissão de Seleção para escolha de Organização da Sociedade Civil para instalação e operacionalização de Escritório de Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim – CBH-RM, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138, no inciso II, da Constituição Estadual, e tendo em vista a Lei Federal nº 13.019, de 31 julho de 2014, o art. 4º, do Decreto Estadual nº 1.835, de 5 de setembro de 2017 e as informações constantes no PAE nº 2022/678886.

RESOLVE:

Art.1º Fica criada a Comissão de Seleção para escolha de Organização da Sociedade Civil para instalação e operacionalização de Escritório de Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim – CBH-RM, no âmbito da

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS). Parágrafo único. A Comissão de Seleção tem por objetivo realizar o processo de seleção e julgamento do chamamento público para a escolha da Organização da Sociedade Civil apta a firmar parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 julho de 2014 e Decreto Estadual, nº 1.835, de 05 de setembro de 2017.

Art. 2º A Comissão de Seleção será composta e representada pelos seguintes membros:

I – Membros efetivos:

- a) Verônica Jussara Costa Bittencourt, matrícula nº 57175416-1;
- b) Emanuel Lucas Pereira Lima, matrícula nº 5938940-2;
- c) Maitê Azevedo Barbosa Sauma, matrícula nº 55588165;
- d) José Luiz Souza Rodrigues, matrícula nº 57197215-1; e
- e) Raiza Freitas Gois, matrícula nº 5931879-4.

II – Membros Suplentes:

- a) Érika Vivianne Nascimento Araújo, matrícula nº 5961341;
- b) Talita Maria Carmona dos Santos Estácio, matrícula nº 5933416-3; e
- c) Diana da Silva Castro, matrícula nº 54189441-2;

Art. 3º Compete à Comissão de Seleção:

- I- elaborar o edital de chamamento público e seus anexos;
- II- conduzir o certame de chamamento público;
- III- julgar as propostas apresentadas pelas entidades;
- IV- proceder à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos da lei e do edital, e
- V- cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e do Decreto Estadual nº 1.835, de 5 de setembro de 2017.

Art.4º A Presidência da Comissão de Seleção será exercida pela servidora, Verônica Jussara Costa Bittencourt, a quem competirá:

I – coordenar as atividades da Comissão para cumprimento de suas atribuições;

II – elaborar a pauta das reuniões;

III – convocar e presidir as reuniões;

IV – solicitar a designação ou destituição de membro da Comissão;

V – registrar a frequência dos membros nas reuniões;

VI – elaborar, de forma sintetizada, a ata de cada reunião;

VII – praticar os demais atos necessários ao cumprimento do objeto da Comissão.

Art. 5º O membro da Comissão de Seleção deverá declarar-se impedido e manifestar pela sua substituição por membro suplente, no processo de seleção, se:

- a) tiver mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades em disputa, nos últimos 5 (cinco) anos, nos termos do Art. 10§4º, incisos I a IV do Decreto Estadual, nº 1.835, de 2017 e,
- b) for parente do dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Parágrafo único. O impedimento do membro se dará exclusivamente para o processo específico, mantido sua atuação em demais certames que tenha sido nomeado.

Art.6º As atividades exercidas pelos membros da Comissão de Seleção serão consideradas como exercício efetivo de suas funções institucionais, de caráter relevante, não remunerada.

Art. 7º Constatadas quaisquer irregularidades na nomeação desta Comissão de Seleção, todos os atos da mesma tornam-se nulos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 08 de julho de 2022.

RAUL PROTÁZIO ROMÃO

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, em exercício

Protocolo: 826239

DIÁRIA

Portaria Nº 1309/2022 - GAB/SEMAS 22 DE JUNHO DE 2022.

Objetivo: Realizar ação de fiscalização ambiental, para atender demandas do Ministério Público Federal.

Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.

Origem: Belém/PA

Destino: Santarém/PA

Período: 24/06 a 03/07/2022 – 09 e ½ diárias.

Servidores:

- 5136857/1 - ANTONIO CARLOS DA SILVA NOBRE - (Engenheiro Sanitarista)
- 5912113/2 - ANDREA MARIA DE ARAUJO - (Técnico em Gestão de Meio Ambiente)
- 5943128/1 - ELIELSON DE JESUS MEDEIROS SOUSA - (Motorista)

ORDENADOR: LILIA MARCIA RAMOS REIS / Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 817215

Portaria Nº 1419/2022 - GAB/SEMAS 01 DE JULHO DE 2022.

Objetivo: Realizar visita técnica ao INPE, para discutir os avanços necessários nas próximas versões da plataforma TerraBrasilis - AMS (Sala de Situação da Amazônia), em particular no que tange a funcionalidade de risco futuro de curto prazo do desmatamento.

Fundamento Legal: Art.145 Da Lei 5.810, De 24.01.1994.

Origem: Belém/PA

Destino: São José dos Campos/SP

Período: 23/07 a 31/07/2022 – 05 e ½ diárias.

Servidora:

- 57194469/2 - ANDRÉA DOS SANTOS COELHO - (Professor AD-4 / Assessora)

ORDENADOR: LILIA MARCIA RAMOS REIS / Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 823157

Portaria Nº 1458/2022 - GAB/SEMAS 07 DE JULHO DE 2022.
Objetivo: como complementação, referente a Portaria nº 0996/2022-SEMAS de 18/05/2022, publicada no DOE nº 35.004 do dia 10/06/2022
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA
Destino:Tucuruí/PA, Rurópolis/PA, Novo Progresso/PA, Itaituba/PA e Altamira/PA
Período: 04/06 a 05/06/2022 – 2 diárias.
Servidores:
- 5954900/1 - LYEGE VIEIRA DA CONCEICAO - (Técnico em Gestão de Meio Ambiente)
- 5954923/1 - ADRIELE RACHOR TAGLIEBER - (Técnico em Gestão de Meio Ambiente)
- 5955008/1 - ANA PAULA MAGNO DO AMARAL - (Técnico em Gestão de Meio Ambiente)
- 5654831/1 - EVANDRO DE SOUZA PAES BARRETO - (Motorista)
ORDENADORA: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS / Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 825490

Portaria Nº1464/2022 - GAB/SEMAS 07 DE JULHO DE 2022.
Objetivo: Realizar Vistoria Técnica nos empreendimentos para atividade de comércio no município de Barcarena com objetivo de Renovação de CEPROF e Exclusão de CEPROF.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA
Destino: Barcarena/PA
Período:18/07 a 21/07/2022 – 03 e ½ diárias.
Servidores:
- 6113164/3 - ERIKA LARISSA PADILHA CASTRO GOMES - (Assistente Administrativo)
- 5963674/1 - ELLEN GLEYCE DA SILVA LIMA MALTAROLO - (Técnico em Gestão De Meio Ambiente)
- 57194377/1- LEONARDO SILVA DA SILVA - (Motorista)
ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS / Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 825992

Portaria Nº 1477/2022 - GAB/SEMAS 08 DE JULHO DE 2022.
Objetivo: Destinação de animais silvestres em situação de alta hospitalar do Hospital veterinário da UFPA de Castanhal, do Hospital Veterinário da UFRA/Belém e do Museu Paraense Emílio Goeldi à Fundação Zoobotânica de Marabá(FZM) e ao Parque Zoobotânico Vale(PZV).
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA
Destino: Castanhal/PA, Marabá/PA e Parauapebas/PA.
Período: 08/07 a 11/07/2022 – 3 e ½ diárias
Servidores:
- 5964907/ 1 - FERNANDA DE CARVALHO BARROS – Técnico em Gestão de Meio ambiente
- 5954902/ 1- DENIS DE PINHO SOUSA - Técnico em Gestão de Meio ambiente
ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS / Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 826303

Portaria Nº 1473/2022 - GAB/SEMAS 08 DE JULHO DE 2022.
Objetivo: Participar de reunião com o IBAMA, referente a implantação da Conciliação ambiental.
Fundamento Legal: Art.145 da Lei 5.810, de 24.01.1994.
Origem: Belém/PA
Destino: Brasília/DF.
Período: 12/07 a 14/07 – 2 e ½ diárias
Servidores:
- 5914585/ 5 - LÍLIA MARCIA RAMOS REIS - Diretora
- 5898327/ 4 - JOSILENA DAMASCENO LOPES – Técnica em Gestão de Meio ambiente
- 5933527/ 4 - DALCIRENE DA SILVA LOPES – Gerente
- 5904703/ 2 - BRUNA GUALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS - Coordenadora
- 5889068/ 3 - CAROLINA MEDEIROS MIRALHA - Assessora
ORDENADOR: LÍLIA MARCIA RAMOS REIS / Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo: 826208

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE
DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº. 459 de 07 de julho de 2022
RESOLVE:
Autorizar o afastamento do servidor Carlos da Silva Chagas matrícula nº 5960268, nos dias de 02 a 03/07/2022, com destino a Belém-PA. Objetivo: Conduzir o deslocamento de retorno a Belém dos servidores que realizaram a Oficina de Revisão do plano de Manejo do PESAM e sua Zona de Amortecimento. As despesas de viagem serão de responsabilidade do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 461 de 07 de julho de 2022
RESOLVE:
Autorizar o afastamento do servidor Vicente de Paula Paiva Neto, matrícula nº 80845514, no período de 16 a 18/07/2022, com destino a Santarém-PA. Objetivo: Agenda do Grupo de Trabalho - GT da Pimenta-do-Reino. Sem ônus para este IDEFLOR-Bio.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 826376

DIÁRIA

Portaria nº. 439 de 07 de julho de 2022
I - Autorizar o deslocamento dos servidores conforme abaixo, para o município de Marituba-PA, no dia 19/07/2022:

Servidor	Objetivo
Ivan José dos Santos, matrícula nº 5949038, ocupante do cargo de Gerente.	Visita Técnica para reconhecimento e monitoramento das fragilidades e potencialidades do REVIS, para readequação do plano operacional de educação ambiental da referida UC.
Joel Lima Barbosa dos Passos, matrícula nº 8001272, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental.	

II - Conceder 0,5 (meia) diária, a cada servidor, conforme o processo nº 2022/802313 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 447 de 06 de julho de 2022
I - Autorizar o deslocamento da servidora conforme abaixo, para os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga-PA, de 17 a 30/07/2022:

Servidor	Objetivo
Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro, matrícula nº 55585772, ocupante do cargo de Gerente.	Realizar atividades de Educação Ambiental relacionadas a divulgação do Plano de Manejo nos municípios de abrangência da Região Administrativa do Mosaico Lago de Tucuruí.

II - Conceder 13,5 (treze e meia) diárias, a servidora acima, conforme o processo nº 2022/815352 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº 456 de 06 de julho de 2022
Fundamento Legal: conforme o processo nº 2022/816363 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
Objetivo: Realizar atividades de educação ambiental relacionadas a divulgação do Plano de Manejo nos municípios de abrangência da Região Administrativa do Mosaico Lago de Tucuruí.
Origem: Tucuruí-PA

Destino: Novo Repartimento, Breu Branco, Goianésia do Pará, Jacundá, Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga-PA
Período: 11 a 16/07/2022 - 5,5 (cinco e meia) diárias
Servidor: Josiane Amanda Miranda Raposo – 5934577 – Técnico em Gestão Ambiental
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 457 de 07 de julho de 2022
I - Autorizar o deslocamento da servidora conforme abaixo, para os municípios de Santarém, Santana do Tapaná e Monte Alegre -PA, de 20 a 26/07/2022:

Servidor	Objetivo
Andreia Dantas Costa, matrícula nº 57215340, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental.	Prestar apoio na organização do evento nacional "Um Dia no Parque", no Parque Estadual Monte Alegre.

II - Conceder 6,5 (seis e meia) diárias, a servidora acima, conforme o processo nº 2022/807893 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 458 de 07 de julho de 2022
I - Autorizar o deslocamento do servidor conforme abaixo, para o município de Abaetetuba-PA, de 04 a 08/07/2022:

Servidor	Objetivo
Marcel Silva de Oliveira, matrícula nº 5914586, ocupante do cargo de Motorista.	Transportar equipe técnica da GBio/DGBio para o município de Abaetetuba com objetivo de realizar levantamento de informações biológicas (fauna e flora) na ilha do Capim e ilha do Xingu visando a criação de Unidades de Conservação da Natureza na região das Ilhas.

II - Conceder 4,5 (quatro e meia) diárias, ao servidor acima, conforme o processo nº 2022/845047 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 460 de 07 de julho de 2022

I - Autorizar o deslocamento do servidor conforme abaixo, para os municípios de Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém-PA, de 12 a 15/07/2022:

Servidor	Objetivo
Vicente de Paula Paiva Neto, matrícula nº 80845514, ocupante do cargo de Diretor.	Reunir com as gerências regionais do Baixo Amazonas I (Santarém) Baixo Amazonas II (Monte Alegre). Participar da agenda institucional com a Emater - PA, Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, ICMbio e SEMAGRI em Santarém e Monte Alegre; Realizar visita técnica em plantios de SAF na BR 163 no município de Belterra, Mojuí dos Campos, para avaliação do desenvolvimento dos arranjos estabelecidos em propriedades de agricultores familiares com objetivo de selecionar Áreas para Coleta de Sementes (ACS) e subsidiar a retomada do PROSAF na estratégia da gestão compartilhada do projeto na região.

II - Conceder 3,5 (três e meia) diárias, ao servidor acima, conforme o processo nº 2022/829162 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 465 de 07 de julho de 2022

I - Autorizar o deslocamento da servidora conforme abaixo, para o município de Vitória do Xingu-PA, de 25 a 29/07/2022:

Servidor	Objetivo
Andressa Júlia Santos Vasconcelos, matrícula nº 5923512, cargo de Técnico em Gestão Ambiental.	Orientação técnica para produção de mudas, controle fitossanitário, e nutrição de plantas.

II - Conceder 4,5 (quatro e meia) diárias, a servidora acima, conforme o processo nº 2022/853694 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 466 de 07 de julho de 2022

I - Autorizar o deslocamento da servidora conforme abaixo, para os municípios de Afuá e Chaves-PA, de 08 a 12/07/2022:

Servidor	Objetivo
Vanacy do Socorro Leão do Amaral, matrícula nº 5965242, ocupante do cargo de Gerente.	Atender às solicitações dos municípios que fazem parte das Unidades de Conservação que ficam na região do Marajó, APA Marajó e Parque Charapucu que fica localizada no município de Afuá-PA.

II - Conceder 4,5 (quatro e meia) diárias, a servidora acima, conforme o processo nº 2022/857047 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.
KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 467 de 07 de julho de 2022

I - Autorizar o deslocamento do servidor conforme abaixo, para os municípios de Marapanim/Maracanã-PA, no dia 08/07/2022:

Servidor	Objetivo
Jefferson de Oliveira Medeiros, matrícula nº 5953395, ocupante do cargo de Motorista.	Conduzir o deslocamento de servidora que irá realizar monitoramento das áreas de desova de Quelônios na APA Algodão com apoio do Batalhão Ambiental para dirimir ilícitos ambientais na Unidade de Conservação no período de Julho.

II - Conceder 0,5 (meia) diária, ao servidor acima, conforme o processo nº 2022/855608 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Portaria nº. 468 de 07 de julho de 2022

I - Autorizar o deslocamento dos servidores conforme abaixo, para o município de Marituba-PA, no dia 13/07/2022:

Servidor	Objetivo
Ivan José dos Santos, matrícula nº 5949038, ocupante do cargo de Gerente.	Visita Técnica para reconhecimento e monitoramento das fragilidades e potencialidades do REVIS, para readaptação do plano operacional de educação ambiental da referida UC.
Joel Lima Barbosa dos Passos, matrícula nº 8001272, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental.	
Waldemar Viana de Andrade Júnior, matrícula nº 550890, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Meio Ambiente.	

II - Conceder 0,5 (meia) diária, a cada servidor, conforme o processo nº 2022/849196 e Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

KARLA LESSA BENGTON
PRESIDENTE DO IDEFLOR-Bio

Protocolo: 826374

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA**Portaria n.º 1274/2022 – CCC/GAB.SAGA/SEGUP**

Belém/PA, 08 de Julho de 2022.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA, no uso de suas atribuições legais, e;
Dispõe sobre a designação de Fiscais, designada para acompanhar e fiscalizar a execução de instrumento contratual;

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 102/2021- GAB/SEGUP de 23 de setembro de 2021 (DOE nº 34.771 de 27 de setembro de 2021),

CONSIDERANDO a necessidade de manter o controle e a fiscalização sobre a execução dos contratos e congêneres firmados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, tendo em vista os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, e;

CONSIDERANDO o comando insculpido no artigo 67 da Lei Federal no 8.666/93, quanto às determinações legais para o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos; o artigo 3º do Decreto nº 870/2013 e a Instrução Normativa nº 02/2019 da AGE; e

CONSIDERANDO a celebração do Contrato Administrativo nº 168/2022-SEGUP/PA; celebrado com a empresa MEGA BRASIL - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI, conforme descrição do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Cotação Eletrônica de Preços nº 021/2022-SEGUP, Processo Administrativo nº 2022/600847, o presente Contrato tem como objeto a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará- SEGUP, RESOLVE: Nomear os servidores abaixo, para acompanharem e fiscalizarem a execução do Contrato Administrativo nº 168/2022 - SEGUP/PA:

- LARISSA COELHO BITTENCOURT, Matrícula Funcional nº 5897766/3, FISCAL TITULAR.

- JOÃO IGO COSTA PECK, Matrícula Funcional nº 5950402, FISCAL SUPLENTE.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS LIMA

Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo: 826172**RESULTADO DE RECURSO ADMINISTRATIVO****A Comissão do Fundo de Investimento de Segurança Pública**

-FISP/SEGUP-PA, obedecendo determinação da Autoridade Competente, COMUNICA a todos os licitantes que participaram da Tomada de Preços nº 07/2022-FISP/SEGUP, cujo objeto é a REFORMA DA DEPOL DO MUNICÍPIO DE AFUÁ/PA, o resultado do RECURSO ADMINISTRATIVO impetrado pela licitante POSITANO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO que foi RECEBIDO por tempestivo e por obedecer aos requisitos de admissibilidade e DECIDE, NO MÉRITO, ACATAR ao Recurso Administrativo interposto pela referida empresa. Esse Presidente da CPL FISP não tem dúvida, de que a comissão de Licitação, conduziu todos os atos da presente licitação respeitando os princípios e as leis aplicáveis ao processo de licitação, razão pela qual acata o recurso da empresa POSITANO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO onde o licitante solicita apresentação de nova PROPOSTA DE PREÇOS, usando a prerrogativa do enquadramento como ME/EPP LC 123/2006 e 147/2014, observado os valores apresentados pelo vencedor e os demais participantes do Certame, e oportunamente de fase a situação TORNA SEM EFEITO a decisão dada como vitoriosa a empresa vencedora em 1º lugar e CONVOCA os Licitantes da Tomada de Preços nº 07/2022-FISP/SEGUP, para se fazerem presente na sala de Licitação da Comissão Permanente de Licitação do FISP, no dia 19/07/2022, as 10:00 (horário de Brasília), endereço Rua Arcipreste Manoel Teodoro, nº 305, Batista Campos – CEP: 66.023-700 – Belém – PA, com objetivo de dar andamento ao CERTAME.

CARLOS JOSÉ DA SILVA

Presidente da CPL/FISP

Protocolo: 826338**OUTRAS MATÉRIAS****Portaria Nº 83/2022- CRH/GAB Belém, 07 de julho de 2022**

O Sr. UALAME FIALHO MACHADO, Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: A Lei nº 400, de 30 agosto de 1951, que dispõe sobre a organização das Secretarias do Estado do Pará e o Decreto Estadual nº 2.235, de 16 de julho de 1997, publicado no DOE nº 28.508/18.07/1997.

CONSIDERANDO: A necessidade de deslocamento dos servidores da SEGUP para realização e apoio a ações e atividades de Segurança, no mês de julho, pelas diversas regiões do interior do Estado do Pará.

RESOLVE: 1º. Determinar que o expediente da SEDE da SEGUP no período de 08/07/2022 a 01/08/2022, seja cumprido da forma disposta abaixo, já inserida parte da compensação das horas não trabalhadas, desde que não haja prejuízo ou interrupção para qualquer setor ou atividade essencial realizada pela Secretaria:

SEGUNDAS-FEIRAS	Das 12h às 19h
TERÇAS-FEIRAS	Das 08h às 18h
QUARTAS-FEIRAS	Das 08h às 18h
QUINTAS-FEIRAS	Das 08h às 18h
SEXTAS-FEIRAS	Das 08h às 13h

2º. O horário de expediente dos servidores que não possuem tempo integral será das 08h às 15h (manhã) e de 12h às 19h (tarde) nos dias de terça à quinta feira.

3º. A presente Portaria não se aplica as unidades descentralizadas devendo estas cumprir horários normais.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

UALAME FIALHO MACHADO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social da SEGUP

Protocolo: 826039



DIÁRIA

- Portaria Nº3396/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Manoel Vicente Da Conceição Figueiredo; CPF: 910.740.372-00; Valor: R\$514,32. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3397/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Abaetetuba-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Ivan Ferreira Rodrigues; CPF: 873.981.502-10; Valor: R\$791,28. CB PM Luciano Santos Do Nascimento; CPF: 845.449.292-53; Valor: R\$759,60. CB PM Maycon Da Silva Costa; CPF: 843.959.402-00; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3398/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Hellen Cristina Pinto Dos Passos; CPF: 890.129.842-20; Valor: R\$759,60. CB PM Paula Daniela Nascimento De Moraes; CPF: 950.725.432-34; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3399/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Igarapé-Miri-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM José Silva Cruz; CPF: 318.891.902-68; Valor: R\$791,28. SGT PM Adelson Silva Dos Santos; CPF: 608.052.852-53; Valor: R\$791,28. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3400/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: TEN PM Nelson Roberto Do Carmo Carrera; CPF: 733.623.602-20; Valor: R\$846,66. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3401/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Hygo De Lima Pantoja; CPF: 021.073.382-99; Valor: R\$514,32. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3402/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Barcarena-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Carlos André De Amorim Rosa; CPF: 787.920.292-72; Valor: R\$791,28. CB PM Everton Augusto Dos Santos Souza; CPF: 877.409.312-68; Valor: R\$759,60. SD PM Aureo Rogério Borges De Oliveira; CPF: 891.917.812-72; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

- Portaria Nº3403/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Portel-PA; Período: 14 a 19/07/2022; Quantidade de diárias: 04 de alimentação e 05 de pousada; Servidores: SGT PM Tatiane Moreira Da Silva; CPF: 963.018.562-87; Valor: R\$1.186,92. SGT PM Darlene Conceição Poiares De Oliveira; CPF: 745.122.772-34; Valor: R\$1.186,92. SGT PM Charlles Jonnathan De Sousa Azevedo; CPF: 719.125.682-68; Valor: R\$1.186,92. SD PM Leonardo Silva De Freitas; CPF: 013.525.602-08; Valor: R\$1.139,40. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3404/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Marabá-PA; Destino: Itupiranga-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Rodolfo Gomes Gonçalves; CPF: 985.204.662-49; Valor: R\$759,60. SD PM Felipe Francisco Gomes Dos Santos; CPF: 114.833.664-80; Valor: R\$759,60. SD PM Harlen Pereira Modesto; CPF: 915.762.292-20; Valor: R\$759,60. SD PM Arthur Guilherme Pimentel Lindoso; CPF: 040.182.503-55; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3405/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: São Francisco Do Pará-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Fábio Da Silva Nestor; CPF: 632.527.162-91; Valor: R\$522,24. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3406/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Allan Douglas Branco Rodrigues; CPF: 933.376.202-72; Valor: R\$514,32. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3407/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: São Caetano De Odvelas-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Genilton Da Silva Vale; CPF: 726.380.012-87; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3408/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mocajuba-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Rodrigo Leal Da Silva; CPF: 828.750.812-68; Valor: R\$759,60. CB PM Alan Dias Silva; CPF: 812.568.332-15; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3409/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Capanema-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Viviane Vasconcelos Alves; CPF: 005.023.262-20; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3410/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Altamira-PA; Destino: Porto De Moz-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Daniel Silva Teixeira; CPF: 790.353.532-34; Valor: R\$791,28. CB PM Gutemberg Veloso Da Conceição; CPF: 008.138.922-10; Valor: R\$759,60. CB PM Magno Soares Dos Santos; CPF: 887.062.492-72; Valor: R\$759,60. CB PM Jhones Dieglas De Sousa; CPF: 935.063.922-04; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3411/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Capanema-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 15 A 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Denilson Freitas Dos Reis; CPF: 455.563.342-34; Valor: R\$791,28. CB PM Ronny Walter Ramos De Oliveira; CPF: 995.404.872-34; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.
- Portaria Nº3412/22/DI/DF –**
Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Capanema-PA; Destino: Nova Timboteua-PA; Período: 15 A 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM José Gracielson Da Paixão Souza; CPF: 477.289.062-91; Valor: R\$791,28. CB PM Flavio Da Silva Maia; CPF: 873.368.552-53; Valor: R\$759,60. SD PM Victor Hugo Lima Bezerra; CPF: 032.157.965-89; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3413/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Capanema-PA; Destino: Quatipuru-PA; Período: 15 A 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Adilson Da Silva Leal; CPF: 486.768.372-87; Valor: R\$791,28. CB PM Flaviano Emilio Costa Conde; CPF: 949.712.692-15; Valor: R\$759,60. SD PM Gleydson Maia Da Silva; CPF: 014.612.392-14; Valor: R\$759,60. SD PM Gilberto Alan Da Silva Maximo; CPF: 900.010.792-04; Valor: R\$759,60; ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3414/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Capanema-PA; Destino: Primavera-PA; Período: 15 A 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM José Salgueiro Teixeira Júnior; CPF: 900.559.002-59; Valor: R\$791,28. CB PM Ivo Peniche De Aviz; CPF: 696.764.882-91; Valor: R\$759,60. CB PM Thales Menezes De Oliveira; CPF: 950.109.632-72; Valor: R\$759,60. SD PM Eric Jussan Silva Do Nascimento; CPF: 006.103.552-10; Valor: R\$759,60; ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3415/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Felipe Leon Miranda Corrêa; CPF: 993.587.602-06; Valor: R\$514,32. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3416/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Capanema-PA; Destino: Peixe-Boi-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Marcos Antônio Da Costa Dos Santos; CPF: 455.184.592-20; Valor: R\$791,28. SGT PM Ailton Nogueira Da Silva; CPF: 586.306.432-34; Valor: R\$791,28. CB PM Ronaldo De Mendonça Meireles; CPF: 822.168.942-49; Valor: R\$759,60. SD PM Patrick De Brito Martins; CPF: 024.110.732-67; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3417/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Ilha Do Cotijuba-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SD PM Lucas Andrei Dos Santos De Castro; CPF: 041.144.302-02; Valor: R\$514,32. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3418/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Altamira-PA; Destino: Senador José Porfírio-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Franciclêia Azevedo De Oliveira; CPF: 764.036.532-53; Valor: R\$791,28. CB PM Daniel Augusto Da Silva E Silva; CPF: 006.405.002-50; Valor: R\$759,60. CB PM Melquias Bragatto Da Silva; CPF: 876.823.622-00; Valor: R\$759,60. SD PM Karina Mafra Parente; CPF: 000.260.462-02; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3419/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Auroara Do Pará-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Jaime Da Cruz Sales Junior; CPF: 657.083.692-72; Valor: R\$791,28. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3420/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salvaterra-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Rômulo Alberto Almeida Barros; CPF: 011.371.622-28; Valor: R\$759,60. CB PM Lourimar De Carvalho Figueiredo; CPF: 933.314.442-00; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 826085**Portaria Nº3385/22/DI/DF –**

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salvaterra-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Manoel Do Espirito Santo Dos Santos; CPF: 424.993.722-49; Valor: R\$2.637,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3386/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Acará-PA; Período: 01 a 04/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Joilson Silva De Souza; CPF: 715.018.002-72; Valor: R\$791,28. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3387/22/DI/DF –

Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 17 a 30/07/2022; Quantidade de diárias: 14 de alimentação e 13 de pousada; Servidores: SGT PM Regineia Nunes Da Luz; CPF: 411.095.892-04; Valor: R\$3.560,76. SGT PM Dulcicleia Tavares Gomes; CPF: 644.307.402-59; Valor: R\$3.560,76. CB PM Michele Luzia Da Silva Lima Souza; CPF: 683.050.102-44; Valor: R\$3.418,20. CB PM Moisés Gonçalves Pinheiro Júnior; CPF: 864.921.102-00; Valor: R\$3.418,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 826078**Portaria Nº3421/22/DI/DF –**

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: TEN CEL PM Helde Alain Corrêa Da Silva; CPF: 568.002.312-15; Valor: R\$3.165,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3422/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Maracanã-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Lilian Oliveira Da Gama Malcher; CPF: 682.952.192-00; Valor: R\$1.740,80. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3471/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 11 a 22/07/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CB PM César Augusto Dos Santos De Souza; CPF: 910.109.502-15; Valor: R\$1.885,84. SD PM Jonh William Silveira Gemaque; CPF: 947.785.582-00; Valor: R\$1.885,84. SD PM Rafael Deça De Amorim; CPF: 549.636.562-72; Valor: R\$1.885,84. SD PM Marcos Sabino Alves Barbosa; CPF: 001.760.352-81; Valor: R\$1.885,84. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3472/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: TEN PM Marcel Guimarães Drago; CPF: 999.553.422-34; Valor: R\$2.553,10. SGT PM Raimundo Valerio Dias De Brito; CPF: 301.046.612-91; Valor: R\$1.914,88. SGT PM Jacilene Barros Alexandrino De Andrade; CPF: 983.722.622-68; Valor: R\$1.914,88. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3473/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Mário Cesar Macêdo Das Neves; CPF: 425.484.382-87; Valor: R\$1.914,88. CB PM Lenilson Da Silva Machado; CPF: 004.436.612-43; Valor: R\$1.885,84. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3474/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CB PM Anderson Cleiton Santana; CPF: 935.773.972-68; Valor: R\$2.785,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3475/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Gurupá-PA; Período: 22/07 a 03/08/2022; Quantidade de diárias: 12 de alimentação e 12 de pousada; Servidores: SD PM Alisson Pereira Fernandes; CPF: 853.319.702-06; Valor: R\$3.038,40. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3476/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Marcos Antonio Souto Silva; CPF: 448.600.802-20; Valor: R\$1.914,88. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3477/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Curuçá-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CB PM Antonio Sousa Sodré; CPF: 531.611.902-97; Valor: R\$1.885,84. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3478/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Muana-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CB PM Jéssica Brasil Gonçalves Moreira; CPF: 977.584.422-34; Valor: R\$2.785,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3479/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ponta De Pedras-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CB PM Diego Leal Arcoverde; CPF: 863.004.742-91; Valor: R\$2.785,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3480/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CB PM Eder Carlos Santos Da Silva; CPF: 938.109.112-91; Valor: R\$1.885,84. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3481/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Eugênio Lopes Do Nascimento; CPF: 559.659.112-20; Valor: R\$1.914,88. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3482/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Gurupá-PA; Período: 22/07 A 03/08/2022; Quantidade de diárias: 12 de alimentação e 12 de pousada; Servidores: SGT PM Vanilli Corrêa Alves; CPF: 715.917.962-53; Valor: R\$3.165,12. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3483/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: São Caetano De Odvelas-PA; Período: 21/07 A 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Carlos Alberto Dos Santos Trindade; CPF: 828.984.992-34; Valor: R\$2.901,36. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3484/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ponte De Pedras-PA; Período: 21/07 A 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SD PM Sophie Yohanne Soares Gibson; CPF: 022.117.382-06; Valor: R\$2.785,20. SD PM Marcus Vinicius De Jesus Sousa; CPF: 002.805.792-92; Valor: R\$2.785,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3485/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: São Caetano De Odvelas-PA; Período: 21/07 A 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Ezequias Dos Santos Anselmo; CPF: 448.993.602-82; Valor: R\$2.901,36. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3486/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Colares-PA; Período: 21/07 A 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Edson Laranjeira Da Silva; CPF: 467.047.522-34; Valor: R\$1.914,88. SD PM Sávio Miranda Pantoja; CPF: 022.323.712-47; Valor: R\$1.885,84. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3487/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Barcarena-PA; Período: 21/07 A 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CAP PM Osmarley Furtado; CPF: 777.580.052-68; Valor: R\$3.191,54. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3488/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SD PM Wanderson Cardoso Galdino; CPF: 021.321.232-33; Valor: R\$2.785,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3489/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ourém-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM José Eurico Siqueira Da Silva Barreto; CPF: 779.375.542-15; Valor: R\$2.901,36. CB PM Rudson Fernandes Furtado; CPF: 759.799.182-72; Valor: R\$2.785,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3490/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ponta De Pedras-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Osvaldo Nazareno Rosário Do Nascimento; CPF: 430.084.292-20; Valor: R\$2.901,36. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3491/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: São Caetano De Odvelas-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: CB PM Mauricio Gomes Da Rocha; CPF: 006.064.082-07; Valor: R\$2.785,20. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3492/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Diego Wilson Corrêa Ferreira; CPF: 774.671.082-49; Valor: R\$2.901,36. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3493/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 21/07 a 01/08/2022; Quantidade de diárias: 11 de alimentação e 11 de pousada; Servidores: SGT PM Kedson Dos Santos Corrêa; CPF: 698.299.852-53; Valor: R\$2.901,36. SGT PM Rosilda Oliveira De Souza; CPF: 454.240.122-72; Valor: R\$2.901,36. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 826129**Portaria Nº3495/22/DI/DF –**

Objetivo: Participar Da Viagem De Estudos Do I Curso De Operações Policiais Em Grandes Eventos; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: São Paulo-SP e Distrito Federal-DF; Período: 11 a 20/07/2022; Quantidade de diárias: 09 de alimentação; Servidores: MAJ PM Aline Mangas Da Silva; CPF: 889.703.292-34; Valor: R\$2.247,21. CAP PM Jairo Chagas Do Nascimento Filho; CPF: 002.687.412-12; Valor: R\$2.009,88. CAP PM Geysa Matos Corrêa; CPF: 749.677.542-87; Valor: R\$2.009,88. TEN PM Jadsom Jorge Da Silva Da Costa; CPF: 913.716.192-04; Valor: R\$1.930,68. TEN PM Eduardo Silva Discacciat; CPF: 957.942.202-87; Valor: R\$1.930,68. TEN PM Eivaldo Da Costa E Silva Filho; CPF: 860.370.302-78; Valor: R\$1.930,68. TEN PM Josineia Martins Pereira Martins; CPF: 833.990.702-68; Valor: R\$1.930,68. SGT PM Lamberto Da Luz Ferreira Neto; CPF: 573.741.712-34; Valor: R\$1.780,38. SGT PM José Maria Balera; CPF: 304.061.292-15; Valor: R\$1.780,38. SGT PM José Patrício Nascimento Júnior; CPF: 578.064.462-49; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Diego Ferreira Jucá; CPF: 820.782.892-72; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Fernando Mauro Araújo Da Silva; CPF: 468.402.302-87; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Paulo Vitor Da Costa Macedo; CPF: 836.665.592-04; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Glaydson José Vasconcelos Lima; CPF: 840.882.492-91; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Kledson Eilan Almeida Da Silva; CPF: 858.584.802-25; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Denise Souza Da Silva; CPF: 632.151.282-68; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Patrícia Da Costa Souza; CPF: 902.439.432-53; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Elvio Oliveira E Silva; CPF: 675.612.762-49; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Max Raimundo Corrêa Dos Reis; CPF: 751.125.072-68; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Hélio Souza Neto; CPF: 789.803.132-68; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Jorge Luis Guimaraes De Oliveira; CPF: 651.643.502-20; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Alcebiades Pereira Da Silva Neto; CPF: 768.020.352-00; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Alan Tárley Oliveira Da Rocha; CPF: 781.703.622-53; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Antonio Vitor Silva De Oliveira; CPF: 715.969.092-34; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Erick Frazão Botelho; CPF: 751.192.772-68; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Michel Augusto Cardoso Do Rosário; CPF: 885.520.472-68; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Marcos Daniel Do Nascimento; CPF: 525.217.532-20; Valor: R\$1.780,38. SGT PM Edmar Dos Santos Brito; CPF: 516.938.952-34; Valor: R\$1.780,38. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 826314**Portaria Nº3496/22/DI/DF –**

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Mãe Do Rio-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Joel Ferreira Dos Santos; CPF: 959.878.862-87; Valor: R\$759,60. SD PM Jhony Roosevelt Nascimento Costa; CPF: 017.708.972-59; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3497/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Abaetetuba-PA; Período: 01 a 11/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Huaskar Ronkaly Pessoa Lopes; CPF: 593.924.442-49; Valor: R\$2.637,60. SD PM Luiz Henrique Gadelha Cazorlari; CPF: 016.212.532-10; Valor: R\$2.532,00. SD PM Ramon Fabricio Teixeira De Araujo; CPF: 007.495.282-06; Valor: R\$2.532,00. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3498/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Silvestre Eulampio De Lima Junior; CPF: 557.925.102-53; Valor: R\$1.740,80. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3499/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Ananindeua-PA; Destino: Salvaterra-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: CB PM Jefferson Da Silva Valente; CPF: 683.882.092-72; Valor: R\$2.532,00. CB PM Alana Cristina Baia Leite Valente; CPF: 790.869.932-49; Valor: R\$2.532,00. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3500/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Cametá-PA; Período: 11 A 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Diego Corrêa Oliveira; CPF: 919.922.222-15; Valor: R\$759,60. CB PM Pedro Da Silva Miranda; CPF: 798.735.372-87; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 826324**Portaria Nº3423/22/DI/DF –**

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Igarapé-Miri-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Teo Ferreira De Sousa; CPF: 577.417.512-04; Valor: R\$791,28. SGT PM Alexandre Carneiro Pinheiro; CPF: 787.339.602-91; Valor: R\$791,28. CB PM Vanderson Nascimento Fernandes; CPF: 010.783.292-57; Valor: R\$759,60. CB PM Bruno Figueiredo Pontes; CPF: 704.772.562-87; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3424/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Ailton Dos Anjos Borges; CPF: 003.719.882-33; Valor: R\$759,60. CB PM Paulo Diego Madeira Dos Santos; CPF: 981.048.882-34; Valor: R\$759,60. CB PM Atila Ronaldo Lima Vilhena; CPF: 004.018.012-33; Valor: R\$759,60. CB PM Fabíola Caroline Da Costa Ramos; CPF: 028.138.202-61; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3425/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Maracanã-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Jeremias Silva Monteiro; CPF: 471.389.802-30; Valor: R\$1.740,80. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3426/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Valentim Araujo Rodrigues Filho; CPF: 295.193.302-91; Valor: R\$1.740,80. SGT PM Henry Nascimento Freitas; CPF: 490.252.282-91; Valor: R\$1.740,80. SD PM Marlon Rocha Dos Santos; CPF: 947.877.602-97; Valor: R\$1.714,40. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3427/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Bragança-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SD PM Ozil Do Espírito Santo Vilhena; CPF: 003.188.142-42; Valor: R\$2.532,00. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3428/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Igarapé Miri-PA-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: CB PM Elenise Nascimento Lira; CPF: 887.741.802-82; Valor: R\$2.532,00. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3429/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Maracanã-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Wallace Rosa Leão; CPF: 863.073.202-49; Valor: R\$1.740,80. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3430/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mãe Do Rio-PA; Período: 08 a 11/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Flavia Soares Monteiro; CPF: 894.188.082-34; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3431/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Cametá-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SUB TEN PM Claudia Cristina Nunes De Brito; CPF: 264.801.902-20; Valor: R\$2.637,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3432/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Magalhães Barata-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Fabio De Sousa Negreiros; CPF: 000.921.361-92; Valor: R\$514,32. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3433/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Cametá-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Luís Fernando Santos Da Trindade; CPF: 796.580.592-87; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3434/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mocajuba-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Jefferson Douglas Corrêa Brandão; CPF: 856.154.802-97; Valor: R\$759,60. CB PM Alex Santana Martins; CPF: 540.904.662-53; Valor: R\$759,60. CB PM Anderson De Miranda Corrêa; CPF: 935.084.172-04; Valor: R\$759,60. SD PM Antonio Nil Oliveira Dos Santos; CPF: 927.182.482-20; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3435/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ponta De Pedras-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: CB PM Diego Miranda Saraiva; CPF: 863.021.832-00; Valor: R\$759,60. SD PM Yan Abneer Monteiro Da Costa; CPF: 028.840.212-05; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3436/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Marapanim-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Augusto Sergio Santa Rosa De Oliveira; CPF: 397.367.922-34; Valor: R\$522,24. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3437/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Igarapé Miri-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Wellington Da Silva França; CPF: 402.522.482-87; Valor: R\$791,28. SGT PM Celso Carlos Cordeiro Pinto; CPF: 207.897.002-63; Valor: R\$791,28. SGT PM David D`Saullo Ferreira Do Nascimento; CPF: 508.452.922-34; Valor: R\$791,28. SD PM Arella Cristhine Cardoso Viana; CPF: 001.769.292-07; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3438/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Vigia-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SGT PM Hélio Aranha De Melo E Silva; CPF: 590.883.382-72; Valor: R\$522,24. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Portaria Nº3439/22/DI/DF –

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Ponta De Pedras-PA; Período: 15 a 18/07/2022; Quantidade de diárias: 03 de alimentação e 03 de pousada; Servidores: SD PM Ericson Ferreira Vieira;

CPF: 900.773.692-20; Valor: R\$759,60. SD PM Adriel Quesedeqe de Oliveira Pereira; CPF: 855.197.152-20; Valor: R\$759,60. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 826309

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

RESULTADO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2022 – CPL PMPA

O Diretor do FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo de Credenciamento nº 001/2022 – CPL/PMPA, que tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial, odontológica de apoio diagnóstico e terapêutico, aos usuários do FUNSAU e seus dependentes, no âmbito da região metropolitana de Belém e nos municípios do Estado do Pará, e considerando o disposto no art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como a Portaria nº 007/2022-SEC/FUNSAU

RESOLVE:

01 - HOMOLOGAR a decisão adotada pela Comissão Especial de Credenciamento, designada através da Portaria nº 007/2022-SEC/FUNSAU, de 20 de junho de 2022, que se manifestou pela possibilidade de deferimento do Credenciamento da BENEMERITA SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO PARÁ, CNPJ: 04.928.479/0001-81.

02 - CREDENCIAR a referida pessoa jurídica para prestar serviços de saúde aos usuários deste Fundo.

03 - REMETER este processo ao Centro de Compras e Contratos –CCC, a fim de que sejam adotadas as medidas administrativas relativas à contratação efetiva da empresa credenciada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Belém-PA, 07 de julho de 2022.

Ordenador: LÍSIO EDUARDO CAPELA HERMES – CEL QOSPM RG 27235

Diretor do FUNSAU

Protocolo: 826178

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria Nº 0247 DE 06 DE JULHO DE 2022

O COMANDANTE-GERAL DO CBMPA E COORDENADOR ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar;

Considerando que a CB QBM JENIFER PRISCILA DOS SANTOS PANTOJA foi matriculada e incorporada às fileiras da Polícia Militar do Estado do Pará, no dia 10 de janeiro de 2019, de acordo com a Portaria Nº 001/2019 – DP4/PMPA, de 10 de janeiro de 2019, publicado no DOE nº 33778/2019, de 11 de janeiro de 2019;

Considerando o que preceitua o Inciso V do art. 98, c/c com o art. 120, inciso II, § 1º da Lei Estadual nº 5.251/1985;

Considerando o Parecer da Comissão de Justiça do CBMPA nº 141/2022; Considerando o Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/663381, resolve:

Art. 1º Licenciar ex-offício das fileiras do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, a contar de 10 de janeiro de 2019, a CB QBM JENIFER PRISCILA DOS SANTOS PANTOJA, MF: 57189146-1, RG: 6057484, filha de Edson Santos Pantoja e Sandra do Socorro Cardoso dos Santos. A militar é licenciada no comportamento BOM.

Art. 2º Determinar ao comandante, chefe ou diretor imediato, que recolha a cédula de identidade da ex-bombeira militar e a encaminhar a Diretoria de Pessoal do CBMPA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 10 de janeiro de 2019.

HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 826489

ERRATA

ERRATA

Portaria Nº 187/DIÁRIA/CEDEC DE 29 DE JUNHO DE 2022

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de nº 2.539, de 20 de maio de 1994 e Portaria nº 015 de 10 de Janeiro de 2022 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.827 de 12 de Janeiro de 2022,

Portaria PUBLICADA NO DOE 35.028 DE 30 DE JUNHO DE 2022.

ONDE SE

Art. 1º – Conceder aos militares: CAP QOBM JERONIMO MONTEIRO DA SILVA e SUB TEN QBM RR ALCIR MARTINS DE ANDRADE, 12 (doze) Diárias de Alimentação e 09 (nove) Diárias de Pousada para cada e TEN QOBM MARCOS MATHEUS DE SOUSA MOREIRA e SGT QBM CELSO DE SOUZA SALGADO, 12 (doze) Diárias de Alimentação e 10 (dez) Diárias de Pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 11.821,73 (ONZE MIL, OITOCENTOS E VINTE E UM REAIS, SETENTA E TRÊS CENTAVOS), por estarem seguindo viagem de Santarém-PA para o município de Belterra-PA, na Região de Integração do Baixo Amazonas e com diárias do grupo B, nos períodos de 01 a 04, 08 a 11, 15 a 18, 21 a 26 de julho e 28 de julho a 02 de agosto de 2022, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

LEIA-SE:

Art. 1º – Conceder aos militares: CAP QOBM JERONIMO MONTEIRO DA SILVA e SUB TEN QBM RR ALCIR MARTINS DE ANDRADE, 12 (doze) Diárias de Alimentação e 09 (nove) Diárias de Pousada para cada e SGT QBM CELSO DE SOUZA SALGADO e CB QBM IRENEU DE JESUS SILVA, 12 (doze) Diárias de Alimentação e 10 (dez) Diárias de Pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 11.502,51 (ONZE MIL, QUINHENTOS E DOIS REAIS, CINQUENTA E UM CENTAVOS), por estarem seguindo viagem de Santarém-PA para o município de Belterra-PA, na Região de Integração do Baixo Amazonas e com diárias do grupo B, nos períodos de 01 a 04, 08 a 11, 15 a 18, 21 a 26 de julho e 28 de julho a 02 de agosto de 2022, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 826010

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria Nº 006/SUPRIMENTO DE FUNDOS/CEDEC DE 07 DE JULHO DE 2022.

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de nº 2.539, de 20 de maio de 1994 e Portaria nº 015 de 10 de Janeiro de 2022 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.827 de 12 de Janeiro de 2022,

Resolve:

Art. 1º – Conceder Suprimento de Fundos ao MAJ QOBM BRUNO PINTO FREITAS, MF 57174106/1, do QCG/CEDEC..

Art. 2º – O valor do Suprimento de Fundos corresponde a R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), correrá a conta do Estado com a seguinte classificação: Funcional Programática: 06.182.1502.8827

Elemento de Despesa: 339030 – CONSUMO

Valor: R\$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)

Fonte: 0101000000

Art. 3º – O valor referido vincula-se ao prazo de 60 (sessenta) dias para aplicação e prestação de contas, a contar da data do recebimento do recurso. Ordenador de Despesas:

Jayme de Aviz Benjô – CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 826004

DIÁRIA

EXTRATO DA Portaria Nº147/DIÁRIA/DF DE 04 DE ABRIL DE 2022

Conceder aos militares: STEN RR ANTONIO MESSIAS PEREIRA LAURIDO MF: 5210135 e ao CB BM MAICON FABRICIO MOREIRA TEIXEIRA MF: 57217816, 02 (DUAS) diárias de alimentação e 01 (UMA) diária de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$775,44 pra seguirem viagem de Ananindeua - PA para Breu Branco - PA, no período de 15 a 16 de Março de 2021 a serviço do CSMV/MOP do CBMPA. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORDENADOR: HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

EXTRATO DA Portaria Nº149/DIÁRIA/DF DE 04 DE ABRIL DE 2022

Conceder aos militares: SGT BM EDGAR SMITH SANTOS MF: 5211409 e ao SGT BM ANTONIO CARLOS SENA BATISTA MF: 5452554, 05 (CINCO) diárias de alimentação e 04 (QUATRO) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$2.373,84 para seguirem viagem de Ananindeua - PA para Marabá - PA, no período de 24 a 28 de Março de 2022 a serviço do 5ºGBM do CBMPA. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. ORDENADOR: HAYMAN APOLO GOMES DE SOUZA - CEL QOBM. Comandante - Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Protocolo: 825571

Portaria Nº 192/DIÁRIA/CEDEC DE 07 DE JULHO DE 2022

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de nº 2.539, de 20 de maio de 1994 e Portaria nº 015 de 10 de Janeiro de 2022 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.827 de 12 de Janeiro de 2022,

Resolve:

Art. 1º – Conceder ao militar: SGT QBM FRANCINALDO DE OLIVEIRA CARDOSO, 12 (doze) Diárias de Alimentação e 10 (dez) Diárias de Pousada, perfazendo um valor total de R\$ 2.901,36 (DOIS MIL, NOVECIENTOS E UM REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), por estar se deslocando de Belém-PA para o município de Salinópolis, na Região de Integração Rio Caeté e com diárias do grupo B, nos períodos de 21 a 26 e 28 de julho a 02 de agosto de 2022, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

Protocolo: 826005

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo 1. Contrato: 037/2021-PC/PA.

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará. CNPJ nº 00.368.105/0001-06 e LUANA DE CÁSSIA RODRIGUES DÓRIA, CPF nº 939.278.352-34.

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência por mais 12 meses e reajuste pelo IGP-M acumulado nos últimos 12 meses.

Data da Assinatura: 09/07/2022.

Vigência: 09/07/2022 à 09/07/2023.

Valor: R\$3.376,96 mês

Orçamento: Programa de Trabalho, Natureza da Despesa, Fonte de Recurso e Origem do Recurso. 06.181.1502.8266.339036.0101-Estadual.

Processo nº 2022/556300.

Contratado: LUANA DE CÁSSIA RODRIGUES DÓRIA. Endereço: Av José Rodrigues do Santos, nº 88 Benevides/Pa, CEP: 68.795-000

Ordenadora Responsável: ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO.

Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil.

Protocolo: 826020

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo 1. Contrato: 067/2021-PC/PA.

Partes: Polícia Civil do Estado do Pará. CNPJ nº 00.368.105/0001-06 e OSWALDO DRAGO TEIXEIRA, CPF nº 008.195.652-53. Objeto: Prorrogação de prazo de vigência por mais 12 meses e reajuste pelo IGP-M acumulado nos últimos 12 meses. Data da Assinatura: 09/07/2022.

Vigência: 09/07/2022 à 09/07/2023. Valor: R\$2.646,21 mês. Orçamento: Programa de Trabalho, Natureza da Despesa, Fonte de Recurso e Origem do Recurso. 06.181.1502.8266.339036.0101-Estadual. Processo nº 2022/555658.

Contratado: OSWALDO DRAGO TEIXEIRA. Endereço: Rua Atatá, s/nº Muaná/Pa, CEP: 68.825-000. Ordenadora Responsável: ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO. Chefe de Gabinete do Delegado Geral da Polícia Civil.

Protocolo: 826183

OUTRAS MATÉRIAS

Portaria Nº 298/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 13/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a conduta do servidor D.J.B.S., mat. nº 5331170, o qual, em tese, exerceria além da atividade policial outra atividade profissional fora dos casos permitidos por lei, fato ocorrido em Benevides, conforme o relato do servidor no BOP nº 541/2022.100576-0 de 25/05/2022 e demais anexos e conexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC LARISS BARBOSA TORRES PASTOR - DIVISÃO DE DISCIPLINA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 299/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 13/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias e responsabilidades na fuga dos presos F.J.A.S., M.M.M. e D.S.D. ocorrida nos dias 12 e 13/05/2022, da carceragem da DP de Novo Progresso-PA, fato que ocasionou o IPL nº 001042/2022.100045-4, segundo Despacho/COINT/CGPC de 20/05/2022 e demais fatos conexos, conforme anexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC EDINALDO SILVA DE SOUSA - 12ª RISP- CORREGEDORIA REGIONAL DO BAIXO E MÉDIO AMAZONAS

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 300/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 13/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar as circunstâncias da fuga dos presos D.K.G.B. e R.C.M. ocorrida quando os presos eram levados da DP de Santana do Araguaia para a Casa Penal de Redenção, fato ocorrido no dia 02/06/2022 que resultou na instauração do IPL nº 210/2022.100197-2 e demais fatos conexos, conforme Despacho/COINT/CGPC de 06/06/2022 e anexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC VIVIANE CARVALHO FLORES SILVA - 13ª RISP- CORREGEDORIA REGIONAL DO ARAGUAIA PARAENSE

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 301/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 13/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de identificar e apurar responsabilidades, ref. as denúncias feitas pela Sra. G.P.S., junto ao M.P., face a atitudes, em tese, omissas e arbitrárias praticadas por policiais civis da DP de Novo Progresso, fato ocorrido no dia 05/03/2021 o que gerou a Notícia de fato nº 000833-181/2021, e demais anexos e conexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC EDINALDO SILVA DE SOUSA - 12ª RISP- CORREGEDORIA REGIONAL DO BAIXO E MÉDIO AMAZONAS

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 302/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 13/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar e definir responsabilidades na negligência e morosidade da Conclusão/Diligências/Remessa do IPL nº 29/2011.000126-6 (Proc. nº 0000599-59.2011.814.0133), tudo conforme encaminhamento pela Divisão de Correição/CGPC e comunicado pelo Exmo. Juiz da 1ª Vara de Inquéritos e Medidas Cautelares de Belém, e demais fatos conexos, mais anexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC LARISS BARBOSA TORRES PASTOR - DIVISÃO DE DISCIPLINA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 303/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 13/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar e definir responsabilidades na negligência e morosidade da conclusão de diligências e remessa do IPL nº 6/2015.000515-2 (0021567-62.2015.814.0401) tudo conforme encaminhado pela Divisão de Correição/CGPC, comunicado pelo Exmo. Juiz da 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas cautelares de Belém e demais fatos conexos, mais anexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC LARISS BARBOSA TORRES PASTOR - DIVISÃO DE DISCIPLINA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 304/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a responsabilidade referente a extrapolação no prazo de conclusão e remessa do APDF nº 4/2022.100359-0 (Proc. nº 0807012-81.2022.814.0006), o qual foi concluído com mais de 30 dias, o que segundo Of. do TJ- 5ª Vara Criminal de Ananindeua causou prejuízo ao feito, e demais anexos e conexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC LARISS BARBOSA TORRES PASTOR - DIVISÃO DE DISCIPLINA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 305/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a responsabilidade referente a extrapolação, em tese, no prazo de conclusão e remessa do APDF nº 4/2022.000005-0 (Proc. nº 0806105-09.2022.814.0006), o qual foi concluído com mais de 39 dias, o que segundo Of. do TJ- 5ª Vara Criminal de Ananindeua causou prejuízo ao feito, e demais anexos e conexos;
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC LARISSE BARBOSA TORRES PASTOR - DIVISÃO DE DISCIPLINA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 306/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a responsabilidade referente a extrapolação, em tese, no prazo de conclusão e remessa do APDF nº 4/2021.100821-3 (Proc. nº 0813143-09.2021.814.0006), o qual foi concluído com mais de 30 dias, o que segundo Of. do TJ- 5ª Vara Criminal de Ananindeua causou prejuízo ao feito, e demais anexos e conexos;
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.
RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC VALDEREZ MARIA SOUZA DA SILVA - DIVISÃO DE DISCIPLINA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 307/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de definir e identificar responsabilidades pelo atraso, em tese, no cumprimento de diligências e remessa à Justiça dos autos do Proc. nº 0807300.59.2020.814.0051, fato ocorrido no município de Santarém, conforme Of. nº 145/2022-3ªPJ/STM de 10/05/2022 e Despacho da COINT/CGPC de 20/05/2022, acrescidos dos demais anexos e conexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC EDINALDO SILVA DE SOUSA - 12ª RISP- CORREGEDORIA REGIONAL DO BAIXO E MÉDIO AMAZONAS

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 308/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar e definir responsabilidades, ref. a atitudes, em tese, arbitrárias praticadas por policiais civis durante a prisão do nacional M.C.F., ocorrida no dia 11/04/2022 no município de Porto de Moz (APDF nº 139/2022.1000032-9), conforme denúncia feita em audiência de custódia (Proc. nº 0800217-46.2022.814.0075), segundo Despacho/COINT/CGPC de 26/05/2022 e demais conexos, conforme anexos;
CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC GODOFREDO MARTINS BORGES - 11ª RISP- CORREGEDORIA REGIONAL DO XINGU

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 309/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a conduta dos servidores E. G.M.C.J. mat. nº 5553199, A.J.L.D. mat. nº 5233437 e R.F.A. mat. nº 5453216, os quais faltaram em audiência realizada no dia 25/05/2022 às 14h45, referente ao Proc. nº 0800465-04.2022.814.0401, fato ocorrido em Belém-PA e demais conexos, conforme anexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência da Delegada abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC LARISSE BARBOSA TORRES PASTOR - DIVISÃO DE DISCIPLINA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 310/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar e definir responsabilidades, pela permanência na DEPOL, em tese, do adolescente A.R.C.S., em condições diversas daquelas definidas em Lei, fatos relatados pela comissão da OAB/Santarém por ocasião de uma visita a DP de Alenquer no dia 27/05/2022, conforme Of. nº 312/2022-MP/PJA de 27/05/2022, Despacho/COINT/CGPC de 30/05/2022 e demais conexos, conforme anexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando

o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC EDINALDO SILVA DE SOUSA - 12ª RISP- CORREGEDORIA REGIONAL DO BAIXO E MÉDIO AMAZONAS

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Portaria Nº 311/2022-AAI/GAB/CORREGEPOL de 14/06/2022

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a conduta da servidora A.C.C.A., mat. nº 5914187 a qual, em tese, teria agido de forma indevida e incompatível com a função de policial, o que ocasionou a confecção do BOP nº 71/2022.104257-4, fato ocorrido no dia 12/05/2022 na DP de Parauapebas, segundo Despacho/COINT/CGPC de 30/05/2022 e demais fatos conexos, conforme anexos;

CONSIDERANDO: que fatos dessa natureza devem ser apurados, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC VICTOR COSTA LIMA LEAL - 10ª RISP- CORREGEDORIA REGIONAL DO SUDESTE DO PARA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAIMUNDO BENASSULY MAUÉS JÚNIOR

Corregedor-Geral da Polícia Civil

Protocolo: 826549

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

Portaria Nº 179 DE 06/07/2022-DAF

SERVIDORA: ADELINA SOSINHO FURTADO

CARGO: Perito Criminal, MATRÍCULA: 5772648/1

PERÍODO: 01.08.2022 à 29.09.2022.

TRÍENIO: 17.10.2017 à 16.10.2020

Portaria Nº 178 DE 06/07/2022-DAF

SERVIDOR: ALLAN KNYO LUZ NAVARRO DE SOUSA

CARGO: Auxiliar Técnico de Perícias, MATRÍCULA: 54187991/2

PERÍODO: 01.08.2022 à 30.08.2022.

TRÍENIO: 07.10.2009 à 06.10.2012

Portaria Nº 177 DE 06/07/2022-DAF

SERVIDOR: MAIK NEVES DA CRUZ

CARGO: Motorista, MATRÍCULA: 5892890/1

PERÍODO: 01.08.2022 à 29.09.2022.

TRÍENIO: 18.08.2011 à 17.08.2014

Portaria Nº 176 DE 06/07/2022-DAF

SERVIDOR: LUIS DE ASSIS ABRAÇADO AMARAL

CARGO: Perito Criminal, MATRÍCULA: 5129893/1

PERÍODO: 01.08.2022 à 30.08.2022.

TRÍENIO: 04.05.2008 à 03.05.2011

Portaria Nº 175 DE 06/07/2022-DAF

SERVIDORA: IRIS KARLA NUNES COSTA

CARGO: Assistente Administrativo, MATRÍCULA: 57205335/1

PERÍODO: 01.08.2022 à 30.08.2022.

TRÍENIO: 23.10.2011 à 22.10.2014

Portaria Nº 174 DE 06/07/2022-DAF

SERVIDOR: MADSON NEY DA COSTA BATISTA

CARGO: Assistente Administrativo, MATRÍCULA: 5891698/1

PERÍODO: 01.08.2022 à 30.08.2022.

TRÍENIO: 25.07.2011 à 24.07.2014

Protocolo: 826101

DIÁRIA

Portaria nº. 1233/ 2022

CYNTHIA DE NAZARE PORTILHO ROCHA PANTOJA

MATRÍCULA: 5946874

CARGO: Chefe de Gabinete

FRANCISCO JOSÉ SOUZA SANTOS

MATRÍCULA: 5832500/1

CARGO: Perito Criminal

CIDADE: SALINOPÓLIS - PA

DIÁRIAS: 03 1/2 (Três e meia) PERÍODO: 01/07/2022 a 04/07/2022

OBJETIVO: OPERAÇÃO VERAQ.

Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Portaria nº. 1301/ 2022

DANIELLE SILVA DE ANDRADE LIMA GUERRA

MATRÍCULA: 73504231/2

CARGO: Corregedor

CIDADE: MARABÁ - PA

DIÁRIA: 02 1/2 (Duas e meia) PERÍODO: 04/07/2022 a 06/07/2022

OBJETIVO: PARTICIPAR DE REUNIAO.

Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Portaria nº. 1332/ 2022

HELLEN JORGE DA SILVA CRUZ
MATRÍCULA: 57190939
CARGO: Assistente Administrativo
CIDADE: MARABÁ - PA
DIÁRIA: 02 1/2 (Duas e meia) PERÍODO: 04/07/2022 a 06/07/2022
OBJETIVO: REALIZAR VISITA TECNICA.
Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Portaria nº. 1243/ 2022

LUCIANO DE ARAUJO ALBURQUERQUE
MATRÍCULA: 5955563
CARGO: Auxiliar Operacional
MARCIA CHAVES SOUZA
MATRÍCULA: 57228154
CARGO: Auxiliar Operacional
MAYARA CRISTINY CARDOSO DOS SANTOS
MATRÍCULA: 57234977/7
CARGO: Auxiliar Operacional
CIDADE: SALINÓPOLIS - PA
DIÁRIAS: 04 1/2 (Quatro e meia) PERÍODO: 30/06/2022 a 04/07/2022
OBJETIVO: Visita Técnica..
Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Protocolo: 826196**Portaria nº. 1095/ 2022**

LUCAS ANDRE ABDORAL CORREA DA SILVA
MATRÍCULA: 5934283
CARGO: Auxiliar Operacional
PAULO THIAGO MAGNO RODRIGUES
MATRÍCULA: 5902583
CARGO: Auxiliar Operacional
CIDADE: MOSQUEIRO - PA
DIÁRIAS: 05 1/2 (Cinco e meia) PERÍODO: 15/06/2022 a 20/06/2022
OBJETIVO: PARTICIPAR DA OPERAÇÃO CORPUS CHRIST 2022.
Dr. CELSO DA SILVA MASCARENHAS

Protocolo: 826204**Portaria nº. 1021/ 2022**

ALAN JUNIO SALGADO DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 57216516
CARGO: Motorista
CIDADE: BELÉM - PA
DIÁRIA: 05 1/2 (Cinco e meia) PERÍODO: 21/06/2022 a 26/06/2022
OBJETIVO: CONDUZIR VEICULO.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE,
Dr. HINTON B. CARDOSO JÚNIOR

Protocolo: 826211

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**Portaria Nº 2869/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022**

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 91280, de 10/06/2022, R E S O L V E:
CONCEDER à servidora raimunda da silva rodrigues, Assistente de Administração, matrícula 3266362/1, lotada na Gerência de Benefícios e Assistência Social, cinco (5) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 03 a 07/02/2022, conforme Laudo Médico nº 91280, de 10/06/2022. Os efeitos desta Portaria retroagirão a 03/02/2022.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria Nº 2868/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 91235, de 10/06/2022, R E S O L V E:
CONCEDER à servidora MARIA BERNADETE OLIVEIRA DA COSTA, Assistente de Trânsito, matrícula 54187805/2, lotada na Gerência de Biblioteca, sete (7) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 21 a 27/01/2022, conforme Laudo Médico nº 91235, de 10/06/2022. Os efeitos desta Portaria retroagirão a 21/01/2022.
Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria Nº 2867/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 91277, de 10/06/2022, R E S O L V E:
CONCEDER à servidora DEUZIRENE CARDOSO MELO, Agente de Fiscalização de Trânsito, matrícula 57223958/2, lotada na Gerência de Operação e Fiscalização de Trânsito da Capital, sete (7) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 27/01 a 02/02/2022, conforme Laudo Médico

nº 91277, de 10/06/2022.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 27/01/2022.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria Nº 2866/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 91279, de 10/06/2022, R E S O L V E:

CONCEDER à servidora JACIMAR DE ALENCAR LEITE, Assistente de Administração, matrícula 3264769/1, lotada na Gerência de Exames Teóricos e Práticos, quatorze (14) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 26/01 a 08/02/2022, conforme Laudo Médico nº 91279, de 10/06/2022.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 26/01/2022.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria Nº 2865/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 91234, de 10/06/2022, R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor ADENOR DE JESUS GUEDES, Agente de Fiscalização de Trânsito, matrícula 54186678/3, lotado na Gerência de Operação e Fiscalização de Trânsito da Capital, dez (10) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 24/01 a 02/02/2022, conforme Laudo Médico nº 91234, de 10/06/2022.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 24/01/2022.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria Nº 2864/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 91282, de 10/06/2022, R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor Leo Santos Keuffer, Auxiliar de Trânsito, matrícula 57175923/1, lotado na Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas, dez (10) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 02 a 11/02/2022, conforme Laudo Médico nº 91282, de 10/06/2022.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 02/02/2022.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria Nº 2813/2022-DAF/CGP, de 04/07/2022

A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e, CONSIDERANDO o disposto no art. 81, da Lei 5.810/94, de 24.01.1994, e ainda a apresentação do Laudo Médico nº. 91278, de 10/06/2022, R E S O L V E:

CONCEDER à servidora ERANILDE PANTOJA LIMA, Assistente de Administração, matrícula 3265439/1, lotada na Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, quinze (15) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 28/01 a 11/02/2022, conforme Laudo Médico nº 91278, de 10/06/2022.

Os efeitos desta Portaria retroagirão a 28/01/2022.

Nazaré de Fátima Matos Oliveira
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 826413**Portaria Nº 2833/2022-DG/CGP, de 06/07/2022.**

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação constante do Memº 154/2022-GCC-DETRAN, de 02/06/2022, e demais despachos no Processo 2022/692550, RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para procederem à fiscalização e acompanhamento da execução do objeto do Contrato nº 011/2022, firmado por este Departamento e a Empresa ELEVADORES OTIS LTDA, bem como, dos respectivos termos aditivos, competindo-lhe a prerrogativa de sugerir modificações que contribuam à sua fiel execução, e ainda, atestar os serviços conforme acordado.

Titular:

LUIZ ALBERTO PIMENTEL COELHO, matrícula 5082366/3.

Suplente:

LUIS DE JESUS LOBATO DA CUNHA, matrícula 57198064/1.

Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor na data da publicação.

Renata Mirella Freitas Guimarães de S. Coelho
Diretora Geral

Portaria Nº 2832/2022-DG/CGP, de 06/07/2022.

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a solicitação constante do Memº 153/2022-GCC-DETRAN, de 02/06/2022, e demais despachos no Processo 2022/692511, RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para procederem à fiscalização e acompanhamento da execução do objeto do Contrato nº 010/2022, firmado por este Departamento e a Empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, bem como, dos respectivos termos aditivos, competindo-lhe a prerrogativa de sugerir modificações que contribuam à sua fiel execução, e ainda, atestar os serviços conforme acordado.

Titular:
LUIZ ALBERTO PIMENTEL COELHO, matrícula 5082366/3.
Suplente:
ALAN RAFAEL MENEZES DO VALE, matrícula 57193607/1.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor na data da publicação.
Renata Mirella Freitas Guimarães de S. Coelho
Diretora Geral

Portaria Nº 2835/2022-DG/CGP, de 06/07/2022.
A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e;
CONSIDERANDO, que o servidor ADEMIR BRAGA DA SILVA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, matrícula 3265420/1, atingiu a idade -limite (75 anos), para o benefício da Aposentadoria Compulsória, conforme estabelecido em Lei,
R E S O L V E:
AFASTAR, o servidor ADEMIR BRAGA DA SILVA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, matrícula 3265420/1, das atividades que exerce na Gerência de Transportes, da Coordenadoria de Logística deste Departamento, por haver atingido a idade-limite (75 anos), assegurando-lhe o direito da percepção de sua remuneração, enquanto aguarda a concessão da Aposentadoria Compulsória.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 05/07/2022.
RENATA MIRELLA FREITAS G. DE SOUZA COELHO
Diretora Geral

Portaria Nº 2816/2022-DG/CGP, de 05/07/2022.
A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO a solicitação constante do Memº 015/2022-DAF/CDI/GB-DETRAN, datado de 29/06/2022, e demais despachos no Processo 2022/820457,
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora RAIMUNDA TELMA DOS SANTOS MIRANDA, Assistente de Trânsito, matrícula 80845426/1, para responder pela Gerência de Biblioteca, no período de 04/07 a 02/08/2022, durante as férias do titular.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 04/07/2022.
RENATA MIRELLA FREITAS G. DE SOUZA COELHO
Diretora Geral

Portaria Nº 2814/2022-DG/CGP, de 05/07/2022.
A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO a solicitação através do Memº 294/2021 - DITAI-DETRAN, de 15/09/2021, protocolado sob o nº 2021/1021549,
R E S O L V E:
EXCLUIR a Gratificação por Regime Especial de Trabalho de Tempo Integral, concedida através da Portaria 4071/2019-DG/CGP, ao servidor EVANILTON DA SILVA E SILVA, Vistoriador, matrícula 57230550/1, com base em 40% do vencimento do cargo efetivo.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/07/2022.
RENATA MIRELLA FREITAS G. DE SOUZA COELHO
Diretora Geral

Portaria Nº 2820/2022-DG/CGP, de 05/07/2022.
A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO a solicitação através do Memº 294/2021 - DITAI-DETRAN, de 15/09/2021, protocolado sob o nº 2021/1021549,
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora NEUZA CECY DA VERA CRUZ GUEDES, Vistoriadora, matrícula 57229648/1, lotada na Gerência da CIRETRAN “A” de Itaituba, Gratificação por Regime Especial de Trabalho de Tempo Integral, com base em 40% do vencimento do cargo efetivo, em substituição ao servidor EVANILTON DA SILVA E SILVA, Vistoriador, matrícula 57230550/1, e deverá cumprir o expediente diário de 08:00h às 17:00h, enquanto perdurar a necessidade de serviço.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/07/2022.
RENATA MIRELLA FREITAS G. DE SOUZA COELHO
Diretora Geral

Portaria Nº 2746/2022-DG/CGP, de 01/07/2022.
A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO a solicitação do servidor, constante do Requerimento datado de 08/03/2022, e demais despachos no Processo 2022/300286,
R E S O L V E:
REMOVER o servidor EUGLES GUERRA DO NASCIMENTO, Auxiliar de Trânsito, matrícula 57175745/1, da Coordenadoria de Documentação e Informação para a Gerência de Controle de Documentos e Registro de Veículos deste Departamento.
Os efeitos desta Portaria retroagirão a 01/07/2022.
RENATA MIRELLA FREITAS GUIMARÃES DE SOUZA COELHO
Diretora Geral

Protocolo: 826038

DIÁRIA

Portaria nº 2676/2022-DAF/cgp, de 29/06/2022
O Diretor Administrativo e Financeiro do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3057/2020-DG/CGP.
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de diária constante no Processo nº 2022/775262;

R E S O L V E:
AUTORIZAR o pagamento de cinco e meia (05 e 1/2) diárias aos servidores abaixo especificados, referente ao deslocamento do Município de Belém para o município de Santa Bárbara no período de 01 à 06/07/2022, a fim de acompanhar e coordenar os trabalhos da equipe itinerante de habilitação no referido município.

NOME	MATRICULA
Jaime Kosminsky	57223349/3
Alvaro Augusto dos Santos Moraes	57200281/1

LUIZ PAULO MELO BRAGA
Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 826199

FÉRIAS

Portaria Nº 2883/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando nº 165/2022-GIN-TE, datado de 08/07/2022, protocolado sob o nº 2022/872966,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO as férias concedidas pela Portaria 2535/2022-DAF/CGP, ao servidor Patrick Fialho Vieitas, Técnico de Informática, matrícula 57196230/1, lotado na Gerência de Infraestrutura e Tecnologia, trinta (30) dias de FÉRIAS, no período de 01/08 a 30/08/2022, referentes ao exercício 05.05.2020/2021.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Portaria Nº 2884/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando nº 165/2022-GIN-TE, datado de 08/07/2022, protocolado sob o nº 2022/872966,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor Patrick Fialho Vieitas, Técnico de Informática, matrícula 57196230/1, lotado na Gerência de Infraestrutura e Tecnologia, quinze (15) dias de FÉRIAS, no período de 25/08 a 08/09/2022, referentes ao exercício 05.05.2020/2021.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 25/08/2022.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Portaria Nº 2885/2022-DAF/CGP, de 08/07/2022.
A Coordenadora de Gestão de Pessoas do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – detran/pa, usando das atribuições que lhe foram delegadas, e,
CONSIDERANDO a solicitação constante do Memorando nº 165/2022-GIN-TE, datado de 08/07/2022, protocolado sob o nº 2022/872966,
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor Patrick Fialho Vieitas, Técnico de Informática, matrícula 57196230/1, lotado na Gerência de Infraestrutura e Tecnologia, quinze (15) dias de FÉRIAS, no período de 30/10 a 13/11/2022, referentes ao exercício 05.05.2020/2021.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor a partir de 30/10/2022.
NAZARÉ DE FÁTIMA MATOS OLIVEIRA
Coordenadora de Gestão de Pessoas.

Protocolo: 826492

SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA

Portaria nº 1971/22/DGP/SEAP, de 07/07/22
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1910/22/DGP/SEAP, de 01/07/2022, publicada no DOE nº 35.037, de 07/07/2022, no que se refere à concessão de férias do servidor ERICKSON DO CARMO SILVA, matrícula nº 5960875.
LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 826019

Portaria Nº 1976/22/DGP/SEAP, de 08/07/22
O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria de nº 595/2021-GAB.SEAP, de 08/06/2021.
RESOLVE: CONCEDER aos servidores, abaixo relacionados, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, de acordo com o Art. 74 da Lei nº 5.810/94, a serem gozadas no período conforme informações abaixo:
Nº; NOME; MATRÍCULA; EXERCÍCIO; GOZO
1; ALESSANDRA COSTA CORREA; 5893586; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 2; ALIRIO PAULO MARQUES DOS SANTOS; 5868840; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 3; ALTAMIR PINTO GODINHO; 5808936; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 4; CARLOS ANTONIO MARQUES PEREIRA; 5957828; 2021; 01.08.22 a 30.08.22 / 5; CLENILSON SILVA TEIXEIRA; 5886287; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 6; DANUSA PINHEIRO DE AZEVEDO; 5808855; 2021; 05.08.22 a 03.09.22 / 7; ECLEIBSON CORREA COSTA; 57192545; 2020; 01.08.22 a 30.08.22 / 8; ELVIRA ARAUJO DA SILVA; 5941433; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 9; ELVIS MIGUEL LEMOS DE ARAUJO; 6403385; 2021; 01.08.22 a 30.08.22 / 10; GLEISON ROBERTO MELO DOS SANTOS;

54187561; 2021; 01.08.22 a 30.08.22 / 11; JEFFERSON SILVA DE SOUZA; 5938774; 2021; 01.08.22 a 30.08.22 / 12; JERACI ALVES DA PAIXAO; 5953903; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 13; JOAO MELO SODRE; 5796873; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 14; LUCIO CLAUDIO NASCIMENTO LEITE; 5808626; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 15; MARIA DE NAZARE CAMPOS DUTRA; 54188189; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 16; RODRIGO ANTONIO DA SILVA PATROCA; 5949044; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 17; RODRIGO CADETE DA SILVA; 5940847; 2022; 01.08.22 a 30.08.22 / 18; ROGERIO DE AQUINO CARRERA; 54181411; 2021; 01.08.22 a 30.08.22.
LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ
Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 826099

Portaria nº 1977/22/DGP/SEAP, de 08/07/22.

SUSPENDER o gozo de férias, previsto para o período de 01/07/22 a 30/07/22, referente à servidora EDINEIA DAS GRACAS DO EGITO COSTA BENJAMIN, matrícula nº 57191171, de acordo com o Art.74, §2º, da Lei nº 5.810/94.

LUIZ FERNANDO PAES DE QUEIROZ

Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 826146

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

ADMISSÃO DE SERVIDOR**- ERRATA:**

PUBLICAÇÃO DE 06 DE JULHO DE 2022 - DIÁRIO OFICIAL Nº 35.036.

A Secretaria de Estado de Cultura publica errata no Edital de Credenciamento 001/2022 – Ponto do Autor.

Onde se lê:

Item 2 – Das Inscrições:

•O valor arrecadado com a venda de livros será entregue ao autor/autora credenciado, deduzido as despesas operacionais de vendas

Leia-se:

Item 2 – Das Inscrições:

•O valor arrecadado com a venda de livros será entregue integralmente ao autor/autora

Protocolo: 826385

DESIGNAR SERVIDOR**Portaria nº 521 DE 07 DE JULHO DE 2022**

Processo nº 2022/367547

Servidor: FAGNER MONTEIRO SILVA

Matrícula: 57196665/1

Cargo: Técnico em Gestão Cultural

Objeto: Designado como Gestor do Termo de Fomento nº. 043/2022, celebrado entre esta Secretaria de Estado de Cultura – SECULT e o INSTITUTO DE ESTUDOS INTEGRADOS CIDADÃO DA AMAZÔNIA – INEA, inscrito no CNPJ nº 06.131.930/0001-72, representado por VALTER DA SILVEIRA CAMPOS, cujo objeto é a realização uma mostra musical do tradicional "FESTIVAL TAPAJAZZ", no município de Santarém-PA.

Protocolo: 826153

Portaria nº 518 DE 07.07.2022

Processo nº 2022/764276

Servidor: ABILIO AUGUSTO BASTOS FILHO

Matrícula: 5891119/ 1

Cargo: Assistente Cultural

Objeto: Designado como Fiscal da prestação de serviço a esta Secretaria de Estado de Cultura-SECULT, realizado pelo profissional LEONEL RODRIGUES FERREIRA, contratado para Apresentação de Espetáculo Cultural, no Evento "Arraial no Parque", que acontecerá no dia 28 de Junho de 2022, as 13:00 h., no Parque da Residência. Os efeitos desta Portaria retroagem à data do evento.

Protocolo: 826237

ERRATA**ERRATA DE CONTRATO****Protocolo 813013**

Errata da publicação do Contrato 054/2022, publicado no DOE nº 35.006, de 13.06.2022, sob o nº de protocolo 813013.

Onde se lê:

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10/06/2022 a 30/11/2022

Leia-se:

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08/07/2022 a 30/11/2022

Protocolo: 826241

CONTRATO
**CONTRATO DE CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA DO
EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022
CONTRATO: 186/2022**
PROCESSO Nº: 2022/ 778576

OBJETO: O presente contrato é resultante da premiação do edital especificado no preâmbulo deste instrumento, sendo o presente contrato parte integrante do edital do concurso. A SECULT, por meio do presente contrato, concede ao PREMIADO o prêmio referente ao projeto identificado, de acordo com as modalidades previstas no item 1.6, devidamente aprovado segundo os critérios previstos no respectivo Edital, com a finalidade de identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades artísticas existentes nas diferentes regiões do território paraense. Em contrapartida, o PREMIADO se obriga, nos termos deste Contrato, a observar as regras aqui estabelecidas, bem como no edital do concurso. O presente contrato não caracteriza vínculo empregatício ou funcional do PREMIADO com a SECULT, constituindo-se, para todos os efeitos legais, em simples incentivo cultural ao artista do Estado do Pará, sem qualquer relação de subordinação e exaurindo-se a relação aqui firmada.

VALOR: R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 07/07/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/07/2022 a 30/11/2022

ORIGEM: EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421 Fonte de recurso: 0301000000 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339031- PREMIA.CULTUR.ARTIS.CIENTIF.DESP ORT. E OUTRAS PTRES: 158421 PI: 1030008421C AÇÃO: 277079 (IGARAPÉ-AÇU) FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421. SERVIDOR RESPONSÁVEL: Designado pela Portaria Nº 052 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

ARTISTA PREMIADO: LUCIANNE GIZELLY DIAS GUIMARÃES - CPF: 012.336.922-32

ENDEREÇO: TV. Dezesesseis de novembro, Nº1675, São Sebastião, CEP: 68725-000, Pará.

ORDENADOR: Bruno Chagas Da Silva Rodrigues Ferreira

Protocolo: 825878

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA DO
EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022
CONTRATO: 185/2022**
PROCESSO Nº: 2022/677165

OBJETO: O presente contrato é resultante da premiação do edital especificado no preâmbulo deste instrumento, sendo o presente contrato parte integrante do edital do concurso. A SECULT, por meio do presente contrato, concede ao PREMIADO o prêmio referente ao projeto identificado, de acordo com as modalidades previstas no item 1.6, devidamente aprovado segundo os critérios previstos no respectivo Edital, com a finalidade de identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades artísticas existentes nas diferentes regiões do território paraense. Em contrapartida, o PREMIADO se obriga, nos termos deste Contrato, a observar as regras aqui estabelecidas, bem como no edital do concurso. O presente contrato não caracteriza vínculo empregatício ou funcional do PREMIADO com a SECULT, constituindo-se, para todos os efeitos legais, em simples incentivo cultural ao artista do Estado do Pará, sem qualquer relação de subordinação e exaurindo-se a relação aqui firmada.

VALOR: R\$30.000,00 (trinta mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 07/07/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 07/07/2022 a 30/11/2022

ORIGEM: EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421 Fonte de recurso: 0301000000 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339031- PREMIA.CULTUR.ARTIS.CIENTIF.DESP ORT. E OUTRAS PTRES: 158421 PI: 1030008421C AÇÃO: 276464 (BOM JESUS DO TOCANTINS) FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421.

SERVIDOR RESPONSÁVEL: Designado pela Portaria Nº 052 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

ARTISTA PREMIADO: ANA MARIA BRITO RIBEIRO - CPF: 329220862-91

ENDEREÇO: KM 30 BR 222 ALDEIA PARKATEJE T.I MÃE MARIA, BOM JESUS DO TOCANTINS –PARÁ CEP:28525/000

ORDENADOR: Bruno Chagas Da Silva Rodrigues Ferreira

Protocolo: 825846

**CONTRATO DE CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA DO
EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022
CONTRATO: 198/2022**
PROCESSO Nº: 2022/734829

OBJETO: O presente contrato é resultante da premiação do edital especificado no preâmbulo deste instrumento, sendo o presente contrato parte integrante do edital do concurso. A SECULT, por meio do presente contrato, concede ao PREMIADO o prêmio referente ao projeto identificado, de acordo com as modalidades previstas no item 1.6, devidamente aprovado segundo os critérios previstos no respectivo Edital, com a finalidade de identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades artísticas existentes nas diferentes regiões do território paraense. Em contrapartida, o PREMIADO se obriga, nos termos deste Contrato, a observar as regras aqui estabelecidas, bem como no edital do concurso. O presente contrato não caracteriza vínculo empregatício ou funcional do PREMIADO com a SECULT, constituindo-se, para todos os efeitos legais, em simples incentivo cultural ao artista do Estado do Pará, sem qualquer relação de subordinação e exaurindo-se a relação aqui firmada.

VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 08/07/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08/07/2022 a 30/11/2022

ORIGEM: EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421 Fonte de recurso: 0301000000 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339031-PREMIA.CULTUR.ARTIS.CIENTIF.DESPORT. E OUTRAS PTRES: 158421 PI: 1030008421C AÇÃO: 259005 (ANANINDEUA) FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421. SERVIDOR RESPONSÁVEL: Designado pela Portaria Nº 052 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

ARTISTA PREMIADO: B612 PRODUÇÕES EIRELI- CPF: 26.751.109/0001-54
ENDEREÇO: RODOVIA DO MÁRIO COVAS, Nº 200 - NEO FIORI, TORRE JASMIM, AP T01, COQUEIRO, CEP: 67.113-330, ANANINDEUA-PA.
ORDENADOR: Bruno Chagas Da Silva Rodrigues Ferreira

Protocolo: 826151

CONTRATO DE CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA DO EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022 CONTRATO: 182/2022

PROCESSO Nº: 2022/731185

OBJETO: O presente contrato é resultante da premiação do edital especificado no preâmbulo deste instrumento, sendo o presente contrato parte integrante do edital do concurso. A SECULT, por meio do presente contrato, concede ao PREMIADO o prêmio referente ao projeto identificado, de acordo com as modalidades previstas no item 1.6, devidamente aprovado segundo os critérios previstos no respectivo Edital, com a finalidade de identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades artísticas existentes nas diferentes regiões do território paraense. Em contrapartida, o PREMIADO se obriga, nos termos deste Contrato, a observar as regras aqui estabelecidas, bem como no edital do concurso. O presente contrato não caracteriza vínculo empregatício ou funcional do PREMIADO com a SECULT, constituindo-se, para todos os efeitos legais, em simples incentivo cultural ao artista do Estado do Pará, sem qualquer relação de subordinação e exaurindo-se a relação aqui firmada.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 06/07/2022

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/07/2022 a 30/11/2022

ORIGEM: EDITAL N.º 001/2022 – PRÊMIO PREAMAR DE CULTURA E ARTE 2022
ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421 Fonte de recurso: 0301000000 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339031-PREMIA.CULTUR.ARTIS.CIENTIF.DESPORT. E OUTRAS PTRES: 158421 PI: 1030008421C AÇÃO: 258960 (BELÉM) FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421. SERVIDOR RESPONSÁVEL: Designado pela Portaria Nº 052 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022.

ARTISTA PREMIADO: ALANA CLEMENTE LIMA- MEI - CNPJ: 40.162.339/0001-09
ENDEREÇO: PASSAGEM SÃO MIGUEL, N.º 50, ALTOS ACESSO JOSE BONIFACIO, GUAMA, CEP: 66075-250, BELEM-PA.

ORDENADOR: Bruno Chagas Da Silva Rodrigues Ferreira

Protocolo: 826155

FÉRIAS

Portaria Nº 520 DE 07 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais e, considerando os termos do Processo nº 854163/2022-MG/SECULT, de 05.07.2022.

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30(trinta) dias de férias consecutivos ao servidor HARRISON BRENO SÁ DO NASCIMENTO, matrícula nº5957407/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, no período de 05.08.2022 a 03.09.2022, referente ao Período Aquisitivo de 27.04.2021 a 26.04.2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Cultura, em 07 de Julho de 2022.

LUIZ MARIA DE JESUS SOARES JUNIOR

Secretário Adjunto/SECULT.

Protocolo: 826173

Portaria Nº 519 DE 07 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais e, considerando os termos do memorando nº 6/2022-CPL, de 07.07.2022.

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com o Art. 74, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30(trinta) dias de férias à servidora JUSSARA LIDIA ALVES FRANCO, matrícula nº5897686/3, ocupante do cargo de Secretário de Diretoria, nos períodos de 01.08.2022 a 15.08.2022- 15(quinze) dias iniciais e 03.11.2022 a 17.11.2022- 15(quinze) dias restantes, referente ao Período Aquisitivo de 27.04.2021 a 26.04.2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria de Estado de Cultura, em 07 de Julho de 2022.

LUIZ MARIA DE JESUS SOARES JUNIOR

Secretário Adjunto/SECULT.

Protocolo: 826168

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO NOTA DE EMPENHO DA DESPESA: 2022NE01337

PROCESSO Nº: 2022/740450

VALOR: R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

DATA DA EMISSÃO: 01/07/2022

OBJETO: Contratação de profissional qualificado nos termos do Edital de Credenciamento 005/2021/SECULT, para atender à programação do evento Oficina De Iniciação Ao Teatro.

ORIGEM: Edital de Credenciamento 05/2021/SECULT, Inexigibilidade de Licitação nº 012/2021.

ORÇAMENTO: Projeto Atividade: 8421 Fonte de recurso: 0101000000 (Recursos Ordinários) Natureza da Despesa: 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA. PTRES: 158421 PI: 1030008421C AÇÃO: 261961 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.392.1503-8421.

SERVIDOR INDICADO COMO FISCAL: ALLAN PINHEIRO DE CARVALHO – Matrícula: 57188175-4.

CONTRATADO: FRANCISCO EDILBERTO BARBOSA MOREIRA – CPF Nº 425.487.212-72

ENDEREÇO: RUA BOAVENTURA DA SILVA, 180, APTO 203, REDUTO, CEP:66.053-050, BELÉM-PA.

ORDENADOR: BRUNO CHAGAS DA SILVA RODRIGUES FERREIRA

Protocolo: 826279

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

PORTARIA

Portaria Nº 121/2022/FCG

A Superintendente da Fundação Carlos Gomes, usando de suas atribuições conferidas pela Lei 5.939/96 e pelo Decreto 1.338/96; [...]

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor Douglas Heider da Silva Oliveira, Técnico em Gestão de Informática, matrícula funcional 55208166-1, para assumir a função de fiscal do Contrato nº 31/2022, firmado com a empresa Alexandre Freire 26398657810, para fornecimento de Equipamentos de Tecnologia.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLICA-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém-PA, 01 de julho de 2022.

MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO, Superintendente da FCG

Protocolo: 826363

Portaria Nº 122/2022/FCG

A Superintendente da Fundação Carlos Gomes, usando de suas atribuições conferidas pela Lei 5.939/96 e pelo Decreto 1.338/96; [...]

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor Douglas Heider da Silva Oliveira, Técnico em Gestão de Informática, matrícula funcional 55208166-1, para assumir a função de fiscal do Contrato nº 34/2022, firmado com a empresa AFCC COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, para fornecimento de Equipamentos de Tecnologia.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLICA-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Belém-PA, 01 de julho de 2022.

MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO, Superintendente da FCG

Protocolo: 826367

ERRATA

ERRATA DA Portaria Nº. 154/2022 - FCG de 07.07.2022.

Publicada no DOE nº 35.038 de 08.07.2022 - Protocolo: 825744

Servidora: Flávia Correa Lima IF: nº 5906186/1

Onde se lê: 15/08/2022 a 13/09/2022

Leia - se: 08/08/2022 a 06/09/2022

Autorização: Processo nº. 2022/860017

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ordenador: Maria da Glória Boulhosa Caputo- Superintendente da FCG

Protocolo: 826344

DIÁRIA

Portaria Nº. 159/2022 - FCG de 08.07.2022

Fundamento Legal: Art. 6º da Lei nº. 5.939/96 e Art.145, Lei nº. 5810/94.
Destino: Curralinho/PA

Objetivo: visita técnica e reunião com autoridades locais, para tratar do Festival de Bandas do Pará 2022.

Período: 11/07/2022 a 13/07/2022 - 02 diárias e ½ (duas e meia) - VL: R\$ 593,45

Servidor: MARCELINO BELTRÃO TAVARES - Diretor de Interiorização - IF: nº. 5944833/2

Autorização: Processo nº. 2022/865050

Ordenador: Maria da Glória Boulhosa Caputo – Superintendente da FCG

Protocolo: 826453

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

ERRATA

ERRATA DE FÉRIAS

Retifica-se a Portaria Nº 645 de 05/07/2022, publicada No Doe Nº 35.036 de 06/07/2022, dos servidores relacionados: EXCLUIR da Portaria o período de Gozo de Férias 16/08/2022 a 30/08/2022 da servidora KEZIA LUCIA CARVALHO, Matrícula – 57232973/2, Cargo ASSESSOR DE IMPRENSA I, Aquisitivo 2021/2022.

Onde se Lê: Conceder, a THAIS CAVALCANTE REZENDE – matrícula: 57188400/2, gozo de 10/08/2022 A 08/09/2022 - **Leia-se:** o período de gozo 11/08/2022 A 09/09/2022.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VERA LÚCIA ALVES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

Protocolo: 826229

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

Diário Oficial Nº 35.038, Pág. 81

Sexta-feira, 08 de julho de 2022

Publicação (Protocolo): 825786

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

NOTA DE EMPENHO Nº 2022NE00752

PROCESSO Nº 2022/178278

ONDE SE LÊ NO TÍTULO: ADMISSÃO DE SERVIDOR

LEIA-SE: OUTRAS MATÉRIAS

Protocolo: 826017

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA

Portaria Nº 94/2022 - GAB/SAEN

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, no uso de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO a Portaria nº 008 de 21 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a descentralização e desburocratização dos procedimentos administrativos, a fim de dar mais agilidade às demandas desta Secretaria de Estado de Educação – SEDUC;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870, de 04 de outubro de 2013 que dispõe sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, convênios e termos de cooperação firmados pelos órgãos e entidades do Poder executivo do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de conduzir a gestão da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC com celeridade, eficiência, todavia, com responsabilidade e transparência;

CONSIDERANDO que a Portaria retrocitada delega aos Secretários Adjuntos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC competência para a prática, revogação e anulação de ofício do ato de assinatura de Portaria para designação de servidor, lotado na sua respectiva Secretaria Adjunta, para as funções de fiscal, suplente de fiscal e gestor de contratos e convênios, e de acordo com os termos do processo PAE nº 2020/644453.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora CLAUDIA REGINA BEZERRA FERREIRA, matrícula nº 57234112-1, Especialista em Educação Classe I, como FISCAL TITULAR e a servidora MARIA DO CARMO FONTINELE CARVALHO, matrícula nº 5531012-2, Especialista em Educação Classe I, como SUPLENTE para acompanhar e fiscalizar o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE Nº 030/2021, celebrado entre a SEDUC e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM, cujo objeto é implementar em ação conjunta o Sistema de Organização Modular de Ensino, no município de Marapanim, para a operacionalização do ensino médio, apenas nas localidades legalmente existentes, e do ensino fundamental nas localidades já implantadas até sua conclusão, no referido município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE.

Belém, 06 de julho de 2022.

REGINA CELLI SANTOS ALVES

Secretária Adjunta de Ensino, em exercício

Protocolo: 826263

Portaria Nº 095/2022 - GAB SAEN

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO, no uso de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO a Portaria nº 008, de 21 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a descentralização e desburocratização dos procedimentos administrativos, a fim de dar mais agilidade às demandas desta Secretaria de Estado de Educação – SEDUC;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 870, de 04 de outubro de 2013 que dispõe sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, convênios e termos de cooperação firmados pelos órgãos e entidades do Poder executivo do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de conduzir a gestão da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC com celeridade, eficiência, todavia, com responsabilidade e transparência;

CONSIDERANDO que a Portaria retrocitada delega aos Secretários Adjuntos da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC competência para a prática, revogação e anulação de ofício do ato de assinatura de Portaria para designação de servidor, lotado na sua respectiva Secretaria Adjunta, para as funções de fiscal, suplente de fiscal e gestor de contratos e convênios, e de acordo com os termos do processo nº 2019/598540 (PAE),

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a contar de 06/08/2021, a servidora FERNANDA ATAÍDE DA COSTA, matrícula nº 57229060-2, Especialista em Educação Classe II, lotada na EEEIF Barão do Rio Branco Anexo I Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar, para ACOMPANHAR E FISCALIZAR o ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 13/2021-SEDUC, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e o CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA, cujo o presente instrumento tem por objeto a oferta gratuita à SEDUC de 100 (cem) vagas para Atendimento Educacional de Classe Hospitalar, aos estudantes matriculados no Programa, assim como, as vagas necessárias ao atendimento dos alunos do Programa, que se encontram internados por se tratar de atendimento nos leitos, tendo como SUPLENTE DE FISCAL, ELIENE CRISTINA BITTENCOURT AZANCOT TAVERNARD, matrícula nº 57216113-1, Professora Classe II, lotada na EEEIF Barão do Rio Branco Anexo I Classe Hospitalar e Atendimento Domiciliar.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPA-SE

Belém, 07 de julho de 2022.

REGINA CELLI SANTOS ALVES

Secretária Adjunta de Ensino, em exercício

Protocolo: 826272

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

Portaria N.º 177/2022 - Sale, De 07 de Julho de 2022

O Secretário Adjunto de Logística Escolar, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Executivo de 15 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial N.º 34.282 (pag. 11), de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, e nos termos da Portaria n.º 961/2019 da Seduc, Resolve:

Art. 1º - Designar, a contar de 02/06/2022, os servidores SILENE DE VASCONCELOS MARQUES, matrícula nº.80845601-1, CPF n.º 301.687.082-72, e JOSIANE BENEDITO VILARINO, matrícula n.º 57216185 1, CPF n.º 683.984.172-34, para atuarem respectivamente como fiscais titular e substituto do contrato de locação n.º 131/2022, cujo objeto: Locação de Imóvel para o funcionamento da EEEF Profª Celina Anglada - Belém/PA.

José Alexandre Buchacra Araujo

Secretário Adjunto de Logística Escolar

Secretaria de Estado de Educação- SEDUC

Protocolo: 826218

Portaria N.º 179/2022 - Sale, De 07 de Julho de 2022

O Secretário Adjunto de Logística Escolar, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Executivo de 15 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial N.º 34.282 (pag. 11), de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, e nos termos da Portaria n.º 961/2019 da Seduc, Resolve:

Art. 1º - Designar, a contar de 24/06/2022, os servidores CATIA CILENE BENTES MARTINS DE MAGALHÃES, matrícula nº. 572131471, CPF n.º 581.024.852-72, e FRANCIONEI DA COSTA RODRIGUES, matrícula n.º 572240671, CPF n.º 669.400.602-00, para atuarem respectivamente como fiscais titular e substituto do contrato de locação n.º 136/2022, cujo objeto: Locação de Imóvel para o funcionamento do Alojamento do Sistema Modular - SOME-Monte Alegre/PA.

José Alexandre Buchacra Araujo

Secretário Adjunto de Logística Escolar

Secretaria de Estado de Educação- SEDUC

Protocolo: 826219

Portaria N.º 182/2022 - Sale, De 07 de Julho de 2022

O Secretário Adjunto de Logística Escolar, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Executivo de 15 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial N.º 34.282 (pag. 11), de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, e nos termos da Portaria n.º 961/2019 da Seduc, Resolve:

Art. 1º- Designar, a contar de 26/05/2022, os servidores Miriam Rodrigues Barbosa da Silva, matrícula n.º 673390-1, CPF n.º 171.200.632-00, e Maria Socorro Gomes Braga, matrícula n.º 367982-1, CPF n.º 122.074.972-91, para atuarem respectivamente como fiscais titular e substituto do contrato de locação n.º 126/2022, cujo objeto: Locação de Imóvel para o funcionamento da EEEF Cidade de Dom Bosco- Castanhal/PA.

José Alexandre Buchacra Araujo

Secretário Adjunto de Logística Escolar

Secretaria de Estado de Educação- SEDUC

Protocolo: 826221

Portaria N.º 178/2022 - Sale, De 07 de Julho de 2022

O Secretário Adjunto de Logística Escolar, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Executivo de 15 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial N.º 34.282 (pag. 11), de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, e nos termos da Portaria n.º 961/2019 da Seduc, Resolve: Art. 1º - Designar, a contar de 01/06/2022, os servidores SOLANGE MARIA LEÃO MIRANDA, matrícula n.º 57175869 2, CPF n.º 207.520.672-49, e FERNANDO SARMENTO FEITOSA, matrícula n.º 59499061, CPF n.º 320.507.025.9, para atuarem respectivamente como fiscais titular e substituto do contrato de locação n.º 067/2022, cujo objeto: Locação de Imóvel para o funcionamento da EEEF Profª Guajarina de Souza da Silva - Belém/PA.

José Alexandre Buchacra Araujo

Secretário Adjunto de Logística Escolar

Secretaria de Estado de Educação- SEDUC

Protocolo: 826222

Portaria N.º 183/2022 - Sale, De 07 de Julho de 2022

O Secretário Adjunto de Logística Escolar, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Executivo de 15 de julho de 2020, publicado no Diário Oficial N.º 34.282 (pag. 11), de acordo com o previsto no Art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, e nos termos da Portaria n.º 961/2019 da Seduc, Resolve: Art. 1º- Designar, a contar de 26/05/2022, os servidores Miriam Rodrigues Barbosa da Silva, matrícula n.º 673390-1, CPF n.º 171.200.632-00, e Maria Socorro Gomes Braga, matrícula n.º 367982-1, CPF n.º 122.074.972-91, para atuarem respectivamente como fiscais titular e substituto do contrato de locação n.º 124/2022, cujo objeto: Locação de Imóvel para o funcionamento da EEEF Cidade de Dom Bosco- Castanhal/PA.

José Alexandre Buchacra Araujo

Secretário Adjunto de Logística Escolar

Secretaria de Estado de Educação- SEDUC

Protocolo: 826223

CONTRATO**Contrato: 159/2022**

Objeto do Contrato: Contratação de Empresa de engenharia para execução de obra de conclusão da Escola Estadual de 12 salas de aula, no bairro de Cidade Jardins, no município de Parauapebas, Estado do Pará, para atender as demandas locais, de acordo com as exigências, especificações e condições constantes no Edital de Regime Diferenciado de Contratação nº 002/2022 - NLIC/SEDUC.

O valor global de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões).

Fonte: 0306003251 Produto: 3007 Ação: 195085 Funcional Programática: 16101.12 122.1509 Projeto/Atividade: 7603 Natureza de Despesa: 4490.51

Fonte: 0102 Produto: 3007 Ação: 195085 Funcional Programática: 16101.12 122.1509 Projeto/Atividade: 7603 Natureza de Despesa: 4490.51

Partes:

Contratada: Secretaria de Estado de Educação /CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro - Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.

Contratante: MF- Serviços em Tecnologia e Construção. CNPJ: 26.481.657/0001-01, com sede na Travessa João Honório Costa, s/n Bairro Centro, IPIXUNA DO PARÁ, CEP: 68.637.000

Data de Assinatura: 07/07/2022

Vigência: 07/07/2022 a 07/10/2023

Ordenador: Elieth de Fátima da Silva Braga/Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 826307

Contrato: 160/2022

Objeto do Contrato: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra exclusiva, na categoria de apoio administrativo como: assistente administrativo como: assistente administrativo, com disponibilização de mão de obra em regime, de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referências, anexo do Edital.

O valor mensal da Contratação é de R\$ 165.485,14 (cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos), perfazendo o valor global de R\$ 1.985.821,68 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e oito centavos) para contratação.

Fonte: 0102006360 - Ação: 231016 - Funcional Programática: 16101.12.122.1297 - Projeto Atividade: 8338. - Produto: 2795. - Natureza de Despesa: 3390.37.

Fonte: 0102006360 - Ação: 232118 - Funcional Programática: 16101.12.361.1509 - Projeto Atividade: 8904. - Produto: 8904. - Natureza de Despesa: 3390.37

Fonte: 0102006360 - Ação: 232325 - Funcional Programática: 16101.12.362.1509 - Projeto Atividade: 8906. - Produto: 8906. - Natureza de Despesa: 3390.37

Partes:

Contratada: Secretaria de Estado de Educação /CNPJ. 05.054.937/0001-63, com sede na Rod. Augusto Montenegro - Km 10, s/n, CEP.: 66.820-000, Tenoné, Belém/PA.

Contratante: Saram Serviços Especializados Ltda. CNPJ: 11.056.054/0001-95, sediado na Travessa São Sebastião, 890. Bairro Sacramento, Belém/PA.

Data de Assinatura: 07/07/2022

Vigência: 07/07/2022 a 07/07/2023

Ordenador: Elieth de Fátima da Silva Braga/Secretária de Estado de Educação

Protocolo: 826297

APOSTILAMENTO**APOSTILAMENTO****TERMO DE APOSTILAMENTO**

Contratante: Secretaria de Estado de Educação do Pará
Contrato: 019/2018 - Prestação de serviços de consultoria técnica especializada em supervisão e gerenciamento de obras de construção, reforma e ampliação de unidades escolares/administrativas da rede Estadual do Pará.
Contrato de Empréstimos: 2933/OC-BR-Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Justificativa: Reajuste anual do saldo do contrato

Percentual do Reajuste: 25,536%

Dotação Orçamentária: Fonte: 0331004800. Funcional Programática: 16101.12.362.1509 Projeto/Atividade: 8906. Natureza da Despesa: 3390.3900 Data Assinatura: 08/07/2022

Contratada: CONSÓRCIO EGIS/ ENCIBRA/ HIGH TECH CNPJ Nº 29.544.782/0001-01.

Ordenador: Elieth de Fátima da Silva Braga / Secretária de Estado de Educação do Pará

Protocolo: 826252

OUTRAS MATÉRIAS**APROVAÇÃO DE ESCALA DE FÉRIAS****Portaria n.º:6288/2022 de 06/07/2022**

Nome:MARIA CLEIDE FONTINELE NUNES

Matrícula:57213441/1 Período:01/09 à 30/09/22Exercício:2022

Unidade:EEEF Dom Calabria/Marituba

Portaria n.º:6289/2022 de 06/07/2022

Nome:JEANE PEREIRA DA GRAÇA COSTA

Matrícula:5455464/2 Período:01/08 à 14/09/22Exercício:2022

Unidade:EE Fernando Ferrari/Marituba

Portaria n.º:6307/2022 de 07/07/2022

Nome:SUELEN CAMILA BRITO DE FREITAS

Matrícula:6306904/1 Período:01/08 à 30/08/22Exercício:2021

Unidade:EE Graziela Moura Ribeiro/Belém

Portaria n.º:6308/2022 de 07/07/2022

Nome:MARIA AIDA DE JESUS DELISE PEREIRA

Matrícula:57206013/1 Período:16/08 à 29/09/22Exercício:2021

Unidade:EEEF Prfª Guajarina de Souza da Silva/Belém

Portaria n.º:6309/2022 de 07/07/2022

Nome: DIANA HELENA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Matrícula:5239710/3 Período:16/06 à 30/06/22Exercício:2021

Unidade:ERC Associação de Pais e Amigos/Belém

Portaria n.º:6310/2022 de 07/07/2022

Nome:FATIMA DO SOCORRO DA SILVA MOUTA

Matrícula:5220297/2 Período:01/08 à 30/08/22Exercício:2022

Unidade:EE Profª Maria Araújo de Figueiredo/Ananindeua

Portaria n.º:257/2022 de 15/03/2022

Nome:OZANEI TURGES BRAGA DE QUEIROZ

Matrícula:6314570/2 Período:01/08 à 30/08/22Exercício:2021

Unidade:EE Júlia Passarinho/Santarém

Portaria n.º:6325/2022 de 07/07/2022

Nome:DARIO MORAES DA SILVA

Matrícula:239437/1 Período:01/08 à 30/08/22Exercício:2021

Unidade:EE Profº João Renato Fanco/Belém

Portaria n.º:6326/2022 de 07/07/2022

Nome:CRISTINA DA CONCEIÇÃO COSTA MACOLA

Matrícula:57188403/1 Período:31/08 à 29/09/22Exercício:2021

Unidade:EE Pinto Marques/Belém

Portaria n.º:6329/2022 de 07/07/2022

Nome:DJANE CINTHIA CARVALHO CORREA

Matrícula:5889349/1Período:26/09 à 09/11/22Exercício:2022

Unidade:Diretoria de Ensino/Belém

Portaria n.º:6330/2022 de 07/07/2022

Nome:JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES LIMA

Matrícula:405841/1 Período:05/09 à 04/10/22Exercício:2022

Unidade:Departamento de Execução Orçamentaria/Belém

Portaria n.º:6327/2022 de 07/07/2022

Nome:CELIA MARIA SILVA

Matrícula:189227/1 Período:10/08 à 08/09/22Exercício:2022

Unidade:Departamento de Inspeção e Documentação Escolar/Belém

Portaria n.º:6328/2022 de 07/07/2022

Nome:VERENA PACHECO DE ALMEIDA SEIFERT

Matrícula:57190027/3Período:07/08 à 05/09/22Exercício:2021

Unidade:Departamento de Educação Especial/Belém

Portaria n.º:291/2022 de 04/07/2022

Nome:MARCIA CRISTINA DA SILVA ROCHA

Matrícula:57226044/2 Período:01/08 à 14/09/22Exercício:2022

Unidade:EEEF Abel Ovidio de Campos/Curuça

Portaria n.º:130/2022 de 14/06/2022

Nome:FRANCIVALDO RODRIGUES SEPÚLVIDA

Matrícula:8001421/1Período:01/08 à 14/09/22Exercício:2022

Unidade:EE Bráúlia Gurjão/Conceição do Araguaia

TORNAR SEM EFEITO**Portaria n.º:6305/2022 de 07/07/2022**

Tornar sem efeito a Portaria nº 006222/2022 de 05/07/2022, que concedeu 30 dias férias, no período de 01/08/2022 a 30/08/2022, a servidora PAULA ATAIDE MENDES, matrícula nº 5901896/1, Fonoaudiólogo, lotada na EE Augusto Meira/Belém referente ao exercício de 2022.

Portaria nº.:63062022 de0707/2022

Tornar sem efeito a Portaria nº 006167/2022 de 04/07/2022, que concedeu 45 dias de férias, no período de 01/08/2022 a 14/09/2022, a servidora CINTIA TAVARES CANDIDO, matrícula nº 57216329/2, Especialista em Educação, lotada na EEEF Santo Agostinho/Belém, referente ao exercício de 2021.

Protocolo: 826276

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA**COMISSÃO DE SINDICÂNCIA****Protocolo: 2022/759492****Portaria Nº 2796/22, de 06 de Julho de 2022**

Art. 1º – CONSTITUIR, a COMISSÃO, para apurar os fatos supramencionados, composta dos seguintes servidores:

PRESIDENTE: MATRÍCULA CARGO

LAÍNE ROCHA MOREIRA 5888432/1 PROFESSOR ASSISTENTE

MEMBRO:

ERIKA CRISTINA DE CARVALHOSILVA PEREIRA	5964326/1	PROFESSORA SUBSTITUTA
JOSÉ ROBERTO ZAFFALON JUNIOR	54196628/3	PROFESSOR ADJUNTO

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826113**REMOÇÃO DE SERVIDOR.****Protocolo: 2022/779614****Portaria Nº 2854/22, de 07 de julho de 2022.**

REMOVER, o(a) servidor(a) LAIZE TEIXEIRA ARAUJO, Id. Funcional nº 5936160/ 3, cargo de TÉCNICO A, da DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS FINANCEIROS, para a PROCURADORIA JURIDICA / PROJUR, a contar de 11.07.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826126**REVOGAR Portaria****Protocolo: 2022/779189****Portaria Nº 2839/22, de 07 de julho de 2022**

REVOGAR, a contar de 01.06.2022, os efeitos da Portaria Nº 998/21, de 14 de junho de 2021, publicada no D.O.E nº 34.616 de 21.06.2021, que cedeu a servidora FRANCISCA MARIA DOS PRAZERES BESERRA, Id. Funcional nº 3166201/1, cargo de BIBLIOTECARIO.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826133**HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO/ DOCENTE****Protocolo: 2022/723077****Portaria Nº 2838/22, de 07 de julho de 2022**

HOMOLOGAR, o resultado da Avaliação que considerou APROVADO(A) no estágio probatório o(a) servidor(a) do corpo docente desta Instituição de Ensino Superior abaixo discriminado(a), reconhecendo APTO(A), para o exercício do cargo efetivo.

NOME	ID. FUNCIONAL	CARGO	CONCEITO
MARIZETE LOPES ANDRADE	5146208/ 4	PROFESSOR ASSISTENTE	EXCELENTE

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826134**Portaria DE SUBSTITUIÇÃO****Protocolo: 2022/862612****Portaria Nº 2835/22, de 07 de julho de 2022**

DESIGNAR o servidor MAURO XAVIER TEMBRA, Id. Funcional nº 57205222/ 1, na função de AGENTE ADMINISTRATIVO para responder pela DIRETORIA DE CONTROLE ACADÊMICO, código, GEP-DAS-011.4, no período de 01.07.2022 a 30.07.2022, em substituição a titular que estará afastada por férias regulamentares.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826137**ADICIONAL DE INSALUBRIDADE****Protocolo: 2022/511501****Portaria Nº 2837/22, de 07 de julho de 2022**

CONCEDER, ao(a) servidor(a) desta IES, abaixo relacionado, lotado(a) na COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – GRAU MÉDIO, a contar de 01.04.2022.

SERVIDOR ID. FUNCIONAL CARGO

KARINA BARROS LOPES 5965520/ 1 TÉCNICO A

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826139**CESSAR Portaria DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES****Protocolo: 2022/862468****Portaria Nº 2840/22, de 07 de julho de 2022.**

CESSAR, a contar de 11.07.2022, os efeitos da Portaria nº 1548/20 de 19.08.2020, publicada no D.O.E nº 34.324 de 26.08.2020, que concedeu LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES ao servidor EDILSON PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO, Id. Funcional nº 5902987/1, cargo de PROCURADOR AUTÁRQUICO, lotado na PROCURADORIA JURÍDICA.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826141**NOMEAÇÃO DE DOCENTE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO-EDITAL Nº 18/2021****Protocolo: 2022/668339****Portaria Nº 2800/22, de 06 de julho de 2022.**

NOMEAR em função de aprovação em concurso público de provas e títulos, GLAUCIELEN GOMES DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR AUXILIAR I - 40H, na área de conhecimento VIROLOGIA/ MICOLOGIA/ PATOLOGIA (GERAL, CITOPATOLOGIA E TÓPICOS ESPECIAIS), IMUNOLOGIA (BÁSICA E CLÍNICA), HEMATOLOGIA (BÁSICA E CLÍNICA), lotado(a) no DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA / CAMPUS DE MARABÁ

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826117**RESCISÃO CONTRATUAL****Protocolo: 2022/841558****Portaria Nº 2846/22, de 07 de julho de 2022**

RESCINDIR, o Contrato Administrativo firmado entre a Universidade do Estado do Pará, e o(a) servidor(a) VANESSA NOVAES BARROS, Id. Funcional nº 80015707/ 1, cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA E CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS, a contar de 30.06.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 2022/843276**Portaria Nº 2845/22, de 07 de julho de 2022.**

RESCINDIR, o Contrato Administrativo firmado entre a Universidade do Estado do Pará, e o(a) servidor(a) MAGDA REGIANE LIMA DE CARVALHO MONTEIRO, Id. Funcional nº 5910323/ 3, cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE SAÚDE INTEGRADA, a contar de 30.06.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 2022/823497**Portaria Nº 2844/22, de 07 de julho de 2022**

RESCINDIR, o Contrato Administrativo firmado entre a Universidade do Estado do Pará, e o(a) servidor(a) GLAUCIELEN GOMES DA SILVA, Id. Funcional nº 8400892/ 1, cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado(a) no(a) CAMPUS DE MARABÁ, a contar de 30.06.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 2022/833500**Portaria Nº 2842/22, de 07 de julho de 2022.**

RESCINDIR, o Contrato Administrativo firmado entre a Universidade do Estado do Pará, e o(a) servidor(a) DEBORAH ELMESCANY, Id. Funcional nº 6402852/ 1, cargo de PROFESSOR SUBSTITUTO, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE SAÚDE ESPECIALIZADA, a contar de 30.06.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826147**AUTORIZAÇÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR PARA PARTICIPAR DE CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO****Protocolo: 2022/203125****Portaria Nº 2841/22, de 07 de julho de 2022.**

I – AUTORIZAR, o afastamento INTEGRAL do servidor JOAO RODRIGO COIMBRA NOBRE, Id. Funcional nº 57219956/ 2, cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado no DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DE MADEIRA, objetivando a capacitação do servidor em estágio pós - doutorado, pela University of Copenhagen - Dinamarca, no período de 01.09.2022 a 31.08.2023.

II - Conceder Bolsa Estadual de Pós-Graduação, no período de 01.09.2022 a 31.08.2023, nos termos da Resolução 3879/22-CONSUN de 22.06.2022

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826149**NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO****Protocolo: 2022/863944****Portaria Nº 2852/22, de 07 de julho de 2022.**

NOMEAR, EDNALVO APOSTOLO CAMPOS, Id. Funcional nº 54188840/ 1 para exercer o cargo em comissão de PRÓ REITOR DE GRADUAÇÃO, Código GEP-DAS-011.5, a contar de 07.07.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826143**EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO****Protocolo: 2022/863944****Portaria Nº 2853/22, de 07 de julho de 2022**

EXONERAR, o(a) servidor(a) MARIA CELIA BARROS VIRGOLINO PINTO, Id. Funcional nº 5255368/ 2, do cargo em comissão de PRÓ REITOR DE GRADUAÇÃO, Código GEP-DAS-011.5, a contar de 07.07.2022

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826144

LICENÇA PRÊMIO**LICENÇA PRÊMIO****Protocolo: 2022/623689****Portaria Nº 2829/22, de 06 de julho de 2022**

CONCEDER ao(a) servidor(a) ANTONIA MARGARETH MOITA SA, Id. Funcional nº 723975/ 2, cargo de PROFESSOR ADJUNTO, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM COMUNITARIA, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 15.04.2009 a 14.04.2012, no período de 01.08.2022 a 30.08.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 2022/631176**Portaria Nº 2828/22, de 06 de julho de 2022**

CONCEDER ao(a) servidor(a) MARIA SEVERA DE VASCONCELOS ALCANTARA, Id. Funcional nº 5360889/ 3, cargo de PROFESSOR AUXILIAR, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 120 (cento e vinte) dias de Licença Prêmio, no período de 03.10.2022 a 30.01.2023, referente aos triênios:

10.03.2000 a 09.03.2003 = 60 (sessenta) dias;

10.03.2003 a 09.03.2006 = 60 (sessenta) dias;

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 2022/418332**Portaria Nº 2830/22, de 06 de julho de 2022**

CONCEDER ao(a) servidor(a) MARCO ANTONIO BARROS DOS SANTOS, Id. Funcional nº 5707501/ 2, cargo de PROFESSOR ASSISTENTE, lotado(a) no(a) DEPARTAMENTO DEDESPORTO, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 29.08.2012 a 28.05.2015, no período de 01.10.2022 a 29.11.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 2022/493433**Portaria Nº 2843/22, de 07 de julho de 2022.**

CONCEDER ao(a) servidor(a) MIRIA TENORIO PICANCO, Id. Funcional nº 54189957/ 2, na função de TECNICO B, lotado(a) no(a) COORDENADORIA ADMINISTRATIVA DO CAMPUS II, 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio, referente ao triênio de 08.04.2013 a 07.04.2016, no período de 10.08.2022 a 08.10.2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826120**DESIGNAR SERVIDOR****DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR****Protocolo: 2022/851940****Portaria Nº 2833/22, de 07 de julho de 2022**

Art. 1º - DESIGNAR os servidores abaixo para compor COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA DO PARÁ/2022 (PSU/2022), conforme relação abaixo especificada:

COORDENAÇÃO GERAL:

BRUNO MENDES CARMONA (SANTA CASA)

FRANCISCA REGINA OLIVEIRA CARNEIRO (UEPA)

MEMBROS

ALBERTO MARIANO GUSMAO TOLENTINO (UEPA)

ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GOES JUNIOR (METROPOLITANO)

ADRIANA VALLE DE LIMA (HOSPITAL DE CLÍNICAS)

ERICA GOMES DO NASCIMENTO CALVACANTE (SANTA CASA)

RAFAEL MAIA DE SOUSA (HOSPITAL OPHYR LOYOLA)

RAFAEL DA SILVA NOVAES (PRONTO SOCORRO MUNICIPAL)

Art. 2º - FICAM REVOGADAS as demais disposições em contrário.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826130**ERRATA****ERRATA****Protocolo: 2021/544020**

Retificar os termos da presente Portaria nº 1713/22, de 12.05.2022, publicada no D.O.E nº 34.973 de 18.05.2022, referente a Progressão Funcional do (a) servidor (a) MIRIAN ROSA PEREIRA o seguinte:

ONDE SE LÊ : "..., AUXILIAR IV, ..."**LEIA-SE** : "..., AUXILIAR, ..."

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826096**SUPRIMENTO DE FUNDO****SUPRIMENTO DE FUNDO****Portaria Nº 2859/2022, DE 08 DE JULHO DE 2022.**

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.

Cargo: PROFESSOR ASSISTENTE

Nome: TIAGO SANTOS SILVEIRA

Matrícula Funcional: 57231730/ 1

Valor: R\$ 4.000,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8870

Fonte: 0102

339030_ R\$ 4.000,00

Portaria Nº 2860/2022, DE 08 DE JULHO DE 2022.

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO C

Nome: ERIKA DO SOCORRO OLIVEIRA GONCALVES

Matrícula Funcional: 54194594/ 2

Valor: R\$ 4.000,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8870

Fonte: 0102

339030_ R\$ 4.000,00

Portaria Nº 2861/2022, DE 08 DE JULHO DE 2022.

Prazos: Para aplicação 30 (trinta) dias a contar da data de pagamento, Para prestação de contas 15 (quinze) dias após a aplicação.

Cargo: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DE CAMPUS

Nome: CLEIDIANE SARDINHA DE SOUZA LEAL

Matrícula Funcional: 5956967/ 1

Valor: R\$ 4.000,00

Prog. de Trabalho: 74201 12 364 1506 8870

Fonte: 0102

339030_ R\$ 4.000,00

Ordenador Responsável

CARLOS JOSE CAPELA BISPO

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento.

Protocolo: 826256**FÉRIAS****CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULAMENTARES****Protocolo: 2022/862612****Portaria Nº 2836/22, de 07 de julho de 2022.**

CONCEDER 30(trinta) dias de férias regulamentares ao servidor MANOEL DELMO SILVA DE OLIVEIRA, Id. Funcional nº 457361/ 4, cargo de PROFESSOR AUXILIAR, no período de 01.07.2022 a 30.07.2022, referente ao período aquisitivo de 2021/2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da UEPA

Protocolo: 826136**OUTRAS MATÉRIAS****EDITAL Nº 77/2022-UEPA**

EDITAL DESELEÇÃO DE DISCENTES PARA COMPOR VAGAS OFERTADAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE - PET-SAÚDE / GESTÃO E ASSISTÊNCIA - 2022/2023

A Universidade do Estado do Pará – UEPA, por meio da Direção do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS, torna público que estarão abertas no período de 12/07/2022 a 14/07/2022, no site da Universidade do Estado do Pará, as inscrições para candidatos às vagas de discentes BOLSISTAS e VOLUNTÁRIOS para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde/Gestão e Assistência – 2022/2023 ao EDITAL Nº 1, de 11 de janeiro de 2022 referente a SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE PET-SAÚDE - 2022/2023 (PET-Saúde: Gestão e Assistência-2022/2023), do Ministério da Saúde.

Maiores Informações: Fone: 3131-1725 e-mail: pet.uepabelem@gmail.com

Belém, 11 de julho de 2022.

EMANUEL DE JESUS SOARES DE SOUSA

Diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Protocolo: 826021**EDITAL Nº 78/2022-UEPA**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR TUTOR DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE PET-SAÚDE : GESTÃO E ASSISTÊNCIA- 2022/2023

O Diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas a inscrição ao Processo Seletivo Simplificado para Professores dos Departamentos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS, da Universidade do Estado do Pará para atuarem como TUTORES no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde: Gestão e Assistência- 2022/2023 de acordo com o EDITAL Nº 01, de 11 de janeiro de 2022 do Ministério da Saúde (MS).

Período de inscrições: 12/07/2022 a 14/07/2022

Maiores Informações: Fone: 3131-1725 e-mail: pet.uepabelem@gmail.com

Belém, 11 de julho de 2022.

EMANUEL DE JESUS SOARES DE SOUSA

Diretor do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Protocolo: 826023**EDITAL Nº 79/2022-UEPA****PROSEL ESPECIAL FORMA PARÁ/UEPA 2023**

A Universidade do Estado do Pará (UEPA) torna pública a realização do Processo Seletivo Especial 2023.1 (PROSEL Especial FORMA PARA/UEPA 2023, destinado a selecionar candidatos para o provimento de vagas nos cursos presenciais de graduação, em regime especial, mediante convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica (Sectet) e a Universidade do Estado do Pará (UEPA). Os referidos cursos serão ofertados pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), mediante as condições estabelecidas neste edital.

Período de solicitação de inscrição: 13/07 a 06/08/2022

Maiores informações: Fone: (91) 3299-2232

O edital está disponível no site: www.uepa.br.

Belém, 11 de julho de 2022.

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo: 826292

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

Portaria Nº 571/2022-GAB/PRES. BELÉM, 06 DE JULHO DE 2022.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 30.04.2021, publicado no DOE nº 34.571 de 03.05.2021 a contar de 30.04.2021 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94. Considerando o MEMº 238/2019- SEMILIBERDADE SANTARÉM de 29/08/2019, Parecer jurídico nº 294/2019-PROJUR de 16/09/2019, despacho do Presidente 19/09/2019, da ASPAD de 06/07/2022 e autorizo para instauração do procedimento expedido pelo Presidente da FASEPA de 06/07/2022. R E S O L V E: Art. 1º. DETERMINAR com fulcro no art. 199, a instauração da SINDICÂNCIA PUNITIVA Nº 22/2022 (processo nº 2019/427010), a fim de apurar suposta conduta irregular de servidor no Centro de Semiliberdade de Santarém. Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 205 que os servidores FLÁVIO AUGUSTO MORAIS DO CARMO – MAT. 54197129/1; JAQUELINE COUTINHO MARTINS – MAT. 55586393/1; e ALESSANDRA REZENDE DE ARAUJO MIRANDA – MAT. 54187808/1, lotados neste Órgão, sob a Presidência do primeiro, procedam às apurações do fato suscitado; Art. 3º. CONCEDER com base no art. 201, o prazo de 30 (trinta) dias para que a Comissão Processante conclua a apuração e apresente Relatório Conclusivo; Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE. LUIZ CELSO DA SILVA-Presidente da FASEPA

Portaria Nº 572/2022-GAB/PRES. BELÉM, 06 DE JULHO DE 2022.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 30.04.2021, publicado no DOE nº 34.571 de 03.05.2021 a contar de 30.04.2021 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94. Considerando MEMº 512/2019-CSEBA de 10/09/2019, Parecer Jurídico nº 318/2019-PROJUR de 30/09/2019, despachos do Presidente de 01/10/2019, despacho da ASPAD de 06/07/2022 e autorizo para instauração do procedimento expedido pelo Presidente da FASEPA de 06/07/2022. R E S O L V E: Art. 1º. DETERMINAR com fulcro no art. 199, a instauração do PAD nº 16/2022 (Processo nº 2019/437585), a fim de apurar denúncia de suposta violação de direito praticada por servidor em desfavor ao socioeducando no dia 30/07/2019 no Centro Socioeducativo do Baixo Amazonas – CSEBA. Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 205 que os servidores JAQUELINE COUTINHO MARTINS – MAT. 55586393/1; ALESSANDRA REZENDE DE ARAUJO MIRANDA – MAT. 54187808/1 e FLÁVIO AUGUSTO MORAIS DO CARMO – MAT. 54197129/1, lotados neste Órgão, sob a Presidência da primeira, procedam às apurações do fato suscitado; Art. 3º. CONCEDER com base no art. 208, o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão Processante conclua a apuração e apresente Relatório Conclusivo; Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE. LUIZ CELSO DA SILVA-Presidente da FASEPA

Portaria Nº 573/2022-GAB/PRES. BELÉM, 06 DE JULHO DE 2022.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Governamental de 30.04.2021, publicado no DOE nº 34.571 de 03.05.2021 a contar de 30.04.2021 e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94. Considerando o MEMº 130/2022-CSEBA de 15/03/2022, Parecer jurídico nº 119/2022-PROJUR de 18/05/2022, despacho do Presidente 18/05/2022, da ASPAD de 06/07/2022 e autorizo para instauração do procedimento expedido pelo Presidente da FASEPA de 06/07/2022. R E S O L V E: Art. 1º. DETERMINAR com fulcro no art. 199, a instauração do PAD nº 17/2022 (Processo nº 2022/311681), a fim de apurar denúncia de suposta agressão à socioeducandos e possível omissão por parte de servidores desta Fundação, em ação de apoio do Grupo Tático Operacional – GTO no dia 28/02/2022 no Centro Socioeducativo do Baixo Amazonas – CSEBA. Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 205 que os servidores ALESSANDRA REZENDE DE ARAUJO MIRANDA – MAT. 54187808/1; FLÁVIO AUGUSTO MORAIS DO CARMO – MAT. 54197129/1 e JAQUELINE COUTINHO MARTINS – MAT. 55586393/1, lotados neste Órgão, sob a Presidência da primeira, procedam às apurações do fato suscitado; Art. 3º. CONCEDER com base no art. 208, o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Comissão Processante conclua a apuração e apresente Relatório Conclusivo; Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE. LUIZ CELSO DA SILVA-Presidente da FASEPA

Protocolo: 826022

Portaria Nº. 637 DE 07 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 30 de abril de 2021, publicado no DOE 34.571 de 03 de maio de 2021, e pelos dispositivos da Lei nº 5.810/94.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído as atribuições básicas dos membros desta Fundação que irão compor a Câmara Técnica Intersetorial do Programa de Governo-TERPAZ

I-Participar de reuniões da Câmara Técnica Intersetorial

II-Apresentar projetos da FASEPA que participam da Política Pública de Inclusão social "TERPAZ", bem como o impacto social alcançado por meio de suas ações.

III. Promover a discussão e a articulação em temas afetos à Política Nacional e Estadual de Socioeducação dentro do TERPAZ

IV-Identificar a compatibilização Intersetorial dos planos estratégicos das Secretarias e Fundações que participam da política Governamental com a atividade finalística da FASEPA, a fim de promover intercomplementaridades e possíveis ações conjuntas

V-Elaborar e encaminhar resultados das ações/atividades produzidas pela Fundação no TERPAZ para prestação de contas com o governo.

Art. 2º - Para compor a presente Câmara Técnica ficam designados, sem prejuízo de suas funções e sem ônus para a FASEPA, os seguintes servidores: I – MARIA VILMA COSTA DE MORAES-Titular-Diretora de Atendimento Socioeducativo, matrícula 54195598/1.

II – ZÓZIMO RAIMUNDO ARAUJO DE SOUSA-Suplente I - Técnico do Gabinete da Presidência, matrícula: 3212580/1.

III – MÔNICA MARQUES DOS SANTOS CALANDRINE-Suplente II - Técnica da Diretoria de Atendimento Socioeducativo-DAS matrícula: 54197354/1.

IV - determinar a realização das diligências a SEAD, necessárias ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

V- praticar os demais atos necessários ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE,

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

Portaria Nº. 638 de 07 de julho de 2022- CONCEDER Licença Nojo ao servidor: Augusto Sérgio de Souza Gregório, mat: 3209040/1, cargo: Aux. Administrativo, período 22.06.22 a 29.06.22.

Luiz Celso da Silva-Presidente-FASEPA

Protocolo: 826109

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 010/2022

Processo nº 2022/168397

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA para atender as demandas da Sede e Unidades Socioeducativas de Belém, Mesorregião Região Metropolitana, Marabá e Santarém, conforme especificações e definições mínimas constantes no Termo de Referência, anexo I do edital.

Entrega do edital: Junto aos sites www.compraspara.pa.gov.br (<http://www.compraspara.pa.gov.br>); www.fasepa.pa.gov.br (<http://www.fasepa.pa.gov.br>) e www.gov.br/compras (<http://www.gov.br/compras>) (UASG 925609)

Local de abertura: Junto ao site www.gov.br/compras (<http://www.gov.br/compras>) (UASG 925609)

Data de abertura: 21 de julho de 2022, às 10h00min (Horário de Brasília). Pregoeiro Oficial: Manolo Portugal Faiad de Macedo Freitas

Ordenador de Despesas: Luiz Celso da Silva

Protocolo: 826125

OUTRAS MATÉRIAS

Portaria Nº 636 DE 07 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do DECRETO de 30.04.2021, publicado no DOE nº 34.571 de 03.05.2021 e;

Considerando Despacho do GRH de 07.07.22

Considerando Despacho do GEMPES de 07.07.22

CONSIDERANDO O PROCESSO: 2022/354739

R E S O L V E:

EXCLUIR da Portaria nº 344 de 11/04/2022, que trata de permuta de GTI, publicada no DOE 34.934 de 14.04.2022, o servidor abaixo relacionado.

-INALDO MARTINS SOUZA, matrícula nº 5796733/3, ocupante do cargo de MONITOR.

Portaria Nº 639 DE 08 DE JULHO DE 2022-RESOLVE:

CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora ANTONIA BENEDITA LEÃO LIRA matrícula nº. 54194530/1, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, correspondente ao triênio 21.12.2008/2011 com gozo no período de 01.08.2022 à 30.08.2022.

LUIZ CELSO DA SILVA - Presidente

Protocolo: 826098

Portaria Nº 640 DE 08 DE JULHO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do DECRETO de 30.04.2021, publicado no DOE nº 34.571 de 03.05.2021 e;

Considerando despacho da GRH de 08.07.22

Protocolo: 2022/765879

RESOLVE:

Tornar Sem Efeito, a Portaria nº. 629/2022-FASEPA de 06 de julho de 2022, DOE nº 35.038 de 08.07.2022, que Excluiu a Gratificação de Tempo Integral – GTI, 50% (cinquenta por cento) do servidor CARLOS AUGUSTO BULHOES DA SILVA, Id. Funcional nº 57188766/1, ocupante do cargo de MONITOR, e Concedeu Gratificação de Tempo Integral – GTI, 50% (cinquenta por cento), ao servidor ADELSON DE LIMA BEZERRA, Id. Funcional nº 54191542/1, ocupante do cargo de MONITOR.

LUIZ CELSO DA SILVA - Presidente

Protocolo: 826271

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Dispensa de Licitação
Número: 03/2022
Data: 08/07/2022
Processo: 2021/1448703
Objeto: locação do imóvel não residencial localizado à Rua Niterói nº 1130 – Bairro Uirapuru - Altamira-PA, CEP 68.374-530, de propriedade de ELIANE PEREIRA MARCON - CPF Nº 426.150.622-04, possuindo o imóvel cerca de 124m² de área construída, para instalação do Núcleo Regional de Altamira, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH. Fundamento Legal: Inciso X, Art. 24 da Lei nº 8.666/93.
Dotação Orçamentária: PTRES: 188338
AÇÃO: 261717
PLANO INTERNO: 4120008338C
FONTE: 0101
NATUREZA DE DESPESA: 339036
VALOR MENSAL: R\$ 4.185,41
VALOR ANUAL: R\$ 50.224,92
LOCADORA: Sra. ELIANE PEREIRA MARCON
CPF Nº 426.150.622-04
LOCATÁRIA: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – SEJUDH
CNPJ nº 05.054.895/0001-60
Ordenador de Despesa: VALBETÂNIO BARBOSA MILHOMEM

Protocolo: 826105

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO
O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93 e, considerando a manifestação favorável da Coordenação Jurídica desta SEJUDH, sob o fundamento constante do inciso X, Art. 24 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 03/2022 referente à locação do imóvel não residencial localizado à Rua Niterói nº 1130 – Bairro Uirapuru - Altamira-PA, CEP 68.374-530, para instalação do Núcleo Regional de Altamira, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH – Processo nº 2021/1448703.
LOCADORA Sra. ELIANE PEREIRA MARCON
CPF Nº 426.150.622-04
VALOR ANUAL: R\$ 50.224,92
Belém, 08 de julho de 2022
VALBETÂNIO BARBOSA MILHOMEM
SECRETARIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Protocolo: 826106

DIÁRIA

Portaria Nº 420 DE 08 DE JULHO DE 2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/858127.
R E S O L V E:
CONCEDER QUATRO E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJUDH, abaixo identificados, para Realizar ação educativa e abordagem direta, com entrega de materiais informativos de orientação ao consumidor durante o período de férias nas áreas de maior circulação e consumo, tais como: praças, beira mar, terminal rodoviário e aeroporto. Nos municípios de SALINÓPOLIS e SÃO JOÃO DE PIRABAS, no período de 21 a 25/07/2022.

Nome	Cargo	Matrícula
ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARGOSA	Diretor/PROCON	57203852/7
DEVYD HENRIQUE MARQUES DE LIMA	GERENTE DE EDUCAÇÃO E PROJETOS	5939635/3
ARNALDO SANTOS DA CRUZ	Coordenador	51855894/3
FRANCISCO BENTEMILLER MONTEIRO SOUSA	ASSESSOR DE GABINETE	55960072/1
CRISTIANE MAIA DO ESPIRITO SANTO	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - PEDAGOGIA	57202664/2
IVANEIDE BESSA CAMPOS	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - SERVIÇO SOCIAL	57202321/1
MARIA LÚCIA DE CASTRO NUNES	ESCREVENTE DATILÓGRAFO	5192110/1
CLÁUDIO DAS MERCÊS CORDEIRO DE CASTRO	MOTORISTA	5061288/4

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022
VALBETÂNIO BARBOSA MILHOMEM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826373

Portaria Nº 421 DE 08 DE JULHO DE 2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/858216.
R E S O L V E:
CONCEDER QUATRO E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJUDH, abaixo identificados, para Realizar ação educativa e abordagem direta, com entrega de materiais informativos de orientação ao consumidor durante o período de férias nas áreas de maior circulação e consumo, tais como: praças, beira mar e terminal rodoviário. Nas localidades de BRAGANÇA e MARAPANIM, no período de 28/07 a 01/08/2022.

Nome	Cargo	Matrícula
ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARGOSA	Diretor/PROCON	57203852/7
DEVYD HENRIQUE MARQUES DE LIMA	GERENTE DE EDUCAÇÃO E PROJETOS	5939635/3
ARNALDO SANTOS DA CRUZ	Coordenador	51855894/3
FRANCISCO BENTEMILLER MONTEIRO SOUSA	ASSESSOR DE GABINETE	55960072/1
CRISTIANE MAIA DO ESPIRITO SANTO	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - PEDAGOGIA	57202664/2
IVANEIDE BESSA CAMPOS	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - SERVIÇO SOCIAL	57202321/1
MARIA LÚCIA DE CASTRO NUNES	ESCREVENTE DATILÓGRAFO	5192110/1
ROSELÁIA DO SOCORRO MORAIS DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2009056/1
CLÁUDIO DAS MERCÊS CORDEIRO DE CASTRO	MOTORISTA	5061288/4

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022
VALBETÂNIO BARBOSA MILHOMEM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826390

Portaria Nº 422 DE 08 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/872958.
R E S O L V E:
CONCEDER VINTE E TRÊS E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJUDH, abaixo identificados, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado. Nos municípios de Salinas, São João de Pirabas, São Caetano de Odivelas e São João da Ponta, no período de 09/07 a 01/08/2022.

NOME	CARGO	MATRICULA
PATRICIA LUZIA DOS SANTOS	AUX ADM	01001200
LUIZA BENTES FARIAS	Aux adm	66559-1
JOSILENE DA VEIGA DIAS DOS SANTOS	AUX ADM	01000133

CONCEDER DEZESSETE E MEIA diárias, em favor da servidora desta SEJUDH, abaixo identificada, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, nos municípios de Salinas, São João de Pirabas, São Caetano de Odivelas e São João da Ponta, no período de JULHO.

NOME	CARGO	MATRICULA
SAMANTA SANCHES MILHOMEM	COORDENADORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	5916614-3

CONCEDER QUATORZE E MEIA diárias, em favor do servidor desta SEJUDH, abaixo identificado, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, nos municípios de Salinas, São João de Pirabas e São João da Ponta, no período de JULHO.

NOME	CARGO	MATRICULA
FABIANO SCHERER DE SOUSA COELHO	Secretário Adjunto de Justiça e Direitos Humanos	05965648-01
TIAGO SILVA BRITO	DIRETOR JURÍDICO	57220877/3
SABRINA NATACHI SOUSA VIRGOLINO	CHEFE DE GABINETE	5922321/ 2
VALBETÂNIO BARBOSA MILHOMEM	Secretário de Justiça e Direitos Humanos	5958936/2

CONCEDER ONZE E MEIA diárias, em favor do servidor desta SEJUDH, abaixo identificado, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, no município de Salinas, no período de 9 A 20/07/2022.

NOME	CARGO	MATRICULA
GERLANDO KLINGER AMARAL SANTANA	COORDENADOR NCS	5903782/6

CONCEDER DEZ E MEIA diárias, em favor do servidor desta SEJUDH, abaixo identificado, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, no município de Salinas, São João de Pirabas e São João da Ponta no período de JULHO.

NOME	CARGO	MATRICULA
BRUNO NATAN ABRAHAM BENCHIMOL	GERENTE GPSG	5961435-1
LETÍCIA DE SOUZA CRUZ DA COSTA CAVALCANTE	GERENTE	5911767/4
MARIA DE FÁTIMA PEIXOTO CARVALHO	DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	181366/2
SUANE OLIVEIRA DA SILVA	SECRETARIA	57221293
GLAICE DA SILVA NASCIMENTO	Técnico em Gestao Cidadania em Direitos Humanos	5917003-1
INGRÍDE KARINE SOARES DIAS	SECRETÁRIA DE CONSELHO	5958837/1

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022.
VALBETANIO BARBOSA MILHOMEM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826528

Portaria Nº 415 DE 08 DE JULHO DE 2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/854646.
R E S O L V E:
CONCEDER QUATRO E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJUDH, abaixo identificados, para Realizar ação educativa e abordagem direta, com entrega de materiais informativos de orientação ao consumidor durante o período de férias nas áreas de maior circulação e consumo, tais como: praças, beira mar e terminal rodoviário nos municípios de BELÉM/ SALINÓPOLIS/BELÉM, no período de 07 A 11/07/2022.

Nome	Cargo	Matrícula
ELIANDRO JOSÉ KOGEPPA BARGOSA	Diretor/PROCON	57203852/7
DEYVID HENRIQUE MARQUES DE LIMA	GERENTE DE EDUCAÇÃO E PROJETOS	5939635/3
ARNALDO SANTOS DA CRUZ	Coordenador	51855894/3
FRANCISCO BENTEMILLER MONTEIRO SOUSA	ASSESSOR DE GABINETE	55960072/1
CRISTIANE MAIA DO ESPIRITO SANTO	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - PEDAGOGIA	57202664/2
IVANEIDE BESSA CAMPOS	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - SERVIÇO SOCIAL	57202321/1
MARIA LÚCIA DE CASTRO NUNES	ESCREVENTE DATILÓGRAFO	5192110/1

R E S O L V E:
CONCEDER VINTE E CINCO E MEIA diárias, em favor do servidor desta SEJUDH, abaixo identificado, para Realizar ação educativa e abordagem direta, com entrega de materiais informativos de orientação ao consumidor durante o período de férias nas áreas de maior circulação e consumo, tais como: praças, beira mar e terminal rodoviário nos municípios de BELÉM/ SALINÓPOLIS/BELÉM, no período de 07 A 01/08/2022.

Nome	Cargo	Matrícula
JONAS SALVIANO DA SILVEIRA	MOTORISTA	57216173/1

.REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022
VALBETANIO BARBOSA MILHOMEM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826108

Portaria Nº 416 DE 08 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/869405.
R E S O L V E:
CONCEDER VINTE E TRÊS E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJUDH, abaixo identificados, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, principalmente aos mais vulneráveis. Nos municípios de Salinas, São João de Pirabas e São João da Ponta, períodos 09/07 a 01/08/2022.

NOME	CARGO	MATRICULA	CPF
ALLEN LUCIA PINHO ARAUJO	ASS ADM	57216174	59726222-34
ANGELICA CRISTINA ORTIZ ELMESCANY	GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54185870-3	599.533.302-04
ERNESTO LAVOR SILVA	ASS. ADM	57201766	255.559.012-91
FERNANDA DE CASSIA SOUZA DE JESUS PASTANA	AUX ADM	142210-3	670.366.432-34
GISELLE BORGES SILVA RAMOS	COORDENADORA	57201701	629.180.952-49
PAULO HENRIQUE DA SILVA ASSIS	AUX ADM	84157	947.763.582-68

CONCEDER TREZE E MEIA diárias, em favor da servidora desta SEJUDH, abaixo identificada, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, principalmente aos mais vulneráveis. Nos municípios de Salinas, São João de Pirabas e São João da Ponta, períodos de JULHO.

NOME	CARGO	MATRICULA	CPF
VANIA QUINTINO DE ALMEIDA MARQUES	Coordenadora de Planejamento	5959022/1	62015257268

CONCEDER ONZE E MEIA diárias, em favor do servidor desta SEJUDH, abaixo identificado, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, principalmente aos mais vulneráveis. Nos municípios de Salinas, São João de Pirabas e São João da Ponta, períodos de JULHO.

NOME	CARGO	MATRICULA	CPF
KLEMER MACIEL DO CARMO	TÉCNICO EM GESTÃO DE D. HUMANOS - ADMINISTRADOR	57201162/1	743.441.022-15

CONCEDER OITO E MEIA diárias, em favor do servidor desta SEJUDH, abaixo identificado, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, principalmente aos mais vulneráveis. Nos municípios de Salinas, São João de Pirabas e São João da Ponta, períodos de JULHO.

NOME	CARGO	MATRICULA	CPF
LARIZA PERLA E SILVA MARTINS	SEC.DE DIRETORIA	5958849-2	010.701.032-17
ANA CRISTINA COLARES MOTTA	ASS, ADM	5225167-1	424.173.682-34

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022.
VALBETANIO BARBOSA MILHOMEM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826242

Portaria Nº 417 DE 08 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/871647.
R E S O L V E:
CONCEDER VINTE E UMA E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJUDH, abaixo identificados, para Operação Verão 2022, atendimentos em Cidadania e Direitos Humanos, a população da área do Salgado, principalmente aos mais vulneráveis. Nos municípios de Salinas, São João de Pirabas, São Caetano de Odivelas e São João da Ponta, no período de 11/07 a 01/08/2022.

NOME	MATRICULA	FUNÇÃO
CREMILDA NATALINA DE SOUZA MAGALHÃES	5050286/2	DATILOGRAFA
EDAILTON DE OLIVEIRA CASTRO	5050405/5	ASS. ADM
JOCIMAR SIQUEIRA DA SILVA	32395/1	AGENTE ADMINISTRATIVO
JOSÉ EDVALDO DO CARMO OLIVEIRA	5145813	PAPILOSCOPISTA
LUANA PAULA PEREIRA DA FONSECA DE SOUZA	19391-7	ASS ADM
MÁRCIO JERÔNIMO DA SILVA	57202807/1	FOTOGRAFO
RAIMUNDO RUY HOLANDA DOS SANTOS	5703964	PAPILOSCOPISTA
ROBERTO CARLOS VULCÃO GAMA	5227801	ASS. ADM
IGOR ALESSANDRO TEIXEIRA PRADO	99292667	PAPILOSCOPISTA
LOURIVAL PIERSON TEIXEIRA PRADO	304493	AUX ADM

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022.
VALBETANIO BARBOSA MILHOMEM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826290

Portaria Nº 418 DE 08 DE JULHO DE 2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.
CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/849343.
R E S O L V E:
CONCEDER DUAS E MEIA diárias em favor do servidor desta SEJUDH, abaixo identificado que reside em PARAGOMINAS para realizar prestação de contas mensal, buscar material para emissão de rg mensal material de expediente administrativo. No município de Paragominas/ Belém - Belém/ Paragominas, No período de 10/07 a 12/07.

Nome	Cargo	Matrícula
MOISÉS MOREIRA LEITÃO	COORDENADOR	5917411/1

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022.
VALBETÂNIO BARBOSA MILHOMEM
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826315

Portaria Nº 419 DE 08 DE JULHO DE 2022

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;
CONSIDERANDO os termos o Decreto de 01 de abril de 2022, publicação no DOE Nº 34.918, de 01 de abril de 2022.

CONSIDERANDO, os termos do Processo Nº 2022/858066.

R E S O L V E:

CONCEDER QUATRO E MEIA diárias, em favor dos servidores desta SEJUDH, abaixo identificados, para Realizar ação educativa e abordagem direta, com entrega de materiais informativos de orientação ao consumidor durante o período de férias nas áreas de maior circulação e consumo, tais como: praças, beira mar e terminal rodoviário da Vila. No distrito de MOSQUEIRO, no período de 14 a 18/07/2022.

Nome	Cargo	Matrícula
ELIANDRO JOSÉ KOGEMPA BARGOSA	Diretor/PROCON	57203852/7
DEYVID HENRIQUE MARQUES DE LIMA	GERENTE DE EDUCAÇÃO E PROJETOS	5939635/3
ARNALDO SANTOS DA CRUZ	Coordenador	51855894/3
FRANCISCO BENTEMILLER MONTEIRO SOUSA	ASSESSOR DE GABINETE	55960072/1
CRISTIANE MAIA DO ESPIRITO SANTO	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - PEDAGOGIA	57202664/2
IVANEIDE BESSA CAMPOS	TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA - SERVIÇO SOCIAL	57202321/1
MARIA LÚCIA DE CASTRO NUNES	ESCREVENTE DATILÓGRAFO	5192110/1
ROSELÉIA DO SOCORRO MORAIS DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	2009056/1
CLÁUDIO DAS MERCÊS CORDEIRO DE CASTRO	MOTORISTA	5061288/4
ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR	TEC. EM GESTÃO DE INFORMÁTICA	54190025/3

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 08 DE JULHO DE 2022

VALBETANIO BARBOSA MILHOMEM

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 826349

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2022

Processo nº 027/2022 - Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnico especializado de elaboração de Projeto Técnico de Viabilidade Econômico-Financeira, para cumprimento das exigências das linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco da Amazônia (BASA), para acesso aos seus recursos via FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), bem como acompanhamento e suporte na liberação dos recursos, durante todo o prazo do projeto. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: A presente contratação fundamenta-se no art. 30 inciso II, alínea "c", § 1º c/c 134 do Regulamento Interno de Contratos e Licitações, considerando que para Prestação de Serviços de Elaboração de Projeto Técnico de Viabilidade Econômico-Financeira para cumprimento às exigências das linhas de crédito para acesso aos seus recursos via FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), bem como o acompanhamento e suporte na liberação dos recursos para atender as demandas da COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ, deve-se à excelente atuação dos profissionais da futura contratada, contando com uma equipe multidisciplinar e especialistas em suas áreas de atuação, atendendo diversas empresas do Estado do Pará, bem como em outros Estados, em que vem desenvolvendo um trabalho ético, com notória capacidade técnica e experiência, em virtude do vasto conhecimento adquirido ao longo dos anos de atuação na elaboração de projetos para contratação de financiamentos. Autorizada em Reunião da Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Pará. Mesa: Diretora Presidente Cláudia Bitar, Diretor Administrativo e Financeiro André Macêdo e pelo Diretor Técnico e Comercial Paulo Guardado e Aprovado pelo Conselho de Administração. Valor Global: R\$ 534.000,00 (quinhentos e trinta e quatro mil reais). VALE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI., inscrita no CNPJ nº 35.398.150/0001-80, sediada Travessa Agostinho e Silva, 600, Qd. 209, Lote 1000, Bairro Nazaré, Barcarena/PA, CEP: 68.455-000, doravante denominada CONTRATADA.

Protocolo: 826061

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

Portaria nº 94/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 06 de julho de 2022.

Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Rio de Janeiro/RJ.

Objetivo: visita administra.

Servidores: RAFAELA BARATA CHAVES / Matrícula: 490 - Valor: R\$ 854,59.

VALBER LUIZ BARBOSA DUARTE / Matrícula: 492 - Valor: R\$ 759,64.

Período: 04/07 a 05/07/2022 - 1,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826428

Portaria nº 95/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.

Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Bragança, Capanema e Salinópolis.

Objetivo: a fim de realizar interiorização das ações da DIPRE.

Servidores: LUIZ PAULO PEREIRA MONTEIRO / Matrícula: 258 - Valor: R\$ 2.967,25

JOSUÉ MARTINS DA COSTA / Matrícula: 15 - Valor: R\$ 2.967,25

Período: 11/07 a 23/07/2022 - 12,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826430

Portaria nº 96/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.

Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Marabá

Objetivo: executar fiscalização em objetos regulamentados e serviços de recarga de extintor e reforma de pneus.

Servidores: PEDRO PRESTES DE BRITO JÚNIOR / Matrícula: 266 - Valor: R\$ 2.967,35.

JORGE ALAN FERREIRA DA SILVA / Matrícula: 36 - Valor: R\$ 2.967,35.

Período: 11/07 a 23/07/2022 - 12,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826433

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

Portaria nº 059/2022 - GGA/SEDEME

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto datado de 07/04/2021, publicado no DOE Nº 34.545, de 08/04/2021;
RESOLVE:

I - Conceder suprimento de fundos ao servidor VIVALDO SENA DE ABREU, identidade funcional nº 5946199/1, ocupante do cargo de Secretário de Diretoria, portador da carteira de identidade nº 6400085 - SSP/PA, e inscrito no CPF sob o nº 149.901.224- 21.

II - O valor do suprimento corresponde a R\$1.450,00 (Mil quatrocentos e cinquenta reais) e destina-se a atender despesas eventuais.

III - A despesa a que se refere o item anterior correrá por conta de recursos próprios do Estado e terá a seguinte classificação orçamentária: - 24101.22.122.1297.8338 - 33.90.39 Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - R\$1.450,00 (Mil quatrocentos e cinqüentareais).

O valor referido no item II vincula-se aos seguintes prazos:

- Aplicação no período de 03 (três) dias contados da data de emissão da Ordem Bancária; e

- Prestação de Contas de 02 (dois) dias após a data final do prazo de aplicação.

Belém/PA, 07 de julho de 2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

ANADELIA DIVINA SANTOS

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa

SEDEME

Protocolo: 826555

Portaria nº 97/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.
Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Peixe-Boi, Primavera, Salinópolis, Santarém Novo, São João de Pirabas.
Objetivo: execução de fiscalização/ verificação periódica metrológica em instrumentos de pesar e medir.

Servidores: JORGE LUIZ ALVES DE ALBUQUERQUE / Matrícula: 18 – Valor: R\$ 2.967,25.

AUGUSTO CÉSAR DA SILVA / Matrícula: 21 – Valor: R\$ 2.967,25.

Período: 11/07 a 23/07/2022 – 12,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826437

Portaria nº 98/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.
Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia
Objetivo: execução de fiscalização/ verificação periódica metrológica em instrumentos de pesar e medir.

Servidores: RAIMUNDO BARBOSA ESTEVÃO / Matrícula: 23 – Valor: R\$ 4.154,15.

CHRISTIAN ROGÉRIO MARQUES TEIXEIRA / Matrícula: 428 – Valor: 4.154,15.

Período: 11/07 a 28/07/2022 – 17,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826440

Portaria nº 99/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.
Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Baião, Cametá, Igarapé-Miri e Mocajuba.

Objetivo: execução de fiscalização/ verificação periódica metrológica em instrumentos de pesar e medir.

Servidores: WALDIMIR CONDE DUARTE JUNIOR / Matrícula: 260 – Valor: R\$ 3.679,39.

JOÃO BENTES FARIAS / Matrícula: 25 – Valor: R\$ 3.679,39.

Período: 11/07 a 26/07/2022 – 15,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826443

Portaria nº 100/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.
Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Bonito, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Santa Luzia do Pará.

Objetivo: execução de fiscalização/ verificação periódica metrológica em instrumentos de pesar e medir.

Servidores: AFONSO CARMONA LEITE / Matrícula: 367 – Valor: R\$ 2.967,25.

PEDRO ALEXANDRE BATISTA DE LIMA / Matrícula: 21 – Valor: R\$ 2.967,25

Período: 11/07 a 23/07/2022 – 12,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826446

Portaria nº 101/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.
Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Belém

Destino: Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bom Jesus do Tocantins, Dom Eliseu, Mão do Rio e Rodon do Pará.

Objetivo: execução de fiscalização/ verificação periódica metrológica em instrumentos de pesar e medir.

Servidores: CANUTO CORREA MARQUES / Matrícula: 08 – Valor: R\$ 2.967,25.

JOSÉ ROBERTO ALVES GOMES / Matrícula: 252 – Valor: R\$ 2.967,25

Período: 11/07 a 23/07/2022 – 12,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826448

Portaria nº 102/2022, GAB/IMETROPARA/INMETRO, 07 de julho de 2022.
Fundamento legal: A PRESIDENTE do Instituto de Metrologia do Estado do Pará - IMETROPARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.136, de 27 de maio de 2008 e de acordo com o Decreto governamental publicado no DOE nº 33.771 de 02 de janeiro de 2019.

Origem: Santarém

Destino: Brasil Novo, Medicilândia, Placas, Rurópolis e Uruará.

Objetivo: executar fiscalização / verificação periódica metrológica em instrumentos de pesar e medir.

Servidores: ANTÔNIO JARBAS SÁ FIGUEIREDO / Matrícula: 27 – Valor: R\$ 4.628,91.

CÍCERO ALVES DE SOUZA / Matrícula: 28 – Valor: R\$ 4.628,91

Período: 11/07 a 30/07/2022 – 19,5 diárias

Ordenadora: Rafaela Barata Chaves.

Protocolo: 826451

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

Portaria Nº 195/2022 de 07.07.22.

Art. 1º DESIGNAR a servidora ELIZABETH PALHETA SILVA, matrícula nº 2021900/1, a participar no regime de TELETRABALHO, no período de 3 meses, a partir de 01/07/2022, conforme Processo 2022/850920. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA - Presidente.

Protocolo: 826546

Portaria Nº 196/2022 de 07.07.2022.

Art. 1º DESIGNAR a servidora RUTIANE VIEIRA AZANCOT MOURA, matrícula nº 57217932/1, para responder pelo cargo de Ouvidor, GEP-DAS.011.4, durante a licença prêmio do titular, ENOCK PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 2022370/1, no período de 01/08/2022 a 30/08/2022, conforme processo nº 2022/588670. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE.

Protocolo: 826550

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

Portaria Nº 192/2022

A Presidente da Junta Comercial do Estado do Pará – JUCEPA, no uso da faculdade que lhe confere os incisos XVII e XXIII do art. 25, do Decreto Federal n.º 1.800, de 30 de Janeiro de 1996 que regulamenta a Lei Federal n.º 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências, e; CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94; e CONSIDERANDO, a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Art. 67; e CONSIDERANDO a solicitação da DAF de 06/06/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º DESIGNAR como fiscais do contrato nº 10/2022, celebrado com a empresa INFOLINK TELECOM EIRELI, o servidor RICARDO ANÍSIO DE SOUZA LIMA, matrícula: 5931928/2, e como suplente a servidora ANA CRISTINA GARCIA, matrícula 7006144/1, conforme processo nº 2022/701014. Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Data de assinatura: 08/07/2022

CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA

Presidente da JUCEPA

Protocolo: 826389

ERRATA

ERRATA da Portaria Portaria Nº 186/2022. Processo nº 2022/823953. Publicada no DOE 35.032 de 04/07/2022. Férias de Agosto/2022.

Onde se lê:

7	Luis Carlos Carvalho Cardoso	2022184/1	01/02/2021 a 31/01/2022	01/08/2022 a 30/08/2022
---	------------------------------	-----------	-------------------------	-------------------------

Leia-se:

7	Luis Carlos Carvalho Cardoso	2022184/1	01/02/2021 a 31/01/2022	08/08/2022 a 06/09/2022
---	------------------------------	-----------	-------------------------	-------------------------

CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA – Presidente.

Protocolo: 826375

DIÁRIA

Portaria Nº 193/2022 de 07.07.2022.

Art. 1º CONCEDER 3,5 (três e meia) diárias ao servidor THIAGO CASTRO DA SILVA PACHECO, Gerente de Projetos, matrícula nº 5956563/1, a fim de checar o sistema de capacitação dos servidores das Unidades Desconcentradas e uniformizar o atendimento, nos Municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás e Região/PA, com saída de Belém no dia 04/07/2022 e retorno no dia 07/07/2022, conforme processo nº 2022/850783. CILENE MOREIRA SABINO DE OLIVEIRA - Presidente.

Protocolo: 826548

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO
PROGRAMA DE MICROCRÉDITO
CREDCIDADÃO

Portaria Nº 105/2022 – 08 DE JULHO DE 2022.
O Diretor Geral do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito CREDCIDADÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 3º da Lei 7.774, de 23/12/2013 e Decreto publicado no Diário Oficial do Estado nº34.918 de 1º de abril de 2022.
RESOLVE:
I - CONCEDER diária as servidoras abaixo, de acordo com as bases vigentes, no trecho Belém/Capanema/Bragança/Belém, com o objetivo de realizar visitas e palestras aos microempreendedores dos municípios acima mencionado, do programa NGPM-CREDCIDADÃO.

Nome	Matrícula/ CPF	Cargo	Período	Nº de Diárias
HELLEN ROSE LOBATO SANTOS	5961639	DIRETORA OPER.	11 a 13/07/2022	2 1/2
ANA TEREZA GAMA DE SOUZA	5953834	COORD. OPERACIONAL	11 a 13/07/2022	2 1/2

II-Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se
João Marcel Cavalcante da Costa
Diretor Geral
NGPM-CREDCIDADÃO

Protocolo: 826409

SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
E OBRAS PÚBLICAS

PORTARIA

Portaria Nº. 0829/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 07/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, do dia 08/02/2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 071/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO o falecimento de MARIA HIDA MELO DE ANDRADE, mãe da servidora ROBERTA ANDRADE CAVALLEIRO DE MACEDO, ocorrido em 18/06/2022 e especialmente o que dispõe o art. 72, inciso III, da Lei nº. 5810, de 24/01/1994; CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/849888, de 06/06/2022; **RESOLVE:**
I – AUTORIZAR 08 (oito) dias de afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família a servidora ROBERTA ANDRADE CAVALLEIRO DE MACEDO, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Infraestrutura - Arquiteto, matrícula nº. 54180536/2, lotado na Diretoria de Política Setorial - DISET, no período de 18/06/2022 a 25/06/2022, conforme certidão de óbito Matrícula nº.065656 01 55 2022 4 00457 017 017815211.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/06/2022.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano.

Protocolo: 826299

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Portaria Nº. 0824/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo 2022/847308, de 04/07/2022, e Memorando nº 342/2022 de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor LEO CRISTIANO DA COSTA SANTOS, Matrícula nº. 5965143/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas – Engenheiro Civil, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
237/2022	Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu	Revitalização do Balneário Pau Cheiroso, no Município de Igarapé-Açu/PA.

II – DESIGNAR a servidora DULCÍLIA ALVES DOS SANTOS SILVA NETA, Matrícula nº 5965146/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas-Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826070

DESIGNAR FISCAL DE CONTRATO

Portaria Nº. 0827/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo 2022/851237, de 05/07/2022, e Memorando 350/2022, de 05/07/2022- DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor OBERLANDES JÚNIOR DA SILVA COSTA, Matrícula nº 5946508/1, Cargo/Função: Coordenador, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
169/2022	Prefeitura Municipal de Paragominas	Obras de Terraplenagem, Drenagem, Sinalização viária e Pavimentação asfáltica em CBUQ na Avenida Júlia Kubitschek, no Município de Paragominas/PA.

II – DESIGNAR o servidor RUI GUILHERME CARNEIRO BENTES, Matrícula nº 6718/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Infraestrutura-Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826075

Portaria Nº. 0826/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/847410, de 04/07/2022, e Memorando nº 344/2022 de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor MARCUS VINICIUS ANGELIM DE AZEVEDO, Matrícula nº 5936254/2, Cargo/Função: Coordenador, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
168/2022	Prefeitura Municipal de Bagre	Pavimentação em bloquetes de vias urbanas, no Município de Bagre/PA.

II – DESIGNAR o servidor JOSÉ SOMBREIRO DA SILVA NETO, Matrícula nº 5897265/3, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826073

Portaria Nº. 0828/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2022/851419, de 05/07/2022, e Memorando nº. 351/2022, de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a servidora ALBA VALÉRIA LIMA JORGE, Matrícula nº. 5121345/1, Cargo/Função: Coordenador, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
175/2022	Prefeitura Municipal de Santarém	Revitalização da Praça do Santíssimo, no Município de Santarém/PA.

II – DESIGNAR o servidor FRANCISCO DEMÉTRIO DE CARVALHO NETO, Matrícula nº. 5956734/1, Cargo/Função: Coordenador de Núcleo Regional, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826077

Portaria Nº. 0831/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo 2022/851660, de 05/07/2022, e Memorando nº 352/2022 de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor THALYS SOARES FEITOSA, Matrícula nº. 55207864/1, Cargo/Função: Coordenador de Núcleo Regional, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
187/2022	Prefeitura Municipal de São João do Araguaia	Construção de uma Praça na Vila José Martins Ferreira, no Município de São João do Araguaia/PA.

II – DESIGNAR o servidor LÉO CRISTIANO DA COSTA SANTOS, Matrícula nº. 5965143/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas – Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826079

Portaria Nº. 0832/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/852034, de 05/07/2022, e Memorando nº 353/2022, de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a servidora LARISSA DELFINO SANTANA ROCHA, Matrícula nº.5939004/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas – Engenheiro Sanitarista, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
232/2022	Prefeitura Municipal de Colares	Construção do Sistema de Abastecimento de água no Bairro Jangolândia no Município de Colares/PA.

II – DESIGNAR a servidora MARIELZA RODRIGUES BATISTA CAPELONI, Matrícula nº. 51855667/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas-Arquiteto, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826080

Portaria Nº. 0833/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo 2022/852448, de 05/07/2022, e Memorando nº 355/2022 de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor PAULO ANDRÉ DOS SANTOS MONTEIRO, Matrícula nº 57176077/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
194/2022	Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará	Construção do Complexo Gastronômico do Pau D'arco, localizado no Município de Santa Bárbara do Pará/PA.

II – DESIGNAR a servidora DULCÍLIA ALVES DOS SANTOS SILVA NETA, Matrícula nº 5965146/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas-Engenheiro Civil para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826084

Portaria Nº. 0823/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/853578, de 05/07/2022, e Memorando nº 359/2022, de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a servidora DULCÍLIA ALVES DOS SANTOS SILVA NETA, Matrícula nº 5965146/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, como fiscal dos Convênios celebrados entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e os Órgãos abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
238/2022	Prefeitura Municipal de Mediciândia	Construção de Cobertura da Quadra da Agrovila Jorge Bueno, no Município de Mediciândia/PA.
225/2022	Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim	Recuperação de um trecho da Orla Municipal e Construção do Trapiçe Municipal de São Domingos do Capim/PA.

II – DESIGNAR o servidor JOESNAM PEREIRA MENDES, Matrícula nº 5965142/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução dos Convênios, acima descritos, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Pública.

Protocolo: 826065

Portaria Nº. 0820/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/846961, de 04/07/2022, e Memorando nº 339/2022 de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor JOESNAM PEREIRA MENDES, Matrícula nº 5965142/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
112/2022	Prefeitura Municipal de Placas	Construção da Casa dos Conselhos, no Município de Placas/PA.

II – DESIGNAR a servidora ALBA VALÉRIA LIMA JORGE, Matrícula nº. 5121345/1, Cargo/Função: Coordenador, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826056

Portaria Nº. 0821/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/847025, de 04/07/2022, e Memorando nº 340/2022 de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR a servidora JOSIANE BARBOSA DA SILVA, Matrícula nº 5965139/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
123/2022	Prefeitura Municipal de Rondon do Pará	Reforma e Ampliação da Câmara de Vereadores, no Município de Rondon do Pará/PA.

II – DESIGNAR o servidor OBERLANDES JÚNIOR DA SILVA COSTA, Matrícula nº 5946508/1, Cargo/Função: Coordenador, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826057

Portaria Nº. 0822/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo 2022/847237, de 04/07/2022, e Memorando nº 341/2022 de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I – DESIGNAR o servidor LÉO CRISTIANO DA COSTA SANTOS, Matrícula nº. 5965143/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas – Engenheiro Civil, como fiscal dos Convênios celebrados entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e os Órgãos abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
242/2022	Prefeitura Municipal de Breu Branco	Construção da Praça do Bairro Ismar I e II, no Município de Breu Branco/PA.

212/2022	Prefeitura Municipal de Rio Maria	Pavimentação em Blokrete sextavado em Ruas e Avenidas da Sede do Município incluindo sarjeta e meio fio nas ruas 41,45,17 e 19 e na Travessa Cruz e Souza,no Município de Rio Maria/PA.
131/2022	Prefeitura Municipal de Rio Maria	Construção de Parque e Academia no Setor Vila Verde na Sede do Município de Rio Maria/PA.

II – DESIGNAR o servidor THALYS SOARES FEITOSA, Matrícula nº. 55207864/1, Cargo/Função: Coordenador de Núcleo Regional, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução dos Convênios, acima descritos, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826060

Portaria Nº. 0819/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/846902, de 04/07/2022, e Memorando nº 338/2022, de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor EDIR MOREIRA CAVALCANTE, Matrícula nº 5942371/3, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Eletricista, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
062/2022	Prefeitura Municipal de Mojuí dos Campos	Iluminação de Campo de futebol, no Município de Mojuí dos Campos/PA.

II – DESIGNAR o servidor FRANCISCO DEMÉTRIO DE CARVALHO NETO, Matrícula nº. 5956734/1, Cargo/Função: Coordenador de Núcleo Regional, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826054

Portaria Nº. 0818/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/846713, de 04/07/2022, e Memorando nº 337/2022, de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor WLYELISON BARBOSA CEREJA, Matrícula nº 5951197/2, Cargo/Função: Coordenador de Núcleo, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
002/2022	Secretaria Municipal de Economia-SECON	Reforma do Mercado de Icoaraci, no Município de Belém/PA.

II – DESIGNAR o servidor JOESNAM PEREIRA MENDES, Matrícula nº 5965142/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826049

Portaria Nº. 0816/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo 2022/846193, de 04/07/2022, e Memorando 335/2022, de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor OBERLANDES JÚNIOR DA SILVA COSTA, Matrícula nº 5946508/1, Cargo/Função: Coordenador, como fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e a Empresa abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
99/2022	Mais Brasil Construtora Eireli	Execução de serviços de Recapeamento do Município de Santa Luzia/PA.

II – DESIGNAR o servidor DANIEL ANDRADE MALCHER PEREIRA, Matrícula nº 5921549/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- En-

genheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826045

Portaria Nº. 0817/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/846438, de 04/07/2022, e Memorando nº 336/2022, de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR a servidora ALBA VALÉRIA LIMA JORGE, Matrícula nº. 5121345/1, Cargo/Função: Coordenador, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
249/2022	Prefeitura Municipal de Itaituba	Pavimentação de vias urbanas, no Município de Itaituba/PA.

II – DESIGNAR o servidor FRANCISCO DEMÉTRIO DE CARVALHO NETO, Matrícula nº. 5956734/1, Cargo/Função: Coordenador de Núcleo Regional, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826047

Portaria Nº.0813/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/844456, de 04/07/2022, e Memorando 332/2022, de 04/07/2022– DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I – DESIGNAR a servidora CRISTINA DE FARIAS GUEDES VIEIRA, Matrícula nº 54197891/4, Cargo/Função: Diretor, como fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e a Empresa abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
90/2022	Carmona Cabrera Construtora de Obras SA	Execução dos serviços de Drenagem e Pavimentação asfáltica de Vias Urbanas nos Municípios que integram a Região do Tapajós/PA.

II- DESIGNAR o servidor LÁZARO CÉZAR DA SILVA LIMA JÚNIOR, Matrícula nº 5913247/3, Cargo/Função: Diretor de Planejamento de Obras e Conformidade, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826042

Portaria Nº.0815/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/845972, de 04/07/2022, e Memorando 334/2022, de 04/07/2022– DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I – DESIGNAR o servidor LÁZARO CÉZAR DA SILVA LIMA JÚNIOR, Matrícula nº 5913247/3, Cargo/Função: Coordenador de Planejamento de Obras e Conformidade, como fiscal do Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e a Empresa abaixo:

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
95/2022	Círculo Engenharia Ltda	Contratação de empresa de engenharia especializada na Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Cametá/PA.

II- DESIGNAR o servidor MARCUS VINICIUS ANGELIM DE AZEVEDO, Matrícula nº 5936254/2, Cargo/Função:Coordenador, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826043

Portaria Nº. 0806/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,

CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/852673, de 05/07/2022, e Memorando nº 356/2022 de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o servidor JOSÉ SOMBREIRO DA SILVA NETO, Matrícula nº 5897265/3, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
202/2022	Prefeitura Municipal de Altamira	Reforma da Escola de dança, no Município de Altamira/PA.

II – DESIGNAR o servidor JOESNAM PEREIRA MENDES, Matrícula nº 5965142/1, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.

III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE

Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826035

Portaria Nº. 0804/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,

CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/853345, de 05/07/2022, e Memorando nº 358/2022, de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I – DESIGNAR o servidor CARLOS ANDRÉ DA SILVA ARAÚJO, Matrícula nº. 6403603/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, como fiscal do Convênio celebrados entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
219/2022	Prefeitura Municipal de Bannach	Pavimentação em bloquete Sextavado de Ruas e Avenidas da Sede do Município de Bannach/PA.

II – DESIGNAR o servidor THALYS SOARES FEITOSA, Matrícula nº. 55207864/1, Cargo/Função: Coordenador de Núcleo Regional, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.

III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE

Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826031

Portaria Nº. 0805/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,

CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/852872, de 05/07/2022, e Memorando nº 357/2022, de 05/07/2022 - DIFIS/SEDOP.

R E S O L V E:

I - DESIGNAR a servidora ALBA VALÉRIA LIMA JORGE, Matrícula nº. 5121345/1, Cargo/Função: Coordenador, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
213/2022	Prefeitura Municipal de Almeirim	Reforma e Adequação do Antigo Terminal de passageiro para Espaço Gastronômico e Centro Cultural, na Cidade Almeirim/PA.

II – DESIGNAR a servidora MARIELZA RODRIGUES BATISTA CAPELONI, Matrícula nº. 51855667/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas-Arquiteto, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.

III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE

Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826033

ERRATA**ERRATA**

Na matéria, protocolo nº 813774, publicada no DOE nº 35.007, de 14/06/2022, referente ao EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 149/2022

ONDE SE LÊ: SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA -CNPJ: 04.789.822/0001-54

LEIA-SE SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO-SESAN-CNPJ: 04.789.822/0001-54

Ordenador: Benedito Ruy Santos Cabral

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 826013

ERRATA

Na matéria, protocolo nº 825958, publicada no DOE nº 35.038, DE 08 DE JULHO DE 2022 EDIÇÃO EXTRA, referente ao 8º TAC Nº 04/2019 – CPI Nº 02/2018:

ONDE SE LÊ: DATA DE ASSINATU/RA: 03/03/2022

LEIA-SE: DATA DE ASSINATURA: 08/07/2022

Ordenador: Benedito Ruy Santos Cabral

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 826265

ERRATA

Na matéria, Protocolo: 822870, publicada no DOE Nº 35.030, de 01 de julho de 2022-EDIÇÃO SUPLEMENTAR, referente ao EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 216/2022:

ONDE SE LÊ: NOTA DE EMPENHO: 2022NEXXXX;

LEIASE: NOTA DE EMPENHO: 2022NE01845 e;

ONDE SE LÊ: PREFEITURA DE UILANÓPOLIS: 1901 04.122 0038 1011 449051;

LEIA-SE: PREFEITURA DE ULIANÓPOLIS: 1901 04.122 0038 1011 449051 1520

Protocolo: 826201

ERRATA

Na matéria, protocolo nº 822938, publicada no DOE nº 35.031, de 01 de julho de 2022 – EDIÇÃO EXTRA:

ONDE SE LÊ: Responsável pela Entidade Receptora dos Recursos:

Vera Lúcia Flores Da Vera Cruz

Prefeita Municipal de Paragominas em Exercício

LEIA-SE: Responsável pela Entidade Receptora dos Recursos: João Lucídio Lobato Paes

Ordenador: Benedito Ruy Santos Cabral

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo: 826316

CONTRATO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2022– TP Nº 05/2022**

PARTES:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – CNPJ 03.137.985/0001-90

Phaz Construções e Incorporações Eireli - CNPJ nº 12.143.487/0001-40

OBJETO: Construção de palco e área para atividades físicas e conclusão dos 33,15% da obra das arenas esportivas, no município de Marapanim, neste Estado.

VIGÊNCIA: 11/07/2022 a 11/04/2023

VALOR: R\$ 1.219.013,12

NOTA DE EMPENHO: Nº 2020NE01866

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

07101 04.811.1499.7659 0101/0301

07101 15.811.1499.7659 0101 449051

FORO: Belém

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2022

ORDENADOR RESPONSÁVEL:

Benedito Ruy Santos Cabral

Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

ENDEREÇO DA CONTRATADA:

Tv. Dr. Moraes, nº 748, sala 303, CEP 66.240-120, na cidade de Belém, neste Estado

Telefone: (91) 98888-0303

Protocolo: 826381

DIÁRIA**Portaria Nº. 0810/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.**

O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,

CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/854293 de 05/07/2022 – COSG/SEDOP;

R E S O L V E:

CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias ao servidor abaixo relacionado:

NOME: Tiago Leão, Matrícula nº. 5116694/1; Cargo/Função: Motorista.

OBJETIVO: Conduzir o veículo com o Sr. Arnaldo Dopazo Antônio José- Secretário Adjunto de Obras Públicas, aos Municípios de São João de Pirabas

e Maracanã/PA.
DESTINO: São João de Pirabas/Maracanã /PA.
DIÁRIA: 1,5 (uma e meia).
PERÍODO: 01 a 02/07/2022.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826037

Portaria Nº. 0811/2022, DE 06 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/854256 de 05/07/2022 – GAB/SEDOP;
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diária ao servidor abaixo relacionado:
NOME: Valdir Parry Acatauassú, Matrícula nº. 5946384/1; Cargo/Função: Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano.
OBJETIVO: Acompanhar a agenda do Excelentíssimo Governador nos Municípios de Altamira e Vitória de Xingu
DESTINO: Altamira/Vitória de Xingu/PA.
DIÁRIA: 0,5 (meia).
DATA: 28/06/2022.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826040

Portaria Nº. 0825/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 08/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, de 08/02/2019, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 072/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO a orientação do art. 67, da Lei 8.666/93, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/847389, de 04/07/2022, e Memorando nº 343/2022, de 04/07/2022 - DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
I - DESIGNAR o servidor DANIEL MARTINS CUNHA, Matrícula nº 55587239/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas- Engenheiro Civil, como fiscal do Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas – SEDOP e o Órgão abaixo:

CONVÊNIO	ÓRGÃO	OBJETO
151/2022	Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri	Construção de Passarela em Concreto Armado, Rua Alcides Sampaio, Rua Nova 01 e Rua Nazaré 01, na Vila Maiuatá, no Município de Igarapé-Miri/PA.

II – DESIGNAR a servidora MARIELZA RODRIGUES BATISTA CAPELONI, Matrícula nº. 51855667/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas-Arquiteto, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Convênio, acima descrito, nos impedimentos legais e eventuais do titular.
III- Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Dê Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
ARNALDO DOPAZO ANTONIO JOSE
Secretário Adjunto de Gestão de Obras Públicas

Protocolo: 826072

Portaria Nº. 0834/2022, DE 08 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 07/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, do dia 08/02/2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 071/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de Janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/861660, de 06/07/2022 – DIFIS/SEDOP.
R E S O L V E:
CONCEDER, de acordo com as bases legais vigentes, diárias aos servidores abaixo relacionados:
NOME: Marielza Rodrigues Batista Capeloni, Matrícula nº 51855667/2, Cargo/Função: Técnico em Gestão de Obras Públicas – Arquiteto.
OBJETIVO: Fiscalização na Construção da Praça Nossa Senhora dos Remédios, Construção do Complexo Poliesportivo Municipal de Breu Branco/PA e Praça do Bairro Alto Bonito no Município de Pacajá/PA.
NOME: Jaime Peres de Oliveira, Matrícula nº 7030/1, Cargo/Função: Motorista.
OBJETIVO: Conduzir o veículo com a servidora, aos referidos Municípios.
DESTINO: Breu Branco/Pacajá/PA.
DIÁRIAS: 4,5 (quatro e meia).
PERÍODO: 11 a 15/07/2022.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano.

Protocolo: 826296

FÉRIAS

Portaria Nº 0830/2022, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 07/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, do dia 08/02/2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 071/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019, CONSIDERANDO o Art. 74 da Lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994 e, e ainda, o Decreto nº 1.462 de 12/04/2021.
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2022/845946, de 04/07/2022 e os termos do Memorando nº. 107/2022-DEM/SEDOP, de 04/07/2022.
R E S O L V E:
I - TRANSFERIR, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias da servidora THAIS BITTENCOURT GUIMARÃES SOUSA, matrícula nº. 57210086/3, ocupante do Cargo de Técnico em Gestão de Infraestrutura - Arquiteto; para o período de 16/07/2022 a 02/08/2022 18 (dezoito) dias; e para o período de 08/09/2022 a 19/09/2022 12 (doze) dias, anteriormente concedida através da Portaria nº. 0573/2022, de 30/05/2022, publicada no DOE nº 34.994, de 03/06/2022, referente ao período aquisitivo 23/01/2021 a 22/01/2022.
II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
VALDIR PARRY ACATAUASSU
Secretário Adjunto de Gestão de Desenvolvimento Urbano.

Protocolo: 826306



CONTRATO

CONTRATO Nº 27/2022.
Objeto: Contratação de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma do banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativo de Crédito, para prestação de serviços bancários que permite a liquidação de faturas por meio de documentos de cobrança eletrônica com código de barras no padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional, tais como: Débito Automático, Guichê de Caixa (quando houver); Arrecadação Eletrônica; Internet Banking; Correspondente Bancário; Autoatendimento; Outros Meios. As informações dos documentos arrecadados são enviadas por meio de transmissão de arquivo eletrônico, conforme padrão FEBRABAN.
Valor Global: Os pagamentos pelas prestações dos serviços ocorrerão na forma de compensação das tarifas.
Vigência: 12 (doze) meses.
Data da Assinatura: 08.07.2022.
Contratada: BANCO BRADESCO S.A. CNPJ: 60.746.948/0001-12.
Ordenador: José Antônio De Angelis.

Protocolo: 826387



ERRATA

Fica retificado na publicação da Portaria nº 594, de 07 de julho de 2022, publicada no DOE nº 35.038 de 08/07/2022.
Onde se lê: ...Portaria Nº594 DE 07 DE JULHO DE 2022...
Leia-se: ... Portaria Nº595 DE 07 DE JULHO DE 2022...
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 08 de julho de 2022.

Protocolo: 826050

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 02/2022
Nº DO TERMO ADITIVO: 01
DATA DA ASSINATURA: 08/07/2022
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – REAJUSTE e repactuação do valor do contrato de acordo com a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – REAJUSTE E REPACTUAÇÃO. O valor mensal do contrato passará a ser de R\$ 1.013.968,32 (um milhão e treze mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos), e o valor total passará para R\$ 12.167.619,96 (doze milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

Conceder o pagamento retroativo referente às faturas do período de 09 de fevereiro a 30 de abril no valor total de R\$ 318.332,94 (trezentos e dezoito mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos).
ORÇAMENTO:

PROG. DE TRABALHO	DESPESA	FONTE	AÇÃO	PL. INTERNO
48101.19.363.1501.8822	339037	0124008794 0102000000	273727	1010008822-C

CONTRATADO: EMPRESA DIAMOND SERVIÇOS DE LIMPEZA E MAO DE OBRA EIRELI (CNPJ: 08.538.011/0001-31).
ENDEREÇO: Passagem Dalva, nº 505, Bairro: Marambaia, Belém/PA - CEP 66.615-080, Belém/PA.
ORDENADORA: EDILZA JOANA OLIVEIRA FONTES

Protocolo: 826205

DIÁRIA

Portaria Nº 604 DE 08 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 451/2022-CCG de 08.04.2022, publicada no DOE nº 34.929 de 11.04.2022.
CONSIDERANDO o que dispõe os Arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO o processo nº 2022/839348;
R E S O L V E:
I – Autorizar o servidore DEMETHRIUS PEREIRA LUCENA DE OLIVEIRA, Identidade Funcional nº 54196456/5, ocupante do cargo de Diretor, lotado na Diretoria de Ciência e Tecnologia – DCT; a viajar aos municípios de Cametá/PA e Mocajuba-PA, no período de 11 a 15/07/2022, a fim de acompanhar a fiscalização, além de conhecer o empreendimento com a finalidade de reaplicar, em momento futuro, em outras regiões, com possibilidade de parceria com as instituições UEPA, JICA-Agência de Cooperação Internacional do Japão e Instituto Federal do Pará.
II – Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 04 e ½ (quatro e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocará conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 08 de julho de 2022.
DENILSON BENEDITO GONÇALVES PINHEIRO
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 826235

Portaria Nº 600 DE 08 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 451/2022-CCG de 08.04.2022, publicada no DOE nº 34.929 de 11.04.2022.
CONSIDERANDO o que dispõe os Arts. 145 a 149, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO o processo nº 2022/860600;
R E S O L V E:
I – AUTORIZAR os servidores SUELY SOCORRO PANTOJA DA SILVA, Identidade Funcional nº 5945933/2, ocupante do cargo de Assessora Especial II, lotada no Gabinete do Secretário; PRISCILA CARVALHO CASTRO, Identidade Funcional nº 5947233/1, ocupante do cargo de Gerente, lotada no Gabinete do Secretário/ASCOM e o bolsista JOÃO ANTÔNIO FONSECA LACERDA LIMA, CPF: 003.255.092-80, lotado SECAD, a viajarem ao município de Mosqueiro-PA, no dia 11/07/2022, a fim de representar a ASCOM/SECTET, na aula inaugural do curso de Gastronomia (UEPA) (cerimônia do Dólmã), conforme demanda do programa Forma Pará; e WELINGSON WANDY PINTO PERALTA, Identidade Funcional nº 57214839/1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, que conduzirá os servidores e o bolsista, ao referido município.
II – Conceder de acordo com as bases legais vigentes ½ (meia) diária aos servidores acima, que se deslocarão conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 08 de julho de 2022.
DENILSON BENEDITO GONÇALVES PINHEIRO
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 826304

Portaria Nº 605 DE 08 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 451/2022-CCG de 08.04.2022, publicada no DOE nº 34.929 de 11.04.2022.
CONSIDERANDO o processo nº 2022/864703;
R E S O L V E:
I – Autorizar os servidores CARLOS AUGUSTO ROLIM DA MOTTA, Identidade Funcional nº 57234825/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Informática, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, o servidor ANDRÉ CASTRO CORDEIRO, Identidade Funcional nº 5892346/1, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, o servidor HARLEY CHRISTIAN ALVES MATIAS, Identidade Funcional nº 5900176/1, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, a viajarem aos municípios de Cumarú do Norte/PA e Tucumã/PA, no período de 12/07 a 19/07/2022, a fim de realizar a instalação dos microcomputadores nas escolas, e o servidor WELINGSON WANDY PINTO PERALTA, Identidade Funcional nº 57214839/1, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Diretoria de Administração e Finanças – DAF, que conduzirá os servidores aos referidos municípios.
II – Conceder de acordo com as bases legais vigentes, 07 e ½ (sete e meia) diárias aos servidores acima, que se deslocarão conforme item I.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, em 08 de julho de 2022.
DENILSON BENEDITO GONÇALVES PINHEIRO
Diretor de Administração e Finanças

Protocolo: 826255

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO
A ESTUDOS E PESQUISAS

Portaria Nº 111/2022 – DIRAD/FAPESPA, de 08 de Julho de 2022.
O DIRETOR ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 074/2021 – GABINETE/FAPESPA, publicada no DOE nº 34.322 de 25.08.2020, e,
CONSIDERANDO o preconizado nos artigos 145 a 149 da Lei nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o Memorando nº126/2022 - GABINETE/FAPESPA, de 08 de Julho de 2022,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº2022/870389;
R E S O L V E:
CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes, 4 e ½ (quatro e meia) diárias ao servidor abaixo relacionado, que se deslocará conforme a seguir discriminado:
NOME: REGINALDO DO SOCORRO PAIVA ABREU
MATRÍCULA: 5950724/2
CARGO: ASSESSOR
TRAJETO: Belém-PA/Eldorado de Carajás/Belém-PA.
PERÍODO: 11/07/2022 a 15/07/2022
QUANTIDADE: 4 e 1/2 (quatro e Meia) diárias
OBJETIVO: visando representar este titular durante a execução de agenda Institucional da FAPESPA
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.
Belém (PA), 08 de Julho de 2022.
JURANDIR SEBASTIÃO TAVARES SIDRIM
Diretor Administrativo

Protocolo: 826331

Portaria Nº 110/2022 – DIRAD/FAPESPA, de 08 de Julho de 2022.
O DIRETOR ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 074/2021 – GABINETE/FAPESPA, publicada no DOE nº 34.322 de 25.08.2020, e,
CONSIDERANDO o preconizado nos artigos 145 a 149 da Lei nº 5.810, de 24 de Janeiro de 1994;
CONSIDERANDO o Memorando nº 125/2022 - GABINETE/FAPESPA, de 08 de Julho de 2022,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº2022/870354;
R E S O L V E:
CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes, 4 e ½ (quatro e meia) diárias ao servidor abaixo relacionado, que se deslocará conforme a seguir discriminado:
NOME: VITOR DOS SANTOS SIQUEIRA JÚNIOR
MATRÍCULA:5920017 /3
CARGO: ASSESSOR
TRAJETO: Belém-PA/Eldorado de Carajás /Belém-PA.
PERÍODO: 11/07/2022 a 15/07/2022
QUANTIDADE: 4 e 1/2 (quatro e Meia) diárias
OBJETIVO: visando representar este titular durante a execução de agenda Institucional da FAPESPA
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA.
Belém (PA), 08 de Julho de 2022
JURANDIR SEBASTIÃO TAVARES SIDRIM
Diretor Administrativo

Protocolo: 826329

OUTRAS MATÉRIAS

INFORMATIVO

O Governo do Estado, por intermédio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – Fapespa, atendendo à orientação programática da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica – SECTET, informa que a Chamada Nº 002/2022 - APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO encontra-se ENCERRADA, uma vez que está finalizado o limite de recursos aportados para seu financiamento, conforme itens 2.7 e 4.
Em função dessa limitação orçamentária, a proposta de evento abaixo relacionada não foi submetida às avaliações técnica e de mérito:

Proponente	Título do Evento	Instituição
Marcus Vinicius Reis	I Seminário de História na Amazônia: relações de poder, narrativas e práticas culturais.	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa

Belém, 08 de julho de 2022.
Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Protocolo: 826529

CHAMADA Nº 002/2022
APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO
RESULTADO FINAL – LOTE 8

Título do evento	Nome do Coordenador	Categoria aprovada	Instituição Organizadora	Resultado
XIII Encontro Paraense de Educação Matemática	Fernando Cardoso de Matos	Regional/ Estadual	IFPA	Aprovado
III Feira das Profissões	Juliana de Sales Silva	Local	UNIFESSPA	Aprovado
III Encontro de Egressos do Curso de Engenharia de Minas	Jean Carlos Grijó Louzada	Local	UNIFESSPA	Aprovado
XI Seminário de Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açu	Andrew Miccolis	Nacional	ICRAF	Aprovado
III Encontro de Internacionalização da Unifesspa	Diógenes Henrique Siqueira da Silva	Regional/ Estadual	UNIFESSPA	Aprovado
VIII Seminário de Iniciação Científica	Anaiane Pereira Souza	Regional/ Estadual	UNIFESSPA	Aprovado
Seminário de Ciências Florestais – SECIFLOR 2022	Jonas Elias Castro da Rocha	Regional/ Estadual	UFRA	Aprovado
IV Congresso Araguaense de Ciências Exata, Tecnológica e Social Aplicada – Conara	Tarciso Binoti Simas	Regional/ Estadual	UNIFESSPA	Aprovado
II Escola Regional de Alto Desempenho Norte 2 e II Escola Regional de Aprendizado de Máquina e Inteligência Artificial Norte 2	Marcos Tulio Amaris Gonzalez	Regional/ Estadual	UFPA	Não aprovado
Seminário Amazônico de Transtornos de Aprendizagem: Interatividade entre Educação e Saúde	Simone Beverly Nascimento da Costa	Nacional	UEPA	Não aprovado
II Seminário Internacional Viva Língua Viva (VLV 2)	Ana Vilacy Moreira Galucio	Internacional	MPEG	Aprovado
III Simpósio do Meio Ambiente: O Biólogo no Mundo	Paula Nepomuceno Campos	Estadual	UFRA	Aprovado

Belém, 08 de julho de 2022.
Deyvison Medrado
Diretor Científico / FAPESPA

Protocolo: 826523



DESIGNAR SERVIDOR

Portaria Nº 566/GEPS/SETUR DE 07 DE JULHO DE 2022
GESTOR FISCAL E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
CONSIDERANDO O Decreto 870 de 04/10/2013 e a Portaria Conjunta 658/SEAD de 01/09/2014, que tratam da fiscalização dos contratos na administração pública; CONSIDERANDO os termos dos Processos Nº 2022/756681; RESOLVE: I – DESIGNAR O servidor EVANDRO JOSÉ FERREIRA NEVES JÚNIOR, Mat. 5892676/ 7, Coord. de Planej. das Políticas Públicas para o Turismo, como Gestor Fiscal do Termo de Fomento 06/2022, celebrado entre o Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR e a Associação Beneficente e Cultural de Outeiro-ASBECO. II – DESIGNAR a Comissão de Monitoramento, conforme previsto, na CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO - O acompanhamento e a execução do Termo de Fomento 06/2022 será acompanhado por comissão de Monitoramento e Avaliação da Setur e por um Gestor da parceria, nos termos do Decreto 870/2013 e da Lei 13.019/2014. Composta pelos servidores abaixo descritos:

NOME	MATRICULA	CARGO	FUNÇÃO NA COMISSÃO
ANDREZA MEIRELES SILVA	5960416/ 1	GERENTE	FISCAL
CRISTIANE DE SOUSA PINHO MENDONÇA	54197949/ 1	TEC. DE PLAN. E GESTÃO EM TURISMO	FISCAL
JACHONS VALDO DA SILVA TAVARES	54188798/ 5	GERENTE	FISCAL

III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. ORDENADOR: ANDERSON OLIVEIRA CAVALCANTE

Protocolo: 826104

Portaria Nº 567/GEPS/SETUR DE 08 DE JULHO DE 2022
GESTOR FISCAL E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO.
CONSIDERANDO O Decreto 870 de 04/10/2013 e a Portaria Conjunta 658/SEAD de 01/09/2014, que tratam da fiscalização dos contratos na administração pública; CONSIDERANDO os termos dos Processos Nº 2022/756507; RESOLVE: I– DESIGNAR O servidor EVANDRO JOSÉ FERREIRA NEVES JÚNIOR, Mat. 5892676/ 7, Coord. de Planej. das Políticas Públicas para o Turismo, como Gestor Fiscal do Termo de Fomento

05/2022, celebrado entre o Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR e a Associação Recreativa Beneficente e Cultural Gaviões da Villa-ARBECGV. II – DESIGNAR a Comissão de Monitoramento, conforme previsto, na CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO - O acompanhamento e a execução do Termo de Fomento 05/2022 será acompanhado por comissão de Monitoramento e Avaliação da Setur e por um Gestor da parceria, nos termos do Decreto 870/2013 e da Lei 13.019/2014. Composta pelos servidores abaixo descritos:

NOME	MATRICULA	CARGO	FUNÇÃO NA COMISSÃO
ANA CLAUDIA FARIAS	57198151/ 1	TEC. DE PLAN. E GESTÃO EM TURISMO	FISCAL
ANA PAULA FARIAS MACHADO MATOS	57198177/ 1	TEC. DE PLAN. E GESTÃO EM TURISMO	FISCAL
MARIA PEREIRA DE SOUSA	2014157/ 1	TEC. DE PLAN. E GESTÃO EM TURISMO	FISCAL

III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. ORDENADOR: ANDERSON OLIVEIRA CAVALCANTE

Protocolo: 826259

Portaria Nº 568/GEPS/SETUR DE 08 DE JULHO DE 2022
GESTOR FISCAL E COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
CONSIDERANDO O Decreto 870 de 04/10/2013 e a Portaria Conjunta 658/SEAD de 01/09/2014, que tratam da fiscalização dos contratos na administração pública; CONSIDERANDO os termos dos Processos Nº 2022/756430.RESOLVE: I– DESIGNAR O servidor EVANDRO JOSÉ FERREIRA NEVES JÚNIOR, Mat. 5892676/ 7, Coord. de Planej. das Políticas Públicas para o Turismo, como Gestor Fiscal do Termo de Fomento 04/2022, celebrado entre o Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR e a Associação Cultural do Pará WJ Produções Artísticas. II – DESIGNAR a Comissão de Monitoramento, conforme previsto, na CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO - O acompanhamento e a execução do Termo de Fomento 04/2022 será acompanhado por comissão de Monitoramento e Avaliação da Setur e por um Gestor da parceria, nos termos do Decreto 870/2013 e da Lei 13.019/2014. Composta pelos servidores abaixo descritos:

NOME	MATRICULA	CARGO	FUNÇÃO NA COMISSÃO
ANDREZA MEIRELES SILVA	5960416/ 1	GERENTE	FISCAL
CLIVIA TAMARA DOS REIS RODRIGUES FERREIRA	54195975/ 1	TEC. DE PLAN. E GESTÃO EM TURISMO	FISCAL
ROSELENE DA SILVA BASTOS	2014491/ 1	TEC. DE PLAN. E GESTÃO EM TURISMO	FISCAL

III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. ORDENADOR: ANDERSON OLIVEIRA CAVALCANTE

Protocolo: 826262

DIÁRIA

Portaria Nº 569/GEPS/SETUR DE 08 DE JULHO DE 2022
CONSIDERANDO os termos do processo 2022/827565; RESOLVE: Conceder 1 e ½ (uma e meia) diárias ao servidor JULIO CEZAR TEIXEIRA BORCEM, Mat. 54196760/1, Motorista. OBJ: Conduzir equipe da SETUR para a fiscalização de serviços de manutenção na Praça de Alimentação/Orla do Maçarico junto com a empresa Executiva Serviços Técnicos Especializados Ltda. DESTINO: Salinópolis/PA. PERÍODO: 06 e 07/07/2022. ORDENADOR: ANDERSON OLIVEIRA CAVALCANTE.

Protocolo: 826261

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

Portaria Nº 406/2022/GGP/DPG, DE 07 DE JULHO DE 2022.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I e VIII, da Lei Complementar nº 054/2006 e art. 100 da Lei Complementar nº 80/1994; considerando o disposto no art. 46, § 8º da Lei Complementar nº 54/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 91/2014; considerando a Resolução CSDP nº 283, de 16 de novembro de 2021; considerando o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/844175; RESOLVE: Conceder gratificação de acumulação à Defensora Pública MAYANA BARROS JORGE JOÃO, na forma discriminada na tabela abaixo:

DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)	MATRÍCULA	TITULARIDADE/ DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Mayana Barros Jorge João	5931565	2ª Defensoria Pública Cível de Capanema	3ª Defensoria Pública Cível/Criminal de Bragança	10% do vencimento-base, nos termos dos artigos 4º e 2º, II da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	01/06/2022 à 19/06/2022
			1ª Defensoria Pública Cível de Capanema e 3ª Defensoria Pública Cível/Infância de Capanema	20% do vencimento-base, nos termos do artigo art. 6º, §7º da Resolução do CSDP nº 283/2021, alterada pela Resolução do CSDP nº 314/2022	

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 826003

Portaria Nº 400/2022/GGP/DPG/07/07/2022.
O Defensor Público Geral do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; considerando o disposto no artigo 7º, § 4º da Resolução CSDP nº 299, de 07 de fevereiro de 2022, a qual dispõe sobre a realização de Plantão no âmbito da Defensoria Pública, alterada pela Resolução CSDP nº 300, de 21 de fevereiro de 2022; considerando a Portaria nº 21/2022, de 23 de março de 2022, a qual organiza e normatiza o pagamento do plantão Defensorial aos membros Defensoria Pública do Pará; RESOLVE: Conceder diária de plantão Defensorial aos Defensores abaixo relacionados em razão da realização de Plantão:

NOME	MAT.	QUANT.	PERÍODO DO PANTÃO	PAE Nº
ALBA ALINE MOURA GOUVEA	57190994	02(MAIO) 02(JUNHO)	07 e 08/05/2022; 11 e 12/06/2022	2022/851032
ALINE RODRIGUES DE OLIVEIRA CALDAS	80845828	02(MARÇO)	19 e 20/03/2022	2022/851544
BIANCA DUARTE BRANCO CARIBÉ	57231647	02(JUNHO)	04 e 05/06/2022	2022/851544
CLIVIA RENATA LOUREIRO CROELHAS	57203678	02(MARÇO) 02(JUNHO)	19 e 20/03/2022; 16 e 17/06/2022	2022/851544
DANIEL AUGUSTO LOBO DE MELO	57227137	02(JUNHO)	25 e 26/06/2022	2022/851544
ELOIZIO CORDEIRO TAVEIRA DE SOUZA	5896000	02(MAIO)	28 e 29/05/2022	2022/851032
FABIANO DE LIMA NARCISO	57231640	01(MARÇO)	12/03/2022	2022/851032
FABIO RANGEL PEREIRA DE SOUZA	55589067	02(JUNHO)	18 e 19/06/2022	2022/851544
FELÍCIA MARQUES FIUZA NUNES	55588700	03(JUNHO)	17, 18 e 19/06/2022	2022/836037
FERNANDO JOSÉ SAMPAIO LOBO	80846028	02(JUNHO)	18 e 19/06/2022	2022/851544
GEORGE AUGUSTO DE AGUIAR SOUZA	5895989	01(MARÇO)	12/03/2022	2022/851032
JOSEANE ROCHA GODOY SANTANA	55588704	02(JULHO)	02 e 03/07/2022	2022/851544
LARISSA DE ALMEIDA BELTRÃO ROSAS	57234669	02(MAIO)	28 e 29/05/2022	2022/851544
LARISSA MACHADO SILVA NOGUEIRA	57190943	02(JUNHO)	04 e 05/06/2022	2022/851544
LUIS MARCELO MACEDO DE SOUZA	5938970	04(JUNHO)	16, 17, 18 e 19/06/2022	2022/851032
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS VIEIRA	5895968	01(MARÇO)	12/03/2022	2022/851032
MATUZALÉM CARNEIRO BERNARDO	57234672	01(MARÇO)	12/03/2022	2022/851032
NILBERT ALLYSON ALMEIDA DE MORAES	57190969	02(JUNHO)	11 e 12/06/2022	2022/851544
ODUVALDO SERGIO DE SOUZA SEABRA	57190974	02(JUNHO)	18 e 19/06/2022	2022/851544
REINALDO MARTINS JÚNIOR	57192842	02(JULHO)	02 e 03/07/2022	2022/851544
ROSSIVAGNER SANTANA DOS SANTOS	55589163	02(JUNHO)	04 e 05/06/2022	2022/851032
VINÍCIUS TOLEDO AUGUSTO	57231696	01(MARÇO) 02(JUNHO)	12/03/2022; 18 e 19/06/2022	2022/851032

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público Geral do Estado do Pará

Protocolo: 826288

Portaria Nº 416/2022/GGP/DPG, DE 08 DE JULHO DE 2022.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I e VIII, da Lei Complementar nº 054/2006 e art. 100 da Lei Complementar nº 80/1994; considerando o disposto no art. 46, § 8º da Lei Complementar no 54/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 91/2014; considerando a Resolução CSDP nº 283, de 16 de novembro de 2021; considerando o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/825974; RESOLVE:Art. 1º Conceder gratificação de acumulação à Defensora Pública ANA LAURA MACEDO SÁ, na forma discriminada na tabela abaixo:

DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)	MATRÍCULA	TITULARIDADE/ DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Ana Laura Macedo Sá	80845770	1ª Defensoria Pública Cível de Ananindeua	1ª Defensoria Pública do Juizado Especial Criminal de Ananindeua	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, inciso I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	07/07 à 02/08/2022

Art. 2º Revogar, de 07.07.2022 a 02.08.2022, a gratificação de acumulação concedida à Defensora Pública BIANCA DUARTE BRANCO CARIBE, ID. Funcional nº 57231647, referente à atuação na 1ª Defensoria Pública do Juizado Especial Criminal de Ananindeua (10% do vencimento-base), com a consequente exclusão de seu nome da Portaria nº 178/2022/GGP/DPG, de 20.04.2022.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 826301

Portaria Nº 414/2022/GGP/DPG, DE 08 DE JULHO DE 2022.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I e VIII, da Lei Complementar nº 054/2006 e art. 100 da Lei Complementar nº 80/1994; considerando o disposto no art. 46, § 8º da Lei Complementar nº 54/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 91/2014; considerando a Resolução CSDP nº 283, de 16 de novembro de 2021; considerando o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/823558; RESOLVE: Revogar, com efeitos a contar de 04.07.2022, a gratificação de acumulação concedida à Defensora Pública ANAMÉLIA SILVA FERREIRA, referente à sua atuação em processos judiciais da 1ª Defensoria Pública de Defesa da Pessoa Acusada, com a consequente exclusão do seu nome da Portaria nº 311/2022/GGP/DPG, de 07 de junho de 2022.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 826293

Portaria Nº 415/2022/GGP/DPG, DE 08 DE JULHO DE 2022.
O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I e VIII, da Lei Complementar nº 054/2006 e art. 100 da Lei Complementar nº 80/1994; considerando o disposto no art. 46, § 8º da Lei Complementar nº 54/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 91/2014; considerando a Resolução CSDP nº 283, de 16 de novembro de 2021; considerando o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 2022/825884; RESOLVE: Conceder gratificação de acumulação ao Defensor Público RODRIGO VICENTE MAIA MENDES, na forma discriminada na tabela abaixo:

DEFENSOR (A) PÚBLICO (A)	MATRÍCULA	TITULARIDADE/ DESIGNAÇÃO	ACUMULAÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Rodrigo Vicente Maia Mendes	5896003	5ª Defensoria Pública Cível de Ananindeua	4ª Defensoria Pública Cível de Ananindeua	10% do vencimento-base, nos termos do art. 2º, inciso I da Resolução do CSDP nº 283, de 16/11/2021.	De 02/05/2022 à 30/08/2022

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público-Geral do Estado do Pará

Protocolo: 826294

Portaria Nº 401/2022/GGP/DPG, de 07 de julho de 2022.
O Defensor Público Geral do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 054, de 07 de fevereiro de 2006; considerando a Portaria nº 22/2022, de 23 de março de 2022, a qual organiza e normatiza o pagamento do plantão Defensorial aos servidores da Defensoria Pública do Pará; RESOLVE: Conceder diária de plantão Defensorial aos servidores abaixo relacionados em razão da realização de Plantão:

NOME	MATRÍCULA	QUANTIDADE/ MÊS	PERÍODO DO PLANTÃO	PAE Nº
ADRIANA NUNES NASCIMENTO	5926317	01(MAIO) 02(JUNHO)	21/05/2022; 11 e 12/06/2022	2022/8212292022/836037
ALAN DELSO DA SILVA CORDEIRO	57196777	01(MAIO) 01(JUNHO) 01(JULHO)	21/05/2022; 26/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/836037 2022/859854
AMBRÓSIO OLIVEIRA DE JESUS	5125847	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ANA CAROLINA LOBO CORRÊA	5917422	01(JUNHO)	25/06/2022	2022/851480
ANA CÉLIA MODESTO LOPES	2009315	02(MAIO); 02(JULHO)	21 e 28/05/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/818988 2022/859854
ANA CLÁUDIA CARDOSO DUARTE	57201141	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ANA DO SOCORRO NUNES MOURA JATENE SOUSA	33138	01(MAIO) 04(JUNHO)	21/05/2022; 17, 18, 19 e 26/06/2022	2022/8212292022/836037
ANSELMO CARLOS NOGUEIRA MONTEIRO	54191024	01(MAIO) 02 (JUNHO)	21/05/2022; 11 e 12/06/2022	2022/8212292022/836037

ANTONIA CLÁUDIA SOARES LEÃO DOS SANTOS	5723667	01(JUNHO)	05/06/2022	2022/690007
ANTONIA MARIA DE FREITAS BRANDÃO	2048493	02(MAIO)	28 e 29/05/2022	2022/851032
ANTONIO MARCIO CARDOSO GOUVEA	57203877	02(MAIO)	28 e 29/05/2022	2022/851032
BIANCA DO SOCORRO MOTA PALHETA	54195650	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
CAMILA BITTENCOURT RODRIGUES FERNANDES	5925204	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 25/06/2022	2022/851480
CARMEM LÚCIA LOPES DE SOUZA	392235	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 11/06/2022	2022/8212292022/836037
CAROLINE COELHO DOS SANTOS	5940980	02(MAIO)	21 e 28/05/2022	2022/8212292022/818988
CECÍLIA CLÁUDIA DE FREITAS TEIXEIRA	57176495	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 25/06/2022	2022/851480
CELIO JAIME RAIOL	54189320	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
CÉLIO JÚNIOR DA SILVA GUIMARÃES	5900062	03(MAIO) 02(JUNHO) 01(JULHO)	21, 22 e 28/05/2022; 04 e 05/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
CHAISELLEN ANNE DA SILVA OLIVEIRA	57200786	01(MAIO) 05(JUNHO)	21/05/2022; 04, 05, 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/836037 2022/851398
CÍCERO LOPES PEREIRA BERNARDINO	3280543	01(FEVEREIRO) 02(MARÇO) 02(JUNHO)	28/02/2022; 01 e 02/03/2022; 04 e 05/06/2022	2022/851032
CLAUDIA VANESSA GOMES SANTIAGO	54186812	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
CLEBER PAIVA COELHO	57211712	02(MAIO) 01(JUNHO) 01(JULHO)	21 e 28/05/2022; 11/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
CLEVERSON NONATO BRITO BARREIROS	5324041	01(MAIO) 02(JUNHO) 01(JULHO)	21/05/2022; 11 e 12/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/836037 2022/859854
CLIVER REIS BARATA	54187789	02(MAIO) 01(JUNHO)	14 e 21/05/2022; 16/06/2022	2022/8212292022/8189882022/836037
DAYSE HELENA DE SOUSA FIGUEIREDO	57214402	02(MAIO)	21 e 28/05/2022	2022/8212292022/818988
DANDARA BRITO FIGUEIREDO	5906663	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
DANIELA RODRIGUES OLIVEIRA	5906666	02(JUNHO)	25 e 26/06/2022	2022/851032
DANILO HENRIQUE SOUSA MARTINS	57176622	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
DÉBORA KALINE DE LUNA TEIXEIRA	5951725	01(JUNHO)	11/06/2022	2022/836037
DENILSON DA SILVA RODRIGUES	5964873	04(MAIO) 03(JUNHO) 02(JULHO)	15, 21, 22 e 28/05/2022; 17, 18 e 19/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/8189882022/8360372 022/859854
DEUZIRENE MIRANDA BARBOSA	5049849	02(MAIO)	28 e 29/05/2022	2022/851032
DIEGO JOSÉ BARROS	57201700	02(MAIO) 06(JUNHO) 02(JULHO)	21 e 22/05/2022; 04, 05, 11, 17, 18 e 19/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
EDILSON DOS SANTOS SILVA	5129192	05(JUNHO) 02(JULHO)	11, 16, 17, 18 e 19/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8598542022/836037
EDINALDO TENÓRIO DE FREITAS	57234526	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 11/06/2022	2022/8212292022/836037

EDIVALDO ANTONIO MAGALHÃES NASCIMENTO	5955771	02(MAIO) 01(JULHO)	21 e 28/05/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/859854
EDNA MARIA FERREIRA GOUVEA	466964	03(MAIO) 06(JUNHO) 01(JULHO)	14, 22 e 28/05/2022; 04, 05, 11, 17, 18 e 19/06/2022; 02/07/2022	2022/8189882022/8360372022/859854
EDSON MIRANDA RODRIGUES	345873	01(JUNHO)	11/06/2022	2022/836037
EDUARDO TATHUHIRO NAKATA	57231663	02(MAIO) 01(JUNHO)	21 e 28/05/2022; 04/06/2022	2022/8212292022/710862 2022/711686
ELINALDO OLIVEIRA DE LIMA	5927307	02(MAIO) 01(JUNHO) 01(JULHO)	21 e 28/05/2022; 11/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
ELITON RAFAEL LIMA DOS SANTOS	5964878	02(MAIO) 02(JULHO)	15 e 21/05/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/818988 2022/859854
ELIVAR LOBO ALVES	57211744	02(MAIO) 01(JUNHO)	21 e 22/05/2022; 11/06/2022	2022/8212292022/8189882022/836037
EMMYLE KELVE DOS SANTOS	5948707	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ERICA RIBEIRO DE SOUZA	57190731	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ERIC COSTA MARTINS	57207074	01(MAIO) 01(JULHO)	21/05/2022; 02/07/2022	2022/821229 2022/859854
EVANDRO SILVA MATOS	57201686	01(JUNHO)	26/06/2022	2022/836037
FÁBIO CAMPOS REIS	57190520	01(MAIO) 02(FEVEREIRO)	21/05/2022; 19 e 20/02/2022	2022/8212292022/851398
FÁBIO DA SILVA ALMEIDA	57234555	02(JUNHO)	04 e 05/06/2022	2022/836037
FÁBIO JOSÉ DA SILVA MACHADO	54197217	02(MAIO) 05(JUNHO) 01(JULHO)	21 e 28/05/2022; 11, 12, 17, 18 e 19/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
FELIPE BEZERRA DA SILVA	5925621	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 11/06/2022	2022/8212292022/836037
FELIPE KAÚÉ NORONHA MARQUES	5957241	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
FERNANDA MARIA DA SILVA ALENCAR	5897832	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
FERNANDO NAZARÉ ALVES FERREIRA NETO	5964709	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
FLADILSON DA COSTA NOBRE JÚNIOR	5915816	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
GABRIELA MACHADO MORAES DE SOUZA	5897040	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
GABRIELLA DE CÁSSIA DA SILVA ANSELMO	5926308	01(MAIO) 03(JUNHO)	21/05/2022; 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/836037
GEYCE LANA OLIVEIRA TRINDADE	5945387	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
GEYZI KATARINA CARNEIRO SAMPAIO	5947469	02(MAIO)	14 e 21/05/2022	2022/8212292022/818988
GIOVANNA PINHEIRO DE MENEZES VIEIRA	5932094	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
HAMILTON ELINALDO MELO CORREA	57211770	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229

HÉLIO DA SILVA SANTOS JÚNIOR	5964875	04(MAIO) 07 (JUNHO) 02(JULHO)	14, 15, 21 e 28/05/2022; 04, 05, 11, 16, 17, 18 e 19/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
HENDRYCK AYAN BRAZ RAMOS	5937750	02(MAIO)	21 e 28/05/2022	2022/8212292022/818988
HIDELFRAN OLIVEIRA ALVES	57201688	02(MAIO) 01(JUNHO) 02(JULHO)	15 e 21/05/2022; 11/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
IGOR ANDREY PORTAL CARDIAS	5899893	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 11/06/2022	2022/8212292022/836037
IGOR LUÍS GONÇALVES E SILVA	57234575	04(MAIO) 03(JUNHO) 01(JULHO)	14, 15, 21 e 28/05/2022; 11, 18 e 26/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/818988 2022/8360372022/859854
IGOR PACHECO DE ALMEIDA BEZERRA	5933064	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022 25/06/2022	2022/851480
INGRID LOPES FARIAS	7565395	01(MAIO) 03(JUNHO)	21/05/2022; 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/836037
IRACEMY RODRIGUES COSTA	3154556	01(JUNHO) 02(JULHO)	25/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/851480 2022/859854
IRIS HELENA PAES E SILVA	5897828	02(MAIO) 05(JUNHO) 01(JULHO)	14 e 21/05/2022; 11, 16, 17, 18 e 19/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/8360372 022/859854
ISABELLA CRISTINA DAMASCENO RETTO	5958979	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ISAURA RAFAELLA BERMEGUI DOS SANTOS	5934617	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
IVAL DE ANDRADE PICAÇÃO JÚNIOR	5184436	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
IVANA CRYSTINA MATOS DO NASCIMENTO	57188104	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
IZONEIDE PINTO DE FRANÇA MARQUES	5748755	02(MARÇO) 02(ABRIL)	05 e 06/03/2022; 16 e 17/04/2022	2022/851398
JANE SIMONE MORAES DE MELO ZAZE	57201145	01(JUNHO)	11/06/2022	2022/836037
JAYLSON PEREIRA DIGER	57234529	01(JUNHO)	25/06/2022	2022/851480
JEANN RICARDO DA COSTA BAHIA	5900703	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
JESSYCA PATRYCIA DA CUNHA CARVALHO	5959017	02(MAIO)	21 e 28/05/2022	2022/8212292022/818988
JOANES BARROS CALDAS	57201719	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
JOÃO CARLOS DA FONSECA	57202183	05(ABRIL) 06(MAIO)	21, 22, 23, 24 e 30/04/2022; 01, 07, 08, 14, 21 e 22/05/2022	2022/818988
JOÃO PAULO COSTA DOS SANTOS	5007232	02(MAIO) 02(JUNHO) 01(JULHO)	14 e 21/05/2022; 11 e 26/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/8360372 022/859854
JOSÉ ALCIONE CORDEIRO DE SOUZA	57202467	02(MAIO) 02 (JUNHO) 01(JULHO)	21 e 28/05/2022; 04 e 05/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/8360372 022/859854
JOSÉ COUTINHO DA SILVA	5897879	04(JUNHO)	16, 17, 18 e 19/06/2022	2022/836037
JOSÉ EDMAR DANTAS SILVEIRA FILHO	5943308	02(JUNHO)	18 e 19/06/2022	2022/851032

JOSÉ MARIA DOS SANTOS LEITE	57211801	01(MAIO) 01(JUNHO) 01(JULHO)	21/05/2022; 11/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8360372022/859854
JOSENILDA MARIA FERREIRA DEZINCOURT	3155757	02(MAIO)	28 e 29/05/2022	2022/851032
JOSIETE FREITAS RODRIGUES	57211787	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
JUCEMIR SIQUEIRA DA SILVA	32549	03(MAIO) 01(JUNHO) 02(JULHO)	15, 21 e 28/05/2022; 11/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
JULIANA DE JESUS QUEIROZ PICAÇÃO	54191702	03(MAIO) 02(JUNHO)	21, 22 e 28/05/2022; 11 e 18/06/2022	2022/8212292022/8189882022/836037
JÚLIA TAMIRES FEITOSA DA SILVA	5897754	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 26/06/2022	2022/8212292022/851032
JÚLIA TÓTOLA FORÇA	5910736	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
KELTON ARAÚJO DA SILVA	57175642	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
KYSE DE FÁTIMA PANTOJA VIANA	5958901	02(MAIO) 01(JUNHO)	21 e 28/05/2022; 26/06/2022	2022/8212292022/8189882022/836037
LACY SENA SIMÕES	5184541	01(MAIO)	28/05/2022	2022/818988
LAISE MARIA RIBEIRO MESQUITA SANTOS	55588962	01(MAIO) 02(JUNHO)	28/05/2022; 11 e 25/06/2022	2022/8189882022/836037 2022/851480
LARISSA CONCEIÇÃO CAMPOS DA SILVA SALES	5933948	02(JUNHO)	18 e 19/06/2022	2022/851032
LAURINDA DA SILVA HENSCHER	5138000	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
LAURO JOSÉ NASCIMENTO SPINELLI	55587676	01(JUNHO)	25/06/2022	2022/851480
LEANDRO MELÉM DE FIGUEIREDO	55588666	02(MAIO) 01 (JUNHO) 01(JULHO)	14 e 21/05/2022; 11/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/8360372 022/859854
LETICIA SARAIVA MARTINS	5925806	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
LETHICIA MARIA SOUZA E SILVA	5901979	03(MAIO) 04(JUNHO)	21, 28 e 29/05/2022; 16, 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/851398
LIA DE SOUZA MARTINS	5944246	02(JUNHO)	04 e 05/06/2022	2022/851398
LIDIA CRISTINA LOBO CORRÊA	5921618	01(MAIO) 02(JUNHO)	21/05/2022; 11 e 12/06/2022	2022/8212292022/851398
LINDEMBERG DOS SANTOS GUIMARÃES	3254143	01(JUNHO) 02(JULHO)	11/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8598542022/836037
LUÃ BAIA FERREIRA	5916924	04(JUNHO)	17, 18, 19 e 25/06/2022	2022/836037 2022/851480
LUANA CANTANHEDE BEZERRA DA SILVA	5925634	01(JUNHO)	25/06/2022	2022/851480
LUCAS CARVALHO DO ESPÍRITO SANTO SILVA	5933495	05(JUNHO)	17, 18, 19, 25 e 26/06/2022	2022/836037 2022/851398
LUCILENE PAIVA DA COSTA	57208949	01(MAIO) 01(JULHO)	28/05/2022; 02/07/2022	2022/8189882022/859854
LUÍS ALEXANDRE GOMES PIMENTEL	57201677	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
LUÍS CARLOS DE ALMEIDA RODRIGUES	57211823	01(MAIO) 03(JUNHO)	21/05/2022; 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/836037

LUIZ CARLOS MOREIRA FARIAS JÚNIOR	57227037	02(MAIO) 01(JUNHO)	21 e 28/05/2022; 26/06/2022	2022/8212292022/8189882022/836037
LUIZ CASTILHO BRASIL	5897834	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
LUIZ FELIPE QUADROS PINTO	5899371	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
LUIZ ODILSON OLEGÁRIO DA LUZ	760404	04(MAIO) 04(JUNHO)	15, 21, 28 e 29/05/2022; 04, 05, 11 e 12/06/2022	2022/8212292022/818988
LUIZE RUSSO RAMOS	5894393	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MAÉVA CASTELO BRANCO SANTOS DE ALMEIDA	57190624	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MALENA CARNEIRO DA SILVA	5931811	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MARCELO COELHO DO AMARAL PINHEIRO SEGUNDO	5954466	02(MAIO) 01(JUNHO) 01(JULHO)	21 e 28/05/2022; 11/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/8360372 022/859854
MARCELO FRANÇA MENDES	57234558	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MARCELO FURTADO PANTOJA	5908568	05(JUNHO)	11, 17, 18, 19 e 25/06/2022	2022/836037 2022/851480
MARCELO DOS SANTOS GAMBOA	57211830	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MARCOS ANTONIO RABELO BARBOSA	57194070	02(JUNHO)	11 e 12/06/2022	2022/851398
MARCOS CÉSAR MOURA RIBEIRO	57192708	02(JUNHO)	11 e 12/06/2022	2022/851398
MARCOS ROGÉRIO ARAÚJO DA SILVA	57201277	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MARCUS VINICIUS ALMEIDA CAMPBELL	57202564	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MARIA DE NAZARÉ ASSUNÇÃO DA COSTA	2010429	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MARIA NORMA PEREIRA PIMENTEL	5927378	02(MARÇO) 02(MAIO)	12 e 13/03/2022 14 e 15/05/2022	2022/851032
MARIA RAIMUNDA SANTANA DOS SANTOS	3152758	01(MAIO) 02(JUNHO)	21/05/2022; 11 e 12/06/2022	2022/8212292022/836037
MARIA VILMA DE SOUSA ARAÚJO	5152909	02(MAIO) 03(JUNHO) 01(JULHO)	15 e 21/05/2022; 17, 18 e 19/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
MARIANA STHEL FRANCISQUETO	57201223	02(JUNHO) 01(JULHO)	11 e 26/06/2022; 02/07/2022	2022/8360372022/859854
MARILDA TAVARES DE PAULA OLIVEIRA	5631769	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MAURO BARBOSA DE LIMA	3255158	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
MAXIMIANO SOUTO AMADO NETO	55585587	01(MARÇO) 02(MAIO) 01(JUNHO)	12/03/2022; 21 e 28/05/2022; 26/06/2022	2022/8189882022/851032
MIKHAIL LENOIR SOUSA DOS SANTOS	5930431	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
NATÁLIA SANTOS RAMÔA FARIAS	5963889	01(JUNHO)	25/06/2022	2022/851480
NILTON DA COSTA MONTEIRO	57211743	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229

NORMA SUELY VALENTE RIBEIRO	55587622	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
NYCOLE DOS SANTOS MACHADO FARACO	5955852	02(MAIO)	07 e 08/05/2022	2022/851032
OZAEI CORDEIRO BATISTA	5965817	03(MAIO) 01(JUNHO) 01(JULHO)	21, 22 e 28/05/2022; 11/06/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/8189882022/8360320 22/859854
PATRICK DE SOUZA CARVALHO	57205330	01(MAIO) 02 (JUNHO)	21/05/2022; 04 e 05/06/2022	2022/8212292022/836037
PAULA ERSE OLIVEIRA	5918198	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
PAULO AFONSO DE LIMA LHAMAS	28770	01(MAIO) 05(JUNHO)	21/05/2022; 11, 12, 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/836037
PAULO ROBERTO ARAÚJO DA SILVA	2010593	01(JUNHO)	11/06/2022	2022/836037
PEDRO VICTOR NUNES DE QUEIROZ	57223908	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 25/06/2022	2022/851480
PRISCILLA DE CASTRO RIBEIRO	5919947	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
RAFAELA SUZANNY MONTEIRO BARBOSA	5962464	02(JULHO)	02 e 03/07/2022	2022/859854
RAFAELA SOUSA DAMASCENO	57214027	01(JUNHO) 01(JULHO)	11/06/2022; 02/07/2022	2022/8360372022/859854
RAIMUNDO DE JESUS DOS SANTOS SOUZA	57211889	01(MAIO) 03(JUNHO)	28/05/2022; 17, 18 e 19/06/2022	2022/8189882022/836037
REIKO SAYURI YOKO-SAWA CARNEIRO SILVA	5931714	04(MAIO) 08 (JUNHO) 02(JULHO)	15, 21, 22 e 28/05/2022; 04, 05, 11, 16, 17, 18, 19 e 26/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
RIZOMAR DANIEL CASTRO	3084272	02(JUNHO)	04 e 06/06/2022	2022/851032
ROBERTO ERIC SEABRA DE SOUZA	57175800	01(ABRIL) 01(JUNHO)	10/04/2022 11/06/2022	2022/817533 2022/836037
RODRIGO SILVA MARQUES	55590225	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ROGÉRIO DA SILVA PEREIRA	5890906	02(MAIO) 01(JUNHO)	14 e 21/05/2022; 11/06/2022	2022/8212292022/8189882022/836037
ROSA MARIA CARVALHO BENTES	57202067	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ROSEANE MENDES DE OLIVEIRA	57211635	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
ROSIANE COSTA DOS REIS E SILVA	57212477	02(JUNHO)	04 e 05/06/2022	2022/851032
SAMUEL PEREIRA MIRANDA JÚNIOR	54188857	01(MAIO) 01(JULHO)	21/05/2022; 02/07/2022	2022/8212292022/859854
SANDRA BRAZÃO E SILVA BECHARA ROCHA	3003280	01(MAIO)_	21/05/2022	2022/821229
SARAH BERNADETH CUNHA SERRÃO	5964307	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
SÉRGIO ANDRÉ GONZALEZ GOMES	57201786	03(MAIO) 05 (JUNHO) 02(JULHO)	15, 21 e 22/05/2022; 11, 12, 17, 18 e 19/06/2022; 02 e 03/07/2022	2022/8212292022/8189882022/836037 2022/859854
SILVIA HELENA SILVA DE OLIVEIRA	8088241	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229

STELLA MARIA LOBATO SILVA CARVALHO	5141265	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
TASSIA DE FÁTIMA DO REGO PEREIRA	57200609	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
TATIANA MACHADO PINTO MACIEL	57205343	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 11/06/2022	2022/8212292022/836037
THAIS TORRES MONTEIRO ANDRADE	5928021	01(MAIO) 04(JUNHO)	21/05/2022; 16, 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/851398
VALDINEI CARVALHO DE AVIZ	57211726	02(MAIO) 04 (JUNHO) 01(JULHO)	14 e 22/05/2022; 04, 05, 11 e 12/06/2022; 02/07/2022	2022/8189882022/836037 2022/859854
VICTOR DE BARROS REIS	5950970	01(MAIO) 01(JUNHO)	21/05/2022; 26/06/2022	2022/8212292022/851032
VITORIA XAVIER DA COSTA	5919029	04(JUNHO)	16, 17, 18 e 19/06/2022	2022/851032
WADY CHARONE NETO	57211857	01(JUNHO)	11/06/2022	2022/836037
WAGNER RÔMULO PINHO DE SOUZA	5891519	01(JUNHO)	25/06/2022	2022/851480
WALDINEIA DA SILVA MORAES	6010806	02 (JUNHO)	05 e 25/06/2022	2022/6900072022/800912
WALDIR JOSÉ COSTA DOS SANTOS	57211853	01(MAIO) 04(JUNHO)	21/05/2022; 16, 17, 18 e 19/06/2022	2022/8212292022/836037
WELLINGTON RAIMUNDO TAVARES DA SILVA	54190627	01(MAIO)	21/05/2022	2022/821229
YANCA DE CÁSSIA LOPES SALES	5916805	01(MAIO) 02(JUNHO) 01(JULHO)	28/05/2022; 11 e 25/06/2022; 02/07/2022	2022/8410642022/8009122022/8189882 022/836037

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LÉDO
Defensor Público Geral do Estado do Pará

Protocolo: 826286

ERRATA

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
CONTRATO Nº: 042/2022
PROCESSO N. 2022/753683-DP/PA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2022- DP/PA
PARTES: DEFENSORIA PÚBLICA DO PARÁ (CNPJ/MF Nº 34.639.526/0001-38) e a empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.945.341/0001-90.
OBJETO: Contratação da Companhia de Saneamento do Pará, para a prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e/ou coleta de esgotos sanitários para atender a Defensoria Pública.
DATA ASSINATURA: 07/07/2022
VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$ 95.324,86 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
Programa / Projeto / Atividade: 03.122.1447.8458; Fonte de Recursos: 0101; Elemento: 339039; Plano Interno (PI): 1050008458C; GP Pará: 273599
VIGÊNCIA: O presente contrato terá a duração de 12 (doze meses) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura para o particular e da publicação na Imprensa Oficial para o poder público. O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos , nos termos do art.57,II, da Lei nº8.666/1993, respeitados os reajustes de tarifas.
FORO: Justiça Estadual do Pará – Comarca de Belém
RESPONSÁVEL DA CONTRATADA:
FERNANDA REGINA DE PINHO PAES. CPF nº 720.972.482-68.
JOSÉ ANTÔNIO LIMA DE SOUZA. CPF nº 008.881.092-53.
JOSÉ ANTONIO DE ANGELIS. CPF nº 004.229.988-85.
ENDEREÇO DA EMPRESA: Av. Magalhães Barata, nº 1201, Bairro de São Brás, Belém-PA, CEP: 66060-670.
ORDENADOR: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES – Defensor Público Geral.
PUBLICADO NO DOE Nº 35038 DE 08/07/2022. PROTOCOLO 825597

Protocolo: 826145

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.
Número: 019/2022-DPE/PA
Processo nº: 2022/512517-DPE/PA.
Objeto: O Objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS E COMPLEMENTARES (Análise por DNA para investigação de vínculo genético de

parentesco “In Vitro” Projeto Pai Legal), DESTA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, conforme condições especificadas e exigências constantes no Edital e seus anexos. Entrega do Edital: www.gov.br/compras ou www.compraspara.pa.gov.br ou ainda na Defensoria Pública do Estado do Pará sito a Rua Padre Prudêncio nº. 154, 2º andar - CLCC, Campina, Belém – Pará, isento de qualquer taxa, mediante a gravação em mídia digital, fornecida pela empresa interessada ou por meio de solicitação via e-mail: licitacao@defensoria.pa.def.br.
Edital a partir de: 11/07/2022. Local de Abertura: www.gov.br/compras.
Data da Abertura: 21/07/2022 Hora da Abertura: 10h00min (Horário de Brasília). Responsável pelo certame: Rogério da Silva Pereira. Ordenador: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO. Defensor Público-Geral do Estado do Pará.

Protocolo: 826224

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO
O DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal: Lei Complementar n.º 080/94, com as devidas alterações da Lei Complementar n.º 132/09, e da Lei Estadual n.º 054/06 e Lei Complementar estadual 091/2013, de 13 de janeiro de 2014, vêm perante os autos acolher na íntegra a decisão do Coordenador designado por meio da Portaria nº 07/2015-GAB-DPG, de 30/01/2015, adotando-a como razão para HOMOLOGAR o resultado da Cotação Eletrônica nº 002/2022, referente ao Processo nº 2022/300495, o qual refere-se à AQUISIÇÃO DE KIT TELEFONE Secretária Eletrônica com 6 ramais, incluído todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, conforme as especificações descritas no Termo de Referência, tendo como vencedora do certame a empresa:
- BRENO RAFAEL DAS CHAGAS BARBOSA inscrita no CNPJ:
Nº 35.088.443/0001-60, venceu o ITEM ÚNICO, pelo valor global de R\$ 7.085,04 (sete mil e oitenta e cinco reais e quatro centavos).
Belém/PA, 05 de julho de 2022.
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
Defensor Público Geral do Estado do Pará

Protocolo: 826439

OUTRAS MATÉRIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2022
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2021-DPE/PA PROCESSO N.º 2022/395492
Aos 08 (oito) dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, criada pela Lei Complementar Estadual nº. 13/93 e reorganizada pela Lei Complementar Estadual 054/2006 de 07 de fevereiro de 2006 e Lei Complementar 091/2014 de 13 de janeiro de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.639.526/0001-38, situada na Rua Padre Prudêncio nº. 154 em Belém/PA, por seu Defensor Público Geral, Dr. JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO, brasileiro, portador da Carteira de Identidade 4844095 PC/PA, CPF/MF nº 833.315.652-53, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas competências e nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520/2002, Lei nº10.024/2019 e o Decreto nº7.982/2013, suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 6.474/2002, Decreto Estadual nº534/2020 e Decreto Estadual nº991/2020 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2021-DPE/PA, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado pela(s) empresa(s) relacionada(s) de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), conforme informações a seguir:
EMPRESA: HERON HENRIQUE S BRITO (H2O)
ENDEREÇO: Travessa Quatorze de Março, 246, Telegrafo Sem Fio, CEP: 66.113-300, Belém/PA CNPJ: 29.515.982/0001-36 FONE/FAX: (91) 3349-2455/ 3355-2220/99167-8013/98537-6415
EMAIL: comercial@mvlicitacoes.com, Banco: Bradesco Agência: 2046 c/c: 8988-5 RESPONSÁVEL LEGAL: HERON HENRIQUE SALDANHA BRITO.
QUALIFICAÇÃO: brasileiro, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 8908344 PC/PA e do CPF n.º 019.869.732-55.

QUANTITATIVO TOTAL DA ATA SRP			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO
01	ÁGUA MINERAL NATURAL sem gás, e embalada em garrafrões de coloração azul, transparentes de polipropileno ou policarbonato c/ 20 litros, conforme as especificações do INMETRO e com COMODATO DE VASILHAME. MARCA: ESTRELA DALVA.	31.500	R\$ 8,01

OBJETO: A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre a Defensoria Pública do Estado do Pará e a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame licitatório referente PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 011/2021-DPE/PA, cujo objeto da presente licitação é o Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de ÁGUA MINERAL NATURAL, sem gás, envasada em garrafão de 20 litros para esta Defensoria Pública do Estado do Pará, nos endereços situados nas Regiões Metropolitanas de Belém (Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabela do Pará), conforme condições e exigências constantes no Edital e seus anexos.
O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura.
Belém/PA, 08 de julho de 2022.
Defensoria Pública do Estado do Pará
JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO
Defensor Público Geral

Protocolo: 826175

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2022/TJPA

Partes: Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a empresa LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.793.812/0001-95, para aquisição de equipamentos para a modernização e expansão da infraestrutura de Tecnologia da informação e comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, consumo de 20 (vinte) unidades do item 4 e 20 (vinte) unidades do item 5 da ARP n.º 044/2021. // Origem: a adjudicação referente à licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico de nº. 049/TJPA/2021 // Valor global do contrato: R\$ 84.602,20 (oitenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e vinte centavos), durante o período de 12 (doze) meses. // dotação orçamentária: 02.126.1417.8651; 02.126.1417.8652; 02.126.1417.8653 - Fonte de Recursos: 0101 / 0118/ elemento da despesa: 449052 / 339030. // Vigência: início em 07 de julho de 2022 e término em 07 de julho de 2023/ data da assinatura: 07.07.2022 // foro: Belém/PA // representante do contratante: Secretária de administração, Débora Moraes Gomes // Ordenador responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos – Secretário de Planejamento.

Protocolo: 826006

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2022/TJPA

Partes: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ e a empresa REVERSA AMBIENTAL SERVIÇOS E COLETORA DE RESÍDUOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.208.498/0001-39 // Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, gerados pelos Serviços de Saúde do TJPA (Serviços Médico e Odontológico, em Belém – Pará), conforme especificações do termo de referência, Anexo I do edital. Origem: Pregão Eletrônico de nº. 039/TJPA/2022 // Valor do Contrato: O valor global do presente contrato referente ao objeto licitado é de R\$-11.000,00 (Onze mil reais) durante o período de 12 (doze) meses // Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 04.102.02.331.1421.8657, Elemento da Despesa: 339039, Fonte de Recursos: 0118 // Vigência: 07/07/2022 a 07/07/2023 // Data da assinatura: 07/07/2022 // Foro: Belém/PA // Representante do Contratante: Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração // Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos – Secretário de Planejamento, Coordenação e Finanças.

Protocolo: 826181

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/TJPA/2022

ACOLHO o julgamento apresentado pela Pregoeira contido no PA-DES-2022/123271, razão pela qual decido: - ADJUDICAR em favor da empresa vencedora, CRIART SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.783.832/0001-70, o objeto do Pregão Eletrônico nº 018/TJPA/2022, na quantia de R\$ 29.137.530,82 (vinte e nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e trinta reais e oitenta e dois centavos) e, II - HOMOLOGAR o resultado final do procedimento licitatório, realizado através do Pregão Eletrônico em epígrafe - contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação, Higienização e Apoio Administrativo e Encarregado, nas dependências e instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, localizadas na capital e no interior do Estado do Pará, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e o emprego de equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, consoante a Ata da Sessão de Abertura do Pregão nº 00018/2022. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em www.comprasgovernamentais.gov.br. Belém, 20/06/2022. Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo: 826212

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 021/2022/TJPA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ// Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de acessórios de informática (suporte para notebook, trava de segurança para notebook e fone de ouvido), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital. // Origem: Pregão Eletrônico 032/2022/TJPA // Empresas: FÊNIX INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.500.118/0001-09, com sede na cidade de Brasília/DF, na SHN, QUADRA 1, CONJUNTO A, ED. VISION, BLOCO F, SALA 1212, ASA NORTE, CEP: 70701-000, Tel.: (61) 3222-7044, E-mail: contato@licitafenix.com.br; LUXSELL COMERCIO E SERVICO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.615.446/0001-05, com sede na cidade de Osasco/SP, na Rua Elza Fagundes de Moraes, 450, Jardim Roberto, CEP: 06170-220, Tel. (11) 95328-0137, E-mail: luxsellcomercio@gmail.com e MEILOCK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

DE SEGURANÇA E DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.631.830/0001-91, com sede na cidade de Brasília/DF, no LOGRADOURO, Q SAAN QUADRA 2, NÚMERO 43, COMPLEMENTO GALPÃO 02 PARTE 30, CEP - 70632- 210, Bairro/Distrito - ZONA INDUSTRIAL, Tel. (61) 3363-9105, E-mail: rodrigo.amorim@meilockti.com.br // Vigência: 12 (doze) meses, com início em 05 de julho de 2022 e término em 05 de julho de 2023, com eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado. // Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 02.061.1417.8654 / 8655 / 8656; 02.061.1417.8651 / 8652 / 8653; Fonte: 0118 / 0101 / 0323; Natureza de Despesa: 339030 / 449052; // Data da assinatura: 05/07/2022 // Responsável pela assinatura: Débora Moraes Gomes – Secretária de Administração do TJPA // Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos – Secretário de Planejamento.

Protocolo: 826007

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 330/2022/MPC/PA

O PROCURADOR-GERAL DE CONTAS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a vacância de 01 (um) cargo de Assessor da Procuradoria do quadro de pessoal deste Órgão Ministerial, conforme Portaria nº 297/2022/MPC/PA, publicada em 23/06/2022, CONSIDERANDO o teor da solicitação constante do Memorando nº 31/2022-8ªPC/MPC/PA, da Procuradora de Contas DANIELLE FÁTIMA PEIREIRA DA COSTA (Protocolo PAE nº 2022/862803), CONSIDERANDO, por fim, o disposto no art. 37, inciso II (in fine), da Constituição Federal e no art. 13 da Lei Estadual nº 8.596/2018, e tudo mais que consta dos autos,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Procuradoria, com lotação na 8ª Procuradoria de Contas, BEATRIZ ABITBOL DE OLIVEIRA, a contar de 11/07/2022, até ulterior deliberação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 11/07/2022.

Belém, 08 de julho de 2022.

PATRICK BEZERRA MESQUITA

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 826496

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 328/2022/MPC/PA

O PROCURADOR-GERAL DE CONTAS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO tudo o que consta nos autos do Protocolo PAE n. 2022/848160;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora LAÍS TAMPPEMBECK NORONHA, matrícula nº 200239, para, de 18 a 27/07/2022, substituir a servidora Karen Loureiro Lima na Chefia de Gabinete da 1ª Procuradoria de Contas, em razão do afastamento da titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Belém/PA, 07 de julho de 2022.

PATRICK BEZERRA MESQUITA

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 826383

ALTERAÇÃO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 329/2022/MPC/PA

O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, em exercício, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 118/2022-MPC/PA, de 29/03/2022, CONSIDERANDO o requerimento de alteração de férias da servidora Lorena Cavalcante Couto Felipe, datado de 27/06/2022 (Protocolo PAE nº 2022/798763) e os termos da Resolução nº 010/2020-MPC/PA-Colégio, de 21/08/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, de 18/07 a 01/08/2022 (15 dias) para 11/07 a 29/07/2022 (19 dias), o gozo de férias da servidora LORENA CAVALCANTE COUTO FELIPE, matrícula 200036, ocupante do cargo efetivo de Assessor Técnico, relativo ao período aquisitivo 21/10/2020 a 20/10/2021, concedido pela Portaria nº 261/2022/MPC/PA, de 07/06/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Belém-PA, 07 de julho de 2022.

BRUNO ANTONY DANTAS DE VEIGA CABRAL

Secretário, em exercício

Protocolo: 826386

**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ****ADMISSÃO DE SERVIDOR****PORTARIA Nº 3647/2022-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais; e considerando os termos do Ofício nº 024/2022-MPCPMI, de 5/4/2022, protocolizado no "SIP" sob o nº 7424/2022, em 17/5/2022,

RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994, MARIA OLIVEIRA GOMES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Apoio Técnico-Operacional Judicial e Extrajudicial do Interior - MP.CPCE-102-3, a partir de 11/7/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 07 de julho de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 826076

CONTRATO**NÚM. DO CONTRATO: 082/2022-MP/PA**

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação nº 011/2022-MP/PA
Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa AOVIS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A..

Objeto: Contratação de assinaturas/licenças de acesso à plataforma ALURA – AOVIS Sistemas de Informática SA de conteúdo online, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Data da Assinatura: 08/07/2022.

Vigência: 11/07/2022 a 10/07/2023.

Valor global: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.128.1494.8943;

Elemento de Despesa: 3390-39;

Fonte: 0101 e 0301.

Foro: Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém.

Ordenador responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 826359

TERMO ADITIVO A CONTRATO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO****NÚM. DO TERMO ADITIVO: 2º****NÚM. DO CONTRATO: 011/2017-MP/PA**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa SR. FÁBIO HELDER DOS REIS GOMES.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Locação de imóvel situado à Rua Siqueira Campos, s/n, Bairro: Centro, Irituia/PA, que será utilizado como sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Irituia/PA. Reajuste do valor do Contrato a contar de março/2022.

Data da Assinatura: 07/07/2022.

Valor Mensal Reajustado: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Valor Anual Reajustado: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e duzentos reais).

Dotação Orçamentária:

Atividade: 12101.03.091.1494.8758

Elemento de Despesa: 3390-36

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários 0301 – Recursos Ordinários

Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 826058

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO**NÚM. DO TERMO ADITIVO: 1º****NÚM. DO CONTRATO: 067/2021-MP/PA**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e SÃO MIGUEL TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Aurora do Pará/PA. Prorrogação de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, a contar de 31/08/2022, nos termos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993 e Cláusula Nona, item 9.1 do contrato.

Data da Assinatura: 08/07/2022.

Vigência do Aditamento: 31/08/2022 a 30/08/2023.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758.

Elemento de Despesa: 339040.

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários.

Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 826351

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**NÚM. DA DISPENSA: 033/2022-MP/PA**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa R&A PROVIDOR DE INTERNET E COMÉRCIO LTDA (CNPJ: 15.407.584/0001-91).

Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Tomé-Açu/PA, pelo período de 12 (doze) meses.)

Valor Total: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.

Data da Assinatura: 07/07/2022

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.091.1494.8758. Elemento de despesa: 339040. Fonte de Recurso: 0101.

Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 826033

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**NÚM. DA INEXIGIBILIDADE: 17/2022 - MP/PA**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa IOC CAPACITAÇÃO LTDA – ONE CURSOS (CNPJ nº10.825.457/0001-99).

Objeto: Contratação para ministrar o "Curso Incompany Online – Planilha de custos, Formação de Preços e Terceirização".

Valor Total: R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais).

Fundamento Legal: Art. 25, II, c/c inciso VI do art 13, da Lei Federal 8.666/93.

Data da Assinatura: 07/07/2022.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.128.1494.8943.

Elemento de despesa: 339039.

Fonte de Recurso: 0101 - Recursos Ordinários e/ou 0301 – Recursos ordinários.

Ordenador Responsável: Dr. César Bechara Nader Mattar Jr, Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 826093

OUTRAS MATÉRIAS**RESUMO DA PORTARIA N. 029/2022-MP/PJSDA****REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000482-138/2022**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria.

Polo Ativo: SASHA LIRA SANCHES

Polo Passivo: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, ESTADO DO PARÁ
Instauração de Procedimento Administrativo com a finalidade de "Assegurar, junto ao Município de São Domingos do Araguaia e ao Estado do Pará, o tratamento médico prescrito à paciente Sasha Lira Sanches, residente na cidade de São Domingos do Araguaia, referente à sua visão".

São Domingos do Araguaia/PA, 01 de julho de 2022

GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO

Promotor de Justiça

Protocolo: 826397

RESUMO DA PORTARIA N. 031/2022-MP/PJSDA**REF.: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000424-138/2022**

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria.

Polo Ativo: CLAMARA SILVA SOUSA RINALDI

Polo Passivo: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, ESTADO DO PARÁ
Instauração de Procedimento Administrativo com a finalidade de "Assegurar, junto ao Município de São Domingos do Araguaia e ao Estado do Pará, a aplicação da 4ª e 5ª doses da medicação ciclofosfamida, utilizando-se da técnica de pulsoterapia, à paciente Clamara Silva Sousa Rinaldi, residente nesta cidade".

São Domingos do Araguaia/PA, 30 de junho de 2022

GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO

Promotor de Justiça

Protocolo: 826405

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO**CONJUNTA Nº 004/2022-MPPA/PJIMAB**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio dos Promotores de Justiça desta Comarca infra firmada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III da CF/88, art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, art. 26, I da Lei nº 8.625/93 e art. 52, VI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006; torna pública a expedição da Recomendação Ministerial Conjunta nº 004/2022-MPE/9ªe10ªPJIMab que se encontra à disposição para os interessados, nesta Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/n, esquina com Rodovia Transamazônica, Agrópolis do Incra, Bairro Amapá, CEP 68502-290, Marabá/PA - Telefone e Fax: (94) 3312-9900 - E-mail: mpmaraba@mppa.mp.br.

Referência: Procedimento Administrativo: 000373-950/2020

Recomendação Ministerial Conjunta nº 004/2022-MPE/9ªe10ªPJIMab

Destinatários:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROTEÇÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DE MARABÁ

COORDENADORA DO SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO FAMILIAR DE MARABÁ

DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRANSPORTE URBANO - DMTU

Assunto: Recomendação ministerial objetivando a adoção de referente à

adoção de providências para melhorias no Serviço Acolhimento Familiar "SAF", no Município de Marabá.

Marabá/PA, em 06.07.2022

ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN

Promotora de Justiça Titular

9.^a Promotoria de Justiça de Marabá

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça Titular

10.^a Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 826411

EXTRATO DA PORTARIA Nº 025/2022-MP/1ª PJDC

REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000071-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000071-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará. Procedimento Administrativo nº 000071-111/2022-MP/1ªPJ/DC

Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000071-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênicas-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "AHO Combu", localizado na Ilha do Combu, averiguar quanto à existência de licença para funcionamento, conforme relatório técnico da Vigilância Sanitária (24 e 26 de setembro de 2021), dentre outras irregularidades apontadas pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Ministério Público - GATI/MPPA, em vistoria realizada no dia 19.06.2022.

Belém, 06.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 826426

EXTRATO DA PORTARIA Nº 024/2022-MP/1ª PJDC

REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000070-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000070-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará. Procedimento Administrativo nº 000070-111/2022-MP/1ªPJ/DC

Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000070-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênicas-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Marinho", localizado na Ilha do Combu, tendo em vista que em relatório da Vigilância Sanitária (05.06.2022) foram observadas péssimas condições de higiene, área de manipulação totalmente aberta e sem estrutura para funcionamento, utensílios sem condições de uso, local bastante sujo e desorganizado, sendo fixado prazo de 72 horas para encerramento das atividades, face às irregularidades ante a legislação sanitária e consumerista em vigor.

Belém, 01.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 826415

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 013/2022

REFERÊNCIA: PROCEDIMENTO

ADMINISTRATIVO Nº 001022-138/2019

O Promotor de Justiça Titular de São Domingos do Araguaia, torna pública a expedição da Recomendação Nº 013/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de São Domingos do Araguaia, situada na Avenida Jarbas Passarinho, nº 293, Centro, CEP. 68.520-000 - São Domingos do Araguaia - Pará - Fone: (94) 3332-1206.

Recomendação nº 013/2022

Destinatários: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Assunto: RECOMENDAR que:

Proceda, no prazo de 45 (quarenta e cinco dias) dias:

A elaboração e implementação de projeto de acessibilidade para o CREAS que contemple a construção de rota acessível;

Desobstrução de corredores e passagens de forma a eliminar todos os obstáculos de passeio e corredores, bem como de todos os desníveis existentes entre os pisos internos e externos;

A correção nos revestimentos de paredes, com emassamento e pintura das salas;

A substituição da porta de entrada do ambiente de atendimento psicossocial que possui duas folhas e não atende a NBR de acessibilidade;

A substituição de todas as portas de salas e banheiros que não atendam ao critério de vão livre mínimo (em norma 0,80m);

A edificação da parte superior da parede que divide as salas da assistente social e do psicólogo de modo que a parede vá até o forro;

A reforma geral da cobertura de toda a Secretaria de Assistência Social, preferencialmente com a substituição do sistema de fechamento atual por telhas do tipo termoacústica, posto que, além de eliminar completamente as goteiras e evitar o surgimento de novas, contribui para um melhor conforto ambiental;

A reforma do forro de todas as salas do CREAS.

POR FIM, fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para que o destinatário da presente recomendação, aponte as medidas iniciais adotadas para o efetivo cumprimento do presente.

São Domingos do Araguaia-PA, 23 de junho de 2022.

GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO

Promotor de Justiça

Protocolo: 826504

EXTRATO DA PORTARIA Nº 029/2022-MP/1ª PJDC

REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000075-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000075-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000075-111/2022-MP/1ªPJ/DC
Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000075-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênicas-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Portas Abertas", localizado na Ilha do Combu, averiguar quanto à existência de licença sanitária para funcionamento, capacitação dos funcionários que manipulam alimentos, carteira de saúde dos funcionários, adequação da área de manipulação de alimentos, conforme destacado na Análise técnica nº 892/2021 - GATI/MPPA, dentre outras irregularidades apontadas pelo GATI/MPPA, em vistoria realizada no dia 19.06.2022.

Belém, 06.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 826473

EXTRATO DA PORTARIA Nº 026/2022-MP/1ª PJDC

REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000072-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000072-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000072-111/2022-MP/1ªPJ/DC
Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000072-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênicas-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Farol da Ilha", localizado na Ilha do Combu, averiguar quanto à existência de licença sanitária para funcionamento, bem como, a necessidade de adequação da estrutura da área de manipulação de alimentos, conforme relatório técnico da Vigilância Sanitária (24 e 26 de setembro de 2021), dentre outras irregularidades apontadas pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Ministério Público - GATI/MPPA, em vistoria realizada no dia 19.06.2022.

Belém, 06.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 826461

EXTRATO DA PORTARIA Nº 027/2022-MP/1ª PJDC

REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000073-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000073-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000073-111/2022-MP/1ªPJ/DC
Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000073-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênicas-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Combu Grill", localizado na Ilha do Combu, averiguar quanto à existência de licença sanitária para funcionamento, bem como, a adequação da estrutura da área de manipulação de alimentos, das instalações elétricas, entre outros pontos destacados no relatório técnico da Vigilância Sanitária (24 e 26 de setembro de 2021), e demais irregularidades apontadas pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Ministério Público - GATI/MPPA, em vistoria realizada no dia 19.06.2022.

Belém, 06.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 826463

EXTRATO DA PORTARIA Nº 028/2022-MP/1ª PJDC

REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000074-111/2022

A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, em exercício, REGIANE BRITO COELHO OZANAN, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000074-111/2022, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000074-111/2022-MP/1ªPJ/DC
Assunto: Instaura o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 000074-111/2022-MP/1ªPJ/DC para acompanhar o eventual cumprimento das Boas Práticas higiênicas-sanitárias dos alimentos comercializados no restaurante "Casa Verde", localizado na Ilha do Combu, averiguar quanto à existência de licença para funcionamento, bem como, a necessidade de adequação acerca de diversos pontos destacados em relatório técnico da Vigilância Sanitária (24 e 26 de setembro de 2021), como a correta manipulação do alimento, instalações elétricas precárias e a devida separação dos resíduos sólidos, dentre outras irregularidades apontadas pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Ministério Público - GATI/MPPA, em vistoria realizada no dia 19.06.2022.

Belém, 06.07.2022.

REGIANE BRITO COELHO OZANAN

1ª Promotora de Justiça do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 826469

PORTARIA Nº 3636/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO os termos do requerimento protocolizado no "SIP" sob o nº 6822/2022, em 5/5/2022, autuado sob o Processo nº 10/2022/CSMP-MPPA; CONSIDERANDO o disposto no art. 26, inciso XI, c/c o art. 141, inciso II, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6/7/2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 006/2019-MP/CSMP, de 10/7/2019, publicada no D.O.E de 16/7/2019;

CONSIDERANDO a decisão unânime do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, na 10ª Sessão Ordinária, realizada em 14/6/2022, R E S O L V E:

AUTORIZAR o Promotor de Justiça de 3ª Entrância MÁRIO SAMPAIO NETO CHERMONT, Titular do cargo de 3º Promotor de Justiça Criminal de Icoaraci, a se afastar das funções ministeriais, no período de 21/6/2022 a 17/12/2023, para frequentar o Curso "LL.M. em Direito Criminal Contemporâneo - Especialização Lato Sensu", promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro-RJ.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 07 de julho de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 826081

RESUMO DA PORTARIA Nº 026/2022

MP/1ºPJ/MA/PC/HU – BEL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e art.3º, caput, e art.7º, da Resolução CNMP nº 174 de 04 de julho de 2017, e art.7º, caput, e art.11, da Resolução nº 007 de 06 de junho de 2019, do Colégio de Procuradores de Justiça-MP/PA, e demais disposições aplicáveis, RESOLVE tornar pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000139-125/2022-MP/1ºPJ/MA/PC/HU-bel, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Instauração: 28.06.2022

Objeto da Investigação: Reclamação formulada por membros da Associação de Moradores e Comerciantes do bairro de Campina, em que relatam que mangueiras e outras espécies de árvores estão em estado de abandono, necessitando de manutenção urgente e reposição das que morreram, pois ervas danosas estão dominando a vegetação em suas copas e caules, sito Praça da República, Praça Batista Campos, Praça do Rosário, Belém/PA;

Belém-PA, 28 de junho de 2022

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ: Promotor de Justiça

Protocolo: 826111

RESUMO DA PORTARIA Nº 027/2022

MP/1ºPJ/MA/PC/HU – BEL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e art.3º, caput, e art.7º, da Resolução CNMP nº 174 de 04 de julho de 2017, e art.7º, caput, e art.11, da Resolução nº 007 de 06 de junho de 2019, do Colégio de Procuradores de Justiça-MP/PA, e demais disposições aplicáveis, RESOLVE tornar pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 004749-003/2022-MP/1ºPJ/MA/PC/HU-bel, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Instauração: 01.06.2022

Objeto da Investigação: Reclamação formulada Claudio Roberto em que relata possível prática de poluição sonora nos arredores da Praça Eduardo Angelim, situada na Trav. Alferes Costa, entre passagem "E" e Antônio Everdosa, bairro Pedreira, Belém/PA.

Belém-PA, 30 de junho de 2022

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ: Promotor de Justiça

Protocolo: 826116

RESUMO DA PORTARIA Nº 029/2022

MP/1ºPJ/MA/PC/HU – BEL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e art.3º, caput, e art.7º, da Resolução CNMP nº 174 de 04 de julho de 2017, e art.7º, caput, e art.11, da Resolução nº 007 de 06 de junho de 2019, do Colégio de Procuradores de Justiça-MP/PA, e demais disposições aplicáveis, RESOLVE tornar pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000012-113/2022 MP/1ºPJ/MA/PC/HU-bel, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Instauração: 23/06/2022.

Objeto da Investigação: Reclamação anônima, em que se relatou possível poluição sonora e perturbação do sossego por parte do estabelecimento BAR ESQUINA DO SHOP E CONVENIENCIA, situado na Av. Osvaldo, loteamento Olga Benário, Águas Lindas, Belém/PA.

Belém-PA, 01 de julho de 2022.

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ: Promotor de Justiça

Protocolo: 826124

RESUMO DA PORTARIA Nº 028/2022

MP/1ºPJ/MA/PC/HU – BEL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio do 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e art.3º, caput, e art.7º, da Resolução CNMP nº 174 de 04 de julho de 2017, e art.7º, caput, e art.11, da Resolução nº 007 de 06 de junho de 2019, do Colégio de Procuradores de Justiça-MP/PA, e demais disposições aplicáveis, RESOLVE tornar pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 028677-003/2022 MP/1ºPJ/MA/PC/HU-bel, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Instauração: 27/06/2022

Objeto da Investigação: instaurada a partir de informação veiculada no Atendimento Luminos Portal, sob o Protocolo n.º 321/20222, por Daniela Gomes Tunas Alvares, encaminhado a 4º Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Belém, na qual noticia a existência de imóvel abandonado, localizado na Av. Governador José Malcher, nº 194, bairro: Nazaré, Belém/PA, o qual tem provocado insegurança e temor nos moradores adjacentes.

Belém-PA, 01 de julho de 2022.

BENEDITO WILSON CORRÊA DE SÁ: Promotor de Justiça

Protocolo: 826119

EXTRATO DA PORTARIA Nº 31/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

A 7ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude, dos Idosos, das Pessoas com Deficiência e dos Órfãos e Interditos de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a Instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000776-040/2022 que encontra-se a disposição na 7ª Promotoria de Justiça de Castanhal, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 2638, Bairro Centro, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3412-6100.

Portaria nº 31/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

Polo Ativo: SIGILOSO

Polo Passivo: SIGILOSO

Assunto: acompanhamento da possível situação de risco que a adolescente possa estar inserida, bem como inserção desta em programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais

SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME – Promotora de Justiça

Protocolo: 826066

EXTRATO DA PORTARIA Nº 32/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

A 7ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude, dos Idosos, das Pessoas com Deficiência e dos Órfãos e Interditos de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a Instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000772-040/2022 que encontra-se a disposição na 7ª Promotoria de Justiça de Castanhal, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 2638, Bairro Centro, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3412-6100.

Portaria nº 32/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

Polo Ativo: SIGILOSO

Polo Passivo: SIGILOSO

Assunto: acompanhamento da possível situação de risco que a criança possa estar inserida, bem como inserção desta em programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais

SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME – Promotora de Justiça

Protocolo: 826068

EXTRATO DA PORTARIA Nº 30/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

A 7ª Promotora de Justiça da Infância e Juventude, dos Idosos, das Pessoas com Deficiência e dos Órfãos e Interditos de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a Instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000779-040/2022 que encontra-se a disposição na 7ª Promotoria de Justiça de Castanhal, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 2638, Bairro Centro, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3412-6100.

Portaria nº 30/2022-MPE-PJ-CASTANHAL

Polo Ativo: SIGILOSO

Polo Passivo: SIGILOSO

Assunto: acompanhamento da possível situação de risco que as crianças e adolescentes possam estar inseridas, bem como inserção desta em programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais

SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME – Promotora de Justiça

Protocolo: 826062

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 022/2022-MPPA/9ºPJ/STM

A 9ª Promotoria de Justiça de Santarém de Direitos Constitucionais e Probidade Administrativa, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, § 1º da Resolução n.º 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 8º, § 5º e 6º, da Resolução nº 007/2019-CPJ, vem por meio deste edital, identificar o interessado "SIGILOSO" e a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias,

acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 008520-031/2021, que tinha por objeto apurar possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 005/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de Santarém com a finalidade de prestação de serviços de transporte de pessoas pelo uso de lanchas através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAP.

Santarém-PA, 06 de julho de 2022.

DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA

Titular do 9º Cargo de Promotor de Justiça de Santarém

Protocolo: 826148

EDITAL DE ARQUIVAMENTO Nº. 023/2022-MPPA/9ºPJ/STM

A 9ª Promotoria de Justiça de Santarém de Direitos Constitucionais e Probidade Administrativa, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 4º, § 1º da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, e art. 8º, § 5º e 6º, da Resolução nº 007/2019-CPJ, vem por meio deste edital, cientificar o interessado “ANÔNIMO” e a todos quantos possam interessar, inclusive para efeito de eventual apresentação de recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do ARQUIVAMENTO da Notícia de Fato SIMP nº 002050-031/2022, que tinha por objeto apurar possível acumulação ilegal de Cargo Público por Selma Soriano.

Santarém-PA, 06 de julho de 2022.

DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA

Titular do 9º Cargo de Promotor de Justiça de Santarém

Protocolo: 826157

RESUMO DA PORTARIA N. 028/2022-MP/PJSDA

Ref.: Procedimento Administrativo nº 000369-138/2022

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria.

Polo Ativo: S.M. da S.

Polo Passivo: O ESTADO.

Instauração de Procedimento Administrativo com a finalidade de “Averiguar a situação de vulnerabilidade de S.M. da S., adotando as medidas pertinentes para a cessação da vulnerabilidade, junto à rede de proteção da infância no Município de São Domingos do Araguaia”.

São Domingos do Araguaia/PA, 01 de julho de 2022

GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO

Promotor de Justiça

Protocolo: 826347

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

A Promotora de Justiça titular do 1º Cargo da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua, PRISCILLA TEREZA DE ARAÚJO COSTA MOREIRA, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da Resolução nº 023/2007 do CNMP de 17/09/2006, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo listado, que se encontra em trâmite na Promotoria de Justiça de Ananindeua, com sede na Rodovia BR 316, Km 08, s/n, Centro, Ananindeua, Pará.

PORTARIA N.º019/2022/1ªPJIIA/MP

PROCEDIMENTO ADMINSITRATIVO N.º 001237-710/2021

OBJETO: Apurar a ocorrência de suposta situação de risco e decorrência de condutas negligentes por parte da genitora do infante R.C.V.M.

Protocolo: 826313

PORTARIA Nº 3700/2022-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o pleito do Promotor de Justiça Natural junto ao GAECO; CONSIDERANDO os princípios constitucionais, em especial o da Indivisibilidade disposto no artigo 127, §1.º da Constituição Federal Brasileira c/c o disposto no artigo 18, IX, “f” da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO as atribuições de caráter geral criminal do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado – GAECO; CONSIDERANDO a Resolução n.º 003/2021, de 05 de agosto de 2021; CONSIDERANDO o PIC nº 001672-027/2022 CONSIDERANDO o Protocolo nº 10329/2022

R E S O L V E:

AUTORIZAR o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado – GAECO, Promotora de Justiça ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO, Coordenadora do GAECO, Promotores de Justiça BRUNO SARAVALLI RODRIGUES e CARLOS ALBERTO FONSECA LOPES, membros auxiliares do GAECO, a prestar auxílio, aos Promotores de Justiça Aline Janusa Teles Martins (1ª PJ de Tucuruí), Luiz Alberto Almeida Presotto (2º PJ de Tucuruí) e Francisco Charles Pacheco Teixeira (3º PJ de Tucuruí), para atuação conjunta no Procedimento Investigatório Criminal nº 001672-027/2022, em conjunto ou isoladamente, com os Promotores de Justiça Naturais, ou quem suas vezes fizer, tendo em vista a solicitação dos mesmos, em tudo respeitados os direitos e garantias que assistem as pessoas envolvidas, conforme o previsto na legislação competente.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 08 de julho de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 826326

PORTARIA Nº 10/2022-MP/3ªPJSIP EXTRATO DA PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2022-MP/3ªPJSIP

A 3ª Promotoria de Justiça de Santa Izabel do Pará torna público a instauração do Procedimento Administrativo nº 09/2022-MP/3ªPJSIP, que se encontra à disposição na Rua Valentim José Ferreira, 1325, bairro Nova Brasília, Santa Izabel do Pará.

Procedimento Administrativo: Nº 09/2022-MP/3ªPJSIP

Data da Instauração: 30 de junho de 2022.

Instaurante: 3º Cargo da Promotoria de Justiça de Santa Izabel do Pará Membro do MPPA: Lilian Nunes e Nunes - 3ª Promotora de Justiça Titular Objeto: visa o acompanhamento das medidas adotadas pelo Município de Sta. Izabel do Pará e o Estado do Pará, para promover a construção de muro, ou contenção adequada, ao redor da Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Conceição.

Referência: SIMP 000112-094/2022.

Protocolo: 826209

EDITAL Nº. 001/2022-MPPA/PJALM

A Promotoria de Justiça de Almeirim, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, no exercício de suas atribuições legais, em atenção ao disposto no art. 7º, § 2º, da Resolução n.º 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público c/c art. 272 do Código de Processo Civil, vem por meio deste edital, intimar o Sr. KAROL SARGES SOUZA, pessoa física, CPF nº. 704.435.562-53, com endereço na Rodovia Almeirim Panai-cá nº. 510, bairro Centro, cidade de Almeirim, com endereço eletrônico karolsargesadvogado@gmail.com e o Sr. PATRICK DE SOUSA AGUILA, brasileiro, nascido em 02.04.1992, solteiro, empresário, CPF nº 987.553.402-10, RG nº 6436460 PC/PA residente e domiciliado na Avenida Beira Rio nº. 342, bairro centro, CEP: 68230-000 Almeirim/PA, acerca da instauração do INQUÉRITO CIVIL nº. 000516-152/2022 (Portaria nº. 006/2022-MPPA/PJALM - publicado no D.O.E. do dia 06/07/2022, sob o protocolo de publicação nº 824417), para apresentar resposta, no prazo de 20 (vinte dias), a contar da publicação deste ato.

Almeirim-PA, 07 de julho de 2022.

RAMON FURTADO SANTOS

Promotor de Justiça

Em Exercício na Promotoria de Justiça de Almeirim

Protocolo: 826174

EXTRATO DA PORTARIA Nº 28/2022-8ª PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotoria de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento nos arts. 8º, incisos II, III e IV, da Resolução 174 do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 31, II, da Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a Instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 003305-040/2022 que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Av. Maximino Porpino 1204, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3412-6100.

PORTARIA Nº 28/2022-8ª PJ AGRÁRIA

Polo Ativo: 8ª Promotoria Agrária da Região de Castanhal

Polo Passivo: Em Apuração

Assunto: A fim de acompanhar as discussões do Fórum Estadual de Combate aos Impactos do Uso de Agrotóxicos.

Ione Missae da Silva Nakamura, Promotora de Justiça

Protocolo: 826285

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 003/2022-MPPA/PJIIJMB

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio dos Promotores de Justiça desta Comarca infra firmada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III da CF/88, art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, art. 26, I da Lei nº 8.625/93 e art. 52, VI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006; torna pública a expedição da Recomendação Conjunta nº 003/2022-MPPA/PJIIJMB que se encontra à disposição para os interessados, nesta Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/n, esquina com Rodovia Transamazônica, Agrópolis do Incra, Bairro Amapá, CEP 68502-290, Marabá/PA - Telefone e Fax: (94) 3312-9900 - E-mail: mpmaraba@mppa.mp.br.

Referência: Procedimento Administrativo: 000372-950/2020

Recomendação Conjunta nº 003/2022-MPPA/PJIIJMB

Destinatários:

COORDENADOR DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL “CASA LAR”, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROTEÇÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DE MARABÁ

Assunto: Recomendação ministerial objetivando a adoção de providências para melhorias no Serviço Acolhimento Institucional “Casa Lar”, no Município de Marabá.

Marabá/PA, em 05.07.2022

ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN

Promotora de Justiça Titular

9.ª Promotoria de Justiça de Marabá

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça Titular

10.ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 826244

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA AVISO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Abaetetuba torna público que a Secretária municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 011, de 04 de fevereiro de 2021 RATIFICOU o processo de DISPENSA Nº 008/2022, cujo objeto é Locação de Imóvel, Localizado na TV. Santos Dumont, nº 63, Bairro Centro, Município de Abaetetuba, Destinado ao Funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - Cras Ribeirinho Urbano (Espaço de Apoio) e Assessuas - SEMAS em favor do Sr. Manoel Rosado dos Santos Barbosa, portador do CPF nº 047.249.172-53, pelo Valor Global de R\$ 29.301,12. Vigência de 12 (doze) meses. Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social, em 19 de maio de 2022. **Josiane da Costa Baia - Secretária Municipal de Assistência Social.**

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Dispensa nº 008/2022. Partes: Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Secretaria Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 12.282.048/0001-19. Origem: Dispensa nº 008/2022. Objeto: Locação de Imóvel, Localizado na TV. Santos Dumont, nº 63, Bairro Centro, Município de Abaetetuba, Destinado ao Funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social - Cras Ribeirinho Urbano (Espaço de Apoio) e Assessuas - SEMAS. Contrato em favor do Sr. Manoel Rosado dos Santos Barbosa, portador do CPF nº 047.249.172-53. Contrato nº 2022/197 Valor global: R\$ 29.301,12. Vigência de 12 (doze) meses de 10/06/2022 à 10/06/2023. Assinatura: 10 de Junho de 2022. **Josiane da Costa Baia - Secretária Municipal de Assistência Social.**

Protocolo: 826429

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ/PA EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CHAMADA PUBLICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2022-00021

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE NO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA. CONTRATADO: COOPERATIVA AGROP. DE AGRIC. FAM. DA COM. BOA ESP.-COOPABE CNPJ: 31.187.528/0001-45, VALOR TOTAL: TOTAL: R\$ 1.096.500,00 (Um Milhão, Noventa e Seis Mil, Quinhentos Reais), FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. Data de Ratificação: 06 de Julho de 2022. CARLA LUCIANA SEABRA PORTAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 20220545 ORIGEM: Dispensa De Licitação Nº 7/2022-00021-CHAMADA PUBLICA Contratante: Fundo Municipal De Educação Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE NO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA. Contratada: COOPERATIVA AGROP. DE AGRIC. FAM. DA COM. BOA ESP. - COOPABE CNPJ: 31.187.528/0001-45, Valor Total: R\$ 1.096.500,00 (Um Milhão, Noventa e Seis Mil, Quinhentos Reais) Vigência: 07 de Julho de 2022 a 31 de Dezembro de 2022 DATA DE ASSINATURA: 07 de Julho de 2022.

CARLA LUCIANA SEABRA PORTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a homologação do Pregão Eletrônico nº 010/2022, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, OBJETIVANDO ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL MUNICIPAL DE ACARÁ/PA. Vencedor: R. V. DA S. MARQUES EIRELI CNPJ: 06.105.627/0001-93 VALOR R\$ 1.671.000,00 (Um Milhão, Seiscentos e Setenta e Um Mil Reais).

MARIA SUELY RAMOS DOS SANTOS
Secretaria Municipal.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a homologação do Pregão Eletrônico nº 020/2022, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES OBJETIVANDO ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SE-

CRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA. Vencedores: HEIBER COMERCIO ELETRONICO LTDA CNPJ: 04.821.081/0001-41 VALOR R\$ 1.678,00 (Um Mil, Seiscentos e Setenta e Oito Reais), SANIGRAN LTDA CNPJ: 15.153.524/0001-90 VALOR R\$ 23.520,72 (Vinte e Tres Mil, Quinhentos e Vinte Reais, Setenta e Dois Centavos), LOCTRAD LOCAÇÃO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DA CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 22.154.828/0001-37 VALOR R\$ 5.880,00 (Cinco Mil, Oitocentos e Oitenta Reais), GESSICA ZARZEKA OLIVO-GRM MAQUINAS E LOCAÇÕES CNPJ: 97.541.831/0001-02 VALOR R\$ 22.748,60 (Vinte e Dois Mil, Setecentos e Quarenta e Oito Reais, Sessenta Centavos).

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a homologação do Pregão Eletrônico nº 023/2022, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ACARÁ/PA. Vencedores: NEO BRS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA CNPJ: 07.041.480/0001-88 VALOR R\$ 4.869.972,75 (Quatro Milhões, Oitocentos e Sessenta e Nove Mil, Novecentos Setenta e Dois Reais, Setenta e Cinco Centavos), NPE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 41.101.724/0001-09 VALOR R\$ 939.076,30 (Novecentos e Trinta e Nove Mil, Setenta e Seis Reais, Trinta Centavos).

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a homologação do Pregão Eletrônico nº 024/2022, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ACARÁ/PA. Vencedores: PARAFRIOS REFRIGERAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 11.489.784/0001-80 VALOR R\$ 708.260,00 (Setecentos e Oito Mil, Duzentos e Sessenta Reais), CARDOSO E AGUIAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 19.104.617/0001-85 VALOR R\$ 118.640,00 (Cento e Dezoito Mil, Seiscento e Quarenta Reais), L L DA SILVA EIRELI CNPJ: 26.415.706/0001-08 VALOR R\$ 399.433,00 (Trezentos e Noventa e Nove Mil, Quatrocentos e Trinta e Três Reais), R DO S SILVA PRESTES CNPJ: 40.293.178/0001-92 VALOR R\$ 1.733.179,41 (Um Milhão, Setecentos e Trinta e Três Mil, Cento e Setenta e Nove Reais, Quarenta e Um Centavos).

PEDRO PAULO GOUVEA DE MORAES
Prefeito Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a homologação do Pregão Eletrônico nº 025/2022, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ACARÁ/PA Vencedores: V S DA S BRITO EIRELI CNPJ: 26.863.315/0001-56 VALOR R\$ 524.000,00 (Quinhentos e Vinte e Quatro Mil Reais), L PINHEIRO DA SILVA EIRELI CNPJ: 28.355.705/0001-40 VALOR R\$ 663.600,00 (Seiscentos e Sessenta e Três Mil, Seiscentos Reais).

KALY CORREA BARBOSA MORAES
Secretaria Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a homologação do Pregão Eletrônico nº 026/2022, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ACARÁ/PA. Vencedor: NEO BRS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA CNPJ: 07.041.480/0001-88 VALOR R\$ 1.081.050,00 (Um Milhão, Oitenta Um Mil, Cinquenta Reais) e L PINHEIRO DA SILVA CNPJ: 28.355.705/0001-40 VALOR R\$ 1.352.450,00 (Um Milhão, Trezentos e Cinquenta e Dois Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais).

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2022

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a abertura do Pregão Eletrônico nº 036/2022, tipo menor preço, modo de disputa aberto, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DE ACARÁ/PA. A Sessão de recebimento de propostas, análise e julgamento será em 22 de Julho de 2022 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 980403, às 09:00hs. Edital e anexos: <https://acara.pa.gov.br/www.comprasgovernamentais.gov.br> UASG: 980403, Portal TCM/PA, Setor de Licitações: Travessa São José nº 120 Praça da Matriz, Sala das Licitações, horário 08:00hs às 13:00hs, cpl. pma2021@gmail.com.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 043/2022

A Prefeitura Municipal de Acará/PA torna público a abertura do Pregão Eletrônico nº 043/2022, tipo menor preço, modo de disputa aberto, para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE SOFTWARE DE GESTÃO TRIBUTÁRIA-FISCAL E SUPORTE TÉCNICO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ/PA. A Sessão de recebimento de propostas, análise e julgamento será em 22 de Julho de 2022 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br UASG: 980403, às 14:00hs. Edital e anexos: <https://acara.pa.gov.br/www.comprasgovernamentais.gov.br> UASG: 980403, Portal TCM/PA, Setor de Licitações: Travessa São José nº 120 Praça da Matriz, Sala das Licitações, horário 08:00hs às 13:00hs, cpl. pma2021@gmail.com.

Pedro Paulo Gouvea Moraes
Prefeito Municipal

Protocolo: 826432

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 02/2022

A Prefeitura Municipal de Bagre torna público que será realizada licitação na modalidade CONCORRENCIA, menor preço global, destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE CONCRETO COM PISO SEXTAVADO (BLOQUETE), MEIO FIO E DRENAGEM SUPERFICIAL, NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE BAGRE/PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no projeto básico constante neste edital e seus anexos. Data da sessão: 15/08/2022, às 9h, horário local, na sala de licitações. Edital disponível Junto ao site www.bagre.pa.gov.br ou no prédio da prefeitura, informação através do e-mail licitacao@bagre.pa.gov.br.

CLEBERSON FARIAS LOBATO RODRIGUES
Prefeito Municipal de Bagre

Protocolo: 826434

JOGOS que se situa Agrovila Presidente Kennedy, vicinal 16, no município de Brasil Novo, no Estado do Pará, conforme especificações constantes na planilha (Anexo I). Justifica-se a anulação em virtude de erro contido na planilha de quantitativos e custos estimado. O ato de anulação encontra-se disponível no Portal Transparência do Município de Brasil Novo (<https://brasilnovo.pa.gov.br>), e após voltar com suas funcionalidades normais será inserida no www.tcm.pa.gov.br (mural de licitações consultas).

WEDER MARKES CARNEIRO
Prefeito Municipal de Brasil Novo

Protocolo: 826442

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 3014/2022

Objeto: execução de obras/serviços de restauração asfáltica com recapeamento asfáltico em vias do município de Barcarena, Pa. Abertura: 11/08/2022 às 09:00h. O edital encontra-se disponível no departamento de licitações, em dia de expediente das 08:00 às 17:00h, no prédio da prefeitura, localizada na av. Cronge da Silveira, nº. 438 - altos - PC. Conego B. Campos, bairro Comercial, CEP: 68.445-000. O edital também poderá ser adquirido, gratuitamente, no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Barcarena no seguinte endereço/link: <https://barcarena.gov.br/cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2>, ou no portal do jurisdicionado do TCM/PA (sistema "Geo-Obras"). Demais informações no departamento de licitações, em dia de expediente das 08:00 às 17:00h, ou através do e-mail: licitacao.pmb@barcarena.pa.gov.br ou, ainda, pelo telefone: (91) 99393-6685. **Waldemar Cardoso Nery Júnior** - Presidente da CPL.

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: processo administrativo nº 077/2022/ processo licitatório concorrência nº.3-001/2022. Contrato nº.968/2022. Contratante: Prefeitura Municipal de Barcarena. Contratado: Norte do Brasil Operações de Terminais Ltda, Cnpj: 04.319.889/0001-25. Objeto: execução da seguinte obra: construção de contenção em gabião, passeio e meio-fio em parte da orla da praia da fazendinha, localizada na Beira-Mar, bairro Fazendinha, município de Barcarena, PA. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 270 dias consecutivos. Valor total: R\$ 2.152.608,44. Dotação orçamentária/fonte de recursos: 02; 0221; 15 451 0059 1.071; 4.4.90.51.00; 4.4.90.51.99; fonte: 150000000. Data de assinatura: 07/07/2022.

Protocolo: 826436

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO AVISO DE ANULAÇÃO - PE 007/2022-FMS

Considerando que aponta vícios no Termo de Referência do Edital, "cujos os quantitativos não vão atender seu fim, e itens cujo quantitativos não estão condizentes com a realidade, e as descrições encontram-se imprecisas podendo gerar conflitos no momento dos julgamentos da proposta e aquisição, DECIDO: I - ANULAR nos termos do art. 49, §1 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93; II - Proceder a realização de nova licitação com o objeto.

ELYSSEON LEONARDE KLOSS
Secretário Municipal de Saúde

Protocolo: 826441

ESTADO DO PARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022-TP

O MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO/PA representado pelo Prefeito Sr. WEDER MARKES CARNEIRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a Anulação da Tomada de Preços nº 006/2022-TP, cujo objeto é Seleção e contratação de empresas com o objetivo de prestar serviços na "CONSTRUÇÃO DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA PARA QUADRA DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO

AO REGISTRO DE PREÇO ARP Nº 001/2022

Originária do Pregão Presencial Nº 9-011/2022 da Prefeitura Municipal de Barcarena. Objeto: Registro de Preços Para Eventual contratação de Empresa Especializada Na Prestação de Serviços de Locação, Montagem E desmontagem de Estruturas de Palco, Camarim, Camarotes, Tendões, Sonorização, Iluminação, Telão de Led, Banheiros Químicos, Alumínio Para Backdrop E Geradores. Contratada: J. d. Produções E Eventos Ltda - Me, CNPJ Nº 34.455.997/0001-96. **Ordenador: Victor Correa Cassiano, Prefeito Municipal de Cametá.**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 027/2022-PMC/REPÚBLICAÇÃO. Objeto: Registro de Preço Para Futura E Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis E Não Perecíveis, Para Atender As Necessidades da Prefeitura Municipal de Cametá E demais Secretarias Vinculadas, conforme especificações e definições mínimas constantes no Termo de Referência, Anexo I. O edital completo está à disposição dos interessados nos sites www.prefeituradecameta.pa.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br; mural de licitações do site do TCM/PA: www.tcm.pa.gov.br. Abertura: 21 de julho de 2022 às 09h00min (horário de Brasília). Informações: pregaoeletronico-pmc@gmail.com. **Victor Correa Cassiano - Prefeito.**

EXTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.Ad.008/2022-PMC

Contratante: Prefeitura Municipal de Cametá, CNPJ Nº05.105.283/0001-50. **Contratada:** J. d. Produções E Eventos Ltda - Me, Cnpj Nº34.455.997/0001-96. Objeto: Registro de Preços Para Eventual Contratação de Empresa Especializada Na Prestação de Serviços de Locação, Montagem E desmontagem de Estruturas de Palco, Camarim, Camarotes, Tendões, Sonorização, Iluminação, Telão de Led, Banheiros Químicos, Alumínio Para Backdrop E Geradores. Valor Total R\$ 1.115.048,00. Vigência: 07/07/2022 a 07/07/2023. **Ordenador: Victor Correa Cassiano, Prefeito Municipal de Cametá.**

Protocolo: 826444

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA AVISO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 026-2022. INEX. Nº 6/2022-026. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para executar serviços de consultas especializadas em Urologia, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capanema/PA. Contratada: Renan Domingues Gavião de Carvalho, CNPJ Nº 35.488.179/0001-52. Fundamento Legal: Art. 25, inciso II c/c com art. 13, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. Vigência: 12 (doze) meses. Valor Global: R\$ 120.000,00. Ratificação em: 13/06/2022. **Francisco Ferreira Freitas Neto, Prefeito Municipal.**

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 07070001-2022. Origem: Pregão Eletrônico nº 014/2022 - Pmc. Contratante: Prefeitura Municipal de Capanema/Pará. Contratada: Polymedh Eireli - Epp CNPJ: 63.848.345/0001-10. Objeto: Registro de Preços Para Eventual E Futura Aquisição de Impressora Com Tecnologia Foto Termográfico (Laser Seco) Para Impressão de Exames de Radiografia e Mamografia, Bem Como Seus Insumos (Filmes), Visando atender as ne-

cessidades da Secretaria de Saúde do Município de Capanema/Pa. Valor Global: R\$ 154.920,00 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte reais). Vigência: por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 07/07/2022. **Ordenador: Francisco Ferreira Freitas Neto.**

CONTRATO Nº 0707002-2022

Origem: Pregão Eletrônico nº 014/2022 - Pmc. Contratante: Prefeitura Municipal de Capanema/Pará. Contratada: Paramed distribuidora de Medicamentos Ltda CNPJ: 16.647.278/0001-95. Objeto: Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Impressora Com Tecnologia Foto Termográfico (Laser Seco) Para Impressão de Exames de Radiografia e Mamografia, Bem Como Seus Insumos (Filmes), Visando atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Capanema/Pa. Valor Global: R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais). Vigência: por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 07/07/2022. **Ordenador: Francisco Ferreira Freitas Neto.**

CONTRATO Nº 0707003-2022

Origem: Pregão Eletrônico nº 014/2022 - Pmc. Contratante: Prefeitura Municipal de Capanema/Pará. Contratada: Imagem Comercio e Servicos Eireli CNPJ: 07.377.150/0001-68. Objeto: Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Impressora Com Tecnologia Foto Termográfico (Laser Seco) Para Impressão de Exames de Radiografia e Mamografia, Bem Como Seus Insumos (Filmes), Visando Atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Capanema/Pa. Valor Global: R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais). Vigência: por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da Assinatura: 07/07/2022. **Ordenador: Francisco Ferreira Freitas Neto.**

INEXIGIBILIDADE Nº 026-2022

Contrato nº 2406001-2022. INX. nº 6/2022-026. Contratante: Município de Capanema/Prefeitura Municipal. Contratado: Renan Domingues Gavião de Carvalho com CNPJ nº 35.488.179/0001-52. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para executar serviços de consultas especializadas em Urologia, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capanema/Pa. Fundamento Legal: Art. 25, inciso II, C/C com Art. 13, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Vigência: 12 (doze) meses. Valor Global: R\$120.000,00. Data de Assinatura: 24/06/2022.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇO.

Registro de Preço nº 014/2022, Vinculada ao Pe nº 014/2022-Pmc-Srp. Objeto: Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Impressora Com Tecnologia Foto Termográfico (Laser Seco) Para Impressão de Exames de Radiografia e Mamografia, Bem Como Seus Insumos (Filmes), Visando atender as Necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Capanema/Pa. Vencedores: AImagem Com. e Serv. Ltda Me, CNPJ 07.377.150/0001-68, com valor unitário: Item-Valor: 02-R\$ 315,00; 03-R\$ 470,00. Paramed distribuidora de Medicamentos Ltda, CNPJ 16.647.278/0001-95, com valor unitário: Item-Valor: 04-R\$ 575,00. Polymedh. Eireli, CNPJ 63.848.345/0001-10, com valor unitário: Item-Valor: 01-R\$ 14.240,00; 05-R\$ 561,00. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Em 06/07/2022. **Laise Martins Leal - Pregoeira.**

Protocolo: 826445**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CURIONÓPOLIS****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20220258**

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022-PMC-CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-CONTRATADA: L M SILVA EIRELI-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COM PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS-VALOR TOTAL: R\$69.001,34 (SESSENTA E NOVE MIL, UM REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)-VIGÊNCIA: 04 DE JULHO DE 2022 A 04 DE JULHO DE 2023-DATA DA ASSINATURA: 04 DE JULHO DE 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20220259

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022-PMC-CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-CONTRATADA: CHTT BRASIL EIRELI-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COM PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS-VALOR TOTAL: R\$34.920,00 (TRINTA E QUATRO MIL, NOVECIENTOS E VINTE REAIS)-VIGÊNCIA: 04 DE JULHO DE 2022 A 04 DE JULHO DE 2023-DATA DA ASSINATURA: 04 DE JULHO DE 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20220260

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022-PMC-CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-CONTRATADA: GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COM PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS-VALOR TOTAL: R\$2.159,88 (DOIS MIL, CENTO E CINQUENTA E NOVE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)-VIGÊNCIA: 04 DE JULHO DE 2022 A 04 DE JULHO DE 2023-DATA DA ASSINATURA: 04 DE JULHO DE 2022.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20220261

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022-PMC-CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-CONTRATADA: I DE ALMEIDA B. DIAS LTDA-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, COM PARTICIPAÇÃO DE ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS-VALOR TOTAL: R\$ 254.967,33 (DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, NOVECIENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)-VIGÊNCIA: 04 DE JULHO DE 2022 A 04 DE JULHO DE 2023-DATA DA ASSINATURA: 04 DE JULHO DE 2022.

Protocolo: 826283**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 2º termo aditivo de prazo de 06 (seis) meses a partir de 01/07/2022, ao contrato nº 20210343, oriundo da Tomada de Preço nº 2/2021-04-PMGP. **Francisco David Leite Rocha, Prefeito Municipal.**

Protocolo: 826447**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI****PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI/PA AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 016/2022**

Pregão Eletrônico; Sistema Registro de Preços; do tipo menor preço, por item. Objeto: O presente tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COMO ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICO, APARELHO MULTIMÍDIA E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI/SECRETARIAS MUNICIPAIS. Sessão pública: 21/07/2022, às 10h, horário de Brasília. Plataforma de realização www.portaldecompraspublicas.com.br Editais disponíveis no www.portaldecompraspublicas.com.br e no mural de licitações do TCM/PA.

Luziara do Socorro Cunha Cota-Pregoeira Municipal
Roberto Pina Oliveira-Prefeito Municipal

Protocolo: 826449**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUNDÁ****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2022-027-PE**

Abertura dia 21/07/2022, às 09:00 horas, no site:www.portaldecompraspublicas.com.br, tipo Menor Preço por item, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSUMOS E EQUIPAMENTO PARA FOMENTO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA AOS AGRICULTORES ADRIDOS AO PROGRAMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS CONFORME CONVENIO 012/2022 - SEDAP, NO MUNICÍPIO DE JACUNDA. O edital encontra-se a disposição na CPL no horário de 8:00hs às 12:00 horas, e no site <http://jacunda.pa.gov.br/portal-da-transparencia>.

ITONIR APARECIDO TAVARES-Chefe do Poder Executivo**Protocolo: 826450****PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU****PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 0205029/2022. Origem Dispensa nº 020/2022. Partes: Fundo Municipal de Educação Básica - FUNDEB, CNPJ nº 30.859.708/0001-63 e Nildo Costa Pinheiro, CPF nº 453.467.552-68. Objeto: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jaciro Cardoso Pastana, rio Anajás no polo Martinho Pinheiro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Limoeiro do Ajuru/Pa. Valor Total R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais). Vigência: 01/05/2022 a 30/04/2023. Data da Assinatura: 02/05/2022. Fiscal de Contrato: Abraão Aguiar Magno, CPF: 683.172.122-20. **Ordenadora de Despesa: Raelma Santana Pinheiro - Secretária Municipal de Educação.**

Protocolo: 826452

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14.169/2022-PM

Modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 041/2022-CEL/SEVOP/PM - Tipo Menor Preço Por Item. Data da Sessão: 27/Julho/2022 - 09h (horário local). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PROJETO "QUALIFICANDO E EMPREENDENDO" DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO E RENDA VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - SEASPAC. Recursos: Erário Municipal. Integra do Edital e Informações: Sala da CEL/SEVOP/PM - Prédio da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas - SEVOP, Rod. BR 230 - Km 5,5 - Bairro Nova Marabá, Marabá, Pará, das 08h às 12h e das 14h às 18h, ou pelo e-mail: sevop.licitacao@maraba.pa.gov.br, ou no portal do TCM/PA, ou pelo Portal da Transparência/Marabá.

Franklin Carneiro da Silva - Presidente da CEL/SEVOP/PM.

Protocolo: 826454

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS EXTRATO AO CONTRATO Nº 325/2022/SEVOP

Processo Administrativo nº 29.524/2021-CEL/SEVOP/PM, autuado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 086/2021-CEL/PM, que gerou a Ata de Registro de Preços Nº 021/2022-CEL/SEVOP/PM, objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEVOP, Empresa: MV COM. DE PEÇAS PARA AUTO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.712.240/0001-68; valor R\$ 144.376,83 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos), Assinatura 23/06/2022; Vigência: 31/12/2022. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

EXTRATO AO CONTRATO Nº 359/2022/SEVOP

Processo Administrativo nº 26.953/2021-CEL/SEVOP/PM, autuado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 072/2021-CEL/PM, que gerou a Ata de Registro de Preços Nº 012/2022-CEL/SEVOP/PM, objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA INDIVIDUAL - EPIM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEVOP-PM, Empresa: KELFONTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO EIREI, CNPJ: 32.371.749/0001-31; valor R\$ 88.499,00 (oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais), Assinatura 05/07/2022; Vigência: 31/12/2022. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

EXTRATO AO CONTRATO Nº 361/2022/SEVOP

Processo Administrativo nº 27.463/2021-CEL/SEVOP/PM, autuado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 076/2021-CEL/PM, que gerou a Ata de Registro de Preços Nº 019/2022-CEL/SEVOP/PM, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEVOP, Empresa: KELFONTE INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO EIREI, CNPJ: 32.371.749/0001-31; valor R\$ 514.139,55 (quinhentos e quatorze mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), Assinatura 01/07/2022; Vigência: 31/12/2022. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

Protocolo: 826470

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ - SSAM EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2022-CEL/SSAM/PM PROCESSO Nº 11.540/2022-PM

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 040/2022-CEL/SEVOP/PM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2022-CEL/SSAM/PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS, DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE MARABÁ-PA-SSAM. Empresa: R MOTOS LIMITADA, CNPJ Nº 01.219.219/0001-49. Com Valor Global de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais). Vigência da Presente Ata: 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada. **Marabá-PA, 07 de julho de 2022. Múcio Eder Andalécio - Diretor Presidente.**

Protocolo: 826471

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Marabá, através da Comissão Especial de Licitação/SEVOP, avisa que a CONCORRÊNCIA (SRP) Nº 013/2022-CEL/SEVOP/PM, PROCESSO Nº 12.027/2022-PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MONTAGEM DE SUBESTAÇÕES EM POSTES COM TRANSFORMADORES MONOFÁSICOS DE 15 E 25 KVA, PARA AS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, que estava com sessão agendada para o dia 11/07/2022 - 9h, diante de pedido de esclarecimento, foi SUSPENSO por tempo indeterminado em virtude da necessidade de revisão e correção da planilha orçamentária. **Franklin Carneiro da Silva - Presidente da CEL.**

Protocolo: 826472

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-SEASP EXTRATO AO CONTRATO Nº 331/2022/SEASPAC

Processo Administrativo nº 1.149/2022-PM, autuado na modalidade Pregão Eletrônico (SRP) Nº 002/2022-CPL/PM, que gerou a Ata de Registro de Preços nº 152/2022-CPL, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER AOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SE-ASPAC. Empresa: BELICHE EIRELI, CNPJ Nº 12.463.041/0001-01, Valor: R\$ 20.601,00 (vinte mil, seiscentos e um reais), Assinatura 05/07/2022. Vigência: 31/12/2022. **Nadjalúcia Oliveira Lima, Secretária Municipal de Assistência Social.**

Protocolo: 826466

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS EXTRATO AO CONTRATO Nº 318/2022/SEVOP

Processo Administrativo nº 8.230/2022-PM, autuado na modalidade CONVITE Nº 001/2022-CEL/SEVOP/PM, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE TRÊS PARADAS EM CONCRETO PARA ONIBUS E UMA PARADA METÁLICA PARA MOTOTÁXI, Empresa: PRS CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ Nº: 27.957.808/0001-18; Valor R\$ 150.532,40 (cento e cinquenta mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta centavos), Assinatura 28/06/2022 Vigência: 28/04/2023. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

Protocolo: 826467

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO AO CONTRATO Nº 363/2022-SEMA

Processo Administrativo nº 14.176/2022-PM, autuado na modalidade ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2022-PM, proveniente do Processo Administrativo Nº 23.263/2021 autuado na modalidade Pregão Presencial (SRP) Nº 059/2021-CEL, que gerou a Ata de Registro de Preço Nº 099/2021-CEL/SEVOP/PM, objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E GENEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEMADE UNIDADES VINCULADAS; Empresa: JR. COM E REPRES. COMERCIAIS - EIRELI, CNPJ Nº 31.552.803/0001-82, Assinatura 06/07/2022, Vigência: 31/12/2022. **José Nilton de Medeiros, Secretário de administração.**

Protocolo: 826468

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 105/2021-SEMED/PM

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA PONTE ALTA EIRELI - ME, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12.959/2021 - PM, CONCORRÊNCIA Nº 008/2021 - CEL/SEVOP/PM. Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a inclusão de nova dotação orçamentária ao CONTRATO Nº 105/2021 - SEMED/PM, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CIDADE JARDIM, LOCALIZADA NA AVENIDA DOS BURITIS, QD 110, LOTES 1 E 4, BAIRRO CIDADE JARDIM, MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, que será alocado sob a seguinte rubrica orçamentária: 12.365.0010.1.004 - Reforma Ampliação e Adaptação - UE - ZONA URBANA FUNDAMENTAL. 15421070 - Transf. do FUNDEB 70% - Comple. União VAAT. E que por este instrumento terá seus efeitos e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado e da União. Da ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato. Assinatura: 05/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 008/2022-SEMED/PM

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA FORMENTINI E MOTA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA LTDA, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19.359/2021-PM, TOMADA DE PREÇOS Nº 046/2021-CEL/SEVOP/PM. Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a inclusão de nova dotação orçamentária ao CONTRATO Nº 008/2022 - SEMED/PM, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF PINGO DE GENTE, LOCALIZADA NA VILA JATOBÁ, PA FELICIDADE, NA VICINAL CAPOEIRAS/PATAUÁ, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, que será alocado sob a seguinte rubrica orçamentária: 12.361.0010.1.008 - Reforma Ampliação e Adaptação - UE - ZONA RURAL FUNDAMENTAL/INFANTIL. 15420000 - Transf. do FUNDEB 70% - Comple. União VAAT. E que por este instrumento terá seus efeitos e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado e da União. Da ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato. Assinatura: 05/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 046/2022-SEMED/PM

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA AGUIAR E RIBEIRO CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26.015/2021-PM, TOMADA DE PREÇOS Nº 059/2021-CEL/SEVOP/PM. Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a inclusão de nova dotação orçamentária ao CONTRATO Nº 046/2022 - SEMED/PM, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO B, NEI QUÉZIA DA SILVA, VILA SORORÓ, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO

DE MARABÁ/PA, que será alocado sob a seguinte rubrica orçamentária: 12.361.0010.1.008 - Reforma Ampliação e Adaptação - UE - ZONA RURAL FUNDAMENTAL/INFANTIL. 15420000 - Transf. do FUNDEB 70% - Comple. União VAAT. E que por este instrumento terá seus efeitos e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado e da União. Da ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato. Assinatura: 05/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
AO CONTRATO Nº 072/2022-SEMED/PM**

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA MRM JUNQUEIRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17.253/2021-PM, TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2021-CEL/SEVOP/PM. Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a inclusão de nova dotação orçamentária ao CONTRATO Nº 072/2022 - SEMED/PM, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DA EMEF IRMÃ THEODORA, LOCALIZADA NA AVENIDA PARAÍSO, Nº 1300, BAIRRO INDEPENDÊNCIA, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, que será alocado sob a seguinte rubrica orçamentária: 12.365.0010.1.004 - Reforma Ampliação e Adaptação - UE - ZONA URBANA FUNDAMENTAL. 15421070 - Transf. do FUNDEB 70% - Comple. União VAAT. E que por este instrumento terá seus efeitos e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado e da União. Da ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato. Assinatura: 05/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
AO CONTRATO Nº 079/2022-SEMED/PM**

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA CCL CLARA CONSTRUTORA LTDA EPP, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23.095/2021-PM, TOMADA DE PREÇOS Nº 057/2021-CEL/SEVOP/PM. Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a inclusão de nova dotação orçamentária ao CONTRATO Nº 079/2022 - SEMED/PM, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO AUTISTA, NO BAIRRO NOVO HORIZONTE, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, que será alocado sob a seguinte rubrica orçamentária: 12.365.0010.1.004 - Reforma Ampliação e Adaptação - UE - ZONA URBANA FUNDAMENTAL. 15421070 - Transf. do FUNDEB 70% - Comple. União VAAT. E que por este instrumento terá seus efeitos e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado e da União. Da ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato. Assinatura: 05/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
AO CONTRATO Nº 089/2022-SEMED/PM**

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA PRS CONSTRUTORA EIRELI - EPP, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29.974/2021-PM, TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022-CEL/SEVOP/PM. Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a inclusão de nova dotação orçamentária ao CONTRATO Nº 089/2022 - SEMED/PM, referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF CASTRO ALVES, NA VILA SÃO PEDRO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, que será alocado sob a seguinte rubrica orçamentária: 12.361.0010.1.008 - Reforma Ampliação e Adaptação - UE - ZONA RURAL FUNDAMENTAL/INFANTIL. 15420000 - Transf. do FUNDEB 70% - Comple. União VAAT. E. E que por este instrumento terá seus efeitos e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado e da União. Da ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato. Assinatura: 05/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

Protocolo: 826455

REAVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 063/2022-CPL/PM

PROCESSO Nº 11.476/2022-PM, Tipo: Menor Preço por Item/Lote. Modo de Disputa: ABERTO/FECHADO. Data do certame: 25/07/2022. Horário: 09:00 (horário de Brasília-DF). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE IMPRESSORAS E RECARGAS DE TONERS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - SEASPAC E OS PROGRAMAS E PROJETOS VINCULADOS. UASG: 927877. Íntegra do Edital no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, Informações: Sala da CPL/PM - edifício Ernesto Frota, situada na Avenida VP 08, Folha 26, Quadra 07, Lote 04-subsolo, Bairro: Nova Marabá, CEP: 68.509-060, Marabá, Pará. Telefone: (94) 3322-1646, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min ou pelo e-mail: licitacao@maraba.pa.gov.br. Marabá (PA), 07/07/2022. **ANTONIA BARROSO MOTA GOMES - Pregoeira CPL/PM. Portaria nº 831/2022-GP.**

Protocolo: 826456

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO SRP ELETRÔNICO Nº 054-2022-CPL/PM

Processo Licitatório nº 10.186/2022-PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOTIJÃO DE GÁS-GLP 13 KG (COMPLETO), RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO DE 13 E 45 KG E ÁGUA MINERAL NATURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS. UASG: 927495. Onde sagraram-se vencedores as empresas: R A MACHADO RESTAURANTE LTDA inscrita no CNPJ sob nº 14.457.939/0001-94, vencedora do Item: 04 perfazendo o valor total de R\$ 86.135,00 (Oitenta e seis

mil, cento e trinta e cinco reais), MASH REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 35.334.877/0001-01, vencedora dos Itens: 02 e 03 perfazendo o valor total de R\$ 213.350,00 (Duzentos e treze mil, trezentos e cinquenta reais), R.B.C. COMERCIO ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 36.557.168/0001-40, vencedora do Item: 01 perfazendo o valor total de R\$ 52.668,75 (Cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), pelo que HOMOLOGO o resultado. Marabá 06/07/2022 - **Luciano Lopes Dias - Secretaria Municipal de Saúde - SMS - Portaria nº 307/2022-GP.**

Protocolo: 826457

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 382/2022-FMS/PM

Processo Administrativo nº 15.070/2022-PM, autuado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2021-CPL/PM. Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente instrumento contratual a aquisição de fórmula para alimentação enteral ou oral para atendimento do Fundo Municipal de Saúde de Marabá.: LAVIE HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 37.626.154/0001-01, Valor: R\$ 105.230,59 (cento e cinco mil duzentos e trinta e cinquenta e nove centavos). Dotação orçamentária: As despesas com o pagamento do objeto serão pagas com recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde/PA, oriundos do Erário Municipal e/ou Federal, com uso das Dotações Orçamentárias: 10 302 0012 2.055 Atenção Média e Alta Complexidade - MAC/SIH, Elemento de despesas: 3.3.90.30.00 Material de consumo. DATA DA ASSINATURA 06 de julho de 2022. **LUCIANO LOPES DIAS - Secretário Municipal de Saúde de Marabá /PA.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 381/2022-FMS/PM

Processo Administrativo nº 7.127/2022-PM, autuado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022-CPL/PM. Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente instrumento contratual Aquisição de instrumentais cirúrgicos para intervenções buco maxilo facial realizadas no Hospital Municipal de Marabá - HMM. Empresa: FATO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE INSTRUMENTOS, inscrita no CNPJ sob nº 26.043.097/0001-03, Valor: R\$ 3.196,78 (TRÊS MIL, CENTO, NOVENTA, SEIS REAIS, SETENTA E OITO CENTAVOS). Dotação orçamentária: As despesas com o pagamento do objeto serão pagas com recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, oriundos do Erário Municipal e/ou Federal, com uso das Dotações 10 302 0012 2.055 Atenção Média e Alta Complexidade - MAC/SIH. Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 Material de consumo. DATA DA ASSINATURA 06 de julho de 2022. **LUCIANO LOPES DIAS - Secretário Municipal de Saúde de Marabá /PA.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 384/2022-FMS/PM

Processo Administrativo nº 3.370/2022-PM, autuado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022-CPL/PM. Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente instrumento contratual a aquisição de materiais para laboratório para atender o Fundo Municipal de Saúde e demais Unidades Vinculadas.: LUIZ TADEO DAMASCHI, inscrita no CNPJ sob nº 01.424.128/0001-45, Valor: R\$ 900,00 (NOVECIENTOS REAIS). Dotação orçamentária: As despesas com o pagamento do objeto serão pagas com recursos financeiros da Secretaria Municipal de Saúde, oriundos do Erário Municipal e/ou Federal, com uso das Dotações 10 302 0012 2.055. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de consumo. DATA DA ASSINATURA 06 de julho de 2022. **LUCIANO LOPES DIAS - Secretário Municipal de Saúde de Marabá /PA.**

Protocolo: 826458

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO

AO CONTRATO Nº 029/2021-SEMED/PM

Processo Licitatório nº. 12.991/2020 - PM, Tomada de Preços nº 050/2020-CEL/SEVOP/PM. Objeto do contrato original: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE APOIO ESPECIALIZADO PARA DEFICIENTE VISUAL E AUDITIVO, LOCALIZADO NA AGRÓPOLIS DO INCRA, BAIRRO AMAPÁ, MUNICÍPIO DE MARABÁ - PA. Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência do contrato original nº 029/2021 - SEMED/PM, por mais 04 (quatro) meses, ficando vigente até 09/11/2022; Aditivar o quantitativo do contrato, em aproximadamente 8,383496%, correspondente a R\$ 97.889,34 (noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos); Adicionar novos itens qualitativos em aproximadamente 6,36199%, correspondente a R\$ 74.285,39 (setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e trinta e nove centavos); Suprimir itens da planilha do referido contrato em aproximadamente 0,61818%, correspondente a R\$ 7.218,13 (sete mil, duzentos e dezoito reais e treze centavos); Totalizando o valor do aditivo em R\$ 164.956,60 (cento e sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), que corresponde a aproximadamente 14,12731% do valor do contrato; Perfazendo o valor total acumulado do contrato em R\$ 1.332.600,04 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, seiscentos reais e quatro centavos). Contratada: PRS CONSTRUTORA EIRELI - EPP. CNPJ: 27.957.808/0001-18. Assinatura: 07/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

Protocolo: 826459

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022-SEMED/PM

Processo Licitatório nº 15.323/2021-PM - PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 049/2021-CEL/SEVOP/PM. DO OBJETO: registro de preços para aquisição de equipamentos, destinados a suprir as demandas da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e das unidades vinculadas. DA CAUSA: o não cumprimento ou o cumprimento irregular das Cláusulas contratuais e o atraso injustificado na entrega dos bens contratados. Contratada R M COSTA SERVIÇOS E LOCAÇÃO EIRELI. CNPJ: 33.952.554/0001-48. Data: 07/07/2022. **Marilza de Oliveira Leite - Secretária Municipal de Educação.**

Protocolo: 826465

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO SRP ELETRÔNICO nº 043-2022-CPL/PM**

Processo Licitatório nº 7.226/2022-PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS UNIDADES VINCULADAS. UASG: 927495. Onde sagraram-se vencedoras as empresas: AGNOS TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 05.843.389/0001-50, vencedora dos Itens: 60, 61 e 62 perfazendo o valor total de R\$ 99.270,00 (Noventa e nove mil, duzentos e setenta reais), CRS - COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 06.029.507/0001-54, vencedora dos Itens: 11, 13, 17, 19, 23, 28, 35, 39, 46, 49 e 66 perfazendo o valor total de R\$ 76.793,00 (Setenta e seis mil, setecentos e noventa e três reais), PONTO INFO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 08.255.726/0001-87, vencedora dos Itens: 01, 02, 03, 25, 33, 41 e 59 perfazendo o valor total de R\$ 257.850,00 (Duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta reais), OFFICE DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 11.094.173/0001-32, vencedora do Item: 40 perfazendo o valor total de R\$ 3.720,00 (Três mil e setecentos e vinte reais), SILVA & OLIVEIRA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 18.938.547/0001-06, vencedora dos Itens: 10, 14, 16, 18, 20, 21, 22, 24, 26, 27, 37, 38, 47, 48, 50 e 58 perfazendo o valor total de R\$ 99.384,70 (Noventa e nove mil, trezentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos), DIDAQUE EMPREENDIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 26.854.929/0001-71, vencedora do Item: 15 perfazendo o valor total de R\$ 17.400,00 (Dezesseite mil e quatrocentos reais), MV ELETRONICOS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 27.895.281/0001-44, vencedora do Item: 30 perfazendo o valor total de R\$ 39.780,00 (Trinta e nove mil, setecentos e oitenta reais), JR COMERCIO E SERVICOS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 31.911.796/0001-68, vencedora dos Itens: 29, 31, 32, 51 e 52 perfazendo o valor total de R\$ 210.998,60 (Duzentos e dez mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), JEB COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 33.486.276/0001-80, vencedora dos Itens: 07, 08, 55 e 56 perfazendo o valor total de R\$ 270.814,20 (Duzentos e setenta mil, oitocentos e quatorze reais e vinte centavos), LICICOM COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 33.671.275/0001-06, vencedora dos Itens: 04, 12, 34, 44, 45 e 57 perfazendo o valor total de R\$ 114.550,00 (Cento e quatorze mil, quinhentos e cinquenta reais), BZ COMERCIO E SERVICOS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 41.278.336/0001-06, vencedora dos Itens: 09, 42 e 43 perfazendo o valor total de R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais), COMERCIAL FLEX EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 41.819.055/0001-05, vencedora dos Itens: 05, 06, 53, 54 e 65 perfazendo o valor total de R\$ 185.241,60 (Cento e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), CH3 COMERCIO E NEGOCIOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 43.684.445/0001-40, vencedora do Item: 64 perfazendo o valor total de R\$ 18.900,00 (Dezoito mil e novecentos reais), REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 65.149.197/0002-51, vencedora dos Itens: 63 perfazendo o valor total de R\$ 59.777,00 (Cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais), pelo que HOMOLOGO o resultado. **Marabá 07/07/2022 - Luciano Lopes Dias - Secretária Municipal de Saúde - SMS - Portaria nº 307/2022-GP.**

Protocolo: 826474

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO SRP ELETRÔNICO nº 056-2022-CPL/PM**

Processo Licitatório nº 10.339/2022-PM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - SEASPAC E OS PROGRAMAS E PROJETOS VINCULADOS A ESTA SECRETARIA. UASG: 927877. Onde sagraram-se vencedoras as empresas: ASTRAL SAUDE AMBIENTAL LTDA inscrita no CNPJ sob nº 18.274.814/0001-80, vencedora dos Itens: 01 e 03 perfazendo o valor total de R\$ 18.900,00 (Dezoito mil novecentos reais), DET MAX SERVICOS AMBIENTAIS E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 30.799.967/0001-46, vencedora do Item: 02 perfazendo o valor total de R\$ 19.900,00 (Dezenove mil e novecentos reais), pelo que HOMOLOGO o resultado. **Marabá 08/07/2022 - Nadjalucia Oliveira Lima - Secretária Municipal de Assistência Social- SEASPAC - Portaria nº 224/2017-GP.**

Protocolo: 826475

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2021/SEMAP
Processo Administrativo nº 18.320/2020-PM, autuado na modalidade INEXIGIBILIDADE Nº 014/2020 - CEL/SEVOP/PM, objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MEIDANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, AOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS, CONTRATADOS, SERVIDORES REQUISITADOS/CEDIDOS, PENSIONISTAS E DEPENDENTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, EMPRESA: FEDERAÇÃO DAS UNIMEDS DA AMAZÔNIA - FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO DO ACRE, AMAPÁ, AMAZONAS, PARÁ, RONDONIA E RORAIMA - FAMA, inscrita no CNPJ nº 84.112.481/0001-17; Vigência: 15/06/2023. **JOSÉ NILTON DE MEDEIROS, Secretário de Administração.**

Protocolo: 826476

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 266/2021/SEASP
Processo Administrativo nº 10.156/2021-PM, autuado na modalidade Dispensa de licitação, objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS. Locador: Sr. (a) Aflanio Gomes de Souza, inscrita no CPF nº 337.444.676-00; Valor R\$ 68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais), Assinatura: 20/05/2022 Vigência: 08/06/2023. **Nadjalucia Oliveira Lima, Secretária Municipal de Assistência Social.**

Protocolo: 826477

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**
EXTRATO AO CONTRATO Nº 366/2022/SEVOP

Processo Administrativo nº 7.123/2022-PM, autuado na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2022-CEL/SEVOP/PM, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM NA RUA ORLANDO SOLINO E AVENIDA 31 DE MARÇO NO BAIRRO LIBERDADE, NÚCLEO CIDADE NOVA, MUNICÍPIO DE MARABÁ, Empresa: CONSTRUTORA VLM LTDA, CNPJ Nº: 09.269.899/0001-17; Valor R\$ 519.417,26 (quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e seis centavos), Assinatura 07/07/2022 Vigência: 07/05/2023. **Fábio Cardoso Moreira, Secretário de Obras.**

Protocolo: 826478

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MARAPANIM**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 08/2022**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, LIMPEZA DE DUTOS E OPERAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS. SESSÃO PÚBLICA: 21/07/2022 às 10:00h, horário de Brasília. Edital disponível em: www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações e-mail: cplmarapanim2021@gmail.com.

RAIMUNDO NONATO SOARES MARTINS
Pregoeiro

Protocolo: 826480

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MOJÚ DOS CAMPOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJÚ DOS CAMPOS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2022-SEMGA**

Objeto: Contratação de Empresa Para Manutenção Preventiva e Corretiva, Com Fornecimento de Peças e Acessórios e Serviços de Lavagem e Lubrificação dos Veículos Leves e Utilitários e Maquinários Pertencentes a Frota de Veículos SEMGA E SEMINF. Disponibilidade do Edital 11/07/2022 no endereço www.mojuidoscamos.pa.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Início da entrega de propostas: 11/07/2022. Abertura das propostas: 21/07/2022 às 9h30min no site www.portaldecompraspublicas.com.br. **Brian Lima dos Santos - Pregoeiro Municipal/Decreto 008/2021.**

Protocolo: 826481

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVO PROGRESSO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 19/2022-SRP**

Objeto: Registro de Preços Para Contratação de Empresa Para Locação de Um Caminhão Guindaste Articulado Hidráulico Veicular com Cesto Aéreo (Incluso Operador/Motorista), para ser utilizado nas ações de poda de árvores e serviços de manutenção na Iluminação Pública, e atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Novo Progresso/Pa. Tipo: Menor preço por item. Data da Abertura: 25/07/2022 às 07h30min. Local: O pregão eletrônico será realizado através do Sistema eletrônico do BNC - Bolsa Nacional de Compras, no site www.bnccompras.com. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico acima. **Scheila Luiza Lavall - Pregoeira.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022-SRP

Objeto: Registro de Preços Para Aquisição de Vasilhames P13 E Recargas de Gás Glp, Para Atender aAs Secretarias E Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Novo Progresso/Pa.Tipo: Menor preço por item. Data da Abertura: 25/07/2022 às 10h00min. Local: O pregão eletrônico será realizado através do Sistema eletrônico do BNC - Bolsa Nacional de Compras, no site www.bnccompras.com. O Edital e seus anexos encontram se disponíveis no endereço eletrônico acima. **Scheila Luiza Lavall - Pregoeira.**

Protocolo: 826482**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PLACAS****PREFEITURA MUNICIPAL DE PLACAS
AVISO ADIAMENTO****TOMADA DE PREÇO Nº 006/2022**

A Prefeitura Municipal de Placas, Comunica aos interessados que a Tomada de Preço nº 007/2022, tendo como objeto: Construção de Arqui-bancada, Alambrado e Iluminação do Estádio Municipal de Placas/a, datado para o dia, 13de Julho de 20229h será adiado, a abertura do mesmo passa a ser dia 02de Agosto de 2022 às 9h, por razões técnicos administrativos. **Shayane Nayara Farias Kostov - Pregoeira Oficial.**

Protocolo: 826486**PREFEITURA MUNICIPAL
DE RURÓPOLIS****PREFEITURA MUNICIPAL DE RURÓPOLIS
EXTRATOS DE CONTRATOS**

CONTRATO Nº 001.070722- UASG 980597. Processo: 001.05052022. Espécie: Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP. Termo de Contrato nº 001.070722, Partes. Contratante: Secretaria Municipal de Saude - CNPJ: 12.352.501/0001-16. E Contratado: C V Sanches Eireli, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 28.400.456/0001-20. Espécie: Serviços Mecânicos. Objeto: Contratação De Empresa Especializada em Serviços Mecânicos E Fornecimento de Peças, Lubrificante, pneu e acessórios, para suprir as Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rurópolis. Conforme condições estabelecidas no termo de referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP, Valor do contrato: R\$ 308.200,00 (trezentos e oito mil e duzentos reais). Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP. Vigência: 07/07/2022 a 07/07/2023. Data da assinatura: 07/07/2022.

CONTRATO Nº 002.070722 - UASG 980597

Processo: 001.05052022. Espécie: Pregão Eletrônico nº013/2022SEMSA-PE-SRP. Termo de Contrato nº 002.070722, PARTES. Contratante: Secretaria Municipal De Saude - CNPJ: 12.352.501/0001-16. E Contratado: Elson S Luz Peças, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº38.180.314/0001-96. Espécie: Serviços Mecânicos. Objeto: Contratação De Empresa Especializada Em Serviços Mecânicos E Fornecimento De Peças, Lubrificante, Pneu E Acessórios, Para Suprir As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde De Rurópolis. Conforme condições estabelecidas no termo de referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP, Valor do contrato: R\$ 113.600,00 (cento e treze mil e seiscentos reais). Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP. Vigência: 07/07/2022 a 07/07/2023. Data da assinatura: 07/07/2022.

CONTRATO Nº 003.070722 - UASG 980597

Processo: 001.05052022. Espécie: Pregão Eletrônico nº013/2022SEMSA-PE-SRP. Termo de Contrato nº 003.070722, PARTES. Contratante: Secretaria Municipal De Saude - CNPJ: 12.352.501/0001-16. E Contratado: J. D. C. De Oliveira Eireli, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 28.694.274/0001-47. Espécie: Serviços Mecânicos. Objeto: Contratação De Empresa Especializada Em Serviços Mecânicos E Fornecimento De Peças, Lubrificante, Pneu E Acessórios, Para Suprir As Necessidades Da Secretaria Municipal De Saúde De Rurópolis. Conforme condições estabelecidas no termo de referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP, Valor do contrato: R\$ 1.625.800,00 (Um milhão seiscentos e vinte e cinco mil e oitocentos reais). Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP. Vigência: 07/07/2022 a 07/07/2023. Data da assinatura: 08/07/2022.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCESSO Nº 001.05052022- UASG 980597****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022SEMSA-PE-SRP**

Processo nº 001.05052022. Espécie: Ata de Registro de Preços do Processo nº 001.05052022. Órgão responsável pelo registro: Secretaria Municipal De Saude. Contratada: C V Sanches Eireli, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 28.400.456/0001-20. Valor Global de R\$ 308.200,00 (trezentos e oito mil e duzentos reais). Contratada: Elson S Luz Peças, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 38.180.314/0001-96. Valor Global de R\$ 113.600,00 (cento e treze mil e seiscentos reais). Contratada: J. D. C. De Oliveira Eireli, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 28.694.274/0001-47. Valor Global de R\$ 1.625.800,00 (um milhão seiscentos e vinte e cinco mil e oitocentos reais). Objeto: registro de preços para futura contratação de empresa especializada em serviços mecânicos e fornecimento de peças, lubrificante, pneu e acessórios, para suprir as necessidades da secretaria municipal de saúde de Rurópolis. Conforme condições estabelecidas no termo de referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP. Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93, Lei 10.520/2002 e Pregão Eletrônico nº 013/2022SEMSA-PE-SRP. Vigência: 30/06/2022 a 30/06/2023. Data da Assinatura: 30/06/2022.

Protocolo: 826487**PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVO REPARTIMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO
EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº: 20222582. ORIGEM: CONCORRÊNCIA Nº 3/2022-001-PMNR. CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA. CONTRATADA: RGS ENGENHARIA EIRELI. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME CONVÊNIO Nº 045/2022, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO REPARTIMENTO - PA. VALOR TOTAL: R\$ 4.144.081,51 (quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, oitenta e um reais e cinquenta e um centavos). PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2022 Atividade 2007.156060049.2.057 Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e instalações, Subelemento. VIGÊNCIA: 07 de Julho de 2022 a 03 de Janeiro de 2023. DATA DA ASSINATURA: 07 de Julho de 2022

Protocolo: 826483**PREFEITURA MUNICIPAL
DE OURÉM****PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM
EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: 3º Termo Aditivo ao contrato 2022-0702-001-CPL/PMO, vinculado ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2021- PMO - PE-SRP, Partes Contratante: Município De Ourém/Pa, Contratada: Empresa Oechsler e Cia Ltda, inscrita no CNPJ: 00.991.423/0001-10. Objeto Do Termo: Realinhamento dos preços firmados em contratação de empresas para os fornecimentos de combustíveis, para abastecer toda frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Ourém/PA, junto ao contrato Nº 2022- 0702-001, celebrado entre as partes em 07 de fevereiro de 2022, O presente Termo de Realinhamento de Preços encontra-se amparado legal no artigo 65, inciso II, "d" da Lei nº 8.666/93. Do Percentual E Valor: Fica concedido um reajusto de 23,70% para os itens: 03 e 04- valor com reajustado: R\$8,61, para o item 03, e R\$8,56 para o item 04. Fica concedida a redução do preço em 8,50% para o item01, valor com a redução fica em R\$6,96. Data da Assinatura do Termo: 07/07/2022. **Francisco Roberto Uchoa Cruz - Prefeito Municipal.**

Protocolo: 826484**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PALESTINA DO PARÁ****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO: PE - 027/2022-FMS**

O Município de Palestina do Pará, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica aos interessados que realizará no dia 22/07/2022 às 08h:-30min (horário de Brasília), licitação na modalidade Pregão Eletrônico PE - 027/2022-FMS, tipo Menor Preço por item com Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de um veículo de Passeio ZERO KM, destinado à ESF Paulo R P Marque - AMAURY, conforme Proposta de nº 11820.1020001/22-013. O edital estará disponível no sítio do www.portaldecompraspublicas.com.br, Portal da Transparência (www.palestinadopara.pa.gov.br), Mural de Licitações do TCM-PA e pelo e-mail: cplpalestinadopara@hotmail.com.

PREGÃO ELETRÔNICO: PE - 028/2022-PMPP

O Município de Palestina do Pará, através da Pref. Mun. de Palestina do Pará/PA, comunica aos interessados que realizará no dia 22/07/2022 às 10h:30min (horário de Brasília), licitação na modalidade Pregão Eletrônico PE - 028/2022-PMPP, tipo Menor Preço por item com Objeto: Contratação de empresa para Fornecimento de um veículo PICK UP, cabine dupla, Flex - Aut. ZERO KM, BRANCA, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Palestina do Pará/PA, através da Prefeitura Municipal de Palestina do Pará/PA. O edital estará disponível no sítio do www.portaldecompraspublicas.com.br, Portal da Transparência (www.palestinadopara.pa.gov.br), Mural de Licitações do TCM-PA e pelo e-mail: cplpalestinadopara@hotmail.com. **Maykon David Costa Ferreira-Pregoeiro.**

Protocolo: 826485

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 7/2022-0013

A Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará/PA torna público a abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº 7/2022-0013, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE NO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ/PA. A Sessão de recebimento de propostas, análise e julgamento será no dia 01 de Agosto de 2022, na rua Francisco Bahia, nº 108, Centro, Santa Bárbara do Pará, às 09:00hs. Edital e anexos: <https://santabarbara.pa.gov.br/>; Portal TCM/PA; Setor de Licitações: Rodovia Augusto Meira Filho, KM 17, S/Nº, Sala de Licitações, horário 08:00hs às 12:00hs, cplsan-tabarbara2022@gmail.com.

Queila Meireles Flores
Presidente da CPL.

Protocolo: 826488

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 20220385 - TOMADA DE PREÇOS Nº TP008/2022- Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - Contratado: JHPL CONSTRUTORA CIVIL EIRELI - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE MURO E CAPELA MORTUARIA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL ABDEL CARIM ASSAD SALOMÃO, DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SEMURB. Vigência: 07/07/2022 a 31/12/2022 - Valor Global: R\$ 564.169,25 (quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos) - Data da Assinatura: 07/07/2022.

JOAO CLEBER DE SOUSA TORRES
Prefeito Municipal de São Félix do Xingu

Protocolo: 826493

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: nº 20220380 - CONVITE Nº CC003/2022 - Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU - Contratado: BOBOYA SHOWS COMUNICAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRODUÇÃO, REALIZAÇÃO DA 15ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE SÃO FÉLIX DO XINGU 2022. ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 50/2022 PROCESSO Nº 2022/591977, CONVÊNIO QUE CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCADEAP E O MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU - PA. Vigência: 04/07/2022 a 31/12/2022 - Valor Global: 174.340,00 (cento e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais) - Data da Assinatura: 04/06/2022.

JOAO CLEBER DE SOUSA TORRES
Prefeito Municipal de São Félix do Xingu

Protocolo: 826491

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE/2022.024-PMSJA SRP

A Prefeitura Municipal de São João do Araguaia-Pá, comunica aos interessados que realizará no dia 21/07/2022, às 08:10h (horário de Brasília), licitação sob modalidade Pregão Eletrônico Nº PE/2022.024-PMSJA SRP, tipo menor preço por Item, objeto: ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA REPOSIÇÃO NOS VEÍCULOS E CAMINHÕES DA SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS MUNICIPAIS E PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. O edital estará disponível no sítio do <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, Mural de Licitações do TCM-PA e <https://saojoaodoaraguaia.pa.gov.br/categoria/licitacoes/>. **Ronis da Silva Amorim- Pregoeiro.**

Protocolo: 826494

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tailândia, torna público que fará licitação na modalidade Concorrência nº 03/2022-PMT. Objeto: Contratação de Empresa para a execução dos Serviços de Recuperação de 213 Km de Estradas Vicinais no Município de Tailândia. A audiência pública ocorrerá às 09:00 hs do dia 12 de Agosto de 2022 na sala de licitações da Prefeitura Municipal. A integral do edital poderá ser adquirido no Setor de Licitações da Prefeitura, no Mural de Licitações/TCM/PA ou pelo <https://www.tailandia.pa.gov.br>. **Tailândia-PA, 06 de julho de 2022 - PAULO LIBERTE JASPER/ Prefeito Municipal.**

Protocolo: 826495

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA

MUNICÍPIO DE TERRA SANTA - PA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES DERIVADOS DE PETRÓLEO DESTINADOS A PMTS ABERTURA NO DIA 21/07/2022 AS 09:00 HS. REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA POR PREÇO UNITÁRIO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM, HORÁRIO DE BRASÍLIA. LOCAL: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>, OS EDITAIS E SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS NO SITE: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>, QUALQUER ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL SERÁ FEITO PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

ODAIR JOSE FARIAS ALBUQUERQUE
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo: 826497

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022-040FME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2022/ADM

O Município de TUCUMÃ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que fará licitação às 09:00 horas do dia 21 de julho de 2022, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022-040FME, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2022/ADM, tipo menor preço por ITEM, cujo CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se no Portal de Compras Públicas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações Gerais: O edital está disponível na Rua do Café, S/Nº, Setor Alto Morumbi, Tucumã/PA, das 07:30hs às 11:30hs e também pelo e-mail: cpl2021pmt@gmail.com, bem como no site do TCM, no endereço www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/. **TUCUMÃ - PA, 08 de julho de 2022. NADIELLY SOUSA ROCHA - Pregoeira.**

Protocolo: 826498

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: Pregão Eletrônico 9/2022-00002-SRP; CONTRATANTE: FUNDO DE DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB; CONTRATO nº: 20229348; CONTRATADA: MADECON MADEIRA E CONSTRUÇÃO LTDA; VALOR TOTAL: R\$ 559.344,80 (Cinquenta e Cinco Mil e Trezentos e Quarenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos); OBJETO: aquisição de material de consumo, destinado atender a demanda do Fundo de desenv. da Educação Básica - Fundeb. VIGÊNCIA: 07/07/2022 à 30/12/2022.

Protocolo: 826499

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ AVISO DE SUSPENSÃO

A **Secretaria Municipal de Saúde de Vigia de Nazaré/PA** torna pública a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico SRP nº 017/2022-SEMSA, cujo o objeto refere-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE BIOQUÍMICA CLÍNICA, HEMATOLOGIA, COAGULAÇÃO, TESTES RÁPIDOS, COM FORNECIMENTO DE REAGENTES E COM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, PARA REALIZAÇÕES DOS PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES SECRETARIA DE SAÚDE, com abertura prevista para o dia 08/07/2022 às 09h00m, posteriormente e oportunamente divulgada nova data de abertura para o referido procedimento licitatório.

Patrícia Socorro Feitosa
Secretaria Municipal de Saúde

Protocolo: 826500

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

2º Termo Aditivo de Prazo ao contrato 273/2021/CPL. Dispensa de Licitação 024/2021.

Contratante: Secretaria Municipal de Assistência Social, CNPJ: 18.200.226/0001-00. Contratado: Luciana Ribeiro Reis, CPF nº 010.036.592-25. Objeto: Locação de um Imóvel o qual se destina ao funcionamento da escola de música Isaias Cunha de Oliveira nesta cidade de Viseu/PA. Data de assinatura: 29/06/2022. Vigência: 30/06/2022 a 27/12/2022, consoante com o art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

Erica Helena Oliveira Montalvão
Secretaria de Assistência Social
CNPJ: 18.200.226/0001-00

2º Termo Aditivo de Prazo ao contrato 274/2021/CPL. Dispensa de Licitação 025/2021.

Contratante: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ: 04.873.618/0001-17. Contratado: João Levy Brito Guerreiro, CPF nº 049.646.894-41. Objeto: Locação de um imóvel o qual se destina para o funcionamento da Sala do Empreendedor. Data de assinatura: 29/06/2022. Vigência: 30/06/2022 a 27/12/2022, consoante com o art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

2º Termo Aditivo de Prazo ao contrato nº 042/2021/CPL, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 006/2021. Contratante: Secretaria Municipal de Administração, CNPJ: 04.873.618/0001-17. Contratado: BRASIL DE CASTRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS S/S - CNPJ 13.293.197/0001-46. Objeto: Contratação de Empresa especializada em Assessoria Jurídica voltadas as atividades da administração pública sediada na capital do Estado, a fim de tratar da Representação judicial nos diversos seguimentos da Justiça, defesas Judiciais nos Tribunais Contas, prestando Assessoria e Consultoria Jurídica com alto nível de especialização na capital do Estado e na Capital da República juntos aos Tribunais Judiciais, Tribunais de Contas, Órgão da Administração pública direta e indireta, dentre outros e o estabelecimento de estratégias processuais para todas as demandas Judiciais, as quais estejam tramitando no segundo grau de Jurisdição ou sejam de competência originária dos Tribunais de Justiça ou Federais, incluindo o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, bem como ao cortes superiores, para atender as necessidades da Prefeitura de Viseu/PA. Data de assinatura: 28/06/2022. Vigência: 30/06/2022 a 31/12/2022, consoante com o art. 57, § 1º, inciso VI da Lei 8.666/93.

Edilton Tavares Mendes
Secretário Municipal de Administração
CNPJ 04.837.618/0001-17

AVISO DE RATIFICAÇÃO

A **Secretaria Municipal de Saúde RATIFICA a Inexigibilidade 008/2022.** Objeto: Contratação de Empresa Especializada para eventual e/ou futura Aquisição de Serviços Cartorários (Notariais e Registros), para um período de 12 meses para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Viseu/PA Em nome do CARTÓRIO ÚNICO OFÍCIO DE VISEU, CNPJ: 31.277.538/0001-71, com valor global estimado de R\$ 349.593,45. Assinatura: 28/06/2022.

EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 008/2022

INEXIGIBILIDADE 008/2022. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para eventual e/ou futura Aquisição de Serviços Cartorários (Notariais e Registros), para um período de 12 meses para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Viseu/PA. Termo de contrato 216/2022/CPL. Contratante: Secretaria Municipal de Saúde, CNPJ: 11.984.819/0001-57. Contratado: CARTÓRIO ÚNICO OFÍCIO DE VISEU, CNPJ: 31.277.538/0001-71. Valor global estimado de R\$ 349.593,45. Vigência: 29/06/2022 a 29/06/2023.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2022 - SRP

A **Prefeitura Municipal de Viseu torna pública**, a Homologação do Pregão Eletrônico Nº 024/2022-SRP - Sistema de Registro de Preços que Objetiva a Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Fraldas Geriátricas, objetivando atender demandas das Unidades Básica de Saúde - UBS e UPA 24h, onde atende os pacientes Idosos, acamados e com necessidades especiais, cadastrado no Programa de Insumos hospitalares para uso domiciliar, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Viseu-PA. Declarando Vencedor à empresa: MM Comércio Atacadista de Artigos de Papelaria e Serviços LTDA, CNPJ: 31.920.842/0001-95. Valor global estimado R\$ 97.800,00. Assinatura: 05 de julho de 2022. Sobre a Égide do Decreto 10.024/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

A **Secretaria Municipal de Saúde, torna público** que não houve licitantes habilitados na sessão pública do Pregão Eletrônico Nº 023/2022-SRP, realizada no dia 22/06/2022, às 09:00h, cujo objeto é a Contratação de Empresa Especializada para Eventual e/ou Futura Confeções e fornecimentos de Bolsas, Bonés, Camisas, Coletes e Fornecimento de Botinas para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para um período de 12 meses para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Viseu/PA. A licitação foi declarada FRACASSADA.

Fernando Dos Santos Vale
Secretário Municipal de Saúde
CNPJ 11.984.819/0001-57

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022 - SRP

A **Prefeitura Municipal de Viseu torna pública**, a Homologação do Pregão Eletrônico n 019/2022-SRP - Pregão Eletrônico 019/2022-SRP - Sistema de Registro de Preços que Objetiva a Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades das Secretarias e Fundos que compõem a esfera administrativa Municipal do Município de Viseu/PA. Declarando Vencedoras às empresas: AGUIA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 445.420,00. ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 719.721, 64. Valor de R\$ 360.870,00. E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 248.478,94. SANTANA E SOUZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 34.390.049/0001-10. Valor de R\$ 77.730,00. SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 30.313.649/0001-23. Valor de R\$ 335.463,00. TH COMERCIO DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 30.317.183/0001-34. Valor de R\$ 156.140,00. M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 31.499.939/0001-76. Valor de R\$ 35.880,00. Valor global estimado da ATA SRP R\$ 1.659.981,94. Assinatura: 23 de junho de 2022. Sobre a Égide do Decreto 10.024/2019.

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 019/2022 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 217/2022 - Pregão Eletrônico 019/2022-SRP - Sistema de Registro de Preços que Objetiva a Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades das Secretarias e Fundos que compõem a esfera administrativa Municipal do Município de Viseu/PA. Declarando Vencedoras às empresas: AGUIA INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 445.420,00. ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 719.721, 64. Valor de R\$ 360.870,00. E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 248.478,94. SANTANA E SOUZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 34.390.049/0001-10. Valor de R\$ 77.730,00. SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 30.313.649/0001-23. Valor de R\$ 335.463,00. TH COMERCIO DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 30.317.183/0001-34. Valor de R\$ 156.140,00. M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 31.499.939/0001-76. Valor de R\$ 35.880,00. Valor global estimado da Ata SRP R\$ 1.659.981,94 (Um milhão seiscentos e cinquenta e nove mil novecentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos). Assinatura: 05 de julho de 2022. Vigência: 12 meses.

EXTRATO DE CONTRATOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Administração do Município de Viseu/PA.

Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CNPJ 04.873.618/0001-17.
Termo de Contrato nº 218/2022/CPL, Contratado: AGUIA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 83.630,00.
Termo de Contrato nº 224/2022/CPL, Contratado: ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 96.945,00.
Termo de Contrato nº 230/2022/CPL, Contratado: E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 64.339,96.
Termo de Contrato nº 236/2022/CPL, Contratado: SANTANA E SOUZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 34.390.049/0001-10. Valor de R\$ 11.970,00.
Termo de Contrato nº 241/2022/CPL, Contratado: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 30.313.649/0001-23. Valor de R\$ 97.060,00

Termo de Contrato nº 246/2022/CPL, Contratado: TH COMERCIO DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 30.317.183/0001-34. Valor de R\$ 33.990,00
 Termo de Contrato nº 250/2022/CPL, Contratado: M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 31.499.939/0001-76. Valor de R\$ 22.080,00.
 Vigência: 05/07/2022 a 05/07/2023.

Edilton Tavares Mendes

Secretário Municipal de Administração
 CNPJ 04.837.618/0001-17

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Viseu/PA.
 Contratante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ 21.036.567/0001-98.
 Termo de Contrato nº 219/2022/CPL, Contratado: AGUIA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 92.870,00.
 Termo de Contrato nº 225/2022/CPL, Contratado: ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 60.055,00.
 Termo de Contrato nº 231/2022/CPL, Contratado: E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 45.809,91.
 Termo de Contrato nº 237/2022/CPL, Contratado: SANTANA E SOUZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 34.390.049/0001-10. Valor de R\$ 8.400,00.
 Termo de Contrato nº 242/2022/CPL, Contratado: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 30.313.649/0001-23. Valor de R\$ 73.649,00.
 Termo de Contrato nº 247/2022/CPL, Contratado: TH COMERCIO DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 30.317.183/0001-34. Valor de R\$ 70.400,00.
 Vigência: 05/07/2022 a 05/07/2023.

Ângela Lima Da Silva

Secretária Municipal de Educação
 CNPJ 21.036.567/0001-98

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação de Viseu (FUNDEB) do Município de Viseu/PA.
 Contratante: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE VISEU (FUNDEB), CNPJ: 30.879.826/0001-33.
 Termo de Contrato nº 220/2022/CPL, Contratado: AGUIA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 82.430,00.
 Termo de Contrato nº 226/2022/CPL, Contratado: ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 49.745,00.
 Termo de Contrato nº 232/2022/CPL, Contratado: E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 1.439,84.
 Termo de Contrato nº 238/2022/CPL, Contratado: SANTANA E SOUZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 34.390.049/0001-10. Valor de R\$ 15.600,00.
 Termo de Contrato nº 243/2022/CPL, Contratado: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 30.313.649/0001-23. Valor de R\$ 51.311,00.
 Vigência: 05/07/2022 a 05/07/2023.

Ângela Lima Da Silva

Secretária Municipal de Educação
 CNPJ 30.879.826/0001-33

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Viseu/PA.
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.984.819/0001-57.
 Termo de Contrato nº 221/2022/CPL, Contratado: AGUIA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 91.990,00.
 Termo de Contrato nº 227/2022/CPL, Contratado: ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 44.575,00.
 Termo de Contrato nº 233/2022/CPL, Contratado: E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 69.148,55.
 Termo de Contrato nº 239/2022/CPL, Contratado: SANTANA E SOUZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 34.390.049/0001-10. Valor de R\$ 27.360,00.
 Termo de Contrato nº 244/2022/CPL, Contratado: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 30.313.649/0001-23. Valor de R\$ 21.933,00.
 Termo de Contrato nº 248/2022/CPL, Contratado: TH COMERCIO DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 30.317.183/0001-34. Valor de R\$ 23.190,00.
 Vigência: 05/07/2022 a 05/07/2023.

Fernando Dos Santos Vale

Secretário Municipal de Saúde
 CNPJ 11.984.819/0001-57

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Viseu/PA.
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ: 18.200.226/0001-00.
 Termo de Contrato nº 222/2022/CPL, Contratado: AGUIA INDÚSTRIA E

COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 87.060,00.

Termo de Contrato nº 228/2022/CPL, Contratado: ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 105.650,00.
 Termo de Contrato nº 234/2022/CPL, Contratado: E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 66.039,68.
 Termo de Contrato nº 240/2022/CPL, Contratado: SANTANA E SOUZA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 34.390.049/0001-10. Valor de R\$ 14.400,00.
 Termo de Contrato nº 245/2022/CPL, Contratado: SERRANA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 30.313.649/0001-23. Valor de R\$ 91.510,00.
 Termo de Contrato nº 249/2022/CPL, Contratado: TH COMERCIO DE IMOVEIS EIRELI, CNPJ 30.317.183/0001-34. Valor de R\$ 28.560,00.
 Termo de Contrato nº 251/2022/CPL, Contratado: M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, CNPJ 31.499.939/0001-76. Valor de R\$ 13.800,00.
 Vigência: 05/07/2022 a 05/07/2023.

Érica Helena Oliveira Montalvão

Secretária Municipal de Assistência Social
 CNPJ 18.200.226/0001-00

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2022

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para o Fornecimento de Móveis e Equipamentos em Geral, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Viseu/PA.
 Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, CNPJ: 32.215.300/0001-84.
 Termo de Contrato nº 223/2022/CPL, Contratado: AGUIA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 04.515.180/0001-03. Valor de R\$ 7.260,00.
 Termo de Contrato nº 229/2022/CPL, Contratado: ARACUA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CNPJ 19.271.852/0001-41. Valor de R\$ 3.900,00.
 Termo de Contrato nº 235/2022/CPL, Contratado: E T MARQUES EIRELI, CNPJ 08.691.632/0001-50. Valor de R\$ 1.700,00.

SÔNIA MARIA ALMEIDA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Meio Ambiente
 CNPJ 32.215.300/0001-84

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2022-SRP
 REPUBLICADO**

O Município de Viseu torna público, a quem faça interessar, que realizará Licitação, modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: Sistema de Registro de Preços que objetiva a Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para Eventual e/ou Futura Confecções e fornecimentos de Bolsas, Bonés, Camisas, Coletes e Fornecimento de Botinas para os Agentes Comunitários de Saúde - ACS. Abertura: 22/07/2022 às 09:00h. Local: www.portaldecompraspublicas.com.br, Informações: cpl@viseu.pa.gov.br, edital disponível: www.tcm.pa.gov e www.viseu.pa.gov.br/portal-da-transparencia.

Fernando dos Santos Vale

Secretaria Municipal de Saúde
 CNPJ 11.984.819/0001-57

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2022-SRP

O Município de Viseu torna público, a quem faça interessar, que realizará Licitação, modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: Sistema de Registro de Preços que objetiva a Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Fardamento completo (Camisa Manga Longa, Calça, Gorro, Chapéu americano com proteção, Coturno Preto, Colete Refletivo e Camiseta) para agentes de trânsito, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, para implantação do Departamento Municipal de Transito no Município de Viseu/PA. Abertura: 22/07/2022 às 15:00h. Local: www.portaldecompraspublicas.com.br, Informações: cpl@viseu.pa.gov.br, edital disponível: www.tcm.pa.gov e www.viseu.pa.gov.br/portal-da-transparencia.

Edilton Tavares Mendes

Secretaria Municipal de Administração
 CNPJ: 04.837.618/0001-17

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022-SRP

O Município de Viseu torna público, a quem faça interessar, que realizará Licitação, modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: Sistema de Registro de Preços que objetiva a Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada para fornecimento de Peças de Reposição e manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos Odontológicos, para atender as necessidades dos estabelecimentos de Saúde (APS) e o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Abertura: 25/07/2022 às 09:00h. Local: www.portaldecompraspublicas.com.br, Informações: cpl@viseu.pa.gov.br, edital disponível: www.tcm.pa.gov e www.viseu.pa.gov.br/portal-da-transparencia.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022-SRP

O Município de Viseu torna público, a quem faça interessar, que realizará Licitação, modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: Sistema de Registro de Preços que objetiva a Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Equipamentos para Apoio Hospitalar, para

atender a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde do Município de Viseu/PA. Abertura: 25/07/2022 às 15:00h. Local: www.portal-decompraspublicas.com.br, Informações: cpl@viseu.pa.gov.br, edital disponível: www.tcm.pa.gov e www.viseu.pa.gov.br/portal-da-transparencia.

Fernando dos Santos Vale
Secretaria Municipal de Saúde
CNPJ 11.984.819/0001-57

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2022-SRP

O Município de Viseu torna público, a quem faça interessar, que realizará Licitação, modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: Sistema de Registro de Preços que objetiva a Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Eletrodoméstico e Eletroeletrônico em Geral, objetivando atender as necessidades dos Órgãos, Departamentos e Setores vinculados as Secretarias e Fundos que compõem a esfera Administrativa Municipal do Município de Viseu/PA. Abertura: 26/07/2022 às 09:00h. Local: www.portaldecompraspublicas.com.br, Informações: cpl@viseu.pa.gov.br, edital disponível: www.tcm.pa.gov e www.viseu.pa.gov.br/portal-da-transparencia.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2022-SRP

O Município de Viseu torna público, a quem faça interessar, que realizará Licitação, modalidade: Pregão Eletrônico. Objeto: Sistema de Registro de Preços que objetiva a Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Material de Construção e Hidráulico, objetivando atender as Pequenas Reformas, conforme solicitação das Secretarias e Fundos que compõem a esfera Administrativa Municipal de Viseu/PA. Abertura: 26/07/2022 às 15:00h. Local: www.portaldecompraspublicas.com.br, Informações: cpl@viseu.pa.gov.br, edital disponível: www.tcm.pa.gov e www.viseu.pa.gov.br/portal-da-transparencia.

Edilton Tavares Mendes
Secretaria Municipal de Administração
CNPJ: 04.837.618/0001-17

Protocolo: 826501

PARTICULARES

FRANCISCA PINHEIRO
CPF 111.003.462-87

Torna público que Requereu da SEMMA LO para lavrar e beneficiar Ouro no Garimpo São Raimundo, Mun. de Itaituba processo 900/2022.

Protocolo: 826509

NELSON SELZLER
CPF 545.246.871-49

Torna público que Requereu da SEMMA LO para lavrar e beneficiar Ouro no Garimpo Minuano, Mun. de Itaituba processo 908/2022.

Protocolo: 826510

CARLOS CLEBER BERTÃO
CPF 867.669.109-68

Torna público que requereu à SEMMAH de Nova Esperança do Piriá, a LAR e ASVS, para a Fazenda Favorita, localizada na Estrada da Maritaca, KM 186 da BR 010.

Protocolo: 826506

GERSON HARLEI SELZLER
CPF 014071211-97

Torna público Que requereu da SEMMA LO para lavrar e beneficiar Ouro no Garimpo Minuano, Mun. Itaituba Processo 907/2022.

Protocolo: 826507

FAZENDA MODELO - FERNANDO DA SILVA
CPF: 068.038.359-01

Localizado na Estrada Vicinal do Astrogildo, Km 12, Zona Rural, torna público que está requerendo junto a SEMASA/Breu Branco-PA, a Licença de Atividade Rural para a atividade de Criação de Bovinos.

Protocolo: 826511

EMPRESARIAL

F J BILL RECICLAGEM E COMÉRCIO
DE SUBPRODUTO ANIMAL LTDA
CNPJ nº 34.207.331/0001-19

Torna público que recebeu a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LO) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Izabel do Pará, sob nº 058/2022.

Protocolo: 826513

SUPERGIRO DISTRIBUIDORA BELÉM LTDA
CNPJ 23.472.709/0001-95

Torna público a concessão da L.O 0074/2022, processo 096/2022, junto à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Marituba - SEMMAS.

Protocolo: 826514

FAZENDA CHAPADA GRANDE,
JUPARANÁ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA
CNPJ:02.219.378/0001-06

Torna público que requereu a SEMMA/Paragominas renovação da LAR sob nº 068/2017 para atividade de agricultura em Paragominas/PA.

Protocolo: 826522

FAZENDA MINHA PALHOÇA,
JUPARANÁ COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA
CNPJ:02.219.378/0001-06

Torna público que requereu a SEMMA/Paragominas renovação da LAR sob nº 079/2017 para atividade de agricultura em Paragominas/PA.

Protocolo: 826524

MINERAÇÃO IRAJA S/A
CNPJ 10.399.131/0004-90

Torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMMARH de Santa Maria das Barreiras, Estado do Pará a Licença de Operação para a atividade de Pesquisa Mineral, sem lavra experimental (substância ferro) LO nº 034/2022 com validade até 10/03/2026, situada a Oeste do Rio Inajá e região CONDESPAR. À leste da região Rio Preto, aproximadamente 30 km do Distrito Casa de Tábua, Zona Rural, Santa Maria das Barreiras, CEP 68565-000.

Protocolo: 826525

ALUBAR METAIS E CABOS S/A
CNPJ. 08.262.121/0001-13
NIRE 15300018587

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2022
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 20/06/2022

LOCAL: SEDE DA SOCIEDADE

HORA: 11:00 HORAS

OBJETIVO: Deliberar sobre (i) a eleição do Conselho de Administração para o biênio 2022 a 2024.

PRESENÇA: TOTALIDADE DOS ACIONISTAS

DELIBERAÇÃO: FORAM APROVADAS TODAS AS DELIBERAÇÕES ACIMA SEM RESSALVAS. E APÓS NINGUÉM SE MANIFESTAR A REUNIÃO FOI ENCERRADA.

ATA REGISTRADA NA JUCEPA SOB O No. 20000783826 EM 30/06/2022.

Protocolo: 826516

ALUBAR METAIS E CABOS S/A
CNPJ. 08.262.121/0001-13
NIRE 15300018587

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2022
REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 20/06/2022

LOCAL: SEDE DA SOCIEDADE.

HORA: 15:00 HORAS.

OBJETIVO: manutenção dos membros da Diretoria Executiva para o exercício do mandato no biênio 2022/2024.

PRESENÇA: TOTALIDADE DOS CONSELHEIROS.

DELIBERAÇÃO: FOI APROVADA A DELIBERAÇÃO ACIMA SEM RESSALVAS. E APÓS NINGUÉM SE MANIFESTAR A REUNIÃO FOI ENCERRADA.

ATA REGISTRADA NA JUCEPA SOB O No. 20000783829 EM 30/06/2022.

Protocolo: 826517

DROGARIA VITORIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Localizado na Av. Orival Prazeres, Nº 801, Jardim Planalto em Novo Progresso/PA, registrada sob o CNPJ 05.554.406/0001-30, torna público que requereu junto a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente SEMMA/NP a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação através do Processo nº 630/2022 no dia 01/04/2021, para atividade de Comércio varejista de produtos farmacêuticos.

Protocolo: 826518

PRÓ - SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DA TRANSAMAZÔNICA-
ALTAMIRA/PA
CNPJ Nº 24.232.886/0075-01
PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÕES

A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica- Altamira/PA, abre proce-

dimento de contratação para: Objeto: Contratação de Serviço Médico de Coordenação SCIH e RT do Banco de Sangue - Processo: 0041_0722 - PA -HRPT - Edital: 0041_0722 - PA-HRPT - S - ESC - Serviço de Coordenação do SCIH e RT Agência Transfusional - Prazo para recebimento da proposta: de 11/07/2022 à 15/07/2022. Para visualizar o processo e mais informações, acesse o endereço na internet: <https://compras.prosaude.org.br>.
Protocolo: 826519

CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPU
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2022- CMA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPU - PA**, por intermédio da Pregoeira e Equipe de apoio, torna público que às 10h00min do dia 22 de julho de 2022, realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2022- CMA, tipo menor preço, por ITEM, com objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIDA DO RAMO PERTINENTE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM E ILUMINAÇÃO (COM SERVIÇO DE OPERADOR). TRANSMISSÃO DE MÍDIA VISUAL EM REDES SOCIAIS, TRANSMISSÃO DE LIVE AO VIVO NO FACEBOOK E EM OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, INCLUINDO O USO DE EQUIPAMENTOS PROFISSIONAIS, EM ATENDIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPU/PA, conforme Termo de Referência - Anexo I. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo no Portal do TCM-PA, <https://www.tcm.pa.gov.br/mural-de-licitacoes/>, na página da Câmara Municipal de Anapu/PA, no endereço eletrônico: <https://www.anapu.pa.gov.br/>, bem como poderão ser examinados e adquiridos pelo e-mail: cmvnapu@gmail.com, e na sede da Câmara Municipal de Anapu, situada na Rua Santa Luzia ,102 - Centro - Anapu - Pará - CEP:68.365-000. Informamos que para retirada do edital e demais informações na forma presencial os licitantes deverão vir munidos de máscaras e luvas descartáveis, como medida de prevenção e combate ao COVID-19.

MEIRILANE DE OLIVEIRA COSTA
Portaria nº 046/2021-C.M.ANAPU
Pregoeira

Protocolo: 826521

LAMAPA LTDA

Recebeu da SEMA/PMA a LO 12468/2020, para produção de madeira laminada, localizando-se no Lote 07, St 1, QD 03, Bairro Distrito Industrial, Ananindeua/PA. Proc. 11350/2020.

Protocolo: 826527

CELSO CARLOS PINHEIRO OLIVEIRA

Torna público que requereu da SEMMA a Renov. da Licença de Atividade Rural sob protocolo nº 369/2022, p/pecuária da Fazenda Princesa, mun. Igarapé-Açu/PA.

Protocolo: 826533

SERRARIA DEUS É FIEL LTDA
CNPJ 46.791.073/0001-40

Solicitou a SEMMA de Igarapé-Miri/PA uma LIO, sob processo nº 30/2022, ativ. Desdobro de madeira, Vila Santa Maria do Icatu.

Protocolo: 826534

WG PIMENTEL EPP
CNPJ 11.671.201/0001-37

Torna público que Requereu da SEMMA LO para extrair Areia e seixo no leito do Rio Tapajós, Município de Itaituba/PA. Através do Processo 929/2022.

Protocolo: 826535

COOP. MISTA DOS MINERADORES DO MARUPÁ
CNPJ 46369019/0001-00

Torna Público que requereu da SEMMA LO para atividade de apoio de Escritório BR-230 Nº 2260, Mun. Itaituba, processo SEMMA 809/2022.

Protocolo: 826537

A empresa FRANÇA RECICLAGENS EIRELI - ME
Inscrita no CNPJ Sob o nº 21.340.486/0001-87

Localizada na Rua Chopinzinho, s/nº, Quadra 12, Bairro Setor Industrial, município de Novo Progresso - PA, CEP: 68.193-000, torna público que RE-CEBEU junto a SEMMAS/NP a sua L.O (Licença de Operação) nº 136/2020, para suas atividades. FRANÇA RECICLAGENS.

Protocolo: 826531

CRA CONSTRUTORA RIBEIRO AZAMBUJA LTDA
CNPJ 16.013.005/0001-99

Torna Público que requereu da SEMMA LO para extrair Saibro de Uso Na Construção civil, BR-230, km 51, processo SEMMA 919/2022.

Protocolo: 826538

CONSÓRCIO INTEGRA PA-256
CNPJ 44.463.761/0001-55

Torna público que solicitou a SECTMA-Prefeitura de Tailândia, a Licença de Operação, através do processo nº 097/2022, referente à implantação de Ponte sobre o rio Alto Acará.

Protocolo: 826540

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-MIRI
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 02/2022

O **Presidente da Câmara Municipal de Igarapé-Miri**, no uso de suas atribuições, homologa o resultado do julgamento e adjudica a Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE. Empresa Vencedora: G S SARMENTO O DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 42.254.594/0001-07- Total do Vencedor: R\$ 300.291,00. Data da Homologação: 04/07/2022.

João do Carmo Barbosa Rodrigues
Presidente da Câmara

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2022

Ata de registro de Preço nº 02/2022. Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022. Assinatura: 04/07/2022. Vigência 12 (doze) meses. Vencedor: G S SARMENTO O DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 42.254.594/0001-07. Itens: 01 à 27, Valor Global R\$ 300.291,00.

João do Carmo Barbosa Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 08/2022

Origem: Pregão Eletrônico SRP nº 02/2022. Contratante: Câmara Municipal de Igarapé-Miri. Contratada: G S SARMENTO O DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI, CNPJ: 42.254.594/0001-07. Valor Global: R\$ 300.291,00. Vigência: 04/07/2022 à 31/12/2022.

Protocolo: 826541

CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO

A **Câmara Municipal de Salinópolis**, por intermédio do seu presidente, torna público o Extrato de Contrato por meio dessa publicação, referente ao CONVITE Nº 001/2022-CMS. Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Reforma da Cobertura da Câmara Municipal de Salinópolis. Empresa: JBCOMERCIO e Servicos Eireli, inscrito no CNPJ sob o nº 43.821.348/0001-52. Contrato nº 2022070801-CMS. Valor: R\$ 151.671,71 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e um reais e setenta e um centavos). Vigência: 08/07 a 12/08/2022. **Eron de Carvalho Teixeira** - **Presidente da Câmara.**

Protocolo: 826542

CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU
AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO

A **Câmara Municipal de Viseu**, por intermédio do seu presidente, torna público o Aviso de Homologação por meio dessa publicação, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022-CMV**, tipo menor preço por item, que tem como objeto a aquisição de combustível (gasolina comum e óleo diesel) para atender as necessidades da Câmara Municipal Viseu. Empresa: Posto Barros Eireli, inscrita no CNPJ nº 29.470.573/0001-60. Valor: R\$ 403.750,00 (quatrocentos e três mil setecentos e cinquenta reais). Homologado em 27/05/2022.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022-CMV, tipo menor preço por item, que tem como objeto a aquisição de material de expediente e suprimento de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal Viseu. Empresa: I. F. Farias Comercio Eireli - Me, inscrita no CNPJ nº 83.380.774/0001-12. Homologado em 30/05/2022.

EXTRATOS DE CONTRATOS

A **câmara Municipal de Viseu**, por intermédio do seu presidente, torna público o Extrato de Contratos por meio dessa publicação, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2022-CMV**, tipo menor preço por item, que tem como objeto a aquisição de combustível (gasolina comum e óleo diesel) para atender as necessidades da Câmara Municipal Viseu. Empresa: Posto Barros Eireli, inscrita no CNPJ nº 29.470.573/0001-60. Contrato nº 202205311-CMV. Valor: R\$ 403.750,00 (quatrocentos e três mil setecentos e cinquenta reais). Vigência: 31/05/2022 a 31/05/2023.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022-CMV, tipo menor preço por item, que tem como objeto a aquisição de material de expediente e suprimento de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal Viseu. Empresa: I. F. Farias Comercio Eireli - Me, inscrita no CNPJ nº 83.380.774/0001-12. Contrato nº 202206011-CMV. Valor R\$ 60.531,45 (sessenta mil, quinhentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos). Vigência: 01/06/2022 a 01/06/2023. **Avelino Aventina Siqueira** - **Presidente da Câmara.**

Protocolo: 826543